

VOLUME I

Casas (pós-)rurais entre 1900 e 2015: Expressões arquitetónicas e trajetórias identitárias

Ana Maria Saraiva das Neves

Tese de Doutoramento em Antropologia

Orientação científica:

Professor Doutor João Leal e Professora Doutora Margarida Fernandes

do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa.

Fevereiro de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Leal e da Professora Doutora Margarida Fernandes, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Casas (pós-)rurais entre 1900 e 2015: Expressões arquitetônicas e trajetórias identitárias

Resumo

Esta dissertação em antropologia examina práticas e discursos associados à casa (pós-)rural a partir de estudos de caso em Ourém (centro de Portugal) e Champigny-sur-Marne (França).

A pesquisa em torno de trajetórias de construção e usos nas moradias em aldeias portuguesas no último século evidencia tipos habitacionais que remetem para três períodos coincidentes com panoramas socioeconômicos distintos: a “casa do trabalhador rural” (1900-1960), associada à agropecuária; a “casa do emigrante” (1970-2015), relacionada com a emigração e as mudanças profundas nos campos; e a “casa emblematizada” (1990-2015), conexas com a reificação da tradição. A análise estende-se a moradias de portugueses residentes em bairros da periferia de Paris nos últimos cinquenta anos e faz refletir transformações significativas nas relações dos indivíduos com os campos, tornando-as mais próximas das realidades urbanas.

Leituras comparativas em torno de tendências formais e funcionais nas arquiteturas domésticas, expressões de transnacionalismo, representações de genealogia, gênero e reificação da tradição associadas à construção e usos da casa (pós-)rural permitem pensá-la em articulação com outras práticas sociais e captar (des)continuidades e reconfigurações nas manifestações de grupos sociais unidos por universos próprios da casa, dos campos e da emigração.

Palavras-chave:

Arquitetura popular, Transnacionalismo, Híbridez, Património e Identidade.

(Post)-rural houses from 1900 until 2015: Expressions of popular architecture and identity trajectories

Abstract

This dissertation in anthropology examines practices and discourses associated to the (post)rural house drawing on case studies in Ourem (Center of Portugal) and Champigny-sur-Marne (France).

The research explores building trajectories and uses of dwellings in Portuguese villages in the past century and reveals housing types corresponding to three periods with different socio-economic sceneries: the “house of rural workers” (1900-1960), associated with agriculture; the “house of the emigrant” (1970-2015), related to emigration and the profound changes in the countryside; and the “emblematised house” (1990-2015), connected to the reification of tradition. The analysis extends to homes of Portuguese residents in the suburbs of Paris in the last fifty years and reflects significant changes in the ways individuals relate to the fields, making them closer to urban realities.

Comparative readings around formal and functional trends in domestic architecture, expressions of transnationalism, genealogy representations, gender and reification of tradition associated with the construction and use of the (post-)rural house support its articulation with other social practices and the identification of (dis)continuities and reconfigurations in the expressions of social groups joined together by the realms of the house, the countryside and emigration.

Keywords:

Popular Architecture, Transnationalism, Hybridity, Heritage and Identity.

À Pilar

- Vamos descobrir um tesouro naquela casa?
- Mas não há nenhuma casa...
- Então vamos construí-la!

Groucho Marx

Agradecimentos

Circunstâncias académicas, profissionais e pessoais determinaram o estudo das casas (pós-)rurais de Ourém e Vale do Marne. A sua concretização beneficiou de apoios institucionais e pessoais e exigiu disciplina nos compromissos com este projeto de investigação.

Agradeço à FCSH-UNL o bom acolhimento na licenciatura, no mestrado e agora no doutoramento em antropologia; ao CRIA, a divulgação de informação útil para acompanhar o debate e o conhecimento sobre o tema; ao Município de Ourém, a disponibilização de documentos indispensáveis à investigação; à Quercus e ao CEPAE, enquanto plataformas regionais que me facilitaram a pesquisa.

Fui privilegiada com uma dupla orientação, refletida em aprendizagem que vai além do doutoramento. Agradeço em especial ao Professor Doutor João Leal pela orientação permanente durante a pesquisa e construção do argumento e por me exigir o rigor indispensável na produção e circulação de conhecimento; e à Professora Doutora Margarida Fernandes pelas observações precisas e essenciais que permitiram reformular conteúdos e consolidar o teor global da tese; à Marta Prista pelas leituras com sugestões pertinentes, e pelo estímulo permanente.

Agradeço a pessoas de Ourém (residentes e emigrantes) por partilharem espaços, experiências e opiniões durante o trabalho de campo; ao Sérgio e ao Alexandre por me receberem em Champigny e conduzirem pelo Marne; ao Norberto pelos levantamentos arquitetónicos.

Agradeço à família (muito ao Gonçalo e ao Guilherme) e aos amigos que respeitaram o tempo que despendi para a tese, num exercício necessariamente isolado. Ao José pelo incentivo e acompanhamento. Sempre grata aos meus pais, António e Celeste, apoiantes incondicionais nesta e demais etapas da minha vida.

A força maior neste desempenho foi a Pilar! Abdicou de tempo que eu lhe daria por direitos de filha e de infância, com uma compreensão e sensibilidade que me inspiram todos os dias.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| Introdução | 13 |
| 1. Apresentação | 13 |
| 2. Quadro teórico..... | 20 |
| 3. Metodologia | 31 |
| 4. Plano da dissertação | 40 |
| I. Estrutura socioeconómica de Ourém entre 1900 e 2015: aspetos gerais..... | 43 |
| 1. A agricultura como base da economia até meados do século XX..... | 43 |
| 2. A industrialização, a emigração e o início do declínio agrícola..... | 48 |
| 3. A (re)emigração e uma nova atitude perante os campos..... | 56 |
| II. Casas rurais entre 1900 e 1960 | 61 |
| 1. A arquitetura popular de Ourém na charneira da (in)visibilidade..... | 61 |
| 2. Grupos sociais em espaço rural..... | 64 |
| 2.1. Profissionais liberais e casas da vila | 68 |
| 2.2. Nobreza rural e quintas agrícolas..... | 70 |
| 2.3. Agricultores patrões e casas agrícolas abastadas | 75 |
| 2.4. Trabalhadores agrícolas e casas rurais | 78 |
| 2.4.1. Caracterização social | 78 |
| 2.4.2. Caracterização formal e estética geral das casas de Ourém..... | 82 |
| 2.4.2.1. As casas no centro-norte | 86 |
| 2.4.2.2. As casas no sul..... | 89 |
| 2.4.2.3. Diversidade e mudança nos materiais de construção..... | 90 |
| 2.4.2.4. Programa funcional e arquitetónico da habitação | 98 |
| 2.4.2.5. Estruturas de apoio à casa do trabalhador agrícola..... | 103 |
| 2.4.3. Da construção à ocupação da casa de habitação | 108 |
| 2.4.3.1. Custos e participações voluntárias na construção..... | 109 |
| 2.4.3.2. Uma construção coordenada com o calendário agrícola..... | 111 |
| 2.4.3.3. O casamento e a ocupação da casa | 114 |
| 2.4.4. Apropriações da casa rural..... | 116 |
| 2.4.4.1. Casa-família-terra | 116 |
| 2.4.4.2. Produção de memória | 120 |
| 2.4.4.3. Questões de género e a ênfase feminina na etnografia da casa..... | 123 |
| 2.4.5. Mudanças e resistências em contraponto | 128 |
| 2.4.5.1. Alterações na habitação | 128 |
| 2.4.5.2. Resistências à mudança | 129 |
| III. Casas de emigrantes entre 1960 e 1990 | 133 |
| 1. Emigrantes portugueses em França entre 1960 e 1990 | 135 |
| 1.1. Integração laboral, espaço habitacional e organização doméstica | 135 |
| 1.2. Espaços e práticas sociais de portugueses imigrantes em França | 146 |
| 1.3. Decisão e contextos de construção de casas na aldeia portuguesa..... | 153 |
| 2. Casas de emigrantes entre 1960 e 1974: tempo de preparação | 156 |
| 2.1. Fatores de mudança..... | 156 |
| 2.2. Caracterização geral das casas de emigrantes | 158 |

| | |
|---|------------|
| 3. Casas de emigrantes entre 1975 e 1990: tempo de projeção | 161 |
| 3.1. Caracterização formal e estética: principais tendências | 161 |
| 3.2. Atores nas casas de emigrantes | 167 |
| 4. Programa arquitetónico, orgânica funcional e uso dos espaços | 179 |
| 5. Espaços de consumo, expressões transnacionais e produtos híbridos..... | 191 |
| 5.1. Transnacionalismo e consumo ou modernidade e distinção social | 191 |
| 5.2. Produtos híbridos | 200 |
| 5.3. Leituras comparativas de transnacionalismo..... | 205 |
| 6. Representações exógenas e endógenas..... | 210 |
| 6.1. Intelectuais, imprensa e políticos | 210 |
| 6.2. Habitantes locais | 214 |
| 6.3. Proprietários..... | 216 |
| 7. Casas de emigrantes e reconfigurações identitárias em Portugal | 219 |
| IV. Casas de emigrantes e casas rurais emblematizadas entre 1990 e 2015..... | 223 |
| 1. Espaços e práticas sociais de (ex-)emigrantes em França | 223 |
| 1.1. Ex-emigrantes | 224 |
| 1.2. Emigrantes de longa data | 225 |
| 1.3. (Re)emigrantes recentes | 231 |
| 1.4. Lusodescendentes ou luso-franceses..... | 234 |
| 2. Casas de emigrantes em Ourém entre 2000 e 2015..... | 238 |
| 2.1. Construir casa na aldeia natal: desaceleração e mudança | 238 |
| 2.2. (Re)aportuguesamento na casa emigrante: tendências e contextos..... | 241 |
| 2.3. Atores locais de mudança na casa de emigrante | 252 |
| 2.4. O hibridismo em destaque na arquitetura..... | 258 |
| 3. Casas de imigrantes ourensenses em França | 262 |
| 3.1. Contextos e tendências arquitetónicas | 262 |
| 3.2. Casas em França: referentes de portugalidade | 266 |
| 3.2.1. Motivações materiais | 267 |
| 3.2.2. Motivações imateriais | 272 |
| 4. Emblematização de antigas casas rurais..... | 277 |
| 4.1. Contexto nacional | 277 |
| 4.2. Antigas casas rurais em Ourém: novos formatos e usos | 289 |
| 4.2.1. Quintas e casas agrícolas abastadas | 294 |
| 4.2.2. Emblematização de casas de antigos trabalhadores agrícolas..... | 298 |
| 4.2.2.1. Sujeitos e contextos | 298 |
| 4.2.2.2. Idiosincrasias nos processos de valorização..... | 300 |
| 4.2.2.3. Elitização do popular | 305 |
| Conclusão | 309 |
| 1. Alterações e retomas na casa pós-rural | 311 |
| 2. Centralidade do pedreiro na biografia da casa | 317 |
| 3. Da casa como espaço de produção à casa como espaço de consumo | 319 |
| 4. A casa, referente de lugares disjuntivos | 324 |
| Bibliografia e fontes..... | 331 |
| Bibliografia | 331 |
| Ficção, documentários e reportagens | 345 |
| Manuscritos documentais..... | 346 |
| Imprensa e sítios eletrónicos | 346 |
| Censos, relatórios e legislação | 347 |

Índice de quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Produção agrícola de Ourém em 1910 | 45 |
| Quadro 2 – Variação demográfica da população residente em Ourém entre 1864 e 2011 | 49 |
| Quadro 3 – Resouro: fogos propriedade de residentes e de emigrantes de França | 50 |
| Quadro 4 – População agrícola ativa em Portugal entre 1900 e 1994 (valor em %) | 55 |
| Quadro 5 – População agrícola ativa em Ourém entre 1991 e 2011 (valor em %)..... | 55 |
| Quadro 6 – Variação demográfica da população residente na freguesia de Espite..... | 58 |
| Quadro 7 – Rendimentos médios anuais no distrito de Leiria | 68 |
| Quadro 8 – Dimensões médias das casas de assalariados agrícolas e agricultores..... | 82 |
| Quadro 9 – Casas de emigrantes erguidas no concelho de Ourém entre 1968 e 1974..... | 159 |
| Quadro 10 – Evolução da média dos custos da habitação de emigrantes em Ourém | 177 |
| Quadro 11 – Projetos de casas em Ourém de emigrantes em França 1975-1990 | 180 |
| Quadro 12 – Quintas rurais intervencionadas entre 2000 e 2015..... | 294 |

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

A presente investigação procura examinar práticas e discursos relativos a expressões da arquitetura doméstica em espaço (pós-)rural nos últimos cento e quinze anos em Portugal. Incide em casas de habitação e edifícios de apoio em espaço de aldeia, erguidos e ocupados num passado associado à produção agrícola dos campos e num presente mais próximo das realidades urbanas. Esta trajetória acompanha três tipos de casas que coincidem genericamente com três panoramas socioeconómicos. O primeiro tipo, a “casa do trabalhador rural” erguida entre 1900 e 1960, associa-se à ruralidade e ao domínio da agropecuária; o segundo tipo, a “casa do emigrante” erguida entre 1970 e 2015, associa-se à emigração e à mudança de paradigma económico e social das aldeias portuguesas; e o terceiro tipo, a “casa emblematizada” entre 1990 e 2015, associa-se à reificação da tradição da antiga casa rural.

Sobre os três tipos de casas têm sido produzidos contributos científicos em diversas áreas disciplinares e com diferentes enfoques temáticos. Uns estudos são mais clássicos – Peixoto (1967 [1904-1905], 1990); Ribeiro (1986 [1945]); AAP (2004 [1961]); Oliveira e Galhano (1994) –, outros mais atuais – Pina-Cabral (1989); Silvano e Coelho (1993); Volovitch-Tavares (1995); Villanova, Leite e Raposo (1995); Sobral (1995, 1999a, 1999b); Leite (1998, 2006); Caldas (1999); Leal (2000, 2009a, 2009b, 2011a); Martins (2003); Villanova (2006); Silva (2006, 2007); Cardoso (2008); Dias (2008); Domingues (2011). Uns e outros revelam-se fundamentais na discussão proposta.

A decisão do uso sistemático dos termos “rural” e “pós-rural” ao longo da tese necessita de uma consideração prévia e contextualizada na realidade atual. O conceito de rural é complexo, com significados que variam em função de correntes de pensamento e dos quadros espaço-temporais em que é aplicado. Até por volta de 1970, vigorou em Portugal a noção do rural associado à vida camponesa, por oposição à vida urbana (Domingues 2011: 69-70). Nas últimas décadas, transformações políticas, económicas, sociais e culturais agitaram o conceito. O rural passou a ser encarado como representação social do espaço e o acento na função produtiva dos campos tem vindo a ser substituído pelo acento na função de consumo

de bens e serviços, ajudando a esbater a dicotomia entre o rural e o urbano. Em *Rua da Estrada*, Álvaro Domingues escreveu:

“Agrícola” é a economia (produção, preços, mercado etc.); “rural” é a cultura (visões do mundo, imaginários, hábitos, estilos de vida, etc.). Quando uma se desloca da outra, a oposição convencional entre o rural e o urbano, tal como a associação entre o rural e o agrícola, perdem todo o sentido (Domingues 2009: 197).

Em *Vida no Campo*, o autor prosseguiu a reflexão:

Rural é um adjectivo que qualifica culturas, visões do mundo, imaginários... e, por arrastamento, as gentes e a geografia, o território e as paisagens desses imaginários. Por isso é uma palavra que funciona como um arrastão. Cabe lá tudo (Domingues 2011: 121).

As considerações de Álvaro Domingues refletem a ambiguidade atual do conceito de “rural”. É difícil clarificar o que hoje se entende por rural, a que acresce a emergência de vários termos (novo rural, neorrural, rural contemporâneo e pós-rural) com significados tendencialmente idênticos. Reconhecendo esta complexidade, utilizo o termo “rural” para situar as relações entre os sujeitos e as casas no período produtivo dos campos e utilizo o termo “pós-rural” para as situar no período pós-produtivo dos campos. O 25 de Abril de 1974, enquanto marco de mudança para o país e especificamente para os campos, ajuda-nos a balizar o momento de alteração do termo “rural” para o termo “pós-rural”, que se encontra refletido em vários estudos recentes (cf. Leal 2007b: 58).

O argumento central da tese é conduzido por intermédio de quatro linhas de investigação e aponta para a arquitetura popular como um importante referente identitário em Portugal, simultaneamente expressivo do investimento individual e familiar dos portugueses e das transformações do panorama das aldeias até ao presente etnográfico. Procurarei identificar tais mudanças através da observação de práticas de conceção, construção e usos das casas (pós-)rurais e da análise dos discursos produzidos pelos sujeitos envolvidos nestas práticas para perceber o que as mesmas representam e como é que são encaradas e projetadas por eles (Hoggart 1975 [1957]: 20).

A linha de investigação principal, à qual estão ancoradas as seguintes, parte da leitura diacrónica da relação entre o indivíduo e a casa (pós-)rural durante um século

para registar continuidades e descontinuidades entre trabalhadores agrícolas no passado e os seus descendentes no presente. Apoio esta linha de investigação no método genealógico trabalhado por Michel Foucault (1979). Segundo afirmou o autor, a história genealógicamente dirigida não se destina a encontrar as raízes da nossa identidade mas a propor a sua dissipação, pondo em evidência as descontinuidades que nos atravessam. Foucault refutou a construção de uma linha de continuidade rígida na qual não houvesse lugar para o esquecimento e a dispersão. Considerou também que o recurso a documentos com narrativas do quotidiano, aparentemente banais e sem história, era útil para se assinalar descontinuidades entre acontecimentos contínuos e problematizar postulados de desenvolvimento e de progresso (Foucault 1979: 15, 28, 34).

Mais de um século (1900-2015) é um tempo longo e o seu estudo pode induzir abordagens parcelares que omitem aspetos pertinentes, pelo que apresenta riscos e fragilidades. Mas considero que a amplitude temporal é também a maior virtualidade desta tese, porque permite captar continuidades, descontinuidades e a reconfiguração de manifestações das relações dos grupos sociais com as casas (pós-)rurais, através de leituras comparativas em torno de temas como tendências arquitetónicas, mobilidade, transnacionalismo, genealogia e género nos usos da casa e reificação da mesma.

Marc Augé (2005 [1992]) defendeu que o habitante do lugar antropológico vive na história, não faz história. Augé tomava como exemplo o restauro e a conversão de uma capela em espaço cultural, suscitando reações complexas nos indivíduos mais velhos. Especificava depois a casa como um espaço de hierarquia que varia consoante as dimensões social, económica, familiar, as condições de subsistência e reprodução ou outros critérios intervenientes nas dinâmicas domésticas e, em sentido figurado, comparava-a com a hierarquização do corpo (Augé 2005 [1992]). As conceções do autor reforçam a opção por um estudo assente num olhar alargado sobre o passado e o presente da apropriação da casa (pós-)rural, ao longo de uma sucessão genealógica de atores num espaço comum.

Nos últimos anos, as desigualdades sociais e de oportunidades têm aumentado em Portugal, alcançando índices superiores à média registada na União Europeia (B.S. Santos 2012: 69-72; Lains 2013; Rodrigues 2013: 191-203; estatísticas em Eurostat 2011). Em 2008, a crise internacional atingia a Zona Euro e particularmente os países da periferia do sul, onde se inclui Portugal (Lains 2013: 326). Este problema

tem suscitado diferentes visões sobre a origem e os contornos da crise em Portugal, com destaque para Paul Krugman (Nobel da Economia), que defendeu o seu início anterior a 2008¹. Em 2011, o Estado português pediu a ajuda financeira internacional da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao assinar o acordo de estabilização com a Troika, assumiu um programa de ajustamento económico e financeiro e uma política de austeridade, com reflexos na contração da economia, designadamente no setor da construção civil. A classe média, importante dinamizadora do setor, foi muito afetada pelas medidas aplicadas. O endividamento das famílias cresceu, atingindo níveis elevados em 2009 (ver ECRI 2010, ECRI Statistical Package 1995-2009) e gerando situações de insolvência pessoal e familiar. Em 2012, Boaventura Sousa Santos comentava que “Com a crise, serão reactivadas estratégias de sobrevivência tais como o recurso às redes familiares, ao sobretrabalho, à agricultura de complemento ou à emigração temporária” (B.S. Santos 2012: 74). A retração do investimento individual e familiar em habitação própria contribuiu para a estagnação do mercado da construção, uma atividade económica com elevado grau de exposição à crise (Ferrão 2013: 255).

Concretamente no concelho de Ourém, terreno privilegiado deste estudo, a construção de moradias nas aldeias diminuiu nos anos mais recentes. O olhar localizado sobre esta problemática inscrita nas agendas atuais de discussão no espaço público reforça a necessidade do estudo do passado para interpelar posicionamentos contemporâneos de indivíduos e de grupos sociais e políticos em relação à construção e (re)apropriação de moradias em contexto de pós-modernidade e pós-ruralidade.

Dedico a segunda linha de investigação ao conhecimento mais aprofundado sobre formas de construção tradicional na região da Alta Estremadura e especificamente no concelho de Ourém, considerando a escassez de estudos regionais desta natureza. Lugar intermédio entre a Estremadura e o Ribatejo, Ourém é um espaço composto em termos geográficos, legais, institucionais e socioculturais, que apresenta tendências comuns a ambas as regiões, revendo-se nos espaços de fronteira comentados por Paula Godinho (2012: 226). A posição de charneira do concelho manifesta-se na diversidade de expressões arquitetónicas associadas à ruralidade e aos campos, com variantes formais e funcionais (materiais, técnicas, pormenores construtivos e modos de apropriação) que lhe promovem uma imagem difusa. No

¹ *Diário de Notícias*, Economia, 5/1/2012.

passado, a geomorfologia plural repercutiu-se na heterogeneidade de materiais artesanais de construção (calcário e terra), o que poderá ter contribuído para que o seu estudo fosse pouco apelativo, comparativamente a regiões geologicamente mais homogêneas e constantes quanto aos materiais utilizados nas arquiteturas tradicionais e, conseqüentemente, mais propensas à construção de representações estáveis e fáceis de reproduzir.

Comentarei alguns elementos arquitetónicos específicos, como chaminés e estruturas agropecuárias de apoio à habitação, que refletem hibridez na arquitetura regional, ou mesmo o alpendre, evocando a literatura que reforça a sua associação vincada, mas não exclusiva, à região estremenha (Monteiro 1916: 136; Oliveira e Galhano 1994: 209, 219, 222; Caldas 1999: 72). A observação destas antigas casas rurais elucida-nos ainda sobre a relação que as populações rurais mantinham com os campos, com a vizinhança, com a economia, e sobre o modo como essas dinâmicas interferiam simultaneamente nas soluções arquitetónicas das casas. Sabendo que o global se manifesta no local e conduz à reterritorialização da localidade, tento por fim realçar os reflexos da urbanização, do transnacionalismo e da globalização nas arquiteturas locais na região, que já eram complexas e difíceis de precisar tipologicamente.

A terceira linha de investigação procura salientar a complexidade do conceito de arquitetura popular no último século, observando-a em edifícios de habitação nos quais se centra o nosso estudo de caso. *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, de João Leal (2000), é uma obra de referência no debate sobre a temática que se tem feito nos últimos anos em Portugal. João Leal sintetizou alguns aspetos mais importantes da sua pesquisa em *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português* (2009a) e abriu-a para novas temáticas em “Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal” (2011a). As três obras do antropólogo português, assim como *Culturas Híbridas*, de Néstor García Canclini (1998 [1989]), são matrizes teóricas da presente discussão, que recorre também aos trabalhos de outros investigadores, como Carolina Leite (1998), João Vieira Caldas (1999, 2007), José Manuel Sobral (2004), Roselyne Villanova (2006), Isabel Cardoso (2008), Manuel Graça Dias (2008) e Álvaro Domingues (2009, 2011). A relação entre

a globalização – vista a partir de contextos locais – e a hibridação ou o sincretismo é incontornável nos vários estudos e sobressai quando o objeto é a “casa do emigrante”.

Tentarei avaliar os efeitos dos fenómenos contemporâneos que considero de relevo para o estudo das arquiteturas domésticas das aldeias em Portugal² sobre o hibridismo da casa (pós-)rural nos últimos 50 anos e relacioná-lo com a complexidade do conceito de arquitetura popular. Na discussão intervêm matérias associadas ao transnacionalismo (Vertovec 2001; Levitt 1998, 2001a, 2001b; Levitt e Jaworsky 2007; Seitinger 2003; Portes 2004; Dalakoglou 2010), à globalização (Leite 1998; Martins 2003; Villanova 2006; Almeida 2008; Cardoso 2008), à multilocalidade e translocalidade (Ortiz 1983; Fernandes 2013) e ao sincretismo e hibridização (Canclini 1998 [1989]; Caldas 1999; Leal 2011a, 2011b). Com tónica nos estudos de caso, a “casa do emigrante” é aqui tratada como um produto destes fenómenos e funciona como barómetro do debate sobre a associação do popular ao rural. Essa discussão acentuou-se com a tendência recente para a emblematização da antiga casa rural, parcialmente assente num imaginário pastoral, contribuindo para questionar o conceito de arquitetura popular. O tratamento desta problemática opera a partir de uma antropologia consciente de pluralidade, hibridação e complexidade cultural das sociedades pós-modernas (Canclini 1998 [1989]), que tentarei perspetivar em expressões arquitetónicas dos seus quotidianos. Para o efeito, sirvo-me do exercício comparativo entre a casa rural no passado e a casa pós-rural no presente, com (re)configurações, variações e desvios refletidos na transformação das aldeias em espaços que se vão tornando gradualmente mais difusos.

A quarta e última linha de investigação propõe-se aprofundar o conhecimento sobre contextos de apropriação de antigas arquiteturas rurais e anónimas no passado, a partir da análise da sua reconstituição e reapropriação no presente. Num tempo pautado por usos políticos da cultura (Hobsbawm e Ranger 1983; Handler 1988), em que “os fenómenos de emblematização, mercantilização e turistificação acompanham o processo de criação de uma memória material e imaterial” (Godinho 2012: 17), procuro ainda comparar a retórica de emblematização da antiga casa rural em Portugal com as práticas efetivas dessa emblematização dos quotidianos na sua concretização atual.

² Destaco a industrialização, a emigração, o 25 de Abril de 1974, a adesão do país à União Europeia (1986) a urbanização e a desruralização dos campos, sobretudo a partir dos anos 60 do século XX.

Nas últimas décadas, as mudanças das relações das populações com os campos (Silva 2006, 2007) originaram sentimentos de perda de valores da ruralidade, nos quais se inscrevem as antigas arquiteturas vernáculas. A expansão de padrões industriais de construção, a intensa emigração e a transferência laboral para outras áreas de atividade, especialmente nas décadas de 1960-1970, resultaram na perda de informação sobre os materiais e métodos de construção artesanal. Registou-se uma descontinuidade da transmissão empírica de saberes sobre esses modos de construção, então conotados com a estagnação prejudicial ao ideal de progresso que se instalava nos meios rurais, que hoje resulta em lacunas de informação sobre soluções técnicas artesanais para a recuperação ou a construção inspirada nestas arquiteturas.

Uma casa antiga do campo pode ruir ou ser demolida, mas também pode ser recuperada. Atores da cena pública e privada apoiam-se em cartas e recomendações sobre a arquitetura popular e na Lei de Bases do Património Cultural (artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) para valorizarem patrimonialmente estas construções. Contudo, a legislação é omissa em alguns aspetos, o que dificulta a sua aplicação no terreno, conduzindo a inconsistências nos desempenhos dos agentes locais³. O conceito de Património Cultural Imaterial triunfou no final do século XX (Leal 2013: 4), a UNESCO lançou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2003 e o governo português publicou o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, estabelecendo o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

Muito embora a legislação contemple o património cultural material e imaterial com procedimentos distintos de instrução e condução de processos de inventariação e classificação patrimonial, a sua descontextualização e recontextualização efetiva é mais complexa, porque ambas as expressões estão articuladas e não podem ser lidas separadamente. Isso aplica-se à casa rural, com a dimensão material a interferir em rituais ocorridos nos contextos domésticos dos indivíduos que a ocupam. A perceção dos espaços habitados não pode, por isso, ser descontextualizada dos seus usos, do mesmo modo que a leitura da construção artesanal depende do conhecimento da sua imaterialidade e vice-versa. A informação

³ Em janeiro de 2015 estavam em curso o projeto de revisão do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, propondo o desenvolvimento de conceitos, princípios e mecanismos fundamentais presentes na redação original; o projeto de revisão do Decreto-Lei que regulamenta a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, quanto aos bens culturais móveis, propondo a clarificação de procedimentos para a sua classificação e inventariação; e o projeto de revisão do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, propondo igualmente a clarificação da tramitação do procedimento de classificação nacional de bens imóveis candidatos à inscrição na lista do Património Mundial.

produzida a partir da análise etnotecnológica (Leroi-Gourhan 1984: 264) de processos e contextos individuais e sociais de construção e apropriação de casas rurais em Ourém entre 1900 e 1960 visa dois objetivos: cooperar nos processos de fundamentação do valor patrimonial das arquiteturas vernaculares, partilhando o objetivo que João Vieira Caldas (2007) definiu para a sua tese de doutoramento; apoiar as escolhas conceptuais e técnicas envolvidas na recuperação destas casas, que são geralmente dificultadas pelas lacunas de conhecimento já referenciadas, particularmente na região da Alta Estremadura.

A problemática dos discursos e das práticas do Estado, de autarquias, instituições académicas e cidadãos em relação à emblematização atual da casa rural suscita questões sobre posicionamentos e soluções de recuperação que os vários intervenientes adotam e sobre o modo como se articulam durante os processos respetivos. Partilham posicionamentos e informação? Trabalham as metodologias de intervenção em equipa? Aplicam técnicas fidedignas ao passado, ou ajustam-nas a recursos e tendências contemporâneas? No meu quotidiano profissional, como antropóloga com atuação nas áreas do património e da museologia, confronto-me com estas preocupações, sobre as quais procurarei refletir, pelo que assumo uma antropologia comprometida através de uma tentativa de articulação entre o conhecimento das expressões culturais e a sua valorização patrimonial, consciente de que a investigação é fundamental para esta última.

2. Quadro teórico

Esta tese remete para as áreas de conhecimento da arquitetura popular e do transnacionalismo, ambas com contributos teóricos essenciais para o nosso argumento. No último século, a arquitetura popular em Portugal tem sido analisada e discutida em diferentes contextos disciplinares e temáticos, ora com enfoque nacional, ora com leituras mais regionalistas. Neste estudo em torno de usos e representações das casas (pós-)rurais ao longo de mais de cem anos, distingo dois grupos de autores: um grupo com produção científica realizada entre 1900 e 1970 e um segundo grupo com produção posterior a 1970.

O primeiro grupo de autores concentrou os estudos da arquitetura popular especialmente em edifícios rurais (Peixoto 1967 [1904-1905], 1990; Monteiro 1916;

Lino 1992 [1933]; Barros *et al.* (1947); AAP 2004 [1961]; Oliveira e Galhano 1994; Oliveira, Galhano e Pereira 1988 [1969]). Não obstante esta tendência, em 1908, João Barreira lembrara a presença de arquiteturas de expressão popular, tanto em meios rurais, como em meios urbanos (Barreira 1908).

A trajetória dos estudos sobre arquitetura popular em Portugal entre 1870 e 1970 foi tratada por João Leal (2000) em *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. A obra aborda estudos de relevo sobre o tema durante esse século e fornece bases para leituras contextualizadas num cenário político-ideológico mais vasto, que confronta posições nem sempre consensuais entre si. É o caso do debate entre o discurso da “casa portuguesa” de Henrique das Neves e Raul Lino – que a contemplaram por fora na sua candura como reação a estrangeirismos e revivalismos (Leal 2000: 111, 143, 2009a) – e a diversidade da habitação popular sustentada por Joaquim de Vasconcelos (Leal 2000) e Rocha Peixoto (1967 [1904-1905], 1990) – que tinham uma visão mais cética sobre a sua expressão nacional.

Nas décadas de 1930 e, sobretudo, de 1940, a perceção da incoerência entre a imagem valorizadora da arquitetura popular e a realidade das condições precárias de habitabilidade mobilizou um grupo de engenheiros agrónomos do Instituto Superior de Agronomia (Eduardo Lima Basto, Eugénio Castro Caldas e Henrique de Barros). A equipa avançou na realização de um inquérito à habitação rural para aferi-la como variável na produtividade agrícola, atendendo à qualidade de vida dos habitantes. Este levantamento sistematizou informação sobre a organização e o funcionamento dos espaços domésticos, visando consciencializar para os problemas nestes espaços e denunciar a pobreza das populações rurais (Barros *et al.* 1947). Em 1948, por ocasião do I Congresso Nacional de Arquitetura promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos sob proposta de Francisco Keil do Amaral, nasceu o “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa” (IARP). Os arquitetos coordenadores distribuíram o mapeamento arquitetónico de Portugal continental por seis regiões, adequando metodologias de levantamento e análise a cada contexto territorial. O inquérito deu origem à publicação *Arquitectura Popular em Portugal* (AAP 2004 [1961]), que reconheceu a diversidade arquitetónica no país e a dimensão estética – de acordo com critérios modernistas – dos edifícios rurais, valorizando a sua autoria anónima e as difíceis circunstâncias em que se dava a sua construção (AAP 2004 [1961]): 387).

Através de uma leitura modernista do popular, a obra promoveu o papel da arquitetura popular na construção de um diálogo arquitetónico entre o moderno e o tradicional, o erudito e o popular (Leal 2000: 181, 185).

Entre 1950 e 1970, uma equipa de etnólogos liderada por Ernesto Veiga de Oliveira realizou, pelo país, uma campanha intensiva de prospeção e estudo de manifestações de cultura material ligadas aos campos. O estudo desenvolvido em torno da arquitetura doméstica e estruturas de apoio culminou na obra *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira e Galhano 1994). A lição difusionista de Jorge Dias e a visão geomorfológica de Orlando Ribeiro foram inspiradoras para o projeto desta equipa de etnólogos. O contacto de Jorge Dias com o estrangeiro incentivou-o a estudar a cultura popular em Portugal. E o registo de expressões de etnotecnologia – que incluíram a arquitetura rural – permitiu-lhe confirmar a heterogeneidade cultural do país e elogiá-la (Leal 2000: 49). Por seu lado, Orlando Ribeiro valorizou a relação de dependência da casa rural com os materiais de construção locais (Ribeiro 1986 [1945]: 92) e delimitou três áreas naturais para o país – o Portugal transmontano, o Portugal atlântico e o Portugal mediterrânico – que os etnólogos fizeram refletir numa tipologia que diferencia a casa sobradada, conotada com o Portugal atlântico e transmontano, e a casa térrea, conotada com o Portugal mediterrânico (Leal 2000: 205).

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano estudaram algumas orientações arquitetónicas e ilustraram-nas com fotografias e desenhos que se tornaram referências fundamentais. Sublinharam a relação entre os materiais de construção naturais e locais e a diversidade arquitetónica e propuseram que se olhasse a casa rural como instrumento de produção e como um referente essencial no modo de vida e da cultura camponeses. As estruturas agropecuárias de apoio foram, pela primeira vez, submetidas a um estudo mais vasto (Oliveira e Galhano 1994), que ajudou a promover a vertente tecnológica das casas rurais. Esta atitude beneficiou investigações posteriores, muitas das quais passaram a considerar mais as vozes das pessoas relativamente às dinâmicas características dos espaços por elas habitados⁴.

⁴ Citando os autores: “E pode dizer-se que em Portugal ocorrem, em inúmeras versões e variantes regionais, os géneros básicos conhecidos da casa popular: casa térrea e casa de andar, ou casas-torres; casas-blocos e casas de pátio, aberto ou fechado; casas de pedra, granito, xisto, ou calcário, conforme a natureza dos solos e o costume local, e casas de materiais leves, de taipa, adobo ou tijolo ... coberturas de palha, de materiais vegetais em geral, de telha, artesanal ou de fábrica, de lajes de pedra, e de uma, duas ou três ou quatro águas; casa isoladas, no meio das terras ou bordando os caminhos, nas áreas de povoamento concentrado, ou nos aglomerados urbanos, etc.” (Oliveira e Galhano 1994: 18).

A investigação que desenvolvo em torno da casa rural entre 1900 e 1960 é ainda enquadrada por literatura relativa a circunstâncias de mudança no país até à segunda metade do século XX, com destaque para o abandono agrícola dos campos e para a interrupção das arquiteturas artesanais (Pereira 1915; Castro 1945; Medeiros 1976; Cutileiro 1977; O'Neill 1984; Rosas 1991, 1994a, 1996; Sousa 1995; Baptista 1996; Sobral 1999a).

Em 1980 e 1990, o interesse pelo tema da arquitetura popular foi reativado, em parte por movimentos de valorização do património popular. Surgiram publicações com diferentes escalas e focos de abordagem (Moutinho 1995; Caldas 1999, 2000, 2007; Leal 2000, 2009c; Mestre 2002; Casella 2003; Baganha 2006; Lopes e Correia 2004; Quintino 2002; Silva 2009; Prista 2014; Mascarenhas 2015). Em 1980, trinta anos após o inventário da arquitetura popular em Portugal continental, a Ordem dos Arquitetos retomava o projeto visando concluir a cartografia deste tipo de arquitetura, desta vez no contexto insular. Fê-lo nos Açores, resultando em publicação coordenada por João Vieira Caldas. A equipa desenvolveu um estudo global e sistemático da arquitetura popular, centrada no território (com referência aos vários tipos de povoamento), na habitação (com análise da estrutura espacial e funcional e agrupamento por tipologias) e na arquitetura ligada às atividades de produção. O acento na diversidade arquitetónica prolongava o espírito do Inquérito de 1960 em Portugal continental e a procura de motivos unificadores enfatizou características regionais da arquitetura popular nos Açores. Por seu lado, em *Arquitetura Popular nas Madeira*, da responsabilidade e autoria de Victor Mestre, a casa da Madeira é relacionada com influências, materiais disponíveis, tecnologias ou características arquitetónicas particulares, sublinhando as dimensões etnotecnológicas e plásticas da arquitetura, através do desenho e desenvolvendo uma perspetiva da arquitetura popular como expressão de património.

Em 2015, o arquiteto Jorge Mascarenhas lançou *Sistemas de Construção, vol. XV: Arquitetura Popular Portuguesa*, com propósitos de registo e salvaguarda do património cultural e genético do país. A maior parte do livro é dedicada a representações da arquitetura popular nas várias regiões de Portugal continental. Vários encontros científicos têm promovido o debate em torno do reconhecimento patrimonial destas arquiteturas e da reativação de técnicas artesanais de construção associadas à ecologia e à sustentabilidade. São exemplos o Colóquio Internacional de

Arquitetura Popular (Município de Arcos de Valdevez), o Colóquio de Arquitetura Popular (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa) e as Conferências Internacionais sobre Património Vernáculo e Arquitetura de Terra (CIAV)⁵, realizados em 2013.

O segundo grupo de autores que trabalhou sobre arquitetura popular está ligado a três linhas de estudos. Uma primeira é alusiva a casas de portugueses emigrantes (particularmente em França), uma segunda interessa-se pelo carácter híbrido das arquiteturas contemporâneas e a terceira interpela a conceptualização patrimonial da arquitetura popular. As três linhas de estudos têm sido desenvolvidas em estreita relação com os processos de mudança nos campos (Silva 2009), envolvendo fenómenos de globalização, transnacionalismo e hibridização. A complexificação das realidades arquitetónicas em espaço rural refletiu-se na problematização conceptual da arquitetura popular, bem ilustrada pelas “casas de emigrantes” (Dias 2008; Tavares 2008; Leal 2009a, 2011a; Domingues 2011).

Começo precisamente pelas casas dos “emigrantes de França”. Estas eram já citadas em estudos clássicos, que tinham entretanto uma perspectiva crítica dos impactos que teriam nos territórios rurais portugueses (Oliveira e Galhano 1994: 372). O interesse pelo tema consolidou-se especialmente a partir da década de 1980 e continua ativo (Vieira e Veríssimo 1989; Moutinho 1989; Silvano 1990; Silvano e Coelho 1993; Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996; Castro 1998; Leite 1998, 2006; Villanova 2006; Almeida 2008; Cardoso 2008; Sobral 1999b; I. Santos 2012; Diogo 2013). O debate sobre as “casas de emigrantes” ganhou expressão por altura do segundo Congresso da Associação de Arquitetos Portugueses (em 1981). A discussão intensificou-se na década de 1980 e prolongou-se na de 90, marcada por divergências de posições que acentuavam a tensão e a polémica entre os intervenientes: enquanto uns defendiam as “casas de emigrantes” como tendo efeitos positivos para o país porque alimentavam a economia, outros acusavam-nas de malfetorias à paisagem; uns reconheciam-nas como obras exclusivas dos emigrantes, outros como produtos coletivos.

⁵ Conferências organizadas pela Escola Superior Gallaecia e ICOMOS-CIAV/Comité Científico Internacional de Arquitetura Vernácula. Esta última iniciativa contou com a 7.ª edição do Seminário de Arquitetura de Terra em Portugal (ATP – Arquitetura de Terra em Portugal), realçando as arquiteturas de terra como técnicas tradicionais e simultaneamente como linguagens de arquitetura moderna.

Alguma literatura, em especial, favoreceu o debate com abordagens clarificadoras e contribui agora para o argumento que tentarei defender. Em 1989, Mário Moutinho publicou “A arquitectura das casas dos emigrantes na área de influência do Museu Etnológico de Monte Redondo de Leiria” (Moutinho 1989). A proximidade territorial entre Leiria e Ourém e as afinidades económicas, sociais e culturais entre os dois concelhos reforçam a importância do artigo para a leitura da realidade em estudo nesta tese. Em 1990, Filomena Silvano estudou a emigração de mulheres portuguesas para França. A antropóloga classificou a emigração feminina como um processo de recomposição de referências sociais e espaciais e tratou os espaços constitutivos da identidade feminina, onde se incluía a habitação (Silvano 1990). Em 1993, Filomena Silvano e Tereza Coelho escreveram “Sobre a construção de uma casa” (Silvano e Coelho 1993). A partir de discursos do informante autor/construtor e proprietário da habitação, conjugados com a história de vida da família, o artigo demonstrou que o emigrante, ao erguer a sua casa no país de origem, organizara, segundo os próprios critérios, o seu espaço, a sua memória e a sua identidade, onde coexistiam a aldeia e a cidade de emigração. Como em Mário Moutinho (1989), a vizinhança do local estudado (freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria) com a freguesia ourense de Espite reforça a pertinência do artigo para o atual estudo.

Em 1995, o livro *Casas de Sonhos: Emigrantes Construtores no Norte de Portugal* (Villanova, Leite e Raposo 1995) teve um papel crucial na discussão sobre as “casas de emigrantes”. Através de um trabalho interdisciplinar com leituras multissituadas (nos países de origem e emigração), a publicação delineou uma proposta de caracterização dos perfis dos proprietários e elencou os contextos de construção de “casas de emigrantes” no norte de Portugal. Abordou motivações e investimentos na construção das casas; questões relacionadas com a autoria e a relação entre cliente e projetista; a participação de vários agentes nas fases de conceção e construção, realçando representações de género; finalmente, reconheceu nas “casas de emigrantes” a conjugação de influências importadas e traços locais.

Sucederam-se estudos académicos que aprofundaram alguns aspetos evidenciados em *Casas de Sonhos*. Em dissertação de mestrado, Ana César interpelou os discursos negativizadores de intelectuais, burguesia e habitantes locais sobre estas construções, classificadas como manifestações de novo-riquismo exacerbadas (César

1996). Em 1998, Alexandra Castro, também em dissertação de mestrado, analisou a vertente estética das “casas de emigrantes” a partir de discursos de representação dos próprios e de outros personagens que as conheciam (Castro 1998). Nesse mesmo ano, Carolina Leite (1998) concluiu a sua tese de doutoramento sobre a trajetória de vida e organização familiar de mulheres portuguesas em França. A investigadora privilegiou as casas e os quotidianos domésticos em França, mas examinou também aspetos da construção em Portugal com recurso a narrativas biográficas, inclusivamente de mulheres de Ourém.

O tema das “casas de emigrantes” continuou a merecer atenção na década de 2000. A polémica estética em torno destas moradias deixava de ser o centro das atenções, até porque o tema já tinha sido razoavelmente debatido. Além disso, a construção deste tipo de moradias decrescera. Surgiram novos trabalhos sobre essa construção em Portugal, na relação com o dilema entre o regresso ao país e a permanência em França e com a consciência geral de que as “casas de emigrantes”, afinal, não corresponderam ao projeto idealizado. Ultimamente, a iniciativa de construção de residência e recomposição identitária no país de acolhimento também tem despertado interesse académico (Martins 2003; Leite 2006; Villanova 2006; Cardoso 2008; Almeida 2008; Diogo 2013).

As “casas de emigrantes” estão documentadas, simultaneamente, através de meios audiovisuais. Imagens e discursos captados nas últimas quatro décadas ajudam a percorrer a narrativa destas construções e a reproduzir posicionamentos de emigrantes, habitantes locais, intelectuais e organismos públicos face às mesmas. Em 1971, a reportagem televisiva *Emigrante Não É Profissão*, sobre a emigração portuguesa para França e a Alemanha, anunciava a casa na aldeia portuguesa como sonho maior dos emigrantes. Na década seguinte, o programa *A Influência da Emigração na Língua Portuguesa* (1983) e a série documental *O Sonho do Emigrante* (1988) exibiram o sonho concretizado, referindo também a controvérsia que estas construções suscitavam no país. Philippe Costantini produziu *Les Cousins d'Amérique* (1985) e *L' Horloge du Village – Pedras da Saudade* (1989), dois documentários alusivos à emigração de naturais de Vilar de Perdizes (Trás-os-Montes). Em *Pedras da Saudade*, o realizador francês filmou as dinâmicas dos que permaneceram na aldeia dedicados à agricultura e à construção de casas de emigrantes e realçou a alteração que as mesmas produziram na paisagem. Nos anos

seguintes, as “casas de emigrantes” continuaram a ser objeto de reportagens e documentários, como ilustram *Reportagem em Queiriga* (2002) e, mais recentemente, *A Casa que Eu Quero* (2009), que conta histórias de emigração através da visita a seis casas numa aldeia do Minho.

Subsidiariamente ao estudo das “casas de emigrantes”, a atual pesquisa beneficia da vasta bibliografia disponível sobre a emigração portuguesa para França. A consulta facultou dados fundamentais para a contextualização das narrativas dos sujeitos com algum tipo de ligação às casas de emigrantes. De entre os temas trabalhados sobressai o estudo da flutuação dos movimentos migratórios e de retorno entre 1950 e 2014 (J. C. F. Almeida 1964; C. Almeida 1973; Anido e Freire 1976; Poinard 1983; Arroteia 1981, 1983, 1985, 2001; Martins 2003; Pereira 2002, 2004, 2014; Marques 2009; Peixoto 2004, 2013). Igualmente estudados estão os contextos de emigração, em particular as realidades de integração residencial e laboral no país de destino (Sousa 1972; Rocha-Trindade 1973, 1983; Leandro 1995; Volovitch-Tavares 1995, 2001; Margarido 1999; Branco 1999, 2001; Serre 1996). Finalmente, surgiram estudos sobre as construções identitárias e espaços de sociabilização de emigrantes e luso-franceses (Goldey 1982; Silvano 1994, 1997; Muñoz 1999; Barre 2006; Cunha 2009; Tiesler 2012).

Sublinho a importância da obra *Portugais à Champigny: le temps des baraques*, de Marie-Christine Volovitch-Tavares (1995), sobre a ocupação portuguesa, e ourense em particular, do *bidonville* de Champigny-sur-Marne, o que a torna uma referência para esta tese. Ainda sobre a problemática da emigração, menciono o Museu das Migrações e Comunidades no concelho de Fafe. O discurso expositivo que apresenta sobre a identidade de uma região (o Vale do Ave) historicamente marcada pela emigração do final do século XIX e do século XX para o Brasil e para a Europa ajuda-nos a acompanhar o fenómeno.

Para a abordagem da chamada casa do emigrante são também importantes estudos que se reportam ao tema da hibridez na arquitetura. Beneficiando das revisões de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour (1972), Néstor García Canclini (1998 [1989]) e Arjun Appadurai (2004 [1996]), a visão “pura” da cultura popular é hoje contestada no meio científico. Em *Culturas Híbridas*, García Canclini (1998 [1989]) classificou os fenómenos culturais tradicionais como um produto multideterminado de agentes populares e hegemónicos, rurais e urbanos, locais,

nacionais e transnacionais. O termo mais ajustado para a designação do fenómeno também foi objeto de apreciação. Ulf Hannerz, após avaliar um conjunto de termos possíveis para expressar mistura (hibridez, colagem, *mélange*, miscelânea, montagem, sinergia, bricolagem, criouliização, mestiçagem, miscigenação, sincretismo, transculturação, terceiras culturas), considerou que o termo hibridez seria um dos mais consensuais, por ser de fácil mobilidade entre disciplinas (Hannerz 1997: 26). É também o termo acolhido no presente exercício.

Em Portugal, uma geração contemporânea de autores tem examinado os fenómenos de sincretismo e hibridez em expressões arquitetónicas que incluem “casas de emigrantes”, casas neorrurais e antigas casas rurais emblematizadas. Realço os estudos de João Vieira Caldas (1999, 2007), Carolina Leite (2006), Domingos Tavares (2008), Manuel Graça Dias (2008), João Leal (2009a, 2011a) e Álvaro Domingues (2009, 2011). Com diferentes perspetivas disciplinares de abordagem (antropologia, arquitetura, geografia), os vários ensaios abordam a aproximação das casas locais a realidades arquitetónicas urbanas e estrangeiras, a transformação profunda dos campos nas últimas décadas e o cariz cada vez mais híbrido e fluído das arquiteturas em espaço (pós-)rural. Podemos pois afirmar que uma das linhas fundamentais de mudança no estudo das arquiteturas populares está na passagem de uma visão da cultura popular como “genuína” para uma visão em que o popular se revela mais misturado e híbrido.

Um terceiro campo de estudos relevante para os objetivos desta tese refere-se à conceptualização patrimonial da arquitetura popular, que nos últimos anos tem dinamizado a produção científica, com forte participação dos antropólogos. Um primeiro tópico teórico trata a valorização patrimonial de edifícios, inclusivamente em espaço (pós-)rural, com alusão a contextos, sujeitos e processos de emblematização (Diogo 1994; Teixeira e Belém 1998; Quintino 2002; AAVV 2005; Ribeiro e Félix 2008; Ribeiro, Aguiar e Costa 2013; Prista 2014). Um segundo tópico interpela os usos destas arquiteturas na relação com a dimensão social da memória e a sua associação a aspetos económicos, designadamente pela via do turismo (Sobral 2004; Peralta 2007; Xavier 2007; Leal 2007b, 2009a; Silva 2006, 2007, 2009; Godinho 2012; Prista 2011, 2013a, 2013b).

Subjacente a este conjunto de reflexões está o conceito de património. Os seus estudos intensificaram-se nos anos 1990 (Hobsbawm e Ranger 1983; Prats 1997;

Micoud 1995; Choay 1999; Mohen 1999; Guillaume 2001, 2003). Cito alguns contributos, com especial pertinência para a investigação em curso. Marc Guillaume definiu o património como uma categoria valorativa atribuída a determinados bens com base na identificação de símbolos representativos dos lugares de memória numa dada época. Segundo o autor, o património era produzido a partir de uma dialética infinita entre trajetórias individuais e operadores coletivos, os quais selecionavam dessas trajetórias elementos raros, que transformavam e combinavam com resultados ficcionados de um passado coletivo. André Micoud ensinou-nos que o património tem uma função social por se assumir metaforicamente como unidade coletiva através da exibição pública de referentes patrimoniais (Micoud 1995). Já para Llorenç Prats, o património é uma construção social onde cabe o que vai para além da ordem social e das suas leis e que escapa ao nosso domínio e presente imediato (Prats 1997: 23).

Património e identidade andam lado a lado com uma difusão enquadrada nos circuitos da globalização. Os dois conceitos remetem para as noções de memória e tradição (Zonabend 1980; Castells 1997; Giddens 1991; Fentress e Wickham 1992; Gillis 1994; Brigs 1996; Godinho 2012) e inclusivamente de nação (Gellner 1983; Andersen 1991 [1983]; Handler 1988, 1994; Hobsbawm 1994 [1990]; Klimt 2000). Na relação com o património, interessa aqui abordar a “objetificação da cultura”. Richard Handler (1988: 195) definiu o conceito como uma transformação de determinados aspetos da vida social em objetos aptos a serem estudados, catalogados e exibidos mediante um processo de seleção e reinterpretação. Iremos encontrá-lo no estudo de caso.

A par dos estudos sobre arquitetura popular que temos vindo a referir, são também importantes para esta tese – em particular no tocante ao seu tratamento da “casa do emigrante” – pesquisas sobre o transnacionalismo. No início dos anos 90, Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc definiam o transnacionalismo como processos por intermédio dos quais os imigrantes criavam e consolidavam campos sociais entre as comunidades dos seus países de origem e de acolhimento, baseando-se em múltiplas relações (familiares, económicas, políticas, organizacionais e religiosas) presentes nos seus quotidianos e que atravessavam as fronteiras (Basch, Schiller e Blanc 1994 [1993]). Para as antropólogas, o conceito assinalava a fluidez da circulação de ideias, objetos, capital e pessoas entre fronteiras. Esta proposta conceptual refletia a reflexão das autoras em torno das mudanças

profundas que ocorriam nas dinâmicas das populações migrantes, com impactos significativos nos seus padrões de vida, os quais envolviam simultaneamente os países de origem e de destino.

Nos últimos anos, registam-se importantes contributos teóricos sobre o tema do transnacionalismo, muitos sustentados em estudos etnográficos (Basch, Schiller e Blanc 1994; Appadurai 2004 [1996]; Levitt 2001a, 2001b; Vertovec 2001; Portes 2004, 2006; Levitt e Jaworsky 2007; Leal 2009c). O impulso das novas tecnologias de informação e comunicação, designadamente nos transportes, promoveu a complexificação do fenómeno transnacional e novos interesses no meio académico, que, oportunamente, alimentaram um importante debate, envolvendo frequentemente o tema das migrações, com posições nem sempre convergentes.

Peggy Levitt é uma referência incontornável no estudo do transnacionalismo. Os trabalhos etnográficos que realizou sobre cidadãos naturais da República Dominicana imigrantes nos Estados Unidos ajudam, entre outras coisas, a perceber como o transnacionalismo reforça e é reforçado pelos sujeitos nos espaços sociais transnacionais em que se movimentam (Levitt 2001a, 2001b; Levitt e Jaworsky 2007). Segundo a autora, o transnacionalismo refere-se à ligação cultural, económica e política entre pessoas e instituições numa grande variedade de contextos, incluindo negócios e práticas de organização, investimento estrangeiro e produção ou intermutações culturais (Levitt 2001: 202).

Alejandro Portes também tem trabalhado o conceito de transnacionalismo, definindo-o como “ocupações e actividades que requerem contactos sociais transfronteiriços *regulares e sustentados ao longo do tempo* para a sua implementação” (Portes, Garnizo e Landolt 1999: 219, cit. em Leal 2007a: 81). Além de privilegiar os migrantes, Portes estendeu o fenómeno a outros atores privados e organizações não-governamentais com atuação transfronteiriça. Mas defendeu também que o facto de um cidadão ser imigrante não o tornava automaticamente cidadão transnacional, pois nem todos os imigrantes praticavam atividades transfronteiriças. Portes caracterizou o transnacionalismo como um fenómeno popular de base, muito presente em quotidianos de cidadãos comuns empenhados em consolidar laços entre espaços de nações diferentes. Nesse registo, propôs a distinção entre as atividades promovidas pelos Estados nacionais, pelas instituições multicêntricas globais e pelos atores não-empresariais privados. Lembrou ainda que o

transnacionalismo imigrante poderia ter consequências macrossociais, com impactos económicos, culturais e sociais para os países envolvidos, e que o alcance e as formas de ativismo transnacional variavam em função dos contextos de saída e de acolhimento dos atores nos países (Portes 2004).

Pensar o transnacionalismo aplicado à arquitetura implica pensar as noções de hibridez e emigração, já acima elencadas, e também a produção do lugar em contexto de globalização, com efeitos de transformação da vida quotidiana dos cidadãos (Friedman 1990; Augé 2005 [1992]; Levitt 2001a, 2001b; Tsing 2005; Godinho 2007; Fernandes 2013). Leva-nos a refletir ainda sobre as questões do consumo (Appadurai 2008 [1986]; Miller 1987; Baudrillard 1995; Miller 1998a, 1998b; Slater 1997; Duarte 2010). Em suma, estes e outros conceitos em destaque na presente dissertação visam apoiar o argumento seguidamente desenvolvido em torno de dinâmicas identitárias através das relações de apropriação, usos e representações das casas enquanto materializações de impactos do local na construção do global.

3. Metodologia

O principal suporte informativo da investigação são os estudos de caso que realizei no concelho de Ourém e subsidiariamente alarguei à região da Alta Estremadura (Portugal). Estendi o trabalho de campo a áreas residenciais de portugueses na periferia de Paris (França) por serem terrenos etnográficos importantes dos itinerários dos proprietários (ou seus descendentes) das antigas casas rurais de Ourém⁶. Neste concelho português desenvolvi pesquisa intensiva durante 15 anos, em contexto de imersão profissional na comunidade. A formação em antropologia e museologia e o desempenho profissional no Município ligado a áreas do património, inclusivamente na esfera da cultura popular, reforçou o meu envolvimento nestas matérias e determinou uma conduta de pesquisa como observadora e como participante, em interação com os “informantes”.

O lugar antropológico é de escala variável, com espaços amplos fragmentados em múltiplas escalas locais, podendo abranger uma casa, uma povoação, uma aldeia, um concelho, uma região ou um país (Augé 2005 [1992]). A presente discussão também assenta em múltiplas escalas com origem no local e referências no global.

⁶ Consultar Anexo I. Guiões de Entrevistas e Anexo II. Cartografia.

Procurei articular o trabalho de campo de microescala (concelho, freguesia, aldeia e casa) que me permitiu observar fenómenos, personagens e processos individualizados –, com leituras de fluxos globais de pessoas, bens, capitais e informação, evidenciados em contextos de média escala e macroescala (a região, o país e a Europa). Brigit Meyer e Peter Geschire (2003: 3), conscientes de que a realização de trabalho de campo à escala local é mais fácil para o antropólogo, lembravam que a leitura do global não devia ser descurada. Recordo Ana Tsing (2005), que a partir de percepções da macroeconomia internacional com reflexos nacionais e locais demonstrou a interferência do local no global e o impacto deste na dimensão local. Cito ainda a reflexão de George Marcus (1995) sobre a etnografia multissituada e a referência de Boaventura Sousa Santos (2001: 78) à atuação do global sobre o local e à repercussão do local no global.

A necessidade de estudar o transnacionalismo na perspetiva de dois países envolvidos no roteiro migratório entre Espite (freguesia do concelho de Ourém) e Champigny-sur-Marne reforçou a decisão de trabalhar as experiências dos portugueses ao nível dos seus quotidianos nas casas em ambos os terrenos etnográficos, de modo a obter uma visão de conjunto que permitisse avaliar o impacto das relações transnacionais (Levitt e Schiller 2004: 14; Levitt e Jaworsky 2007: 142). Tentei seguir a história da emigração de Portugal para França e as narrativas de vida de emigrantes como forma de produção de etnografia pela justaposição de representações sociais a experiências individuais. Acompanhei as suas dinâmicas em França e em Portugal e observei as respetivas casas enquanto objetos materiais de estudo.

Neste exercício de antropologia multissituada, o concelho de Ourém foi o terreno etnográfico principal, no qual me movimento no quotidiano, com mais-valias e desvantagens para a investigação. Conduzi o trabalho de campo com base num conhecimento prévio do território, fruto de uma residência prolongada e de algumas pesquisas temáticas, e trabalhei com vários habitantes locais com os quais mantenho contactos regulares. Estas circunstâncias facilitaram a caracterização global do concelho e o acesso a informações facultadas por pessoas com posições específicas na área da construção civil (construtores civis, arquitetos, emigrantes, técnicos municipais). Em contrapartida, tornaram-me eventualmente mais permeável a leituras subjetivas, comparativamente a um terreno desconhecido, obrigando-me a um esforço maior de distanciamento para não comprometer a análise. Provocaram também uma

certa tensão na gestão da informação fornecida por habitantes locais, associada a alguma indefinição da fronteira entre a minha posição como antropóloga e como cidadã local. Procurei negociar permanentemente essa tensão, eticamente desafiante e complexa, tendo presente a corresponsabilidade entre antropólogo e informantes, num exercício de mutualidade, segundo João Pina-Cabral (cf. Viegas e Mapril 2012: 514). A investigação num terreno familiar não evitou imprevistos, contratempos e evasões, especialmente com emigrantes, que tanto prolongavam conversas e as desdobravam em detalhes, como enviesavam alguns assuntos, o que valorizei enquanto condições de produção da etnografia e antropologia contemporânea (Florêncio 2012: 619).

O primeiro estudo de caso que realizei em Ourém sobre arquitetura doméstica decorreu entre 1998 e 2001, inserido num projeto de pesquisa coordenado pela associação ambientalista Quercus (Núcleo do Ribatejo e Alta Estremadura). Assentou em discursos sobre os quotidianos dos habitantes locais no passado – entre 1900 e 1960⁷ – com alusão à casa rural na sua relação com os campos agrícolas. Com base num guião, participei na realização de entrevistas a 181 oureenses, que transcrevi e tratei etnograficamente (Neves 2001). Nos anos seguintes, pesquisei sobre temas conexos com a casa rural, com recurso ao método etnográfico do trabalho de campo, com destaque para sistemas e mecanismos de captação, armazenamento e abastecimento de água (Neves 2002), confeção e consumo alimentar (Neves 2008) e construções agrícolas (Saraiva 2008) do século XX. Em todos estes estudos sobressai a relação entre a casa rural e os campos no passado e a heterogeneidade geomorfológica do concelho, com reflexos económicos e culturais nas populações locais.

Entre 2009 e 2015 a arquitetura doméstica tornou-se o meu principal objeto de investigação, já enquadrado na preparação da presente tese. Com ajustes metodológicos aos diferentes âmbitos de análise, utilizei como instrumentos de registo etnográfico o caderno e o diário de campo, o gravador, a máquina fotográfica e o vídeo. Como técnicas de abordagem, realizei observação passiva e observação participante, conversas livres e dirigidas, entrevistas com base em guiões abertos, acrescentando novas questões e reformulando outras à medida do que se revelou pertinente. Após entrevistar alguns emigrantes percebi que as conversas livres e

⁷ O início da baliza temporal foi determinado pela data de nascimento do informante mais velho: Maria Lopes, residente na freguesia de Olival, nascida em 1902.

dirigidas se tornavam menos intimidatórias que as entrevistas, razão pela qual aquelas acabaram por prevalecer, com vantagens para a investigação. De acordo com os perfis dos informantes e as condições em que decorria o trabalho de campo, as suas intervenções foram captadas com ou sem gravação, resultando em estruturas de informação díspares, divididas em narrativas longas (discursos fluídos e com sentido biográfico dos atores), em narrativas segmentadas (discursos longos e consistentes alternados por respostas curtas) e em narrativas fragmentadas (teor de informação pouco desenvolvido).

Acompanhei várias pessoas de forma mais contínua e outras mais pontualmente, em períodos com interesse mais específico para o estudo, especialmente com os emigrantes. Sublinho ainda o papel dos informantes privilegiados na facilitação do acesso a esses emigrantes, tendencialmente mais distantes e reservados, em comparação com os habitantes locais. À medida que o trabalho de campo evoluía, surgiam novas hipóteses, outras desvaneciam-se, outras ainda eram secundarizadas ou reenquadradas em análises comparativas com ensaios que as tinham já abordado.

A investigação decorreu em terrenos convencionais (habitações dos proprietários, lares e centros de dia), mas também em locais onde a recolha de informação era menos expectável (o café e a rua). Foram tidos em conta os calendários anuais e as atividades rituais de cada grupo estudado (Augé 2007: 19, 20): dos antigos trabalhadores agrícolas, mais sintonizados com um tempo cíclico, valorizador da relação entre a casa e o campo agrícola; dos emigrantes, mais conotados com um tempo misto e de repetição, pois não seguem o calendário agrícola mas cumprem rituais cíclicos, como a viagem anual à aldeia natal; dos proprietários das casas emblematizadas, que se movimentam num tempo mais contínuo e menos ritualizado, gerido por um quotidiano que intercala ritmos de trabalho e de lazer.

O grupo de pessoas com quem trabalhei a casa do antigo trabalhador rural é composto por habitantes das freguesias de Atouguia, Fátima, Gondemaria/Olival, Urqueira e Espite. Entrevistei 31 pessoas com idades superiores a 60 anos e distintos contextos de relação com a casa (homens e mulheres, proprietários e descendentes, pedreiros e carpinteiros). Este grupo abrangia oito casais residentes (com idades entre 70 e 90 anos) e 15 utentes de lares ou centros de dia, dos quais quatro homens foram abordados enquanto construtores (três pedreiros e um carpinteiro). O trabalho de

campo nos centros de acolhimento de idosos durou cerca de um ano, com visitas semanais nos primeiros meses, que se tornaram depois mais esporádicas. Nas várias estadias intercalei conversas individualizadas com participações coletivas, reunindo grupos de quatro a seis pessoas, maioritariamente mulheres. O segundo método revelou-se particularmente produtivo porque me permitiu ter acesso a informação que surgia em lembranças e memórias despoletadas através do convívio e da narrativa de eventos passados entre pessoas com processos de identificação comuns. A abordagem aos casais nas suas casas decorreu entre 2009 e 2013, num registo menos ritmado e mais circunstanciado. O conjunto de participações trouxe uma diversidade de vivências, experiências e modos de representação da casa que evidencia a encruzilhada entre a heterogeneidade do sujeito enquanto indivíduo e a homogeneidade do sujeito enquanto mais um indivíduo (Piedade 1996: 42-44).

Em 2011, realizei trabalho de campo no departamento de Vale do Marne. O departamento de Vale do Marne situa-se na região de Île-de-France, tem uma extensão de 245,03 km² e é identificado com o número 94. Vale do Marne é composto por três distritos (Créteil, Nogent-sur-Marne e L'Hay-les-Roses), 49 municípios e 47 cidades⁸. Visitei algumas casas e acompanhei dinâmicas de oureenses habitantes nos bairros satélites de Paris, concretamente em Champigny-sur-Marne, Villiers-sur-Marne, Saint-Maur, Chennevières, Bonneuil e Ormesson, onde procurei comparar discursos e práticas relacionados com os usos da casa que lhes observava no país de acolhimento com aqueles que encontrava no país de origem, durante os seus períodos de férias. A pesquisa incidiu sobretudo em Champigny-sur-Marne por se tratar de um ícone da imigração oureense em França, mais especificamente a partir da freguesia oureense de Espite. Em *Portugais à Champigny: le temps des baraques*, Marie-Christine Volovitch-Tavares (1995) lembrava Espite como uma das primeiras localidades portuguesas de emigração para França e realçava o papel que os indivíduos que partiram dessa povoação de Ourém tiveram na criação do *bidonville* de Champigny, um dos bairros sociais mais populares em França e um bairro de referência da emigração portuguesa.

O estudo da casa do emigrante em Ourém e Vale do Marne privilegiou Espite e Urqueira do lado português, e Champigny-Sur-Marne do lado francês. Trabalhei com 48 emigrantes, re-emigrantes e ex-emigrantes – 28 em contexto de casal e 20

⁸ Fonte: <http://www.map-france.com/departementVal-de-Marne>, consultado em 23/06/2015.

individualmente –, um universo de trabalhadores no ativo e pensionistas, empresários e operários na construção civil, e outros em áreas diversas, com destaque para a metalomecânica, limpeza e restauração. Ao longo de quatro anos (2010-2013) acompanhei 24 emigrantes durante as estadias de verão na aldeia de origem e seis emigrantes durante a residência em França e nas férias em Portugal. Inquiri 18 ex-emigrantes, maioritariamente regressados à aldeia nos anos 70 e 80 e que fundaram negócios próprios. Conversei com 14 luso-franceses, jovens e adultos, apurando particularidades nos modos como se relacionavam com a aldeia e com os habitantes.

No grupo dos cidadãos residentes em Ourém com profissões ao serviço de portugueses residentes em França, pondo a tónica na relação entre transnacionalismo e arquitetura, entrevistei um gerente de transportes internacionais, um desenhador, um arquiteto e dois engenheiros projetistas, dois ladrilhadores, um estucador e um empresário no ramo das caixilharias. Reuni ainda com duas funcionárias da Junta de Freguesia de Espite, que transmitiram leituras interessantes sobre as dinâmicas locais no verão e no resto do ano. Complementarmente, fiz observação participante em 10 festividades religiosas em Espite e Urqueira nos verões de 2010 a 2014, assisti a outras festividades religiosas, participei em almoços e arraiais de convívio, com recolha de informação sobre posicionamentos dos emigrantes nestes rituais de aldeia. Ainda nos meses de verão, frequentei os cafés locais e mercados semanais da cidade de Ourém, para perceber práticas de consumo dos emigrantes e de socialização com os habitantes.

Em Champigny-sur-Marne circulei pelo centro da vila, atenta a dinâmicas de rua e moradias unifamiliares, sobretudo de portugueses. Visitei espaços de comércio e serviços geridos por imigrantes portugueses (agência imobiliária, cafés e restaurantes) e o parque verde de lazer “*du plateau*”⁹, no local do antigo *bidonville* de Champigny. Nos municípios vizinhos percorri bairros residenciais e um parque industrial de materiais de construção, frequentei o mercado semanal e a missa dominical de Villiers-sur-Marne, visitei uma superfície comercial com produtos portugueses e participei em refeições familiares de imigrantes (em Saint-Maur). Afastando a hipótese de enveredar por uma estadia mediada institucionalmente pela geminação entre os municípios de Ourém e Plessis-Trévisse, realizei uma viagem informal a este

⁹ *Plateau* corresponde, neste contexto, a uma área geográfica (um bairro), em Champigny, que acolheu o *bidonville* de Champigny. Atualmente, o local é ocupado com pequenos aglomerados habitacionais e um parque com espaços verdes e de lazer.

último município, considerando que esta solução me permitiria uma gestão autónoma da pesquisa, uma relação de maior proximidade com os portugueses imigrantes e uma perceção mais fidedigna do objeto de estudo.

O trabalho de campo sobre a casa rural emblemizada em Ourém foi extensivo ao território concelhio, embora com maior investimento nas freguesias de Fátima, Atouguia, Seica, Olival-Gondemaria e Urqueira. A leitura global de casos paradigmáticos nas diferentes povoações, representados por um grupo de informantes mais heterogéneo comparativamente aos que consultei para as casas rurais e de emigrantes, permitiu-me pensar o fenómeno de emblemização da antiga casa rural ao nível de motivações, atores, processos e usos envolvidos nestes fenómenos contemporâneos. Conversei com 15 proprietários, seis enquanto casal e os restantes individualmente, com técnicos municipais (nas áreas de conservação e restauro, história e arquitetura), com três funcionários estatais na área do património, e com três docentes que ensinam sobre património e turismo em institutos politécnicos da região.

Trabalhei depois com cidadãos com atuações transversais aos três grupos de casas (20 habitantes das freguesias de Espite e Urqueira), alguns dos quais profissionais da construção civil, e fiz incursões ocasionais junto de habitantes de outras localidades, incluindo descendentes de antigos trabalhadores rurais. No Município de Ourém, entrevistei dois funcionários administrativos com funções de encaminhamento de processos de licenciamento de obras particulares e quatro técnicos com um papel na análise dos projetos de arquitetura.

A pesquisa documental revelou-se uma ferramenta de investigação igualmente importante. Realizei leituras de documentos primários (estruturas físicas da arquitetura doméstica), em funções, devolutos e em ruína¹⁰ e de documentos secundários (produzidos a partir de documentos primários). Visitei os interiores de 15 casas de trabalhadores rurais, 10 de emigrantes e cinco de ex-emigrantes e 10 casas emblemizadas, aplicando em cada caso o método de recolha de informação que me parecia mais adequado. Muitas visitas foram acompanhadas pelos proprietários, o que me possibilitou o registo de informações e comentários que emitiam e a perceção do que as casas e os seus objetos significavam para os próprios (Segalen e Le Wita 1993).

¹⁰ A observação de estruturas em ruína facilitou a análise dos materiais e técnicas de construção.

As casas rurais com estudo *in loco* foram selecionadas com base em critérios de construção (materiais e métodos artesanais), programa arquitetónico e categoria social e económica do proprietário. Como as moradias tinham sido erguidas sem projeto de arquitetura, incluí a participação de um arquiteto no levantamento de alguns edifícios para obter leituras mais visuais e inteligíveis. Completei as descrições com registos fotográficos e relatos dos informantes que efetuei durante as visitas e consultei a coleção móvel de peças representativas da construção e ocupação da casa rural entre 1900 e 1960¹¹ incorporada no Museu Municipal de Ourém, assim como requerimentos de construção com entrada no Município antes de 1960.

As descrições exteriores dos edifícios foram mais simples de concretizar graças ao acesso facilitado à informação. Observei, fotografei¹² e mapeei 50 edifícios de habitação de norte a sul do concelho e cruzei representações recentes dos edifícios com 100 fotografias antigas do AMO (Arquivo Municipal de Ourém) sobre a arquitetura local na primeira metade do século XX¹³, e ainda cerca de 3000 imagens de arquiteturas vernáculas locais, a partir de registos realizados pela Quercus nos anos 90. Alarguei a consulta à região da Alta Estremadura, através da observação de 400 imagens de casas rurais fotografadas em 2008 e 2009 nos concelhos de Ourém, Pombal, Leiria, Alvaiázere, Porto de Mós, Batalha, Nazaré e Marinha Grande, no âmbito de um projeto editorial do CEPAE (Centro de Património da Estremadura) (Saraiva, Soares e Roda 2012) que trouxe uma visão geral da região e leituras comparativas entre os vários concelhos.

Para descrever as casas de emigrantes, além das 15 habitações visitadas, foram fotografadas e mapeadas 55 casas em Espite e Urqueira, com o apoio da consulta de 124 projetos de arquitetura concebidos entre 1960 e 2014, disponíveis no AMO (Arquivo Municipal de Ourém). A consulta possibilitou a recolha de informações sobre residência, profissão e idade dos proprietários; identificação, residência e formação dos projetistas; orçamento estimado e duração das obras; caracterização geral, programa arquitetónico, orgânica funcional e materiais de construção utilizados

¹¹ São exemplos formas de construção em adobe, ferramentas utilizadas na construção em pedra e terra (taipa e adobe), utensílios domésticos.

¹² Os registos fotográficos incidiram sobre panoramas gerais e espaços envolventes de edifícios de habitação, incluindo estruturas em ruína e estruturas anexas, e sobre pormenores arquitetónicos e de organização dos espaços.

¹³ A fotografia é uma técnica eficaz de captura e armazenamento de informação (Wacquant 2006).

nos edifícios. Foram anotadas descrições e observações sobre tendências, variáveis e desvios, de grande utilidade para a realização de leituras interpretativas.

As visitas aos interiores das casas emblemizadas também beneficiaram dos comentários dos proprietários e, em alguns casos, do acesso a processos com levantamentos arquitetónicos e projetos de alteração dos edifícios. Analisei 15 processos de licenciamento de obras em edifícios antigos, com entrada recente no Município. Estes dados foram complementados com a observação exterior de 30 edifícios de habitação recuperados no concelho e na região da Alta Estremadura.

Para os diferentes grupos de construções documentei-me com imprensa local (antiga e recente), regional e nacional (mais recente), com *sites*, blogues, documentários, filmes e outros canais de informação digitais e em suporte de papel, sobre temas ligados ao concelho, à emigração para França, à valorização patrimonial e turistificação de arquiteturas vernaculares na região e em outros locais do país. O INE (Instituto Nacional de Estatística) e o OE (Observatório da Emigração), criado em 2008, revelaram-se importantes canais de consulta, pelos indicadores e outra informação atualizada sobre temas relacionados com a demografia, a atividade económica, a habitação e a emigração portuguesa para França.

A literatura constituiu outro recurso indispensável ao longo da investigação. A extensão temática da pesquisa exigiu a consulta de bibliografia em áreas muito diversas ao nível da literatura teórica (património, hibridismo, transnacionalismo, globalização, consumo), descritiva (grupos sociais, economia agrícola, arquitetura popular e casa do emigrante), e monográfica (terrenos etnográficos). A amplitude temática da bibliografia consultada possibilitou a construção de um olhar global e transversal sobre as matérias em relevo, mas também significou exigência e muito tempo despendido no exercício académico, persistindo a consciência de que as leituras sobre cada um dos assuntos nunca estavam suficientemente estabilizadas. Investi em bibliografias de referência, com sugestões e recomendações dos orientadores, complementando-as com leituras específicas e que se foram revelando oportunas à medida que trabalhava os vários argumentos.

Coração do exercício antropológico (Augé 2007: 52), a escrita foi a última etapa deste percurso e a mais problemática, pela dificuldade na forma de comunicar com clareza e objetividade a realidade que pretendia descrever e representar,

articulando os argumentos que optei por apresentar e debater ao longo da tese. Num registo de etnografia do particular, fiz intervir as vozes dos informantes, por as considerar importantes para a desconstrução da problemática. Lila Abu-Lughod (1991) criticava a generalização nas etnografias que avançam arriscadamente com retóricas de poder assentes em pressupostos de objetividade e profissionalismo, numa afirmação do saber autorizado do antropólogo. Lembrava depois que a construção de discursos de produção dos outros reforça as separações entre o “eu” e o “outro” e induz uma relação hierárquica entre antropólogo e informante, com o investigador a sujeitar o informante a uma interpretação dominante em detrimento da leitura de dados concretos (Abu-Lughod 1991: 150-152). Seguindo a recomendação da autora, tento conciliar a linguagem da literatura antropológica com expressões dos informantes, para que a comunidade estudada se identifique com a escrita através de um discurso que não seja rígido e dominante, mas humanizado, criativo, apoiado no quotidiano e baseado na experiência singular.

4. Plano da dissertação

A presente tese está estruturada em cinco capítulos. O capítulo I expõe uma síntese do panorama socioeconómico do início do século XX até à atualidade. Desenvolve um olhar sobre a (pós-)ruralidade em Portugal e especificamente no concelho de Ourém, realçando episódios e contextos de mudança relevantes para os processos de transformação das arquiteturas domésticas nas aldeias, com um enunciado dividido em três momentos. O primeiro momento incide sobre o modo de vida rural e a sua gestão artesanal até à segunda metade do século XX. O segundo momento aborda a industrialização no país, o fluxo intenso da emigração de Ourém para França e os fenómenos associados ao 25 de Abril de 1974 e à adesão de Portugal à União Europeia. O terceiro momento aborda de novo a emigração para França e novas formas de valorização dos campos pela via da emblematização da antiga casa rural. Nos vários momentos intervêm dados estatísticos que funcionam como indicadores importantes nos processos de mudança assinalados.

O capítulo II reflete sobre as casas rurais de Ourém construídas entre 1900 e 1960. Começa por enquadrar estas casas no território, debatendo a sua posição geográfica, administrativa e sociocultural de charneira e os seus reflexos na

arquitetura do período estudado. Enuncia depois a estrutura social de então no concelho, dividida em habitantes da vila e das aldeias, privilegiando o tratamento dos segundos, que incluem proprietários agrícolas e trabalhadores agrícolas. Após uma caracterização geral das casas dos proprietários agrícolas e respetivos usos, as casas dos trabalhadores agrícolas assumem a centralidade. A uma descrição formal e estética destas casas, que evidencia recorrências e variações arquitetónicas, materiais e técnicas artesanais de construção e introdução de soluções industriais, sucede a exposição do programa funcional e arquitetónico da habitação e edifícios de apoio, de contextos e processos de construção (custos, participantes, coordenação com o calendário agrícola e etapas da construção). O capítulo termina com uma abordagem da perceção dos usos destas casas que discorre sobre a trilogia casa-família-terra, a produção de memória dos proprietários e as mudanças e permanências nas relações que eles mantêm com as suas casas.

O capítulo III trata em detalhe práticas e discursos associados às casas de portugueses emigrantes em França que foram erguidas em Ourém entre 1960 e 1990, complementando o estudo de caso com perspetivas elaboradas a partir de outros territórios portugueses e articulando-o com referências a moradias observadas na periferia de Paris. A abordagem discute a mobilidade destes portugueses entre a aldeia natal e o bairro francês de acolhimento durante esse período, com alusão à integração laboral, a espaços habitados e experiências de organização doméstica no país de imigração, assim como a espaços e práticas sociais relacionados com os quotidianos de residência em França e as férias em Portugal. Elucidados os contextos de construção de casas na aldeia natal e após a passagem pelas casas de emigrantes construídas entre finais de 1960 e meados de 1970, a atenção volta-se para as casas erguidas entre 1975 e 1990, observando tendências estéticas e formais, influências do país de destino da emigração, atores envolvidos na conceção e construção, programa arquitetónico, orgânica funcional e usos dos espaços domésticos. O capítulo apresenta as casas de emigrantes como expressões de consumo, hibridez e transnacionalismo e encerra com uma discussão em torno de representações sociais sobre estas arquiteturas e o seu papel nas construções identitárias recentes em Portugal.

O capítulo IV avança no estudo das casas de emigrantes erguidas entre 2000 e 2015 – em Ourém e na periferia de Paris – e retoma antigas casas rurais de Ourém que foram sujeitas a processos de emblematização nos últimos 15 anos. Depois da

apresentação de contextos de vida dos atores emigrados para França, no passado e no presente, são comentadas casas de emigrantes portugueses erguidas ou intervencionadas recentemente nas aldeias de Ourém e nos bairros franceses. O destaque vai para as mudanças nas formas de projeção do futuro, nos investimentos financeiros e emocionais e nas manifestações estéticas e formais escolhidas para as suas casas. Reflete-se depois sobre manifestações da “portugalidade” nestas casas por via de uma análise conjunta dos terrenos observados em Portugal e França, com aprofundamento do debate sobre o hibridismo e o transnacionalismo. A segunda parte do capítulo debruça-se sobre a emblematização da antiga casa rural enquadrada na conjuntura económica atual e nos fenómenos contemporâneos de objetificação da cultura em Portugal, e aprecia-a em vários casos de estudo no concelho de Ourém, com referências a atores, contextos e realidades de recuperação e de ocupação.

A conclusão retoma os principais argumentos resultantes da investigação, desenvolvendo considerações a partir da leitura global das casas estudadas.

Refiro ainda alguns aspetos práticos de organização da tese. As notas de rodapé constam nas páginas de desenvolvimento dos assuntos que as invocam para facilitarem a leitura. Os materiais auxiliares de consulta estão disponíveis em volume anexo, que é composto por cinco grupos de documentos. O primeiro grupo reúne os guiões de entrevistas utilizados em trabalho de campo. O segundo grupo, de apoio ao capítulo I da tese, integra cartografia dos terrenos etnográficos estudados. O terceiro grupo corresponde ao capítulo II e reúne imagens de casas da região da Alta Estremadura, imagens de espaços e contextos sociais de Ourém na primeira metade do século XX (casas de habitação da vila, quintas rurais, casas agrícolas abastadas e casas de trabalhadores agrícolas) e plantas gerais de edifícios de habitação, imagens alusivas à ocupação dos espaços domésticos e outros elementos de apoio à leitura antropológica. O quarto grupo complementa o capítulo III com imagens alusivas à emigração para França nas décadas de 1960 a 1990, imagens e plantas de projetos de arquitetura de casas de emigrantes erguidas por essa altura em Ourém e imagens de moradias na periferia de Paris que remetem para o mesmo período de construção. O quinto grupo, relativo ao capítulo IV, agrega imagens e peças desenhadas de casas de emigrantes construídas ou alteradas nos últimos 15 anos em Ourém e Vale do Marne, bem como alguns exemplos de recuperação de antigas casas rurais em Ourém.

I. ESTRUTURA SOCIOECONÓMICA DE OURÉM ENTRE 1900 E 2015: ASPETOS GERAIS

O estudo das antigas casas rurais (1900-1960), das casas dos portugueses emigrantes em França (1960-2015) e das antigas casas rurais emblematizadas (1990-2015) obriga a uma referência a factos e contextos – no país e em Ourém – que foram relevantes para a transformação da casa (pós-)rural entre 1900 e 2015. Segue-se uma alusão sumária a episódios e ambientes políticos, económicos e sociais durante esse período que ajudará a percorrer a trajetória de construção e apropriação de cada um dos grupos de arquiteturas examinados na presente dissertação.

As antigas casas rurais, situadas especialmente na primeira metade do século XX, correspondem a um período caracterizado por relações de dependência e gestão artesanal dos campos, marcadas pelos contextos políticos, económicos e sociais da I República e das políticas corporativas do Estado Novo. O fim deste tempo foi anunciado com a industrialização que absorvia o assalariado e com a emigração e a mobilização de homens para a guerra do Ultramar; e culminou como medidas decorrentes do 25 de Abril de 1974 e da adesão de Portugal à União Europeia em 1986. Em finais do século XX estava consumado o declínio dos campos como meio de subsistência no espaço rural português, encerrando o longo ciclo de interdependência entre as famílias, as casas e os campos. Novas formas de valorização dos campos surgiram, inseridas em propósitos económicos, afetivos e de bem-estar.

1. A agricultura como base da economia até meados do século XX

Em meados deste século, a agricultura e a sociedade rural alcançavam a sua maior expressão demográfica, e a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola, que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Não havia mais incultos por aproveitar. A agricultura, a sociedade rural e o espaço trilhavam destinos coincidentes (Baptista 1996: 36).

Fernando Oliveira Baptista sintetizou deste modo exemplar a centralidade que a agricultura ocupou no trajeto socioeconómico em Portugal durante um “tempo longo”, que se prolongou até meados do século XX. Como na generalidade do território rural português, a população rural de Ourém manteve uma relação

duradoura de dependência produtiva dos campos¹⁴, como assinalam várias atribuições de foral a Ourém e a toponímia local¹⁵. Em 1790, Tomás António Vila-Nova Portugal demonstrava o papel dos baldios¹⁶ e maninhos de Ourém na subsistência das populações, que ali cultivavam cereais, recolhiam matos para os asseios dos animais e construíam habitações (Silva 2012: 78, 84)¹⁷. Essas ocupações originaram casais¹⁸, que evoluíram para lugarejos e aldeias. Reconhecendo que os terrenos no sul concelhio eram pedregosos e pouco férteis para a agricultura, Tomás Portugal propôs o seu uso para a pastorícia e extração de pedra. No centro-norte encontrou baldios arenosos e pobres, que orientou para o plantio de pinhais e sugeriu a criação de levadas de regadio e a adição de barro aos solos para os tornar mais produtivos. Mas identificou também vales férteis e abundantes em água, propícios a olivais e milho (Silva 2012: 78, 82). O levantamento de propriedades rústicas em Ourém e os arrolamentos dos arquivos do Paço Ducal de Vila Viçosa realizados pela Casa de Bragança¹⁹ relativos aos séculos XVIII e XIX revelaram muitos moinhos de ribeira e de vento, lagares de azeite e pisões, sobretudo no norte do concelho²⁰, devido à força motriz hidráulica das ribeiras.

As práticas agrícolas em Ourém foram sendo adaptadas a duas feições geomorfológicas tendencialmente distintas deste concelho, por se posicionar numa

¹⁴ AMO (A. 1 – Livro de atas, n.º 521, sessão de 17 de novembro de 1911).

¹⁵ A toponímia e a microtoponímia, com base no levantamento das matrizes rústicas do concelho, dá-nos uma leitura da produção vegetal e animal (fitotoponímia e zootoponímia) e da transformação vegetal (arqueotoponímia e antrotoponímia). Os fitotopónimos mais comuns evocam a produção vitivinícola, figueiras, a produção e transformação de milho e outros cereais, ou mesmo a produção e transformação da azeitona. Foram contabilizados cerca de 80 microtopónimos repartidos por vinha, videira, videiral e bacelo e 33 microtopónimos com as designações figueira, figueiredo, figueirinhas. Com uma quantidade semelhante, foram identificados topónimos associados aos termos milheiral, moinho e moleiro. Contam-se ainda cerca de 30 microtopónimos relacionados com olivais e lagares. Na zootoponímia, coexistem dois grupos principais: a apicultura e a produção ovicaprina.

¹⁶ Tomás António Vila Nova Portugal atribuiu ao termo baldio o terreno pertencente aos moradores locais e em especial aos aldeões que vivem nas proximidades. Também se aplicava o termo “logradouro do povo”.

¹⁷ Identificação dos terrenos baldios no termo de Ourém: “a charneca de São Mamede, os valles de Calcaterra, o Chão do Cepo, os baldios da Serra, as Charnecas do Homem Morto, da Charneca, da Loirinha, de Vallongo, da Cacineira, da Barreira e de Orqueira: como terrenos maninhos só há na matta de Orqueira: e não ha nenhuns, à excepção do terreno em roda da antiga fortificação da villa, que se reputem bens do concelho” (Silva 2012: 75).

¹⁸ Casal: pequeno povoado numa relação com propriedade rústica. Do latim: *casale* – “quinta, pequena fazenda”. São exemplos: Casal de Urqueira, Casal do Rasouro, Casal dos Bernardos, Casal das Figueiras, com localização em áreas identificadas com baldios e especialmente nas freguesias mais irrigadas, no norte do concelho. Regista-se no concelho uma quantidade elevada de topónimos “Casal”.

¹⁹ Arquivo da Sereníssima Casa de Bragança – Paço Ducal de Vila Viçosa, Aforamentos. Confirma-se o número elevado de unidades de moagem no Concelho de Ourém. Prevaleciam os moinhos de cereal (cerca de 30) em relação aos lagares de azeite (cerca de 10).

²⁰ São exemplos os lugares de Carvalhal, Salgueira, Ribeira do Fárrio, Soalheira, Andrés, Pisão do Oleiro, Ribeira de Seiça, Olival e Conceição, Ribeira de Ourém, Resouro, Amieira e Urqueira.

zona de transição natural, mais ou menos demarcada pelo eixo da estrada de ligação entre Tomar, Ourém e Leiria. O território mais a sul – assente sobre o Maciço Calcário Estremenho (Martins 1999 [1949]: 34), um importante repositório de formações calcárias no país²¹ – apresenta-se planáltico, com poucas linhas de água à superfície, predominando bacias fechadas, grutas, algares e ribeiras subterrâneas. O território mais a norte – encaixado pelo vale superior do rio Nabão, que ocupa cerca de dois terços da superfície do concelho – tem relevo pouco acentuado, serpenteado por vales, colinas e outeiros, com arenitos e linhas de água. A estrutura da propriedade fundiária também influenciou o tipo de produção agrícola local. Como em Leiria e noutros territórios a norte do Tejo, em Ourém prevaleceu o minifúndio, com parcelas retalhadas, distribuídas e exploradas por mais famílias, as quais dependiam de uma policultura de pequena escala, artesanal e pouco rentável. A produção agrícola baseava-se num sistema de exploração familiar direta e de autoconsumo, com alguma venda de excedentes (Medeiros 1976: 290-299).

Quadro 1 – Produção agrícola de Ourém em 1910²²

| Produtos | Hectolitros |
|---------------|-------------|
| Vinho tinto | 6.630 |
| Vinho branco | 3.640 |
| Batata | 5.000 |
| Milho amarelo | 2.930 |
| Milho branco | 1.040 |
| Aveia | 1.725 |
| Trigo | 990 |
| Centeio | 475 |
| Azeite | 1.695 |
| Aguardente | 760 |

No século XX, o censo da população de 1911²³ continuou a demonstrar que a agricultura era a principal atividade económica do concelho (19.657 habitantes), seguida da indústria (eixo Seíça-Ourém, com 6.553 habitantes), do comércio (901 habitantes) e dos serviços, com pouca expressão. Em 1915, Ourém tinha uma superfície de 41.550 hectares, 15.000 dos quais ocupados com pinhal, 3.700 com

²¹ Abrange as freguesias de Fátima, Nossa Senhora das Misericórdias, Atouguia, Alburitel e parte de Gondemaria/Olival.

²² Fonte: AMO, B/B 2.4. Registo dos Mapas Anuais, Livro 587/1.

²³ Fonte: Direção Geral de Estatística.

olival e 2.700 com cereal (Pereira 1915: 41), dados que refletem o predomínio da floresta de pinho por essa altura.

As mudanças decorrentes da implantação da República em 1910 (Marques 1991: 91-107) e a grande guerra (1914-1918) tiveram impacto no setor agrícola português. Entre 1914 e 1918, o aumento das dificuldades de sobrevivência para as famílias rurais e as orientações políticas estatais levaram a administração de Ourém a implementar medidas de racionamento de alimentos. Foram nomeadas comissões locais de abastecimento²⁴ e subsistência²⁵ para fiscalizarem a produção e o abastecimento de bens, acautelando o contrabando e a especulação²⁶. A resposta às necessidades alimentares do concelho era insuficiente. Em 1916 foi criado um sindicato agrícola para facilitar a compra de adubos e sementes a preços acessíveis²⁷. Em 1917, o envio de homens para as frentes de batalha nas colónias ultramarinas e em França reduziu a produção agrícola em Portugal continental. Embora aliviasse alguma pressão demográfica, a medida agravou a situação económica das famílias rurais. Os preços dos bens alimentares subiram e a fome alastrou, tornando as pessoas mais vulneráveis a doenças e epidemias. Em *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918*, João Frada (2005: 40, 47) referiu-se a Leiria como um concelho que, mesmo integrando um dos distritos portugueses com maior produção agrícola, apresentava graves problemas sociais, económicos e infraestruturais ao nível das condições higiénicas e sanitárias, sendo, portanto, um foco de disseminação de doenças e morbilidade. Pela proximidade geográfica e afinidade socioeconómica, Ourém partilhava este cenário. A grande guerra terminou em 1918 com um balanço

²⁴ AMO – Correspondência recebida pelo Administrador do concelho, 27/07/1917.

²⁵ AMO – Correspondência recebida pelo Administrador do concelho, 26/02/1918.

²⁶ As comunicações mais frequentes referiam-se a: fiscalização dos preços praticados nos bens de primeira necessidade (Editais do Administrador 1908-1916, Emílio de Franco Figueiredo, 17/10/1914); ordens para as pessoas declararem a quantidade e qualidade do cereal que possuíam (AMO – Editais do Administrador 1908-1916, Artur de Oliveira Santos, 31/10/1915); ordens aos produtores de vinho e azeite para participarem as quantidades produzidas (AMO – Correspondência recebida pelo administrador do concelho (1916-1917) – n.º 1490, 02/3/1917, Ministério das Finanças); petições aos proprietários de moinhos e azenhas para declararem a quantidade de laboração (AMO – Livro de registo da correspondência expedida pelo Administrador para diferentes autoridades, exceto ao Governo Civil (1917-18), Folha 14, 1319, Circular a todos os regedores, 30/11/1917); manifesto de racionamento diário de géneros alimentares (AMO – Livro de registo da correspondência expedida para diferentes autoridades (1918-19) – Folha 30 – 996, Regedor de Fátima 02/09/1918); Circular aos regedores, 17/09/1918); ordens de indicação dos lagares de azeite a laborarem no concelho (AMO – Correspondência recebida pelo Administrador do concelho (1916-1917), 17/2/1917, Ministério das Finanças, Direção Geral da Estatística, Secção de Abastecimento); e manifestos de escassez de milho (*Ibidem* – Correspondência recebida pelo Administrador do concelho 01/04/1918, Celeiro Municipal).

²⁷ A direção do sindicato solicitou ao presidente da Câmara um edifício para instalar a sede, argumentando que a agricultura era a principal fonte dos rendimentos municipais (AMO – K/B 9 – Livro Sínico Agrícola).

negativo para a economia nacional, mantendo-se a queda das produções agrícolas, o tabelamento de preços, o racionamento de alimentos, a inflação e os salários baixos dos trabalhadores agrícolas. Os níveis de dependência externa na subsistência e no transporte de bens persistiram e o surto epidémico continuou a grassar.

Instaurado em 1926, o regime do Estado Novo propagandeou a mensagem de harmonização de interesses entre ricos e pobres. Em 1932, Oliveira Salazar passou a chefiar o Governo. Num registo autoritário e de organização corporativa, impulsionou a reforma do Estado e pôs em prática uma política financeira de redução de despesa e investimento. Centradas na área económica, as suas políticas procuravam conciliar interesses entre a agricultura, a indústria, o comércio, a produção nacional e colonial e o comércio colonial e internacional (Rosas 1996). Sindicatos dos trabalhadores rurais foram dissolvidos (Baptista 1996: 69) e o sistema corporativo consolidava-se com a criação faseada de organizações paraestatais hierarquizadas e controladas pelo Estado²⁸. Entre 1932 e 1937 foram publicados oito decretos que determinaram a afetação estatal dos baldios e a sua florestação, especialmente a norte do Tejo, onde estes abundavam (Estevão 1983; Leeds 1983: 1030). A medida comprometeu a subsistência de quem não tinha propriedades. A campanha do trigo, lançada entre 1928/29 e 1938 (Estevão 1983: 1164) revelou-se desajustada nas regiões de minifúndio e na agricultura de subsistência, como sucedeu em Ourém. O Plano Hidráulico (1935) e a Lei Hidráulica também não favoreceram o concelho, com comissões de regadio geridas por cidadãos locais (Neves 2002: 46).

O cenário era difícil, mas as populações rurais de Ourém continuavam a depender dos campos, com rendimentos baixos e condicionadas pelos rigores climatéricos que ditavam anos de colheitas piores que outros, como sucedeu no inverno de 1935-36 (Estevão 1983: 1173). A produção agroflorestal prosseguia (com o cultivo de alguns cereais e a floresta de pinho) associada a uma atividade física exigente e com ritmos ajustados aos ciclos agrários, moldando a dieta dos trabalhadores rurais (baseada no pão de milho e no azeite) e as soluções construtivas das habitações (na carpintaria).

²⁸ Organismos de coordenação económica, grémios, sindicatos, federações e uniões. É o exemplo das Casas do Povo, criadas por cidadãos e/ou autoridades administrativas locais, para enquadrar os trabalhadores rurais e pequenos proprietários rurais das freguesias. Estas estruturas tinham um papel de regulamentação laboral, proteção social e facultativamente de estímulo nas áreas da educação, cultura, desporto e melhoramentos locais (Freire, Ferreira e Rodrigues 2014: 11-16). Atualmente, em Ourém, funcionam duas instituições (uma coletividade cultural Fátima e uma extensão de saúde em Urqueira) que mantêm a designação de “Casa do Povo”.

Tudo o que se comia vinha da fazenda [Emília Venâncio, 69 anos, Olival];

O meu pai trabalhava nas fazendas. Os meus avós tinham muitas terras e o meu pai de tanto trabalhar morreu tuberculoso [Mariana Martins Ferraz, 82 anos, residente em Olival].

2. A industrialização, a emigração e o início do declínio agrícola

Após um “pequeno ‘surto’ industrial subsequente ao primeiro pós-guerra” (Rosas 1994b: 871), nos anos 30 e 40 dominaram as discussões técnicas e políticas sobre a economia nacional, assentes na disputa entre o investimento na agricultura, defendido pelos agraristas, e o investimento na indústria²⁹, defendido pelos industrialistas (Estevão 1983). Oliveira Salazar procurou fomentar a indústria portuguesa, exercendo um papel interventivo no processo de industrialização do país.

Entre 1939 e 1945 foram concedidas 5090 licenças para a criação de novas fábricas em Portugal, acompanhando o aumento da população ativa industrial (Rosas 1994b: 876). A indústria nacional disponibilizava novos produtos em várias áreas (construção, metalurgia, metalomecânica, eletricidade, têxteis, alimentares, químicos). Ferreira Dias (subsecretário de Estado da Indústria) tentou implementar uma mudança estratégica de reação à longa decadência do país. A Lei 2005 sobre o “Fomento e Reorganização Industrial”, publicada em 1945 no decurso da conjuntura favorável da segunda guerra mundial, surgia como um instrumento orientador nesse ramo económico. Mas a produção industrial nacional aumentou exponencialmente a partir dos anos 50, em parte devido a grandes projetos hidroelétricos e indústrias básicas apoiadas na modernização tecnológica. Por essa altura, a industrialização do país refletiu-se pouco na economia de Ourém, que continuava a manter a agropecuária como principal atividade. No recenseamento industrial de 1957-1959³⁰ a indústria local destacava-se nas áreas da alimentação (unidades de moagem e fabricação de pão e azeite), da madeira (serrações e mobiliário) e em produtos minerais, não metálicos. A oferta laboral em fábricas era insuficiente perante a elevada quantidade de trabalhadores rurais que procuravam alternativas à produção nos campos. Restava-lhes a via da (e)migração.

²⁹ Foram sinais de investimento na indústria o I Congresso dos Engenheiros (1931), a Grande Exposição da Indústria Portuguesa (1932) e o I Congresso da Indústria (1933), que derivou na primeira teorização moderna da industrialização portuguesa, assente na hidroeletricidade (Rosas 1994b: 871).

³⁰ INE, Recenseamento industrial 1957-1959, Vila Nova de Ourém:176.

Quadro 2 – Variação demográfica da população residente em Ourém entre 1864 e 2011 ³¹

| Ano | População |
|------|-----------|
| 1864 | 17.392 |
| 1878 | 19.943 |
| 1900 | 22.460 |
| 1911 | 25.726 |
| 1920 | 31.269 |
| 1930 | 34.534 |
| 1940 | 40.750 |
| 1950 | 46.326 |
| 1960 | 47.511 |
| 1970 | 42.745 |
| 1981 | 41.376 |
| 1991 | 40.185 |
| 2001 | 46.216 |
| 2011 | 45.887 |

A demografia do concelho de Ourém entre 1864³² e 2011 ajuda-nos a pensar sobre a relação entre os índices de migração e o panorama socioeconómico local. Entre 1864 e 1960 a população residente registou um aumento demográfico contínuo, que praticamente triplicou, mesmo com fortes restrições económicas. Esta tendência reflete-se no contexto nacional, com a interferência de episódios e ambientes políticos, sociais e económicos nas variações demográficas locais e regionais. Entre 1911 e 1920, os efeitos da primeira grande guerra (diretos, com a perda de homens nas frentes de combate, e indiretos, com as mortes decorrentes da fome e das epidemias) não impediram a população ourense de crescer em 5543 habitantes. Do mesmo modo, entre 1940 e 1950, apesar dos impactos da segunda guerra mundial, Ourém aumentou em 5576 habitantes. O pico de crescimento populacional do concelho decorreu em 1960, a par da intensificação da emigração local para França. Consequentemente, os censos de 1970 registavam, pela primeira vez em cem anos, uma quebra demográfica no concelho. Esta perda verificou-se a nível nacional, com um crescimento negativo entre 1960 e 1970. A queda demográfica repetiu-se em 1980 e em 1991, contrariamente à média nacional³³, perdendo mais de 7000 habitantes em trinta anos, principalmente por influência da emigração para França.

³¹ Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

³² Data do primeiro recenseamento demográfico realizado em Portugal.

³³ Nestes valores deve ser considerado o regresso de pessoas dos territórios africanos e de emigrantes portugueses da Europa.

A correlação entre economia, emigração e demografia nos últimos cem anos torna-se ainda evidente por intermédio dos dados estatísticos recolhidos em Resouro, aldeia da freguesia de Urqueira, limítrofe com Espite. Para uma melhor leitura da incidência da emigração na aldeia, selecionei três grupos etários de proprietários, mais ou menos coincidentes com as casas dos “trabalhadores agrícolas,” dos “emigrantes” e dos “neorrurais”, com a flexibilidade com que esta divisão deve ser encarada. O primeiro grupo corresponde a indivíduos com mais de 80 anos (proprietários de casas erguidas nas décadas de 1940 e 1950); o segundo grupo a indivíduos entre 55 e 80 anos (proprietários de casas erguidas entre as décadas de 1960 e 1980)³⁴; e o terceiro grupo a indivíduos com menos de 55 anos (proprietários de casas erguidas entre 1980/1990 e o presente). Identifiquei ainda 10 fogos³⁵ em que os proprietários, com idades médias superiores a 60 anos, migraram para outros destinos que, não estando plasmados na tabela e tendo um valor relativamente residual, expressam a tendência da emigração para França no século XX.

Quadro 3 – Resouro: fogos³⁶ propriedade de residentes e de emigrantes de França³⁷

| Grupos etários | Fogos de residentes | Fogos de emigrantes | Total de fogos |
|-------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| 1.º: ≥ 80 anos | 8 | 17 | 25 |
| 2.º: 55 < 80 anos | 9 | 36 | 45 |
| 3.º: < 55 anos | 16 | 12 | 28 |
| Total | 33 | 65 | 98 |

Na aldeia foi detetado um único caso de emigração para França antes de 1920. De 1930 a 1960, em articulação com a primeira vaga de emigração para França, partiram apenas homens com idades entre os 20 e os 50 anos (proprietários e alguns descendentes), a maioria nos anos 50. A vaga de 1960-1970, a segunda, foi a maior e já extensiva a homens e mulheres, preferencialmente jovens entre os 15 e os 30 anos e em casal. No terceiro grupo, correspondendo à terceira vaga de emigração para França, partiram indivíduos jovens e adultos – entre 20 e 55 anos –, sobretudo após 2000, fazendo-o individualmente ou em família. Incluem-se aqueles que, emigrando nos anos 80, regressaram à aldeia e (re)emigraram nos últimos dez anos.

³⁴ A maioria das casas mais recentes é propriedade de emigrantes.

³⁵ A identificação surgiu do conhecimento direto das famílias proprietárias das casas, cruzado com informações fornecidas pelos habitantes mais velhos da aldeia.

³⁶ Alojamentos permanentes e secundários, incluindo de proprietários falecidos.

³⁷ Fonte: Mapeamento realizado no terreno (dados de 2013).

Numa retrospectiva da emigração de Ourém para França até ao início do século XX, Marie-Christine Volovitch-Tavares (1995) identificou Espite (freguesia do concelho de Ourém) como a primeira localidade portuguesa de emigração para Champigny e comunidades vizinhas³⁸, por ocasião da primeira grande guerra. Jorge Carvalho Arroteia (1983) já tinha defendido que Vila Nova de Ourém fora dos primeiros locais de partida da emigração ilegal de Portugal para França. A existência de uma lista de homens oureenses mobilizados para a frente de batalha na região da Flandres em 1917 (vários deles não foram dados como mortos nem regressaram ao país), passaportes de emigração masculina para França em 1918/19³⁹ e narrativas de cidadãos locais reforçam a tese dos investigadores. Foi uma emigração parcialmente composta por militares e trabalhadores agrícolas que partiram durante a guerra e no seu rescaldo. Aproveitaram as necessidades de reconstrução das infraestruturas que os governantes franceses não conseguiam garantir apenas com os recursos internos (Almeida 2008: 24; Cardoso 2008: 118). Por seu lado, as comunidades camponesas portuguesas mantinham a atividade agrícola herdada dos pais, num circuito espacial e social relativamente fechado. A densidade populacional continuava a ser superior à extensão de terras disponíveis e à capacidade de produção agrícola.

Em 1934, a França deixava de conceder títulos de trabalho a migrantes novos (Cardoso 2008: 137). Esta situação e a insuficiente informação disponível não me permitem analisar a emigração de Ourém para França entre 1930 e 1950. No decurso da segunda guerra mundial, a França atravessou a sua maior crise de alojamento do século. Na urgência de relançar a economia, o Estado implementou o modelo “*grand ensemble*” (realizações de grande envergadura com milhares de alojamentos), que perdurou até finais da década de 60 (Cardoso 2008: 158). O investimento desencadeou a procura de mão-de-obra estrangeira para a construção civil e obras públicas e, por conseguinte, o aumento da emigração portuguesa masculina (Cardoso 2008: 47). De 4567 emigrantes em 1955, subiam para 38.046 em 1964 (Volovitch-Tavares 1995). Entre 1962 e 1974, dos imigrantes que entraram em França, 62% eram portugueses (Baganha 1996: 294-297).

Em Portugal, o assalariado agrícola como profissão entrava em declínio devido à fraca qualificação profissional, instabilidade laboral, baixos salários e indus-

³⁸ Villiers-sur-Marne, Bry-sur-Marne, Chennevières e Ormesson.

³⁹ AMO.

trialização do país, o que promoveu o emprego em fábricas locais e a (e)migração (Caldas e Loureiro 1963: 85, 235). Os trabalhadores rurais viam-se com poucos rendimentos, dependentes de uma economia de subsistência e “receosos do mundo exterior” (cf. Goldey 1982: 546). Possuíam, no entanto, destreza manual, capacidade de sacrifício, aspirações económicas e sociais e sentido de afirmação de propriedade, necessários à emigração laboral como perspectiva de progressão, e Ourém enquadrava-se nesta tendência. Sem expectativas nas aldeias, os homens procuravam alternativas nos países industrializados da Europa (como a França), com investimentos financeiros na viagem inferiores aos da emigração para o Brasil (Margarido 1999: 14, 15). Em entrevista, alguns ex-emigrantes justificaram a decisão de emigrarem com a estagnação e pobreza do meio onde viviam, o desejo de enriquecerem, a fuga à guerra colonial e as condutas de conservadorismo impostas no país. A última razão deve ser entendida como uma leitura retrospectiva informada pelo contacto com a liberdade que passaram a ter após o 25 de Abril, mais do que uma motivação efetiva para emigrarem, já que apenas conheciam o regime de ditadura em que viviam e, por isso, não tinham termos de comparação. A decisão de emigrarem situava-se mais ao nível da sobrevivência, como apontaram vários investigadores que aprofundaram o tema (Serrão 1972; Rocha-Trindade 1973; Goldey 1982; Arroiteia 1983).

Conheci aqui um pouco a miséria... bem... não bem porque o meu pai já era emigrante, o meu avô também foi. O meu avô paterno foi para França em 1913 (antes da primeira grande guerra). Depois voltou em 1919 e esteve até 1932 (antes da segunda guerra mundial). Levou o filho mais velho em 1933. A minha avó nunca foi para França. Outro tio foi em 1949, outro em 1950 e o meu pai em 1952 [Salvador, ex-emigrante, Espite].

Em 1970, a reestruturação da orgânica das Casas do Povo e a regulamentação dos fundos de previdência dos trabalhadores rurais em Portugal⁴⁰ determinaram a atribuição de pensões para cidadãos com mais de 65 anos, que passaram a auferir de remunerações regulares mensais (Samouco 1993), que acumulavam com uma produção agrícola doméstica (Baptista 1996: 47). Quatro anos depois, quando o 25 de Abril de 1974 pôs fim à guerra do Ultramar, o Estado passou a ter um discurso oficial de reconhecimento dos emigrantes como pessoas dignas e de valor para o país. Surgiram políticas de emigração através da criação de estruturas governamentais atentas à defesa dos direitos dos emigrantes. Mas o seu regresso também interessava

⁴⁰ Decreto-Lei n.º 445/70, de 23 de setembro de 1970.

ao país, porque prometia remessas, investimentos e renovação demográfica (Sousa 1995: 620; Santos 2004: 51).

Progressivamente, sobretudo a partir de 1980, muitos casais regressaram às suas aldeias, com Ourém a registar uma das taxas mais elevadas de regresso ao país⁴¹. Paralelamente, continuavam a entrar muitas remessas de emigrantes, com grande contributo para a melhoria do nível de vida dos residentes. As razões que os ex-emigrantes mais invocaram para o regresso a Portugal foram: a consciência de que os filhos pequenos teriam mais facilidades de integração no território e contexto social de origem dos pais; o desejo de investir em negócios próprios; a vontade de regresso para junto da família, em especial dos pais já idosos; a aspiração a uma vida mais calma e com maior sociabilidade do que a que viviam nos bairros periféricos de Paris; a ocupação definitiva da casa construída na aldeia; problemas de saúde; perda de trabalho; pré-reforma; e uma consciência vaga de que Portugal estaria em fase de progresso e com boas perspectivas de investimento:

Vimos porque o meu filho não se dava bem com os ares de lá. Estava sempre doente e o meu marido também não gostava de estar toda a vida em França... e depois, nós também pensávamos que naquela idade os filhos vinham para cá e se nós quiséssemos vir quando eles tivessem 15 anos já não vinham. Se não ficávamos como muitos agora, que gostavam de passar cá a reforma, têm os netos em França e têm que andar para baixo e para cima, como me acontecia a mim se não viesse [Irene, ex-emigrante, residente em Urqueira].

Em 1986, a adesão de Portugal à União Europeia ajudou a construir a imagem de um país moderno e europeizado, abrindo novas possibilidades de investimento na indústria do turismo, na construção e nas obras públicas. A abertura dos mercados e subsequente integração na PAC (Política Agrícola Comum) condicionou os portugueses aos interesses das agriculturas europeias alinhadas com a tendência neoliberal favorável a agriculturas competitivas. Portugal aderiu à PAC com desvantagens estruturais como o atraso tecnológico, a fragmentação fundiária, a baixa produtividade e deficiências nos circuitos de distribuição. Em 1992 começaram a ser disponibilizados fundos comunitários, favoráveis a produções de grande escala, que fragilizaram as pequenas explorações agrícolas e as regiões de minifúndio e de

⁴¹ Registaram-se 2300 regressos entre 1976 e 1981; entre 1986 e 1991 foram 1000 regressos, e entre 1996 e 2001 foram 2300 regressos. Repartição do número de emigrantes regressados de França por concelhos, 1976-82, 1986-91 e 1996-01 – INE, XII, XIII, e XIV Recenseamentos Gerais da População, relativos a 1981, 1991 e 2001.

pequena agricultura, características dominantes em Portugal e concretamente em Ourém. O abandono agrícola aumentou consideravelmente, os trabalhadores agrícolas diminuíram e o desemprego no setor subiu. Alguns agricultores mantiveram a atividade com dependência dos subsídios da PAC, outros cessaram a produção agrícola mediante atribuição de subsídio, outros mudaram de ramo profissional, outros ainda continuaram a partir para destinos urbanos, no país ou no estrangeiro (Baptista 1996: 52-54; Silva 2000: 68-74). Rapidamente, Portugal ficou submetido à concorrência de produtos europeus a preços mais acessíveis. Fernando Oliveira Baptista resumiu os contextos de mudança das relações dos portugueses com os campos na segunda metade do século XX:

Os grandes vectores desta mudança foram a vaga de emigração dos anos sessenta, os avanços na industrialização e na urbanização, o alargamento da relação da agricultura com o mercado, a formação dum imenso contingente de membros das famílias agricultoras que trabalham nas fábricas e nas cidades, os dinheiros da Previdência desde os anos setenta, as actividades, desde o 25 de Abril, das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia e, desde 1986, dos subsídios e fundos vindos de Bruxelas. Todos estes factores contribuíram para alterar os hábitos e costumes e para uma crescente monetarização das economias domésticas e agrícolas (Baptista 1996: 66).

Não obstante a interferência das medidas da CAP na quebra acentuada da produção agrícola em Ourém entre 1991 e 2001, o declínio do modo de vida rural teve início nos anos 60, como apontam as estatísticas. O fluxo elevado de emigração concelhia em 1960 e 1970 e a expansão da indústria, do comércio e da construção civil, intensificada em 1980 e 1990, precipitaram a quebra da população agrícola ativa para valores residuais. A dimensão internacional de Fátima, conhecida como “Altar do Mundo”, é um fator incontornável neste processo. Em 13 de maio de 1946, a coroação da imagem de Nossa Senhora de Fátima por um representante do Papa Pio XII simbolizou o reconhecimento do culto pela Igreja Católica e a projeção mundial do santuário mariano. O aglomerado urbano na Cova da Iria, com início por volta de 1920, expandiu-se entre 1940 e 1970 e consolidou-se nas décadas seguintes, registando uma explosão demográfica de 708,5% entre 1940 e 1981 (Santos 2006: 341, 363). Nos anos 90, a empregabilidade na cidade de Fátima (comércio de artigos religiosos, restauração e hotelaria)⁴² e na cidade de Ourém (serviços) cresceu

⁴² Entre 1985 e 1995 o setor terciário do concelho cresceu cerca de 300% (ACISO – Associação de Comerciantes e Industriais de Ourém, s.d.).

significativamente. Um pouco por todo o concelho surgiram empresas de construção civil, obras públicas e metalomecânica, muitas delas fundadas por emigrantes de França entretanto regressados. Em 2001, existiam em Ourém 5618 empresas, 1466 sociedades e 8408 pessoas ao serviço em sociedades⁴³ e 40% das pequenas e médias empresas de excelência do distrito pertenciam ao concelho.

Quadro 4 – População agrícola ativa em Portugal entre 1900 e 1994 (valor em %) ⁴⁴

| Ano | 1900 | 1910 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 1994 |
|-----|------|------|------|------|------|-------------------|-------------------|-------------------|------|------|------|
| | 61,1 | 60,0 | 57,0 | 46,0 | 49,3 | 48,4 ≤ 55,0 | 42,8 ≤ 44,4 | 30,0 ≤ 31,7 | 28,5 | 17,9 | 11,8 |

Quadro 5 – População agrícola ativa em Ourém entre 1991 e 2011 (valor em %) ⁴⁵

| Ano | 1991 | 2001 | 2011 |
|-----|------|------|------|
| | 13,4 | 3,1 | 1,3 |

O aumento dos postos de trabalho criou oportunidades para a fixação de imigrantes oriundos da Europa do Leste nas cidades de Fátima e Ourém. Contrariamente aos provenientes dos PALOP, que se concentraram especialmente nas regiões de Lisboa e Algarve, a fixação dos europeus do Leste foi mais pulverizada no país (Peixoto 2004: 10, 11; Peixoto 2013: 156, 160-162), como se verificou em Ourém. Estes “novos” imigrantes foram absorvidos para profissões pouco qualificadas – na hotelaria e restauração, mas também nas aldeias, como assalariados fabris e operários da construção civil –, o que sugere algumas similitudes com os portugueses em França na vaga de 1960-1970.

A criação da autoestrada (A1) com passagem por Fátima, a remodelação da linha férrea, com estação em Caxarias (freguesia de Ourém), a abertura e melhoria de vias de acesso locais, promoveram a comunicação entre as aldeias de Ourém e os meios urbanos da região e do país. Tornou-se possível viajar entre Lisboa e Ourém, de carro ou de comboio, em uma hora e meia, com vantagens para os residentes,

⁴³ INE, 2003, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002).

⁴⁴ Fontes: INE, Recenseamentos Gerais da População. Cf. também, para 1990-1930, dados de Godinho (1980 [1971]: 183); Castro (1945: 19-20); Ferraz (1975: 456); Baytelman (1979: 20). Para 1940-1970: cf. *Económica Lusitânea*, 1973, pp. 7, 21, cit. em Silva (2000: 65); Moura (1974: 126, 13); Paine (1973: 675); Rolo (1996); Branco (1999). Para 1970-1994: Barreto (1996); Baptista (1994: 914).

⁴⁵ Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991, 2001, 2011).

que facilmente se deslocam para fora, e para os não residentes, que facilmente chegam ao concelho. Hoje, a agricultura local tem um papel de apoio à economia doméstica. Alguns habitantes cultivam pequenas hortas após o horário laboral e ao sábado, sem comprometerem as suas ocupações profissionais, domésticas, familiares, sociais e de lazer.

3. A (re)emigração e uma nova atitude perante os campos

Ao apogeu da emigração internacional de Portugal, entre finais de 1960 e inícios de 1970 (Peixoto 2004: 2) seguiu-se um forte retorno de emigrantes a partir de meados de 1970, inícios de 1980. Os anos seguintes foram marcados por alguma emigração intercalada com regressos de portugueses às aldeias de origem. A estas tendências juntou-se a intensificação da imigração nos anos 1990 e o abrandamento da emigração (cf. “A emigração continua” em *Mundo Português*, 16/4/1999). Instituições e observadores portugueses admitiam o fim de um longo ciclo de emigração e o começo da imigração; o interesse académico e da opinião pública concentrou-se mais na imigração estrangeira (Peixoto 2004: 2; Peixoto 2013: 155, 159).

Já em 2004, João Peixoto comentava que um crescimento económico fraco do país, associado ao desemprego, poderia promover a emigração e reduzir a imigração (Peixoto 2004: 15). Confirmou-se. Portugal começou a registar uma redução anual do investimento na construção civil a partir de 2002 (Lourtie 2011). O *Relatório do Sector da Construção em Portugal – 2013* apresenta valores que confirmam a desaceleração contínua na área a partir de 2006. Nesse ano e anos seguintes, o país registou uma forte quebra na construção de edifícios residenciais. A construção caiu 22% entre 2007 e 2013 (75nd Euroconstruct Conference, em INCI 2014: 34-36).

Sendo a construção civil um barómetro da economia em Portugal (ver INCI 2014: 37), e em Ourém especificamente, esta quebra influenciou a recessão da economia nacional e concelhia e a redução da população ativa. A crise financeira veio travar o investimento do Estado em obras de relevo na construção, com efeitos nas perdas de população nomeadamente por via da emigração. Imigrantes do Brasil e da Europa do Leste deixavam o país e cada vez mais portugueses emigravam (ver dados de INE – Estatísticas de Emprego, em INCI 2014). Em 2009, a desigualdade social em Portugal superava a média da União Europeia (B. S. Santos 2012: 71; Peixoto

2013: 158). Empresas familiares de construção civil, em Ourém e resto do país, entraram em insolvência (ver INCI 2014: 33), num retrocesso comparativamente ao cenário de 2005-07 (Ferrão 2013: 253). Em 2013, Jorge Malheiros⁴⁶ alertou para a taxa de desemprego superior a 15%, para a emigração, o envelhecimento da população, com efeitos na redução da natalidade.

Contextualizada na crise instalada no país e nas dinâmicas dos fluxos internacionais, a vaga de emigração “permanente” e “temporária”⁴⁷ de oureenses e portugueses em geral disparou em 2011. Confrontados com falta de trabalho e pagamentos em atraso, empresários e trabalhadores por conta própria (carpinteiros, ladrilhadores, serralheiros, pintores, estucadores, eletricitas, canalizadores) procuraram a emigração temporária (B. S. Santos 2012: 74), negociando empreitadas de construção de moradias e prédios em França, frequentemente propriedade ou geridos por portugueses. Nesse ano as saídas do país superaram as entradas, equiparando-se ao que sucedera nos anos 1960, embora com valores mais repartidos por vários destinos mundiais (Peixoto 2013: 154, 158). Em 2012, a França recebeu cerca de 18.000 portugueses, o maior contingente de estrangeiros a entrar no país⁴⁸.

Em Ourém, os últimos anos registaram uma quebra populacional, com exceção da cidade-sede, da cidade de Fátima e freguesias periféricas. Para França emigram jovens solteiros (rapazes e raparigas) com o 9.º e 12.º anos de escolaridade; operários da construção, assalariados em fábricas, restaurantes, e noutros espaços de comércio; homens casados (40 anos e idades superiores) e gerentes de empresas insolventes (emigram e a família permanece na localidade de origem); e alguns ex-emigrantes. Muitos homens viajam a sós ou com a equipa da empresa, realizam a empreitada e regressam à aldeia até nova contratação. As mulheres e os filhos mantêm os quotidianos na aldeia, tal como os emigrantes anteriores à década de 1960. A emigração familiar, em alguns casos de ex-emigrantes (cf. B. S. Santos 2012: 83), também cresceu. Os homens partem e instalam-se em residenciais precárias ou em casas de familiares e vizinhos emigrados, criam condições laborais, transferem-se para uma casa melhor, em muitos casos procedem ao reagrupamento familiar. A

⁴⁶ Em entrevista ao jornal *Público*, edição de 02/02/2013.

⁴⁷ Emigração “permanente” corresponde a indivíduos que saem do país com intenção de residirem no estrangeiro por um prazo superior a um ano; emigração “temporária” corresponde a indivíduos que declaram ausentar-se do país por um prazo de, pelo menos, um ano (Peixoto 2004: 2).

⁴⁸ Fonte: www.observatorioemigracao.pt, notícias, consultado em 11/05/2015.

maioria dos oureenses instala-se na Île-de-France e passa a trabalhar na construção civil (os homens) e nas limpezas (as mulheres).

Quadro 6 – Variação demográfica da população residente na freguesia de Espite⁴⁹

| Ano | 1991 | 2001 | 2011 |
|------------|------|------|------|
| Habitantes | 1194 | 1275 | 1103 |

Por sua vez, muitos casais em situação de reforma (94,5%) optam pelo movimento de vai e vem entre França e Portugal. Justificam a opção com a permanência dos filhos e netos em França; mecanismos melhores na assistência à saúde; resistência ao regresso definitivo por parte de um dos membros do casal, entre outras razões com menor expressão (Almeida 2008: 92, 142). Permanecem na aldeia portuguesa entre abril/maio e setembro/outubro, durante o clima ameno, ocupando-se em obras de ampliação e de melhoria do conforto da casa, mas também frequentam os cafés, participam em trabalhos agrícolas e apoiam os pais idosos. No fim do verão regressam a França e durante os meses frios dedicam-se à família que aí reside, em especial aos netos, à jardinagem e a pequenas hortas, à bricolagem, à cozinha, ocupando também uma parte significativa do tempo a ver televisão.

Concluído o processo de declínio dos campos em Portugal por volta de 1990, nos últimos vinte anos os espaços (pós-)rurais ganharam novas concepções e atributos ao serviço da fruição e do descanso, invertendo os usos estritos de trabalho ao serviço da subsistência verificados no passado. Protagonistas políticos, quadros técnicos e elites têm vindo a encarar o campo como património cultural local. Investem-no de valor simbólico e apropriam-se dele de formas e com propósitos distintos. Interessam-se pelos quotidianos, pelo vernacular e pelos localismos através de ações de interpretação e recriação do passado numa tentativa de o resgatar. Criam, desse modo, lugares de memória em busca do património enquanto representação simbólica da cultura (Anico 2005; Nora 2001; Urry 1990). A noção de “património rural” agrega a si a arquitetura popular, o património histórico, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas e o folclore (Chevallier 2000; Alves 2004; Silva 2008). As populações citadinas procuram nos campos descanso, paz e energias para os desafios e a intensidade do ritmo de vida que enfrentam nas cidades que habitam. Conscientes

⁴⁹ Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

dessa procura, os agentes políticos locais investem nestes espaços como atrativos turísticos com mais-valias económicas e de projeção externa dos municípios. Instrumentalizam-nos pela via de uma gestão do passado, com intervenções emblemáticas, como a reativação ou a recriação de práticas artesanais, tradições, rituais e a reabilitação das arquiteturas populares.

Em Portugal, entre 1990 e 2000, várias vilas e núcleos rurais com arquitetura vernacular preservada foram intervencionados. Surgiram gabinetes com equipas técnicas pluridisciplinares para trabalhar com as populações locais sobre o seu património edificado, recorrendo muitas vezes a categorias como aldeia “histórica” ou aldeia “típica”, num combate ao despovoamento e à desruralização em Portugal (Silva 2009). Sucederam-se processos institucionais de emblemização em meio rural integrados em conjuntos locais ou em rotas regionais, dos quais sobressaem as 14 aldeias do Alentejo que integram a Rede Europeia do Turismo⁵⁰; as 27 aldeias de xisto no centro do país⁵¹; a rede de aldeias históricas de Portugal⁵² no centro-norte na raia; e as aldeias do norte de Portugal⁵³, com destaque para algumas aldeias da área de influência dos parques naturais da Peneda-Gerês (Lindoso, Soajo Germil, Sistelo) e Montesinho (Montesinho, Rio de Onor). Na Alta Estremadura conhecem-se alguns movimentos associativos⁵⁴ empenhados em criar uma rota que abranja as aldeias de calcário, com a designação “Rota das aldeias do Carso”, mas não existe uma estrutura organizativa que conduza formalmente esse processo.

Nas décadas de 1990 e 2000 foram criadas associações de desenvolvimento local (ADL) com propósitos de incrementação de novos usos ou usos renovados nos campos. Coube-lhes a gestão descentralizada de importantes programas de financiamento voltados para o desenvolvimento rural da Europa, particularmente em

⁵⁰ Amieira do Tejo (Nisa); Escoural (Montemor-o-Novo); Evoramonte (Estremoz); Flor da Rosa (Crato); Hortinhas (Alandroal); Pias (Serpã); Porto da Espada (Marvão); Telheiro (Reguengos de Monsaraz); Santa Susana (Alcácer do Sal); São Cristóvão (Montemor-o-Novo); São Gregório (Borba); Terena (Alandroal); Juromenha (Alandroal); Alegrete (Portalegre). Ver <http://maisevora.blogspot.pt>, <http://www.visitevora.net>, consultados em 17/05/2015.

⁵¹ Serra da Lousã: Aigra Nova, Aigra Velha, Candal, Casal de São Simão, Casal Novo, Talasnal, Cerdeira, Chiqueiro, Comareira, Ferraria de São João, Gondramaz, Pena. Serra do Açor: Aldeia das Dez, Benfeita, Fajão, Sobral de São Miguel, Vila Cova de Alva. Zêzere: Álvaro, Barroca, Janeiro de Baixo, Janeiro de Cima, Mosteiro, Pedrógão Pequeno. Tejo-Ocreza: Água Formosa, Figueira, Martin Branco, Sarzedas. Ver <http://aldeiasdoxisto.pt/>, consultado em 17/05/2015.

⁵² Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha, Trancoso. Ver <http://aldeiashistoricasportugal.blogspot.pt/>, consultado em 18/05/2015.

⁵³ Associação do Turismo de Aldeia, 2014.

⁵⁴ É o caso da Associação Terra Chã, com sede em Alcobertas, concelho de Rio Maior. Ver <http://www.cooperativaterracha.pt>, consultado em 18/05/2015.

espaços rurais mais fragilizados. O concelho de Ourém, enquanto território predominantemente rural, beneficiou de alguns programas de financiamento europeu, especialmente o Programa LEADER⁵⁵. Durante vários anos a gestão local do LEADER foi assegurada por duas ADL: a Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura (ADAE) e a Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (ADIRN), cabendo a cada qual a intervenção em determinadas freguesias. Através desta dupla gestão, o Programa LEADER foi o principal meio de financiamento público de projetos de recuperação e reabilitação da arquitetura popular em Ourém e na Alta Estremadura em geral, designadamente com fins turísticos. Surgiram por essa via empreendimentos privados de turismo rural e de habitação. Em 2013, Ourém passou a ser representada unicamente pela ADIRN. Mas até novembro de 2015 não existiam avisos de candidaturas a apoios comunitários para a arquitetura popular, desconhecendo-se portanto consequências efetivas desta mudança.

Ainda em 2013 deu-se uma reorganização das entidades regionais de turismo de Portugal⁵⁶, com medidas de extinção e de fusão que determinaram a redução de 19 para cinco áreas de turismo. A área de Turismo do Centro tornara-se a maior do país, com cem municípios repartidos pelas sub-regiões turísticas de Viseu, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Castelo Branco, Ria de Aveiro, Coimbra, Oeste e Leiria, e ainda Fátima/Tomar, onde se inclui a denominada Alta Estremadura. A extensão e a diversidade das características com potencialidade turística deste território inspiraram a criação da marca da entidade Turismo do Centro em 2015, sob o lema “Um país dentro de um país”. As propostas de visitas turísticas⁵⁷ estão agrupadas em áreas protegidas, áreas classificadas, serras, museus, património, arquitetura contemporânea, parques e jardins, aldeias históricas e aldeias do xisto, já referenciadas. Aldeias ou mesmo edifícios valorizados pelas suas arquiteturas de calcário ou de terra não constam das sugestões de visita, confirmando o lugar pouco assumido destas arquiteturas como produtos turísticos de referência para a entidade Turismo do Centro.

⁵⁵ Entre 1991 e 2013 vigoraram os seguintes programas: LEADER I (1991-1993); LEADER II (1994-1999); LEADER + (2000-2006); PRODER-Eixo 3: Abordagem LEADER (2007-2013).

⁵⁶ Lei n.º 33/2013 de 16 de maio. Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal Continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo.

⁵⁷ Ver www.turismodocentro.pt, consultado em 15/10/2015.

II. CASAS RURAIS ENTRE 1900 E 1960

Oh as casas as casas as casas
as casas nascem vivem e morrem
Enquanto vivas distinguem-se umas das outras
distinguem-se designadamente pelo cheiro
variam até de sala pra sala (...)
Sem casas não haveria ruas
as ruas onde passamos pelos outros
mas passamos principalmente por nós
Na casa nasci e hei-de morrer
na casa sofri convivi amei
na casa atravessei as estações
Respirei – ó vida simples problema de respiração
Oh as casas as casas as casas.

Ruy Belo

1. A arquitetura popular de Ourém na charneira da (in)visibilidade

José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo atribuíram características de dispersão e pluralidade à região da Estremadura e realçaram-lhe a ausência de um centro aglutinador, que a torna numa espécie de “vazio” polarizado entre um sul e um norte do país mais definidos (Mattoso, Daveau e Bello 1997: 26). Lugar intermédio entre a Estremadura e o Ribatejo, Ourém é um território de fronteira e compósito em termos geográficos, legais, institucionais e socioculturais e, como tal, absorve tendências de ambas as regiões. A posição geográfica reforça-lhe uma imagem híbrida, plural, pouco definida e difícil de enquadrar tipologicamente, com uma diversidade de expressões da arquitetura vernácula em espaço rural, designadamente nos materiais e técnicas de construção (pedra e terra), nos pormenores construtivos e modos de apropriação (alimentação e armazenamento, produtos agrícolas...). Ainda assim, a geomorfologia do concelho, a divisão da propriedade rústica, os modos de exploração agrícola e práticas conexas aproximam-no da região da Alta Estremadura e, em particular, do distrito de Leiria (Medeiros 1976), ao ponto de poder ser entendido como parte da Alta Estremadura (Pinto *et al.* 1936: 3-4; Dias 2005: 56-57; Vieira 2005: 26-27; Magalhães 2012: 120-122)⁵⁸.

⁵⁸ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 2. Casas rurais da Alta Estremadura.

As arquiteturas populares do território conhecido como Alta Estremadura foram abordadas de forma pioneira pela equipa de etnologia de Ernesto Veiga de Oliveira e do “Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal” (2004), a que recorrerei regularmente para refletir sobre a casa do trabalhador agrícola em Ourém. Mais recentemente, a arquitetura vernácula no concelho tem sido tratada parcialmente por alguns investigadores, sobretudo a pretexto do reconhecimento patrimonial que as expressões populares conquistaram (Abrantes *et al.* 1993; Bernardes *et al.* 2000; Martins 2001; Neves 2001, 2002; Saraiva 2008, 2012). Em outubro de 2011, o Congresso de História e Património da Alta Estremadura (CEPAE) acolheu algumas comunicações que fizeram referência a aspetos da arquitetura vernácula da região, mas nenhuma aprofundou o tema. A situação inter-regional de Ourém não lhe confere uma imagem coesa, o que tem enfraquecido a sua projeção no panorama nacional. Mas existem outras razões para a escassez de estudos sobre estas expressões arquitetónicas. Até finais dos anos de 1990, de um modo geral, as construções de calcário e de terra foram menos estudadas comparativamente às arquiteturas de granito ou de xisto. A situação tem-se alterado na última década com o crescendo de estudos, especialmente sobre as arquiteturas de terra (Correia 2005, 2007; Prista 2014).

De entre as categorias da arquitetura vernacular, no presente *corpus* de estudo, considero prioritário o estudo da casa rural entre 1900 e 1960. Analisarei a casa rural e mais detalhadamente a casa do trabalhador agrícola, sustentada na trilogia casa, família e terra, numa dimensão relacional que tem sido explorada em estudos de antropologia. Durante a primeira metade do século XX, quase todas as famílias rurais viviam diretamente dos rendimentos agrícolas, numa relação de dependência em relação à casa e à terra, daí a sua classificação como “famílias agrícolas”⁵⁹. Mesmo os proprietários que exerciam profissões noutro setor de atividade complementavam o rendimento familiar com a agricultura. A par da habitação, os edifícios agropecuários serão analisados enquanto peças de leitura da construção e usos dos núcleos domésticos e dos movimentos pessoais e interpessoais nos lugares do quotidiano, desenhados pela comunicação entre espaço doméstico e espaço público.

As áreas férteis, soalheiras e próximas de nascentes, mais comuns no centro e norte concelhio, permitiram a fixação populacional nesses locais, originando núcleos habitacionais densamente povoados. Todavia promoveram também a evolução

⁵⁹ A família com chefe ativo agrícola (cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953).

aleatória de povoações rurais, em que, a um alinhamento de casas mais ou menos definido, em forma de aldeia, se sucediam casas isoladas. Durante séculos, os terrenos calcários do sul do concelho condicionavam a fixação humana, circunscrevendo-a a núcleos de povoamento aglutinados em torno das escassas nascentes. Em meados do século XX, fruto do fenómeno das Aparições de 1917, desenhava-se um crescimento urbanístico desordenado na envolvência do santuário de Fátima (Oliveira 1990: 89). Com estas variantes, o povoamento baseia-se na distribuição das casas ao longo das vias e na proximidade dos terrenos de lavoura e da vizinhança.

Na primeira metade do século XX, as dinâmicas espaciais das aldeias eram geridas em torno das noções de espaço público, privado e coletivo, embora este último tivesse uma expressão residual. O espaço público (vias, igreja, cemitério, escola primária e fontes) era fruído pelos residentes da aldeia. O espaço coletivo de vizinhos (serventias, pequenos terrenos baldios e levadas de regadio que serviam os terrenos confinantes) posicionava-se acima do nível doméstico e abaixo do nível da aldeia e ajudava a fortalecer laços de cooperação e afinidade entre vizinhos, mas também dava azo a conflitos. Finalmente, o espaço privado (espaço doméstico e terrenos agrícolas e florestais) tinha ocupação regular pela família nuclear e frequência esporádica pela família extensa e vizinhos (festas ou trabalhos com participação alargada).

Os núcleos domésticos eram compostos por agregados familiares simples. Ao longo da vida do casal, estes agregados podiam evoluir para o modelo de agregados alargados, quando se lhe juntava uma unidade ascendente, descendente ou colateral (cf. Sobral 1999a: 185), muito comum com o acolhimento de um dos pais do casal após a morte do respetivo cônjuge. Estes agregados assentavam em três relações básicas de parentesco: as relações de descendência (entre pais e filhos), de consanguinidade (entre irmãos) e de afinidade (por aliança). Esta estrutura adequava-se ao modelo económico familiar dominado pelos trabalhos no campo, em que a subsistência do agregado dependia da sua coesão, embora com diferentes níveis de participação. Para os parentes mais próximos, as regras eram obrigatórias e mais bem definidas do que para os parentes afastados.

2. Grupos sociais em espaço rural

O estudo das casas rurais entre 1900 e 1960, na sua relação com as famílias e com os campos, pressupõe a leitura da estrutura social de enquadramento dos indivíduos que as ergueram e habitaram. Por isso, é oportuno invocar os termos classe e estratificação social em Max Weber (1982 [1946]). Segundo o autor, as desigualdades sociais manifestam-se nas dimensões de estratificação social que, por sua vez, se apoia no “poder político”, em que a distribuição desigual de poder político origina os partidos (sendo aquele que apresenta menor relevância para a presente discussão). Manifestam-se ainda no “poder social”, traduzido na forma pela qual a honra social se distribui numa comunidade, associando-se a grupos de *status* e ao “poder económico”, alusivo à forma pela qual os bens e serviços económicos são distribuídos e utilizados. Logo, o “poder económico” ajuda a definir a situação de classe, em sentido estrito, porque as classes são estratificadas de acordo com as relações que mantêm com a produção e aquisição de bens.

O termo classe remete para um grupo de indivíduos na mesma situação de mercado, determinada, em primeira instância, a partir da divisão entre proprietários e não-proprietários. Por conseguinte, na própria classe verifica-se uma divisão interna vinculada ao tipo de uso da propriedade: os proprietários distinguem-se entre si em função do uso da sua propriedade (fundiária, capital, indústria) e os não-proprietários em função do tipo de serviços prestados. Esta conceção ajuda a estabelecer a relação entre a estratificação social e a arquitetura e, consequentemente, a organizar categorias de arquiteturas domésticas em consonância com a situação socioeconómica dos proprietários. Como Fernando Rodrigues argumentou, “a arquitetura adquire a forma de linguagem social e, como tal, denota significados socioculturais e ideológicos que identificam e reclassificam classes e grupos sociais diferenciados” (2011: 25).

Em Ourém e noutros contextos rurais portugueses, as fronteiras entre os estratos socioeconómicos de diferentes famílias agrícolas não eram estanques e nem sempre apareciam definidas com rigor. Não obstante, é necessário pensar os grupos sociais que habitaram as casas em estudo, aceitando alguma artificialidade de uma classificação precisa. Para formular essa classificação e adotar uma terminologia adequada consultei literatura sobre os grupos sociais e profissionais com atividade

agrícola⁶⁰ e ponderei aspetos de natureza territorial, temporal e relacionados com o tipo de exploração agrícola. A realidade socioprofissional da primeira metade do século XX, em Ourém, não se enquadra nas classificações de grupos sociais usadas em investigações de relevo sobre o tema, como são os casos de José Cutileiro (1977), Brian O'Neill (1984), João de Pina-Cabral (1989) e José Manuel Sobral (1999a, 1999b), que investigaram territórios distintos e com características fundiárias diferentes (a norte no caso de Brian O'Neill, Pina-Cabral e José Manuel Sobral; a sul no caso de José Cutileiro). A estratificação social do Alentejo interpretada por José Cutileiro (latifundiários, proprietários, seareiros e trabalhadores) diverge da de Ourém, onde os latifundiários tinham pouca expressão. Também praticamente não se conheciam seareiros, mas rendeiros, embora também pouco numerosos. As classificações que mais se aproximam do caso de estudo são as de João de Pina-Cabral (1989: 56) – jornaleiros, mendigos, ciganos, membros da elite urbana que vivem no campo, mas sobretudo camponeses⁶¹ – e de José Manuel Sobral, conforme o seguinte excerto:

O universo dos grandes proprietários contrasta, também neste âmbito, com o mundo dos mais humildes, jornaleiros e pequenos proprietários rurais, onde nada disto ocorre. Os primeiros não têm frequentemente casa ou terra, os segundos têm-nas em termos escassos (Sobral 1999b: 77).

No panorama regional, não estão consolidadas terminologias para identificar os grupos sociais ligados ao setor agrícola. Fernando Medeiros (1976: 307) representa uma exceção, ao propor em 1976 quatro classes sociais com interesses próprios: os proprietários fundiários, associados às quintas; os rendeiros capitalistas; o pequeno campesinato (pequenos proprietários, rendeiros ou parceiros em explorações); e os assalariados agrícolas. Durante o trabalho de campo constatei que os informantes não classificavam os grupos sociais com designações específicas, mas com expressões como “tinha muitas terras e muitos pinhais”, “era abastado”, “tinha poucas posses”, “era remediado”, ou “vivía mal”. O recenseamento à população ativa agrícola portuguesa, em 1950⁶², apresentou um quadro profissional detalhado da estrutura social do concelho de Ourém bastante coincidente com a representação profissional e

⁶⁰ População ativa agrícola: conjunto de ativos com profissão exercida na agricultura ou na pecuária (cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953).

⁶¹ O autor define os camponeses como produtores agrícolas que extraem da terra que controlam a maior parte das necessidades de subsistência (Pina-Cabral 1989: 56).

⁶² INE, tomo 3, vol. 2, 1953.

social que apurei em trabalho de campo, na documentação escrita e nos relatos dos informantes. O inquérito data do período em que a maioria dos entrevistados (então com médias de idades entre os 10 e os 40 anos) mantinha atividade agrícola⁶³.

É a terminologia do recenseamento de 1950, que tem como matriz a situação profissional, que adoto de seguida, por ser aquela que melhor corresponde às representações sociais prevalecentes em Ourém. Proponho que se considere a existência de dois grupos sociais, por sua vez divididos em subgrupos, numa associação com a divisão entre proprietários e não-proprietários e respetivas subdivisões, segundo Max Weber (1982 [1946]), com a consciência, porém, da relatividade de fronteiras entre grupos sociais, especialmente nas classes mais pobres, o que dificulta o enquadramento de algumas famílias agrícolas em determinado grupo, como se verá. Mas essa dificuldade de precisar não deverá comprometer uma leitura clara e sistematizada, tanto quanto possível, dos grupos sociais na relação com as arquiteturas em espaço rural na primeira metade do século XX. Assim, agrupo as famílias agrícolas⁶⁴ em estratos sociais cujas categorias profissionais apresentam relativa correspondência com duas categorias arquitetónicas: as casas ricas e abastadas e as casas pobres e remediadas⁶⁵. A classificação destas habitações, por sua vez, resulta de critérios de dimensão, complexidade construtiva e outros sinais materiais da posição económica dos proprietários.

No primeiro grupo estão os proprietários agrícolas que recorrem a trabalho assalariado, que designarei “patrões agrícolas”. Em 1950, de acordo com os dados do INE, Ourém contava com 1.258 agricultores patrões, na sua maioria, patrões proprietários⁶⁶ (1.248 pessoas das quais 1.179 eram homens). Os patrões rendeiros⁶⁷ e os patrões parceiros⁶⁸ eram menos numerosos. Durante as entrevistas, os informantes não valorizaram o arrendamento de terras no concelho, demarcando-o da prática comum no Ribatejo. O inquérito não o explicita, mas também cabem aqui os proprietários das quintas fundiárias. Bem mais numeroso, o segundo grupo social, dos

⁶³ Em 1963, num estudo sobre os níveis de desenvolvimento agrícola no continente português, Eugénio Castro Caldas e Manuel de Santos Loureiro catalogaram a situação profissional da população ativa agrícola com base na terminologia usada no recenseamento de 1950 (Caldas e Loureiro 1963: 77-81).

⁶⁴ Família agrícola: a família com chefe ativo agrícola (cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953).

⁶⁵ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 1. Grupos sociais.

⁶⁶ Patrão-proprietário: o recenseado proprietário de uma exploração agrícola que tinha habitualmente empregados ou assalariados por sua conta (cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953).

⁶⁷ Patrão-rendeiro: o recenseado que, trazendo de renda uma exploração agrícola, tinha habitualmente empregados ou assalariados por sua conta (cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953).

⁶⁸ INE, 1950, tomo 3, vol. 2: 268.

agricultores e trabalhadores agrícolas, correspondia aos profissionais manuais e mecânicos da agricultura e pecuária que, por sua vez, se dividiam em dois subgrupos⁶⁹. O primeiro subgrupo, dos agricultores e pequenos proprietários, englobava as famílias autossuficientes, com posse de terra e de gado (em regime de trabalho por conta própria). Era o caso dos agricultores isolados, com 2.079 recenseados, mas também dos gestores de pequenos negócios (ofícios e comércio), que acumulavam com a propriedade e o cultivo de algumas courelas de terra para consumo doméstico⁷⁰. Nas situações de pluriatividade o chefe de família podia ter uma profissão e complementá-la com o trabalho agrícola, juntamente com a restante família.

Estas famílias estão incluídas no grupo dos trabalhadores agrícolas exclusivos, porque possuíam habitações e edifícios de apoio com características idênticas, com algumas variações. Os trabalhadores por conta própria produziam ou fabricavam os produtos que vendiam, por oposição aos proprietários patrões, que dispunham de assalariados para o desempenho das tarefas agropecuárias (Caldas e Loureiro 1963: 232). Mais extenso e desfavorecido economicamente, o segundo subgrupo, dos trabalhadores agrícolas, era composto por assalariados rurais (5.234 trabalhadores agrícolas não discriminados⁷¹, 108 pastores e guardadores de gado, 55 tratadores de gado e 14 profissionais subalternos que coordenavam serviços agrícolas)⁷². Incluiu também neste subgrupo os assalariados serradores e resineiros, dada a importância local da silvicultura. O número significativo de assalariados agrícolas, em 1953, revelava a continuidade do panorama que existia em início do século XX, como se verificava na lista de recrutamento de homens de Fátima para a primeira grande guerra⁷³, composta sobretudo por assalariados agrícolas, últimos na hierarquia profissional e economicamente muito vulneráveis, entre os quais se incluíam os

⁶⁹ INE, 1950, tomo 3, vol. 2: 269-270.

⁷⁰ Eram os casos dos proprietários de pequenas unidades de transformação (moinhos, cerâmicas, fornos de cal, lagares de azeite, serrações); dos oficiais e artífices com serventia à escala da aldeia (sapateiros, alfaiates, latoeiros, barbeiros, pedreiros, canteiros, carpinteiros, ferreiros, ferradores, boieiros, amoladores, tanoeiros, cesteiros) e dos comerciantes (merceiros, taberneiros, caixeiros, taberneiros).

⁷¹ Os trabalhadores agrícolas eram distribuídos por 2.875 assalariados (trabalhando por conta de outrem, recebia à semana ou ao dia; cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953); 1.555 recenseados em situação ignorada; 720 pessoas de família (trabalhando por conta de um parente, não recebiam remuneração; cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953); por 64 empregados (trabalhando por conta de outrem, recebiam ao mês, ao ano ou à comissão; cf. INE, tomo 3, vol. 2, 1953) e 22 assoldados ao ano.

⁷² Estes profissionais eram compreendidos por capatazes, feitores e administradores agrícolas (INE, tomo 3, vol. 2, 1953: 270).

⁷³ AMO, H1, Recenseamento Militar, maços 1182, 1183, 1184, 1185, em Fátima.

jornaleiros. Em 1956-1957, existia um fosso acentuado entre as remunerações médias anuais dos assalariados agrícolas e dos patrões agrícolas.

Quadro 7 – Rendimentos médios anuais no distrito de Leiria ⁷⁴

| | Assalariados agrícolas | Patrões agrícolas |
|--------------------|------------------------|-------------------|
| Distrito de Leiria | 4,3 mil escudos | 62,1 mil |

Os agricultores e trabalhadores agrícolas, que designo apenas como trabalhadores agrícolas, para simplificar, integravam o grupo social mais numeroso. Consequentemente, as suas casas eram as mais comuns no concelho, pelo que assumem centralidade neste estudo. A leitura geral da estrutura social em Ourém durante a primeira metade de 1900 ajuda-nos a identificar a diversidade tipológica das habitações locais, uma diversidade exposta em elementos arquitetónicos distintivos que decorriam da situação económica dos respetivos proprietários; ajuda-nos ainda a perceber a reprodução dos grupos domésticos, determinações na organização dos espaços domésticos, nomeadamente na relação com os campos e com a rua. Assim, antes de prosseguir o estudo analítico da trilogia trabalhadores agrícolas/casa/terra, descrevo sucintamente os residentes na vila, os proprietários das quintas rurais e os agricultores patrões, nas suas conceções sociais e formas de habitar.

2.1. Profissionais liberais e casas da vila

No séc. XIX, a sede do concelho foi transferida do morro que acolhia o castelo de Ourém para o sopé e foi elevada a vila com a designação Vila Nova de Ourém. Esta mudança, decorrente do fulgor dos serviços e do comércio da vila, provocou um desprendimento da população local em relação aos trabalhos agrícolas e a expansão do comércio local e das profissões liberais (advogados, médicos e comerciantes)⁷⁵. Documentos⁷⁶ e relatos orais permitem reconstruir a composição profissional dos

⁷⁴ Fonte: Caldas e Loureiro 1963: 221.

⁷⁵ Ofício do Procurador da Câmara e Povos de Ourém ao Subprefeito de Tomar, Aldeia da Cruz (05/09/1834), Instituto de Arquivos Nacionais – Torre do Tombo: “Tem já esta povoação cento e setenta e um fogos e constantemente multiplica. É ali o empório e centro do comércio da antiga Comarca; é por ali que a Estrada Militar e viandante dos passageiros. É naquele lugar onde residem os Ministros que nos seus princípios obtiveram Provisão para fazerem audiências nas suas casas até que a Fazenda obteve uma Casa que hoje serve de Câmara. Ali residem os empregados públicos, médico, cirurgião; são as Escolas de Primeiras Letras e Latim, tudo conseguido pelos Tribunais competentes contra disputas d’antiga Vila”.

⁷⁶ Fotografias, correspondência, imprensa, incorporados no acervo do AMO.

residentes da vila no início do século XX. Os comerciantes e artífices/oficiais⁷⁷ abasteciam as famílias com têxteis, calçado, alfaías e outros consumíveis que não eram produzidos pela agricultura local. Os funcionários públicos e profissionais liberais (medicina, farmácia, direito e educação) representavam a elite e o poder local.

Estes grupos relacionavam-se com os corresidentes, com pares profissionais de concelhos vizinhos (comum entre médicos e homens do direito)⁷⁸ e com proprietários influentes de quintas rurais. Com os trabalhadores rurais mantinham relações circunscritas ao plano profissional, confirmando uma hierarquia social rígida, mas que não anulava um vínculo de interdependência entre uns e outros, pois os trabalhadores agrícolas abasteciam o mercado semanal da quinta-feira com produtos agrícolas que os profissionais da vila consumiam e estes prestavam serviços de saúde e noutras especialidades aos trabalhadores das aldeias, em gabinete ou ao domicílio. Esta situação tem algum paralelo com a que José Manuel Sobral (1999a: 58) estudou nos vales do Dão e do Mondego.

Na primeira metade do século XX, a vila de Ourém estava organizada em pequenos núcleos habitacionais expressivos de dinâmicas sociais, administrativas e comerciais. Irradiando a partir da igreja matriz, do espaço de mercado semanal e de outros centros de maior interação social, os edifícios sucediam-se alinhados em cordão, ao longo das praças e largos⁷⁹. À beira de encruzilhadas cresciam prédios de gaveto com formas oblongas e outras afeiçoadas ao desenho da via e ao aproveitamento dos terrenos. Quase não existiam espaços ajardinados e canteiros voltados para a via; os edifícios estendiam-se, a tardoz, através de logradouros com pomares e hortas ou pátios delimitados e recolhidos no perímetro de privacidade do espaço doméstico. As variações nas formas e tipologias das casas deste núcleo urbano decorriam de influências técnicas e artísticas. Mas não punham em questão a dominância do modelo da casa de dois andares, muito próximo daquele proposto pela equipa de Ernesto Veiga de Oliveira para as vilas e cidades do país (Oliveira e Galhano 1994: 386).

Os edifícios eram caiados de branco e, nalguns casos, com cores mais fortes (ocre, óxido de ferro ou azul) na totalidade dos alçados ou somente na cimalha e nas sancas. Cantarias de pedra (em linhas retas ou em arco, simples ou esculpidas com

⁷⁷ Sapateiros, alfaiates, costureiras, latoeiros, carpinteiros...

⁷⁸ Conforme correspondência entre estes profissionais, disponível no acervo documental do AMO.

⁷⁹ Largo da Liberdade, da República, Miguel Bombarda, renomeados com a implantação da I República.

motivos geométricos ou vegetalistas) guarneciam as molduras dos vãos e o piso superior projetava varandas alpendradas ou várias janelas (algumas de guilhotina), intercaladas com portadas, com caixilharias de madeira pintada com uma cor diferente daquela usada na fachada e protegidas por um gradeamento de ferro ornamentado. O sótão podia ser rentabilizado com um mirante que iluminava e arejava este patamar acanhado. Algumas casas tinham lojas de comércio e oficinas no rés-do-chão⁸⁰.

2.2. Nobreza rural e quintas agrícolas

Com as quintas entramos no campo das arquiteturas domésticas em espaço rural. Quintas e solares têm sido objeto de ensaios literários e de estudos de investigação sob a égide da sua monumentalidade e representatividade para a história local⁸¹. Recentemente, João Vieira Caldas (1999: 24) investigou em detalhe estes edifícios na periferia de Lisboa. Consciente do estatuto híbrido das quintas, situadas entre a arquitetura popular e a arquitetura erudita, o autor preferiu realçar a relação formal destas obras com o poder económico do proprietário, ao invés de as categorizar em função do capital cultural do seu construtor. Por sua vez, José Manuel Sobral (1999a; 1999b), a propósito das construções locais de identidade, sublinhou a dimensão material das quintas como cenário de memória e de poder dos “grandes proprietários agrícolas” (1999a: 75). Também Fernando Matos Rodrigues (2011: 25), num estudo sobre casas de proprietários na vila de Arouca que entrelaça os temas do parentesco, memória e representação social, tratou estes complexos edificadas como expressões de grandeza, poder, longevidade, honorabilidade, linhagem, memória e identidade. Quanto a estudos sobre as quintas de Ourém, estão disponíveis em monografias locais (Eliseu e Flores 1994 [1868]; Rodrigues 2007a, 2007b) que relatam a história genealógica das famílias fundadoras (distinções honoríficas, cargos públicos e capital económico), deixando implícita a dimensão de poder destes indivíduos, que em meados do século XX estavam distribuídos por cerca de 30 quintas⁸².

Estas herdades fundiárias concentravam-se nas freguesias mais antigas e com terrenos férteis e os seus proprietários eram caracterizados pela importância da família e respetivos capitais simbólicos e materiais a partir das redes e compromissos

⁸⁰ O açougue, a costureira, o alfaiate, a mercearia, a loja dos panos, a oficina mecânica, a taverna, o barbeiro, o sapateiro ou o funileiro.

⁸¹ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960,4. Quintas rurais.

⁸² Na sua maioria remontavam aos séculos XVII e XVIII.

sociais estabelecidos. Em 1868, numa monografia de Ourém, eram elencadas várias quintas rurais de famílias com posição influente no concelho e na região, algumas detentoras de títulos nobiliárquicos (Eliseu e Flores 1994 [1868]: 258). O funcionamento da quinta assentava na coabitação de dois agregados familiares: a família proprietária, que vivia no edifício principal, e os caseiros ou capatazes. Estes habitavam com a família num edifício discreto, garantiam o cuidado da casa (roupas, refeições e manutenção) e coordenavam a gestão agropecuária. Muitos proprietários desempenhavam cargos políticos e profissões de relevo (medicina e direito), delegando a gestão agrícola em administradores ou capatazes e mantendo uma relação indireta com a terra e com as dinâmicas do quotidiano agrícola. Outros administravam as quintas pessoalmente. Ambos os casos foram antes identificados por José Manuel Sobral, para a Beira Interior:

As famílias locais de grandes proprietários não constituem um meio homogéneo, contando para a sua diferenciação interna elementos inerentes à sua história e à sua maior ou menor antiguidade nesta posição. Há aristocratas e não aristocratas no seu seio e esta qualidade, bem como a sua maior ou menor antiguidade na ocupação de um lugar cimeiro são factores importantes de diferenciação social. Porém, o uso de elementos definidores de uma posição social, como os que indicámos, encontra-se em todas elas (Sobral 1999b: 75).

Max Weber relacionou a estratificação dos grupos com o monopólio de bens ou oportunidades materiais e ideais, atribuindo à propriedade um papel influente, na medida em que condicionava o relacionamento social com restrições passíveis de limitar os casamentos a garantias de prestígio, provocando um fechamento endogâmico (Weber 1982 [1946]: 220). Na mesma linha, em Ourém, a celebração de casamentos entre pares era uma estratégia comum para garantir a conservação e a reprodução do nome familiar desejado e a transmissão de propriedade e do prestígio da família. Mais uma vez, encontro semelhanças com a situação descrita por José Manuel Sobral (1999a: 278). Ao nível da descendência, tal como este antropólogo identificou no seu estudo (1999a: 240), os filhos rapazes eram encaminhados para a universidade para virem a ocupar cargos de topo na gestão política, como juristas ou mesmo para gerirem competentemente o património fundiário. Estas famílias construíam uma identidade em torno da casa e do grupo doméstico, através da qual valorizavam uma memória familiar, necessária para recriar o passado, para atuar sobre o presente e para se projetarem no futuro (Rodrigues 2011: 23). Como tal, o nome da casa e da família funcionava como um elemento da identidade e da

memória familiar que não podia ser alienado e a sua importância era reforçada pelo brasão com as armas da família fundadora⁸³, enquanto signo social da linhagem que pertencia à casa.

A quinta valorizava a aldeia onde estava implantada, retirando-a do anonimato pela singularidade e imponência arquitetónicas da habitação e pelas dinâmicas económicas e sociais que polarizava através do trabalho assalariado. Nos períodos de maior atividade agrícola eram contratados jornaleiros locais, gerando uma relação baseada na interdependência entre patrão e trabalhador agrícola. Esta prática promovia a fixação de casas de trabalhadores rurais na envolvente, sendo por isso frequente a expansão da aldeia a partir dessas unidades de produção. Além de controlarem o trabalho remunerado local, os proprietários das quintas usavam a riqueza para afirmarem o seu poder social e político, participando na organização e gestão das instituições locais sociais e de natureza religiosa (cf. Sobral 1999b: 74). Quando a comunidade construía uma capela, estes senhores faziam donativos que lhes garantiam um lugar privilegiado na assembleia, durante as homilias.

Há um século atrás, Rocha Peixoto (1990: 160-161) destacava algumas características arquitetónicas e funcionais das quintas, influenciadas por estilos e tendências supralocais, relativas por exemplo à adoção de amplas escadarias ou de capelas. Com base em observação durante o trabalho de campo, nas quintas rurais em Ourém, são inteligíveis alguns aspetos similares⁸⁴. Instaladas em contextos rurais, com extensas propriedades aráveis próximas de linhas de água (para regadio e unidades de moagem), os espaços associados a estas unidades de lavoura destacavam-se pelos volumes amplos, pelos ornatos, pelo jardim – marca social distintiva – e por um conjunto de estruturas agropecuárias⁸⁵ que garantiam autonomia económica a estes complexos rurais. Era ainda comum a capela (ornamentada com paramentaria e esculturas de arte sacra), que era erguida perto da habitação, ajudando a fechar o pátio que delimitava a área privada⁸⁶, à qual se acedia por um grande portão. A avaliar

⁸³ São os casos das quintas da Alcaldaria-Mor, Caneiro, Mossomodina, Mota, Seça e S. Gens.

⁸⁴ Pude confirmar nos inventários realizados pelo Município de Ourém em 2011 (no âmbito da revisão em curso do Plano Diretor Municipal), no inventário do património cultural imóvel (empreendido pela extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e em alguns estudos realizados por estudantes universitários com ligações ao concelho.

⁸⁵ Tais como: celeiro, palheiro, cortes e cavalariça, abrigos para viaturas, moinho de cereal, lagar de azeite, lagar de vinho e adega, oficina, eira, lavadouro, pombal e fonte de abastecimento de água. Algumas fontes apresentam esmero ornamental, como a fonte da Quinta da Casa Velha, com bica esculpida com figura antropomórfica, envolvida com motivos vegetais e uma vieira.

⁸⁶ Nalguns casos, a capela era integrada no corpo residencial, sinalizando-a o campanário ou a sineira.

pelos pormenores arquitetónicos da habitação, especialmente das quintas brasonadas, a componente estética revelava expressões de erudição (cf. Caldas 1999). As variações de estilo e tendências derivavam da fusão entre gostos pessoais, o cunho académico e influências cosmopolitas dos projetistas e, por fim, o engenho criativo dos empreiteiros.

Em termos formais, os edifícios de habitação tinham, na sua generalidade, um corpo de dois pisos de planta retangular longitudinal ou vários volumes, nalguns casos com torre⁸⁷. O exterior era caiado de branco e mais raramente de ocre⁸⁸ ou almagra⁸⁹. A cobertura (com duas, três ou quatro águas) tinha beirais elaborados e a cornija dava a volta ao edifício, tendo abaixo um friso em alto-relevo. O piso térreo destacava a portada sobre a qual podia estar a pedra de armas da família e o piso superior era corrido por uma sucessão de janelas e portas de sacada com ferro forjado. As caixilharias das janelas (algumas em guilhotina) eram de madeira emoldurada por cantaria de pedra esculpida. Na guarnição dos vãos, em poiais interiores, bancos, cunhais e em amplas escadarias centrais com varanda e balaustrada ou em varanda alpendrada, era utilizado calcário branco ou outra pedra com bons acabamentos, remetendo para influências eruditas como marca social distintiva (Caldas 1999: 72, 152). Embora fossem mais amplas e ornamentadas que as casas com dois pisos na vila, apresentavam algumas semelhanças, nomeadamente aos níveis das caixilharias e guarnições dos vãos. No exterior da habitação era comum o pátio ajardinado e murado com buchos, revelador da dimensão ornamental destes complexos fundiários, o qual comunicava frequentemente com um pomar em cordão verde, alinhado com a habitação e com os edifícios de apoio. Seguia-se-lhe um extenso terreno de amanho com vinhedo, olival ou cerealíferas, por vezes, intercetado pela via pública⁹⁰.

Quanto à orgânica funcional da habitação, o acesso ao interior no rés-do-chão podia ser feito pela porta lateral para a cozinha ou pela porta principal, que dava para um *hall* a partir do qual era feita a distribuição para a cozinha e a despensa/arrumos, de um lado, e para a sala de jantar, a biblioteca (quando havia) e por vezes um quarto, no lado oposto. O acesso ao piso superior podia ser feito pela escada que partia do

⁸⁷ Exemplo patente na Quinta do Fárrio, freguesia de Ribeira do Fárrio.

⁸⁸ São os casos da quinta do Caneiro (freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias), da quinta da Granja e da quinta dos Passos (ambas na freguesia de Olival).

⁸⁹ Pintura natural com argila vermelha, contendo óxido de ferro.

⁹⁰ Verifica-se, por exemplo, nas quintas do Caneiro, do Poço Soudo, do Montalto, dos Castelinos, da Granja ou da Caridade.

hall ou por uma escadaria exterior que desembocava numa sala. Os quartos e as divisões destinadas à higiene individual estavam concentrados numa das alas ou repartidos por ambas, sendo o trânsito entre elas assegurado por um corredor.

O recheio era composto por mobiliário produzido com materiais nobres e duradouros que permanecia a uso ao longo da história da quinta. A importância do capital material e simbólico das quintas era expressa nos objetos (peças de arte, decoração e fotografias), que acumulavam uma memória construída longamente pelas gerações que se sucediam na ocupação das mesmas. Ali permaneciam como se fizessem parte da componente imóvel do edifício. Perante a consciência do presente fundada em percepções e atitudes do passado (Lowenthal 1998: 64), estes objetos representam, ao mesmo tempo, o presente e o passado, na medida em que os proprietários lhes davam significados que os transportavam para o passado prestigioso dos seus antepassados, servindo-se também deles para projetarem o seu próprio futuro.

São, portanto, fragmentos de um passado transformados em relíquias, marcas, resíduos e património da família, que lhes atribui valor simbólico-narrativo como objetos mnemónicos que evocam uma história à qual é dado grande valor. Associam-se a uma memória flexível, que articula o individual com o coletivo e apoiam-se em referenciais coletivos que são apropriados individualmente e seletivamente repostos (Lowenthal 1998: 207). Mais uma vez, encontro afinidades entre a forma como estes objetos são apropriados e o papel das fotografias nas casas estudadas por José Manuel Sobral, enquanto memórias situacionais de episódios que ajudam a contar a história familiar, a perpetuar a memória individual, familiar e social (Sobral 1999b: 75).

Na segunda metade do século XX, o arranque da mecanização potenciou o aumento da produtividade agrícola no país. Ao mesmo tempo, diminuía a mão-de-obra assalariada, que era cada vez mais absorvida pelas indústrias e pela (e)migração para os subúrbios de Paris, mas também para a periferia de Lisboa, o que provocou o aumento da remuneração dos trabalhadores agrícolas disponíveis. A formação académica dos descendentes das quintas e o desejo de construírem uma carreira de sucesso fixava-os em cidades cosmopolitas, como Lisboa, desvinculando-os profissionalmente da área de influência da quinta e do exercício do poder político e económico no concelho ou na região (Rodrigues 2011: 66). A influência local destes senhores da terra enfraquecia e, com o fim do Estado Novo e a instalação do regime

democrático, os critérios da origem, do sangue e do parentesco alargado perdiam relevância em detrimento de critérios como a qualificação profissional e o capital relacional, “com destaque para a posição nas redes de interação, em função de um percurso ‘desejado’ que define aspirações e projetos de mobilidade social e económica” (Rodrigues 2011: 65, apoiado em Bourdieu 2007 [1979]; Giddens 1987; Goody 1994; Goffman 1974).

Em anos mais recentes, essas características “tradicionais” viriam a ser revalorizadas, numa associação aos processos de emblematização de quintas em espaço pós-rural. Nuns casos, os complexos fundiários continuaram a pertencer à família como residência de férias e fins de semana. Noutros, foram vendidos a indivíduos financeiramente bem-sucedidos, mas a identidade da casa permaneceu associada à família fundadora, numa espécie de empréstimo do prestígio aos novos proprietários, com capital financeiro, mas sem prestígio social. Retomarei mais tarde este tema para o tratar com maior detalhe.

2.3. Agricultores patrões e casas agrícolas abastadas

Embora mais numerosos que os proprietários das quintas, os agricultores patrões eram bem menos que os trabalhadores agrícolas, tendo em conta o recenseamento à população agrícola já mencionado. Proprietários de várias parcelas agrossilvícolas, nuns casos extensas, noutros repartidas e até dispersas, administravam diretamente as explorações agroflorestais através do cultivo e venda dos produtos e de terrenos, tornando-se conhecidos como negociantes. Participavam ativamente nos trabalhos agrícolas, o que refletia a conexão entre a terra e o poder económico, mas também entre a casa e a terra. Asseguravam as tarefas agropecuárias ao longo do ano com contratos permanentes ou duradouros que celebravam com assalariados agrícolas e reforçavam a mão-de-obra com contratos temporários à tarefa, que podiam durar dias ou semanas, nos períodos de cultivo ou de colheita⁹¹.

Estes indivíduos ocupavam uma posição social intermédia entre os proprietários das quintas e os trabalhadores agrícolas. Muitos descendiam eles mesmos de trabalhadores agrícolas, tendo aumentado o seu poder económico paulatinamente pelo trabalho e sucesso na produção agropecuária. O desejo de projeção social, expresso na posse de terra, na dimensão da habitação e nas estruturas

⁹¹ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 5. Casas de proprietários agrícolas.

de apoio, motivava o trabalho intenso e a rentabilização dos recursos disponíveis. Tais atitudes mostram que ainda não se tinham desligado dos ritmos e dos padrões dos trabalhadores agrícolas dos quais descendiam mas, ao mesmo tempo, perseguiram objetivos de ascensão económica e social com similitudes com os que – mais tarde – caracterizariam os emigrantes para França.

Alcançavam o poder económico na aldeia mas dificilmente usufruíam de uma afirmação social equivalente à dos proprietários das quintas. Mantinham, ainda assim, uma relação social local e regional bem estabelecida, com domínio dos circuitos comerciais e contacto fácil com parceiros e concorrentes. Alimentavam a proximidade com os trabalhadores assalariados, consentindo a entrada destes nos espaços domésticos e a participação nas refeições de família (tal como aos assalariados permanentes). Era comum estas famílias acolherem crianças órfãs, os “enjeitados”. Atribuía-lhes trabalho agrícola, sem remuneração e, ao mesmo tempo, integravam-nas no agregado familiar, sem que houvesse uma demarcação social rígida, o que é demonstrativo da sua ascendência familiar, mas também da dependência do grupo social hierarquicamente inferior para prosseguirem a conquista da ascensão social. A celebração de casamentos assentava tendencialmente na endogamia social, promovida pelos pais, que negociavam as alianças dos herdeiros com pares de situação económica idêntica para expandirem o património fundiário da família. Ocorriam uniões entre parentes abastados (evitando a fragmentação das propriedades) ou entre filhos de agricultores de outras localidades.

Implantada no seio da povoação, à beira da via pública, a casa rural compreendia edifícios de apoio⁹² que se estendiam a tardoz e lateralmente, acompanhando um pátio murado a delimitar o espaço privado. Diferentemente das quintas, na maioria dos casos, os terrenos agrícolas não comunicavam com a casa, porque não resultavam de herança em que casa e terreno permaneciam indivisíveis na família, mas da compra à medida da ascensão económica. Os volumes da habitação eram menores e mais simples que os das quintas e não existiam tantos edifícios de apoio, casa de serviços ou capela. Tipologicamente, estas casas apresentavam aspetos comuns com as casas da vila ao nível da volumetria e configuração, embora fossem menos ornamentadas.

⁹² Telheiros de abrigo de viaturas de tração animal, estábulos, celeiros, lagares e armazéns de alfaías.

Eram edifícios de dois pisos, planta retangular longitudinal e cobertura de duas águas, por vezes emoldurada por cornija, seguida de frisos com remates cerâmicos nas extremidades. Os alçados eram caiados de branco e ocasionalmente de ocre, azul ou almagra. No rés-do-chão do alçado principal existia uma portada de madeira e janelas laterais. Geralmente, do lado direito arrancava uma escadaria de pedra que subia ao primeiro piso e era rematada por um balcão alpendrado de acesso à sala no interior. Este piso podia integrar uma ou duas portas de sacada com gradeamento de ferro trabalhado e uma sucessão de janelas retangulares. Na envolvente da habitação, existia um terreiro onde não havia uma separação clara entre o jardim ornamental, a horta e o pomar⁹³.

A orgânica funcional mais comum era a que a seguir descrevo. A partir do exterior, acedia-se ao interior do piso térreo pela portada de madeira que dava para a adega e os arrumos⁹⁴. Por vezes, numa das alas era instalada a cozinha. O piso superior era alcançado por uma escada interior, a partir do piso térreo ou por uma escada exterior de acesso à sala ou à cozinha, quando instalada no piso superior. Quando a casa era erguida num terreno com desnível, no lado oposto à via pública, a cota da rua era alinhada com o rés-do-chão, evitando o acesso ao piso superior pelas escadas. A cozinha e as divisões de apoio estavam instaladas numa extremidade, sucedendo-lhe a sala e os quartos, dispostos ao longo de um corredor. O recheio era composto por mobiliário resistente, pouco ornamentado, com alguns elementos decorativos e fotografias de família dispostos na sala, sobre xotes⁹⁵ e no louceiro.

A fusão do jardim com a horta, a opção por habitações amplas, mas com formas simples e com recheio pouco valioso, o investimento financeiro numa sala espaçosa em contraponto com o investimento emocional e funcional na cozinha ou a relação simultaneamente profissional e pessoal com os assalariados agrícolas, combinavam expressões identitárias aparentemente contraditórias. Sublinham o posicionamento destes patrões agrícolas entre os trabalhadores agrícolas, aos quais permaneciam ligados laboral e emocionalmente, mas também evidenciam o desejo de proximidade aos senhores das quintas, com os quais se queriam identificar económica e socialmente.

⁹³ As roseiras, o brinco príncês, os jarros e os espargos coabitavam com a nespereira, o limoeiro, a laranjeira e outras árvores de fruto.

⁹⁴ Tonéis para o vinho, arcas com cereais, talhas com azeite, estrados com batatas.

⁹⁵ Arcas de madeira.

2.4. Trabalhadores agrícolas e casas rurais

2.4.1. Caracterização social

As casas dos trabalhadores agrícolas são as mais numerosas no campo das arquiteturas domésticas em espaço rural, pelo que o seu estudo será feito de forma mais aprofundada. Após uma caracterização geral deste grupo social, descrevo as casas que habitaram e analiso modos como se apropriaram dos seus espaços domésticos e sobre eles discursam (obras realizadas, representações de género e gerações em contraponto), para compreendermos a passagem da casa rural para as casas de emigrantes e outras tipologias domésticas com presença atual em Ourém. Os dois subgrupos que o integram o grupo dos trabalhadores agrícolas (trabalhadores por conta própria e assalariados) eram separados – como referi anteriormente – pela questão da propriedade, nos termos das propostas de Weber e da proposta de João de Pina-Cabral (1989: 81) para o campesinato com terra e o campesinato sem terra⁹⁶.

O primeiro subgrupo era integrado por agricultores isolados com algumas propriedades de cultivo, proprietários de negócios muito pequenos e profissionais mecânicos e manuais em áreas como a construção, mas que mantinham o cultivo agrícola para consumo familiar. Os agricultores isolados exploravam a terra com base numa lavoura independente (cf. Medeiros 1976: 296) apenas com mão-de-obra familiar e cultivavam produtos em pequena quantidade, vendendo excedentes do consumo familiar a agricultores patrões e negociantes. Todos viviam uma situação económica pouco favorável. Ainda assim alguns estavam melhor posicionados porque tinham mais terras agrícolas ou uma junta de bois⁹⁷ para as lavras. Nestes casos, usavam um estábulo para os vitelos em criação e treino para a lavoura e outro para a junta de trabalho. Quem não tinha junta, recorria aos vizinhos e se na família não houvesse ninguém habilitado para a guiar, contratava-se um boieiro⁹⁸, pagando-se em dinheiro ou géneros. A junta de bois era um indicador de estatuto social deste grupo e refletia-se na quantidade de edifícios na envolvente da habitação:

⁹⁶ Esta separação não era linear, na medida em que os agricultores proprietários de poucas terras e com algum grau de autonomia podiam realizar também trabalho sazonal como assalariados agrícolas ou noutras áreas que não as agrícolas. Da mesma forma, ocasionalmente, os agricultores com mais posse de terra e uma exploração familiar, podiam recorrer a mão-de-obra adicional para a realização de tarefas específicas, aproximando-se, de algum modo, dos agricultores patrões e, consequentemente, proprietários de casas mais abastadas.

⁹⁷ Quando os bois novos estavam preparados para trabalhar, os proprietários vendiam o gado de trabalho numa feira local e adquiriam nova junta de bois, repetindo o processo sucessivamente.

⁹⁸ Localmente designado de lavrador, enquanto profissional operacional e não proprietário agrícola.

Nunca tínhamos bois para lavar. Vivemos sempre com muita dificuldade. Falávamos a um lavrador. Tínhamos uns coelhitos, umas galinhas e no tempo do meu pai tinha uma burra para acarretar o estrume e a água, puxava com um engenho [Maria Emília Sousa Marques, Olival];

O meu pai tinha bois, a gente não. Trabalhávamos no campo com os ossos. Para lavar os campos falávamos a um lavrador que ia lá às ribeiras com uma junta [Clementina, 91 anos, Olival];

Às vezes a gente ensinava-os e depois vendia-os e juntávamos sete notas de cem. Rendia muito. Uma junta de bois era uma carteira, era um rol [Humberto, Fátima].

Pelo seu lado, os assalariados agrícolas não tinham terra ou a que tinham não garantia o autoconsumo. Sem formação profissional, com instabilidade laboral e insegurança social (cf. Caldas e Loureiro 1963: 234, 235), os que não conseguiam contratos duradouros procuravam continuamente trabalho, fragilizando o quotidiano das suas famílias. A compra de bens de consumo⁹⁹ era condicionada pelos orçamentos reduzidos e irregulares e pela relação de confiança entre as famílias e os comerciantes locais, que pesava em compras a fiado:

Tínhamos que comprar coisas a pouco e pouco, à medida que arranjávamos dinheiro. E se ficássemos a dever dinheiro pagava-se no fim do mês. Comprávamos nas tavernas arroz, massa, sabão azul, uma tenaz, panelas de barro. Se houvesse dinheiro, em vez de um quilo comprávamos dois ou três, era conforme havia dinheiro. Não havia dinheiro para gastar, quanto mais para poupar [Ilda, Fátima].

As contratações temporárias acompanhavam o calendário agrário. No tempo das lavras, sementeiras, mondas e colheitas, a procura de mão-de-obra aumentava e durante o inverno, com exceção da campanha da apanha da azeitona, escasseava, com reflexos imediatos no sustento das famílias de assalariados. Ao fim do dia e ao domingo, homens frequentavam a taberna da aldeia para conseguirem semanas ou dias de “jorna”. Jogavam cartas acompanhadas com rodadas de vinho a copo, enquanto esperavam que patrões agrícolas se dirigissem ali para os contratar. Desconhecendo-se referências bibliográficas ou documentais sobre a existência de “praça de jorna” no concelho, sabe-se, pelos informantes, que a taberna, para além de espaço de recreio, era um local de negociação de trabalho “por boca” entre patrão agrícola e jornaleiro. As jornadas temporárias para as campanhas da fanga e da

⁹⁹ O abastecimento era feito em merceiros, taberneiros, moleiros, comerciantes e oficiais da aldeia.

azeitona nas lezírias eram outro tipo de contratos “por boca”¹⁰⁰. Agenciados e encaminhados por rancheiros pagos pelos patrões agrícolas, homens e mulheres (geralmente solteiras) pernoitavam nos celeiros, em compartimentos distintos, durante semanas. Pelo serviço, recebiam em dinheiro e géneros (um alqueire de cereal, dez litros de azeite) e ficava “apalavrado” o contrato para o ano seguinte. Menos comum era o contrato entre patrões e rendeiros, com o acordo do “amanho” das terras mediante a entrega de uma percentagem do cultivo:

Os meus avós [proprietários agrícolas] falavam a pessoal para trabalhar nas terras, roçar o mato, pagavam ao dia, com ordenados pequenos, 25 tostões e davam-lhe o comer [Celeste Santos, 67 anos, Urqueira];

Primeiro os meus bisavós, depois os meus avós e por fim os meus pais, todos foram rancheiros e ganhavam à comissão. Em meados do verão quase não paravam em casa, porque andavam a falar a este e àquele para irem trabalhar, às vezes para a Golegã, outras vezes para Pernes e outras zonas do Ribatejo. Chegavam a ajuntar ranchos de setenta pessoas [Maria da Purificação, 85 anos, Urqueira];

Íamos para a Golegã a pé descalças pela serra, com o cesto à cabeça, com uma broita ou duas para a semana. Quando íamos para a Golegã trazíamos feijão e milho para todo o ano [Maria Rosa, 80 anos, Fátima].

Apesar das diferenças, estes dois grupos que em 1950 integravam a maioria das 10.959 famílias¹⁰¹ residentes em Ourém apresentavam perfis domésticos e sociais muito similares. Nos agregados domésticos residiam casais com três a quatro filhos, mas também eram comuns as famílias com sete e oito filhos¹⁰², havendo ainda casais com doze e treze filhos¹⁰³. Estes valores devem ser interpretados à luz do número de famílias em viuvez, com filhos já casados e ausentes, e deve ter-se ainda em conta a taxa de mortalidade infantil, que era considerável. O analfabetismo era generalizado no concelho, mas mais acentuado nas aldeias, onde se concentravam os trabalhadores agrícolas. Segundo uma análise centrada nas freguesias de Espite e Fátima, em 1900, Espite apresentava 89% de analfabetismo, aumentando em 1920 para 96,5%. Em Fátima, os valores de 85%, em 1900, passaram para 87%, em 1920¹⁰⁴. O agravamento do analfabetismo foi um dos efeitos da primeira grande guerra, com o recrutamento

¹⁰⁰ A contratação de ranchos de trabalho era feita com antecedência, uma vez que decorria em povoações distantes na lezíria ribatejana (Golegã, Almeirim ou Vila Franca de Xira).

¹⁰¹ INE, IX Recenseamento Geral da População, 1952.

¹⁰² INE, IX Recenseamento Geral da População, 1952: 314, 315.

¹⁰³ INE, IX Recenseamento Geral da População, 1952: 297, 298.

¹⁰⁴ Censo da População de Portugal, 1.º de dezembro de 1920, Lisboa, 1923-1925.

de rapazes (os que mais frequentavam a escola), a agudização da pobreza e o alastramento de epidemias refletidos em perdas humanas e no aumento do absentismo escolar. Na sede do concelho, o analfabetismo descia de 74% em 1900, para 64% em 1920¹⁰⁵. Em trabalho de campo, constatei que a maioria dos que não sabiam ler eram mulheres com mais de 75 anos. De facto, na sua infância e adolescência, anteriores a 1940, não estava consolidada a frequência escolar feminina. Ainda de acordo com o INE, num universo de 8.780 pessoas com atividade agrícola, 7.963 eram homens e apenas 817 mulheres¹⁰⁶. As mulheres tinham um papel ativo nas tarefas agrícolas, mas não eram remuneradas nem contabilizadas como trabalhadoras e sim como pessoas de família¹⁰⁷. As que o eram correspondiam sobretudo a solteiras e a famílias assalariadas:

O facto de caber ao homem o papel de provedor de recursos externos explica, pelo menos parcialmente, o abandono do assalariamento rural permanente por parte da maioria das mulheres que por ele passaram durante a adolescência. O casamento representa para a maioria das jovens locais um retraimento no espaço doméstico (Sobral 1999a: 222).

Os trabalhadores agrícolas transpunham regularmente as fronteiras da povoação para a realização de trabalhos (no caso dos assalariados e dos oficiais) e para comprarem mantimentos. Esta mobilidade para a freguesia vizinha, para a vila ou, mais raramente, para outros concelhos (nas jornadas de trabalho sazonal) tinha poucos efeitos nas redes de sociabilidade e, conseqüentemente, nos casamentos. Prevalencia a endogamia, com matrimónios entre jovens com uma situação económico-social próxima e da mesma povoação ou da povoação vizinha. O casamento representava a continuidade do quotidiano de restrições, mas também alimentava a esperança no progresso através de uma economia de poupança e do reforço da mão-de-obra familiar para a produção agrícola.

Maria Beatriz Rocha-Trindade realçou a subordinação económica dos camponeses, geradora de dependência política, cultural e religiosa, e a sua descrição como pessoas com pouca capacidade de iniciativa e receosas do mundo exterior, mas simultaneamente propensas à emigração (Rocha-Trindade 1973). Como estes camponeses, os pequenos agricultores de Ourém, proprietários de algumas parcelas

¹⁰⁵ Censo da População de Portugal, 1.º de dezembro de 1920, Lisboa, 1923-1925.

¹⁰⁶ Censo da População de Portugal, 1.º de dezembro de 1920, Lisboa, 1923-1925: 268.

¹⁰⁷ Nestes valores também estão contabilizados os patrões agrícolas.

de terra, viviam num regime tendencialmente de autossuficiência. Reviam-se também nesta dualidade de condutas, entre o receio do desconhecido e a iniciativa da emigração. O mesmo acontecia com os assalariados agrícolas, embora estes encontrassem mais obstáculos financeiros para o custeio da viagem.

2.4.2. Caracterização formal e estética geral das casas de Ourém¹⁰⁸

Prevaleciam as casas de piso único, planta retangular e cobertura de duas águas com telha de meia-cana e, mais recentemente, marselhesa, que assentava sobre um vigamento de madeira. Voltada para a via, a frontaria era caiada e mais cuidada comparativamente às restantes fachadas, porque tinha maior visibilidade social. As fachadas laterais e a tardoz raramente eram caiadas, poupando trabalhos e despesas aos proprietários, mas a partir dos anos 1940 a caição tornou-se generalizada a todas as paredes exteriores:

As casas não eram sempre caiadas nas quatro paredes, era pouco mais que na frontaria. Fazia-se a barra da casa da frente para as pessoas verem que também tínhamos lá as nossas coisas [Maria Rosa, 80 anos, Fátima];

Se havia uma porta havia duas janelas [Humberto, Fátima].

Quadro 8 – Dimensões médias das casas de assalariados agrícolas e agricultores¹⁰⁹

| <i>Assalariados agrícolas</i> |
|---|
| Casa a): 9 m de comprimento / 6 m. de largura |
| Casa b): 7,5 m de comprimento / 6,5 m. de largura |
| <i>Agricultores</i> |
| Casa a): 12 m de comprimento / 6,5 m. de largura |
| Casa b): 11 m de comprimento / 10 m. de largura |

O alçado principal era rasgado por vãos (janela, porta e janela) correspondentes à sala, cuja soleira¹¹⁰ servia de assento a confidências femininas e a namoros consentidos, mas vigiados pelos pais, nas tardes de domingo. Existia ainda uma porta de acesso à cozinha no alçado principal, lateral ou a tardoz. A consulta de vinte e cinco requerimentos de licença para construção em 1956¹¹¹ e o levantamento

¹⁰⁸ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, Casas de trabalhadores agrícolas.

¹⁰⁹ Dados apurados através da média dos levantamentos arquitetónicos e requerimentos ao Município de Ourém para a construção de edifícios de habitação.

¹¹⁰ Localmente conhecido como rebate.

¹¹¹ AMO.

arquitetónico de dez casas de início do século XX apontam para habitações com dimensões médias de onze a quinze metros de comprimento por seis a dez metros de largura, com algumas variações associadas a diferenças económicas entre trabalhadores agrícolas. De acordo com os processos consultados, apresento exemplos de casas muito reduzidas (pertencentes a assalariados sem terra e outras famílias em situação de grande precariedade) e de casas um pouco maiores (propriedade de agricultores, oficiais e outros trabalhadores independentes). A diferença de espaço entre os dois grupos de casas era distribuída por divisões mais amplas ou por mais um quarto.

As variações de áreas interferiam pouco na planta interior, que habitualmente era composta por uma cozinha, despensa, por uma sala e dois ou, mais raramente, três quartos. A sala e a cozinha (a configuração retangular acompanhava a largura da casa) eram as divisões mais amplas, seguindo-se-lhes os quartos (dimensões médias de dois metros por dois metros) e, finalmente, a despensa (por vezes, com largura inferior a dois metros). “A minha casa só tinha dois quartos, uma cozinha e a sala... só tinha um puxadozito pequenito” [Mariana, Olival]. Embora a higiene fosse uma preocupação presente na Europa desde finais do século XIX, a regulação da construção de instalações sanitárias restringia-se aos meios urbanos e a maioria das casas rurais não tinham esse tipo de instalações.

Casei-me e fui para os Carcavelos. Ai Jesus, a minha casa só tinha dois quartos, uma cozinha e a sala... só tinha um puxadozito pequenito. Não tinha mais nada [Mariana Martins Ferraz, Olival];

O meu marido não era nada de modas. A minha casa tinha dois quartos, a cozinha e a sala e mais nadinha [Amélia de Jesus, 83 anos, Fátima].

A maioria das casas que visitei ou cujos proprietários entrevistei tinha uma orgânica funcional caracterizada pela passagem direta entre divisões, não havendo corredor. Acedia-se ao interior pelas portas da sala e da cozinha, sendo esta mais utilizada, com ligação direta à rua ou mediada por um alpendre ou antecâmara. A cozinha comunicava com a despensa ou “quartito” e com a sala, que por sua vez dava acesso aos quartos.

Menos frequentes, as casas com dois pisos tinham planta quadrangular e cobertura de quatro águas ou planta retangular e cobertura de duas águas. Pertenciam normalmente a comerciantes, oficiais e agricultores isolados e acolhiam no rés-do-

-chão a mercearia, o ofício ou adega e arrecadação, conforme a ocupação profissional dos proprietários. Esta, por sua vez, influenciava a distribuição das áreas, divididas em duas, três ou mais divisões. A partir deste espaço de trabalho existia um acesso ao piso superior por escadas, mas a entrada mais usada era feita por uma escada exterior que subia até à cozinha¹¹². A distribuição neste piso destinado a habitação era idêntica à que existia nas casas com um piso, sem corredor e com divisões intercomunicantes.

Era também frequente a cozinha e a sala serem mediadas por uma antecâmara ou terem acessos independentes a partir de uma varanda alpendrada exterior que acompanhava ambas as divisões. Nestes casos, existiam dois circuitos autónomos de comunicação: um composto pela cozinha e despensa e outro pela sala e pelos três a quatro quartos. Para além da capacidade de resposta às necessidades de funcionamento de atividades profissionais e de armazenamento de bens no rés-do-chão, a visibilidade proporcionada pela altura destas casas conferia aos proprietários alguma afirmação social comparativamente aos que possuíam casas com piso único.

As chaminés, pelas suas dimensões funcionais e estéticas, eram elementos arquitetónicos relevantes e parâmetros de valorização social. Pedreiros profissionais dedicavam-se a afinar o escoamento do fumo e esmeravam-se em valorizá-las esteticamente. Símbolos de competição entre pares sobressaíam pelo rigor de execução e diversidade decorativa. Funcionavam como imagens de criatividade entre casas deste grupo social e eram ícones diferenciadores das arquiteturas vernáculas, com variações entre as casas do norte e do sul concelhio, ilustrando a posição inter-regional de Ourém e o seu carácter híbrido.

O alpendre, além de parâmetro comum da arquitetura popular em Portugal e em especial da região estremenha (Lino 1992 [1933]; Oliveira e Galhano 1994: 209, 219, 222; Caldas 1999: 72), era outro elemento estético e funcional de destaque. Em 1916, num inquérito etnográfico à casa portuguesa, um grupo de alunos da Faculdade de Letras de Lisboa identificara dois tipos de habitação na área rural de Leiria: “a casa de alpendre, que é a mais antiga, e a casa sem alpendre, composta por um pavimento” (Monteiro 1916: 136). De acordo com o levantamento, o alpendre era um espaço de apoio às tarefas femininas, em alternativa ao interior da habitação, de

¹¹² Nas casas em que o piso térreo não acolhia um espaço comercial, destinando-se apenas ao armazenamento de mantimentos, contemplava geralmente uma lagariça com tonéis de vinho, a salgadeira (para as carnes gordas do porco sacrificado e desmanchado no inverno), arcas e sacas de pano com milho e feijão e mais cerealíferas e batatas estendidas em estrados elevados e ventilados.

iluminação escassa: “É debaixo desse alpendre que as mulheres aninham as suas roupas e fazem os trabalhos em que precisem andar de pé de um lado para o outro, pelo motivo de receberem em casa pouca luz” (1916: 137).

Já em meados do século XX, os etnólogos da publicação *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (Oliveira e Galhano 1994) observaram um alpendre totalmente aberto para a rua ou guarnecido de um ou dois poiais a “rasgar” as paredes brancas do alçado principal. Em Ourém, identifiquei alpendres avançados, com telheiro suportado por esteios de pedra, e alpendres recuados e discretos, mas com a mesma dimensão estética e valorativa na casa rural. Questionado sobre a construção do alpendre nas casas erguidas na primeira metade do século XX, um antigo pedreiro de Urqueira, que construiu casas em 1930 e 1940, respondeu que “Quase todas as casas tinham alpendre para guardarem as coisitas, para não se molharem, para se sentarem um pouco, para guardar lenha e roupa” [Manuel, Urqueira].

Conciliando a documentação disponível, os relatos orais e observações de alpendres em uso, defino-o, portanto, como uma espécie de antecâmara entre a rua e a casa, que amenizava o frio, o calor, as chuvas e as poeiras; como um espaço de arrumo dos utensílios para uso quotidiano (do que vinha da rua e não tinha serventia na casa) e de preparação de alimentos a cozinhar na lareira; mas também como espaço de descanso, no fim das tardes de trabalho e de convívio com os vizinhos, sem os conduzir para o interior da casa e os integrar na sua privacidade. O alpendre fazia portanto a transição entre as áreas de acesso coletivo e de intimidade familiar. Finalmente, representava a separação entre o campo agrícola e o espaço de recolhimento, porque ali ficavam as palhas, a terra e as alfaias dos campos.

Também associada à Estremadura, a casa-pátio era outro elemento comum às habitações de Ourém. O pátio podia estender-se entre a habitação e a via pública como passagem do domínio íntimo para o domínio público, mas podia também localizar-se a tardoz ou lateralmente e aumentava quando o casal negociava a compra de parcelas de terreno a vizinhos. Nas casas dos assalariados, o pátio era menos pronunciado ou inexistente. O espaço envolvente limitava-se a poucas leiras de terra e a um anexo reduzido, mas indispensável. Ao longo da vida do núcleo doméstico, o pátio ia sendo fechado com estruturas agropecuárias que acentuavam o cunho agrícola da casa (Oliveira e Galhano 1994: 191; Caldas 1999: 70). O pátio e de edifícios de apoio, além de servirem como elementos estruturais e divisórias de

propriedade (Diogo 1994: 82), ajudavam a afirmar o poder económico e social do proprietário perante os seus pares e a construir a conceção de “casa agrícola”:

Inicialmente, os currais estendiam-se pela porta da frente da casa. Não podíamos deixar a porta aberta, porque o gado entrava em casa e sujava tudo. Eram só palhas lá dentro. Só mais tarde é que o pátio foi transferido para o lado. A eira também foi construída um pouco mais tarde. A minha mãe ficou com muitas dívidas que o meu pai deixou para empenhar a viagem e só quando conseguiu pagar tudo é que contratou uns homens para lhe construírem a eira. Fazia muita falta para secar uns feijões, algum trigo. Ela chegou a secar na sala, mas sujava tudo [Maria Vieira, 78 anos, Urqueira].

Os anexos agropecuários eram erguidos em autoconstrução por habitantes e vizinhos e ficavam por caiar, realçando a habitação como núcleo central do agregado familiar. As suas características dependiam da disponibilidade dos materiais de construção, do tipo de produtos de cultivo e das formas de armazenamento mais adequadas, com variações entre o centro/norte e o sul concelhio, traduzidas numa grande diversidade tipológica (Saraiva 2008)¹¹³. Comparando os modelos identificados no terreno com aqueles estudados por Ernesto Veiga de Oliveira e a sua equipa (Oliveira, Galhano e Pereira 1988; Oliveira e Galhano 1994), concluo que Ourém congrega a maioria das estruturas de armazenamento agrícola mapeadas no país, com exceção dos espigueiros (menos assíduos). Tal justifica-se pela simultaneidade da agricultura de regadio e de sequeiro no concelho. Registo ainda variações construtivas, influenciadas pelas áreas de implantação disponíveis e pelas opções do construtor.

2.4.2.1. As casas no centro-norte

Expostas as linhas gerais das casas dos trabalhadores agrícolas em Ourém (habitação e edifícios de apoio), saliento as principais especificidades das casas do centro-norte e do sul, que materializam a dualidade geomorfológica nas expressões arquitetónicas e nas formas como vêm sendo apropriadas¹¹⁴.

Distribuídas segundo uma estrutura de povoamento tendencialmente disperso e orientado ao longo de caminhos públicos, intercalada com implantações isoladas ou agrupadas em casais junto de terrenos agrícolas, as casas dos trabalhadores agrícolas

¹¹³ Foram identificados os seguintes tipos de construção agropecuária: eira, alpendre, espigueiro, palheiro aberto de arrumos, cabana ou barraca de palha milha e palheira do pasto.

¹¹⁴ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 6.1. Centro-norte concelhio.

do centro-norte eram de taipa ou de adobe, com um piso e mais raramente com dois pisos. Em 2005, o inventário das principais técnicas tradicionais de construção de terra em Portugal, publicado em *Arquitectura de Pedra em Portugal* (AAVV 2005: 21) confirmava a presença de construções de terra na zona de Leiria/Ourém (taipa nas paredes exteriores e adobe nas paredes exteriores e interiores).

O alçado com maior esmero era a frontaria, com o pano da parede caiado a branco e outra cor (ocre, azul ou almagra/óxido de ferro) sobre o lintel, os cunhais e a cimalha (as molduras), realçando a forma da casa e minimizando os vestígios de terra nas sancas causados pelos salpicos das chuvas. Nalgumas casas a tonalidade mais forte era aplicada no pano da parede e o branco nas molduras. Noutras, as paredes eram tingidas com uma pasta liquefeita de barro avermelhado recolhida num barreiro, com as areias e as impurezas do barro fixadas numa trama irregular que se demarcava da textura lisa da cal, produzindo um efeito duradouro e plasticamente interessante: “Só me lembro de ter pintado uma vez a casa” [Maria Vieira, 87 anos, Urqueira]. Motivos vegetalistas, em ondas, círculos, losangos ou figuras abstratas¹¹⁵ e outros elementos decorativos eram desenhados nos cunhais, frisos, junto do remate superior ou em recortes nas extremidades.

Com um, dois ou quatro vidros embutidos nos caixilhos das janelas que abriam em par, estes eram pintados no tom das molduras do alçado ou ficavam na cor natural se o pano de parede fosse caiado com um tom mais forte. As molduras dos vãos eram de pedra calcária (alguns com esboços vegetalistas esculpidos nas vergas) e nas casas mais pobres eram de alvenaria de terra e cal. Na verga da porta da sala ou no corpo da chaminé era gravada a data de construção da casa com cor de destaque. Sobre a porta da sala podia existir um painel de azulejos com Santo António, Nossa Senhora, Santa Teresinha, a Sagrada Família ou outras figuras bíblicas, numa manifestação da religiosidade católica da família. De entre as variações estéticas, nas casas a norte, predominava a chaminé retangular e volumosa, perpendicular ao comprimento da casa. No corpo eram desenhados círculos, estrelas, volutas, losangos, motivos vegetalistas, elementos abstratos em alto-relevo e na boca eram dispostos blocos cerâmicos vertical ou horizontalmente. Blocos de cerâmica, telhas de meia-cana ou folha metálica revestiam os chapéus, que eram rematados com pináculos, triângulos em folha metálica ou outros atavios.

¹¹⁵ Nalguns casos eram aplicadas várias tonalidades que realçavam o corante aplicado na base.

Reproduzindo a orgânica funcional mais vulgar, a casa do trabalhador agrícola integrava cozinha, despensa, sala e quartos. Na parede da lareira, a cerca de um metro de altura, existia o forno a lenha com o lar saliente no exterior, resguardado por um telheiro que dava para o pátio, mas alguns estavam instalados no próprio pátio, sob um telheiro. Nas casas com alpendre, o pavimento térreo era coberto com junco e outras fibras vegetais que refrescavam a casa nas tardes de calor. Estas fibras prolongavam-se até um passadiço de acesso ao caminho público ou vicinal¹¹⁶, forrado com mato roçado no pinhal para maior asseio da casa, onde se limpavam os pés, muitas vezes descalços, de terra e lama. A entrada de casa era renovada todos os sábados, com alecrim e fetos. “Fazíamos a rua com aquilo até à casa, para fazer o esterco para as fazendas. Quando as pessoas passavam moíam aquilo [Maria Rosa, 80 anos, Fátima].

Segundo descrições dos informantes e como observei em muitas casas, videiras em latada sombreavam a soleira da sala ou o alçado principal, percorrido por um canteiro ajardinado¹¹⁷ e delimitado por buchos ou por um murete de pedra toscamente apumada. Ao lado ou a tardoz da habitação, estendia-se o pátio que comunicava com o espaço público ou com a horta, sendo murado com paredes de taipa e um grande portão de folha metálica (por vezes pintada) ou de madeira, de acesso ao espaço público. Este espaço útil, de interceção entre a habitação, os campos e a rua, acolhia um monte de lenha para abastecer o fogo da casa e uma estrumeira (para usar como fertilizante ou alfobre). No seu perímetro, eram erguidos edifícios de apoio à habitação e aos campos (como o abrigo do carro dos bois, cortes dos animais de criação e de lavoura e estruturas para cereais, forragens e alfaías agrícolas). Mais adiante, uma horta e árvores de fruto para consumo doméstico permitiam às mulheres uma melhor gestão do tempo envolvido na preparação das refeições e na manutenção doméstica, de forma a poderem dedicar mais tempo às tarefas nos campos. Enfim, o núcleo doméstico estendia-se entre habitação, canteiro, anexos, pátio e quinteiro, num circuito fluído e com fronteiras pouco definidas entre os diferentes espaços a uso.

¹¹⁶ A que os habitantes chamavam “rua”.

¹¹⁷ Bolbos, malmequeres, sardinheiras, brinco-princês, roseiras e outras espécies preenchiem esta estreita faixa de terra.

2.4.2.2. As casas no sul

As casas do sul eram alinhadas num povoamento mais concentrado, devido à escassez de água e terrenos aráveis, com implantação à beira de caminhos ou recuadas por um pátio assente, por vezes, em afloramentos calcários¹¹⁸. As habitações mais comuns tinham planta retangular, piso único e construção com grossas paredes de blocos calcários multiformes ou calço. Tal como as casas a norte, era vulgar cair apenas a frontaria, ficando a pedra à vista nos alçados laterais e a tardoz, com menor exposição pública. As portas e as janelas tinham caixilharia de madeira, molduras em cantaria de calcário aparelhado. Situação comum nas zonas de construção em pedra (Pereira, 2004: 58), sobre as portas podiam assentar vergas retas ressaltadas por arcos triangulares para distribuírem o peso das alvenarias e acautelarem a quebradura das padieiras. No terreno confirmei variantes arquitetónicas que já haviam sido identificadas, no início de 1990, por Joaquim Roque Abrantes e a sua equipa, num dos primeiros estudos com referência à arquitetura popular em Fátima¹¹⁹. Eram comuns as casas com alpendre recuado, com os esteios de pedra mais largos na base e com uma disposição que potenciava a qualidade formal do imóvel. O alpendre era delimitado por um balcão rematado no topo por uma laje, na qual estava escavado um pial que recolhia e conservava as águas pluviais. Quanto às chaminés, existiam modelos semelhantes aos das casas no centro-norte mas sobressaía um tipo exclusivo¹²⁰, cilíndrico, caiado de branco, pouco volumoso e encimado por uma cruz católica, uma esfera, um forcado ou outros símbolos conotados com os trabalhos do campo¹²¹. Constatei que a orgânica funcional das casas do sul era semelhante à das casas do centro-norte (a cozinha comunicava com a despensa e a sala, e esta com os quartos). A adega era, contudo, menos frequente, devido ao cultivo inferior de vinha na sub-região. Contíguo ou independente da habitação, um volume com entrada em arco de volta perfeita acolhia o estábulo ou a casa de forno, podendo este, em

¹¹⁸ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 6.2. Sul concelhio.

¹¹⁹ Os investigadores descreveram seis subtipos arquitetónicos, designadamente: as casas com uma entrada em arco de volta perfeita; as casas com alpendre de lajes; as casas com alpendre de telha; as casas com alpendre de pial; as casas sem alpendre, com piso superior; e uma construção particular com poço coberto (Abrantes *et al.* 1993: 54).

¹²⁰ Têm uma distribuição mais frequente nas freguesias de Fátima e Nossa Senhora das Misericórdias, que se estende parcelarmente por Atouguia, Alburitel e Nossa Senhora da Piedade.

¹²¹ As variantes ocorriam sobretudo nos remates das bocas, com ladrilhos diagonais numa espécie de rendilhado ou com outros motivos que os pedreiros replicavam nas habitações em que intervinham, registando-se, por isso, alguma repetição de modelos em localidades próximas entre si.

alternativa, ser autónomo e resguardado por um telheiro de uma água com esteios de pedra pouco aprumada e vigas de madeira.

Saliento ainda as cisternas, praticamente exclusivas do sul concelhio, enquanto soluções de abastecimento de água, para fazer face à ausência de água à superfície, usada em lavagens domésticas e regas das hortas confinantes. Integrada na casa ou erguida na envolvente, a cisterna acumulava as águas pluviais encaminhadas dos beirais por um algeroz em folha metálica, por uma conduta improvisada com telhas de meia-cana ou por uma caleira de pedra escavada para o uso: “Por estas bandas contavam-se pelos dedos as casas que não tinham uma cisterna e nessas, não era por haver cousa melhor, mas porque viviam com duras privações” [Maria Rosa, 80 anos, Fátima].

A habitação era envolvida por um pátio murado ou delimitada, a poucos metros da frontaria, por um murete que resguardava um canteiro de flores, por vezes a contragosto do chefe de família. Estes muros de separação eram de pedra solta ou ligada com argamassa de terra e cal, rasgados por um portão de madeira ou metal, com acesso à rua. No pátio, estavam distribuídos anexos (para cereais, forragens, alfaías agrícolas e animais), embora em número inferior aos que existiam nos lugares de regadio do centro-norte, porque também existiam menos forragens. Nas imediações estendia-se o horto com leguminosas, de cultivos ajustados a estes terrenos de sequeiro¹²²:

A casa dos meus pais tinha um canteiro com um alecrim e uma ou duas flores.
A minha casa já tinha mais flores [Ilda, Fátima];

Os maridos não gostavam lá muito de jardim. A minha [mãe] tinha todo o comprimento da casa ao longo do quintal, cerca de meio metro, e o meu pai cavava o menos possível [Humberto, Fátima].

2.4.2.3. *Diversidade e mudança nos materiais de construção*

Os materiais e as técnicas tradicionais de construção em Portugal têm sido estudados por autores de referência, como João Barreira (1908), Rocha Peixoto (1990), Henrique de Barros (Barros *et al.* 1947), Ernesto Veiga de Oliveira e a equipa de etnologia (Oliveira, Galhano e Pereira 1988 [1969]; Oliveira e Galhano 1994), e a equipa do “Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal” (AAP 2004 [1961]). É de

¹²² Chicharos, favas, ervilhas, feijão, mas também batatas, cebolas, alhos e hortaliça, enquanto produtos da dieta regional.

realçar ainda o contributo de Orlando Ribeiro (1970, 1986 [1945], 1992 [1961]), através da investigação sistemática que desenvolveu no país. Mais recentemente, Mariana Correia (2005) e Pedro Prista (2005, 2014) produziram novos contributos sobre o tema. Inclusivamente, em *Terra, Palha, Cal*, Pedro Prista (2014) mencionou alguns dos momentos e autores que marcaram o estudo da arquitetura de terra em Portugal. Independentemente das especificidades de cada estudo, todos enunciam a influência da geomorfologia, do clima e de outros fatores naturais na diversidade de materiais e de técnicas de construção artesanal em Portugal.

Em Ourém, a diversidade da tipologia arquitetónica da casa rural remete para o papel da natureza dos solos na seleção dos materiais de construção utilizados até meados do século XX¹²³. O assunto aparece sumariamente abordado em alguma literatura dedicada ao tema na perspetiva nacional, como é o caso da referência ao calcário em *Arquitetura Tradicional Popular*, menos desenvolvido que para as arquiteturas de granito ou de xisto (Oliveira e Galhano 1994: 173). Relativamente às casas de terra, os etnólogos enquadraram-nas em regiões secas e de pedra escassa, numa correlação com as áreas mediterrânicas (e confinantes) do país, como Aveiro, a Gândara, a faixa litoral dos distritos de Coimbra, Leiria e Ribatejo, onde Ourém se insere, e Alentejo (Oliveira e Galhano 1994: 316, 327). Comentaram a dificuldade de ajustamento da construção em terra a edifícios altos, sendo por isso especialmente adotados na casa térrea e muito comuns em áreas de pequena propriedade agrícola ou habitadas por trabalhadores por conta alheia (1994: 16, 20), o que se revê na região em estudo. Em relação ao estudo disciplinar do tema, Pedro Prista apontou que tem sido pouco estudado pelos etnólogos (Prista 2005: 108).

A dualidade geomorfológica mais ou menos marcada de Ourém reflete-se na disseminação de casas de pedra, a sul, e de casas de terra, no centro-norte, com emprego de materiais e técnicas mistas em zonas de transição geológica, o que traduz uma paisagem arquitetónica eclética. A observação de edifícios sem caiação e os dados de entrevistas a antigos construtores locais permitiram um mapeamento aproximado e necessariamente flexível dos materiais e técnicas de construção artesanal no concelho. A sul, nas freguesias de Fátima, Atouguia e Nossa Senhora das Misericórdias (abrangidas pelos afloramentos calcários em volta do santuário de

¹²³ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 6.4. Técnicas e materiais de construção.

Fátima), predominavam os edifícios de calcário. Em Seiça, Rio de Couros, Caxarias, Ribeira do Fárrio, Casal dos Bernardos, Urqueira, Matas e Espite, prevalecia a construção de terra e somente alguns edifícios se baseavam em materiais mistos (terra com calcário, margas ou seixo rolado). Em Alburitel, as construções de calcário eram pontualmente intercaladas com estruturas de terra, tal como na Freixianda e Formigais (mais a norte e na continuidade da Serra de Alvaiázere). As freguesias centro-norte de Nossa Senhora da Piedade, Gondemaria/Olival e Cercal/Matas integravam construções de terra e algumas mistas (com terra e pedra extraída de bolsas locais de calcário, com teor mais descarbonatado).

Construções de calcário

O calcário era usado nas paredes-mestras de habitações, em anexos e em muros de propriedade e sustentação de terras. Num registo poético e envolvente, os arquitetos do “Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal” (2004) realçavam a combinação “espontânea” entre os volumes, as opções arquitetónicas e a aplicação artesanal de materiais, como a pedra e a cal, numa adequação eficaz às condições do meio e com benefício dos recursos naturais (AAP 2004 [1961]: 55-56).

As habitações e outras construções mais elaboradas eram erguidas por homens com blocos extraídos em pedreiras, selecionados e preparados em obra. Com tamanhos irregulares, os blocos eram afeiçoados e assentes sobre alicerces de pedra, encaixando entre si, intercalados com pedras maiores para garantir travação das paredes, e os interstícios eram preenchidos com argamassa de cal e barro ou terra vermelha dos terrenos de sequeiro. Para os cunhais eram escolhidos blocos maiores, bem faceados, sobrepostos transversalmente para a estabilidade da estrutura.

No processo construtivo com pedra participavam três profissões masculinas: o cabouqueiro (na extração da pedra, tarefa fisicamente desgastante), o pedreiro (no levantamento das paredes, com um desempenho mais técnico) e o canteiro (na execução das cantarias dos vãos, com um saber especializado). O número de trabalhadores definia o tempo médio de construção. O reaproveitamento de pedras dos edifícios em ruína para novas obras poupava trabalhos na extração, no transporte e no facetamento de blocos, que podiam ser mais morosos que o levantamento das paredes. Os edifícios anexos e pequenos muros eram frequentemente erguidos com

blocos soltos não aparelhados e toscos, recolhidos em trabalhos de limpeza dos terrenos de lavoura, e não era aplicada argamassa nos interstícios.

Construções de taipa

Utilizada nas paredes-mestras de casas de habitação, em anexos e muros de divisão de propriedades, a taipa era uma técnica construtiva *in situ*. Permitia o levantamento de paredes autoportantes com cerca de 50 centímetros de espessura, com grande capacidade de isolamento térmico. A sua execução era um trabalho essencialmente masculino, coletivo e articulado. Num terreno próximo da construção era recolhida terra barrenta com cascalhinho ou pedriça e alguns elementos orgânicos. Retirada a capa vegetal, extraía-se a terra da camada virgem, sendo transportada em carros de bois ou de mão para o local da obra. Ali, os torrões eram desfeitos e amassados com água, que lhe dava plasticidade. Com a matéria-prima pronta, o construtor, auxiliado por dois ou mais serventes, erguia dois taipais com cerca de dois metros de comprimento por cinquenta centímetros de altura e cinquenta centímetros de distância entre si¹²⁴. Assentavam sobre alicerces de pedra (feitos com seixos bem dimensionados), que podiam ficar elevados até cinquenta centímetros acima da cota do terreno. Esta técnica, também aplicada em paredes de adobe, dava segurança ao edifício e, por isso, era aconselhada pela Câmara Municipal, como se verifica em autos de autorização de construção.

Depois de armados, os taipais eram nivelados e aprumados para se dar início ao levantamento das paredes. Um homem transportava e vertia a massa para o interior do taipal; outro espalhava-a uniformemente com os pés até atingir cerca de um palmo de altura; um terceiro compactava-a com um maço de madeira, mais vigorosamente junto das pranchas laterais. Novas camadas eram sobrepostas sucessivamente até ao enchimento do taipal. A terra humedecida não podia secar, obrigando a um ritmo de transporte rápido e sintonizado com a cadência do apisoamento.

Após um tempo mínimo de secagem, o taipal era desmontado e remontado na posição seguinte, até encerrar o perímetro da construção. A cada vinte a trinta centímetros de altura, as fiadas de taipa eram intercaladas com uma camada de cal

¹²⁴ Os taipais são compostos por duas pranchas de madeira posicionadas lateralmente, unidas entre si por duas travessas pregadas perto dos extremos. Três barras de ferro (as agulhas) são dispostas transversalmente à parede, por baixo dos taipais. Estes são apertados lateralmente por barrotes de madeira (costeiros) em três conjuntos de dois (Rocha 2005).

que atuava como ligante. Produzia ao mesmo tempo um resultado plástico interessante a que os buracos circulares para fixação dos taipais acrescentavam valor. Um construtor oureense que trabalhou com esta técnica classifica-a como acessível, resistente, mas rigorosa. Uma casa de um piso podia ser erguida em quinze dias com o trabalho de quatro homens (dois para apiloar a massa, um para amassar e outro para a transportar). Meses depois, o tempo suficiente para o edifício secar e estabilizar, as paredes eram rebocadas em camadas múltiplas de argamassa com cal aérea. Com os anos, o risco de abaulamento perante a pressão da cobertura era corrigido com fortes gatos de ferro:

Havia umas coisas, tinham um bocado de pau que furavam aqui e ali e botavam as coisas ao alto. Nem toda a terra dava. A terra aqui em volta é amarela, é sempre melhor que aquela preta. E depois botavam uma camadita de cal, baldeavam com um bocadito de água, não muito molhada. Há casas dessas em pé e com mais de 100 anos. A minha casa foi a primeira do lugar feita em tijolo de quinze. As demais eram de taipa [Joaquim dos Santos Gameiro, 70 anos, Espite].

Construções de adobe

Em Ourém, o adobe ou adobo era empregue principalmente no interior das habitações térreas e em edifícios de apoio. Diferentemente da taipa, o local de produção dos blocos não era o mesmo da construção e não existia uma convivência simultânea entre o produtor do adobe e o construtor das paredes. Havia uma demarcação de dois momentos: o da preparação e o da construção.

A técnica local do adobe consistia na produção de blocos de terra amassada com areia, palha cortada ou outras fibras vegetais e, mais recentemente, com adição de cal. A pasta era deitada em moldes retangulares de madeira, conhecidos por adobeiros, que em Ourém mediam cerca de vinte centímetros de comprimento por quinze centímetros de altura e de largura, com variações ligeiras. O artesão moldava os módulos com a terra liquefeita, alisava-os sem compactar e dispunha-os na rua em terreno plano. Removia depois os moldes e os blocos ficavam a secar durante cerca de três semanas para ganhar consistência. Alguns profissionais fabricavam adobes em série para venda, inviável com a taipa enquanto construção *in situ*.

Em construções de adobe e de taipa, quando os edifícios começavam a ruir, raramente eram recuperados. “Quando o adobe de que elas são feitas começa a desagregar-se e as paredes a ruir, a casa é condenada, porque não merece arranjo”

(Oliveira e Galhano, 1994: 223). A efemeridade construtiva destas técnicas está relacionada com a associação das construções de terra à pobreza. O trabalho de recolha, transporte e transformação da matéria-prima – terra – era acessível, comparativamente à pedra, pelo que o destino mais comum destas ruínas seria a erosão e devolução natural ao meio, num processo ecológico, com a sua absorção gradual como terra de cultivo.

Tijolos cerâmicos artesanais

Habitantes de zonas com escassez de pedra e que participaram ou assistiram à construção de casas entre 1920 e 1940 confirmaram que durante esse período existiam fornos cerâmicos rudimentares que coziavam pequenos blocos de cerâmica toscamente manufacturados com argila extraída de barreiros locais. Com base nesses relatos orais, na toponímia e com o apoio disciplinar de arqueólogos locais, identifiquei unidades de produção nas freguesias de Urqueira, Ribeira do Fárrio e Alburitel, as quais ocupavam, de algum modo, uma posição intermédia entre os adobes e os tijolos cerâmicos fabricados mecanicamente:

A minha casa é de tijolo maciço cozido no Bicão [microtopónimo em zona atualmente florestada]. O meu sogro falou com uns tipos de Espite que arranjaram lá um forno. O barreiro era no Bicão, junto do forno. Não sei se ele vendeu algum, mas fez o forno para a minha casa. Aqueciam no forno, com umas formas... tudo à mão [Manuel Santos, 94 anos, Urqueira].

Tabique nas divisórias da habitação

A maioria das divisórias interiores das habitações era de tabique, em alternativa às paredes com adobe e de pedra. A execução era fácil e pouco dispendiosa, mas exigia saberes especializados e conciliados com os trabalhos de carpintaria. Após o levantamento das paredes estruturais, o pedreiro fabricava as paredes com ripas de madeira (pinho) revestidas com argamassa. Aos barrotes do soalho eram pregadas madeiras grosseiras na vertical. Sobre estas era fixado o fasquio de régua fina (três centímetros de largura no lado maior), dispostas horizontalmente em filas paralelas com cerca de cinco centímetros de distância entre si. A armação era chapiscada com cal e saibro e, nalguns casos, era-lhe adicionada palha cortada. Após a secagem, era rebocada e caiada de branco.

Cal nos revestimentos

Com emprego generalizado no país e apontada como uma constante na Estremadura e no Ribatejo (AAP 2004 [1961]: 73), a cal era usada nas casas de norte a sul do concelho. Nos revestimentos exteriores era aplicada em cor natural ou com pigmentos e nos revestimentos interiores era invariavelmente branca. Barata e de uso fácil, além de proteger o adobe e a taipa dos agentes atmosféricos (humidades), nas paredes de calcário a cal minimizava o impacto visual de uma pedra que não colhia a mesma “simpatia” que o granito.

A caiação era a última etapa de um processo operatório iniciado com a extração da pedra, a que sucedia a sua transformação, comercialização e aplicação, numa relação sequencial entre produtores, fornecedores e consumidores. A extração da pedra era feita por homens em pedreiras da Serra de Aire e transportada para fornos de cal para ali ser cozida e moída, concentrada¹²⁵. Era depois comprada a granel em mercearias locais (conhecidas por lojas). Na sua utilização observa-se uma relação contextual com a questão de género: a primeira caiação do edifício era coordenada por homens, numa afirmação de responsabilidade e competência, e as caiações posteriores, sobretudo nas paredes interiores, cabiam ao casal ou apenas às mulheres: “Não vale a pena dizer o contrário. Eram as mulheres que caiavam” [Humberto, 86 anos, Fátima]. Também o antropólogo Pedro Prista realçou a participação feminina nas casas do sul de Portugal:

Para mais, a caiação revela ser não apenas uma rotina de asseio com várias outras vantagens funcionais na iluminação interior e na consolidação de rebocos, mas uma cifra da complexa relação entre interior e exterior das casas no Sul. Revela principalmente uma cultura da rua como lugar colectivo unindo as casas e o papel decisivo da mulher nelas, mesmo sem explícito protagonismo público (Prista 2014: 19).

Materiais e técnicas de construção industrial

João Vieira Caldas (2007: 168) situou a introdução de novos materiais e técnicas de construção no país a partir dos anos 30 do século XX. Progressivamente, a industrialização generalizou-se, com impacto na transformação do modo de vida rural e no afastamento geral dos processos artesanais (Oliveira e Galhano 1994: 369; AAP 2004 [1961]: 64). A viragem da década de 1950 para a de 1960 marcou a passagem da construção doméstica pré-industrial para a construção industrial e a mudança de

¹²⁵ A maioria dos fornos laborava em Fátima e Nossa Senhora das Misericórdias.

paradigma económico associado à construção da habitação. Os materiais de construção, antes maioritariamente recolhidos localmente, sem despesa associada (areias, pedra, saibro, madeiras...), passaram a ser comprados e isso provocou a subida do custo global da construção. Esta alteração, todavia, não se refletiu na mudança imediata das tipologias construtivas na região, mantendo-se o essencial das características de casas rurais.

A taipa, o adobe e a pedra foram gradualmente substituídos por blocos/tijolos de cerâmica de fabrico industrial e os madeiramentos passaram a ser aplainados em serrações (num processo coincidente com a expansão local de indústrias de cerâmica e de madeira). Em 1956, nos requerimentos de licenciamento, surgiam pela primeira vez referências à mudança de materiais artesanais para materiais industriais, mesmo em obras de alteração à habitação, por exemplo na substituição do tabique pelo tijolo. Como em outros territórios rurais do país, a introdução de materiais industriais fez com que a generalidade das casas dos trabalhadores agrícolas no concelho passassem a ser erguidas com blocos cerâmicos, telha marselhesa e pavimento em ladrilho cerâmico. As variações entre as casas a sul e a norte, condicionadas pelos materiais de construção locais¹²⁶, esbatiam-se. Não obstante, continuava a vigorar a prestação local dos serviços por facilidade de comunicação e de transporte dos materiais, como se verificou com a carpintaria (pinho para as caixilharias e pavimento), que prevaleceu até finais dos anos 60, embora já transformada em serrações e oficinas e pronta a aplicar.

Homens jovens especializavam-se na construção com tijolos cerâmicos. Passaram a dedicar-se ao assentamento de tijolos ligados por argamassa, já com alguma percentagem de cimento, pondo de parte técnicas artesanais que pressupunham mais saber na transformação da matéria-prima e no levantamento de paredes¹²⁷. Esta reconfiguração tecnológica teve impactos na esfera das profissões locais e reduziu significativamente o tempo de construção. A prática de uma técnica de construção comum de norte a sul do concelho permitiu aos construtores aumentar a escala territorial de atuação, pois deixavam de ficar confinados às áreas de influência dos materiais e das técnicas anteriores que antes dominavam. A inovação afetou os construtores mais velhos, com um longo percurso de construção artesanal

¹²⁶ Como os alpendres recuados nas casas de pedra ou os revestimentos em almagra nas casas a norte.

¹²⁷ As técnicas de encaixe da pedra ou a consistência e o faseamento da construção em taipa e em adobe.

que deixava de ser procurada. Cabouqueiros e canteiros ficavam sem ocupação e este saber especializado deixou de ser transmitido às gerações seguintes. A construção civil assentava agora num registo intermédio entre processos manuais e mecânicos e com novos quadros profissionais, como assalariados de cerâmicas, pedreiros, serralheiros ou mesmo carpinteiros que aplicavam madeiras preparadas em fábrica.

Esta mudança coincidiu com o aumento da emigração masculina para França, na qual se incluíram construtores com domínio sobre as técnicas artesanais, sem substituição equivalente por jovens construtores que trabalhassem materiais industriais, com efeitos na falta de mão-de-obra local. António Marques¹²⁸ classificou a passagem dos anos 60 para os anos 70 como um tempo em que “era muito difícil encontrar pedreiros para fazer uma casa”. A necessidade de profissionais da construção civil converteu-se em oportunidade de regresso para muitos emigrantes que, em França, trabalhavam no ramo. Nesta circulação de ideias e de capital de conhecimento entre fronteiras, dos subúrbios de França para a aldeia portuguesa, estiveram envolvidos processos transnacionais (Basch, Schiller e Blanc 1994), a desenvolver no capítulo seguinte.

2.4.2.4. Programa funcional e arquitetónico da habitação

Verifica-se a propensão para a diversidade arquitetónica do exterior das casas a sul e centro-norte e para a uniformidade no seu interior, pelo que se apresenta um programa funcional e arquitetónico regional transversal às sub-regiões¹²⁹. A tendência mais comum assentava no modelo de piso único e planta retangular (com ou sem alpendre), com a cozinha a comunicar com a despensa e a sala e esta com os quartos.

Cozinha

A seguir ao alpendre, a cozinha era o espaço da habitação mais frequentado e que mantinha uma relação mais direta com o campo através da preparação de refeições com produtos agrícolas e do seu consumo pelos respetivos produtores. Eram ainda ali consertadas as roupas e executadas outras tarefas femininas. João de Pina-Cabral (1989: 66) evidenciou a cozinha como espaço nuclear da casa e João Vieira Caldas (2007: 41, 122) realçou-lhe a posição central e polifuncional na habitação e o papel na classificação tipológica da arquitetura vernácula. As narrativas das oureenses que

¹²⁸ Residente em Urqueira.

¹²⁹ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 6.5. Interior da habitação.

as dinamizaram no passado reforçam estas leituras: “A cozinha era o sítio onde passávamos mais tempo, sentadas à lareira no inverno a remendar a roupinha, à luz da candeia de azeite” [Luísa, 78 anos, Fátima].

Algumas casas tinham duas cozinhas: a cozinha do forno (nem sempre no corpo da casa, mais utilizada e rudimentar, onde se cumpriam os trabalhos mais “sujos”) e uma cozinha mais usada para receber convidados. Mas, na maioria das habitações, existia apenas uma cozinha, acessível a partir da rua ou pelo alpendre, que tinha, a um canto, um xote de madeira para arrumos temporários e assento nas conversas de fim de tarde e, na parede, um prego para pendurar as vestes de lavoura. A maior parte dos resíduos da rua ali ficava, mas mesmo assim entravam alguns para a cozinha, tornando-a o sítio menos limpo da casa. Quando entravam em casa, os homens arrastavam palhas e terra que se acumulavam com as cinzas e as fuligens da lareira, quase sempre acesa, espalhando o fumo e enegrecendo as paredes caiadas de branco. Segundo antigos trabalhadores agrícolas, no início do século XX, algumas cozinhas de famílias mais pobres não eram pavimentadas e o solo, a descoberto, era compactado pelo pisoteio das pessoas, uma situação já pouco comum em meados do século. Encontrei um único caso durante o trabalho de campo. O interior era sombrio, sem janelas bem dimensionadas e a cobertura, sem forro, era executada apenas com telhas que arejavam o interior, mas não o protegiam: “Na cozinha não se via nada, nem de noite nem de dia... Chegávamos a lá estar com o chapéu aberto, porque chovia lá dentro... era de telha de canudo, não tinha placa” [Maria Rosa, 80 anos, Fátima].

Encostada à parede, a um canto, a lareira estava rebaixada ou, mais raramente, alteada, a cerca de vinte centímetros do pavimento. O fumo, conduzido por uma chaminé de boca larga amparada por traves de carvalho, fumava os enchidos pendurados em canas dispostas na horizontal. Duas panelas de ferro estavam permanentemente ao lume¹³⁰. A lareira era o cerne sagrado da casa (cf. Pina-Cabral, 1989: 66), acolhendo a família, sentada num escano ou no chão, que ali orava à noite, comia e passava o tempo nas tardes de inverno. Da mobília faziam parte uma mesa pequena de madeira, encostada à parede, não cabendo nela toda a família, alguns bancos e uma cadeira para o proprietário. Uma cantareira guardava os utensílios de

¹³⁰ Uma para as refeições da família e outra para o porco.

cozinha, adquiridos nas feiras locais e limitados a uma bilha ou cântaro de barro, tigelas, alguns garfos, facas, colheres de ferro e pratos de lata ou de barro:

Não cabiam todos na mesa... uns comiam sentados num banco, à lareira, outros iam lá para fora para o pátio para o sol [Ilda, 80 anos, Fátima];

A louça da cozinha... eu nem sabia o que era um guarda-louça... fomos à feira dos 24 comprar uma taça com ideias de ser para ele [o marido] e três pratos de sopa e outros três de sobremesa, meia dúzia e não sei quantos garfos de ferro... poucos. Como eram de ferro tínhamos que andar a areá-los com areia e cinza. Mais tarde, comprei garfos de alumínio e umas colheres de lata. Mas sempre os mais baratos. Dinheiro não havia e tinha-se que poupar um bocadinho... Era louça de refugio [Maria Emília Sousa Marques, 88 anos, Olival].

Sala

Com ligação à cozinha, a despensa, quartito ou puxado¹³¹ comunicava também com a sala (Oliveira e Galhano, 1994: 213). Este compartimento versátil e polivalente era usado para arrumos e tratamento de roupas, para a família fazer a sua higiene e para a acomodação de um dos pais do casal, quando, em situação de viuvez, passava a residir com os filhos. A sala, propriamente, existia na maioria das casas de trabalhadores agrícolas, ainda que, em situações de precariedade extrema e de famílias muito extensas, servisse como espaço de dormir. Os residentes acediam-lhe pela cozinha, de passagem para os quartos, e os visitantes entravam pela porta principal ou porta das “visitas”, a partir da rua. Era, de resto, o espaço menos frequentado e o mais cerimonial da casa. Em contraponto com a cozinha, onde os residentes geriam o quotidiano, a sala servia para a família (re)afirmar relações na esfera social ao acolher a visita pascal, os velórios de pessoas da casa e outros rituais abertos à comunidade. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1994: 182) salientaram-lhe o papel social nas casas do norte do país, onde era conhecida como “sala do Senhor” numa associação à religiosidade familiar, que também identifiquei em Ourém.

Contrastando com os quartos exíguos e com a cozinha em penumbra e desarrumada, era o espaço mais iluminado, limpo e ornamentado da casa (Oliveira e Galhano, 1994: 223). Um ripado de madeira forrava o teto, o pavimento era revestido com tábuas de pinho e a porta das “visitas” e duas janelas laterais rasgavam o alçado voltado para o caminho público. Nas paredes, caiadas de branco, eram fixados

¹³¹ Em Ourém são comuns estas três designações.

cabides de madeira para os casacos e junto do remate do teto figuravam registos emoldurados com imagens de santos (Sagrado Coração de Jesus, Santo António, Nossa Senhora dos Remédios) e jarros de vidro comprados na feira local. Ao centro ficava a mesa quadrada, quatro cadeiras e alguns bancos e, junto da parede, um armário exibia louça de um serviço de uso exclusivo em ocasiões festivas; a um canto, o xote acomodava as melhores vestes da família. Estes móveis eram ornamentados com labores feitos pelas mulheres da casa, que ainda engalanavam as janelas com cortinas bordadas:

A roupa cabia num canto da mala, porque era pouca. Tínhamos uns cabides nas paredes com umas cruzetas onde pendurávamos os casacos atrás da porta [Joaquina, Fátima];

A sala tinha uma mesa, umas cadeiras e uns banquinhos e uma toalha de ajur. Em cada canto era um raminho, uma flor. Fazia-se com gosto, a gente é que fazia. Ainda lá tenho roupinha do meu enxoval... um naperonzinho com umas cerejas bordadas [Ilda, 80 anos, Fátima].

Quartos

Habitualmente dois, os quartos eram espaços exíguos, escuros, pouco arejados e sobrelotados. Com o aumento do agregado familiar, devido às suas poupanças escassas, o casal não ampliava a casa. Distribuíam os dois quartos pelo casal e pelas filhas, que dormiam várias na mesma cama. Os filhos rapazes acomodavam-se noutros espaços da habitação ou nos anexos agrícolas, sobre os pastos, enroscados em mantas de lã, de retalhos ou em panos para aparar a azeitona. As suas refeições e a higiene mantinham-se, porém, atividades interiores à casa. Alguns filhos eram ainda encaminhados para familiares ou patrões agrícolas, que os recebiam a troco de trabalho. Os rapazes com seis ou sete anos iam apascentar rebanhos e as raparigas tornavam-se criadas de servir:

E a casinha tinha dois quartos muito pequeninos. Não havia lá nada e o quarto da frente tinha uma janela e o quarto de trás tinha uma guritazinha, para entrar um bocado de ar, mas não podíamos ver, porque logo à frente era uma cisterna [Ilda, Fátima];

Dormíamos quatro numa cama, as cachopas num quarto, em cima, e os rapazes num quarto que o meu pai fez na adega [Celeste, 67 anos, Urqueira];

“Os rapazes dormiam no palheiro. Ao lado tinha a burra [Maria Rosa, Fátima];

Dormia algumas das vezes com outra menina numa arca. Uma arca do milho. Porque éramos nove filhos em casa dos meus pais e ainda tínhamos lá uma tia [Maria Rosa, Fátima];

Estive a servir em casa de uma condessa e de um conde, no tempo do fascismo. Tinha-se que mudar a roupa de manhã para servir com a bandeja e à tarde... não gostei de lá estar [Bia, Fátima];

Em casa da minha mãe os filhos saíam muito cedo de casa, por volta dos 10 anos, uns iam servir, outros dormiam em casa de parente. Vínhamos poucas vezes a casa dos meus pais quando estávamos por fora. Quando vivi lá dormia no palheiro com o meu irmão mais velho. Os filhos mais novos é que já não saíram de casa [António, 68 anos, Urqueira].

As paredes dos quartos eram caiadas de branco e o pavimento e o teto forrados com madeira. Encostado à parede, um estrado de madeira assente sobre dois cavaletes servia de cama, que mais tarde passou a ser de ferro. As enxergas, de pano riscado ou estopa, tinham enchimento de palha de centeio e camisas de milho na parte superior, para ficarem mais macias. Os lençóis diários “eram cosidos a meio. Chamava-se-lhe o pano piolhento, era escuro” [Maria Emília Sousa Marques, Olival]. Estes lençóis de pano riscado eram tapados com mantas de retalhos ou de lã de ovelha feitas por tecedeiras locais. Segundo as informantes, nalgumas casas mais antigas, em Fátima, ao fundo da cama era aplicado um rodapé de pano:

A cama tinha mantas de lã de ovelha e de retalhos e uma cobertazinha bonita e um rodapé. Um bocado de pano ao fundo da cama com um franzido... era para tapar o que estava por debaixo da cama... era pregado ao colchão [Joaquina, Fátima];

Eram brancos franzidos, alguns com rendinhas e florinhas e folhinho por baixo [Rosa, Fátima].

Pela visita pascal e noutras ocasiões de uso social da sala, eram deixadas abertas as portas dos quartos e as camas eram feitas com os adereços oferecidos pelos pais dos proprietários¹³². Tal como na sala, um naperon bordado pela mulher em solteira enfeitava a mesinha de cabeceira. No quarto do casal, um ou dois cabides de madeira, um crucifixo ou um pequeno nicho com oratório compunham as paredes:

A colcha do meu casamento nunca a lavei. Porque a guardei sempre. Eu só a punha na cama quando o padre ia ao folar. Quando ele saía da porta para fora lá ia eu tirá-la e arrumá-la. Tinha a casa com aquilo que tinha, tinha tudo aberto

¹³² Os lençóis oferecidos ao noivo eram bordados em azul ou branco e os da noiva em rosa. As colchas, em seda, eram de tons salmão ou amarelo para o noivo e em rosa para a noiva.

quando o padre chegava, quando se ia embora arrumava tudo [Mariana Martins Ferraz, 82 anos, Olival];

Havia naperons feitos por a gente, uns brancos, outros rosa com passarinhos em cima da mesinha de cabeceira, a condizer com os lençóis [Rosa, 80 anos, Fátima].

2.4.2.5. Estruturas de apoio à casa do trabalhador agrícola

Em Ourém existia uma grande diversidade de estruturas agropecuárias (Saraiva 2008), mas nem todas estavam inscritas no perímetro das casas dos trabalhadores agrícolas. Mais representativo da relação entre a casa, a família e os campos é o conjunto que abordo com mais detalhe de seguida¹³³. Eram construções rudimentares, da autoria dos seus proprietários, que materializavam a casa agrícola e a indissociabilidade entre a habitação e o campo, designadamente ao nível da organização da propriedade. A extensão agrícola, a capacidade produtiva e, por conseguinte, a condição económica do proprietário era refletida no número e áreas destas estruturas que funcionavam, por isso, como indicadores económicos da família. Umhas casas tinham eira, alpendre e palheiro, cabana de palha-milha e palheiro, outras apenas palheiro, expressando a maior precariedade económica da família¹³⁴. Estes anexos refletiam, ademais, a mobilidade económica e social dos trabalhadores agrícolas, que construíam novas estruturas à medida que melhoravam de nível de vida. Se as habitações eram pouco alteradas ao longo das vidas dos proprietários, como adiante se verá, já os anexos de apoio eram sucessivamente erguidos e ampliados. Eram as expressões arquitetónicas mais dinâmicas das casas agrícolas.

Este tipo de construções foi estudado por Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (Dias, Oliveira e Galhano 1963; Oliveira, Galhano e Pereira 1988 [1969]; Oliveira e Galhano 1994). À luz destes estudos, a diversidade encontrada em Ourém vem confirmar a natureza plural de uma região de transição. A dualidade das casas agrícolas entre as povoações do centro-norte e do sul também ocorria nas estruturas agropecuárias, e era influenciada pelos materiais de construção e pela natureza dos produtos agrícolas. A geomorfologia e o tipo de agricultura determinaram ainda a distribuição de alguns equipamentos de apoio aos campos e à habitação, como as cisternas no sul (confinadas às zonas de sequeiro) e os espigueiros e cabanas de palha-milha no centro-norte (zona de maior

¹³³ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 6.6. Estruturas agropecuárias.

¹³⁴ Estas situações eram correspondentes aos assalariados rurais.

produção de milho). Foram, contudo, identificados poucos espigueiros, quase todos em madeira e tijolo, confirmando a aproximação do tipo de agricultura e deste tipo de construções com a Alta Estremadura, conforme apontaram Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano ao referirem a existência pontual de espigueiros isolados em Leiria e Alcobaça (Dias, Oliveira e Galhano 1963: 106).

Palheiro e curral

A delimitar o pátio e, em alguns casos, contíguo à habitação, este importante espaço de apoio à casa agregava as cortes ou currais dos animais e o armazém de forragens ou palheiro. Era uma construção retangular rudimentar e ajustada ao terreno, que variava na dimensão e nos acabamentos. Construído de improviso e com acrescentos sucessivos, no centro-norte tinha paredes de taipa ou adobe e no sul de pedra calcária; apresentava em ambos os casos cobertura de duas águas com telha suportada por asnas de madeira. Eram deixados vãos, mais ou menos extensos e aleatórios, por vezes protegidos com tábuas de madeira fixas à estrutura.

O piso térreo, não pavimentado, dividia-se em compartimentos estabulados que acomodavam os animais (o cortiço do porco, o curral do rebanho, os estábulos dos bois e coelheiras). Incluía um espaço amplo semicoberto para o arrumo de alfaías agrícolas, arcas com cereais e o carro de bois. Separado por um sobrado de madeira, o piso superior armazenava os pastos que o tratante deitava aos bois por um alçapão alinhado com a manjedoura, o que poupava trabalhos e defendia de eventuais ataques pelos animais. Este piso servia ainda como dormitório para os rapazes, nos casos já enunciados, e como albergue ocasional de mendigos que vagueavam pelas aldeias à míngua de comer e de um abrigo para pernoitarem.

Eira

Implantada no pátio ou nas imediações da casa, em zona com boa exposição solar, a eira era uma extensão de terreno limpo e batido, pavimentado ou lajeado, onde se malhavam, descascavam, trilhavam e secavam leguminosas e cereais, em espiga ou em grão, antes de serem armazenados. A maioria dos trabalhadores agrícolas dispunha destes equipamentos, com exceção de assalariados rurais, sem espaço para a sua construção, e de alguns profissionais pluriativos com atividade agrícola reduzida, que recorriam ao empréstimo a vizinhos.

No centro-norte, as eiras eram circulares e prolongavam o palheiro em resposta ao cultivo extensivo de milho. O seu desenho corresponde ao modelo de eiras de secagem e debulha que Jorge Dias, Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira atribuíram parcialmente à Estremadura e ao Ribatejo, numa identificação com o panorama atlântico (Dias, Oliveira e Galhano 1963: 26). Os chãos térreos, naturalmente planos e batidos pelo vento, eram transformados em terreiros para debulha e secagem de cereais e leguminosas. À medida que esses solos iam sendo pisoados, a sua aptidão era aperfeiçoada e ao cabo de vários anos a camada superficial já estava compactada o suficiente para minorar a mistura de terra com os cereais. Em outros casos, era assente uma camada de argamassa rudimentar resistente e lisa à base de argila, cal e ocasionalmente borras de azeite e palha. Delimitava-a um murete de pedras rebocadas com o mesmo ligante, com uma abertura para a passagem do carro dos bois e para varrer os resíduos para o exterior.

A sul¹³⁵, as eiras estavam instaladas nas imediações da casa, no prolongamento do alpendre. Também existiam algumas em terrenos de cultivo, sobre afloramentos naturais de calcário. Eram eiras de debulha, sem alpendre ou sequeira, para descasque das leguminosas e onde o cereal era batido, mas não seco, que os referidos etnólogos associaram à área transmontana e mediterrânica e a certas zonas estremenhas (Dias, Oliveira e Galhano 1963: 26). As eiras junto da habitação eram executadas com lajes calcárias e delimitadas com pequenos blocos de calcário, com recurso esporádico a bosta de muar ou de boi para isolar as juntas, alvos fáceis dos efeitos erosivos das chuvas e dos ventos (Martins 2001: 44). Nalguns casos, eram ainda levantadas paredes sobre as quais assentava um terraço com algum desnível, acumulando a debulha e secagem de cereais e um depósito para o qual escorriam as águas pluviais, que eram recolhidas por um postigo, através de um balde içado com uma corda. Nestas povoações, a eira circular convivía com a eira quadrangular ou retangular, evidenciando a posição de charneira e dimensão compósita de Ourém e confirmando a pertinência da faixa entre Coimbra e o norte da Estremadura como zona de transição entre as regiões atlântica e mediterrânica, adiantada por Jorge Dias e a sua equipa:

Aparece, ao lado do tipo quadrangular, que vem do norte, o tipo redondo, próprio do sul mediterrânico, ora um ora outro, conforme as localidades, sem

¹³⁵ Freguesias de Fátima, Nossa Senhora das Misericórdias e Atouguia.

ordem geográfica aparente, coexistindo, muitas vezes mesmo, ambos na mesma povoação (Dias, Oliveira e Galhano 1963: 28).

Regulada pela sazonalidade, a utilização das eiras era mais intensa nos meses quentes. Na primavera, as gramíneas eram ceifadas e secadas na eira e depois acarretadas com forquilhas ou em panos para o palheiro. Após a ceifa do trigo e do centeio no verão, seguia-se a secagem e a debulha na eira com manguais lançados alternadamente pela força braçal masculina¹³⁶. Os grãos eram recolhidos e a palhica reunida em pequenos feixes e armazenada no palheiro. No pico do verão, o feijão era colhido, secado em vagem, debulhado e novamente secado na eira e, por fim, armazenado em grandes sacas de linhaça ou na arca de madeira. Em setembro, a desfolha do milho ou descamisada ocorria num sistema rotativo de entreajuda entre vizinhos, que acertavam por boca o calendário de desfolha em função da maturação das colheitas de cada casa. Era um dos rituais agrícolas mais agregador do concelho por espacializar as dinâmicas económicas, familiares e sociais. O ciclo anual de funcionamento da eira encerrava com as vindimas, onde o “bagaço”¹³⁷ ou “bagulho” das uvas era seco em finais de setembro.

Alpendre

Nos locais de cultivo intensivo de milho, o alpendre estava no prolongamento da eira para abrigar o cereal em secagem à noite ou aquando de condições climatéricas instáveis. Com o pavimento revestido no mesmo material da eira, o interior do alpendre armazenava a debulhadora e o limpador do milho, feijão e azeitona, os cestos em vime com casca (usados na faina do campo), as arcas para o milho e o feijão já secos e as alfaias agrícolas. Podia albergar ainda lenha e estendais para secagem das roupas. O alpendre superior, assente num tabuado, armazenava o milho e as batatas e, no verão, acolhia as palhas, o que explica a designação de palheiro. Era dos espaços mais polivalentes no apoio à casa agrícola.

No centro-norte, estes anexos de dois pisos e forma retangular (com três a quatro metros de comprimento por quatro a cinco metros de largura e de altura)¹³⁸ tinham cobertura de duas águas, revestida com telha de meia-cana disposta sobre um

¹³⁶ Quando existia uma junta de bois, substituíam esse trabalho ao percorrer a eira em círculos, debulhando o grão pelo pisoteio.

¹³⁷ Designação usada no norte concelhio para as cascas prensadas das uvas, mas também para as massas igualmente prensadas das azeitonas.

¹³⁸ Entre a soleira e a cumeeira.

ripado, travado por uma viga de carvalho ou outra madeira duradoura. As paredes laterais e a tardoz eram levantadas em taipa ou, mais raramente, em adobe, sem reboco ou caiação. A parte superior do alçado principal era revestida com tábuas tratadas com óleo queimado e na base duas portadas, no mesmo material, eram abertas ou fechadas consoante as oscilações climáticas.

Mais a sul, as estruturas eram erguidas com pedra não aparelhada e o alçado principal ocasionalmente revestido com madeira. Em ambos os territórios a disposição interior era semelhante. O piso superior, em tabuado, era firmado sobre dois ou três barrotes em madeira, embutidos nas paredes laterais, e o acesso fazia-se por uma abertura no sobrado ou a partir do exterior por uma janela, através de uma escada amovível de madeira.

Cabana de palha-milha

Estas cabanas ou barracas, mais comuns no centro-norte concelhio, destinavam-se a armazenar as forragens do milho. Os modelos mais comuns, com cinco a seis metros de altura (até à cumeeira), quatro a cinco metros de largura e cinco a seis metros de comprimento, eram divididos em dois pisos separados por um sobrado de madeira. O piso era de terra e a cobertura de duas águas era suportada por traves de pinho e, mais recentemente, de eucalipto. O frechal, o contrafrechal e os caibros sustentavam o sobrado de tábuas largas de pinho sobre barrotes. Com blocos de adobe nas extremidades, os alçados laterais eram levantados por dois conjuntos de três pilares (dois nas extremidades e um ao centro), unidos por fiadas de ripas de madeira dispostas alternadamente na vertical e na horizontal. Estas estruturas de ripado eram preenchidas por corutos e folhas do milho para alimentar o gado nos meses frios e, sobre os tabuados verticais, armazenavam-se pastos de trigo e aveia debulhados e palhiças inaptas para armar. O interior abrigava o carro agrícola, em alternativa ao palheiro, uma pilha de lenha para abastecer a casa, enxadas de pontas e rasas, podoas, serras e serrotes, foices, escadas de madeira¹³⁹, cordas¹⁴⁰, vara de picar os bois e outras alfaias agrícolas.

¹³⁹ Eram fabricadas artesanalmente (compostas por duas ripas compridas dispostas lado a lado e ligadas por pequenas ripas dispostas transversalmente com intervalos aproximados de 30 cm entre si).

¹⁴⁰ Muito utilizadas para amarrar feixes de feno cortado nas terras e para amarrar uma ovelha num terreno quando o rebanho estava a pastar para não dispersar, ou em panos para a apanha da azeitona, feijão, etc.

Palheira do pasto

Erguidas nas imediações das eiras ou das barracas do pasto e dos currais, mas também em terrenos com milho, as palheiras do pasto recolhiam os excedentes das forragens que não cabiam nas barracas. Apresentavam semelhanças com as cabanas de palha-milha, mas tinham uma aparência mais rudimentar e eram mais frágeis, porque assentavam, sem sapatas, no solo. As dimensões, entre dois metros de comprimento por dois metros de altura e quatro metros de comprimento por três de altura, variavam em função da quantidade de pastos a armazenar. Com uma configuração triangular, as estruturas eram compostas por duas paredes armadas com ripado de pinho em forma de cruz e a distância entre si aumentava da base até ao topo, por vezes rematada por um telheiro de duas águas para resguardar as forragens das chuvas. Quando existiam menos forragens, era erguida uma única parede de ripado e apoiada em uma ou duas oliveiras.

2.4.3. Da construção à ocupação da casa de habitação

Começámos a falar no dia da festa grande e ele estava ao pé da porta da sacristia e o padre pediu-me para guardar uns bolos e eu perguntei-lhe onde estava o padre e ele foi falar com o padre... e resolveu e depois ele perguntou-me se me podia acompanhar de bicicleta e eu disse: você é que sabe, não vai pelas minhas pernas... e assim foi e a partir daí começámos a falar [Emília Marques, 88 anos, Olival].

O namoro entre os trabalhadores agrícolas, geralmente vizinhos, tinha o começo em bailes de domingo à tarde (nas eiras ou nas salas das habitações) ou em festas religiosas da aldeia, por iniciativa masculina. As raparigas manifestavam recetividade com expressões indiretas. Decorridos doze a dezoito meses, o tempo suficiente para validar o desejo de uma vida comum, os jovens comunicavam aos pais a intenção e agendavam o casamento, que representava a constituição de uma nova família: “O pobre namorado que queria casar tinha que comprar os cunhais” [Bia, Fátima]. Fernando Medeiros, num artigo de 1976 sobre o capitalismo e o pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras, referia que os trabalhadores rurais preferiam a construção à ocupação da casa dos pais. De facto, em Ourém, no ano de 1952, do universo de 10.959 famílias, 10.097 viviam em casa própria e ocupavam-na na totalidade, o que demonstra a importância da construção de casa própria. Apenas em situações de pobreza extrema é que o filho mais novo

continuava a residir na casa dos pais até criar condições financeiras para construir habitação própria. Em outros casos, o casal chegava a adiar o casamento.

2.4.3.1. Custos e participações voluntárias na construção

Após a decisão do casamento, os pais do casal acordavam os montantes, em percentagens idênticas, com que iriam contribuir para a construção da casa. Quando o apoio paterno era inviável, por morte precoce do pai ou incapacidade financeira, geralmente agravada pelo número elevado de filhos, os noivos contraíam empréstimos a familiares (padrinhos ou irmãos mais velhos) ou vizinhos abastados. O orçamento visava custear os trabalhos do pedreiro com a estrutura da casa (fundações e levantamento de paredes) e de carpintaria (fechamento e revestimentos interiores). Os materiais de construção (pedra e saibro) eram recolhidos nos terrenos próximos e a madeira era doada. Era necessário comprar cal, cantarias de pedra, vidros para as guarnições dos vãos e telha para a cobertura. Antigos proprietários e construtores de casas erguidas em 1930 e 1940 apontam custos médios de construção que variavam entre um e três contos de réis. O valor oscilava consoante as colaborações voluntárias dos familiares e vizinhos, através de trabalho ou oferta de materiais:

Um conto e quinhentos uma casa [Humberto, Fátima];

O meu pai levava um conto e quinhentos, regulava mais ao menos pelo pedreiro. Não pagava o material. O material era à custa do proprietário [Garcia, Urqueira, filho de carpinteiro];

Era trabalho de sol a sol, de manhã à noite, levei 900 réis. Levou-me cerca de um mês a fazer [Manuel, 84 anos, Urqueira];

Quando vim fazer a casa tive a ajuda de alguns cunhados durante três meses. Não levaram dinheiro. O único que levou dinheiro foi o pedreiro [António, Urqueira];

Nuns casos ajustavam com o pedreiro, noutros era à hora. Mostrávamos o terreno e os pedreiros mediam e viam o que era preciso. Só se foi o meu sogro que orientou alguma coisa [Manuel Santos, 94 anos, Urqueira].

As participações com trabalho assentavam no apoio ao pedreiro no levantamento das paredes e obedeciam a uma reciprocidade informalmente estabelecida entre as partes. O proprietário retribuiria com tempo de trabalho idêntico na construção da casa do colaborador, num modelo semelhante ao de algumas atividades agrícolas (desfolhadas, apanha da azeitona) chamado “andar às trocas”. Em

função das cooperações voluntárias, o noivo ou os pais acertavam com o pedreiro o pagamento pelas horas de trabalho que este realizava. A reciprocidade na construção era muito utilizada pelos membros deste grupo social, com poucos recursos financeiros, em circuitos restritos a familiares e vizinhos chegados, assentes em acordos entre jovens casais com idades e agendas próximas de casamentos, que acordavam entre si um sistema rotativo de cooperação. Se um casal iniciava casa num mês, o outro iniciava a sua após o término da que estava em curso para não comprometer a colaboração mútua. Este princípio de prestação/contraprestação evidencia a importância das redes familiares e sociais na concretização dos objetivos individuais, pois só desse modo é que muitos casais pertencentes a este grupo social economicamente desfavorecido conseguiam construir casa própria. Na obra *As Mulheres do Meu País*, Maria Lamas (1950: 98) anotava esta cooperação vicinal na construção da casa, o que demonstra a tendência para a generalização desta conduta no meio rural português.

O apoio à construção baseado na oferta de materiais era habitualmente assumido como presente de casamento. A madeira para a carpintaria era oferta comum. Entre 1950 e 1960, deu-se o início da aquisição comercial de materiais para a estrutura (tijolos para as paredes). Não é por isso de estranhar que, nos processos de construção disponíveis no Arquivo Municipal, se verifique um aumento de custos de construção a partir deste período. Em finais de 1950, inícios de 1960, os custos de construção de uma casa de trabalhadores agrícolas variavam já entre vinte a cinquenta mil escudos. Em finais de 1960, o valor podia ascender a setenta contos de réis ou quantias superiores, quer decorrentes da aplicação de materiais industriais, quer da redução drástica do recurso a empréstimos junto de familiares ou vizinhos:

As pessoas vizinhas davam um pinheiro, um eucalipto... vinte e duas notas de contos de réis para o trabalho de pedreiro e vinte e um contos de réis para o trabalho de carpinteiro [Carmina Neves, 70 anos, Urqueira];

A minha casa ainda sei quanto custou. Eu paguei metade e o meu sogro a outra metade. Vinte e dois contos. Calharam-me onze contos a pagar [Maria das Neves, 90 anos, Olival].

2.4.3.2. Uma construção coordenada com o calendário agrícola

A casa do trabalhador agrícola está associada aos materiais e métodos artesanais e ao período em que a economia era dominada pela exploração manual dos campos. O faseamento das construções tendia a acompanhar os ritmos dos calendários agrário e climático, para conciliar os trabalhos de construção com as tarefas agrícolas e ajustar a recolha e preparação das matérias aos períodos climatéricos e agroflorestais ideais.

O processo construtivo tinha cinco etapas: a conceção, os trabalhos preparatórios, a estrutura e o preenchimento, os revestimentos e elementos secundários, os acabamentos e o apetrechamento da habitação. A ocupação da casa após o casamento encerrava o ciclo. A sua duração era variável, entre seis meses a um ano ou até mais, dependendo da dimensão da casa, da mão-de-obra envolvida e das condições financeiras e materiais dos proprietários¹⁴¹.

Primeira etapa: conceção

Entre novembro e dezembro, o local de implantação da casa (geralmente em terreno herdado) era definido e marcado com paus. O construtor local contratado acertava com os requerentes o tipo de obra a executar, em função do orçamento e do terreno disponível. Tinha um papel influente nas opções arquitetónicas, atuando como uma espécie de catálogo humano, ainda que fornecesse uma gama de opções reduzida e essencialmente centrada no número de divisões e em alguns acabamentos. Delineada a planta, o requerente submetia ao regedor da freguesia e mais tarde à Câmara Municipal o pedido de licença para construção de “prédios urbanos”. O formulário resumia a informação ao tipo de construção (casa de habitação, alpendre e outros anexos agrícolas, curral, muros), intervenção (construção, ampliação ou alteração) e áreas estimadas de construção. Por vezes, o proprietário executava a obra sem tramitação burocrática. A partir de 1960, o pedido de licença de construção passou a integrar um breve programa funcional (memória descritiva) e uma planta da habitação. “Não havia plano nenhum. Ajustavam o preço com o pedreiro. Queremos fazer a casa por tanto. Faziam as quatro paredes... [Humberto, Fátima]; O pedreiro dizia: Queres como aquela?” [Garcia Santos, 75 anos, Urqueira].

¹⁴¹ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, 6.7. Processos construtivos.

Segunda etapa: trabalhos preparatórios

Janeiro era o mês mais escolhido para o abate dos pinheiros e o corte da madeira, porque permitia um tempo longo de secagem, mas também por tradição e crenças populares: “Era quando a madeira do pinheiro estava melhor e tinha que ser na lua nova” [Garcia, Urqueira]. Em fevereiro ou março, o saibro, as areias e outros materiais eram recolhidos e transportados para o terreno de construção. Nas freguesias a sul, as pedras eram recolhidas em pedreiras e o saibro para as juntas em terrenos argilosos. Mais a norte, as pedras para os alicerces eram extraídas de terrenos pedregosos. Para que a areia e o saibro garantissem qualidade à obra, os locais de extração eram escolhidos pelos pedreiros. O reboco das paredes, por exemplo, era feito com areias colhidas em valas de escoamento durante os meses de chuva, ideais para as lavar e limpar de impurezas.

O sinal de que se ia fazer uma casa era uma carrada de saibro no terreno [Humberto, 86 anos, Fátima];

Os areeiros tinham goma e já nem era preciso cimento... Quando chovia as pessoas iam ajuntar a areia que acumulava. Eu apanhei muita chuva a juntar areia para fazer a minha casa. Ainda levei umas cinco carradas de bois. Faziam uns montitos e depois punham-lhe uma marca, uns de pinheiro, outros de eucalipto. Andavam muitas pessoas a apanhar areia naquela altura. E alguns até levavam montinhos já feitos, que não lhes pertenciam [Garcia Santos, 75 anos, Urqueira].

Terceira etapa: estrutura e preenchimento

Os meses entre março e junho eram escolhidos para o levantamento da estrutura da casa, porque coincidiam com o clima ameno. A construção das casas de terra era evitada em tempo de chuva por desfazer e dificultar a secagem da parede, mas o tempo demasiado quente também dificultava uma secagem progressiva. A área de construção era delimitada com quatro estacas nas extremidades, unidas por um fio e as divisórias interiores eram definidas. Era depois aberta uma vala em todo o perímetro para as fundações ou alicerces, por sua vez preenchidos com pedras¹⁴² e argamassa de saibro e cal ou argilas. A estrutura dos alicerces ficava ligeiramente acima da cota do terreno para criar uma caixa de ar entre o solo e o pavimento. Após

¹⁴² Os alicerces eram feitos com seixos bem dimensionados, elevados até 50 centímetros acima da cota do terreno. Era comum o uso de blocos de calcário mais a sul, em casas de pedra, e o uso de grandes seixos em terrenos de aluvião, em casas de terra ou de materiais mistos. Esta técnica dava segurança ao edifício e, por isso, era aconselhada pela Câmara Municipal.

a marcação dos locais dos vãos para as portas e janelas, a estrutura era levantada. Pedreiro, serventes, aprendizes e voluntários trabalhavam das 8h00 até ao pôr-do-sol, variando o número de participantes em função das tarefas agrícolas que intercalavam com a empreitada. Ao domingo descansavam.

Fazíamos uma cruz ao centro para dividir a casa em quatro partes. Ia-se buscar seixos ali à charneca para fazer os alicerces, iam uns poucos, quatro ou cinco com os bois para trazerem umas carradas de seixos. À noite, uns atrás dos outros ajudavam-se uns aos outros. Misturavam os seixos com barro... O chão era mais levantado do chão, uns dois palmos para a madeira não apodrecer... Eu demorava um a dois meses a levantar as paredes, era conforme. Fiz muitas casas de terra. Demorava tempo, mais ou menos, conforme as pessoas que ajudavam, geralmente da família, um a dois meses [Manuel Russo, 84 anos, Urqueira].

Quarta etapa: revestimentos e elementos secundários

Entre junho e outubro ou novembro, era executada a carpintaria (pavimento, caixilharias, forro e madeiramentos da cobertura) com a madeira já seca e previamente selecionada para os fins a que se destinava. Por exemplo, para as caixilharias e outras áreas mais expostas, com ligação à rua, era usada a madeira mais resistente do pinho: “Era escolhido o cerne” [Maria Vieira, Urqueira]. A empreitada era executada com o rigor e saberes especializados do carpinteiro, o que se refletia na duração longa e custos significativos da mão-de-obra. O corte e afeiçoamento manual da madeira (com plaina, enxó, goiva...) viria a ser agilizado com a preparação da madeira em serrações, embora esta fosse financeiramente mais dispendiosa:

A minha casa foi um homem de Espite que a fez. Estava muito habituado. Por um conto de réis foi ajustada a pedrejaria toda e a parte da carpintaria foi outro tanto. A madeira era toda aberta. Era um homem da Pederneira que fez a parte da carpintaria. A madeira foi o meu sogro que a deu... agora é uma loucura de gasto [Manuel Santos, 94 anos, Urqueira];

O meu marido aparelhava os barrotes com a machada e ficava mais barato do que ir à serração, nunca teve empregados, quem o ajudava era o dono da casa. Aprendeu com um carpinteiro da Maxieira [Ilda, 80 anos, Fátima];

Antes do solho assentava umas vigas grossas: o sobrado. E depois fazia as armações em madeira e os pedreiros vinham e faziam o reboco com cal ou mais tarde em cimento... Fazia também o forro. Ia à fábrica para rasgar e aplainar o forro e depois era só encostar e pregar. Se não fosse assim aplainava com as plainas dele, mas custava mais [Garcia Santos, 75 anos, Urqueira].

Quinta etapa: acabamentos e apetrechamento

“Quando casei convidei onze raparigas e cada uma levou uma poceirada¹⁴³ para minha casa, uma cesta com o enxoval” [Joaquina, 81 anos, Fátima]. Os acabamentos e o apetrechamento da casa sucediam entre outubro e dezembro, coincidindo com a pausa do trabalho agrícola. O pedreiro construía a lareira e a chaminé. Depois, os proprietários caiavam a casa e o carpinteiro executava os móveis e fixava os cabides nas paredes. As tarefas eram distribuídas por género. Mobilar a casa e ajeitar os acessos exteriores era trabalho masculino (carpinteiro, noivo e familiares). A noiva limpava o interior e, na véspera do casamento, juntamente com raparigas vizinhas, faziam o “enfeito”¹⁴⁴ da casa com o “enxoval”¹⁴⁵ que tinha acumulado numa ou em duas arcas em casa dos pais, deixando-as vazias para as irmãs mais novas encherem novamente com os seus haveres.

Quando entravam em casa, os móveis e utensílios perdiam a dimensão comercial e integravam o quotidiano dos proprietários, representando os padrões de cultura do grupo social que deles se apropriara (Segalen e Le Wita 1993: 17). Tinham uma dimensão essencialmente utilitária, com exceção de objetos de culto religioso, alguma peça decorativa ou labores executados pelas mulheres. O esvaziamento do recheio, por morte dos proprietários, traduzia a ausência de continuidade da casa como símbolo de sucessão familiar, contrariamente às quintas, onde as gerações se sucediam, mas os objetos permaneciam na casa como capital simbólico da renovação familiar e suporte material da continuidade da linhagem e da vida da casa.

2.4.3.3. O casamento e a ocupação da casa

“O meu pai deu-me milho... os convidados encheram a arca de milho... era feijão, era tudo... durante um mês havia sempre que comer” [Joaquina, Fátima]. O casamento e a entrada para a nova casa era um ritual de passagem com grande significado para os trabalhadores agrícolas (Van Gennep 1987) marcando a sua separação da família de nascimento. Eugénia, a quarta filha mulher de uma família de trabalhadores agrícolas de Urqueira, por imposição dos pais, aguardou contrariada o casamento de Carminda (a irmã mais velha) para poder casar de seguida. Este caso ilustra a tendência para o casamento obedecer ao critério de idade – do filho mais

¹⁴³ Poceiros: cestos de vime.

¹⁴⁴ Enfeito: ato de enfeitar a casa.

¹⁴⁵ Termo utilizado para designar os utensílios de cozinha, os têxteis para os quartos e outros objetos que compunham o recheio da casa.

velho para o filho mais novo –, justificada por razões económicas, relacionadas com a participação dos pais no custeio da casa e do casamento, uma vez que estes não tinham capacidade para assumirem mais do que um casamento em simultâneo; e por razões sociais, sobretudo no caso das filhas raparigas, pois uma filha que não casasse entre os 16 e os 25 anos era rotulada como “solteirona” e considerada socialmente inferior. Este estigma de rejeição suscitava a imagem de insucesso individual e familiar perante a vizinhança.

O rito religioso formalizava a união e o rito social consentia-a e tornava-a pública através da ocupação da nova casa, da sua exibição pública e do envolvimento da família e vizinhos próximos nos rituais que decorriam na véspera e no dia. A casa tinha as portas abertas para quem a quisesse visitar, como forma de expor os resultados alcançados pelo casal durante a vida de solteiros, com ênfase para o enxoval da noiva, e como modo de comunicação pública do desejo da nova unidade doméstica de interagir com a comunidade da aldeia.

A maioria dos casamentos decorria entre novembro e abril para permitir a conclusão da casa e os preparativos do casamento durante o período agrícola menos intenso. Além disso, o tempo frio facilitava a conservação das carnes para a boda: “As pessoas casavam mais no inverno para não estragarem as carnes do casamento” [Laura, Urqueira]. Na véspera do casamento, geralmente à segunda-feira, quarta-feira ou sábado, os noivos ofereciam aos padrinhos uma ceia em casa dos pais e as madrinhas preparavam as camas com os adereços oferecidos pelas mães dos noivos. Por sua vez, os pais e alguns convidados (sobretudo os padrinhos) abasteciam a despensa com mantimentos para a subsistência do casal nos primeiros tempos. Estas “visitas”¹⁴⁶ ficavam visíveis ao olhar público, à semelhança de todos os bens que eram pertença do casal. Após a cerimónia religiosa, noivos e convidados rumavam à nova casa, para a festa. Por vezes, a boda decorria separadamente (cada recém-casado jantava com os respetivos convidados em casa dos pais) e no final juntavam-se na casa dos noivos para a visitar e para o baile. Segundo mulheres do sul concelhio, a noite do casamento era passada com baile no pátio ou na sala e a presença dos convidados que intercalavam as danças com visitas ao quarto equipado pelos pais do noivo e que viria a ser ocupado pelo casal.

¹⁴⁶ Designação atribuída às dádivas que os convidados faziam ao casal.

Nessa noite, o casal permanecia sentado em cadeiras, por vezes acompanhado pelas madrinhas:

Na noite do meu casamento estiveram lá no quarto as madrinhas durante toda a noite, a guardar os noivos. Era escândalo... iam lá visitar, ver a cama. Estávamos sentados numa cadeira. Os rapazes andavam a danças e depois iam lá visitar a noiva e o noivo de vez em quando [Amélia de Jesus, 83 anos, Fátima].

O casamento marcava a conquista dos objetivos individuais, incutidos desde a infância pelos pais e pela comunidade, na prossecução dos quais os noivos investiam, desde a adolescência, todo o capital financeiro (especialmente o rapaz) e emocional (mais explícito na rapariga). O projeto de vida da mulher era casar e constituir uma nova família, alcançando a independência em relação aos pais. O homem tinha como projeto de vida a independência económica, a conquista de propriedade e a liberdade para gerir autonomamente o seu tempo e as suas tarefas, bem como um conjunto de pessoas da sua unidade familiar (mulher e descendentes). O casamento confirmava ainda a casa como uma espécie de prolongamento físico do indivíduo, pautada por uma vida de etapas, em sintonia com o ciclo individual e familiar dos residentes, designadamente o nascimento, o casamento e a morte, que coincidia na maioria dos casos com o fim da casa do trabalhador agrícola. Os filhos homens, que em solteiros tinham pernoitado nos palheiros, mantinham uma relação distante e um lugar periférico no núcleo doméstico de origem, com presença confinada aos espaços de refeição. Logo, a construção de habitação própria reconfigurava as suas relações com o espaço doméstico, ao legitimar a sua passagem de um lugar subalterno para um lugar dominante. Isso conferia-lhes posição de poder ao nível do agregado doméstico e afirmação social perante a vizinhança.

2.4.4. Apropriações da casa rural

2.4.4.1. Casa-família-terra

O quotidiano doméstico, agrícola e social dos trabalhadores agrícolas oureenses regia-se por práticas do quotidiano (a alimentação, rotinas de trabalho e de descanso), ciclos agrários e festivos ou mesmo estratégias de reprodução individual e da aldeia. Em todas estas dinâmicas estava implícita uma relação de interdependência entre a casa, a família e o campo agrícola. A casa dependia da terra e a terra era apoiada pela casa, num circuito semifechado de autoprodução e autoconsumo em torno do

complexo constituído pela habitação, pelos edifícios agropecuários e pela terra agrícola. Os que não possuíam terra relacionavam-se com os patrões agrícolas numa posição subalterna de que dependia a sua subsistência, estando também por isso dependentes da terra.

A trilogia casa-família-terra está assinalada em estudos antropológicos e sociológicos. Em meados do século XX, Ernesto Veiga de Oliveira e outros etnólogos que se debruçaram sobre a vida rural, classificaram a casa como um instrumento agrícola adaptado às necessidades de exploração da terra, “nomeadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaías e ferramentas da lavoura” (Oliveira e Galhano 1994: 13). Na década de 1970, José Cutileiro (1977), na análise à estrutura social no Alentejo, sublinhava a importância da posse e distribuição de terra e a relação da propriedade com a organização familiar. Nesse período, Carlos de Almeida, escrevendo sobre a habitação rural num espaço geográfico mais próximo de Ourém (Estremadura e Ribatejo), salientava que a implantação, a configuração arquitetónica e a distribuição interna das casas eram definidas em função da agricultura enquanto atividade económica dominante (Almeida 1978: 63).

Nos anos 1980, o norte do país foi um terreno privilegiado para o estudo desta relação entre a casa, a terra e a família. Em 1984, o antropólogo Brian Juan O’Neill publicou *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, sobre estruturas familiares do campesinato, onde abordava o casamento e os sistemas de herança e sucessão. Um ano depois, Paula Godinho apresentava em tese de mestrado *O Leito e as Margens: Estratégias Familiares de Renovação e Situações Liminares no Alto Trás-os-Montes Raiano*, estudo publicado em 2006, no qual se aborda a extensão social da casa, em seis aldeias, ao longo de um século. Ainda no contexto nortenho, João de Pina-Cabral (1989: 60, 65-66), em investigação sobre a sociedade camponesa no Alto Minho, reiterou a interdependência entre a casa, o habitante e a terra. Pina-Cabral afirmava que a diferença na conceção do que chamou “unidade social primária” radicava no facto de os camponeses incluírem na mesma noção de casa as esferas do económico e do familiar e que a casa funcionava como unidade de produção, propriedade, reprodução e consumo. Manuel Maria Diogo (1994) também explorou esta correlação

em terras de Miranda, com a casa a aparecer como unidade orgânica em relação com o meio físico circundante, numa continuidade de opções das gerações antecessoras. Segundo o autor, a dimensão funcional da casa respondia às condições necessárias à atividade agrícola e, ao mesmo tempo, era consequência do tipo de exploração desta economia de subsistência (Diogo 1994: 115-116). Em 1999, esta inter-relação voltou a estar presente no estudo de José Manuel Sobral (1999a) sobre as relações entre os residentes do campo e da vila e estratificação social na região beirã. Já em 2007, foi retomada por João Vieira Caldas, em território algarvio, local escolhido para a sua dissertação de doutoramento sobre a arquitetura rural, na qual cruzou as perspetivas histórico-social e tipológica para as áreas da habitação, analisando a sua relação com as dependências e espaços de apoio, lazer e atividades produtivas.

Estes e outros contributos evidenciam a transversalidade regional da trilogia casa-família-terra em espaço rural e convergem para a tese da casa rural do camponês como espécie de “alfaia agrícola” ou “instrumento agrícola”, segundo Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1994). Confirmam também que a organização dos espaços e as dinâmicas familiares do núcleo doméstico estavam alinhadas com o modelo de gestão dos campos, com formas próprias em cada território, como verifico em Ourém. Enuncio alguns aspetos ilustrativos. A orgânica funcional comum das habitações (com a sequência: alpendre, cozinha e depois os espaços reservados) facilitava o circuito assíduo entre a terra agrícola e a casa, já que os dois primeiros espaços interiores apoiavam, prolongavam ou concretizavam tarefas iniciadas no campo. O alpendre era usado para a secagem de alguns produtos e arrumação de utensílios e indumentária de uso agrícola, e a cozinha como área de preparação e consumo do que era produzido na terra. Essa comunicação privilegiada com a rua e os campos legitimava, por isso, a sujidade e o desarrumo dos mesmos.

A construção da habitação e os seus usos eram conciliados com os ritmos e calendários agrários, com primazia da faina agrícola, que condicionava o agendamento da construção, mas também ações do quotidiano já habitado, como a limpeza dos espaços interiores, o tratamento das roupas ou o conserto de alguma mobília ou estrutura. Paralelamente, a diversidade dos anexos agropecuários demonstra a adaptação da construção aos materiais naturais disponíveis e às necessidades de acondicionamento dos produtos e alfaias agrícolas. A sua disposição em volta da habitação conferia-lhes ainda um papel na interlocução com os campos.

Por seu lado, o pátio também expressava a relação casa-campo ao servir como depósito de lenha e de estrumeira para fertilizar os terrenos de amanhã. Mesmo a fronteira entre o espaço ornamental da casa, o jardim e a horta era ténue, por vezes indefinida, e regida por uma rentabilização do solo arável disponível. Finalmente, a relação da família com os campos estava sustentada na tendência para famílias numerosas, com vantagens no reforço da mão-de-obra ao serviço do trabalho agrícola, em que a dimensão exígua dos espaços não era obstáculo.

Os filhos participavam desde cedo em tarefas simples da faina agrícola e em lides da casa e contribuía com os seus rendimentos (Pina-Cabral 1989: 76). Assim que tinham trabalho remunerado, entregavam o rendimento ao chefe de família que o geria em função das prioridades, como a compra de um “bácoro”¹⁴⁷ ou a construção da casa e o casamento de um irmão mais velho. Para além da distribuição em função das idades, as tarefas eram repartidas sexualmente de acordo com normas socialmente convencionadas. Aos homens cabia assegurar o sustento da casa e as tarefas de maior risco, força e que implicassem saber especializado na relação com a terra. Ocupavam-se do gado de lavoura e dos trabalhos de preparação da terra para as sementeiras, da enxertia, da poda da vinha e das árvores de fruto (cf. Pina-Cabral 1989: 110). As mulheres casadas geriam a casa (as roupas, a alimentação, a higiene, os animais de criação) e o crescimento dos filhos, executavam tarefas agrícolas de rotinas mais regulares e ligadas aos “produtos da terra” e assistiam os maridos nos trabalhos mais complexos. O casal trabalhava frequentemente junto no campo, mas sem executar as mesmas tarefas e ambos eram cogestores da casa, formando o núcleo estável da unidade produtiva e assegurando os serviços indispensáveis à sua manutenção (Pina-Cabral 1989: 111; Sobral 1999a: 229).

O trabalho agrícola assentava na produção agrícola em função das necessidades de consumo e a importância do tempo consumido na execução das tarefas era relativa, pois a extração dos rendimentos agrícolas, essenciais para a substância indispensável à reprodução da família, não tinha em consideração o número de horas e de jornadas de trabalho necessários (cf. Medeiros 1976: 299). Com um padrão de subsistência e de rotinas circunscrito a um circuito espacial localizado, os trabalhadores agrícolas mantinham uma ligação forte com a restante coletividade (Mendras 1976: 12). Cooperavam nas dinâmicas da aldeia, participando na

¹⁴⁷ Designação local de porco pequeno ou leitão.

preparação e dinamização das festividades dedicadas ao orago da aldeia, bem como nas procissões com preces à bonança das colheitas. Cooperavam ainda com vizinhos em certas tarefas agrícolas cíclicas anuais, em reciprocidade, conciliando a celeridade do trabalho com o reforço de laços de coesão entre vizinhos. Todavia, a generalidade das funções agrícolas era cumprida pelos elementos do agregado familiar.

Estratégias de subsistência, rituais de passagem e rotinas dos trabalhadores agrícolas estavam ancorados na relação entre o campo (solução de sobrevivência), a casa (habitação e anexos enquanto espaço de segurança e regeneração) e a família (garantia da continuidade da produção agrícola e da reprodução individual). Como já defendi, nessa perspetiva é impossível pensar a arquitetura doméstica rural dissociada da família e da terra e, em alguns aspetos, também da comunidade, embora a sua dimensão não tenha o mesmo peso.

2.4.4.2. Produção de memória

A relação casa-família-terra está sistematicamente presente nos discursos de memória dos antigos trabalhadores agrícolas. Situo conceptualmente a memória, recorrendo a alguns investigadores com contributos nessa matéria. Maurice Halbwachs é um autor incontornável, a quem se deve a afirmação da memória como objeto de investigação nas ciências sociais e a definição do conceito de memória coletiva. Nas obras *Les Cadres sociaux de la mémoire* (1994 [1925]) e *La Mémoire collective* (1968 [1950]), Halbwachs distinguiu a memória da história, ao defender que aquela apenas retinha do passado o que permanecia aceso ou que persistia na consciência do grupo que a conservasse. O sociólogo transmitiu a ideia de estarmos fundeados em diferentes grupos (de parentesco, grupos profissionais, classes sociais ou grupos religiosos) que se situam no tempo e no espaço, enquanto categorias estáveis e dominantes, e que é a partir dos nossos quadros atuais de entendimento, partilhados com o(s) grupo(s) a que nos associamos, que reconstruímos o passado para o revivermos no presente.

Em 1980, o interesse pela questão da memória, com estudos realizados em vários campos disciplinares e discursivos, promoveu uma revisão do conceito de memória coletiva. Nesse debate participaram vários académicos, entre os quais Jörn Rüsen e Paul Connerton. Jörn Rüsen (2007, 2009) trabalhou a proximidade na relação entre a história e a memória. Apresentou a “cultura histórica” como um conceito abrangente e aglutinador de várias instituições enquanto lugares de memória coletiva,

na medida em que abordou o papel da memória histórica no espaço público. Nesse sentido, o autor considerava a “cultura histórica” uma síntese conceptual de fenómenos culturais distintos e uma articulação prática da consciência histórica na vida de uma sociedade. No ensaio *Como Dar Sentido ao Passado: Questões Relevantes de Meta-História* (2009), o historiador e filósofo alemão classificou a memória como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, numa relação imediata entre o presente e o passado, na qual participava a imaginação. Propôs ainda três modos distintos de se lidar com o passado: a “memória comunicativa”, que remete para a formação de diferenças geracionais a partir de uma mediação entre a autocompreensão e as experiências da mudança temporal (Rüsen 2009: 166); a “memória coletiva”, que a partir de uma seleção do passado representado conferia maior estabilidade à memória e um papel importante na vida cultural; e a “memória cultural”, já apropriada para rituais e atuações institucionalizadas (2009: 167), observada por exemplo em apropriações de ritos agrários por grupos de folclore ou na objetificação política da identidade rural. O autor apresentou ainda dois tipos de memória: a “memória responsiva”, responsável por compelir as pessoas a reagir, a interpelá-la e a superá-la; e a “memória construtiva”, como forma de dominar o passado.

Por fim, Paul Connerton (1999) introduziu ao conceito de “memória social” a componente da investigação da “memória incorporada” e sugeriu a sua análise por meio da realização de trabalho de campo com grupos, através da observação de performances como forma de conservação da memória no seio do grupo (Connerton 1999: 42). É com base nestes autores que analiso os discursos de memória dos trabalhadores sobre a habitação e o modo de vida rural. Afinal, como a investigadora Filomena Sousa afirmou:

As memórias têm classe, têm género, variam conjunturalmente e em escalas diversas – grupal, comunal, regional, nacional. Podem incomodar, ou dar alento, ficar retidas ou ser exibidas, serem reconstruídas e re-significadas, ou banidas e renegadas, utilizadas para libertar ou para capturar, por períodos mais ou menos duradouros (Sousa 2012: 21).

Se no universo dos proprietários e patrões agrícolas o suporte escrito, as fotografias e os objetos intervêm na construção das narrativas familiares, os trabalhadores agrícolas usam sobretudo a oralidade para transmitirem as suas memórias (Sobral 1999b: 77). À partida, parecem ter uma garantia inferior da sua

perpetuação no tempo. As suas lembranças sobre a relação casa-família-terra são narrativas autobiográficas tendencialmente curtas, um fenómeno muito comum nas sociedades rurais (Sobral 1995: 298). Estas construções apresentam características de “memória comunicativa” e da “memória coletiva”, segundo Jörn Rüsen (2009). Aproximam-se da “memória comunicativa”, porque enfatizam relações geracionais (estabelecendo comparações com os pais e com os filhos) num processo dinâmico de produção da memória. Estabelecem paralelos entre as condições de conforto das casas dos pais (onde nasceram e cresceram) e as casas que construíram, nas quais realçam melhorias. Mas também comparam as suas casas com as dos descendentes, verificando-se apreciações simultaneamente positivas e negativas, como se verá mais à frente. Os discursos não deixam, no entanto, de constituir uma “memória coletiva”, já que os indivíduos evocam os mesmos assuntos e os narram de forma idêntica (ritos agrários, rituais de passagem e práticas de higiene e alimentação), com efeitos na construção de uma visão organizada da vida cultural do grupo.

Nas narrativas do passado, identifico dois tipos de memória, em oposição, embora sejam frequentemente combinados no mesmo relato: memórias negativas, expressas nas narrativas de um passado de miséria, suscitando expressões de lamento, e memórias positivas, associadas à juventude, e rodeadas de sentimentos de nostalgia. As memórias negativas surgem em depoimentos com referências constantes à pobreza, prevalecendo a memória dolorosa (Sobral 1995: 299). Reportam-se a dificuldades económicas passadas e ao trabalho árduo nos campos, com descrições sobre as condições em que dormiam, as refeições escassas e pouco nutritivas, o desconforto nos meses frios, a ausência de iluminação, as limitações da higiene, de vestuário e calçado ou mesmo a desordem na envolvente da casa e a contaminação do interior com poeiras da rua. Mas estes indivíduos também evocam memórias positivas centradas nos períodos de juventude, mais do que quando passaram a ter casa própria, com responsabilidades acrescidas no agregado doméstico. Nelas há uma visão algo romântica sobre as condições de pobreza vividas e que “enfrentaram com ânimo”, combinando frequentemente expressões de miséria e alegria:

As casas agora estão melhor, era a casa e logo a estrada. Muito pó, sujava a roupa toda. Um cordel de uma oliveira à outra para estender a roupa... O que tenho mais saudades era dos bailaricos que fazíamos na eira... aos domingos à tarde. Era uma casa que dava para viver... não era nenhuma riqueza, mas era uma casa querida por toda a gente [Maria de Jesus, 79 anos, Fátima].

A construção das memórias familiares associadas à ocupação da casa aqui ensaiada assenta em relatos orais de pessoas com mais de 65 anos. Beneficiou especialmente da participação das mulheres, que em trabalho de campo se manifestaram mais expansivas, com produção frequente de narrativas biográficas na primeira pessoa. Nelas valorizam os rituais ligados aos ciclos da vida e rituais de passagem associados à família (cf. Zonabend 1980), evidenciando a componente fortemente doméstica do processo de rememoração (Fentress e Wickham 1992). Evocam ainda as vivências do quotidiano (como a limpeza e confeção de refeições), deixando transparecer o trabalho nos campos como um prolongamento do trabalho da casa e vice-versa. Comparativamente ao detalhe fornecido pelas mulheres, os homens que entrevistei não se alongaram em descrições sobre a casa como espaço de autorrepresentação, nem em narrativas da história familiar. Preferiam falar sobre agricultura e outras práticas laborais ou sobre a construção da casa e estruturas agropecuárias (custo e processo construtivo).

São comuns as referências aos espaços da casa e a momentos “de convívio” ligados ao trabalho, aos bailes, ao namoro, às sessões de labores partilhadas pelas raparigas, a conversas e ao consumo masculino em adegas e tabernas. O fenómeno mnemónico, muito comum na velhice, é fortemente marcado por uma melancolia associada a processos de mudança e a conflitos que atravessam as memórias, com efeitos no enfraquecimento e na transformação de determinadas realidades sociais, nomeadamente nas vertentes agrícola e familiar e nas relações geracionais e de género (Sobral 1995: 293). Esta imagética regressiva e saudosista é envolvida por um discurso harmónico, mesmo com a alusão à pobreza, o qual projeta um passado mítico e idealizado, num processo de (re)construção identitária coletiva deste grupo social a partir de segmentos importantes do passado.

2.4.4.3. Questões de género e a ênfase feminina na etnografia da casa

Nos discursos evocativos da relação do trabalhador agrícola com a casa, nomeadamente na ocupação dos espaços e na produção de dinâmicas, identifico uma distinção entre o feminino e o masculino. À semelhança do que Sónia Ferreira (2012: 131) referiu sobre a memória das mulheres operárias de Almada, também neste caso as memórias de género realçam espaços e momentos diferentes, porque homens e mulheres os viviam de modos distintos. Zonabend realçou o papel dos ciclos de vida ligados à família como organizadores do passado, fazendo intervir a

genealogia como um discurso sobre o tempo (Zonabend 1980). Recordo ainda a importância que a dimensão doméstica tem no processo de rememoração feminino, na forma como as mulheres registavam a história da família, em datas de celebração familiar (casamento, nascimento, morte) e mesmo em episódios do quotidiano (Fentress e Wikham 1992).

Mesmo a uma escala extradoméstica, as mulheres das aldeias de Ourém disputavam o poder com mulheres, numa gestão empenhada da casa através da limpeza (na casa, nas roupas e no corpo), dos labores e do recato que defendiam. Por sua vez, o poder masculino era assumido numa exposição pública, por oposição à sua presença pouco visível no seio da habitação, onde os homens permaneciam durante curtos períodos. Para eles, as fronteiras entre a casa e o campo estavam mais demarcadas, com circulação privilegiada entre os campos e os anexos agropecuários. Disputavam o poder entre homens através da exibição das sementeiras e colheitas que faziam, das propriedades agroflorestais e das cabeças de gado, mas também das rodadas de vinho que podiam pagar uns aos outros na taberna da aldeia.

A representação da gestão familiar assentava na distribuição sexual de papéis, estabelecida socialmente e rotinizada, o que contribuía para minimizar posições de conflitualidade entre o casal. Tal como José Manuel Sobral (1999a: 224) identificou na Beira, o casal trabalhava conjuntamente nos campos, mas com desempenhos distintos, com o homem a assumir um papel dianteiro e de comando. Em casa, embora os homens tivessem uma posição soberana, com a ocupação do topo da mesa, a refeição mais guarneçada e o ajustamento dos ritmos das refeições aos seus próprios ritmos, na gestão operacional do espaço doméstico tinham um papel menos decisivo que as mulheres, as quais asseguravam a alimentação, a higiene e as condições mínimas de conforto (Sobral 1995: 230). Esta coordenação permitia-lhes regular algum equilíbrio perante a posição subalterna que lhes era definida no campo e na esfera pública. Fica assim justificada a ênfase do papel feminino na etnografia da casa, em especial nas áreas da gestão e dos usos dos espaços habitados.

Alimentação

A identidade da casa baseava-se numa série de unidades de produção, gestão, propriedade e residência, todas representadas pela unidade de comensalidade (Pina-Cabral 1989: 68-69). No núcleo doméstico, o espaço mais invocado pelas mulheres é

a cozinha e nesta, a lareira, associada ao conforto, às sociabilidades e a tarefas domésticas, e invocada também a propósito dos modos de confeção das refeições e da forma como se processava o consumo no agregado doméstico.

Durante o trabalho de campo, a alimentação foi um dos assuntos mais abordados pelas mulheres deste grupo social para expressarem as situações económicas difíceis em que viviam. É um tema aglutinador das tarefas agrícolas e domésticas ao atuar como elo principal e sistemático na trilogia casa-família-terra. À semelhança da região gandraesa estudada por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1994: 184), a dieta do quotidiano restringia-se aos alimentos de cultivo local¹⁴⁸. Não obstante, a dualidade geomorfológica concelhia interferia na alimentação das famílias mais desfavorecidas. Nas povoações com agricultura de regadio vingavam as cerealíferas, em especial o milho e o feijão nas leguminosas frescas. As localidades de sequeiro eram mais aptas a leguminosas e ao trigo e centeio. Chicharos preparados com água e barrela de cinza, papas de milho com abóbora, ou feijão com abóbora eram outras refeições comuns. Nos meses frios estas ementas eram intercaladas com papas de farinha de milho e couves ou “mexudas”¹⁴⁹. O pão de milho ou broa¹⁵⁰ estava sempre presente na alimentação, porque aguentava mais tempo conservado que o pão de trigo e, segundo os consumidores, “enganava” facilmente a fome por ser um alimento “pesado”:

O feijão dava força e estava sempre à mão, assim como as batatas e as couves... Fazíamos uma covinha ao centro [das mexudas] e deitávamos azeite. O azeite é que lhe dava o gosto [Maria dos Santos, 88 anos, Urqueira];

A minha mãe cozia broa duas a três vezes por semana [Rosa, 80 anos, Fátima].

Quando os produtos cultivados escasseavam, as mulheres faziam caldos com plantas que cresciam espontaneamente nos terrenos. Feijão branco cozido com leitarigas picadas e “bem regado com azeite num quinhão”¹⁵¹, borragens, rabaças,

¹⁴⁸ A oliveira, o milho, a batata, as hortaliças, o vinho e algumas leguminosas.

¹⁴⁹ O conduto era feito com azeitonas e mais esporadicamente bacalhau ou sardinhas compradas no mercado, que até serem assadas permaneciam estendidas sobre caruma numa cesta pendurada no fumeiro da lareira, como técnica de conservação.

¹⁵⁰ Broa/boróa, “pão de milho”, deriva da língua pré-romana da Hispânia (há o céltico *bron*, o castelhano *borona*, o galego *borroa*, o asturiano *borrua*).

¹⁵¹ Este termo é utilizado no vulgo para designar uma taça.

verças¹⁵², cardos cozidos e até bolota¹⁵³ assada, entravam assim nas refeições. Uma octogenária partilhou com alguma ironia uma memória das limitações da alimentação, destacando a capacidade de sacrifício materno em prol dos filhos. As carnes de galinha e de coelho eram confeccionadas nas festividades religiosas (Natal e Páscoa) e o consumo das carnes de carneiro e de cabra assinalava outros rituais significativos, como o casamento. Ao domingo ou em datas de celebração, as mulheres preparavam refeições melhoradas com ingredientes comprados. Alguns entrevistados (mulheres e homens) relataram estas refeições como o “comer da República”, deixando implícita a construção da imagem da República como marco positivo na mudança das condições de vida dos mais desfavorecidos. Na primavera era comprado um leitão que até ao inverno ficava na “engorda” com farelo de milho e “lavagens”:

Quando lavávamos os pratos, passávamo-los antes pela água de cozer as lavagens, nem uma gotinha de azeite era deitada fora [Maria de Jesus, 79 anos, Fátima];

Os nossos pratos eram muito bons... era açorda, era mexudas, sopas de bacalhau, poucas vezes... Eram umas ervas que apanhávamos na horta. Eram tão boas as verças. Tinham muito ferro. Comíamos em pratos de lata. A minha mãe, como eram onze filhos, já não tinha para ela... era raro comer. Ia-se deitar sem saber o que havia de arranjar para dar de comer aos filhos [Rosa, 80 anos, Fátima].

Higiene e ornamentação da casa

Tínhamos umas cortinas nas janelas, enramadas, também éramos briosas. A minha mãe comprava o tecido e costurava. Fazia-se tudo em casa, ponto ajour, ponto pé de flor... Éramos briosas... Toalhas mais bonitas do que as que se fazem agora [Joaquina, 81 anos, Fátima].

Sobre a higiene da casa, os discursos femininos destacam os calendários de limpeza, rotinizados e sintonizados com as dinâmicas agrícolas e religiosas, divididos em limpeza anual e limpeza semanal, sobre as quais tecem descrições minuciosas. Situam a limpeza anual em vésperas da Páscoa e descrevem-na como uma lavagem rigorosa das áreas habitadas e a caiação oportuna com a chegada do tempo quente. Esta última era simultaneamente uma desinfeção física e a renovação de alvura,

¹⁵² É uma planta herbácea suculenta, de flores pequenas, da família das teligonáceas. Nasce espontaneamente no centro e sul de Portugal continental. Muitos utilizavam este termo para se referirem genericamente às plantas espontâneas que fossem comestíveis (a papoila e a serralha).

¹⁵³ Localmente é também designada por “boleta”.

regeneradora da purificação espiritual da casa e do agregado familiar. Era a principal ação de limpeza no ano, mas estava também associada ao momento alto de bênção das casas pelo pároco, um ritual de proteção da casa, da família e da propriedade em geral (Rodrigues 2011: 49). Em relação à limpeza semanal, as mulheres sublinham a passagem geracional dos ensinamentos e da responsabilidade para as filhas. Assim que atingiam a idade de nove ou dez anos assumiam estas lides e a mãe passava a dedicar mais tempo aos trabalhos agrícolas¹⁵⁴. Nesse universo, a mulher construía um modelo de autoridade doméstica e de afirmação social que era alcançado com o casamento, a gestão de uma casa própria e o exercício de comando sobre as filhas.

A ornamentação da casa validava a habilidade manual e delicadeza enquanto critérios de uma esposa capacitada. Num jogo competitivo, as solteiras disputavam entre si os labores do enxoval (bordados e rendas em lençóis, naperons e cortinas). As casadas davam continuidade aos labores, mas, sobretudo, procuravam afirmar-se como mulheres trabalhadoras e asseadas.

Lavávamo-nos num alguidar, não tínhamos outra coisa. Estava pendurado numa casica ao lado... tipo uma despensazita que a gente tinha. Servia só para tomar banho... tinha uma argolazinha na bordinha. Tínhamos um balde lá em cima e fartávamo-nos de aquecer água [Ilda, 80 anos, Fátima];

A gente tomava banho num alguidar numa casinha que a gente tinha ao lado, que era uma despensa. A gente procurava a altura em que não estivesse ninguém... as raparigas tomavam banho de dia e os homens tomavam banho à noite, tomavam banho também naquela casica, na bacia. Era a rapariga ou a mãe, a chefe que preparava a água para os homens [Joaquina, 81 anos, Fátima].

Como vimos a propósito da confeção das refeições, também na higiene da casa e das roupas está representado o papel das mulheres como executantes das tarefas ligadas à higiene do corpo ao serviço dos homens residentes (pai e irmãos), numa espécie de proteção do dever masculino de garantir rendimentos à casa. Mas se os homens não intervinham em nenhuma dessas tarefas, sob pena de serem alvo de crítica social, elas participavam ativamente no abastecimento alimentar através da agricultura familiar, como já se verificou, o que demonstra novamente alguma subalternização feminina.

¹⁵⁴ “As raparigas cirandam atrás da mãe na lide doméstica. E deste modo, quotidiano e lento, cada um vai-se tornando homem ou mulher” (Sobral 1999a: 239).

2.4.5. Mudanças e resistências em contraponto

2.4.5.1. Alterações na habitação

O meu homem fez a casa de banho quando a minha sogra veio cá para casa, com uma sanita e um espaço para lavar os pés, depois alargou mais uma dependência na sala onde pôs o chuveiro, quando veio a luz [Maria Laura, 80 anos, Urqueira];

A gente faz uma fogueirinha, tens uns sofás para se assentarmos, uma televisão. Estou bem melhor que o meu pai estava [Joaquina, Fátima].

Nas últimas quatro décadas, a maioria dos trabalhadores agrícolas realizou intervenções nas casas com vista à melhoria das condições de conforto, mas sem alterar a sua estrutura arquitetónica¹⁵⁵. A introdução de casa de banho, assim como a instalação de água canalizada e de rede elétrica foram as alterações mais significativas, que decorreram quase sempre em simultâneo com a eletrificação da povoação¹⁵⁶, para permitir a captação de água para casa. Em correspondência com os dados que apurei em trabalho de campo, o “Inquérito sobre as condições de conforto das famílias em Portugal”, realizado em 1987 (INE 1988), revela que a generalidade das casas tinham cozinha (95,7%), eletricidade (97,1%), água canalizada (82,1%) e instalações sanitárias, das quais 77% estavam no interior da habitação e 11% no exterior. Relativamente aos principais equipamentos, praticamente 100% das casas estavam equipadas com fogão e cerca de 90% com televisão e frigorífico (INE 1988: 7). Tal mudança está associada à eletrificação do concelho, à intensificação dos movimentos migratórios, à entrada em vigor das pensões rurais, à criação de postos de trabalho na indústria com horários de trabalho mais fixos e com os benefícios da adesão de Portugal à União Europeia.

Na cozinha, a introdução de uma mesa ao centro equipada com bancos ou cadeiras representou uma mudança importante nos quotidianos das famílias. A mesa deixava de estar em segundo plano (encostada à parede), para assumir o lugar central como expressão material da transformação da refeição de ato individual de subsistência em prática ritual de coesão familiar. Os encontros familiares, antes centrados nos trabalhos agrícolas, eram canalizados para o momento da refeição, com a função de conciliar a satisfação da fome com o prazer de uma alimentação um

¹⁵⁵ Consultar Anexo III. Casas rurais 1900 – 1960, Alterações na casa rural (interior da habitação).

¹⁵⁶ A eletrificação nas freguesias rurais de Ourém decorreu sobretudo nas décadas de 1960 e 1970.

pouco mais diversa e farta. Assim, o papel da mesa enquanto marcador hierárquico da família, em que o chefe de família se sentava ao topo e na melhor cadeira, viria a ser atenuado, em favor de uma situação de maior equilíbrio hierárquico entre o casal, com ambos a ficarem sentados nos topos.

Outras alterações menos onerosas, mas significativas para o conforto da casa, passaram pela aplicação de forro nas cozinhas, pela substituição de camas e de colchões, pela aquisição de guarda-fatos, roupas de cama, banho e cozinha, de louça, da máquina de lavar a roupa ou de sofá e televisão. Estas duas últimas materializam a entrada do ócio nas vidas destes antigos trabalhadores agrícolas, que passaram a conciliar as ocupações no campo com o descanso, o entretenimento e a informação. Essas mudanças, não tanto ao nível da estrutura do edifício, mas principalmente de alguns bens móveis promotores de conforto, confirmam a casa como lugar constituído por outros objetos da cultura material, mais do que um mero espaço de arquitetura.

Estes fenómenos promoveram a introdução de hábitos visando o conforto e o bem-estar, em rutura com a função essencial da casa como tecnologia de produção que vigorava em Ourém e no meio rural português, em geral. O conceito da casa como unidade de propriedade, produção, reprodução e consumo começava a ser redutor. Tornava-se necessário acrescentar-lhe as dimensões de convívio, conforto e entretenimento. Assistimos, portanto, ao início de uma reconfiguração do paradigma da casa do trabalhador agrícola, que antes mantinha uma dimensão de apoio ao campo, consonante com a posição subalterna da mulher em relação ao homem.

2.4.5.2. Resistências à mudança

Discursos e práticas dos informantes registam alguma resistência a obras profundas e dispendiosas na casa, as quais lhes provocam a sensação de desperdício de poupanças económicas conquistadas com grande esforço. Contrariamente, a maior parte dos filhos é favorável a obras na casa dos pais e à substituição de materiais como garantia de conforto e de projeção social de uma imagem de modernidade. Na sua perspetiva, a realização de intervenções consentâneas com as tendências atuais na casa dos pais melhora as condições de conforto, traduz as capacidades dos pais para se atualizarem e acompanharem o devir geracional e pode ser interpretada com um sentido de preocupação dos filhos com o bem-estar daqueles.

A posição do casal em relação a mudanças na casa nem sempre é consensual. Judite, a filha de um casal proprietário de uma casa erguida há 60 anos, referia que a mãe continuava a manter inalterada a ordem das coisas, vincando a resistência a intervenções que modificassem a imagem da habitação à qual se acostumara desde a sua fundação:

O meu pai bem que queria pôr umas janelas e portas de alumínio, mas ela não deixou... a minha mãe ainda bebe a água pelo cântaro. Eu já lhe expliquei muitas vezes que a água da torneira é igual, mas ela teima e só bebe água pelo cântaro. Então eu vou lá fora, encho-lho e é assim. Desde sempre... as coisas mudam, mas ela não. Mesmo no chão da cozinha foi posto pavimento, mas ela não gostou, diz que quando lava o chão fica sempre todo molhado... mantêm os santos todos pendurados no teto e tem que ser pela ordem que estão. Não deixa tirar nada, é tudo como foi o casamento. Eu já perguntei o que esta arca aqui está a fazer, toda podre, mas nem pensa em tirá-la daqui ou mesmo esta mesa. É aqui que ela passa os dias dela [no alpendre] e o meu pai debaixo do palheiro [Judite, 50 anos, Urqueira].

Este testemunho reforça ainda a distinção das relações de género em relação à apropriação dos espaços, através dos locais escolhidos por cada elemento do casal para permanecer durante o dia, com uma maior proximidade da mulher com o “interior doméstico” e do homem com o “exterior doméstico”. Para os antigos trabalhadores agrícolas, alterações globais, como as fachadas exteriores ou até o reposicionar de objetos, promovem o conforto e a imagem do progresso, como já se verificou. Mas também podem comprometer a representação de uma identidade da casa e dos que a habitam, assente em valores como a permanência e a continuidade. Essas mudanças alteram-lhes o mapa visual do espaço doméstico, gerando a confusão e a desordem sobre disposições materiais inalteradas há décadas. Consequentemente, perturbam os ritmos diários e a estabilidade emocional destas pessoas reguladas desde a infância por práticas rotinizadas e já cristalizadas. Questionados sobre a ideia de permanecerem nas suas casas ou de se transferirem para as casas dos filhos ou para instituições de acolhimento, estes informantes idosos preferem a primeira opção. Mesmo aqueles que passam os períodos diurnos nos centros, enquanto têm autonomia, continuam a pernoitar nas suas casas:

Ainda gosto mais de lá estar que em casa dos meus filhos. É toda de madeira, pintadinha por dentro... Eu sinto-me bem lá. Eu gosto daquilo, é muito mais quente... Estou lá há 60 anos. Eu acho-me bem em minha casa. A gente faz uma fogueirinha, temos uns sofás para nos sentarmos, uma televisão. Estou

bem melhor que o meu pai estava. É preciso é haver saúde [Joaquina, 81 anos, Fátima].

Os que estão alojados em lares ou em casa dos filhos manifestam contrariedade pela decisão tomada e lamentam a perda de liberdade, propriedade, intervenção, domínio e decisão que a habitação lhes conferia. A saída de casa reforça-lhes o sentido de perda dos seus próprios pais, de irmãos e outros parentes e remete-os para a consciência da idade avançada e para o não retorno a uma estrutura familiar que construíram e na qual já tiveram um papel ativo e central nas esferas da decisão e do exercício de autoridade. Representa a perda irreversível de poder e uma rutura com o processo identitário construído longamente sobre uma fusão entre o indivíduo, a família e a casa. Nesse sentido, prenuncia o fim do ciclo de vida individual.

Os antigos trabalhadores do campo estabelecem leituras de contraponto entre estratos sociais – proprietários de casas abastadas e trabalhadores agrícolas – e posições geracionais – as casas que habitaram enquanto filhos, que ergueram e ocuparam enquanto proprietários, que ajudaram a construir como pais e as casas dos netos, a cuja construção assistem. Enquanto que as quintas são investidas de um papel de continuidade que permitia uma renovação sucessiva das gerações, as unidades domésticas dos trabalhadores do campo apresentam uma duração histórica diferente. Tiveram um tempo de vida curto e uma dimensão essencialmente funcional, que acompanhou o trajeto reprodutivo e produtivo dos proprietários. Em suma, em ambos os grupos sociais – habitantes das quintas e das casas de trabalhadores agrícolas –, cada casa é portadora de uma história pessoal, associada a um conjunto de metáforas que a identifica e individualiza das restantes (cf. Augé 1989: 23).

Comparando as suas casas com aquelas construídas mais recentemente, estes antigos trabalhadores reconhecem a melhoria das condições de conforto. Mas esse facto é contraposto à complexidade arquitetónica das novas casas, às suas dimensões “exageradas”, ao custo elevado de construção e aos encargos de manutenção. Segundo os entrevistados, tais investimentos contribuíram para agravar a situação económico-financeira negativa do país e desvirtuar a estética pastoral que reproduzem nas “suas” aldeias, perdendo com isso algum sentido de apropriação. Realçam ainda a energia humana consumida para garantir a organização da casa que, na sua aceção, deixou erradamente de ser canalizada para a produção agrícola, que acreditam estar na base da recuperação da economia nacional. Após uma vida longa em que a gestão

da casa era regulada pelas dinâmicas agrícolas, é-lhes difícil aceitar a inversão do paradigma, com a casa a conquistar a prioridade da dedicação, já não só feminina, mas do casal, na senda do conforto e da projeção social: “Ao menos não tínhamos tanto trabalho como agora. Aumentámos as casas e a roupa, aumentámos o trabalho... A gente agora é que foi mais longe. As casas cá, na altura, eram mais bonitas” [Celeste, 67 anos, Urqueira].

Manuel Santos, antigo trabalhador agrícola, ilustrou esta trajetória geracional. Começa por se referir às casas dos pais e dos sogros, ambos proprietários agrícolas, com condições para alojar todos os filhos. Já a sua casa tinha dimensões inferiores, levando a que duas filhas vivessem em casas de parentes durante a infância e adolescência. Os oito filhos emigraram e regressaram à aldeia, onde construíram casa. Manuel, que participou na construção de quase todas, destacou os materiais de fabrico industrial e a placa¹⁵⁷, o aumento do número e dimensões das áreas funcionais, a casa de banho e a pia de lavagem na cozinha, como marcas diferenciadoras em relação à sua habitação, à época. Teceu depois um conjunto de apreciações desfavoráveis sobre as casas dos netos. Enfatizou a morosidade, o dispêndio financeiro e a complexidade burocrática dos projetos de arquitetura e dos licenciamentos das obras. Relativamente à componente construtiva, sublinhou o “excesso” de área de habitação e o processo mecanizado, que lhe suscitava alguma desconfiança, porque deixou de ser operacionalizado pelo gesto humano, que lhe dava uma sensação de maior controlo e fiabilidade do resultado construtivo. Por fim, este tipo de casas “de linhas direitas” contrariava a sua conceção estética de casa:

Naquele tempo ainda se construía sem planta. Agora é só gastar dinheiro com as plantas... nem era preciso planta nem nada. Agora já é preciso recuar... dar espaço para a estrada... Nestas casas grandes eles ainda se vão perder... As casas nos anos 60, era tudo feito à mão, demorava quase um ano a fazer. Agora é tudo uma grande segurança, mas acaba por cair na mesma... Perguntaram de quem era aquela fábrica [Manuel Santos, 94 anos, Urqueira].

Através de leituras comparativas entre casas apropriadas por gerações distintas, estes antigos trabalhadores rurais exprimem sentimentos fortes em relação ao período de vivência na casa, uns negativos, outros positivos, outros ainda onde a aversão à pobreza e ausência de conforto se misturam com o saudosismo nostálgico.

¹⁵⁷ Com efeitos de melhoria no isolamento interior.

III. CASAS DE EMIGRANTES ENTRE 1960 E 1990

(...) Não tem sede de aventura
Nem quis a terra distante
A vida o fez viajante
Se busca terras de França
É que a sorte lhe foi dura
E um homem também se cansa

(...) Vai-se um homem vai com ele
A marca de uma raiz
Vai com ele a cicatriz
De um lugar que está vazio
Leva gravada na pele
Um aldeia um campo um rio

Ficam mulheres a chorar
Por aqueles que se foram
Ai lágrimas que se choram
Não fazem qualquer mudança
Já foram donos do mar
Vão para terras de França.

Manuel Alegre, “Trova do Emigrante”

O primeiro período de construção de casas nas aldeias portuguesas por emigrantes em França situa-se por volta da década de 1960. Foram erguidas, principalmente, por descendentes de trabalhadores agrícolas que emigraram entre finais da década de 50 e os anos 60 (Goldey 1982; Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996). O panorama arquitetónico das aldeias de Ourém começava a romper com imagens cristalizadas da “casa rural”, numa mudança acompanhada pela desruralização em curso no país.

A emigração para França foi uma peça-chave nesse processo, tornando-se uma realidade fundamental na vida social do concelho. Peggy Levitt estudou a emigração de Miraflores (República Dominicana) para a cidade de Boston (EUA), com início em finais de 1960. Em 1994, mais de 65% das 445 famílias em Miraflores tinham parentes na área metropolitana de Boston, o que contribuiu para a transformação da vida da aldeia, inclusivamente através da renovação de casas com dólares americanos (Levitt 2001b: 200). As freguesias de Espite e Urqueira registam alguns paralelos com este contexto etnográfico. A emigração intensificou-se nos anos 1960 e envolveu a saída de muitas famílias nas décadas seguintes para um destino convergente: a

periferia de Paris. As “casas de emigrantes” de Espite e Urqueira, erguidas com francos franceses, surgiam como expressões materiais das mudanças que ocorriam nas aldeias.

As casas de construção emigrante apresentavam modificações formais e funcionais profundas comparativamente às “casas dos trabalhadores rurais”, decorrentes do novo contexto de vida dos seus proprietários. As opções construtivas tornaram-se mais influenciadas pelo contacto com as representações identitárias dominantes na região de imigração e pela aspiração ao conforto e à projeção social na aldeia natal. Para o seu triunfo foram também importantes fatores como a industrialização da construção; a circulação de novas estéticas por via de casas entretanto construídas em Portugal; o gosto individual dos proprietários; as tendências dos projetistas; os domínios técnicos dos construtores e os pareceres emitidos pelo Município no ato do licenciamento.

Na investigação realizada no Pinhal Interior Sul (região centro), Fernando Ribeiro Martins (2003) considerou três fases distintas na construção da casa do emigrante, salvaguardando a frequente imbricação das suas características. Segundo o autor, as casas erguidas entre finais dos anos 60 e início dos anos 70 eram semelhantes às casas dos residentes, um pouco ampliadas, mas sem interferência na paisagem rural. Sobre as casas erguidas na segunda metade da década de 70 e nos anos 80, classificava-as como objetos extravagantes implantados à beira das estradas, devido à falta de terreno disponível. Por fim, situou o terceiro tempo de construção com início em 1990, sublinhando o afastamento das casas das vias de comunicação numa busca de tranquilidade.

A partir desta classificação para as casas dos oureenses emigrantes em França construídas em Portugal, proponho três tempos construtivos com fronteiras e contornos ligeiramente distintos e acrescento um último tempo de construção – a atualidade – que não foi abordado pelo autor. Com base na realização de entrevistas (a proprietários, projetistas, construtores e técnicos municipais), na consulta de projetos de arquitetura e na observação de moradias construídas no concelho (sobretudo nas freguesias de Espite e Urqueira), verifiquei uma flutuação no fluxo de construção destas casas nos últimos 40 anos, com a década de 1980 a representar o período mais intenso de construção. Conhecem-se variantes e desvios nas habitações de emigrantes erguidas entre os anos 1960 e o presente. Ainda assim, desde então é

possível formular três períodos de construção, cada um identificado pelo predomínio de determinadas características arquitetónicas e funcionais. O primeiro período corresponde às casas erguidas entre 1960 e 1974, o segundo período às casas erguidas entre 1975 e 1990 e o terceiro período às casas erguidas entre 2000 e 2015, que tratarei no próximo capítulo¹⁵⁸.

1. Emigrantes portugueses em França entre 1960 e 1990

1.1. Integração laboral, espaço habitacional e organização doméstica¹⁵⁹

A emigração dos trabalhadores rurais portugueses decorria clandestinamente por força da posição conservadora e antimobilidade social do Estado Novo e do início da guerra colonial em 1961, que determinou a proibição da emigração de homens com idades entre os 14 e os 40 anos (porque ainda não tinham cumprido o serviço militar ou faziam parte da reserva territorial). O tema tem sido estudado (Branco 2001; Silva 2011; Pereira 2002, 2004, 2014) e documentado em cinema (*O Salto* [1967], de Christian de Chalonge; *Crónica de Emigrados* [1979], de Manuel Madeira; *A Fotografia Rasgada* [2002] ou *Gente do Salto* [2005], de José Vieira). A maioria dos homens jovens e adultos emigrava com um fundo de maneo angariado nos trabalhos agrícolas ou noutras ocupações e que permitia custear a viagem, o alojamento e a alimentação enquanto procuravam trabalho. Decidiam as partidas em redes informais de apoio, na família e na vizinhança da aldeia, arriscando a emigração ilegal e enfrentando imprevistos na viagem e na chegada a França. Beneficiavam da experiência dos familiares e vizinhos emigrados anteriormente, cujas informações se revelavam úteis na preparação da viagem e da instalação laboral e residencial. A informação que recolhi em Ourém enquadra-se na realidade descrita em vários estudos (Villanova, Leite e Raposo 1995; Villanova 2006; Volovitch-Tavares 1995; Leite 1998; Almeida 2008).

Os rapazes solteiros, dos quais 91,6% começavam a trabalhar antes dos 20 anos (Almeida 2008: 92), saíam do país em grupos de vizinhos. Alguns, para conseguirem atravessar a fronteira de Portugal com Espanha, obtinham um passaporte de turista, ou “passaporte de coelho”. Quando não possuíam passaporte pagavam a

¹⁵⁸ Estas casas são propriedade de emigrantes, ex-emigrantes e re-emigrantes recentes.

¹⁵⁹ Consultar Anexo IV. Casas de emigrantes 1960 – 1990, 1. Imagens de emigração portuguesa em França em 1960 e 1970.

indivíduos que os falsificavam. Outros pagavam elevadas quantias a “passadores” para facilitarem a sua passagem para Espanha. Esta solução comportava mais riscos e nem sempre era bem-sucedida pois, quando intercetados pelas autoridades, eram reconduzidos, sem dinheiro, para o país de origem. O restante percurso, em comboio ou de autocarro, durava dias, quase sempre com destino a bairros da periferia de Paris, como Champigny:

Um tipo da minha terra levou-me até Vilar Formoso. De lá passámos por um carreiro. Ele já tinha combinado com outro homem do outro lado e levou-me até um certo sítio. Fui nas grades do carro. Chegou até à fronteira e parou. Entrou... naquele tempo era difícil. Vim duas vezes para trás. Só consegui entrar à terceira [António, ex-emigrante natural do norte do país, residente em Urqueira].

Fomos até Alpalhão e atravessámos a serra. Apanhámos o camião em Espanha. Só andávamos de noite, uma, duas da manhã. Daqui saímos quatro. Mas para apanhar o camião éramos 18. Não levámos farnel. No último dia foi zero de comida... demorámos onze dias a chegar a França [José, 69 anos, residente em Espite, emigrou clandestinamente com três vizinhos para escapar à guerra colonial].

Quando o caminho estava livre para atravessarmos, a mulher tricotava e dizia-nos: isto é uma autêntica liberdade. Era a informadora. Descemos e atravessámos a ribeira da Várzea e o rio tinha uma parte muito baixa e saltámos de pedra em pedra. Chegámos e já lá estava um táxi. Nunca mais comemos até a França [António, 62 anos, residente em Urqueira].

As redes sociais intra-aldeias e entre povoações próximas tiveram papéis importantes na emigração (nos processos de decisão, viagem e instalação). Os familiares e vizinhos emigrados incentivavam os residentes a partirem também e ajudavam-nos a procurar alojamento e trabalho. Intercediam, inclusivamente junto dos patrões, para que os contratassem, o que fez com que vários parentes ou vizinhos trabalhassem na mesma empresa. Tais auxílios sintetizavam o compromisso de solidariedade familiar e vicinal transportado da aldeia, que se reproduzia sucessivamente, pois quem recebia apoio disponibilizava-o mais tarde a um novo viajante, numa cooperação necessária à integração dos novos imigrantes portugueses. Este código social revelava que o núcleo relativamente fechado de cooperação entre vizinhos rurais era transposto para o bairro de acolhimento francês, mantendo o mesmo padrão de reciprocidade. Em ambos os casos, com os trabalhadores agrícolas na aldeia e com os emigrantes operários no bairro de imigração, a entreajuda ocorria

em contextos de grande privação económica, numa solidariedade entre pares como um mecanismo de subsistência em comunidades fragilizadas.

Os homens do tempo do meu pai emigraram todos. É graças a essa reforma que hoje vivem mais ou menos [Judite, 50 anos, Urqueira];

Fui o primeiro da freguesia a emigrar para França, para Champigny (em 1954). Emigrei sozinho. Já tinha trabalho acertado. Casei, arranjei dinheiro para a viagem e abalei passados uns dois meses [Manuel Fonseca, 84 anos, Urqueira].

Laura, a mulher, comentou:

A mim não me levaram para França, senão eu tinha ido, fui lá umas três vezes mas era só por algumas semanas [Maria Laura Neves, Urqueira].

Os emigrantes não romperam totalmente com as rotinas, a família e o trabalho agrícola da aldeia. Visitavam a família anualmente durante o tempo mais frio em França (fevereiro/abril), com interrupção de trabalho nas obras públicas e construção civil, em coincidência com as sementeiras na aldeia, e reforçavam assim a mão-de-obra familiar. Ao longo do ano enviavam remessas para a família e para os bancos portugueses. Transferiam assim o capital da economia de mercado a que aderiram para a economia de subsistência que deixaram, na perspetiva de regresso à aldeia. Estas práticas consubstanciavam uma certa continuidade da relação interdependente entre casa, família e campo agrícola, própria dos seus antepassados, em que a subsistência do agregado familiar se baseava na exploração familiar da terra e na gestão conjunta dos rendimentos do agregado familiar, com o pai a administrar os ganhos dos filhos solteiros.

Em França, nos anos 1960 e 1970, a construção civil empregava a maioria dos homens ourensenses e de outras regiões do país (Villanova, Leite e Raposo 1995: 24; Villanova 2006: 256), seguida das obras públicas, oficinas automóveis e indústria. Os portugueses eram pouco atingidos pelo desemprego, devido à aptidão para o trabalho manual, à capacidade de adaptação e a condutas de obediência aos patrões. Alfredo Margarido escreveu: “O génio português não reside na *exaltação da saudade*, mas na capacidade de adaptação a condições sociais e tarefas técnicas que não pertenciam ao sistema dos valores rurais portugueses” (Margarido 1999: 15). Aceitavam muitas horas de trabalho a salários baixos em ramos que não exigiam qualificação, disponibilizando uma mão-de-obra que Aníbal de Almeida caracterizou como:

[...] barata, sem grande qualificação profissional, pouco reivindicativa, aberta à mobilidade e aceitando salários baixos, sem recusar uma actividade acrescida e assegurar tarefas em certos sectores de produção que a população francesa não se encontrava em condições de executar por razões demográficas ou psicológicas (Almeida 2008: 26).

Segundo António Marques, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira:

[...] os franceses gostavam de nós porque nunca nos queixávamos e estávamos sempre prontos para fazer o que nos pediam, ao contrário dos outros. [...] Os homens faziam trabalhos de riscos, como perfurar túneis de grande profundidade.

Outro emigrante comentava: “os emigrantes cresceram, porque roubaram horas ao descanso, ganharam horas ao negro” [Manuel Araújo, emigrante, natural de Espite]. É a expressão do espírito de sacrifício dos portugueses, expectante da vida de prosperidade idealizada na aldeia, que passava necessariamente pela poupança, atitude, de resto, transversal aos destinos de emigração (cf. Poinard 1983: 275, 282). Contudo, a fraca qualificação profissional e a falta de domínio da língua francesa condicionavam a progressão profissional e o aumento de salários destes portugueses (Almeida 2008: 45; Cardoso 2008: 74). Aos poucos, assimilavam o vocabulário indispensável para subsistirem nos ambientes em que se moviam e trabalhavam em prol de três objetivos de vida: a ascensão económica, a qualidade de vida dos filhos (com investimento na formação escolar, especialmente em cursos técnicos¹⁶⁰) e uma casa confortável, espaçosa e bonita na aldeia. Para alcançarem os objetivos, mantinham ritmos disciplinados de trabalho e descanso¹⁶¹ e sujeitavam-se a condições laborais e habitacionais precárias, num território espacial e social desconhecido.

Viviam em piores condições de habitabilidade, comparativamente à vida na aldeia. Estas condutas de poupança traduzem sacrifício e a amputação de desejos de consumo, em prol de um projeto de vida a longo prazo. Em finais dos anos 50, nos subúrbios de Paris surgiam as primeiras habitações rudimentares construídas por e para portugueses, com o beneplácito dos proprietários franceses, que não podiam ali construir e não tinham interesse em manter os jardins/pomares (Volovitch-Tavares

¹⁶⁰ Em trabalho de campo foram registados vários casos de portugueses que emigraram, sobretudo em finais de 1960 e 1970, e que ascenderam a lugares de chefia bem remunerados como encarregados de obra. Os filhos fizeram cursos técnicos e ingressaram na empresa onde o pai laborava, mas, ao invés de exercerem trabalhos em contexto de obra, executavam tarefas “de escritório”, nomeadamente como medidores orçamentistas.

¹⁶¹ Nos dias de trabalho levantavam-se por volta das 5h00 da manhã e deitavam-se antes das 22h00.

1995: 33). Nascia assim o *bidonville* de Champigny (periferia sudeste de Paris), o maior bairro de lata francês que, de acordo com fontes escritas (Volovitch-Tavares 1995: 55) e orais, constatamos que foi fundado por homens de Espite e de outras aldeias de Ourém, Leiria e Pombal. A população de Ourém teve um papel particularmente ativo na criação e ocupação dos bairros precários que alojaram os emigrantes na periferia de Paris. Em finais de 1950, inícios de 1960, por exemplo, Faustino e outros homens naturais de Urqueira instalaram-se no *bidonville* de Champigny. Enquanto outros emigrantes se empregaram exclusivamente por conta de outrem, Faustino e alguns emigrantes da freguesia vizinha de Espite (com testemunhos que também registei) conciliaram a profissão com a construção de barracas no *bidonville* para arrendamento. Muitas barracas eram improvisadas com desperdícios recolhidos no lixo. Sérgio, seu neto, também emigrante em Champigny, contava que o seu avô criou

[...] um bom aforro com as construções que fazia depois de chegar do trabalho e aos fins de semana. Tudo servia para construir uma barraca, desde plásticos velhos, chapas, cartão, madeiras e portas que encontrava em casas abandonadas e a cair, restos de materiais que sobravam das obras onde andava [...] ele falava muito nisso [Sérgio, 38 anos, emigrante, natural de Urqueira].

Com este relato, Sérgio valorizava a capacidade empreendedora do avô e a rentabilização dos materiais disponíveis – desde as pedras para a construção aos utensílios domésticos – a que tinha sido habituado na aldeia. A família Nogueira (casal com dois filhos), que fez negócio com a construção de barracas do *bidonville* de Champigny e se instalou numa delas, retratava, por outro lado, como esta era desprovida dos mínimos de conforto e salubridade:

Os colchões dos meus filhos eram de munha¹⁶². Havia dias que nem podia sair de casa com tanta neve. Para ajudar o meu homem, ia buscar água ao fundo do terreno a 4000 metros. Quando chegava a casa já a água ia toda gelada. Tinha um baque [uma grande tina] onde lavava as calças aos homens, não tinham quem lhes lavasse a roupa e punham arames em vez de cinto. Estavam tão sujas que tinha que ferver as calças, mudava várias vezes as águas e só depois é que começava a esfregar [...] [Maria Nogueira, ex-emigrante, natural de Espite].

Os caminhos em terra batida assemelhavam-se àqueles percorridos na aldeia de origem dos habitantes, com a agravante dos esgotos a descoberto e do difícil

¹⁶² Palha de trigo.

escoamento de águas pluviais, tendo em conta a média superior de precipitação em relação a Portugal: “[...] Quando chovia a lama dava pelo joelho. O carro não podia lá ir [...]” [António Marques, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira]. Principalmente na primeira metade de 1960, este e outros bairros clandestinos acolheram inúmeros portugueses, que se organizavam autonomamente em circuitos locais. Este sistema beneficiava os passadores, que mantinham redes estabilizadas de contactos e itinerários da emigração clandestina, os proprietários das barracas, que ali tinham uma fonte de rendimento, e beneficiava também o patronato francês, sobretudo na construção civil, que procurava tirar partido da sua fragilidade laboral e habitacional para a obtenção de contratos vantajosos para as empresas (Sousa 1972). A relação entre a precariedade laboral e habitacional e a poupança foi analisada por vários investigadores portugueses, desde o período em que os bairros de lata ainda funcionavam até ao presente (Sousa 1972; Leite 1998; Margarido 1999; Martins 2003; Cardoso 2008). Para Alfredo Margarido, os portugueses, ao ocuparem os bairros de lata, tinham dois objetivos: acumularem dinheiro e construírem casa no país natal, enquanto afirmação de autonomia e símbolo social de êxito, numa oposição às condições a que se sujeitavam então (1999: 16-17). Carolina Leite defendeu que o confronto destes indivíduos com a precariedade nos bairros onde residiam promovera a casa na hierarquia dos objetivos do emigrante (1998). Fernando Ribeiro Martins também salientou a propensão dos emigrantes para pouparem, sujeitando-se a duras condições laborais e habitações bem mais pobres e desconfortáveis do que as que tinham na aldeia natal (Martins 2003: 404), com a agravante das condições climatéricas rigorosas. Por sua vez, Isabel Cardoso escrevia:

No caso do “português de França”, esta poupança (a pensar na casa que sonha erigir em Portugal) conduzi-lo-á a encontrar múltiplas soluções para resolver o problema do alojamento. E a aceitar condições consideradas desumanas que, contudo, para ele, naquele preciso momento da sua vida, constituem um mal passageiro porque “para o ano, já estou em Portugal!” (Cardoso 2008: 148).

Contrariamente às comunidades argelina, espanhola, ou jugoslava, os portugueses sujeitavam-se a alojamentos degradados, o que desencadeou a expansão de bairros residenciais precários e situações no limite da sobrevivência (César 1996). O *bidonville* de Champigny funcionou como um importante centro de recrutamento de mão-de-obra portuguesa (Cardoso 2008: 160), passando a ser conhecido

ironicamente como o “coração da emigração portuguesa” ou “a capital dos portugueses em França” (Volovich-Tavares 1995).

A gente fala com quase toda a gente do país e toda a gente conhece Espite porque aquela zona de Champigny era toda povoada por Espite. Eram milhares e milhares de pessoas naquelas barracas. Foram os de Espite que hastearam em Maio de 68 a bandeira de Portugal em Champigny. O meu pai também teve barraca em bidonville [Salvador, ex-emigrante, residente em Espite].

As redes sociais no seio da comunidade portuguesa neste e noutros bairros similares eram fundamentais para o sucesso dos imigrantes e permitiam a organização de uma estratégia comunitária entre portugueses e a adoção de condutas baseadas na experiência adquirida na aldeia natal (Margarido 1999: 17, 18). Os portugueses estruturavam-se em volta de laços familiares, associativos e de vizinhança, “ajudando os jovens que entravam no mercado do trabalho a encontrar emprego, atenuando os riscos de inatividade dos não qualificados ou pouco qualificados” (Almeida 2008: 39).

Alguns bairros foram documentados pelo fotógrafo Gérald Bloncourt quando ainda se encontravam habitados. Com imagens entretanto mediatizadas, Bloncourt procurou reclamar a dignidade destes habitantes, expostos aos rótulos de “marginais”, “miseráveis” e “párias” por parte da sociedade francesa. As suas fotografias acentuaram o interesse da imprensa nacional de 1960/1970 em perceber, “por dentro”, as razões pelas quais estes portugueses se sujeitavam a condições tão precárias (Cardoso 2008: 186). Os bairros foram ainda objeto de realizações cinematográficas e de estudos por investigadores franceses, lusodescendentes e portugueses, como Teixeira de Sousa e Alfredo Margarido¹⁶³, dois intelectuais, o primeiro português e o segundo cabo-verdiano, ambos residentes em França, em inícios de 1970. As suas publicações circularam apenas em França, e não em Portugal, pois para o regime político autoritário da época este assunto era tabu (cf. Serre 1966; Pétonnet 1968; Volovitch-Tavares 1995; Cardoso 2008). As abordagens empreendidas partilhavam o interesse pela densidade material e humana que existia nestes bairros de portugueses, expressa no contraste entre o amontoado de barracas insalubres e a sociabilidade entre os habitantes, a que se juntavam os estaleiros espontâneos com desperdícios acumulados para a construção de novas barracas, desorganizando ainda mais a imagem dos bairros, já de si caótica.

¹⁶³ Ambos viriam a desempenhar um papel relevante no registo das condições de sobrevivência nestes bairros e na sua divulgação posterior em Portugal.

Em 1962, a opinião pública francesa começara a criticar as condições precárias em que os emigrantes portugueses viviam neste “enclave português” (Volovitch-Tavares 1995: 17), deficitário em conforto e com graves problemas de higiene devido à ausência de esgotos. Como notou Isabel Cardoso (2008: 186), a imprensa francesa dos anos 1960/1970 deu muita atenção ao assunto, focando as questões económicas, políticas e ideológicas associadas a estas construções precárias e aos seus habitantes de acordo com duas tendências de opinião: os que valorizavam os operários instalados nestes bairros (sindicalistas, militantes revolucionários, sociólogos, etc.) e os que os “receavam” (representantes públicos, trabalhadores sociais, etc.).

O Estado tomou medidas para pôr fim às “barracas” e transferir os ocupantes para outros bairros com melhores condições de salubridade. Na sequência da Lei Debré (1964) que determinou o fim destes aglomerados precários, num processo que se prolongou até meados de 1970¹⁶⁴, a demolição do *bidonville* de Champigny, entre 1966 e 1972 (Volovitch-Tavares 1995), foi das primeiras a acontecer. Foi combatida por muitos habitantes que resistiram ao realojamento em espaços que deixariam de dominar. Não queriam ainda correr o risco de ficar separados dos vizinhos portugueses, sob pena de se perderem as redes de solidariedade. Segundo relatos orais, a última família a abandonar o *bidonville* de Champigny era oriunda de Rio de Couros, Ourém. Não obstante as opções e os itinerários individuais, a maioria dos imigrantes portugueses continuou a instalar residência na zona de Champigny. O documentário *Champigny sur Tage* (1983), de José A. Cardoso Marques, demonstra a permanência dos portugueses e, em especial, dos naturais de Ourém, Leiria e Pombal na região de Champigny, mesmo após a destruição do *bidonville*. Aos poucos, voltavam a apropriar-se dos terrenos, embora em novos termos, passando os momentos livres dos fins de semana cultivando pequenas hortas, apoiadas por anexos que reerguiam para acomodar as alfaias.

A ocupação dos *bidonvilles*, ao mesmo tempo que estava ligada ao “sonho” de construção de casa no país de origem, obedecia a outras motivações, tanto mais que o desejo de “fazer” casa subsistiu para além do fim das barracas e se manifestava inclusivamente entre quem nunca os ocupou. Após a demolição dos bairros, alguns portugueses compraram habitações antigas que reconstruíram adjuvados por familiares e vizinhos (Volovitch-Tavares 1995: 138), embora esta fosse, de acordo

¹⁶⁴ Em 1972 estavam ativos 172 *bidonvilles* (Sousa 1972: 11-63).

com os relatos obtidos em trabalho de campo, uma situação pouco comum em inícios de 1970. Com a demolição dos bairros, a maioria dos emigrantes oriundos de Ourém mudou-se então para caravanas em parques e florestas e pequenos apartamentos na região do Vale do Marne, o que pode ser explicado pela insuficiência das economias acumuladas para construírem, em simultâneo, habitação nos países de origem e de acolhimento. O investimento no país de origem tinha inegável prioridade.

Nos anos 1960 e principalmente na década de 1970, os emigrantes começaram a visitar a aldeia no verão, contrariamente aos antecessores, que o faziam sobretudo no inverno. Durante as férias firmavam namoros com raparigas locais, acabando geralmente por casar. Elas acompanhavam-nos, como apontou Jorge de Arroteia (2001) para o contexto nacional, promovendo o reagrupamento familiar em contexto migratório, com efeitos nas dinâmicas e nas estruturas sociais da aldeia.

Ele já estava emigrado quando começámos a namorar. Construímos casa cá, casámos em 1969, ele ainda foi sozinho para arranjar uma casa melhor e, passados uns meses, fui ter com ele [...] [Celeste, ex-emigrante, residente em Urqueira];

O meu marido emigrou em 1966, começámos a namorar depois, casámos em 1972 e eu fui também [Alice, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira].

Menos frequentemente, as mulheres também emigravam antes do casamento:

Estava há um ano em França quando casámos. Cá, éramos vizinhos. Começámos a namorar cá, ele foi para França, eu fui a seguir, casámos e depois fizemos cá a casa [Carmina Ribeiro, emigrante, natural de Urqueira];

Casei com uma moça daqui. Foi o irmão da minha mulher que ajudou no namoro. Vinha de férias todos os anos [...] depois ela emigrou também e acabámos por casar [José Pardal, ex-emigrante, natural e residente em Espite].

A feminização da emigração assinalava, num certo sentido, o fim dos *bidonville* (Margarido 1999: 17). Em 1966, as autoridades portuguesas expressavam uma posição ambígua em relação a esta mudança. Por um lado, a permanência das famílias nas aldeias e o envio de dinheiro para o seu sustento assegurava a entrada de receitas no país, mas, por outro lado, as convicções morais e religiosas do regime defendiam a união familiar, que acabaria por vingar, mesmo durante o período de emigração clandestina (Cardoso 2008: 84-85). Em inícios da década de 1970, nas reportagens *Emigrante Não É Profissão* e *Chegada de Emigrantes a Vilar Formoso*

(1971), a emigração, além de legal, era já muito familiar. Nas duas reportagens foi dado destaque ao papel do Secretariado Nacional da Emigração na regularização das situações dos emigrantes e no apoio destes durante as viagens. Esse realce traduz o esforço para sanar a imagem bem presente e negativa da emigração clandestina. A emigração feminina reduziu a dimensão reprodutiva da aldeia e a dimensão produtiva dos campos, que ficou confinada aos braços cansados de homens e mulheres mais velhos. Mas também ajudou a mudar o paradigma da organização familiar, na medida em que a família deixava de estar dividida entre dois países (como sucedia com a geração anterior), e a situação profissional e social da mulher.

Só ficámos os velhos, antes ainda tínhamos as raparigas para nos ajudarem nas terras, mas depois ficámos sozinhos. Dos meus oito filhos, emigraram todos. Primeiro foram os dois rapazes mais velhos [nos anos de 1960], a seguir foram as raparigas [quatro, em final dos anos 1960 e início dos anos 1970] e, no fim, abalaram também os dois rapazes mais novos. Entretanto, regressou o Manuel [o marido também emigrante]. Senão, ficava mesmo sozinha. E eu não podia ir, porque tomava conta dos meus pais e tinha o gado [animais de criação], as terras [trabalho agrícola] [Maria Santos, natural e residente em Urqueira].

Em França, as famílias recém-constituídas passavam a funcionar como âncora da organização do quotidiano doméstico e da gestão emocional familiar, enquanto estrutura sólida e estável, garante de companheirismo e manutenção do espaço habitado¹⁶⁵. A mulher tornara-se também migrante, como relatam pesquisas realizadas noutros contextos portugueses de emigração (cf. Silvano e Coelho 1993: 63; Cardoso 2008: 48). Diferentemente das mulheres casadas até 1960, com maridos emigrados quando elas ficavam a gerir os campos e a casa agrícola, sem verem sequer as suas atividades laborais reconhecidas, estas jovens emigrantes conquistavam o direito à profissão, como empregadas domésticas e de limpeza, amas, porteiras, empregadas de cafés e restaurantes, assalariadas fabris. A divulgação dos seus exemplos na aldeia natal contribuía para que os residentes locais deixassem de encarar a atividade profissional como um domínio essencialmente masculino¹⁶⁶. As mulheres emigrantes procuravam, ademais, aprender a circular numa sociedade estranha (na língua, na dimensão alargada das fronteiras, no cosmopolitismo, na diversidade de escolhas, nas rotinas e nos rituais distintos, nomeadamente na

¹⁶⁵ Como o tratamento das roupas, a confeção de refeições e a limpeza da casa.

¹⁶⁶ Com os nascimentos dos filhos, algumas mulheres assumiam a maternidade em exclusivo até eles atingirem a idade escolar, por ser mais vantajoso financeira e emocionalmente do que confiá-los a cuidados alheios e remunerados.

alimentação e vestuário). Tornavam-se apologistas de valores urbanos, que adaptavam aos espaços domésticos com novos códigos de organização (Silvano 1990). Com estas e outras mudanças, a emigração familiar promovia a redefinição de fronteiras femininas na mediação entre o país de acolhimento e a aldeia de origem, redefinição que configurou uma etapa importante na emancipação das mulheres oriundas do meio rural, numa valorização da identidade de género associada aos fluxos migratórios, com efeitos de assimilação pelas mulheres residentes na aldeia natal (cf. Levitt 1998: 934). Os homens começaram a participar mais nas funções domésticas, o que pode ter sido motivado, em parte, pelo movimento migratório dos homens solteiros. Se, na aldeia, as tarefas eram asseguradas pela mãe e pelas irmãs, em França tiveram que as assumir integralmente, passando, consequentemente, a valorizá-las e a respeitar mais o papel feminino nessa esfera de trabalho:

Trabalhávamos meses a fio ao frio e à chuva. Quando chegávamos a casa tirávamos as calças e pendurávamo-las. No outro dia estavam tesas, mas vestíamo-las na mesma. Não tínhamos lá mulheres para nos orientarem como cá, faziam-nos tanta falta [António Marques, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira].

Ainda assim, a casa permanecia como uma figura compósita de dois mundos: o masculino e o feminino, ambos com diferentes formas de apropriação e de construção das suas identidades (Silvano 1997: 7-9). Tal como os pais trabalhadores agrícolas, os maridos continuavam a assumir socialmente o poder e as mulheres a aplicarem estratégias negociais. Mesmo com a utilização familiar intensiva dos espaços domésticos, devido à sua dimensão reduzida, com reflexos na diluição das fronteiras sexuais dos usos (Leite 1998: 288), a diferenciação de género mantinha-se espacializada. A mulher geria os espaços de refeição, descanso e higiene e o homem os espaços de arrumações e arranjos mecânicos e manuais. Com o desaparecimento dos bairros de lata e a instalação em espaços com custos acrescidos, alguns casais instalavam-se em caravanas ou rulotes estacionadas em parques e bosques, próximos dos locais de trabalho do marido (Poinard 1983: 276); outros optaram pela partilha provisória de apartamentos exíguos com mais um casal ou familiares solteiros. O resultado foi a exposição das relações de poder entre marido e mulher a outras famílias, geradora de tensões e condicionadora dos processos negociais entre o casal, com prejuízo para a estabilidade emocional e funcional familiar.

Por comparação às casas deixadas na aldeia, estes espaços domésticos perdiam a lareira que havia sido referência de conforto e sociabilização e as ocupações laborais femininas reduziam o tempo despendido pela mulher na cozinha, quase circunscrita à confeção e consumo de refeições. Deve ser salientada a mudança de um padrão alimentar essencialmente baseado na autoprodução agroalimentar (vegetais colhidos na horta e aves da capoeira) para um padrão mais apoiado em alimentos comprados e prontos a confeccionar (o arroz, as massas e as carnes compradas), viabilizando processos de preparação de refeições mais simples e rápidos e com menor utilização de áreas para o preparo. Não obstante, os espaços domésticos dos portugueses, em França, reverberavam a relação destes emigrantes rurais com a horta, ao mesmo tempo que se relacionavam com os objetos decorativos do enxoval ou oferecidos no casamento, que reproduziam uma proximidade virtual com a aldeia e com os familiares residentes.

Em compensação da perda de espaço na cozinha, com a integração de instalações sanitárias e de cozinhas com lava-loiças¹⁶⁷, as casas dos emigrantes em França possuíam melhores condições de higiene e demarcavam-se da imagem “impura” da casa rural. As profissões femininas nas áreas da limpeza e o contacto com hábitos adotados pelas patroas francesas (Leite 1998: 324) influíram na alteração da relação individual e da imagem social do corpo, produzindo uma transformação social neste grupo. Os emigrantes faziam equivaler os novos hábitos de higiene a sinais de progresso e sofisticação e elevavam-nos a signos de afirmação social que transpunham para as rotinas domésticas, às quais passavam a dedicar mais tempo. A melhoria das condições de habitação (ampliação das áreas e inclusão de sistemas de aquecimento e eletrodomésticos) traduzia-se na qualidade de vida.

1.2. Espaços e práticas sociais de portugueses imigrantes em França

Os portugueses em França moviam-se num lugar de acolhimento desconhecido e construíam um universo próprio nos bairros de residência, com espaços e rituais nos quais se expressavam e restabeleciam energias para enfrentarem o dia-a-dia. A rua, os hortos, as mercearias e os cafés improvisados do *bidonville* de Champigny e de outros bairros congéneres foram os primeiros palcos deste empreendimento. Eram centros de dinâmicas sociais e símbolos de segurança emocional, dos quais os moradores se

¹⁶⁷ Vários apartamentos que ocupavam na qualidade de porteiros não dispunham de instalações sanitárias.

ausentavam apenas para trabalhar. Como verificamos pelas imagens de Bloncourt publicadas em catálogo (Bloncourt *et al.* 2008), pelos relatos dos antigos habitantes e pela bibliografia consultada, as relações de parentesco e de vizinhança eram a base das sociabilidades destes portugueses, que ocorriam no fim do dia de trabalho e aos fins de semana, em barracas fechadas e apertadas, nos dias de chuva e neve ou nas ruas, quando o clima permitia:

O primeiro café [do *bidonville* de Champigny] pode-se dizer que foi o nosso. Fiz outra barraca, a Maria começou a cozer tremoços e a vender aos fins de semana. Também tinha cervejas e ali se instalavam os emigrantes aos fins de semana a comer tremoços e a beber cervejas. Cheguei a ganhar cerca de 400 francos num fim de semana [Manuel Nogueira, ex-emigrante, natural e residente em Espite].

A ausência de domínio da língua e de capital cultural ajustado ao universo estrangeiro e urbano, a precariedade habitacional do *plateau* e o modo de vida imprimiam na comunidade portuguesa proveniente do meio rural condutas de isolamento. Vivendo “à margem” da sociedade, em consonância com a imagem do bairro de lata a que estavam associados, os portugueses mantinham relações estritamente “utilitárias” com os franceses, de acordo com Maria-Engracia Leandro (1995: 155). Estes bairros funcionavam como ilhas independentes, com hábitos e códigos sociais estabelecidos e relações fechadas ao exterior, sendo a comunicação com os franceses circunscrita a contactos laborais, relações comerciais e serviços médicos. Citando Isabel Cardoso, “O *bidonville* permitiu a reconstituição de um quadro familiar e é por isso que constitui uma verdadeira ‘invenção’, que permitiu a milhares de homens e de mulheres compensar a sua deficiente formação cultural e adaptarem-se, sem se integrarem, à sociedade urbana francesa” (2008: 192). Mas se estes portugueses viviam isolados da sociedade francesa pelo lugar de habitação (*plateau*), pelo modo de vida (*bidonville*) e pelas condições a que se sujeitavam, também se contraíam perante a comunidade portuguesa de onde provinham (cf. Volovitch-Tavares 1995: 17, 68). À distância geográfica, juntava-se a vergonha de expor aos que ficaram na aldeia a precariedade em que viviam, capaz de comprometer a imagem de sucesso e afirmação social que pretendiam construir perante os conterrâneos.

Com o fim dos bairros dos *bidonvilles* perdiam-se espaços de sociabilidade entre portugueses que estes sentiam ser necessário recompor. Já vivendo nas

caravanas (em parques) ou nos apartamentos arrendados e institucionalmente integrados em bairros franceses, os emigrantes continuavam a sociabilizar em circuitos restritos, ora no espaço habitado, ora em locais frequentados sobretudo por compatriotas, alimentando laços de confiança e a predisposição para a entreajuda entre famílias.

Nas décadas de 1960 e 1970, a maioria dos portugueses desconhecia Paris, epicentro de um país centralizado, segundo Marc Augé (2005 [1992]: 70). Moviam-se apenas nos espaços satélites da capital francesa, bairros periféricos de residência e de trabalho, sem romperem as fronteiras de segurança e de conforto social, evitando circular em núcleos sociais que consideravam superiores e alimentando posturas de invisibilidade nos espaços públicos franceses. Aos domingos e em datas especiais¹⁶⁸, duas ou mais famílias reuniam-se para almoçar comida portuguesa. Durante a tarde, as mulheres conversavam e assistiam à televisão¹⁶⁹ e os homens jogavam cartas ou frequentavam algum café gerido por portugueses. A sociabilidade, além de apoiar a integração e a sobrevivência nas questões laborais, de habitação ou de acesso a estruturas de apoio social e saúde, complementava o equilíbrio emocional sustentado pela estrutura familiar.

Muitos casais retornaram aos locais antes ocupados pelas barracas no *bidonville* (Volovitch-Tavares 1995: 33) e reapropriaram-se dos terrenos para ali cultivarem pequenas hortas com vegetais da dieta portuguesa¹⁷⁰, repondo parcialmente a gastronomia a que estavam acostumados e favorecendo a economia doméstica. A (re)criação da horta funcionava também como estratégia para os casais preservarem as suas identidades pessoais e culturais, numa espécie de reinvenção do campo onde cresceram. Construía ali anexos onde passavam os tempos livres do fim de semana, num prolongamento do contacto com o campo mantido desde a infância e do convívio com vizinhos portugueses, minimizando o impacto negativo da residência num universo desconhecido.

Aos poucos, os emigrantes em França ganhavam outros espaços e criavam novas dinâmicas nas esferas do consumo, do lazer e da religião. Entre finais de 1960 e

¹⁶⁸ Como aniversários e festividades do calendário litúrgico.

¹⁶⁹ A televisão, além de companhia assídua de fim de semana, era uma ferramenta de informação e de aprendizagem da língua.

¹⁷⁰ Ali cresciam hortaliças, cenouras, leguminosas, batatas, cebolas e alhos, que acompanhavam com bacalhau, azeite e vinho importado de Portugal.

1970, como estes indivíduos não se movimentavam bem no catolicismo francês por causa da língua, vários padres portugueses instalaram-se nos seus bairros de residência para celebrarem missa em português, aos domingos de manhã ou sábados à noite, com invocação dos santos padroeiros aclamados em Portugal. Levavam-lhes também notícias do país e apoiavam-nos nos processos de integração mais complexos.

Por essa altura, surgiram os primeiros mercados com produtos portugueses, como o de Villiers-sur-Marne, um dos mais frequentados pela comunidade portuguesa após a missa matinal de domingo, que se tornou conhecido como “o mercado português” (Volovitch-Tavares 1995). Tinha uma área coberta para venda de alimentos de origem portuguesa¹⁷¹ e uma área descoberta para venda de vestuário, calçado, utensílios domésticos e ícones de Portugal, como a Nossa Senhora de Fátima e emblemas do futebol português. O comércio era controlado por vendedores portugueses, o que resolvia a lacuna da língua no ato da aquisição e ajudava a renovar o sentido de pertença a Portugal, por via gastronómica: “Antigamente não tínhamos tudo. Só no *marché* de Villiers é que tinha isso tudo. Levavam garrafas de aguardente... só havia vinho de Ourém” [Fátima Vieira, emigrante, natural de Espite]. O adro da igreja e o mercado, locais sociais por excelência para os portugueses, tinham momentos estipulados para uma sociabilidade regular, comum e espontânea entre pares (cf. Augé 2005 [1992]), reforçando o sentido de solidariedade e cooperação entre emigrantes. Mas, principalmente, ao desenrolar-se um ambiente preenchido com ícones de portugalidade, os sentidos de identidade portuguesa destes indivíduos reafirmavam-se.

A partir da década de 1970 e sobretudo da de 1980, as comunidades portuguesas fundaram muitas coletividades culturais, desportivas e de recreio, em especial nas áreas do folclore e do futebol. Estas novas formas de associação e fruição do lazer ao fim de semana ajudavam os portugueses a combaterem a dispersão e o isolamento e serviam de pretexto para a reprodução possível da aldeia portuguesa, com reforço da sociabilidade e entreajuda, como lembrou Isabel Cardoso (2008: 69). Ao mesmo tempo, as coletividades funcionaram como instrumentos de continuidade da afirmação identitária por via da transmissão da “cultura portuguesa” aos lusodescendentes, preparando-os para o regresso desejado a Portugal. A conduta “invisível” nos locais de trabalho e espaços públicos e instituídos era compensada

¹⁷¹ Como bacalhau, vinho, queijos, enchidos, hortaliça.

com performances efusivas nas coletividades, na saída da missa e no mercado semanal, numa estratégia de coesão social a partir de um denominador comum: o sentido de pertença a Portugal. Embora a endogamia continuasse a prevalecer, estes encontros promoveram namoros e casamentos entre portugueses, nomeadamente de regiões distintas, como ocorreu entre oureenses, sobretudo homens, e naturais do norte do país, principalmente mulheres (cf. Silvano 1997):

Eu fui para lá [clube de futebol português *Os Lusitanos*] em 1977 e não saí de lá. Fui mulher de jogador e sou mãe de jogador. Era a maior equipa estrangeira em França, joga com verde e vermelho. Hoje o meu marido é conhecido por Eusébio [Fátima Vieira, natural de Espite, emigrante].

Albano Cordeiro (1990, 1999) justificou a “invisibilidade” como estratégia de evitamento das autoridades (francesas e portuguesas) durante a fase da emigração clandestina, mas também como forma de contrariar a excessiva “visibilidade” (com conotações negativas) associada aos imigrantes magrebinos. Por seu lado, Alfredo Margarido (1999) sublinhava-a como forma de subsistência e resistência num meio hostil, o que também convinha à sociedade francesa. Já Manuel Cunha (2009), sobre um tempo mais recente, defendeu que os portugueses instalados nos bairros de Paris adotavam estratégias de invisibilidade confinando a sua ação à esfera doméstica, contrariamente aos habitantes das cidades mais populares de Villiers-sur-Marne e Champigny, que expunham as suas raízes portuguesas. O investigador interpretou estas condutas como estratégias de ajustamento do registo do discurso em função do contexto de interação (Cunha 2009: 179). Os portugueses destes bairros periféricos exibiam performances expressivas e ostensivas da ligação a Portugal, mas confinando-as a circuitos restritos aos compatriotas, sem entrarem nos espaços sociais monopolizados pelos franceses.

Com efeito, estas condutas poupavam o confronto com os “franceses”, ao mesmo tempo que eram vistas como facilitadoras da integração dos emigrantes no país de acolhimento. Como nos vamos apercebendo ao longo do presente capítulo, este evitamento, sem lugar a reivindicações junto da comunidade francesa, era conscientemente assumido por imigrantes que manifestavam uma posição frágil. Justificam os portugueses em França que qualquer postura de medição de forças era potencialmente geradora de conflito e poderia debilitá-los mais. Além do mais, sentiam-se incapazes para reagirem por estarem condicionados por fatores como os

obstáculos da comunicação, pelo fraco domínio da língua francesa e pelo défice de poder de argumentação associado à falta de formação escolar, à origem num meio fechado.

Estes problemas limitavam-nos na capacidade de reclamarem direitos básicos de cidadania, com os quais contactavam pela primeira vez. Se, por um lado, essas atitudes discretas e passivas lhes permitiam criar zonas de conforto e canalizarem as energias para a gestão dos quotidianos de trabalho, família e vizinhança portuguesas, por outro lado, dificultavam-lhes a aprendizagem do francês, numa relação de causa e efeito que acentuava os obstáculos à negociação da progressão profissional com os padrões franceses, à autovalorização enquanto portugueses em relação a outras comunidades imigrantes e à participação efetiva em arenas de decisão.

A viagem à aldeia portuguesa no mês de agosto era o momento mais importante das agendas sociais dos emigrantes. Como apontam os registos paroquiais e os entrevistados, por volta de 1970, o calendário anual de casamentos alterou-se, com a sua redução no inverno e aumento no verão, em parte por influência dos emigrantes que casavam e batizavam os filhos na aldeia durante o mês de agosto para poderem reunir família, vizinhos da aldeia e do bairro de residência (também portugueses e de férias em Portugal). É preciso não esquecer que, deste modo, faziam as festas com menos dinheiro do que o que gastariam em França e demonstravam publicamente o seu poder económico (Pina-Cabral 1989: 77). Num alinhamento com os emigrantes, os residentes nas aldeias também começaram a romper com o calendário matrimonial coincidente com a pausa agrícola no inverno¹⁷², em parte devido à transformação dos trabalhadores rurais em operários fabris e de outros setores, o que libertava o calendário de casamento do calendário agrícola: “Primeiro casava-se quase sempre no inverno. Depois começaram os casamentos no verão e foi até hoje. Eu casei em 1969, fui das últimas pessoas daqui a casar no inverno” [Celeste, ex-emigrante, residente em Urqueira].

A instalação elétrica e a melhoria de condições de acondicionamento dos alimentos no verão também estão relacionadas com esta mudança e refletiam-se no calendário de construção da habitação, como terei oportunidade de desenvolver mais adiante. Em povoações portuguesas como as de Ourém, várias festas dos padroeiros de aldeias e paróquias também foram alteradas para agosto, num ajustamento à

¹⁷² Quase todos tinham familiares emigrantes a convidar para a festa.

emigração. Como afirmou Fernando Oliveira Baptista, os ritos de sociabilidades que antes acompanhavam os trabalhos agrícolas foram transferidos para feiras e romarias, mas

[...] continuam a ser espaços identitários de sociabilidade, e estas últimas mantêm-se como o momento privilegiado de reencontro dos que se reconhecem numa mesma comunidade rural, quer vivam no local, quer venham da cidade ou dos caminhos da emigração (1996: 65-66).

Os emigrantes ganharam protagonismo nestas festas, servindo-se delas para exercerem estratégias de aliança e de afirmação no interior da comunidade pela manipulação das práticas rituais (Silvano 1997: 11). Faziam donativos para obras na igreja e no salão de festas que eram anunciados pelo padre após a eucaristia e antes da procissão (com os andores dos santos e bolos), num ato de exposição pública do seu sucesso que recorda o sistema antes adotado pelos proprietários agrícolas. Outro ritual religioso promotor de sociabilidade para os emigrantes era a celebração do emigrante em Fátima, no dia 13 de agosto, que servia para reafirmarem uma fé a Nossa Senhora alimentada ao longo do ano e para reforçarem laços com emigrantes de outras regiões.

Até meados de 1990, os emigrantes passavam as férias na aldeia de origem, alterando as suas paisagens humanas e as rotinas dos habitantes locais, e faziam algumas viagens à sede do concelho e a praias da região (e.g. Nazaré, Vieira de Leiria e São Pedro de Moel). O sentido de pertença à aldeia era mais forte que o sentido de pertença ao país, revelando uma noção de identidade muito localizada (Villanova 2006). É certo que fazendo férias na aldeia os emigrantes poupavam dinheiro, mas expressões como “esta é a minha terra” revelam lealdade à aldeia e o desejo de regresso.

O consumo nos comércios locais aumentava e alguns comerciantes subiam temporariamente os preços dos produtos. Surgiam filas nos serviços públicos e os depósitos bancários somavam-se, com acréscimo de receitas para o país. Faziam-se almoços e jantares regulares em família alargada e encontros vicinais no café da aldeia, alguns deles fundados por ex-emigrantes¹⁷³. Estes espaços informais de reencontro serviam de palco para a exibição de imagens urbanas, nomeadamente aquelas que os emigrantes proporcionavam aos residentes, através da exibição dos

¹⁷³ São exemplos o Café Vieira, em Espite, e o Café Toino, em Urqueira.

carros, das roupas e maquilhagem ou mesmo das madeixas nos cabelos. Buscavam em troca o reconhecimento social a que aspiravam, numa reciprocidade de interesses e benefícios entre os dois grupos que promovia ainda o estabelecimento de uma nova ordem social local. Habitualmente, também se deslocavam à vila para acederem a serviços públicos e se abastecerem no mercado semanal da quinta-feira, outrora frequentado por trabalhadores do campo para venderem produtos agrícolas. Neste espaço, residentes e emigrantes tinham ritmos distintos: os primeiros chegavam cedo e apressavam-se nas compras; os segundos apareciam a meio da manhã e abasteciam-se ao ritmo do lazer. Apreciavam demoradamente as bancas e interagindo com outras populações no local, com a transferência para ali dos ritos de domingo dos mercados “portugueses” de França, como o *marché* de Villiers.

1.3. Decisão e contextos de construção de casas na aldeia portuguesa

Em “Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa”, Michel Poinard propôs uma leitura atual e clarividente do percurso migratório de várias famílias oriundas sobretudo do norte português, desde a emigração até ao retorno e reintegração no país natal, e contextualizou as reticências relativamente ao regresso, condicionadas por argumentos como a insegurança relativa ao futuro dos filhos (Poinard 1983: 287). À semelhança do que o autor apontou, algumas famílias de Ourém adiaram sucessivamente o regresso definitivo à aldeia, frequentemente por iniciativa da mulher. Os filhos também não queriam deixar o país onde nasceram e os pais encontravam ali melhores condições para a educação e integração profissional dos descendentes, assim como um sistema de saúde que funcionava melhor do que em Portugal. Outro fator que pesava era a possibilidade de acumulação contínua de riqueza, de forma a garantir um regresso com maior disponibilidade de investimento e sucesso.

Muitos emigrantes, porém, regressaram às aldeias. Sem retomar os contextos de emigração tratados nos capítulos anteriores, situo o marco simbólico do início da vaga de regressos no pós-25 de Abril de 1974. Na maioria dos casos, o regresso definitivo à aldeia tinha motivações emocionais associadas à família e a vizinhos chegados na aldeia. O casal percecionava a emigração como uma estadia temporária e tinha no centro dos seus objetivos uma casa (Villanova, Leite e Raposo 1995: 43), porque representava a estabilidade e segurança na velhice quando já não sentisse

autonomia em França (Silvano 1990). O país antes deixado, por necessidade e insegurança, tornava-se o mesmo que agora transmitia segurança e esperança na estabilidade e proteção na fase de maior fragilidade individual, a velhice.

Estes sujeitos aplicavam as poupanças em depósitos bancários, em negócios próprios e na construção de uma casa que fosse capaz de projetar sucesso, por oposição à casa pobre e ao passado precário na aldeia. Pensavam num regresso a curto prazo, para junto das famílias, com as quais mantinham uma certa interdependência. Pretendiam acompanhar de perto os pais na fase final da vida, num compromisso emocional e de reciprocidade de amparo, que reproduzia parcialmente o espírito dos trabalhadores agrícolas, os quais, por princípio, acolhiem em suas casas os pais quando se encontravam viúvos, idosos e debilitados. Esta realidade foi documentada pela reportagem *Emigrante Não é Profissão* (1971), em que a generalidade dos relatos de emigrantes de França e Alemanha expressava o desejo de regresso a Portugal justificado pela união familiar e pelo modo de vida.

Enquanto não tinham casa própria e não regressavam definitivamente à aldeia, estes emigrantes precisavam de um espaço que lhes garantisse privacidade, interferindo o mínimo possível nas rotinas dos familiares residentes, nomeadamente dos pais:

A gente vinha cá sempre duas vezes no ano: de verão e de inverno, pelo Natal. Quando comecei a fazer a casa já pensava em voltar, mas fiz também porque queria estar naquilo que era meu [Salvador, ex-emigrante, residente em Espite].

Finalmente, desejavam contribuir para o progresso da aldeia, requalificá-la e aproximá-la do universo urbano, com vantagens de conforto, lazer e abertura ao exterior, alinhados com as alterações políticas e socioeconómicas otimistas que se viviam no país (cf. Martins 2003). A construção de casa própria por muitos portugueses residentes em França estimulou as empresas locais ligadas à construção civil e o aumento da produção de materiais de construção em geral no país (Leeds 1983: 1034).

Com o regresso, muitos homens instalavam negócios por conta própria (nos ramos da construção civil e da metalomecânica). As mulheres, dedicadas à manutenção da casa e à educação dos filhos, com hábitos assíduos de limpeza, retomavam progressivamente o trabalho agrícola que tinham na juventude, que complementava a economia doméstica. Mas o tempo de emigração afastara o casal das rotinas locais e

dos residentes. Para tentar a reaproximação, homem e mulher punham em prática estratégias de (re)integração informalmente delineadas e socialmente consentidas por via da participação na vida social do café, na direção de comissões festivas e coletividades e na cooperação em tarefas agrárias coletivas (desfolhadas, vindimas, apanha da azeitona). Pesava-lhes contudo o sentimento de perda trazido pela substituição do bairro francês por uma aldeia desprovida de comércio e de referências urbanas, a que se tinham habituado. Em entrevistas, muitos ex-emigrantes comentavam que quando regressaram, em 1970/80, deixaram de ter acesso a produtos introduzidos nos hábitos de consumo (*croissant*, charcutaria, queijos), muito caros ou indisponíveis nos mercados locais. Lamentavam ainda a falta de jardim-de-infância na aldeia e dos almoços regulares de domingo com casais amigos, dos filmes e programas de entretenimento da televisão, dos centros comerciais, do ambiente de urbanidade e modernidade a que se tinham acostumado. Interpretaram estas perdas como um retrocesso da evolução individual e familiar idealizada enquanto emigrantes. Para além disso, estavam conscientes de que o contacto prévio com ícones de urbanidade em relação aos residentes os promovia socialmente:

[...] que agora cá em Portugal já nada me diz nada, que eu já conhecia tudo. Agora, como os meus filhos já saíram de casa, durmo eu no sótão, porque vou à janela e penso que estou na cidade, vejo tudo longe [...] [Irene, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira].

Em relação ao pagamento da construção da casa na aldeia, a maioria dos emigrantes ou ex-emigrantes naturais de Ourém com quem conversei disse não ter recorrido à banca, gastando ali as primeiras poupanças da emigração e, em alguns casos, recorrendo a empréstimos pelos pais e outros parentes, que pagavam a curto prazo:

Quando eu casei, em 1975, deixei de caminho a casa justa. Era 300 contos naquela altura. Eu disse, não, é muito dinheiro. A minha mãezinha que Deus tem dizia: oh filha, ajusta a casa. Se não tiveres dinheiro para a pagar a gente vai pagar. E vá, deixámos a casa ajustada, foi pouco a pouco [...] [Carmina, emigrante, natural de Urqueira].

Optavam ainda pela construção faseada da habitação, também comum no norte do país segundo as autoras de *Casas de Sonhos* (Villanova, Leite e Raposo 1995), numa atuação regulada pelo princípio de segurança e risco controlado, como faziam os trabalhadores agrícolas, que adquiriam propriedades agrícolas à medida que

angariavam condições financeiras para o efeito. Esse padrão de conduta é bem demonstrativo do seu espírito de sacrifício e poupança ancorado a um projeto de vida a médio prazo, sob o lema “trabalhar no presente para descansar no futuro”.

2. Casas de emigrantes entre 1960 e 1974: tempo de preparação

2.1. Fatores de mudança

Em Portugal, no período que precedeu o 25 de Abril de 1974, quando foram construídas as primeiras casas de emigrantes em França (1960-1974), o tema foi pouco estudado. Posteriormente, as pesquisas realizadas até à atualidade têm privilegiado o período após 1974, marcado pelo estereótipo da “casa do emigrante” e considerado mais aliciente por tornar mais visíveis as transformações da paisagem arquitetónica e as representações culturais. Considero assim, que existe uma certa lacuna nos estudos sobre a arquitetura em espaço rural entre 1960 e 1974, período marcado pelo fim das casas da “arquitetura tradicional popular” (Oliveira e Galhano 1994), com o simultâneo início da implantação expressiva das “casas de emigrantes”.

A etapa construtiva entre 1960 e 1974 revela-se fundamental para a leitura da reconfiguração das arquiteturas rurais, designadamente em relação ao fim da casa como unidade de produção agrícola e dos modos de vida enraizados nos campos e à emergência de outras formas de habitar, sintonizadas com a modernidade e os novos valores do conforto. Esta mudança, que se começava a delinear em meados de 1950, anunciando-se mais firmemente na década seguinte, resulta da conjugação de vários fatores. Como já apontei em capítulos anteriores, o abandono da subsistência por via dos campos estava em curso, em prol de alternativas mais compensadoras, como a migração¹⁷⁴ e o operariado fabril, associadas a fenómenos localizados de desruralização e industrialização, com repercussões na alteração dos modos de vida dos portugueses. A função produtiva da habitação rural enfraquecia para se valorizar mais o seu papel no conforto e descanso familiar, com a introdução de materiais de construção industriais e novos espaços funcionais (sanitários, despensa, garagem), bem como de infraestruturas já generalizadas nos meios urbanos (e.g. eletricidade e sistemas de esgotos).

¹⁷⁴ A emigração e a migração interna para centros urbanos industrializados refletiram-se na perda populacional nas freguesias rurais (Silva 2006: 33).

A construção de edifícios, em geral, e de habitações, em particular, burocratizava-se. No Município de Ourém vigoravam requerimentos para construção, modificação ou reparação de prédios urbanos desde 1950 e os processos arquivados integram memórias descritivas que elencavam sumariamente as técnicas e materiais de construção. No entanto, os primeiros projetos de arquitetura, ainda que com plantas simplificadas, só surgiram em 1960, quando os procedimentos de licenciamento se tornaram mais exigentes, com referência regular, pela primeira vez, às dimensões das casas e ao tempo de obra estipulado. De ano para ano, por imposição dos serviços municipais e em conformidade com regulamentos em vigor, como o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)¹⁷⁵, o detalhe de informação nas memórias descritivas e peças desenhadas aumentava. A sua leitura é esclarecedora da participação de novos atores nos processos durante a fase de projeto, como desenhadores e engenheiros técnicos, e dos seus contributos para a mudança do paradigma conceptual das habitações rurais. O papel do construtor nos processos de decisão das antigas casas dos trabalhadores agrícolas ficava condicionado pelas opções tomadas, *a priori*, pelo projetista, que imprimia inovações arquitetónicas e funcionais, conciliando-as com as vontades expressas pelo proprietário.

Surgia assim uma nova etapa no processo construtivo da habitação, marcada por uma maior exigência de conforto, estética e dimensão e pela aquisição comercial dos materiais de construção, antes recolhidos localmente sem encargos senão com a mão-de-obra envolvida. Estas alterações repercutiram-se no aumento substancial dos custos de construção, que de uma média de cinquenta mil escudos, em finais dos anos 50, subiam para 200 e 300 mil escudos, em finais das décadas de 60 e 70. Este aumento foi ainda agravado pelo difícil acesso ao cimento e outros materiais de construção, vendidos a preços inflacionados e em alguns casos em mercados paralelos, como afirmou António Marques em relação à sua casa: “[...] Não havia cimento. Comprávamos a maior parte do cimento na candonga e a preços muito altos”.

Nas décadas de 1960 e 1970, o número de técnicos que assinavam projetos no concelho era reduzido, como se verifica pela consulta de projetos licenciados nesse período pelo Município. Esta nova profissão no concelho estava numa fase ainda

¹⁷⁵ Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951 (alterado pelos Decretos-Lei n.º 38 888 de 29 de agosto de 1952, n.º 44 258 de 31 de março de 1962, n.º 45 027 de 13 de maio de 1963, n.º 650/75 de 18 de novembro, n.º 43/82 de 8 de fevereiro, n.º 463/85 de 4 de novembro, n.º 172-H/86 de 30 de junho, n.º 64/90 de 21 de fevereiro, sujeito a alterações posteriores, que não são aqui referidas por não se enquadrarem no período em análise neste capítulo.

incipiente e os projetistas tendiam a replicar sucessivamente os modelos arquitetônicos nas encomendas que lhes eram feitas. Comparativamente aos “produtores” das antigas casas rurais, estes técnicos tinham maior noção das tendências estéticas e tecnológicas de construção na região e no país e estavam mais recetivos à inovação. Todavia, não detinham a experiência prática dos pedreiros artesanais nem o domínio teórico dos projetistas com formação especializada, o que os limitava nas opções conceituais e fragilizava o seu poder negocial com o proprietário e o construtor. Queriam distanciar-se dos modelos das casas dos trabalhadores rurais pela aposta no aumento de divisões e das áreas, em materiais industriais e na introdução de pormenores arquitetónicos, mas não dispunham de ferramentas para inovarem com segurança, optando frequentemente por soluções intermédias e pouco amadurecidas.

2.2. Caracterização geral das casas de emigrantes¹⁷⁶

Em Ourém, nos anos 1960, eram ainda poucas as casas de emigrantes em França, erguidas na sua maioria pelos casais em vésperas do casamento, como tinham feito os seus antepassados. O noivo emigrante encomendava o projeto a um desenhador local e, durante a sua ausência, os pais ou outros parentes residentes na aldeia faziam a interlocução com o Município. A noiva, embora continuasse a residir na aldeia até ao casamento, tinha um papel pouco ativo nos processos de decisão das opções construtivas. Responsabilizava-se sobretudo pela organização do enxoval, à semelhança das outras raparigas da aldeia.

Formalmente e funcionalmente, as casas dos emigrantes assemelhavam-se às dos residentes, inclusivamente nos custos de construção e em algumas limitações de conforto. Durante o trabalho de campo deparei-me com alguma dificuldade em distinguir os processos de casas de residentes dos de emigrantes, porque era recorrente os emigrantes não se identificarem como tal nos requerimentos de licenciamento, usando para o efeito as moradas dos familiares. Ainda assim, a consulta de projetos assumidos de emigrantes e a observação de casas erguidas por estes, entre 1960 e 1974, confirmam a continuidade das características da casa rural apontadas pelas autoras das *Casas de Sonhos*, até porque os emigrantes à data da construção tinham ainda reduzidas capacidades financeiras (Villanova, Leite e Raposo 1995: 159). Em relação às anteriores casas dos trabalhadores rurais, a

¹⁷⁶ Consultar Anexo IV. Casas de emigrantes 1960 – 1990, Casas de emigrantes em Ourém erguidas entre 1960 e inícios de 1970.

volumetria destas casas era um pouco maior¹⁷⁷. O número de divisões aumentou (os quartos passavam a três ou quatro, para o casal, para os filhos rapazes, para as filhas raparigas e, por vezes, para visitantes). As paredes exteriores passaram a ser pintadas com tinta plástica em jogos de cores (verde seco, verde água, salmão, azul, rosa e castanho), ou revestidas com marmorite (verde ou castanha). Nas molduras dos vãos, os calcários foram substituídos por mármore. Persistiam telheiros voltados para a via principal, lembrando os alpendres das casas rurais anteriores.

Os primeiros sinais de distinção estética e funcional entre as casas dos emigrantes e as casas dos residentes em Ourém surgiram em finais de 1960, e no início dos anos 70, em coincidência com as primeiras casas de casais emigrantes que não tinham construído antes do casamento.

Quadro 9 – Casas de emigrantes erguidas no concelho de Ourém entre 1968 e 1974¹⁷⁸

| Freguesia / ano do projeto | Características gerais / programa arquitetónico |
|----------------------------|--|
| Olival / 1968 | Dois pisos, cobertura de quatro águas, telha lusa, cantarias de pedra e soleiras em cimento, escadaria exterior com varanda alpendrada e balaustrada, pavimentos de tacos e mosaico hidráulico. Rés-do-chão: arrecadação e cozinha. Piso um: três quartos, sala, wc. |
| Espite / 1969 | Dois pisos, cobertura de quatro águas, escada de acesso exterior com grades de ferro. Rés-do-chão: garagem, despensa. Piso um: três quartos, sala, wc, corredor ¹⁷⁹ . |
| Urqueira / 1969 | Dois pisos, cobertura de quatro águas, varanda de acesso exterior com escada de corrimão de ferro. No piso superior, a varanda acompanha dois alçados. Rés-do-chão: garagem, despensa e cozinha. Piso um: três quartos, sala e wc. |
| R. Fárrio / 1970 | Dois pisos, cobertura de quatro águas, varanda exterior. Rés-do-chão: arrecadações, cozinha e sala de jantar. Piso um: três quartos, sala de visitas, wc, varanda. |
| Freixianda / 1971 | Dois pisos, cobertura de quatro águas, varanda exterior com escada e gradeamento de ferro. Rés-do-chão: arrecadação, cozinha agrícola e sala. Piso um: três quartos, sala de refeições, sala de famílias, cozinha, wc. |
| Urqueira / 1973 | Dois pisos, cobertura de duas águas, escada com varanda exterior. Pintura de alçados exteriores em tinta plástica de cores salmão e verde seco; portas e janelas em madeira de mocibo. Rés-do-chão: arrecadação. Piso um: três quartos, cozinha, sala, wc. |

¹⁷⁷ Continuavam a ser comuns os projetos de casas de piso único, mas o número de casas com piso duplo aumentava ano após ano.

¹⁷⁸ Projetos com identificação explícita ou implícita do proprietário em situação de emigração.

¹⁷⁹ Nos projetos de habitação rural consultados no arquivo municipal, esta foi a primeira referência a um corredor.

Foram então erguidas as primeiras casas-bloco de dois pisos com escada exterior de acesso ao segundo piso e varanda com gradeamento de ferro a acompanhar um ou vários alçados. As salas, geralmente duas – a sala destinada a refeições (identificada pela mesa) e a sala de descanso (identificada pelos sofás e a televisão) – ganhavam estatuto com a valorização das dimensões comensal, social e de lazer, patente em termos como “sala de jantar” ou “sala de refeições”, para a sala de refeições, e “sala de estar”, “sala de visitas” ou “sala de famílias”, para a sala de descanso. Por vezes ambos os espaços eram contíguos, o que deturpava a correspondência de terminologias, como o uso de “salão”, ora para salas de refeições, ora para salas de descanso. A integração de mirantes no sótão ou águas furtadas sugeria uma afinidade com as moradias francesas, sem descurar as possíveis influências de habitações da vila local, geralmente de grupos sociais mais privilegiados, onde constavam estes elementos arquitetónicos. Eram aplicadas portadas em madeira exótica (como mocibo) e coberturas com telhas pretas de argibetão, generalizando-se ainda o revestimento das paredes exteriores com tinta plástica¹⁸⁰ e caixilharias com tinta de esmalte. Nas memórias descritivas dos projetos apareciam estrangeirismos, como o termo “marquise”, que não figuravam no léxico português. Com uma história profissional ligada à construção civil, José Pardal, ex-emigrante construtor civil de Espite, ilustrou o sentimento de progresso trazido à aldeia com a sua casa:

Sempre tive ideia de voltar. A construção da casa [iniciada em 1970] ficou em 200 contos. Comecei a casa com o meu cunhado durante as férias de verão. [...] Foi a primeira casa da Cumieira com escadas interiores de betão. A ideia foi minha. As casas antes da minha tinham a casa de banho num anexo exterior. A minha já teve casa de banho incluída [...] Aquela grade por cima da varanda em toda a volta foi autoria minha.

Nessa altura, a influência da industrialização sobre as casas erguidas nas aldeias sobrepunha-se às influências ténues associadas à emigração, embora ambos os fenómenos fossem indissociáveis no processo de mudança das casas rurais. Após um tempo longo de arquitetura sem autor, onde prevalecia o saber difundido oral e geracionalmente com recurso a matérias-primas locais, os produtos industriais viabilizavam a expansão de formas, volumes e cores, que prepararam a disseminação da casa que ficou conhecida como “casa do emigrante”. Nesta, as feições urbanas

¹⁸⁰ Cores mais frequentes nos projetos: rosa velho, rosa bebé, verde seco, verde água, salmão, azul claro, castanho e amarelo torrado.

imiscuíam-se tenuemente nas permanências rurais, num processamento complexo com mudanças sociais imbricadas nas trajetórias individuais. Essa etapa materializou a mudança de um tempo com saberes transmitidos empiricamente, em circuitos locais, para um tempo de convivência entre o global e o local e entre o industrial e o agrícola com a comunidade rural a deixar gradualmente os campos para aderir à (e)migração e ao operariado fabril. Predominava contudo a insegurança perante um futuro de expectativas e incertezas que rompiam com uma vida camponesa bem conhecida e dominada. Durante esse período de transição e nos primeiros anos de estadia em França, o contacto escasso e impessoal com os naturais refletiu-se no carácter superficial de apropriações culturais e, consequentemente, na aplicação ténue de influências formais nas suas casas. Entre a década de 1960 e a primeira metade dos anos 70 decorreu a incubação de expressões arquitetónicas conectadas com a modernização e o exterior e essas transformações estavam contextualizadas na mudança social em curso de que simultaneamente eram o reflexo.

3. Casas de emigrantes entre 1975 e 1990: tempo de projeção

3.1. Caracterização formal e estética: principais tendências¹⁸¹

Durante a pesquisa sobre as casas de emigrantes construídas em Ourém nos arquivos municipais e no terreno, apurei uma grande repetição de imagens arquitetónicas que correspondem essencialmente a quatro modelos formais: a casa retangular de bloco único com mansarda rasgada por dois vãos; a casa retangular de bloco único com mirantes (vulgarmente dois); a casa em L com mansarda e a casa em L com mirante (geralmente um). Com a ressalva de casos de desvio, nestas moradias verifica-se uma repetição das linhas gerais, não obstante variações ao nível dos revestimentos, que lhes conferem alguma heterogeneidade mais estética e de superfície.

De um modo geral, os quatro grandes modelos recorrentes coincidem com os que vários investigadores apontaram para outros territórios portugueses a norte do Tejo (cf. Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996; Gonçalves 1996; Castro 1998) e, especificamente, a norte de Ourém. Essas aproximações confirmam uma certa tendência uniformizadora das linhas gerais das “casas de emigrantes”, desde o norte do

¹⁸¹ Casas de emigrantes em Ourém erguidas entre 1960 e inícios de 1970, 3. Casas de emigrantes em Ourém erguidas entre 1974 e meados de 1990.

país até à região estremenha, porventura explicando a sua própria categorização como expressão particular de arquitetura. Por conseguinte, permito-me atalhar uma descrição exhaustiva destas construções, que remeto para retratos detalhados disponíveis noutros estudos (e.g. Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996). Sublinho apenas os principais elementos formais e funcionais que, em transformação a partir de meados de 1970, melhor ilustram o argumento desta investigação, no que respeita à história da casa do emigrante em Portugal. Para o efeito, baseei-me em informações fornecidas pelos projetos de arquitetura disponíveis nos serviços municipais e em estudos de caso analisados em outros terrenos de emigração, pondo em evidência características identificadoras das “casas dos emigrantes” a norte do Tejo.

Com o 25 de Abril de 1974, subia o nível de confiança no país e a motivação dos emigrantes para construírem casa na aldeia aumentava, investindo ali recursos humanos, físicos, materiais e emocionais. Tal como noutros territórios (e.g. Villanova, Leite e Raposo 1995: 20; Martins 2003: 413), em Ourém, a construção de “casas de emigrantes” multiplicou-se¹⁸², especialmente nas freguesias a norte do concelho, mais abrangidas pela emigração para França. O aumento de construção foi progressivo desde 1970 até inícios de 1990, sendo os anos 1980 os mais intensos. Este facto pode ser explicável pelo aumento do consumo dos emigrantes, mas também dos habitantes locais, como demonstra um estudo realizado em início de 1990 sobre o poder de compra em Portugal, situando Ourém (com 0,2708%) na média dos concelhos com maior poder de compra, maioritariamente concentrados na faixa litoral do país¹⁸³.

Perante o aumento de construções por emigrantes e alguma confusão que suscitaram na paisagem rural, mas também devido à expansão urbanística ímpar de Fátima, o Município de Ourém reforçou a contratação de técnicos para analisar os projetos, integrando assim os primeiros arquitetos e engenheiros civis nos seus quadros técnicos. Situação idêntica ocorreu noutros concelhos portugueses, como

¹⁸² Município de Ourém, arquivo de obras particulares. Foi realizada a análise de projetos de arquitetura entre 1960 e 2013, pelo método de amostragem. A partir da segunda metade dos anos de 1970 registou-se um aumento significativo de projetos de arquitetura de proprietários emigrantes em França. Foram consultados 124 projetos de arquitetura com anotações aos seguintes aspetos: residência/profissão/idade do proprietário; identificação/residência/formação do projetista; duração da obra; orçamento estimado; tipologia e matérias aplicadas na construção; programa funcional e projeto de alterações. Seguidamente, foram selecionados 32 casos paradigmáticos da “casa de emigrante” e submetidos a uma análise mais aprofundada. A seleção dos exemplos incidiu principalmente nas freguesias de Espite e de Urqueira.

¹⁸³ INE (1993).

revelava o estudo de João de Pina-Cabral (1989: 73-74) sobre o campesinato do Alto Minho, onde realçava as opções “incoerentes” da casa do emigrante a partir de 1976, que se tornaram ainda mais acentuadas no início de 1980, com a sua exuberância plástica. Por seu lado, Ana César (1996), em tese de mestrado, comentava que quase todas as casas de emigrantes comungavam de um conjunto de características, nas quais identifico analogias de estilo, volumes e materiais com as casas em Ourém:

Desencontro de formas salientes e reentrantes, multiplicidade de varandas e escadas, uma profusão de cores e de materiais não estruturais no revestimento das paredes, aproveitamento do telhado para inserção de mirantes ou mansardas, inclinação excessiva da cobertura e aplicação de telha de cor preta, decoração aglutinada em partes pontuais da casa (como varanda), dois a três pisos, caixilharias com alumínio adonizado ou de madeira, com portadas exteriores, guardas de varandas e muros com desenhos elaborados e policromados, construções anexas, múltiplas divisões com grandes áreas de construção, supremacia dimensional de cozinhas e salas (César 1996: 14, 15).

Em 1974 e 1975, a diferença de projetos entre casas de emigrantes e residentes era mais acentuada, ainda que as primeiras conservassem algumas reminiscências das antigas casas dos trabalhadores rurais. Como se verificou em outras regiões, nomeadamente na Ria de Aveiro (Vieira e Veríssimo 1989), em Ourém, tal como as casas dos residentes, as dos emigrantes eram implantadas à beira da estrada e alinhadas para a via pública, mas com maior afastamento da via para integrar o jardim. Conforme observei nos projetos de arquitetura e no terreno, predominavam as casas-bloco de dois e três pisos, com “marquise” e varanda numa ou em todas as fachadas, protegida por grades de ferro pintadas de preto (tendência introduzida na transição de 1960 para 1970). A cobertura era de telha de cerâmica ou preta de argibetão e as mansardas multiplicavam-se, tornando-se signos da “casa do emigrante”. Curiosamente, as combinações de cores (verdes, rosas, salmão, amarelos...) muito usadas no revestimento das paredes exteriores na primeira metade da década de 1970, eram substituídas pelo reboco com areia fina, pintado de branco, ou pelo reboco tirolês e os socos forrados com pedra abujardada ou cimento. Predominavam vãos fechados com portadas de madeira exótica, envernizada ou pintada com tinta de óleo e uma última camada em esmalte, sendo esporádico o uso de persianas. A fusão entre traços da antiga casa rural e opções inovadoras constava de algumas memórias descritivas de projetos, como o da casa de Manuel Pereira (freguesia

de Espite), que combinava o reboco tirolês com o “beirado à portuguesa,” rejeitando a rutura radical com o passado e conciliando-o com a abertura à modernidade.

Entre 1976 e os anos 80, estas opções persistiram no concelho, com o aumento de revestimentos em tirolês grosso, telha preta, mansardas e mirantes. Os alçados principais destas casas permaneciam rasgados por grandes vãos, mas as portadas de madeira mucibo/mussibi de acesso à sala ou salão davam lugar a persianas e a madeira das caixilharias ao alumínio. Vulgarizaram-se os mármore nas guarnições das janelas e as paredes exteriores brancas, sem excluir pontuais combinações cromáticas na mesma fachada ou o guarnecimento parcial do alçado principal com azulejos industriais, dando azo a diferentes leituras dos volumes pelos efeitos das cores, dos materiais e dos desenhos impressos. Os projetos apreciados pelos serviços de urbanismo do Município eram cada vez mais detalhados, com a espacialização do mobiliário e referências minuciosas a materiais de construção e acabamentos, num modelo-tipo com a designação de “folha de cores” e mais tarde de “mapa de acabamentos”, que chegavam a incluir códigos de comunicação comercial¹⁸⁴. A título ilustrativo, menciono os materiais constantes em duas fichas-tipo de projetos consultados, salientando variações nos campos de preenchimento e o aumento de informação do projeto mais antigo para o mais recente.

Projeto de casa de emigrante (1981), freguesia de Espite: Alçados: reboco tirolês (cor: branco); caixilharia: pinho (cor: castanho escuro); socos: pedra talhada (cor: azul escuro); gradeamentos: aço macio (cor: preto);

Projeto de casa de emigrante (1986), freguesia de Urqueira: Pavimentos em geral: alcatifa (cor a escolher); cozinha e wc: mosaico (cor: a escolher); revestimento de proteção da cozinha e w.c.: azulejo 11×11 (cor: a escolher); paredes em geral: reboco de cimento e areia (tinta de areia, cor: branco); tectos: *idem*; cobertura: telha de barro (cor: vermelha); cantarias: mármore (cor: escuro); pedras de peito e soleiras: *idem*; caixilharia: alumínio (cor: anodizado); portões da garagem: chapa plastificada (cor: branca); sistema de vedação de luz: estores plásticos (cor: branco); varanda ou gradeamentos: tábuas de pinho e tubo de ferro (cor: verniz baço e esmalte escuro).

Até finais da década de 1980, adensavam-se os pormenores arquitetónicos e os custos de construção aumentavam substancialmente. As mansardas e os mirantes eram elementos assíduos e as coberturas, cada vez mais inclinadas e assimétricas, começavam a incluir mais as telhas cerâmicas e, em alguns casos, eram forradas com

¹⁸⁴ Nos projetos constava frequentemente a identificação comercial dos materiais, como “Robbialac Tartaruga”, por exemplo.

pequenas placas em xisto ou ladrilhos cerâmicos. Isso gerava um aumento considerável do custo de construção. Inversamente à casa do trabalhador agrícola, a chaminé tornara-se um elemento esteticamente pobre, que destoava da exuberância da imagem geral da casa carregada de detalhes. Esta desvalorização declara a perda do protagonismo do fogo enquanto instrumento de bem-estar (pelo papel na cozedura dos alimentos, no calor e na iluminação proporcionados) e espaço simbólico (reunião da família), em prol da valorização do espaço físico e da estética. Em alguns casos, a chaminé era revestida com placas de xisto e as juntas eram pintadas a branco e preto, sem lhe alterar, contudo, a dimensão meramente funcional, com perda de estatuto comparativamente à antiga casa rural. Afinal, a sujidade que produzia começava a ser incômoda face às novas referências de higiene, entretanto apropriadas pela mulher emigrante. Voltado para a via pública, o alçado principal da casa reivindicava a afirmação de riqueza, a ascensão social e a identificação urbana dos proprietários (Villanova, Leite e Raposo 1995). E o jardim, espaço de transição entre a casa e a rua, era preenchido com relvado, espécies ornamentais exóticas (palmeiras) e esculturas de pedra que conferiam um novo significado e uso ao espaço exterior da habitação (César 1996: 72).

As autoras de *Casas de Sonhos* (Villanova, Leite e Raposo 1995) qualificavam quatro perfis de emigrantes na relação com a casa: os tradicionalistas (fiéis ao modelo de construção rural e com forte investimento no arranjo do espaço envolvente); os partidários do compromisso (mais distanciados dos padrões rurais); os “estrangeiros” ou “franceses” (que importaram projetos de arquitetura de França e adotaram novas condutas na aldeia); e os investidores (proprietários em França, com regresso adiado a Portugal). A complexidade das realidades que encontro no terreno não me permite partilhar este ou outro tipo de classificações. Ainda assim, a situação mais comum aproxima-se do perfil de investidores. Estes proprietários emigrantes investiram num regresso bem-sucedido ao país, e isso refletia-se nomeadamente na construção de casas que combinavam importações de estilos com inovações nacionais, negociadas com familiares, projetistas e construtores. As mansardas, as coberturas inclinadas, os vãos amplos, os espaços sofisticados e outros elementos conotados com o estrangeiro e a modernidade eram ligados com traços que remetiam para as habitações vernáculas (pedra nos revestimentos exteriores) e com práticas

usuais na aldeia, como apontam o excerto de uma memória descritiva e justificativa e o teor de uma ficha-tipo de projeto:

Memória descritiva e justificativa de projeto de casa de emigrante (1978), freguesia de Espite: [...] os acabamentos exteriores serão como se pode verificar nas peças desenhadas, rebouco áspero em todo o exterior e pintado a tinta de areia de cor bege, enquanto o soco junto ao solo será em forra de pedra rustica da região. A cobertura dada a sua inclinação permite a construção de uma MASARDA no sótão servindo para iluminação e arejamento do sótão;

Projeto de casa de emigrante (1980), freguesia de Espite: Alçados: tinta plástica (cores: branco creme); caixilharia: madeira (cores: natural); socos: tinta plástica (cores: branco); telhado: telha de cimento (cores: preto); alçado principal: pedra rústica (cor: natural).

A consulta bibliográfica e a observação *in situ* de habitações construídas na periferia de Paris entre 1970 e 1990, muitas erguidas com mão-de-obra portuguesa, ajudaram-me a estabelecer uma leitura comparativa entre as casas de emigrantes estudadas em Ourém e as casas francesas, entre as quais identifico elementos arquitetónicos comuns. Em 1944, num estudo sobre moradias francesas, especialmente em contexto rural, Joseph-Stany Gauthier construiu um mapa classificatório de tipologias associadas a áreas regionais, relacionando-as com os materiais de construção localmente disponíveis (pedra e terra) e com as condições climáticas. Numa apreciação global da casa rural francesa, com a salvaguarda dos seus regionalismos, o autor enunciava a prevalência de telha em ardósia/lajes de pedra, mirantes, coberturas com várias águas, janelas com portadas de madeira e a ligação entre a casa e a envolvente com destaque para as árvores, o jardim e os caminhos (Gauthier 1944: 15).

Em 2011, confirmei a persistência desses traços em Champigny e em bairros franceses vizinhos, nas moradias que tinham mansarda ou mirante, coberturas de telha preta, vermelha ou com ladrilhos de ardósia, paredes forradas com ladrilho cerâmico e, mais raramente, com lajes de pedra. Com base no que observei no terreno e em testemunhos de informantes, divido estas construções em dois grupos temporais: um para as casas erguidas até aos anos 1960 e outro posterior, num paralelo com a divisão que proponho para Ourém (casas erguidas antes de 1960, propriedade de trabalhadores agrícolas e casas erguidas depois de 1960, propriedade de emigrantes), de modo a obter uma comparação entre as habitações de ambas as regiões.

O primeiro grupo de moradias em Champigny corresponde ao período de construção anterior à participação massiva de portugueses na construção civil em França. Os edifícios apresentam dois pisos, volumetria variável, pormenores construtivos, como pequenas torres, cimalkas ornamentadas em ferro ou gesso em alto-relevo e outros traços sugestivos da arquitetura erudita (solares e palácios) na região parisiense.

O segundo grupo de habitações, mais numeroso, corresponde a casas erguidas após 1960, algumas delas pertencentes a imigrantes portugueses e por eles construídas¹⁸⁵. É o que mais me interessa comparar com as casas de emigrantes construídas em Portugal. De acordo com o que visualizei em Champigny e noutros bairros do Vale do Marne, este tipo de construção intensificou-se sobretudo a partir de 1970, ao mesmo tempo que se tornaram mais expressivas as manifestações valorativas das arquiteturas rurais francesas (Chevallier 2000), que, segundo Joseph-Stany Gauthier, já estavam consolidadas em 1944. A maioria deste grupo de habitações integra mansardas ou mirantes que aproveitam os sótãos, coberturas com “telha francesa” preta e vermelha ou ladrilhos de ardósia, paredes revestidas com tinta, ladrilho cerâmico ou lajes de pedra.

As características destacadas em *Casas de Sonhos* (Villanova, Leite e Raposo 1995) coincidem com as apontadas por Joseph-Stany Gauthier (1944) e reconfirmam o argumento da influência de referências arquitetónicas francesas nas casas dos emigrantes portugueses. Ana César também sublinhou a inspiração das casas dos emigrantes em tipos de casa francesa, numa relação com categorias regionais, a exemplo das casas bretã, normanda e alsaciana (César 1996: 61). Nas incursões pelos bairros da periferia de Paris confirmou-se esta tendência. Num dos bairros, Letícia, filha de um casal lusodescendente, apresentava a casa dos pais, erguida nos anos 1990. A sua composição (dois pisos, mansardas, cobertura com telha preta e um pequeno quintal) tinha semelhanças com os traços gerais das casas erguidas nas aldeias portuguesas por emigrantes em França.

3.2. Atores nas casas de emigrantes

O impulso destas moradias na região do Marne em finais de 1960, inícios de 1970, coincidiu com a presença laboral de trabalhadores portugueses na construção civil em

¹⁸⁵ Identificados pelos apelidos (Costa, Antunes, Cardoso, Pereira, Santos...) nas caixas de correio.

França, o que lhes permitiu participar em construções de habitações urbanas inspiradas em modelos ligados aos campos franceses. A experiência que ali adquiriram conferiu-lhes um domínio técnico razoável, a familiarização com este tipo de construção e o desejo de se apropriarem das ditas casas. Encaravam-nas um pouco como suas, porque, enquanto atores operacionais na sua edificação, participaram na transferência de valores estéticos dos campos para as cidades, com as adaptações correspondentes. Uma vez intervenientes nesta deslocação, mesmo fazendo-o num país que não era o seu, sentiam-se confortáveis e legitimados para a transportarem para a aldeia natal.

Os emigrantes – proprietários e construtores – importavam estes modelos para Portugal como emblemas urbanos, o que revela que se, em França, o urbano se apropriou do rural, em Portugal, o rural apropriou-se do urbano (embora de inspiração rural). Autores privilegiados do processo, os emigrantes ignoravam, desta forma, as influências rurais das arquiteturas dos seus bairros urbanos de residência em França, delas se apropriando de modo paradoxal, uma vez que o que lhes interessava era reproduzir na aldeia a imagem da moda e do progresso que reconheciam nesses modelos. Segundo relatos de entrevistados, transpunham influências da arquitetura francesa para as suas casas na aldeia principalmente por uma das seguintes vias: inspiração em revistas francesas (o proprietário apresentava ao projetista a revista com a indicação de um modelo que lhe agradava); por fotografias de exteriores de casas francesas; por visitas a exposições de arquitetura em Paris, “trouxe a fotografia de uma maquete que vi numa exposição em Paris” [Manuel Antunes, emigrante, natural de Espite]; por planos ou esboços concebidos por um desenhador residente em França ou, ainda, por replicação de modelos de casas erguidas por outros emigrantes: “A minha irmã tinha uma casa igual a esta e como gostávamos, falámos com o mesmo pedreiro, a minha irmã também estava emigrada. E eu disse: Façam uma casa igual à da minha irmã” [Carmina, emigrante, natural de Urqueira].

Todavia, as casas que estes emigrantes “fizeram” na aldeia originária não correspondiam exatamente às casas francesas que lhes serviram de inspiração. Diferiam sobretudo na volumetria (superior em Portugal por haver mais terreno disponível) e nos materiais de acabamentos (adquiridos no mercado nacional para poupar custos de transporte e aproveitar novos materiais nacionais que surgiam a partir de 1980). Numa tentativa de aliarem a projeção social da casa por via estética à

contenção de custos de construção, os proprietários substituíam a pedra por cimento e outros materiais menos caros, como encontramos num projeto de 1980, com implantação em Espite, em que o material a usar nos socos era “imitação de pedra em cimento”. Excecionalmente traziam de França materiais não disponíveis em Portugal e que consideravam mais-valias, como o cobre para as canalizações ou o *pladour* para divisórias e coberturas.

Nas opções construtivas, desde a conceção aos acabamentos, participava um grupo alargado de intervenientes onde se incluíam proprietários, familiares, projetistas, construtores e técnicos municipais. Elementos conotados com a arquitetura vernacular portuguesa, como o alpendre, figuravam pontualmente em casas de emigrantes, sem que chegassem a desaparecer do cenário arquitetónico das aldeias, como veremos no capítulo seguinte. Em paralelo, cada vez mais residentes aplicavam nas suas casas elementos conotados com a “casa do emigrante”. Motivados pelo gosto do que viam nas casas vizinhas de emigrantes, imitavam os modelos; os técnicos replicavam as tendências usadas em casas dos emigrantes, tomando-as como indicadores de progresso para a aldeia, em rutura com a imagem conservadora e antiquada que tinham da casa rural e, ao mesmo tempo, rentabilizando o trabalho conceptual; finalmente, a experiência dos construtores em pormenores arquitetónicos era aplicada, indiferenciadamente, em casas de emigrantes e residentes.

Projetistas, engenheiros técnicos e engenheiros civis apoiados por desenhadores, pouco conhecedores das realidades arquitetónicas francesas e nem sempre com domínio técnico da conceção de projeto, tentavam interpretar e ajustar os desejos dos proprietários ao panorama local. Em *Casas de Sonhos* (Villanova, Leite e Raposo 1995: 82), sobressai a preferência pela contratação destes técnicos em relação aos arquitetos (com maior apetência para projetar e negociar com o cliente), justificada pelos custos mais acessíveis do projeto. Na consulta dos projetos de casas de emigrantes com entrada no Município entre 1970 e 1990, constatei que os projetos, ao todo, foram assinados por 16 técnicos, tendo cinco deles assinado a maior parte. Em média, de quatro em quatro anos, os projetistas mais assíduos no mercado de trabalho eram substituídos por outros, o que assinala uma renovação dos técnicos que dominavam o mercado da conceção destas moradias, com repercussões em mudanças parciais de tendências estéticas e de programa. Muitos emigrantes contratavam os seus serviços por sugestão de familiares ou vizinhos para os quais já tinham projetado

e, em alguns casos, a seu pedido, os técnicos do Município recomendavam-lhes colegas para concluírem as especialidades de projetos iniciados por técnicos franceses. Como afirmou um desses técnicos:

Traziam umas folhas, uma planta de um gabinete com o desenho. A plantinha e mais nada, sem projetos, e depois ainda barafustavam, porque dizíamos que não podíamos fazer nada, que tinham que ir tratar do projeto a um gabinete da especialidade.

As alterações de tendências¹⁸⁶ decorrentes da mudança dos atores que dominavam o mercado ajudavam a reconfigurar o panorama da construção local, com impacto na alteração da paisagem rural. Era frequente haver casas idênticas numa mesma aldeia ou em povoações vizinhas, pois os projetistas contratados para diferentes projetos na mesma localidade (Villanova, Leite e Raposo 1995) dominavam a imagem de territórios específicos onde replicavam os modelos. A inclinação destes técnicos para repetirem os modelos traduzia-se numa redução de trabalho, mas também lhes confirmava limitações concetuais. É assim muito claro o papel importante dos projetistas na transposição das tendências arquitetónicas da região francesa de imigração para a terra natal, tendo como resultado produtos desviantes dos modelos vigentes nos territórios de origem e de acolhimento destes portugueses.

O papel do casal proprietário nas opções e no resultado final da habitação variava igualmente em função da formação pessoal, do enquadramento familiar e da história profissional. Um homem profissionalmente experiente na construção em França tinha mais segurança e posições mais assertivas que um trabalhador em outro ramo. Era um duplo ator, porque, em França, o país que não lhe pertencia e onde servia em troca do enriquecimento ambicionado, submetia-se à função subalterna de trabalhador da construção civil e, em Portugal, assumia protagonismo enquanto promotor de uma obra sonhada para si e para o país, através da participação ativa nos destinos da “sua” aldeia. A mulher, mais interventiva nos processos de decisão do que a mulher da antiga casa rural, considerava que a parte construtiva “era coisa de homens”. Participava especialmente nas fases de projeto e acabamentos com um papel muito ativo na escolha dos materiais de revestimento (azulejos, tintas) e mobiliário:

¹⁸⁶ Como a forma do volume, o posicionamento das varandas e da mansarda, o distanciamento dos vãos, o grau de inclinação da cobertura.

[...] fui escolher os azulejos com a minha mulher e a minha sogra [Manuel Araújo, emigrante, natural de Espite];

“Nós gostávamos das casas como tínhamos visto lá por fora, ao estilo, e por dentro também queríamos à nossa maneira. O técnico que fez o projeto não percebia nada e os pedreiros nada percebiam. O meu marido fez uma maquete em cartão, com o feitio do telhado e por dentro o desenho como nós queríamos [...] Quando foi a construção ainda bem que viemos cá. O meu sogro e outro senhor de idade eram os pedreiros. Tinham sido emigrantes. O telhado já estava a ficar torto e o meu marido teve que pôr uns paus com uns cordões para representar como o desenho, porque já estava a ficar com um desnível muito diferente [Irene, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira].

O espaço social de identidade feminina na emigração fora alargado e mereceu por isso o interesse de vários investigadores sociais, nomeadamente mulheres (Silvano 1990; Silvano e Coelho 1993; Villanova, Leite e Raposo 1995; Villanova 2006; Leite 1998). Com base nos seus contributos e na observação de campo, percebe-se um aumento da participação da mulher nas escolhas associadas à construção da casa na aldeia. A intervenção feminina já não se confinava ao recheio, como sucedia com as trabalhadoras agrícolas. Estendia-se às opções arquitetónicas da casa, em consonância com a tese de Jean Baudrillard, para quem “a mulher moderna é convidada a escolher e a concorrer, a ser ‘exigente’” (1995: 99). Estas emigrantes transportavam para o campo português atitudes femininas participativas, já postas em prática nos principais territórios urbanos portugueses, que ajudaram a reestruturar os processos identitários femininos nas aldeias portuguesas.

Durante a curta estadia de férias de verão após a decisão de construção e a escolha do local de implantação da moradia, os emigrantes davam início ao licenciamento. Registam-se nesses períodos aumentos substanciais de entradas de pedidos nos serviços municipais. Confrontados com um panorama arquitetónico novo e pouco familiar, desprovido de suportes de apoio à avaliação dos projetos, os técnicos da autarquia cerceavam propostas na tentativa de produzirem pareceres assertivos. A expansão do fenómeno urbanístico da Cova da Iria (Fátima) também lhes desviava o foco de atenção para os numerosos pedidos de licenciamento das edificações que, em poucas décadas, transformaram uma povoação erma e rural numa cidade.

Nos anos de 1970 e 1980, o único instrumento regulador em vigor era o RGEU, pelo qual os técnicos do Município de Ourém se guiavam para apreciar as propostas a despacho. Desde a sua publicação, o regulamento sofrera sucessivas

alterações, das quais se destacam os Decretos-Lei n.º 650/75 de 18 de novembro, n.º 43/82 de 8 de fevereiro e n.º 463/85 de 4 de novembro, com orientações a produzirem efeito durante o período mais intenso de construção de casas de emigrantes em Ourém. Das alterações introduzidas, sobressai o reforço das exigências em salubridade, acessibilidades, segurança, dimensão dos compartimentos (quartos, salas, cozinhas, instalações sanitárias), dos vãos e dos espaços de circulação exteriores e interiores¹⁸⁷. As suas disposições obrigavam, antes de mais, a um redimensionamento global das áreas da habitação que confirma o Estado como mais um agente de influência nas opções construtivas das casas de emigrantes. Nos requerimentos de pedido de licenciamento, os projetistas assumiam a responsabilidade pela obra, nos termos legais em vigor. Alguns técnicos municipais continuavam a emitir alguns pareceres técnicos desfavoráveis a pedidos de licenciamento por razões de opção arquitetónica (coberturas demasiado inclinadas, volumes complexos, revestimentos exuberantes...) ¹⁸⁸, mas não eram consequentes por falta de enquadramento legal. Em alternativa, negociavam opções relativamente àquilo de que mais discordavam com os projetistas ou diretamente com os donos de obra:

Achávamos alguns projetos descabidos e até começámos por dar informação negativa. Mas não tínhamos nenhuma base legal. Tentámos mentalizá-los. Mas depois percebemos que a influência era muita, não havia nada a fazer para os demover. Negociávamos com o desenhador algumas alterações, como as mansardas e as inclinações e depois resultavam projetos que não se pareciam com nada e lá seguiam assim [Antigo técnico do Município].

Esta realidade colocava esses técnicos simultaneamente numa posição frágil e permeável e de poder, porque a mesma fragilidade dos instrumentos reguladores no controlo da estética arquitetónica lhes favorecia as determinações de carácter individual. Em meados dos anos 80, Ourém e outros municípios portugueses (cf. Gonçalves 1996: 216) reforçavam o controlo das cores usadas nos revestimentos exteriores das fachadas, o que obrigava à sua aprovação mediante apresentação de amostra cromática em projeto de arquitetura.

Os emigrantes que entrevistei consideravam os processos de licenciamento em França mais simples e acessíveis do que em Portugal (nem sempre com um

¹⁸⁷ Com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 650/75 de 18/11/1975, artigo 1.º.

¹⁸⁸ Nos processos de licenciamento consultados identifiquei alguns pareceres que aconselhavam a revisão dos projetos, com observações como: “A proporção entre a altura das fachadas e a altura da cobertura merece revisão. O tipo de cobertura também deve ser revista” [Fernando, técnico municipal, 1981].

conhecimento da realidade). Teciam críticas à burocracia e morosidade com que o município português conduzia os processos, utilizando expressões como: “Só sabem complicar, não resolvem.” Projetavam, deste modo, uma imagem negativa e burocrática dos serviços públicos que espelhava o país “atrasado” onde nasceram, por oposição à imagem progressista, positiva e facilitadora que tinham dos serviços públicos em França, o país “avançado” onde venceram. Nos municípios franceses onde residiam, vigoravam instrumentos de ordenamento do território consolidados, em alguns casos com loteamentos de bairros residenciais e modelos arquitetónicos pré-definidos, sem lugar a criações individuais (Leite 1998: 374). Essa configuração facilitava o trabalho dos técnicos que validavam propostas com base em normas pré-estabelecidas. Inversamente, os emigrantes desconheciam e criticavam de antemão o modo de funcionamento e os procedimentos burocráticos dos serviços públicos e, concretamente, municipais, em Portugal, dando azo a relações confusas ou mesmo conflituosas entre as partes. Em França, num país que não era o seu, adotavam uma atitude ordeira no cumprimento das regras estabelecidas e tomavam-nas como modelos bem concebidos e inquestionáveis. No concelho natal, reivindicavam a autoridade e a legitimidade para decidirem e atuarem na “terra” que lhes pertencia, para cuja modernização tinham a consciência de contribuir, com base em representações que traziam do seu “país modelo”:

[...] Lá, os terrenos estão loteados e as áreas de construção já estão definidas. Não há muito que inventar. [...] Cá, a administração não está tão ligada como em França. Muita burocracia para a aprovação do projeto. Nós é que tínhamos que dar as voltas todas. Em França está tudo ligado, se falta uma coisa, mandam para o outro serviço. Lá, respeitam mais as normas. [...] Isso facilita muito, os modelos são mais rígidos. Temos que nos ajustar aos modelos [Armando Malho, emigrante, natural de Espite].

Se a falta de instrumentos de gestão territorial e urbana podia atrasar a tramitação do licenciamento, ao permitir diferentes interpretações, também flexibilizava as decisões tomadas pelos municípios portugueses, designadamente os mais rurais e mais recetivos a experimentações que se vinham instalando desde o 25 de Abril de 1974. Na maioria dos casos, os decisores políticos das autarquias deferiam os projetos desejados por alguns proponentes, porque lhes reconheciam um papel importante nas receitas para o concelho, na dinamização da economia local e na modernização das freguesias. Curiosamente, as críticas que os emigrantes teciam à burocracia no licenciamento e às fragilidades técnicas e dos mecanismos reguladores

eram contraditórias com a liberdade de experimentação que possuíam e que não alcançavam com a mesma facilidade em França.

A duração prolongada da construção potenciava a reconfiguração de algumas opções de construção ou de acabamentos, por permitir a maturação de soluções decididas em projeto e alterações do mesmo na fase de obra. A maioria das atualizações partia dos proprietários, inspirados em tendências arquitetónicas e materiais inovadores com que contactavam em França, mas também decorria por iniciativa de familiares e construtores que acompanhavam os mercados em Portugal. Assim sendo, a fase de conceção era um processo dinâmico, desde a decisão da construção e idealização da moradia até à conclusão da obra, e o licenciamento era uma etapa intermédia na decisão efetiva do resultado da moradia. As alterações introduzidas em obra quase nunca envolviam os projetistas que, normalmente, concluíam o seu papel no ato da aprovação pelos serviços municipais. Aliás, as alterações raramente eram introduzidas em projeto e formalizadas no Município para conhecimento e aprovação. As obras desconformes ao projeto eram executadas à revelia da instituição e beneficiavam de uma fiscalização municipal reduzida e pouco consequente, na ótica dos construtores civis em funções na época: “Ninguém vinha ver... e o empreiteiro fazia algumas alterações” [José Pardal, construtor civil, ex-emigrante, natural e residente em Espite].

O projeto “casa do emigrante” mantinha-se em aberto até à última etapa da construção e dividia-se em dois tempos, respetivamente associados a dois grupos dominantes de atores: o tempo entre a idealização e a aprovação do projeto ou de decisão formal, em que intervinham proprietários, projetista e técnicos municipais; e o tempo de alterações e sua operacionalização imediata em obra ou de decisão não formal, participado pelos proprietários, construtores e familiares, com frequentes resultados de incoerência entre a conceção e o resultado da obra: “O projeto inicial tinha telha de ardósia, mas nesses anos não foi fácil e acabei por fazer em cimento” [Manuel Araújo, emigrante, natural de Espite].

Em finais de 1980 e especialmente a partir de 1990, as decisões arbitrárias e à margem da aprovação municipal começavam a ficar mais condicionadas devido ao reforço da responsabilidade fiscalizadora dos municípios, com obrigatoriedade de

instaurarem contraordenações¹⁸⁹. Com esta responsabilidade reforçada, as autarquias passavam a afetar os juristas aos processos de licenciamento; estes, sem intervirem diretamente nas opções de construção, acabavam por ter um papel regulador e, portanto, de intervenção indireta no projeto da “casa do emigrante”.

A moradia era iniciada no verão seguinte à aprovação do projeto. De acordo com descrições recolhidas no terreno, os processos construtivos das casas de emigrantes em Ourém assemelhavam-se aos de outros territórios portugueses (e.g. Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996), não justificando por isso uma abordagem extensa, pelo que opto por explorar outros aspetos menos estudados, como o fenómeno da autoconstrução. Até meados da década de 1980, os emigrantes oriundos de meios rurais praticavam esta via em Portugal e em França, reproduzindo circuitos de entreajuda e de solidariedades locais, já enunciadas a propósito das trajetórias da emigração. Esses circuitos, agora aplicados à construção da casa, confirmam uma tendência que transitou da comunidade de trabalhadores agrícolas para a comunidade emigrante (César 1996: 69; Leite 1998: 186, 382; Cardoso 2008: 98). Na maioria dos casos, o trabalho na construção civil legitimava-lhes o comando da obra e a orientação dos pormenores construtivos, o que rentabilizava a construção de casa própria e alimentava o espírito de poupança.

A autoconstrução na aldeia portuguesa era geralmente mencionada no processo de licenciamento da obra¹⁹⁰, com acréscimo de responsabilidade para o técnico que assumia o acompanhamento da construção. O seu início e os principais avanços decorriam nas férias dos proprietários. Concluídas as fundações e o levantamento das paredes do primeiro piso, num verão aplicavam a cobertura ou “placa”; no segundo verão, a cobertura do segundo piso; no verão seguinte rebocavam e “fechavam” a casa. Enquanto isso, ficavam alojados em casa dos pais. Na maioria dos casos a duração da obra prolongava-se por quatro ou mais anos, com prorrogação sucessiva dos prazos das licenças de construção por 60 a 90 dias nos serviços camarários. Os pedidos de renovação eram justificados por dificuldades financeiras ou, simplesmente, por se tratar de uma autoconstrução.

¹⁸⁹ Nos termos do Decreto-Lei n.º 463/85 de 04/11/1985, artigo 1.º.

¹⁹⁰ Habitualmente, nas declarações de responsabilidade técnica da obra constava essa informação, como o demonstra uma declaração referente a um processo iniciado em 1984, com o seguinte teor: “Para efeitos do disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 360/71, de 21 de Agosto, declaro que a obra a que se refere o requerimento n.º (...) é apenas executada pelo próprio e seus familiares em regime de administração direta, pelo que tomo inteira responsabilidade por qualquer acidente que haja na execução da mesma”.

Os familiares mais próximos (pais e irmãos) colaboravam na construção, e por vezes, ficavam incumbidos do acompanhamento da obra durante a ausência dos proprietários. Esta responsabilidade garantia-lhes posições influentes e poder de intervenção em alterações ao projeto ou na escolha de materiais de revestimento. Traduzia-se também num aumento dos atores com interferências nas decisões arquitetónicas e funcionais das moradias. Este sistema de cooperação informal era herdado da comunidade rural, organizada em redes solidárias com práticas de reciprocidade na gestão dos campos. O envolvimento familiar na construção e, mais tarde, na manutenção da casa, era ainda percecionado como um voto de confiança do proprietário que alimentava os laços de proximidade com a família residente, fortalecendo o vínculo afetivo e de compromisso. Durante a ausência do emigrante, os trabalhos mais especializados eram executados por empreiteiros, maioritariamente ex-emigrantes com trabalho de construção de casas no Vale do Marne. Em alguns casos, estes empreiteiros eram pais dos emigrantes proprietários que assim reforçavam o seu poder para introduzirem alterações ao projeto em fase de obra:

[...] A minha moradia, cá, foi começada em 1979 e acabada em 1984. Mandeí elaborar o projeto em França, a um projetista francês. Foi um bocado difícil aprovar na Câmara, mas consegui. O problema era a arquitetura... era complicada e os detalhes demoravam muito tempo. A construção também não foi fácil, tinha vãos muito grandes. Depois, a telha também era de ardósia (são precisas 37 telhas por metro quadrado) e na altura foi um bocado difícil de fazer. Aliás, quando fiz o telhado ainda não estava aprovado. A madeira, mandei-a fazer a um rapaz de cá, que já tinha alguma experiência no assunto. E a cobertura foi um senhor do norte, que era o trabalho dele em França. Durante cinco anos, as minhas férias foi na construção da casa. Estive cá para o início de construção, em julho e agosto montámos a estrutura e placa. Vim em fevereiro, estive cá um mês, foi quando o senhor da madeira fez essa parte. Em julho, estive com o senhor a pôr a telha, custou uns 500 contos na altura. Depois, fechei a casa. Tinha alguns pedreiros que rebocavam nos intervalos, pessoas daqui. Vedei o terreno e a parte da frente ficou para jardim [Salvador, natural de Espite, ex-emigrante];

A casa era para ficar com outra varanda, com outro feitiço de entrada. Quando ele [o marido] chegou cá e nada disso estava feito. O meu sogro disse que para boniteza não valia a pena. Estava bem assim. Tivemos que aceitar. A casa não ficou bem como estava no projeto [Irene, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira].

Em finais de 1980, o número de processos de autoconstrução de casas de emigrantes em Ourém decresceu e a adjudicação a empreiteiros aumentou, em

consequência de vários fatores. A complexidade crescente e os pormenores arquitetónicos destas moradias exigiam mão-de-obra qualificada e permanente; a disponibilidade das famílias para colaborar na obra era cada vez mais reduzida (os pais estavam envelhecidos e os outros familiares mais ocupados profissionalmente, sem flexibilidade de horários); localmente, o número de profissionais na construção civil aumentava, em parte devido ao regresso de emigrantes que se instalaram no ramo; pressionados pelas esposas e pelos filhos, os emigrantes homens dedicavam mais dias de férias ao lazer em família, fora da aldeia; as poupanças acumuladas davam-lhes conforto financeiro para custear a mão-de-obra; finalmente, entendiam que não se envolvendo fisicamente na obra podiam elevar o seu estatuto social perante os residentes locais, numa inversão temporária dos papéis subordinados que desempenhavam em França, no resto do ano. Com a mudança de atores envolvidos na construção, a casa deixava de ser um ato de criação em família para se transformar em produto comercial, valorizando o ato do consumo. Diluía-se ainda a associação entre cultura e território nas práticas e discursos ligados à vida na casa da sociedade camponesa, expressa, nomeadamente, em materiais de construção, hábitos de consumo, quotidianos e rituais no espaço doméstico.

A substituição da autoconstrução pela adjudicação a empreiteiros locais, a complexificação construtiva, o aumento de áreas e de materiais utilizados encareceram as construções. Como se verifica no quadro 10, os valores médios dos custos das moradias dos emigrantes em Ourém quase duplicaram em cinco anos (entre 1975 e 1980) e mais do que quadruplicaram em dez anos (entre 1980 e 1990).

Quadro 10 – Evolução da média dos custos da habitação de emigrantes em Ourém¹⁹¹

| Ano de início da construção | Estimativa de custos em projeto |
|-----------------------------|---------------------------------|
| 1975 | 500.000\$00 |
| 1980 | 900,000\$00 |
| 1981 | 1.300,000\$00 |
| 1984 | 1.800,000\$00 |
| 1985 | 3.100,000\$00 |
| 1988 | 3.981.000\$00 |
| 1990 | 4.500.000\$00 |

¹⁹¹ Fonte: Arquivo Municipal de Ourém (sem referência a desvios).

Os ex-emigrantes gestores de pequenas empresas de construção civil contratados para executarem as moradias de emigrantes, pela sua experiência em modelos franceses (com mansardas e vãos grandes), tinham um papel ativo na escolha dos materiais de construção e dos revestimentos, que ajustavam à disponibilidade e tendências no mercado local. Após um período menos participativo na arquitetura local, devido à tendência para a autoconstrução e à emigração massiva, que absorvera a mão-de-obra afeta à construção civil, os empreiteiros viam o seu papel de decisão aumentado. Ainda assim assumiam um poder menor do que aquele assumido pelos antigos construtores da casa rural, porque a sua liberdade de intervenção não deixava de estar condicionada às orientações do projeto de arquitetura, mesmo sendo estas facilmente contornadas:

Uma coisa era pôr no papel, outra coisa era fazer, nem sempre dava e nós aqui tínhamos que decidir [António Santos, construtor civil, ex-emigrante, residente em Urqueira];

Eles às vezes queriam coisas que já não se usavam cá [Carlos Santos, construtor civil, ex-emigrante, residente em Urqueira].

A par das iniciativas do proprietário e familiares, as alterações em obra podiam ocorrer por iniciativa dos empreiteiros, em situações em que o proprietário não estava no país, sob pena de a obra parar, com aumento de despesa para o dono da obra ou com constrangimentos laborais para o empreiteiro. Os construtores entrevistados justificavam as alterações em obra perante os proprietários com o desajuste entre a idealização em projeto e a sua concretização pelos executantes e com a consciência, cada vez mais presente a partir de 1980, de que as propostas dos proprietários contrariavam as tendências que iam vingando no país. Os construtores importavam tendências arquitetónicas para Portugal, mas também influenciavam os proprietários com opções nem sempre coincidentes com as imagens estereotipadas da casa do emigrante. Esta conduta ambivalente, aparentemente contraditória, pode ser explicada pelo exercício constante de adaptação aos contextos institucionais, sociais e culturais nos terrenos onde atuavam, como estratégia de sobrevivência e de sucesso. Essa prática, de resto, era generalizada aos emigrantes, independentemente das suas situações profissionais. Com os anos, após tentativas de importação de tendências apreendidas em França, que percecionavam como ícones de vanguarda, os construtores civis rendiam-se a novidades que conheciam em projetos de casas que

executavam para locais. Progressivamente, reconfiguravam posições, deixando de alinhar integralmente com os ideais que traziam do país de imigração.

Os acabamentos das casas podiam ser executados pelos empreiteiros ou pelos proprietários durante as suas estadias de verão. Quando parecia que a obra estava concluída, iniciavam mais uma qualquer intervenção e assim sucessivamente. Este espírito de *bricoleurs* que os emigrantes tinham sedimentado em França, associado a atividades masculinas com estatuto intermédio entre o trabalho e o lazer, era agora transferido para o meio rural (Segalen e Le Wita 1993: 59). A montagem de um estendal, a aplicação de cortinados ou a instalação de uma pia faziam parte das suas incumbências domésticas e dotavam-nos de um estatuto multifacetado e “progressista”, por oposição ao antigo proprietário rural. Enquanto isso, adiavam o pedido de licença de utilização nos serviços camarários, como se constata pela quantidade de processos consultados com licenças atribuídas até dez anos após a instrução dos processos de licenciamento. Os adiamentos eram motivados por várias razões, com destaque para três: o comodismo, pois queriam aproveitar o tempo de férias para outras iniciativas mais aliciantes; a resistência ao contacto com os serviços camarários e à abertura do procedimento, que os obrigaria a enfrentar burocracias para as quais não estavam recetivos; e, nos casos em que faziam alterações do projeto em obra sem a aprovação prévia pelo Município, o receio de contraordenações, coimas e outras sanções (reposição da legalidade).

4. Programa arquitetónico, orgânica funcional e uso dos espaços

Dou início a esta secção do capítulo com a exposição sumária de alguns programas arquitetónicos em planta constantes em vários projetos consultados. Segue-se uma abordagem mais desenvolvida a quatro casos ilustrativos do programa arquitetónico padrão (com pormenores de materiais), extraídos de uma memória descritiva e justificativa detalhada e de entrevistas com visita às habitações.

Quadro 11 – Projetos de casas em Ourém de emigrantes em França 1975-1990¹⁹²

| Freguesia / ano do projeto | Programa arquitetónico |
|----------------------------|--|
| Espite / 1975 | Cave: arrumos, cozinha. Rés-do-chão: cozinha, três quartos, despensa, sala, corredor. Sótão: amplo. |
| Olival / 1977 | Cave: fumeiro, garrafeira, corredor, garagem. Andar: <i>hall</i> , sala de visitas, sala de estar, varanda, cozinha, wc, wc e banho. Águas furtadas: arrumos, <i>hall</i> , wc e banho, dois quartos. |
| Espite / 1978 | Cave: garagem e arrumos. Rés-do-chão: cozinha, sala de refeições, salão, instalações sanitárias, quartos (três), corredor, sala de convívio. Sótão: amplo. |
| Espite / 1980 | Cave: garagem e adega, arrumos, cozinha agrícola, garrafeira, despensa. Rés-do-chão: corredor, casa de banho, cozinha, sala de refeições, sala comum, quarto. Sótão: arrumos, dois quartos, casa de banho, escritório. |
| Espite / 1981 | Cave: garagem e arrumos, cozinha, sala de refeições. Rés-do-chão: salão, instalações sanitárias, quartos, corredor. Águas furtadas: dois quartos, instalações sanitárias, sala de convívio. |
| Urqueira / 1986 | Cave: garagem, arrumos. Rés-do-chão: cozinha, sala, salão, balcão, corredor, casa de banho, quarto. Sótão: dois quartos, casa de banho, arrumos. |
| Urqueira / 1986 | Cave: garagem, garrafeira, fumeiro, casa de banho. Rés-do-chão: futuro comércio, duas casas de banho. Andar: cozinha, três quartos, corredor, casa de banho, sala. |
| Cercal / 1989 | Cave: arrumos. Rés-do-chão: varanda, <i>hall</i> , sala, sala de refeições e bar, duas casas de banho, três quartos, despensa. Águas furtadas amplas. |
| Matas / 1990 | Cave: garagem. Rés-do-chão: cozinha (ampla), casa de banho (ampla), arrumos, sala de refeições, despensa, wc, cozinha (reduzida), sala de estar, três quartos. |

A moradia [...] distribui-se por dois pisos e sótão. A cave é destinada a garagem, celeiro e adega/garrafeira, enquanto o r/chão será composto por sala comum, 2 quartos de dormir, cozinha, ficando o sótão destinado a arrumos [...]

Cantarias – Serão em mármore preto da região de Estremôz em todos os vãos. Nas escadas serão aplicados tanto em pisos como em espelhos mármore branco. Reboucos – As paredes serão rebocadas a fim de receberem o acabamento final indicado nas folhas de cores. Revestimentos interiores – As paredes serão rebocadas e acabadas a roscone e pintadas com tinta de areia de cor a escolher. Lambrins – A cozinha, casas de banho, levarão um lambrim de azulejo decorativo até 2,00 m de altura. O restante destas divisões será acabado a estuque branco liso igualmente como os tectos. Carpintarias – Todos os vãos interiores levarão carpintarias de madeira de mutene envernizada, sendo as aduelas providas de rebaixo e as portas engradadas e folheadas com orla à face. Caixilharias – As caixilharias exteriores serão em alumínio anodizado à cor

¹⁹² Fonte: Arquivo Municipal de Ourém, processos de licenciamento de obras particulares. A nomenclatura corresponde às legendas em planta nos projetos de arquitetura respetivos.

natural. Serralharias – As grades serão em ferro metalizado e pintado. Louças sanitárias – serão colocadas louças sanitárias indicadas nas peças desenhadas. O lava louças será em aço inoxidável, sendo a pia de despejo inferior em mármore branco provido de ralo. Revestimento dos pavimentos – Os pavimentos serão em mosaico cerâmico *Klinker* nas varandas, garagem e cozinha, mosaico cerâmico decorado nas casas de banho, e *parquett* de azinho nas restantes divisões [...] [projeto de casa de emigrante, Espite, 1978];

A minha casa tem 210 m². Tem cave, rés-do-chão e primeiro andar. Tenho ainda uma grande garagem. Na cave, tenho uma cozinha, casa de banho; só a sala, que já estava rebocada e pintada, é que não tinha mosaico. Forrei-a depois. O rés-do-chão e o primeiro andar ficaram logo acabados. O rés-do-chão tem sala e salão (com 92 m²), casa de banho, cozinha e um quarto (32 m²). O primeiro andar, no sótão, ocupa o piso completo. Tem alguns quartos um bocadinho cortados, mas pouco, tem muita inclinação. O quarto da minha filha tem duas janelas. É aquele típico francês [Salvador, natural de Espite, ex-emigrante];

O piso de baixo era uma cave. Fizemos lá uma casa de banho, com duche, uma sala grande e cozinha, tudo junto. Pusemos uma mesa comprida, um forno para cozer pão e um lava-louça para quando se juntasse a família, numa festa. No piso acima tenho três quartos, duas casas de banho, sala e cozinha. O sótão tem três peças: dois quartos e uma sala ampla, onde os meus filhos cresceram [Irene, natural e residente em Urqueira, ex-emigrante].

A casa de Carminda (natural de Urqueira, emigrante) também apresentava três pisos. O rés-do-chão foi remodelado na década de 1990, com a introdução de uma sala, cozinha e casa de banho, revestidas com materiais baratos (mosaico castanho no pavimento, lambris de azulejo bege e castanho e paredes beges na cozinha) e equipadas com mobiliário prático, pouco ornamentado e de limpeza fácil (mesa retangular de pinho, móveis de louça do mesmo material com portas de vidro simples e sanitários brancos). O primeiro piso compreendia uma cozinha que nunca foi utilizada (pavimento com mosaico em tons de verde e lambrim de azulejos com motivos florais, móveis envernizados), uma sala (pavimento de tacos de madeira, paredes pintadas em bege e rosa, com motivos florais decalcados com rolos trazidos de França em 1980, mesa retangular e cristaleira de madeira envernizada e torneada com frisos nas bordaduras), uma casa de banho (com sanitários rosa e azulejos no mesmo tom com motivos florais) e três quartos (pavimento de tacos, dois com paredes pintadas de rosa e um com paredes em azul claro). No sótão estavam instalados dois quartos e uma casa de banho.

Menos acessível aos olhares e à apreciação pública, o programa funcional interior das casas de emigrantes era sugestivo da organização doméstica dos emigrantes e ajuda-nos a perceber as representações identitárias destas famílias. Expoentes da exuberância das formas exteriores da “casa do emigrante”, os anos de 1980 trouxeram o aumento do número de divisões interiores (para o dobro) e das áreas respetivas, até dez vezes mais em relação às casas dos seus pais trabalhadores agrícolas¹⁹³. Em geral, as casas de emigrantes em Ourém e de outros terrenos portugueses tinham três pisos (cf. Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996). Na sua orgânica funcional, saliento a repartição do espaço doméstico em setores autónomos com orientações de circulação próprias, uns – os espaços semiprivados – estavam mais vocacionados para a circulação conjunta dos grupos doméstico e social (o *hall*, a cozinha, a sala e as casas de banho de uso comum); outros – espaços privados – eram reservados ao grupo familiar (a despensa, os quartos e as casas de banho privativas). A cave e o rés-do-chão acolhiam tendencialmente as áreas de acesso semiprivado e o último piso inscrevia as áreas mais reservadas.

A habitação estabelecia a comunicação com a rua por passagens exteriores para os vários pisos por passadiços pavimentados, varandas extensas e escadas, com presença assídua nos circuitos internos, como faz menção a memória descritiva e justificativa já aqui mencionada e que retomo:

A comunicação vertical entre os pisos é assegurada por meio de uma escada interior de serviço. O acesso à cave fica garantido exteriormente por uma rampa suave e por uma escada, sendo o acesso ao R/chão feito igualmente por duas escadas sendo uma principal e outra de serviço [projeto de casa de emigrante, Espite, 1978].

Apontando uma certa persistência do padrão da antiga casa rural, o acesso diário ao interior era feito pela entrada secundária da cozinha. A entrada social fazia-se pela sala ou pelo *hall*, antecâmara de fronteira entre a exposição e a privacidade (como acontecia com o alpendre) e que distribuía ainda a circulação para as várias áreas da casa. No piso zero ou cave ficava a ampla garagem, usualmente adaptada para uso quotidiano com a criação de um “salão” ou sala de refeições, uma cozinha e uma casa de banho. O rés-do-chão começava na cozinha, com acesso à despensa, à sala de refeições e à sala de estar, feito ou diretamente ou por um corredor (com cerca

¹⁹³ Constatação apurada pela consulta de plantas desenhadas e pela observação de edifícios construídos.

de um metro de largura) que acompanhava a casa, separando duas alas de divisões. O piso superior, sótão ou águas furtadas era frequentemente intervencionado após a construção inicial para acolher quartos (geralmente dois), casa de banho e outros espaços destinados aos filhos adolescentes. Exposta a orgânica funcional geral, descrevo os principais espaços domésticos e os modos de apropriação respetivos.

Cozinha(s)

Como nas antigas casas dos trabalhadores agrícolas, a cozinha era o principal espaço de permanência familiar e especialmente da mulher. Com duas cozinhas, uma ideal e social e outra funcional e doméstica, o casal alimentava o desejo simultâneo de afirmar uma identidade urbana e de materializar o retorno funcional e emocional da relação com os campos. A cozinha instalada no piso intermédio, formalmente considerado piso principal, era bem equipada e organizada, um lugar no qual a mulher reproduzia os valores de higiene instaurados nas linhas de vanguarda em França (Czechowski 1990: 64). O pavimento era forrado com azulejos, por vezes com brilhos que se riscavam facilmente, e as paredes com azulejos (bege, castanho, esverdeado ou noutros tons) que tinham motivos florais ou ligados à culinária.

No planeamento da cozinha “principal”, a confeção das refeições no fogão a gás dispensava a lareira que a mulher associava à sujidade do núcleo doméstico e ameaçava os preceitos de higiene femininos fundados na emigração. Comparativamente à casa dos seus pais, a vida social familiar à volta da lareira passava para a mesa, deslocada do canto para o centro da cozinha, sob o candeeiro de teto. Havia lugares sentados para seis ou mais pessoas, em função da composição do agregado familiar (média de quatro a cinco pessoas) e permitindo sentar ainda um ou dois parentes mais chegados (pais, irmãos) ou visitas informais. Mas a dona da casa não se sentia confortável com a utilização familiar da nova cozinha como espaço utilitário, porque isso a sujava e desgastava, comprometendo a imagem ideal com que fora concebida (cf. Villanova, Leite e Raposo 1995). Este espaço raramente era utilizado e, em alguns casos, passavam-se anos sem que fosse inaugurado. Em alternativa, o casal instalava uma segunda cozinha, geralmente no piso térreo¹⁹⁴, embora também pudesse ser localizada no piso principal, e equipava-a com materiais mais baratos. Esta cozinha de uso diário tinha ligação direta com a horta e recuperava

¹⁹⁴ Conhecida como cozinha agrícola ou cozinha de fora, por vezes já estava prevista em projeto.

a lareira, num prolongamento da casa rural e num retorno a algumas dinâmicas domésticas que a caracterizavam:

A cozinha que está lá em cima [piso principal] praticamente não foi estreada. O meu marido instalou ali [na cave] um lava-louças e um fogão e quando vínhamos de férias comíamos numa mesa velha. Mais tarde, arranjámos isto, comprámos móveis novos, fizemos uma lareira e agora comemos sempre aqui [Carmina, emigrante, natural de Urqueira].

A culinária adotada pelos emigrantes, com gastos significativos dos orçamentos familiares, tornara-se uma manifestação de conquista e abundância, por oposição ao passado de restrições em que os casais cresceram. Esta mudança de paradigma traduzia-se no aumento do consumo alimentar (prevalência de carnes) e diversidade de ementas que, por sua vez, refletiam a introdução de produtos e métodos de confeção comuns em França (charcutaria ao início das refeições e queijos no final), associados à nacionalidade francesa ou a outras nacionalidades com presença em França (como o *cous cous*, prato originário do Magrebe). Com efeito, a mobilidade económica da emigração para França promoveu novos consumos e novas atitudes que Alfredo Sousa também exemplifica com o iogurte, difundido entre os emigrantes e facilmente integrado na alimentação rural (Sousa 1995: 622).

Sala(s)

Em Ourém, a configuração e o padrão de distribuição das salas assemelhava-se aos das casas de emigrantes de outros territórios portugueses (cf. Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996). Estas divisões eram amplas e comunicavam com o espaço público por largas portadas, valorizadas esteticamente e socialmente, passando a imagem de uma família bem-sucedida. Existiam usualmente duas salas: uma de refeições e uma de estar. Na sala de refeições, a cristaleira ficava encostada à parede maior e sem vãos, sendo exposta ao olhar permanente dos proprietários e visitantes (Segalen e Le Wita 1993: 92), como montra social de serviços de mesa ornamentados e reservados a ocasiões especiais. Ao centro da sala, sob um candeeiro de lustre, a mesa retangular, acompanhada por 12 ou mais cadeiras ornamentadas e por vezes estofadas, acolhia refeições com a família alargada, aquando de festividades religiosas e familiares (como nas casas dos trabalhadores agrícolas) e agora também aos domingos. Ao construir salas espaçosas, os emigrantes queriam transferir para a aldeia os hábitos de sociabilização de domingo nos países de acolhimento:

[Em França] não íamos ao café como cá, era muito caro. As pessoas juntavam-se aos domingos, ora na casa de um, ora de outro. Quando pensámos em voltar não queríamos perder o hábito [de continuar a promover almoços de família alargada e amigos aos domingos] [Alice, natural de Urqueira, ex-emigrante].

O ambiente criado nestas salas reproduzia ideais de luxo com mobiliário sumptuoso, paredes pintadas em tons de pastel ou forradas com papel de parede, pavimento com tacos de madeira envernizado ou com outro revestimento que emitisse brilho. Móveis e peças decorativas eram ainda inspirados em casas francesas de pessoas abastadas para quem os emigrantes trabalhavam. Os emigrantes decoravam os interiores com serviços de refeição e *bibelots* que traziam de França, com a justificação de não existirem ou serem mais caros nos mercados locais, e conciliavam-nos com objetos comprados no concelho. Os vazios da sala eram pois preenchidos com uma profusão de objetos diferentes nas proveniências (Portugal e França), nos modos e épocas de produção (rural e urbano), na composição (simplificada ou exuberante) e nas formas e capacidades de aquisição associadas à casa (pobreza e capital económico). Os móveis, porém, eram comprados em mercados locais, ficando mais baratos do que se fossem importados, devido aos custos de transporte associados.

Os novos usos da sala de jantar coincidiam com as regras de etiqueta estabelecidas em França (Czechowski 1990: 55), com as refeições envoltas num jogo de rituais: de higiene (toalha de mesa, pratos e talheres individuais e guardanapos); de protocolo social (o casal sentava-se nos topos da mesa); e de consumo (sequência de aperitivo, sopa, prato principal, sobremesa e queijo). Sobre este último aspeto deve destacar-se a apropriação dos hábitos franceses do aperitivo no início da refeição e do queijo no final. Na sala de estar, a par da televisão e de sofás, entretanto banalizados nas casas dos residentes, o bar abastecia os homens com *Martini* e *Ricard*¹⁹⁵. O seu consumo alimentava os laços sociais entre familiares e vizinhos, à semelhança do consumo de vinho nas adegas das casas rurais, mas agora num cenário mais urbano, criado por uma peça que conciliava o aparato do luxo com a funcionalidade (Segalen e Wita 1993: 78).

As salas eram montras do desejo de projeção individual e social dos emigrantes diante dos residentes. Funcionavam como signos de poder, em

¹⁹⁵ Bebidas integradas nos hábitos de consumo de aperitivos nos almoços de domingo, em França.

concordância com as ideias sugeridas por Pierre Bourdieu (2007 [1979]) e Jean Baudrillard (1995). Estes “espaços vitrinas” ilustravam ainda e valorizavam os percursos familiares, através de fotografias sobre a cristaleira e de *posters* nas paredes que congelavam rituais importantes (casamento, batizados dos filhos), auxiliares na narrativa da história familiar e na representação de unidade perante os visitantes.

Na visita à casa de um casal de emigrantes, após uma passagem rápida pelos vários espaços, a anfitriã conduziu-me à sala de jantar, onde percorremos um circuito de fotografias de família ordenado diacronicamente, desde a imagem do seu casamento até ao batizado de um dos netos. Em cada imagem, a proprietária demorava-se com descrições sobre os momentos, os locais e as pessoas representados e tecia observações que projetavam a coesão familiar e a evolução profissional, económica e social continuada de cada membro da família, desde o momento da fotografia até ao presente, o que me permitiu acompanhar os seus percursos de vida. Depois, parou junto de uma terrina decorativa em cerâmica, pousada no centro da mesa sobre um *naperon*, e comunicou-me a sua compra para o enxoval, dizendo que “custou muito dinheiro, mas na altura era o que se usava”. O investimento de horas de trabalho para a compra de um objeto para o enxoval, antes de emigrar, tinha sido superior ao necessário para a compra de um jogo de copos em França, mas o impacto emocional e a sensação compensatória eram também muito fortes.

No discurso valorativo do objeto subentendem-se contradições (vitalidade e esperança de vida longa *vs* miséria e ausência de expectativas) também verbalizadas pelas antigas trabalhadoras rurais, quando confrontadas com as emoções associadas ao período de juventude que os objetos do enxoval lhes despertam. Numa outra casa, a mulher mostrou-me um serviço de chá pintado em tons dourados, exposto ordenadamente na cristaleira com portas de vidro, e contou que foi o seu presente de noivado, juntamente com um anel, que ainda tem:

Ele [o atual marido] comprou-o em França. Não havia nada disto por cá. Passados 40 anos ainda o tenho, mas usei-o poucas vezes, tenho medo que se parta, assim sempre posso olhar para ele [Celeste, ex-emigrante, residente em Urqueira].

Tal como as imagens, estas peças também são registos históricos e, por isso, devem ser perpetuadas, daí a sua exibição e simultânea preservação num registo quase museográfico. Palcos de consumo enquanto ato cultural que envolve produção

de significado (Slater 1997), estas salas eram pois contentores da história de vida dos proprietários, armazenando narrativas das suas trajetórias de viagem entre dois mundos. Embora mais centradas no tempo atual como tempo de conquista e superação do passado de miséria, não se desligaram e antes continuaram a comunicar com este através das peças decorativas.

Quartos

Os quartos sombrios e acanhados das antigas casas rurais deram lugar a quartos amplos, confortáveis, arejados, iluminados e com capacidade para alojar toda a família nuclear e alguns hóspedes. No rés-do-chão estavam instalados dois a três quartos, um dos quais para o casal, e no piso superior havia mais dois quartos, onde os filhos jovens obtinham a intimidade desejada. Com estes refúgios de intimidade, independência e liberdade, onde passavam muito tempo sozinhos ou com amigos, a socialização entre jovens, outrora passada na rua, na soleira da sala e no alpendre, transitou para um dos espaços mais interiores e reservados da casa.

Os quartos eram decorados segundo gostos pessoais ajustados às condições de género e idade, ajudando a renovar o conceito de espaço doméstico e a acentuar a dimensão de género nas opções de decoração, um aspeto que era pouco explícito nos quartos dos trabalhadores agrícolas. A mobília era adquirida no mercado local, por encomenda com base em orientações inspiradas no mercado francês ou comprada na loja, desde que cumprisse pressupostos de modernidade e sofisticação. Exuberante e num estilo clássico, o quarto do casal era composto por mobília ostensivamente ornamentada, colchas e cortinados acetinados, tapetes felpudos e naperons bordados. Os quartos das raparigas, em tons de rosa ou salmão, também eram ornamentados, muitas vezes com remissão para o imaginário das princesas. Para os rapazes era escolhido mobiliário mais simples e adereços azulados, que codificavam o género.

Na organização do espaço, o aumento da área permitia que a cama do casal ganhasse centralidade, com a cabeceira junto da parede, geralmente à esquerda da porta de acesso. Era geralmente ladeada com duas pequenas cómodas ou mesinhas de cabeceira, cada uma com um naperon executado pela mulher, candeeiro de mesa e moldura com uma fotografia. Encostado à parede lateral sem vãos, um roupeiro arrumava a roupa em quantidade muito superior à que cabia em cabides e no xote nas casas dos trabalhadores agrícolas, evidenciando o aumento do poder de compra e do

consumo. Ao fundo da cama, junto da parede, existia ainda uma cómoda espaçosa, dividida em gavetas para arrumos de roupas. Sobre o pavimento, em tacos ou forrado com alcatifa, os tapetes felpudos e em tons coincidentes com os da colcha acumulavam as funções de higiene e estética, tão valorizadas pelos emigrantes.

Casas de banho

Considerada uma das principais transformações da casa rural em Ourém na segunda metade do século XX, a criação de casas de banho nas casas rurais, em geral, ocorreu a partir de 1960 e principalmente após 1970, por ocasião da instalação de água canalizada e esgotos nas aldeias. Os habitantes locais, ainda com pouca perceção da organização e funcionalidade destes espaços, com os quais apenas tinham contactado em casas abastadas na aldeia ou em meios urbanos, acolhiam-nos quase como novidade, diferentemente dos emigrantes, mais familiarizados e que os idealizavam esteticamente em detalhe aquando da construção da moradia. A valorização da higiene em França, interiorizada pelo percurso profissional feminino, conferia às casas de banho um lugar muito presente na casa, numa distribuição com características ajustadas a áreas funcionais mais sociais ou reservadas. Os projetos de arquitetura consultados e a observação no terreno revelaram, em média, três casas de banho nas moradias dos emigrantes. Todavia, registam-se apenas casos excecionais de instalação do sanitário numa divisão distinta das restantes louças de higiene (comum em França), o que não confirma a disseminação deste empréstimo cultural.

A casa de banho mais ampla e ricamente decorada estava instalada perto da sala de jantar, espaço social por excelência. Tinha sanitários sofisticados em tom rosado ou pastel, torneiras com formas trabalhadas e acabamentos dourados, painéis de azulejos com tonalidades semelhantes aos sanitários e motivos florais ou marinhos (conchas, peixes...). Os acessórios, de cores e formatos afinados com o conjunto, eram dispostos ao pormenor. A zona da banheira era forrada com azulejos iguais aos da parede, antecedida, em alguns casos, por um degrau revestido com azulejos. O espelho, por vezes iluminado e anexado a um pequeno armário para arrumos de utensílios de higiene e de beleza, era um elemento de destaque. Outrora minúsculo, o espelho instalado no alpendre ou noutra dependência da casa do trabalhador agrícola, como auxiliar de asseio masculino (no aparo da barba), passava a ocupar lugar de

destaque nas novas casas de banho (na parede de apoio ao lavatório¹⁹⁶) como lembrança assídua da importância da imagem física individual:

As casas de banho diferentes das de cá. Era uma nova imagem. [...] Não havia nada em *stock*. Os azulejos tinham umas flores pintadas à mão, azulejos rosa com umas flores muito simples [Salvador, ex-emigrante, natural e residente em Espite].

Numa analogia estilística com a “cozinha montra”, esta casa de banho era um expositor de higiene e luxo, manifesto na sua arrumação, ostensão e intocabilidade, destinando-se a projetar o enriquecimento familiar e as condutas sociais modernas e urbanas. Não transpunha a imagem das casas de banho que os emigrantes usavam em França, mas a das que gostariam de possuir e, por isso, não as usavam com regularidade, para não comprometerem a sua imagem “irrepreensível e brilhante”. Em França, eles tinham contactado com o universo socialmente privilegiado, mas do lado dos que o serviam e não dos que o fruía. Por mais que tentassem apropriar-se desse estatuto no seu universo natural (a aldeia de origem), especialmente as mulheres, não conseguiam libertar-se da necessidade de aprumo visível desta vitrina de higiene, que ao implicar grande dispêndio de tempo na limpeza inibia o seu uso regular. O investimento financeiro elevado nesta divisão também condicionava a sua serventia, evitando-se o seu desgaste e eventuais danos, num reforço das atitudes de poupança dos emigrantes. Próximas da cozinha ou dos quartos, as restantes casas de banho, com uma decoração mais simples, eram munidas de chuveiro que facilitava o uso diário e familiar, como sucedia com as cozinhas funcionais.

Todas as casas de banho, mesmo as de uso diário, eram apetrechadas com utensílios de higiene e de conforto importados pelos proprietários (toalhas, tapetes, saboneteiras, piaçabas ou mesmo detergentes do corpo), representações de inovação perante a baixa diversidade destes bens nos comércios locais. O consumo relacionado com a higiene formava assim parte do quotidiano da casa, na relação com a limpeza e a imagem do corpo, o que afastava definitivamente a imagem de sujidade trazida da casa do trabalhador agrícola. Estes objetos ajudavam a compor a casa de banho como “montra” individual e social de uma trajetória de sucesso conquistada pela emigração. E, apesar de essa exuberância decorativa ter sido adotada também por alguns locais

¹⁹⁶ E também noutras divisões da casa, como a sala (cristaleira) e os quartos (roupieiros e sobre a cómoda).

não migrantes, tal facto não invalida o papel pioneiro dos emigrantes na sua afirmação pela estética.

Cave

Parcialmente soterrada, a cave tornou-se um dos espaços mais dinâmicos dos quotidianos familiares. Na fase de construção, ficava fechada com um grande portão de metal adequado à função de garagem do automóvel e zona de arrumos e, como tal, o pavimento era cimentado e as paredes rebocadas, mas não pintadas. O acesso ao piso superior fazia-se por uma escadaria de cimento, forrada mais tarde com azulejo.

Durante as férias, os proprietários transferiam para ali alguns usos de rotina que se tornavam progressivamente permanentes. Empenhadas com a higiene e a arrumação da casa nos pisos superiores, as mulheres impunham regras de asseio que regulavam os movimentos descontraídos em ambiente de férias e de relação com a rua. Esta inibição incentivava o casal a instalar uma cozinha na cave e a (re)ativar a lareira, uma sala de refeições, uma casa de banho e uma área de arrumos, num estilo menos sofisticado, mas prático. Os acessos exteriores eram melhorados com rampa ou escadas e o portão da garagem substituído por uma porta de alumínio, que passava a servir de acesso principal à habitação. Seguiu-se a construção de uma garagem independente para o automóvel e arrumos de ferramentas, fundamentais à função masculina de *bricoleur* importada do país de acolhimento:

A cave era uma coisa monstruosa. No interior equipavam duas cozinhas, uma no piso intermédio e outra na cave. A cozinha da cave ficava equipada com uma lareira a que chamavam fumeiro. Quando vinham passar o mês de férias de verão faziam lá a vida e em alguns casos até punham lá camas e ali dormiam para não sujarem os pisos de cima. Aquilo era só para se ver. Nós fazíamos muitas vistorias quando eles vinham de férias e era muito comum encontrarmos os sapatos e as pantufas todos arrumados ao cimo das escadas de acesso à cave, que eles trocavam sempre que mudavam de piso. Nunca usavam a cozinha e outras áreas do piso superior. Ficava sempre tudo novinho [Olímpia, técnica do Município].

Com a adaptação da cave para alojar as áreas funcionais de uso familiar comum, o casal retomava aspetos da vida na aldeia, de relação com a rua e com os campos e elevava os pisos superiores a um patamar quase sagrado, circunscrevendo o seu uso ao descanso e performance de estatutos sociais. Concretizado o projeto idealizado de manifestação de sucesso e refinamento social, à medida que o

emigrante ia contactando com a aldeia, após o regresso definitivo, percebia que esses espaços “sofisticados” não se adequavam às rotinas na relação com a rua, com a horta, com a lareira ou mesmo com as refeições para a família alargada, servidas sem cerimónias e com louça barata. A cave, que tantas vezes não tinha sido pensada, mas antes deixada como espaço vago e potencial, abria a possibilidade de readaptação do ideal ao real e passava a ser o centro de operações da vida familiar.

Espaços de apoio

A casa-pátio, associada à produção dos campos com os seus anexos agrícolas e a terra de cultivo, deu vez à casa-jardim, ligada ao consumo apoiado pelos armazéns de arrumos e apoio à bricolagem, mas sem romper totalmente com a terra. Esta alteração configurava o ajustamento à nova realidade agrícola, que deixara de ser um suporte de sobrevivência para se tornar uma prática social e económica complementar e familiar, a que emigrantes regressados aderiam. Contrariamente às tipologias arquitetónicas das estruturas agropecuárias das antigas casas rurais, bem identificativas dos usos a que se destinavam (o palheiro ou a eira com sequeira), as novas estruturas de apoio tinham formatos indiferenciados e nos interiores podiam acolher forragens para os animais, veículos ou alfaías e utensílios mecânicos. Por exemplo, um pavimento cimentado servia como estacionamento automóvel ou como terreiro para a debulha e secagem de cereais. Finalmente, os proprietários preferiam instalar os espaços comerciais, oficinas e outras atividades profissionais em edifícios independentes, preferencialmente fora do perímetro habitado, para garantir a autonomia desejada entre as vidas familiar e profissional, numa demarcação relativamente à casa agrícola onde cresceram.

5. Espaços de consumo, expressões transnacionais e produtos híbridos

5.1. Transnacionalismo e consumo ou modernidade e distinção social

Estudar os atores transnacionais e os campos sociais que eles habitam ajuda a compreender práticas e expressões identitárias das comunidades estudadas, nomeadamente a maneira como os sujeitos distribuem os recursos e a lealdade pelos países de origem e de imigração. A avaliação do impacto transnacional envolve oportunidades institucionais disponíveis como fatores preponderantes nas suas

escolhas e deve ser contextualizada no quadro dos processos contemporâneos de globalização, sendo que as alterações provocadas pela migração e globalização operam mutuamente (Levitt 2001b: 198-202). Peggy Levitt mostrou como as comunidades transnacionais se conectam com lugares, sujeitos e instituições envolvidos na formação dos seus espaços transnacionais (Levitt 2001a). Correlacionando esta reflexão com o contexto sociocultural da “casa do emigrante” sobressai a relação, complexa e simultaneamente indissociável, entre a globalização, a emigração, o transnacionalismo, o consumo e processos de hibridização cultural, como tentarei demonstrar.

Até 1970, a aquisição de terras de cultivo e a instalação da eletricidade e de água canalizada estavam no centro das ambições das comunidades camponesas em Portugal, mas também dos indivíduos que emigraram antes de 1960. O 25 de Abril de 1974 formalizava a ambição política e social de progresso e da modernização do país, em rutura com o passado conotado com a miséria, o conservadorismo e a ausência de liberdade. Este querer generalizado nos meios urbanos e cada vez mais acentuado nos campos manifestava-se nos reposicionamentos das pessoas e comunidades que localmente aspiravam a uma vida melhor¹⁹⁷. A terra perdia valor como fonte de produção agrícola e aumentava o seu potencial como solo urbano, com a instalação de fábricas e moradias amplas, consonantes com o desejo de expansão económica e valorização do conforto nos espaços domésticos. Tais transformações, progressivamente alinhadas com modelos sociais e culturais vigentes em meio urbano, punham de lado tendências artesanais de construção por métodos empíricos estabilizados (pelos proprietários e construtores), para passarem a assentar num saber experimental, inovador e participado por novos atores (como os projetistas). As instituições e os circuitos de exercício público privilegiavam cada vez mais bens e mensagens associados à globalização¹⁹⁸, que não pode ser confundida com homogeneização, porquanto está também associada a uma contínua heterogeneização das expressões culturais (Meyer e Geschire 2003: 1-17) que abre caminho à afirmação das diferenças e ao confronto entre culturas. Emergia um novo cenário sociocultural no país com a redefinição dos sentidos de pertença e identidade, menos apoiados em

¹⁹⁷ Casas mais confortáveis, alimentação reforçada, mais roupa e melhor educação.

¹⁹⁸ A globalização pode ser entendida como um processo que abrange o mundo global e as práticas transnacionais associadas a processos políticos, económicos e culturais que ocorrem entre as fronteiras de determinado Estado (Levitt 2001b: 202).

lealdades locais e nacionais para envolver também comunidades transnacionais e desterritorializadas.

Os portugueses emigrantes com intenções de regresso a Portugal acompanhavam o curso das mudanças no seu país natal, alinhados com a passagem da visão pastoral para uma visão contrapastoral dos campos. Já não tinham o património fundiário no centro das ambições, diferentemente dos seus pais, mas sim a criação de uma empresa familiar, preferencialmente no ramo da construção civil, e a garantia de conforto e prazer na esfera familiar, que passavam pelo consumo como expressão de modernidade e afirmação social. A emigração permitira-lhes aumentar o poder de compra (Cardoso 2008) e criar condições favoráveis a um regresso bem-sucedido à aldeia portuguesa. Entretanto, absorviam hábitos urbanos e de consumo que ganhavam força no Ocidente desde meados do século XX, com especial incremento na década de 1980, associados ao aumento da quantidade e diversidade de produtos disponíveis nos mercados (Segalen e Le Wita 1993: 72). Essa realidade contrastava com aquela em que cresceram, o que, após alguma estranheza e dificuldade de adaptação iniciais, os cativava e envolvia por via da perceção de novas necessidades de consumo e da ampliação de outras.

Ourém ilustra a migração transnacional como produto tardio do capitalismo que entra em pequenos países não industrializados e incapazes de ter autonomia económica e se tornam dependentes de recursos externos (Levitt e Schiller 2004). Tal como os miraflorenses¹⁹⁹ imigrados em Boston estudados por Peggy Levitt (2001b: 200), os ouréenses imigrados na periferia de Paris deslocaram-se do meio rural para o meio urbano e concentraram-se em bairros e espaços de sociabilidades específicos. Ali estabeleciam campos sociais transnacionais a partir de conexões entre Vale do Marne e Ourém, dois espaços com fronteiras localizadas, ao invés de se movimentarem entre múltiplas localidades. Esta realidade expõe a tendência para uma maior atividade transnacional no seio das comunidades mais concentradas e sujeitas a um acolhimento hostil da parte dos cidadãos da cidade anfitriã, refugiando-se nomeadamente em associações cívicas para minimizar os impactos das hostilidades (Portes 2004: 80). No contexto em estudo, os franceses não adotavam condutas hostis para com os imigrantes portugueses. Porém, dirigiam-se-lhes como subalternos, e isso estimulava-os a investirem numa estrutura familiar e económica

¹⁹⁹ Naturais da República Dominicana.

mais fechada e em atividades transnacionais com o país natal, esperando o reconhecimento social não obtido num território onde não tinham autoridade.

Peggy Levitt (2001a: 198) considerou o consumo nas áreas da alimentação e da habitação um foco importante de transnacionalismo dos emigrantes rurais instalados em meios urbanos, o que se aplica a Ourém e outras origens rurais portuguesas (Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996; Leite 1998; Martins 2003; Cardoso 2008). Geralmente, para estes emigrantes, o primeiro investimento transnacional com visibilidade nas suas aldeias de origem era a construção de uma moradia imponente e apetrechada com peças provenientes ou associadas a uma sociedade de vanguarda, à qual os locais não deveriam ter alcance fácil. Pensavam para ali casas amplas, referentes estéticos de conforto e de higiene, com a decoração em plano de relevo, as quais contrapunham às discretas casas rurais e, consequentemente, ao perfil social dos seus proprietários (Segalen e Le Wita 1993: 19, 23).

[...] O tipo de arquitetura que eu fiz também lá havia [em França]. Em ponto um pouco mais pequeno, mas havia. Na altura, a minha casa era muito diferente das outras, nem existia nenhuma igual aqui na zona. Era uma casa com uma forma de telhado diferente [Manuel Antunes, natural de Espite, ex-emigrante].

As mansardas e os telhados inclinados eram narrativas visuais das trajetórias do sucesso económico dos proprietários (Leite 1998: 387) e expressões de desterritorialização e mudança de identidades territoriais para identidades transterritoriais (Canclini 1995: 30). Refletiam ainda a abertura do local ao global e a vulnerabilidade de Portugal a influências de países com economias mais desenvolvidas. Comparativamente às antigas casas rurais, apareciam como signos urbanos de comunicação sobre o espaço, que criavam novas escalas da paisagem pela sua afirmação imediata através da grandeza e exuberância, facilmente avistada, sugerindo sensações próximas daquelas suscitadas pela arquitetura comercial ostensiva de Las Vegas (Venturi, Brown e Izenour 1972: 8, 52; ver também Leal 2011a: 79-80).

A linguagem direta e irreverente das mansardas e coberturas inclinadas das casas dos emigrantes também serviu para comunicar visualmente a presença da emigração nas povoações e a sua influência económica e cultural local. Mais do que

as “casas dos brasileiros” concentradas no norte do país e em Lisboa (com ausência parcial no centro, onde se situa Ourém) e apropriadas por um grupo restrito (Sampaio e Botelho 2000), estas moradias eram reflexos do transnacionalismo nas aldeias portuguesas por via de discursos e práticas de consumo provenientes de outro país (Sousa 1995: 622).

Nestas dinâmicas observam-se duas premissas enunciadas por Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994 [1993]): a de que o transnacionalismo é um processo em que os emigrantes criam esferas sociais geradoras de cruzamentos de fronteiras nacionais através dos seus quotidianos, das relações sociais, económicas e políticas; e a de que o termo transnacional assinala a fluidez com que as ideias, os objetos, o capital e as pessoas se movem entre fronteiras.

A partir de nove estudos empíricos sobre o transnacionalismo em contextos quotidianos, Steven Vertovec defendeu serem os emigrantes e as comunidades dos territórios de origem grupos privilegiados para os estudos sobre o transnacionalismo (Vertovec 2001: 578). O autor salientou que o dinheiro que os emigrantes enviavam para os familiares nas aldeias de origem contribuía para o suporte familiar destes e para as economias locais, através do investimento nos mercados de trabalho. Além disso, podia criar novas hierarquias de estatuto social e gerar padrões de dependência económica. Também em Ourém, a emigração estimulou a economia local e gerou padrões de dependência económica, na medida em que as remessas da emigração potenciaram a construção massiva das “casas de emigrantes”, com aumento de trabalho para as empresas de construção civil e outros profissionais associados ao ramo. Por conseguinte, gerou emprego e riqueza para o concelho. Em tempo oportuno, Michel Poinard relacionou a prosperidade com a emigração, argumentando que as regiões mais prósperas eram aquelas que registavam taxas de emigração mais significativas (Poinard 1983: 287-289).

Os investimentos monetários e outras inovações introduzidas na povoação de origem, nomeadamente ao nível do consumo doméstico, frisam os efeitos positivos do transnacionalismo (Vertovec 2001; Levitt 2001a; Seitinger 2003). As vantagens manifestam-se, por exemplo, no reforço das relações vicinais a pretexto da construção da casa do emigrante e na contratação de empresas de construção civil da aldeia ou freguesia, fomentando laços sociais entre proprietário e estes profissionais. Os investimentos financeiros dos emigrantes nas suas moradias trouxeram proveitos

imediatos a Ourém e a outros territórios rurais portugueses. Alimentaram a procura de mão-de-obra e da criação de empresas locais de construção civil e outros ramos ligados ao consumo da habitação e o aumento de receitas para o município através do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Consequentemente, promoveram um aumento relativo do poder de compra dos residentes. Por sua vez, estes benefícios influíam nas agendas e na gestão das políticas locais, com orientações e decisões que tentavam responder às pretensões dos requerentes.

Para além da construção de casa e dos depósitos bancários nos balcões portugueses, os emigrantes reivindicavam protagonismo com os donativos que faziam para festas do patrono da aldeia ou freguesia e outras formas de apoios a projetos públicos, procurando, num certo sentido, ocupar um lugar socialmente privilegiado nestes espaços, outrora dominado pelos proprietários agrícolas. Observam-se similitudes nas condutas interpretadas por Peggy Levitt como estratégias dos emigrantes para garantirem a continuidade de pertença à comunidade de origem e exibirem as melhorias na sua situação económica (Levitt 1998, 2001a). Susan Seitinger (2003) corroborou a influência do envio de remessas para o país natal nas escolhas das habitações e no envolvimento dos familiares nos processos. A situação aplica-se à emigração portuguesa para França nos anos de 1960 e 1970, a qual promoveu o aumento do ordenado disponível na comunidade migrante e da sua capacidade económica de consumo doméstico, com influências na alteração dos padrões de consumo das famílias. Para além de potenciar trocas económicas, confirma-se que a migração transnacional interfere em muitos aspetos da vida, incluindo na esfera doméstica (Levitt 2001a; Vertovec 2001), designadamente através de remessas sociais que introduzem novos padrões de comportamento nas comunidades de origem dos migrantes (Levitt 1998: 932, 933). Orientações arquitetónicas, funcionais, de higiene, consumo e outras condutas domésticas foram parcialmente transferidas de Champigny para Ourém e incorporadas nas casas construídas em Portugal.

O consumo tem sido objeto de importantes estudos (Castells 1974; Bourdieu 2007 [1979]; Miller 1987, 1998a, 1998b; Baudrillard 1995; Canclini 1995; Appadurai 2008 [1986]; Segalen e Le Wita 1993), alguns deles dedicados ao espaço social e material doméstico (Rosales 2007). Considerando-os essenciais para a presente reflexão, porque me permitem acompanhar melhor o fenómeno cultural em estudo,

partilho a noção de consumo de García Canclini (1995: 43), que o perspectivou como um conjunto de processos socioculturais, por intermédio dos quais se concretizam a apropriação e o uso dos produtos. Associo-me ainda à ideia de consumo como um lugar de conflitos entre classes, motivados pela participação desigual na estrutura produtiva por via da distribuição e apropriação dos bens (Castells 1974: 44).

Na reconhecida obra *La Distinction: Critique sociale du jugement*, Pierre Bourdieu (2007 [1979]) baseou-se numa pesquisa empírica para refletir sobre as práticas culturais de consumo, defendendo a sua relação com uma estrutura social relacional, que vai para além da sua dimensão económica estrita. Próximo desta tese, Jean Baudrillard enquadrou o ato de consumir como uma instituição de classe que se expressa na desigualdade, designadamente dos objetos, no sentido económico, pois nem todos possuem os mesmos, pelo que se baseia num código de signos (de objetos/signos) e diferenças (Baudrillard 1995: 22, 58, 65, 79) e argumentava:

Nunca se consome o objecto em si (no valor de uso) – os objetos (em sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo superior (Baudrillard 1995: 60).

Percebe-se que o consumo não é um fenómeno “privado, atomizado e passivo”, mas “eminentemente social, correlativo e ativo” (Appadurai 2003: 49) que acrescenta ao seu papel utilitário uma vida social e trajetórias próprias nas dinâmicas e nos relacionamentos interpessoais, que são corresponsáveis pela produção do contexto em que se inscrevem (Miller 1998a, 1998b).

De regresso a Bourdieu, sublinha-se o modo como o autor, através da análise de práticas de consumo em áreas como a educação, a arte, a alimentação, o vestuário, entre outras, procurou demonstrar que o gosto classifica e distingue, aproximando ou afastando os indivíduos e os grupos em função do consumo dos bens culturais. Uma classe detentora de um elevado capital cultural opõe-se a todas as classes sociais desprovidas desse capital, porque os gostos são constituídos por capitais metaforicamente dissonantes, promovendo a distinção social. Ou melhor, nas preferências pelos bens consumidos intervêm fatores como o contexto familiar, a formação escolar e a aprendizagem ao longo da vida, preponderantes na distinção entre o gosto “legítimo” associado a grupos sociais dominantes e o gosto popular, revelando que o gosto manifestado pelas práticas de consumo é produto de

condicionamentos associados a uma classe ou fração de classe. Tal manifesta-se na decoração de uma casa, onde, por exemplo, a diferença entre o autêntico e a cópia é um critério de distinção social importante. Contudo, o autor afastava qualquer visão determinista desta conceção, pois a distribuição das práticas entre diferentes classes podia suceder num infinito de possibilidades.

Auxiliada por este argumento sobre a conexão entre o consumo e a sua dimensão social, transporto-o para a “casa do emigrante” em si e para as práticas quotidianas de consumo doméstico ocorridas no seio desse “objeto” e simultâneo contentor de consumo. Os emigrantes descendiam de famílias económica e socialmente desfavorecidas; a sua instrução escolar era baixa, em muitos casos limitada à quarta classe do ensino básico; tinham um trajeto migratório marcado pela precariedade laboral e residencial e por circuitos de sociabilidades relativamente fechados e à margem da sociedade francesa.

Ao regressarem a Portugal, deixavam para trás referências cosmopolitas: “hoje há cá coisas mais bonitas que em França, mas na altura não havia nada” [Celeste Santos, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira]. Quando decidiam regressar, queriam renovar e modernizar a aldeia, num espírito voluntarista de compromisso com o progresso do país (Leite 2006: 233). Além de se envolverem ativamente em causas sociais e de ocuparem permanentemente a casa que “fizeram” durante a emigração, investiam em negócios familiares (nos ramos do comércio, da indústria e da construção civil) e, já na qualidade de ex-emigrantes, tornavam-se atores ativos e permanentes de mudança, através da tentativa de transferência de hábitos de consumo adquiridos em França. De acordo com Filomena Silvano, “os emigrantes de retorno adaptam códigos tradicionais a códigos modernos, fazem exercícios de acoplagem de elementos de origem diversa, criam novas linguagens e instauram novas formas de sociabilidade” (Silvano 1994: 25).

Na casa exuberante e ampla na aldeia natal transmitiam a mensagem de sucesso e afirmação social, numa descolagem relativamente ao grupo dos trabalhadores agrícolas de onde provinham. Criticavam as rotinas cristalizadas dos residentes, mas, paradoxalmente, retomavam-nas mesmo que parcialmente. Essa (re)apropriação pode ser explicada, em parte, como estratégia de reintegração social na aldeia natal, mas também como desejo de resgatar certas imagens do passado, à semelhança do que defendi em relação à geração de trabalhadores agrícolas. Do

mesmo modo, encomendavam projetos a profissionais com honorários mais acessíveis que os arquitetos, optavam por materiais de acabamentos e de recheio baratos e retomavam algumas práticas mantidas pelos seus antecessores (como a criação de cozinha “agrícola” e a reativação da horta), que tornavam díspar a imagem social que desejavam afirmar. Demarcavam-se dos antecessores pela capacidade de compra entretanto conquistada. Mas não se desvinculavam da atitude de poupança deles herdada, o que os remetia para a compra da “imitação” ao invés do “autêntico”, impedindo a sua equiparação com indivíduos com formação académica superior e profissões liberais, que integravam grupos sociais dominantes no concelho. Num certo sentido, continuava a prevalecer a tendência de supremacia social dos profissionais liberais da vila do início do século XX e, não podendo disputar o poder social com este grupo, estes emigrantes “novos-ricos” também não tinham alcançado um estatuto equiparado aos antigos proprietários de quintas, porque lhes faltava o capital familiar que os distinguiu, expresso, designadamente, nos objetos culturais de consumo.

Ao importarem expressões culturais ao mesmo tempo que mantinham algumas referências rurais, os emigrantes viviam numa espécie de bipolaridade identitária entre as representações de “proletário” no estrangeiro e de “burguês” na aldeia. Em França, estavam próximos do cosmopolitismo, mas não usufruíam dele. Mantinham relações essencialmente utilitárias e pouco estreitas com os locais e partilhavam espaços e ambientes íntimos dos grupos económica e socialmente privilegiados, mas como atores externos e subalternos. Nas aldeias portuguesas, tentavam reproduzir as referências que construíram desse cosmopolitismo, adiando porém a sua fruição. As suas performances alinhadas com a afirmação social desejada não coincidiam com a situação assalariada em França e com o espírito de poupança, gerando por isso conflitos e processos negociais com resultados híbridos, como as próprias casas que erguiam na aldeia. Estas moradias construídas no presente, a pensar numa vida futura, refletiam uma vida desejada mais do que uma vida vivida e traduziam a realidade deslocada do emigrante, que não encontrava um lugar confortável no país de residência, nem no país natal.

Estes fenómenos ajudam-nos a compreender que o gosto não é inato ou natural, mas “naturalizado”, porque é condicionado pelos contextos familiar e educativo do indivíduo, em escolhas que fazem parte da organização social onde se

enquadra (Bourdieu 2007 [1979]) e, nesse sentido, tais escolhas estão ancoradas a critérios sociais. Fica assim claro que os emigrantes, embora não reproduzissem linearmente o estatuto social dos seus antecessores agrícolas nem se equiparassem aos operários locais, com níveis salariais francamente inferiores, também não se igualavam aos grupos detentores de poder social.

5.2. Produtos híbridos

Fernando Oliveira Baptista, na reflexão que fez sobre as mudanças associadas às transformações materiais da casa rural a partir de 1960, evidenciava a substituição dos materiais tradicionais locais por materiais industriais ou semi-industriais, bem como a alteração de formas, volumes, organização dos espaços e apetrechamento dos espaços interiores, numa tendência para a adequação de modelos arquitetónicos a novas conceções e modos de viver mais uniformizados (Baptista 1996: 66). Entretanto, num primeiro momento, os habitantes das aldeias deixaram os campos como meio de subsistência, mas não consolidaram suficientemente novas esferas de atividade ou sequer novos modos de produção e de apropriação dos espaços habitados. Este período, entre 1960 e 1990, foi um tempo de limbo nas aldeias portuguesas e as casas dos emigrantes tiveram um papel de relevo em todo o processo. As construções artesanais tinham sido postas de parte, mas o modelo fornecido pelas “casas dos emigrantes” não colhia consenso. Às escolhas formais controversas acresciam respostas funcionais em duplicado às necessidades domésticas, nomeadamente nas cozinhas (uma bem equipada, mas sem utilização e outra simples, mas funcional) e nas casas de banho (uma “ornamental” mas pouco usada e outra simples mas funcional), com desperdício monetário e de tempo gasto na manutenção dos espaços não usados.

As características arquitetónicas gerais adotadas pelos oureenses emigrantes em França revelaram similitudes com aquelas que encontramos em outros terrenos portugueses, alguns distantes de Ourém. É de relevar a sua presença em algumas casas de residentes, que facilmente se confundiam com as primeiras, ajudando a produzir uma representação forte da “casa do emigrante”.

As expressões de remessas sociais de França para Portugal na relação com a casa propagaram-se na arquitetura e em práticas de apropriação da habitação. São exemplos a organização dos espaços, a higiene, o vestuário e a alimentação, e no

campo da linguística, a disseminação de vocábulos, como *marquise*, *pladour*, *chauffage*, entre proprietários, construtores (ex-)emigrantes e alguns projetistas, que os empregavam nos projetos de arquitetura por desconhecerem termos sinónimos em português. Entre 1970 e 1990, a expansão desses vocábulos foi intensa ao ponto de se terem transformado em referências da história contemporânea da construção nas aldeias portuguesas. Passados quase quarenta anos, algumas palavras permanecem no léxico dos habitantes das aldeias, dos (ex-)emigrantes e dos que nunca emigraram, mesmo de habitantes em meios urbanos.

Em Ourém e em outras aldeias portuguesas, a fusão entre localismos e estrangeirismos produziu paisagens arquitetónicas híbridas, que punham em causa a imagem cristalizada das casas rurais. Estes sincretismos foram apontados por José Manuel Sobral (2004: 243-271), que caracterizou as casas dos emigrantes como produções híbridas resultantes da associação de modelos locais com modelos provenientes do país de residência, numa lógica bipolarizada em busca do vernáculo, do revivalismo e simultaneamente da invenção. Mais recentemente, Álvaro Domingues referiu-se-lhes do seguinte modo:

[...] a esta pureza conspurcada opõem-se a mistura, a coexistência de ordens distintas, a diversidade dos materiais e das cores, o inacabado, o mestiço, o transgénico, a não linearidade, a dissonância, a simultaneidade, a diversidade da ornamentação, etc. [...] (2011: 16).

Os dados empíricos apresentados e observações como estas justificam a retoma da discussão em torno do conceito de arquitetura popular na sua relação com o conceito de hibridismo, que se revela incontornável quando estamos perante a casa do emigrante. A reflexão que se segue apoia-se fortemente nas considerações produzidas por João Leal em *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitetura Popular no século XX Português* (2009a), mas sobretudo em “Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal” (2011a), pelo confronto que promove entre duas gerações de estudos sobre a arquitetura popular. Uma, a mais antiga, defendia uma conceção da arquitetura popular baseada em dicotomias rígidas, operando a partir de inclusões e exclusões; outra, mais recente e alinhada com o pós-modernismo, defendia uma conceção mais flexível e inclusiva.

O popular da primeira geração, conceptualizado a partir das representações veiculadas pelo IAPP e das conceções dos antropólogos de inspiração romântica

trazidas desde finais do século XIX, exclui as casas dos emigrantes. Mas também exclui, até certo ponto, as casas dos residentes que foram erguidas na segunda metade do século XX. Umas e outras deixavam cair o vínculo estreito ao rural associado aos campos para se apropriarem cada vez mais de padrões conotados com a urbanidade, uns em circulação no país e outros importados (o que é mais evidente nas casas dos emigrantes). Perdiam também alguma ligação com materiais locais de origem natural ao generalizar a introdução dos materiais industriais.

A entrada em vigor do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) nos anos 50, com o maior grau de exigência que conheceu nas décadas seguintes, assim como a implementação de outros mecanismos de regulação urbanística para os edifícios em espaço rural, condicionaram as escolhas arquitetónicas (de migrantes e residentes) ao nível da dimensão dos espaços, do número de compartimentos e em outras matérias, em resposta a preocupações com a higiene e a segurança. O regulamento exigia a assunção de responsabilidades pelas opções tomadas, o que, de algum modo, também contribuiu para que as moradias rurais deixassem de ser obras anónimas para passarem a ter uma autoria formal individual (do técnico que assinava o projeto e assumia a responsabilidade pela obra), embora conjugada na prática com uma autoria informal coletiva (emigrantes, familiares, construtores, desenhadores, técnicos municipais...). Por conseguinte, a implementação de instrumentos regulamentares fez do Estado um agente importante de diluição da representação estática da casa rural, conotada com as noções de espontaneidade, genuinidade e autenticidade. Curiosamente, contribuiu para colocar em causa a imagem estática da casa rural que o Estado Novo propalava e fomentar dinamismos decorrentes da entrada de novos pressupostos técnicos e atores perfilados. As casas dos emigrantes, enquanto arquiteturas híbridas, não cabiam nesta categorização estrita do popular, nem em nenhuma outra categorização em uso, sendo encaradas negativamente por pensadores de referência (Leal 2011a: 73-74), mesmo antes de se expandirem no território português, como demonstrarei mais à frente.

João Leal apontou depois a existência de uma segunda geração de estudos portugueses sobre arquitetura popular, no decurso da década de 1980, que promoveu a revisão do conceito da arquitetura popular a partir da reavaliação de critérios clássicos de exclusão ou inclusão. Nesse processo de revisão intervieram correntes afinadas com o pós-modernismo, como as tematizações sobre o “comercial

vernacular”, em *Leaving in Las Vegas* (Venturi, Brown e Izenour 1972) para a arquitetura, ou as concepções sobre o “popular híbrido”, em *Culturas Híbridas* de Néstor García Canclini (1998 [1989]) para a antropologia. Ao invocar estes contributos, Leal (2011a: 74-82) tornou clara a perceção do contexto de transição de uma visão dualista e rígida do popular para visões mais fluídas e inclusivas. Como já foi sugerido, conceitos como hibridização ou sincretismo têm participação obrigatória na reconceptualização do popular. E García Canclini foi um dos principais impulsionadores dessa inclusão, ao caracterizar a hibridação como um processo sociocultural no qual estruturas ou práticas discretas e individualizadas assumiam novas combinações e geravam novas estruturas, novos objetos e novas práticas. Segundo o autor, neste panorama de modernidade inerentemente globalizante, o local e o global tornavam-se inexplicavelmente interligados, com a comunidade local a deixar de se identificar como um ambiente saturado de significados familiares e estáticos, para se conectar como uma expressão localmente situada de relações sociais à escala mundial. Anthony Giddens também reforçou esta ideia ao salientar que, nos últimos anos, as ocorrências locais passaram a ser mais influenciadas por acontecimentos territorialmente distantes (Giddens 1998 [1995]: 45, 76). As considerações de García Canclini, particularmente em *Culturas Híbridas* (1998 [1989]), ajudam-me a sustentar o argumento que defendo adiante relativamente à relação entre as casas dos emigrantes e a arquitetura popular.

Entre as recomendações de Canclini, sobressai a necessidade de nos tornarmos mais atentos às transformações do que ao que se extingue, como o autor demonstrou com o artesanato e a música, com produtos que acumulam funções tradicionais e funções modernas (Canclini 1998 [1989]: 22). Se não nos libertarmos da associação restritiva do popular ao passado rural, que deixa de parte as mudanças produzidas nas sociedades urbanas e industriais, continuamos a produzir leituras estáticas centradas nos objetos, mais do que nos agentes que os geram e consomem. Consequentemente, valorizamos mais os objetos na sua repetição indissociável do passado do que na sua transformação. García Canclini defendeu também a desmistificação urgente da ideia de que a tendência da modernização provocava o fim da cultura tradicional porquanto, até nas zonas rurais, o artesanato, um dos seus objetos de estudo, não tinha um carácter fechado e estável, sendo antes submetido a transformações conscientes, de modo a ganhar um sentido de versatilidade conciliável com a vida urbana, com as

migrações, com o turismo, etc. Por extensão, seria possível pensar o popular constituído por processos híbridos e complexos, usando como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações (Canclini 1998 [1989]: 210, 211, 218, 221).

Recentemente reativado, o debate em Portugal em torno do conceito de arquitetura popular conta com três décadas de um exercício crítico desenvolvido, nomeadamente, por arquitetos e antropólogos, com importantes avanços recentes. Creio, porém, que em relação à casa do emigrante esse debate deve prosseguir, porque se encontra ainda pouco estabilizado, como alertou Carolina Leite:

De facto, a ausência de um lugar legítimo tem acompanhado a produção e sobretudo a avaliação deste mais recente património. E se é incontestável que não estamos perante formas da arquitectura erudita, uma vez que a sua concepção se deve a técnicos não autorizados e não reconhecidos da arquitectura, nem por isso as casas de emigrantes constam dos numerosos e variados álbuns de arquitectura popular que nos últimos anos têm sido entre nós publicados, cobrindo as diferentes regiões nacionais bem como as diversas tipologias que são supostas caracterizá-las. Esta ausência de classificação esclarece-nos sobre a perplexidade que as casas de emigrantes têm arrastado consigo desde a sua emergência – ainda que reproduzindo fenómenos semelhantes ocorridos noutros momentos históricos – desconcertando todos quantos têm por tarefa atribuir às coisas a sua correcta taxinomia, fixando-as num discurso da ordem (Leite 2006: 233-234).

Consciente, por um lado, da complexidade do conceito de cultura popular (Storey 2009 [1993]) e, por outro lado, da posição variável das casas dos emigrantes em relação ao campo da cultura popular, realço algumas características que conferem pertinência à sua inclusão nos debates contemporâneos em torno do popular. À semelhança da música e do artesanato que Canclini (1998 [1989]) ilustrou em *Culturas Híbridas*, as moradias dos emigrantes sucedem à arquitetura “tradicional” associada aos campos, numa transformação que traduz a recetividade ao urbano, à industrialização, ao transnacional, ao erudito e à inovação, mas também revela reminiscências do passado²⁰⁰, o que afasta a ideia de oposição abrupta entre o tradicional e o moderno, o popular e o massivo (Canclini 1998 [1989]: 260). Analisando as mesmas casas segundo as revisões do conceito de cultura popular por John Storey (2009: 5-7) em *Cultural Theory and Popular Culture*, em que a tendência para abranger muitas pessoas é um dos parâmetros de inclusão mais

²⁰⁰ Na cozinha agrícola e na relação com a horta.

recorrentes nas várias definições que o autor reviu, constatamos que registaram uma expansão considerável, sobretudo a norte do Tejo, mas não ao ponto de se transformarem num fenómeno de massas. Perante este confronto de perspetivas, as casas dos emigrantes permanecem essencialmente como manifestações populares híbridas ou arquiteturas nas margens, à imagem dos seus proprietários que se movimentavam nas periferias de dois mundos.

5.3. Leituras comparativas de transnacionalismo

A partir dos fenómenos sociais, culturais e económicos associados à apropriação da casa do emigrante e ao consumo doméstico por parte dos ourenses imigrados em França, proponho-me compará-los com alguns estudos de caso realizados por outros investigadores em países com contextos geopolíticos, económicos e culturais bem diferenciados. São designadamente a construção de casas na Albânia por albaneses emigrados na Grécia (Dalakoglou 2010); e o consumo doméstico por antigos colonos de Moçambique, de origens goesa e europeia, em contexto migratório (Rosales 2007). Com base nestas leituras procuro identificar paralelismos entre representações na construção e apropriação da habitação entre contextos territoriais distintos e perceber como é que a migração transnacional pode influenciar escolhas e transformações associadas à casa enquanto expressão identitária, desejo de prosperidade e afirmação social. O transnacionalismo gera assim efeitos físicos (alteração da configuração das estruturas habitadas) e emocionais (inibição de atos espontâneos de proximidade entre vizinhos). São fenómenos comparáveis aos das casas dos residentes de Ourém, construídas com características locais e importadas, que exemplifico com as coberturas inclinadas e as mansardas, numa transferência da ideia de otimização de espaço necessária em França, que originou um processo de hibridização.

Em território europeu, Dimitris Dalakoglou (2010) abordou o transnacionalismo na relação com a cultura material da construção da casa através da produção e reconfiguração de relações sociais nas manifestações materiais e espaciais do processo construtivo. No seu artigo leem-se aspetos comuns com as representações sociais e culturais dos portugueses emigrados em França, não obstante as especificidades geopolíticas, sociais e culturais de cada realidade. Em ambos os casos, o país de origem e o país de acolhimento dos emigrantes são geograficamente próximos, permitindo deslocações frequentes. Tal como os portugueses, ainda que

nem sempre confiantes no regresso definitivo, os albaneses investiram na construção de casa no país natal. Esta decisão ajudou-os a afirmarem a pertença ao lugar de origem, legitimando-a materialmente, mas também a garantirem a segurança na velhice. A construção da casa na aldeia de origem serviu ainda de pretexto para a manutenção dos laços familiares e a continuidade geracional nos lugares rurais.

Sem comprometerem a estabilidade financeira tão valorizada, emigrantes albaneses e portugueses custeavam a construção das casas com economias de poupança sem recorrerem a crédito, alcançando assim uma importante etapa do enriquecimento ambicionado. Sendo a construção civil a principal atividade económica da maioria dos emigrantes de ambos os países, situação especialmente verificada em países periféricos no contexto europeu, os emigrantes detinham o saber empírico necessário para intervirem mais ativamente no processo construtivo. Tanto em Portugal como na Albânia, os proprietários referiam-se à construção das casas utilizando mais a forma verbal “fiz” do que “construí”. Dimitris Dalakoglou (2010) justificou a tendência com o facto de estes indivíduos despirem o papel de construtores (ocupação profissional) para vestirem um papel de apropriadores (posse e ocupação residencial), com uma dimensão menos material e operativa e mais imaterial e emotiva. Construir era, para os outros operários não proprietários, um ato estritamente profissional e impessoal. Como verifiquei também em Ourém, “fazer” pressupunha um projeto de vida pessoal e materializava a continuidade dos laços familiares, num compromisso de proximidade com a aldeia e com a família que acompanhava a obra. Por último, durante as férias e em curtas permanências no país de origem, os emigrantes dos dois países ocupavam o tempo com a compra de acessórios para a casa e com reparações e pequenas alterações com espírito de *bricoleur*, num esforço contínuo e consciente do caráter permanentemente inacabado da obra (Leite 1998: 65).

Num contexto geográfico distinto, Marta Rosales trabalhou os antigos colonos de Moçambique, com abordagens de terreno em Portugal e uma incursão a Moçambique. A investigadora procurou compreender as representações dos discursos de identidade destes atores com exemplos de afirmação de poder e de prestígio por via de práticas de aquisição e consumo de objetos com características específicas, que pareciam deter uma supremacia comparativamente a outros. O papel social dos objetos apropriáveis como ícones de referenciação dos processos identitários dos

portugueses residentes em Moçambique apresenta algumas afinidades com as representações construídas pelos emigrantes portugueses em França, porque em ambos os casos havia a procura de afirmação de poder junto dos residentes locais por via da aquisição e do consumo de alguns bens importados.

No paralelo que proponho entre os dois grupos, ressalvo as diferenças ao nível da hierarquia social, com a supremacia económica e social dos “portugueses de Moçambique” em relação aos “portugueses de França”, por influência dos contextos sociopolíticos dos respetivos países de residência até ao 25 de Abril de 1974. A estas diferenças associo ainda as que Isabel Cardoso apontou num estudo comparativo entre os processos de (re)construção identitária de mulheres que partiram para Angola e das que partiram para França. A investigadora salientou as suas posições antagónicas nos contextos de chegada e identificou diferenças em relação aos contextos de partida, uma vez que as primeiras partiram para Angola em aventura e as segundas para França por necessidade, o que as separa ao nível dos estratos sociais (Cardoso 2008: 67).

Não muito distantes deste cenário, os colonos de Moçambique gozavam de uma posição hierárquica superior face aos moçambicanos, ao passo que os portugueses emigrantes em França, operários num país soberano, mantinham posições subalternas em relação aos franceses. Consequentemente, os “portugueses de Moçambique” afirmavam-se socialmente no país de acolhimento e no país de origem e os emigrantes de França faziam-no somente na aldeia de origem. Os primeiros declaravam-se portugueses numa demarcação identitária face aos moçambicanos (Rosales 2007: 37), mas também não se identificavam integralmente com os portugueses da metrópole, distanciando-se conscientemente destes através da afirmação de posse de “capitais culturais” (cf. Bourdieu 2007 [1979]: 12-14). Os que viviam situações económicas mais favoráveis apropriavam-se de peças originais dispendiosas e/ou do acesso limitado a bens importados de países cosmopolitas. Estes eram referências de qualidade e símbolos de estatuto (Canclini 1995: 15; Baudrillard 1995) que lhes serviam para afirmarem superioridade perante outros colonos que apenas podiam adquirir as suas réplicas.

Por sua vez, a maioria dos “portugueses de França” tentava elevar-se socialmente face aos residentes da aldeia portuguesa, não tanto pela aquisição e consumo de bens raros e caros, mas pela natureza estrangeira e “exótica” dos

mesmos. As suas escolhas traduziam a afirmação do *kitsch* na aceção de Baudrillard²⁰¹, pelo qual aspiravam a obter maior estatuto social. Todavia, a produção massificada destes objetos e o seu acesso por camadas numerosas não eram critérios de distinção nem de inovação e, por isso, não garantiam a ascensão a uma “classe socialmente superior” (Baudrillard 1995: 116).

Contrariamente à elite portuguesa em Moçambique, que adquiria objetos “de classe”, tomando a raridade (antiguidade, autenticidade, qualidade) como signo de distinção social, a cultura de poupança dos emigrantes não lhes consentia esse investimento em nenhum dos mundos onde se movimentavam. Tal circunstância gerava alguma insegurança nos mecanismos de afirmação social usados na aldeia natal e um certo sincretismo nas condutas adotadas, porque a imagem distinta que desejavam afirmar entrava em contradição com os meios comuns a que recorriam. Apropriavam-se de padrões da comunidade francesa e urbana que transferiam para a aldeia e que ajustavam às capacidades de resposta das empresas locais e nacionais. Simultaneamente, readquiriam ou reforçavam práticas e discursos instalados na aldeia, alguns mantidos durante a emigração (as hortas e a culinária). Este sincretismo é indicativo de que, nos países não industrializados, os emigrantes tendem a ser puxados para o estilo de vida transnacional, porque não sentem segurança económica no país de origem, mas, ao mesmo tempo, encontram mais vantagens e oportunidades ao adaptarem-se ao tipo de vida de ambos os países (Levitt e Jaworsky 2007):

Quando vinha aproveitava para escolher azulejos, mosaicos [...] comprei tudo em empresas locais. Fui a Estremoz comprar um bloco de mármore com o senhor da serração e deu para o chão, salas, escadas, sacadas... só trouxe de França e ainda as tenho, as torneiras, de uma marca famosa. Eu segui o trabalho praticamente a 100%. Trouxe a lã de vidro para forrar o teto do primeiro andar e o *pladour* para o teto do primeiro andar. Ainda ponderei trazer material de França para cá. Mas foi numa altura em que em Portugal também evoluiu muito. Surgiram novas escolhas de azulejos e mosaicos. E nas cores também. Havia rosa a caminhar para o *bordeaux*. Eu consegui aquilo numa empresa de Coimbra, que importava também. A banheira, o lavatório, eram de um *design* estrangeiro [...] [Salvador, natural de Espite, ex-emigrante];

²⁰¹ “O *kitsch* é habitualmente toda a população de objectos ‘pires’ em estuque e ouropel, acessórios, de quinquilharia folclórica, de ‘lembranças’, de quebra-luz ou de máscaras negras, todo o museu de pacotilha que prolifera em toda a parte, com preferência pelos lugares de férias e lazeres” (Baudrillard 1995: 113).

Mandámos fazer a mobília em estilo francês numa carpintaria em Ourém. O proprietário já tinha trabalhado em França. Cá, usavam-se mobílias muito grossas e eu não gostava muito disso. Lá de cima, trouxe cortinados. Ainda tenho aí alguns. As janelas por fora (portadas) também é o estilo lá de cima, cá ainda não se fazia assim. Mandámos fazer perto de Ourém... Trouxe muitas coisas de decoração de França. Cá, não havia muitas louças. Trouxe de lá, copos de cristal. Cá, o que era bom custava muito dinheiro e era difícil encontrar. Tudo o que era coisas de louças e de copos trouxe muito. Tinha muita coisa com que me servir. E eu lá ficava só com o mínimo para me servir. Todos os anos trazia. E como a casa era grande para compor eu trouxe toalhas também [...] [Irene, ex-emigrante].

A autorrepresentação identitária dos dois grupos em comparação era ainda expressa nas performances de consumo doméstico. Em Portugal, os “portugueses de Moçambique” dispunham nos espaços sociais da casa artefactos e outras peças da “alta sociedade” que transportaram de Moçambique e desenvolviam boas maneiras à mesa, “típicas de Moçambique”, que eram pouco adotadas pelos portugueses da metrópole. Falavam da representação de um Moçambique que construíram para si, como que uma espécie de “micronação” ou “terceira cultura”, diferente daquele onde se movimentavam os nativos e outras “categorias” de colonos. Por seu lado, os portugueses de França importavam para os seus salões em Portugal alimentos e rituais de consumo que observavam nos franceses. O consumo de aperitivos e de queijo no fim da refeição e as regras de etiqueta à mesa eram novidade para os residentes da aldeia, mas nos hábitos de refeição perduravam algumas condutas próprias dos ritmos dos trabalhos nos campos. Diferentemente dos emigrantes em Moçambique, traziam para o país natal ideias de vanguarda em França, mas punham-nas em prática com produtos portugueses, numa tentativa de conciliarem o prestígio com a poupança. Este facto encontra-se no argumento defendido por García Canclini (1995: 15), para quem o valor simbólico de consumir o “nosso”, o nacional, estava sustentado por uma racionalidade económica, ao passo que adquirir bens de fora era sinal de prestígio e qualidade. Com contornos diferentes, portugueses de Moçambique e portugueses de França procuraram conciliar a construção de imagens de identidade localizada/espacializada, o Moçambique e a França deles, com recurso a símbolos de cosmopolitismo como instrumentos de afirmação social.

6. Representações exógenas e endógenas

6.1. Intelectuais, imprensa e políticos

A partir de 1980, ao invés de promoverem socialmente os proprietários, como estes tinham previsto, as casas dos emigrantes geraram polémica nos *media* nacionais. O fenómeno suscitou a crítica tanto dos intelectuais como de sectores das comunidades locais, sobretudo nos grupos mais instruídos, que interpretaram estas moradias como expressão material de uma atitude altiva e arrogante dos proprietários e destruidora da paisagem rural, com invasão e desrespeito para com os valores tradicionais da aldeia. Manifestariam sobretudo uma atitude de mau gosto que, relembrando a tese de Pierre Bourdieu (2007 [1979]), expunha as fragilidades latentes de um grupo dominado. Para alguns residentes, porém, as casas representavam a coragem, o sucesso e o contributo dos emigrantes para o progresso local.

A dualidade de opiniões locais era influenciada pelos contextos profissionais e intelectuais dos diferentes intervenientes no debate: à tendência depreciativa manifestada pelos indivíduos mais letrados e com emprego em áreas de serviços, contrapunha-se a valorização do fenómeno pelos menos letrados e com profissões no ramo da construção (Gonçalves 1996: 214). As posições dividiam-se entre o elogio e a censura, esta última mais dirigida às condutas dos emigrantes do que às casas em si.

Cosmopolitas e intelectuais de vários setores, designadamente académicos, jornalistas, arquitetos, escritores (Saramago 1999) e defensores do património cultural, hiperbolizaram a imagem negativa das casas dos emigrantes, “que os *media* depressa cristalizaram em juízos de valor, supostamente “nacionais”, tal era a carga de “intrusão” sentida pelos residentes face aos recém-chegados construtores” (Leite 2006: 233). Isabel Cardoso defendeu, inclusivamente, que, no país natal, as elites tendiam a rejeitar a ascensão social que a emigração permitiu (Cardoso 2008: 155).

Mesmo antes de as casas dos emigrantes se disseminarem, Orlando Ribeiro (1987: 5-11) e a equipa de Ernesto Veiga de Oliveira anteciparam-se ao alertar para o perigo da destruição da paisagem rural. Como lembrou João Leal (2011a: 73-74), num dos textos que escreveu sobre arquitetura popular em Portugal, Ernesto Veiga de Oliveira criticava o aspeto extravagante das casas de emigrantes, o que não deixa de ser curioso, uma vez que por essa ocasião as casas ainda não se tinham expandido tão

fortemente, como se constata pela literatura disponível e pelo trabalho de campo. As críticas aumentavam em compasso com a multiplicação das casas e ganhavam força a partir dos meios académicos, que por essa altura tentavam instituir o valor patrimonial do vernáculo, discutindo e propondo conceitos e políticas de salvaguarda praticados em países de vanguarda. Ainda na década de 70, surgiam alguns ecos na imprensa nacional (José-Augusto França 1971, 1977), mas a cobertura ao assunto ganhou força nos anos 1980²⁰² em artigos de opinião. Os seus autores, na maioria académicos distantes do meio rural, mostravam preocupação com a descaracterização da paisagem rural e responsabilizavam os emigrantes proprietários. Numa abordagem ao tema, Carolina Leite evidenciou as três principais críticas ao estereótipo casa de emigrante: o carácter importado das casas, ao nível da conceção de espaço; o mau gosto aplicado na construção (volume, materiais utilizados...); e as “incompetências” no modo de apropriação e uso dos espaços domésticos (Leite 1993, 2006: 233).

No entanto, se os emigrantes importaram inspirações, também os projetistas e os construtores influenciaram os resultados: os primeiros (engenheiros técnicos) a quererem agradar ao dono da obra e os segundos (em muitos casos ex-emigrantes) com um passado profissional na construção civil em França, que reproduziam na aldeia. Orlando Ribeiro já havia acusado os técnicos municipais de serem cúmplices na forma como os projetos das novas casas evoluíam (Ribeiro 1987: 5-11), mas a maioria da opinião pública apontava os emigrantes como responsáveis por estes “atentados ao mundo rural”. Em 1981, no segundo congresso da Associação de Arquitetos Portugueses, estas posições críticas mereceram a atenção de investigadores, como Martins Barata, Carlos Guerra, Clara Vieira, Raul Veríssimo, J. Carlos Loureiro, Clara de Souza e Mário Moutinho, que defenderam a diluição de responsabilidades por este tipo de construção, ao invés de as imputar exclusivamente aos emigrantes. Dois anos mais tarde, Michel Poinard (1983: 287) saía em defesa dos emigrantes, ao contrapor as críticas generalizadas às suas casas com as condições de conforto que proporcionavam e que não estavam a ser devidamente valorizadas. Ainda em 1983, um dos episódios do programa *Bem Dizer, Bem Escrever*, apresentado por Edite Estrela, tratou a construção da “casa emigrante” com “cores garridas, metais e azulejos” como um problema muito criticado mas ausente ao nível da intervenção. A reportagem defendia os emigrantes e responsabilizava as câmaras

²⁰² *Diário de Notícias*, 31/08/1989.

municipais pela falta de políticas de ordenamento do território e de pareceres técnicos adequados.

Em 1988, a Universidade Aberta produziu *O Sonho do Emigrante*, série documental de quatro episódios dedicados à emigração, da autoria de Helena Roseta e Maria Beatriz Rocha-Trindade, que foi exibida na RTP²⁰³. O programa tratou as novas exigências de consumo e expressões de mudança nas paisagens rurais, com enfoque sobre a “casa do emigrante”, e neles se percebe a preocupação das autoras em promover o debate em torno do estigma instalado em relação às mesmas, mas sobretudo em relação aos emigrantes. Envolveram na discussão emigrantes, residentes e atores públicos com responsabilidades nas áreas política, social e cultural. O primeiro episódio “Mudam-se os tempos, muda-se a paisagem”, focado em filmagens no norte português, realçava a expansão das “casas dos emigrantes” entre as “casas tradicionais” e promovia o diálogo entre a crítica social a estas construções e a legitimidade das mesmas enquanto imagens do esforço pessoal dos emigrantes. Em entrevista, o jornalista Carlos Sousa denunciava o olhar crítico que vingava na altura e, ao mesmo tempo que evidenciava algumas características “berrantes” nestas moradias, também apelava ao sentido de identidade nacional expresso nas formas de apropriação das mesmas. A partir do testemunho individual de uma mulher que tinha reformulado a cozinha, o documentário procurava ainda demonstrar a fundamentação de algumas opções construtivas em razões materiais (funcionalidade e conforto) que eram transversais à influência da emigração.

O segundo episódio, “Casa portuguesa, casa estrangeirada”, aprofundava a problemática da “casa do emigrante”, tentando perceber a opinião dos cidadãos em relação a estas construções²⁰⁴, confrontar expressões de estrangeirização e de “portugalidade” ali presentes e discutir, não a escolha dos materiais de construção mas as formas desajustadas da sua aplicação. O episódio prosseguia com entrevistas a representantes políticos das esferas local e central da administração pública. O presidente de um município do Vale do Ave assumia a difícil destrição entre as casas de emigrantes e as casas de comerciantes e industriais da região, o que reforça a hibridação acima defendida, e apontava a preocupação do município em conter esta

²⁰³ <http://www.rtp.pt/arquivo>, consultado em 29/05/2015.

²⁰⁴ Com base na seleção de seis imagens de moradias, algumas de emigrantes, foram realizados questionários a vários cidadãos, de diferentes grupos etários, sobre as suas preferências, devidamente justificadas. Heterogéneas, as respostas evidenciavam valores de relação com o campo, a natureza, o enquadramento na paisagem “tradicional” local, mas também o conforto, a estética e a imponência.

expansão arquitetónica por razões funcionais e sociais. Também entrevistado, o ministro do Plano e da Administração do Território, Valente de Oliveira, criticava o “excesso de adereço” das arquiteturas locais, remetendo para as câmaras municipais a responsabilidade pela criação de instrumentos reguladores mais rigorosos. De facto, neste período de auge da construção de casas de emigrantes verificava-se algum desconforto político na forma de lidar com a situação, pois estas arquiteturas geravam polémica na opinião pública, impelindo o Estado a intervir. Mas essa intervenção também era incómoda para os representantes políticos, porque ao condicionarem as escolhas arquitetónicas sentiam que confrontavam os proprietários, eleitores e geradores de receitas, no caso dos emigrantes. Retomando o lado da visão intelectual, Lagoa Henriques, ponderado na apreciação destas casas, salvaguardando a liberdade de escolha dos proprietários, reconhecia porém a sua falta de qualidade arquitetónica, que atribuiu ao facto de os projetos não serem concebidos por arquitetos.

No terceiro episódio, “Somam-se as pátrias”, o Padre Vítor Melícias, então diretor do Jornal *O Emigrante*, sublinhou a casa “própria, confortável e integrada na paisagem” como um sonho legítimo dos emigrantes. Apelou depois ao envolvimento concertado de vários atores (organismos públicos, autarquias, projetistas) num planeamento que respondesse às necessidades dos emigrantes e que salvaguardasse a integridade da paisagem. A reportagem enfatizou ainda a combinação de referentes de Portugal e do país de imigração em espaços com intervenção emigrante (iconografias estampadas nas paredes das casas, mobiliário e objetos ornamentais no seu interior, designações em estabelecimentos comerciais, como “Café Paris”). Por seu lado, Helena Roseta e Maria Beatriz Rocha-Trindade demonstraram estar despertas para a discussão do transnacionalismo e do sincretismo, que ganhou relevo internacional nos anos seguintes, como já se percebeu.

O quarto e último episódio, “Regresso – mito e realidade” retratou o sonho do regresso ao “cantinho da terra” e a importância da união familiar para o emigrante português. A aldeia de Queiriga, no distrito de Viseu, foi o palco principal da reportagem. As filmagens no local enfatizaram o aumento do poder de compra dos emigrantes, com a casa e o automóvel a figurarem como símbolos de sucesso pessoal. Referiram ainda a criação de serviços locais de apoio aos emigrantes (como empresas de transporte), as mudanças de gosto e o esforço dos fabricantes locais (de mobiliário) para se ajustarem aos desejos dos emigrantes. De novo, foi alimentado o

debate em torno do estigma sobre os emigrantes. Rejeitando a sua imagem como “máquinas de trazer dinheiro para Portugal”, a reportagem valorizou a importância das divisas dos emigrantes para o país e os investimentos em projetos arrojados, nem sempre bem acolhidos pelos residentes. Em entrevista, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus, declarava o apoio do Governo aos desejos dos emigrantes de construírem casa em Portugal e defendia que “não se deve enfatizar os males estéticos” das casas dos emigrantes, lembrando que a construção clandestina e algumas obras em meios urbanos tinham impactos igualmente negativos para a paisagem, mas que não eram criticados. A posição foi partilhada por Torres Pereira, então Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Uma atriz portuguesa emigrante em França denunciava o estigma que existia sobre os emigrantes e reiterava a atribuição da responsabilidade pelos erros estéticos e urbanísticos cometidos aos gabinetes de arquitetura e aos técnicos municipais. O episódio finalizava a assumir a dificuldade na distinção entre as casas de emigrantes e as casas de residentes, que também tinham “estilos muito próprios”.

De 1990 em diante, a investigação sobre a “casa do emigrante” prosseguiu (Silvano 1990; Villanova, Leite e Raposo 1995; César 1996; Castro 1998; Leite 1998, 2006; Villanova 2006; Cardoso 2008). Passou, contudo, a ser olhada como objeto de cultura material informado e informador das representações sociais e culturais mais vastas dos seus críticos e residentes. Carolina Leite, por exemplo, dissecou de modo exemplar a carga negativa que se abateu sobre a “casa do emigrante” ao tomá-la como um ato de transgressão (Leite 2006: 234). Implicitamente, segundo a autora, estes juízos classificavam os emigrantes como infratores e veiculavam o estigma junto da opinião pública, não obstante, na prática, as suas casas serem produtos consentidos e participados por vários atores.

6.2. Habitantes locais

Em Ourém, os habitantes locais construíam representações tão negativas quanto positivas das casas dos emigrantes, em função da ligação familiar aos proprietários, pois um irmão resguardava-se mais de tecer comentários depreciativos do que um vizinho que não tivesse familiares emigrantes. As populações eram ainda condicionadas pelo apreço pelos percursos de vida dos emigrantes e pelos contributos por estes trazidos para a aldeia, designadamente através de depósitos bancários,

criação de empresas e postos de trabalho, organização de melhores métodos de trabalho e técnicas de construção inovadoras ou importação de produtos não disponíveis nos mercados locais. Conscientes destas mais-valias, alguns cidadãos da pequena burguesia local encaravam as casas dos emigrantes como sinais de progresso da aldeia e expressavam o gosto por estas arquiteturas, replicando total ou parcialmente os seus modelos, o que dificultava a distinção entre casas de emigrantes e de residentes (cf. Portas 1995; Martins 2003: 414). Estamos, pois, diante de um fenómeno em que as pessoas podem participar em rede, ou seja, receber ideias e informação que as conectem com indivíduos de outros países, sem necessariamente terem viajado ou emigrado (cf. Levitt 2004: 10).

Outros residentes, porém, contestavam estes modelos com observações negativas sobre o seu desajustamento relativamente à paisagem ou às casas “tradicionais portuguesas”, dirigindo-se-lhes de forma pejorativa, como “casas com muitas janelas e telhados para a neve”. Satirizavam os proprietários, rotulando-os de “manientos” e com atitudes incoerentes com as vidas que levavam em França, tão ou mais duras do que as dos moradores da aldeia:

Aqui, faziam casas tipo *maison*, para dizerem que eram muito ricos e importantes. Mas lá, viviam pior que nós, em casas sem condições e só tiravam o carro da garagem quando vinham para cá. E depois, as casas nem tinham nada que ver com isto [a aldeia, o país], eram folclóricas [Céu, natural e residente em Espite].

Os técnicos municipais que desempenhavam funções na avaliação dos projetos comentavam em entrevista, sem exceção, a contrariedade com que analisavam os modelos de casas apresentados. As suas observações, mais centradas no objeto-casa, desviavam-se, todavia, parcialmente, das críticas tecidas pelos residentes vizinhos que não conseguiam separar o objeto do sujeito proprietário. Curiosamente, as moradias que os emigrantes construíam em França, com modelos que transpunham frequentemente para Portugal adaptados aos materiais localmente disponíveis, não suscitavam opiniões tão depreciativas por parte dos franceses ou mesmo dos portugueses que contactavam com estas (Cardoso 2008: 12). O trabalho regulamentar feito pelos municípios franceses através da imposição de orientações arquitetónicas, contrariamente aos trâmites burocráticos e técnicos em Portugal e Ourém, salvaguardava os proprietários de desvios aos projetos licenciados e formalizava a aceitação tácita dos modelos arquitetónicos pela sociedade. Mas a

principal razão para a contestação destes modelos em Portugal e sua aceitação em França prendia-se com a sua perceção como elementos intrínsecos da cultura nacional francesa e, portanto, em Portugal, estranhos, não “naturalizados” e, assim, contestáveis. Ao mesmo tempo, no entanto, tratava-se de uma expressão arquitetónica que representava a força da modernidade pretendida para o país. Estas interpretações díspares de um mesmo fenómeno material tinham expressão em representações idiossincráticas dos emigrantes, como exemplifica Álvaro Domingues:

No entanto, um camponês transformado em emigrante era um caso sério. No país de imigração era um proletário, um estrangeiro, um estranho avesso à elite operária ciente dos seus direitos e lutas. Na sua terra e aos olhos do pensamento dos seus e das suas televisões e jornais, era um parolo, um construtor de casas bizarras, um homem de lingüarejar exótico e exibicionista. Porém, no dia de Portugal e das comunidades era um herói cujas remessas salvavam as contas frágeis da nação (2011: 22).

Por volta de 2000, a construção deste tipo de casas abrandava e as reações contraditórias de censura e de elogio esbatiam-se e davam lugar a posições de indiferença e resignação que confluíam progressivamente para a sua constituição como elementos “naturalizados” da paisagem. Para muitos residentes, as moradias erguidas entre 1970 e 1990, e que ficaram conhecidas no senso comum como “casas de emigrante”, começaram a fazer parte de um tempo do passado e hoje tornaram-se marcos de memória: “Assim como apareceu, desapareceu” [Desidério, técnico do Município]; “Agora já não fazem casas dessas. Isso foi mais há 30 e há 20 anos... já nos habituámos a elas” [Tiago, 34 anos, residente em Espite].

6.3. Proprietários

Atualmente, décadas após a construção de uma moradia na aldeia e, principalmente, nos casos de não regresso definitivo, muitos emigrantes expressam o arrependimento pela construção da casa, que justificam com duas ordens de razões. As razões indiretas prendem-se com o desapontamento perante o estigma social das suas casas e condutas. Admitem que estas foram rejeitadas pela opinião pública e não veem reconhecido o seu contributo para o progresso do país com o envio de remessas, a criação de emprego, o apoio a causas sociais e paroquiais e a introdução de ícones de progresso. Lamentam, no seguimento, o investimento das suas economias na aldeia e em especial na moradia: “Os residentes cá em Portugal nunca valorizaram, mas o dinheiro que deu força ao país vinha de França, era depositado e investido pelos

emigrantes na sua terra” [Fernanda, lusodescendente, residente em Vale do Marne]. As razões diretas invocadas para terem nova opinião em relação à casa que ergueram prendem-se com o arrependimento da construção em si, as características sumptuosas que lhe imprimiram e os custos investidos na construção. Em trabalho de campo registei comentários, como:

Às vezes passo seis meses sem subir ao primeiro andar... Hoje arrependo-me de ter uma casa tão grande [Salvador, natural e residente em Espite, 65 anos, ex-emigrante em Vale do Marne];

[A casa] está fechada durante a maior parte do ano e estraga-se. Os filhos não vão dar valor à casa e vão perder a ligação à terra. Foram outros tempos, nem pensámos muito quando decidimos construir [Manuel Araújo, natural de Espite, 55 anos, emigrante em Vale do Marne];

[...] fiz-lhe alterações [à casa], porque havia coisas com pouco jeito [Carlos Santos, natural e residente em Urqueira, 64 anos, ex-emigrante em Vale do Marne].

Observações desta natureza, também registadas por Isabel Cardoso (2008: 152), revelam o reposicionamento dos emigrantes em relação à decisão de construírem na aldeia natal e às opções arquitetónicas que tomaram e obedecem a três ordens de razões. A primeira prende-se com a alteração da imagem ideal que tinham de uma casa para si e para as suas famílias (uma casa grande, ostensiva, com importação assumida de estilo como negação do estilo residente). Hoje, classificam as escolhas que fizeram como “extravagantes” e “folclóricas” e defendem “coisas mais simples e que não deem tanto nas vistas”.

A segunda razão, identificada pela alusão recorrente ao desaparecimento de casas de arquitetura tradicional, está relacionada com a crítica à perda de “marcos identitários na aldeia”. Os emigrantes expressam agora preocupações com o resgate da paisagem rural, ao encontro de uma certa visão pastoral e monumentalizadora da casa e da vida no campo, alimentada em meios urbanos e cosmopolitas, que trazem implícita a noção do prejuízo que casas como as suas provocaram na aldeia que desejam ver reabilitada: “Se fosse hoje tinha recuperado a casa dos meus pais” [Manuel Araújo]. Não querendo voltar às casas acanhadas onde cresceram, já não se reveem nestes modelos rotulados como ostensivos, extravagantes, desconfortáveis, enormes, desenquadrados da paisagem e da dimensão “tradicional” recentemente valorizada: “Na época em que estamos fazia uma casa rasteirinha... a conjuntura é

diferente. A gente tem de seguir a evolução e quem não seguir fica para trás” [Salvador, natural e residente em Espite, ex-emigrante].

A terceira razão está associada à reavaliação dos projetos de vida dos emigrantes e suas respectivas concretizações. Lamentam o mau investimento num sonho de regresso definitivo que, em muitos casos, não se concretizou. Como lembrou Carolina Leite (1998: 62), o investimento numa casa que acabariam por habitar um mês por ano traduz o peso da virtualidade sobre a realidade. Nos últimos anos, os emigrantes passaram a valorizar mais a fruição do presente, investindo na qualidade de vida em França e assumindo uma desaceleração na poupança, antes centrada numa vida futura melhor para os próprios e para os filhos. Esta é, de resto, uma mudança de paradigma da relação dos emigrantes portugueses com a poupança. Continuam a manter uma vida regrada, mas não estão dispostos a privar a família em prol de uma casa na aldeia que não sabem sequer se um dia irão habitar:

Eu já não penso que tenho que mandar dinheiro para Portugal, que tenho que ter uma “casa-museu” em Portugal. Eu vivo em França, o meu conforto está lá e aqui tenho o indispensável [Fátima Vieira, natural de Espite, emigrante];

O português economizava muito. Agora gozam a vida [Fernando Henriques, natural de Urqueira, emigrante].

Nestas considerações, como foi já defendido, fica ainda implícita a importância que a vida num território estranho tinha no reforço de laços sociais de coesão entre concidadãos. Este aspeto não fazia tanto sentido na aldeia natal, porventura devido à sensação de segurança proporcionada pelo território, pela língua, pelos parentes e vizinhos e por um conjunto de representações culturais que os emigrantes dominavam, que lhes permitiam movimentarem-se confortavelmente sem investirem tanto nas redes de solidariedade, fundamentais no contexto de emigração, sobretudo durante o processo de instalação. Os emigrantes reconhecem pois as suas obras como provas da incapacidade de concretizar um projeto social e económico no projeto de uma nova habitação, desde a falta de “competência” na fase do espaço pensado (fase de projeto), passando pelo espaço construído (produto arquitetónico) até ao espaço vivido (espaço doméstico apropriado).

7. Casas de emigrantes e reconfigurações identitárias em Portugal

Mesmo continuando a suscitar incertezas e contradições, nomeadamente quanto à sua arrumação conceptual enquanto expressão arquitetónica, defendo que as casas dos emigrantes tiveram um papel importante na construção cultural dinâmica de emigrantes e residentes, porque participaram na reorganização de referências identitárias de uns e de outros. As representações associadas às casas dos emigrantes, entre 1960 e 1990, materializavam o transnacionalismo, balizado entre Ourém e o Vale do Marne, e a globalização, pela apropriação de produtos e linguagens provenientes de múltiplos países e continentes, em especial no decurso da adesão de Portugal à União Europeia e da abertura dos mercados com reflexos nos consumos associados à casa, transversais a emigrantes e residentes:

Foi graças aos emigrantes que surgiram novos produtos em Portugal. Por exemplo, para colar azulejos, cá usavam cimento. Fomos nós que trouxemos a cola de França, os cortinados, os móveis, as molduras para o teto... Isto aqui era tudo muito atrasado [António Marques, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira];

Quando viemos trouxe jogos de jantar, trouxe coisas que hoje nem quero falar... caixas de plástico, sacos de plástico, não havia cá. Mandámos vir aquilo tudo nos transportes [Alice, ex-emigrante, natural e residente em Urqueira].

Os conceitos de transnacionalismo, hibridismo e identidade justapõem-se, porque muitas redes transnacionais confirmam que os emigrantes conjugam traços culturais e linguísticos provenientes simultaneamente do país de origem e de residência (cf. Vertovec 2001). Por via do incremento económico e da aculturação a partir de referências que construíam no país de acolhimento, os emigrantes portugueses em França foram atores transnacionais privilegiados e promotores do processo de regeneração das aldeias rurais e consequente transformação em aldeias pós-rurais. E as suas casas revelam-se interessantes manifestações materiais destes fenómenos, porque traduzem a diversidade e a “liberdade” arquitetónica (Cardoso 2008: 15).

Em *Consumidores y Ciudadanos: Conflictos Multiculturales de la Globalización*, Néstor García Canclini (1995: 15) referia as lutas geracionais entre a satisfação com o consumo necessário, sob a máxima “estar contente com o que se

possui” e a reivindicação pelo consumo desejável como formas de estabelecer identidades. Este exercício serviu-lhe para esclarecer que as mudanças nas formas de consumo têm alterado as possibilidades e as formas de se ser cidadão e que o exercício da cidadania sempre esteve associado à forma de o indivíduo se apropriar dos bens e dos modos de os usar. Esta reflexão ajuda a contextualizar a concomitância entre a expansão das casas de emigrantes e dos consumos domésticos difundidos por emigrantes nas aldeias portuguesas originárias, sobretudo após o 25 de Abril de 1974, e os efeitos que produziram, especialmente em residentes de grupos sociais não dominantes.

Os trabalhadores agrícolas que antecederam os emigrantes de que falamos viviam de acordo com o princípio da compra do estritamente necessário para a subsistência, numa lógica de rentabilização e reutilização dos produtos. Alguns bens (móveis da sala, roupas melhores, determinadas carnes, açúcar e alguns cereais) não entravam no circuito regular do consumo, pois tinham de ser poupados para servirem em ocasiões especiais, sob pena de desaparecerem e não poderem ser substituídos. Esta lógica ilustra bem o princípio da aquisição circunscrita ao indispensável. Os fenómenos do transnacionalismo e da globalização ganharam depois escala nas aldeias portuguesas, com reflexos, nomeadamente, ao nível do consumo doméstico. Mas talvez o transnacionalismo tenha trazido efeitos mais imediatos aos habitantes locais, porque ocorreu por contacto pessoal com os congéneres emigrantes. Quando regressavam de férias, os emigrantes presenteavam os familiares e vizinhos nativos com bens indisponíveis nos mercados locais e que não eram considerados bens essenciais. Chocolates dispostos em caixas ilustradas, caramelos de frutas, pastilhas, *croissants*, queijo *brie*, iogurtes, acessórios para a casa, louças em porcelana decorada e bens de apetrechamento, já invocados, entraram pela primeira vez nas casas de muitos portugueses por esta via. Estas introduções promoveram a expansão da oferta comercial dos mercados e a transformação dos hábitos de consumo dos locais, como Michel Poinard (1983) sugeriu oportunamente. Tais mudanças contribuíram para a alteração de um padrão rural de compra restrita ao necessário, a que os assalariados se resignavam com a máxima “desde que houvesse o suficiente para se viver”, condicionada pelo regime político pré-25 de Abril e pelos credos religiosos instituídos, para um padrão de compra alimentado também pelo desejo, onde cabia o supérfluo, consonante com as aspirações da democracia pós-25 de Abril.

Com as “importações” trazidas de um país livre e de referência para o progresso, os emigrantes – em conjunto com a melhoria das condições económicas nos campos – auxiliaram os assalariados rurais no processo de libertação de uma conduta regulada pelo consumo restrito ao nível da subsistência para uma conduta de direito ao consumo em prol do bem-estar, onde cabia o prazer, numa espécie de tomada de consciência de direitos e não apenas de deveres. Ainda assim, esta mudança decorreu gradualmente e atuou sobretudo nos habitantes mais jovens, gerando frequentes choques geracionais, com os antigos trabalhadores agrícolas a resistirem a alterações na casa e a mudanças dos hábitos de consumo doméstico. Os emigrantes e as suas moradias contribuíram para que a casa do trabalhador agrícola, conotada com a miséria, se transformasse numa imagem longínqua. Foram ícones da desruralização e da mudança de paradigma do local para o translocal e agentes bem-sucedidos de uma transculturação²⁰⁵ indireta. A par das tendências veiculadas pelos emigrantes, devem ser consideradas as influências urbanas absorvidas por via da migração interna, do acesso a informação difundida pelos *media* e a outras fontes de propagação da cultura de consumo.

O nosso caso de estudo demonstra assim a participação conjunta e imbricada do transnacionalismo e da globalização na construção contemporânea de realidades socioculturais complexas. Fica ainda demonstrado o lugar do consumo como um valor cognitivo que ajuda a repensar a identidade e a cidadania na dinâmica de renovação, o que não pode deixar de lado matérias como as relações de continuidade, rutura e hibridização entre sistemas locais e globais, tradicionais e ultramodernos, bem como os conflitos e as negociações subjacentes aos processos.

²⁰⁵ Processo com partes modificadas e de onde emerge uma nova realidade composta e complexa.

IV. CASAS DE EMIGRANTES E CASAS RURAIS EMBLEMATIZADAS ENTRE 1990 E 2015

A discussão sobre as práticas e discursos em torno das arquiteturas populares obriga a pensar nos seus fenómenos mais recentes, como o reaportuguesamento das casas do emigrante e a recuperação das antigas casas rurais. A análise das casas dos emigrantes em Ourém será alargada à periferia de Paris para permitir uma leitura mais consolidada da trajetória de emigração destes portugueses através dos processos de construção e apropriação das suas casas. Regresso depois ao território das antigas casas rurais para estudar a reapropriação das mesmas, com enfoque em contextos, atores e problemáticas que lhe estão associados. Em ambos os casos, tentarei promover o contraponto entre perceções do passado e do presente, fazendo intervir os conceitos de nacionalismo, transnacionalismo, hibridismo, património, objetificação, memória, popular e representações sociais do consumo.

1. Espaços e práticas sociais de (ex-)emigrantes em França²⁰⁶

Retomo o assunto da emigração operária para França no século XXI para contextualizar as vidas atuais dos ourenses (ex-)emigrantes: os que emigraram entre 1960 e 1990 e regressaram ao país natal ou continuam emigrados (com idades entre os 50 e os 70 anos) e os que (re)emigraram nos últimos anos (idades médias entre 25 e 50 anos).

Durante o trabalho de campo em Champigny e bairros vizinhos, o facto de acompanhar os quotidianos de vários emigrantes e lusodescendentes ajudou-me a perceber melhor algumas opções económicas e sociais das gerações mais velhas e o grau de interferência dos filhos nos seus projetos de vida. Na exposição que se segue tentarei demonstrar a maior heterogeneidade económica e social dos (ex-)emigrantes de hoje, comparativamente à proximidade dos perfis e estilos de vida dos emigrantes retratados no capítulo anterior, pondo em evidência a complexidade dos contextos migratórios atuais entre Portugal e França.

²⁰⁶ Consultar Anexo V. Casas emigrantes e casas emblematizadas 1990 – 2015, 1. Contexto social.

1.1. Ex-emigrantes

Os antigos emigrantes que regressaram à aldeia natal a partir de 1970 mantêm dinâmicas que importa compreender. Fernando Ribeiro Martins (2003) tratou o assunto em profundidade na sua tese de doutoramento *Pinhal Interior Sul e o Regresso dos Emigrantes (1975-2001)*. O autor confirmou que o número de emigrantes regressados de França era superior ao de outros países e apontou Ourém, Leiria e Pombal como os concelhos com o maior número de regressados ao país durante o período estudado (Martins 2003: 153-156)²⁰⁷.

Em Ourém, muitos ex-emigrantes estabeleceram-se como empresários através de processos de integração bem-sucedidos, a avaliar pelos empregos que criaram. Ainda assim, verificaram-se casos de negócios falhados com consequente endividamento. Os emigrantes que regressaram nas décadas de 1970 e 1980 auferem rendimentos provenientes de duas pensões – uma do país natal e outra do país de acolhimento – e beneficiam de aplicações em depósitos a prazo e bens de investimento. Têm automóveis de gama média e alta, moradias que requalificaram nos últimos anos, envolvem-se em projetos sociais e religiosos locais e promovem dinâmicas familiares e vicinais, cooperando em trabalhos agrícolas e outras atividades de interesse para a aldeia.

De uma forma transversal, os ex-emigrantes tentam acautelar a autossuficiência na velhice (tratamento de doenças e custeamento do lar de idosos onde poderão ficar alojados) e a transferência de bens e dinheiro para os filhos, assumindo o compromisso de os proteger e apoiar mesmo em idade adulta. Os filhos²⁰⁸ prosseguiram estudos e alguns concluíram o ensino universitário. Uns fixaram-se nas empresas fundadas pelos pais e têm vindo a assumir gradualmente a gestão das mesmas; outros instalaram-se em meios urbanos, sobretudo na última década. Esta tendência, a par da (re)emigração e da redução da natalidade, venceu o envelhecimento e o despovoamento das aldeias locais, frustrando as expectativas que os seus pais tinham em relação ao progresso da “terra” e a relações de proximidade geográfica com os filhos. António, um ex-emigrante residente em Urqueira, lamentava-se: “Voltou tudo ao mesmo. Fartei-me de trabalhar a pensar que as minhas

²⁰⁷ A partir da repartição do número de emigrantes provenientes de França, por concelhos (1976-82, 1986-91 e 1996-01), INE, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

²⁰⁸ Com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos.

filhas um dia ficavam por cá, mas não conseguiram trabalho perto e agora cada uma está a um lado. Vejo os netos aos fins de semana ou de quinze em quinze dias, quando calha.”

Os ex-emigrantes mantêm rotinas de trabalho no campo para consumo doméstico e hábitos locais de gastronomia²⁰⁹, mas também reproduzem hábitos alimentares adquiridos em França. Na freguesia de Urqueira, algumas mulheres ex-migrantes introduziram o prato magrebino *cous cous* em iniciativas de comensalidade da paróquia. Os habitantes não migrantes apreciam o prato, mas restringem o seu consumo a essas ocasiões por desconhecimento dos métodos de confeção: “Quando fazemos *cous cous* inscrevem-se sempre mais pessoas que o habitual. É um prato que gostam, mas não sabem como se faz, só comem nos almoços da capela” [membro da comissão paroquial de Urqueira].

1.2. Emigrantes de longa data

Os oureenses que emigraram há mais de 20 anos e não regressaram à aldeia assumem hoje postos de trabalho bem remunerados. Alguns constituíram empresas (de construção, metalomecânica e restauração) na região de Paris. Continuam a investir na inserção pelo trabalho no destino de migração e esforçam-se por se tornarem trabalhadores independentes e se afirmarem socialmente (cf. Cardoso 2008: 42, 68). Junto do antigo *bidonville* de Champigny identifiquei cafés, oficinas de automóveis, agências imobiliárias e outros negócios geridos por portugueses, alguns de Ourém:

Antes o português era *maçon* e a mulher empregada doméstica e os filhos não tinham um futuro promissor. O Governo cortava-lhe as pernas. Hoje não, há muitos portugueses bem posicionados, com cargos importantes [Dalida, emigrante em Champigny, 56 anos, casada com emigrante natural de Urqueira];

Aqueles que cortaram com Portugal estão hoje muito bem, melhor até que os franceses, estão no topo. Há portugueses muito bem-sucedidos em França, os da minha geração [Avelino, emigrante em Vale do Marne, 60 anos].

Num manifesto de autovalorização, os emigrantes sublinham a representatividade demográfica e laboral dos portugueses na periferia de Paris e a sua capacidade de trabalho em prol do progresso da França, nomeadamente na área da construção, considerando que os franceses apreciam a qualidade dos seus desempenhos. Receiam,

²⁰⁹ Migas com couves e sardinha assada, sopa de feijão, batatas cozidas com couves e bacalhau.

no entanto, a concorrência de empresas geridas por indivíduos de outras nacionalidades. Acusam os seus preços de mercado inferiores e a maior rapidez de construção de se sobreponem à qualidade do trabalho. Sentem-se indignados com a “falta de brio” que vem tomando o setor e angustiados com a perda da influência que tinham anteriormente, com prejuízo para os rendimentos auferidos. Sérgio, operário de construção civil na região de Paris, denuncia a tendência dos franceses para optarem por soluções de menor qualidade, mas financeiramente vantajosas:

Se os portugueses se fossem embora, esta região ficava vazia e não havia quem continuasse a fazer edifícios com tanta qualidade e segurança. E eles [os franceses] sabem que se quiserem uma casa ou um prédio bem feito contratam portugueses [...] O que estraga isto tudo é a concorrência. Cada um faz mais barato. Agora quem domina o mercado da construção são os turcos, fazem mais barato. Há já portugueses a trabalharem para os turcos [...] Mas depois há pessoas que querem ganhar tudo de uma vez e não pagam aos fornecedores e deitam tudo a perder.

Os portugueses reforçam o valor que os franceses atribuem à sua capacidade de trabalho. Mas também têm consciência das representações pouco favoráveis que os mesmos constroem sobre eles, conotando-os com atitudes dissimuladas que exteriorizam dificuldades financeiras pelas condições de vida precárias que levam no país de imigração, contraditórias com o monopólio que possuem no país natal: “irritam-se com os portugueses quando se lamentam que passam mal, dificuldades, e depois descobrem que eles em Portugal têm grandes casas. Não gostam disso” [Avelino]. Os indivíduos que estão emigrados há várias décadas mantêm rotinas de trabalho e consumo associadas à disciplina e à poupança, ainda que menos intensas do que no passado. Partem de madrugada para o emprego e levam uma refeição de casa, compram moradias antigas, recuperam-nas aos fins de semana e feriados e, em muitos casos, vendem-nas ou arrendam-nas e permanecem em alojamentos menos cómodos para poderem aumentar os seus rendimentos. Alguns emigrantes reformados mantêm tarefas remuneradas, como Eugénia, que continua a passar roupa para a antiga patroa da casa onde trabalhou. Na alimentação, cruzam produtos e métodos de confeção portugueses com hábitos apropriados no país de residência:

Eu tanto faço couves miudinhas – tenho um jardimzinho, seis ou sete couves de horto e, quando não tenho, telefono a uma amiga, não tens couves? –, tanto faço uma feijoada ou um cozido como faço cozinha francesa. Não podemos fazer só comida portuguesa. Faço o *cous cous* à minha maneira, não é como os árabes fazem [Fátima Vieira, emigrante em Vale do Marne, natural de Espite].

Estes emigrantes frequentam superfícies comerciais e cafés onde assistem a jogos de futebol com equipas portuguesas, mas admitem que não têm rotinas de ócio como em Portugal, “cá [em Portugal] as pessoas gozam melhor a vida, aproveitam melhor os dias, vão ao café e essas coisas. Nós vamos às compras e voltamos para casa” [Fernanda Ribeiro, natural de Urqueira, emigrante em Vale do Marne]. Estas condutas prolongam parcialmente a invisibilidade dos portugueses no destino de emigração e implicam maior esforço para ultrapassarem o estereótipo de retrógrados, campesinos e subalternos com que se viram rotulados durante décadas. É seu desejo que essa superação favoreça a integração plena dos filhos luso-franceses. Servem-se de progressos económicos individuais, como a criação de negócio próprio, para se projetarem socialmente, investem em consumos culturais e aperfeiçoam o domínio da língua e da informação, favorecendo a sociabilização com os franceses. Mas também têm atitudes de retraimento em relação à comunidade natal, como se depreende pela dualidade de discursos captados dos entrevistados:

Eu tenho amigas francesas [Dalida];

A relação entre os franceses e os portugueses é mais impessoal. São mais fechados, mas nós também nos fechamos a eles. Moram num prédio e não conhecem os vizinhos. Em dez anos, se disserem bom dia uma vez é muito. Com os franceses tenho sobretudo uma relação de trabalho. Almoço mais vezes com os casais portugueses do que com os franceses [Manuel, emigrante, natural de Espite].

A melhoria dos níveis de vida dos imigrantes portugueses em geral poderá ter debilitado parcialmente a rede interpessoal desta comunidade. A reciprocidade que antes era considerada indispensável para a subsistência e segurança de cada imigrante foi secundarizada e o enriquecimento económico individual refreou a cumplicidade que vigorava nas décadas de 1960 e 1970. Avelino (emigrante há 40 anos) comentava: “hoje os portugueses têm inveja uns dos outros. Se um vê o outro melhor, não o vai ajudar e fica com inveja”. O aumento dos agregados familiares (com os casamentos dos filhos e os nascimentos de netos) também contribuiu para fragilizar o contacto social entre portugueses imigrantes, que passaram a confinar as dinâmicas de cooperação e lazer aos núcleos familiares.

Bem menos intensas que no passado, as sociabilidades entre portugueses subsistem e continuam a alimentar a sua principal rede social. Embora com menor regularidade, os imigrantes promovem almoços aos domingos, assistem à missa

portuguesa e frequentam os mesmos espaços comerciais. O *marché* de Villiers continua a ser um espaço de consumo e encontro entre os portugueses mais velhos. O exterior mantém uma disposição pouco organizada dos produtos na via pública, ocupada com tendas em que é exibida roupa barata, colchões, sapatos e ícones de Portugal (reproduções da bandeira nacional, fotografias de jogadores e emblemas de clubes portugueses de futebol, esculturas de Nossa Senhora de Fátima). No interior do pavilhão estão as bancas de alimentos (frutas, legumes, peixe, bolos, produtos portugueses, bacalhau) e um café gerido por portugueses. Existem outros mercados com produtos portugueses, facilmente abastecidos pelos novos meios de transporte, como revela uma grande mercearia portuguesa recentemente inaugurada em Bonneil, que é frequentada por portugueses de várias idades e por franceses. Hoje, não só há uma gama variada de alimentos portugueses disponíveis, como uma imagem renovada e moderna de Portugal, fabricada pelo *design* contemporâneo.

As dinâmicas associativas continuam a promover a coesão entre antigos imigrantes, novos imigrantes e lusodescendentes. O aumento significativo de coletividades fundadas e dinamizadas por portugueses, o seu papel nos processos de adaptação dos imigrantes e as representações identitárias subjacentes são aspetos sublinhados por estudos recentes como “Os futebolistas invisíveis: os portugueses em França e o futebol” (Pereira 2014). Em 2009, existiam 205 clubes de futebol em França com designações que remetiam para Portugal²¹⁰. Victor Pereira referiu-se ao Union Sportive des Lusitanos de Saint-Maur (fundado em 1966) como o clube de futebol português mais conhecido em França, o qual chegou a ter como presidente Armando Lopes, um homem de negócios com raízes no concelho de Ourém. Durante uma estadia de férias em Espite, a emigrante Fátima Vieira confirmava-me a projeção que esta associação tem para os portugueses em França e a centralidade que a mesma ocupa na vida da sua família:

Quando emigrei, não fui de avião, fui de carro, direita a um campo de futebol. O meu marido era jogador de futebol. Na altura, conheciam o Eusébio e quando o meu marido começou a jogar tinha 10 anos. Hoje, ele é conhecido por Eusébio. Eu fui para essa associação portuguesa Os Lusitanos, que é superconhecida. Era a maior equipa estrangeira em França, joga com verde e vermelho. O antigo presidente é nosso vizinho, o pai é de Caxarias. Foi-se embora em 2009 e veio outro. Eu fui para lá [para o clube] em 1977 e não saí

²¹⁰ Fonte: Anuário de Federação Francesa de Futebol.

de lá. Fui mulher de jogador e sou mãe de jogador [...] Todos os domingos vou para o futebol. Fui para aquela associação e vou ficar lá até ser velha.

Num artigo também dedicado à relação do futebol com a emigração portuguesa, com base em material etnográfico recolhido em vários países de diáspora, Nina Clara Tiesler defendia que essa modalidade desportiva em contexto associativo era um elemento representativo nos quotidianos dos emigrantes e uma referência crucial, ainda que construída, do país ou da cidade de origem (Tiesler 2012: 90). Quer este estudo quer o estudo de Victor Pereira frisam a importância do futebol nos quotidianos masculinos e no associativismo português. É uma estratégia identitária de minorias étnicas que reforça a união de gerações, nomeadamente entre pais e filhos, e que atua como plataforma de afirmação pessoal por associação a personalidades portuguesas (como Cristiano Ronaldo) e a resultados alcançados no futebol português. Os ranchos folclóricos (com maior pendor para a associação à região de origem) e demais manifestações culturais que objetificam os referenciais identitários de Portugal são outros instrumentos de apoio à integração dos portugueses no país estrangeiro e à definição de espaços de sociabilidade.

A adesão dos emigrantes de longa data às redes sociais (*Facebook*, *Skype*...), com processos de aprendizagem apoiados pelos filhos ou netos, bem como o acesso a preços mais acessíveis para chamadas telefónicas internacionais, promovem comunicações mais assíduas com familiares e amigos residentes na aldeia natal e um acompanhamento, em tempo real, das novidades da aldeia e do concelho. Em França, e sobretudo em deslocações à aldeia, usam-nas como tema de conversa e de manifestação do interesse pela família e pela localidade. Estes acessos permitem-lhes um contacto mais intimista com os residentes (Levitt 2001b: 203), numa estratégia de coesão social. A cumplicidade e o compromisso com os habitantes locais varia conforme o tempo de estadia. Por exemplo, um indivíduo que permaneça tempos idênticos em França e em Portugal participa em muitas iniciativas na aldeia (vindimas, festejos religiosos), mas se permanecer na aldeia apenas em agosto tem um papel mais passivo na vida social local.

Nas décadas de 1990 e 2000, muitas famílias emigrantes passavam menos tempo na aldeia para o repartir com a praia (preferencialmente no Algarve). Vários fatores contribuíram para esta transformação: tinham alcançado situações financeiras confortáveis; as conjunturas económicas aparentemente estáveis de França e Portugal

conferiam-lhes segurança; desejavam fruir de mar e sol, mais acessível que em França, e melhorar a aparência física (tez bronzeada); utilizavam o atrativo da praia para cativarem o interesse dos filhos pelo país; e articulavam a estadia nas praias do Algarve como linguagem de ascensão social.

Nos últimos seis anos, o panorama económico em França, com impactos nos rendimentos familiares, voltou a moderar os consumos dos emigrantes. Muitos casais continuam a visitar Portugal, preferencialmente em agosto, mas rumam menos a destinos que envolvam despesas significativas. Por comodidade e por poupança, viajam de avião até Lisboa e alugam um automóvel para se deslocarem nas férias. Os filhos com mais de 18 anos acompanham-nos com menor frequência, mas não se desligam totalmente da aldeia:

Agora não é assim, as famílias [emigrantes] trazem apenas um carro e na maior parte das vezes é alugado, fica mais barato. Há uns anos iam mais para o Algarve, agora passam a maior parte do tempo por cá. Mesmo assim, veem-se menos jovens na rua e no café que antes e ouvem-se menos carros à noite. Há uns anos, eram carros com música aos berros. Agora já não é tanto [Céu, residente em Espite].

As famílias repartem as férias entre a estadia na sua casa, as visitas a familiares e amigos, o café da aldeia, a missa dominical, festejos e algumas visitas culturais e estadias de praia, mais curtas do que antes. São convidadas para casamentos de lusodescendentes, promovem a comensalidade com os familiares e frequentam o mercado das quintas-feiras em ritmo de lazer e de confraternização com os congéneres. Nos meses de agosto de 2009 a 2015, nas visitas semanais ao mercado municipal, confirmei a elevada afluência de emigrantes pelo número significativo de automóveis com matrícula francesa, refletido no aumento do trânsito, que exige policiamento rodoviário. O mercado²¹¹ está distribuído por uma área coberta, para bens alimentares, e uma área descoberta, com roupas, calçado, alfaías, louças e outros utensílios e acessórios. Casais emigrantes, acompanhados pelos familiares, abastecem-se no interior do pavilhão (de pão, queijos, carne, peixe, fruta e vegetais). Já no exterior, abrandam o ritmo e conversam em francês ou misturam os idiomas, como ao afirmar “vou levar um *casquette*”. Comentam a multidão e a confusão que se

²¹¹ O pavilhão coberto foi inaugurado em 2004 e reúne boas condições de apresentação dos produtos e de funcionamento dos serviços, bem como uma gama de oferta superior àquela de que os emigrantes dispõem, particularmente no *marché* de Villiers, o que os pode incentivar à sua frequência regular.

faz sentir no mercado e nas ruas, mas sabem que o cenário se repetirá no ano seguinte, e que dele voltarão a fazer parte.

1.3. (Re)emigrantes recentes

Endividamento, insegurança laboral, precariedade residencial e fragmentação familiar são expressões que sintetizam o estado de muitos portugueses que (re)emigraram recentemente para França por razões financeiras. A emigração é familiar e individual, masculina e feminina, de jovens adultos (com idades entre 18 e 35 anos) e indivíduos mais velhos, confrontados com a perda de emprego ou a insolvência da empresa pessoal. Em 2013, a França aparecia como destino principal da emigração portuguesa²¹². O agravamento da situação económica do país nos últimos anos refletiu-se na falência de empresas de construção também em Ourém, o que, a par de outros fatores, intensificou a emigração para França.

Um estudo recente do sociólogo João Teixeira Lopes²¹³ relata a vaga de emigração de jovens portugueses qualificados para França. Já em Ourém, o principal grupo de jovens com este destino é composto por operários mais jovens e pouco qualificados e empresários da construção civil (pedreiros, carpinteiros, ladrilhadores, estucadores...), conscientes de que o mercado da construção civil em França não esgotou: “França ainda tem milhares de casas em falta” [Armando Malho, re-emigrante, natural de Espite]. Muitos homens oureenses continuam a ser recrutados para a construção civil e as mulheres empregam-se nas áreas da restauração, limpeza de empresas e edifícios públicos ou como amas e empregadas domésticas. Uma das exceções é constituída por jovens engenheiros e arquitetos que, defrontados com a escassez de empregos no setor em Portugal, tentam conquistar o mercado de trabalho em França, concebendo projetos de construção de casas para portugueses ali residentes. De facto, muito embora o tema da emigração qualificada tenha ganho expressão nos discursos políticos, públicos e académicos, tal não se deve ao desaparecimento de práticas de emigração anteriores, mas antes ao seu alargamento a novos grupos sociais.

Empresários em nome individual assumem empreitadas adjudicadas por imigrantes portugueses em França e sujeitam-se a pequenos volumes de trabalho e à

²¹² Observatório da Emigração, <http://www.mundoportugues.org>, consultado em 10/05/2015.

²¹³ Conclusões apresentadas em 2013 no Colóquio “Imagem da (e)migração vs (e)migração em imagens”, na Biblioteca Almeida Garrett, Porto.

emigração pendular. Os emigrantes da construção civil que são absorvidos por este ramo em França transportam técnicas e métodos assimilados em Portugal que valorizam a segurança das estruturas e os acabamentos das construções. Declaram-se profissionais capacitados, contudo queixam-se do retrocesso nas remunerações e da precariedade laboral, como comentava Fernanda, luso-francesa com ascendência em Ourém:

São muitos os rapazes e as raparigas com 20 anos sem formação que emigram, como há 40 anos atrás, e instalam-se por favor nas casas de familiares ou em quartos alugados. Sujeitam-se aos piores trabalhos que aparecem nas obras. Agora, os emigrantes ganham apenas para o dia-a-dia e não há perspectivas de melhoras.

Os discursos dos operários entrevistados oscilam entre a indignação pela forma como são tratados e a resignação face à conjuntura de “crise mundial” e a ausência de alternativas nos países com os quais estão mais familiarizados. Reconhecem a lacuna da língua, inclusivamente para interpretarem as leis que regulamentam os direitos laborais. Contactam com familiares e vizinhos emigrantes, captam termos franceses através dos *media* e assimilam vocabulário básico no ensino obrigatório, mas o que aprendem não lhes permite diálogos fluentes.

A vaga recente de imigração reforçou a concentração de portugueses nos bairros que tradicionalmente ocupam e reacendeu alguma solidariedade entre compatriotas em situações económicas precárias. Instalam-se em casas de familiares ou em apartamentos exíguos com outros portugueses recém-chegados e repartem despesas de arrendamento e tarefas domésticas, por escalas de serviço. Esta organização poderá contribuir parcialmente para o fechamento da comunidade imigrante recente, embora sem termos de comparação com o passado. Durante o trabalho de campo, em Champigny e em Ourém, ouvi comentários elucidativos desta tendência, como:

Vou ao *marché* e encontro muitos portugueses, mesmo os vizinhos da terra. Quase parece que estamos em Portugal [Paulina, emigrante, natural de Urqueira];

Mesmo que uma pessoa queira aprender a falar francês, não consegue. Só convive com portugueses, trabalha e vive com eles [Arlindo].

Os contextos atuais de vida dos imigrantes de longa data e dos (re)imigrantes refletem assimetrias nas situações residenciais, laborais e financeiras e nas redes sociais em que ambos os grupos se movimentam. Estas assimetrias explicam a reconfiguração das relações internas da comunidade portuguesa imigrante, um pouco mais complexas e ambivalentes que no passado. Os emigrantes mais antigos em situações económicas estáveis intervêm na instalação de familiares e vizinhos recém-chegados. Ajudam-nos a encontrar alojamento e trabalho e por vezes intercedem junto dos patrões para que os contratem ou, quando empresários, admitem-nos nas suas empresas. Findo o apoio imediato indispensável, as relações interpessoais tornam-se esporádicas e prevalece o contacto regular com o círculo de amigos com os quais partilham posições económicas idênticas. Apoiam-se em rotinas que os distanciam da precariedade dos compatriotas e chegam mesmo a criticar-lhes condutas profissionais pouco disciplinadas e dedicadas nos postos de trabalho, demarcando-se deles e pondo em evidência a fragilidade latente no apoio que lhes prestam:

Os [portugueses] que se deram bem não se solidarizam muito com os que partem agora [Fernanda, luso-francesa, residente em Plessis-Trévisse];

O meu cunhado tem uma churrasqueira e queria remodelá-la e contratou uma empresa portuguesa para o fazer. Em vez de uma semana, demorou 15 dias. Chegavam às 9h00, às 9h10 iam tomar café, e ia um, iam os três. Ao meio-dia iam almoçar. Nós vamos à vez, lá para as 13h00, 13h30. Não estão habituados à dureza do trabalho [Glória, luso-francesa, residente em Champigny].

Se, por um lado, a solidariedade entre portugueses instalados e em processo de instalação no país de imigração apresenta alguma fragilização, por outro lado, a rede de apoios aos imigrantes recentes vem sendo reforçada institucionalmente pela Embaixada de Portugal em França²¹⁴ e, informalmente, por iniciativa associativa e individual. São disponibilizados *sites*²¹⁵ com informações e sugestões em áreas como a habitação, custo de vida, impostos e descontos para a segurança social, salário base/médio, ofertas de emprego e divulgação de empresas fornecedoras de serviços e trabalho temporário.

²¹⁴ <http://www.embaixada-portugal-fr.org/pt> (consultado em 10/12/ 2014).

²¹⁵ [http:// www.comoemigrar.net](http://www.comoemigrar.net) e <http://www.vamosmanel.wordpress.com> são dois *sites* com informações úteis e recomendações de interesse para os recém-imigrantes (consultados em 10/12/2014).

Os habitantes das aldeias portuguesas que estudei mostram-se solidários com os que emigram, valorizam-lhes a iniciativa perante a ausência de alternativas em Portugal e deixam transparecer a preocupação de se confrontarem com um cenário idêntico. Recebem-nos afavelmente nas curtas estadias de férias e comunicam com eles regularmente por via telefónica e através das redes sociais. Os indivíduos locais que atuam na construção civil reconhecem que o relacionamento de proximidade com os compatriotas emigrantes pode facilitar a garantia de contratos de trabalho em França, em caso de necessidade. São manifestações que sugerem, uma vez mais, a sociabilidade entre pares como mecanismo estratégico de apoio à subsistência individual e familiar.

1.4. Lusodescendentes ou luso-franceses

Acompanhei alguns descendentes de oureenses nos seus quotidianos em França e durante as férias em Portugal. Não são o principal grupo responsável pela apropriação das casas em estudo, mas participam nas opções de construção ou adaptação das casas de emigrantes e de reocupação das casas dos seus antepassados. Complemento a observação com as reflexões presentes em estudos recentes, como por exemplo as teses de doutoramento de Jorge de la Barre (2006), sobre os processos de construção identitária destes descendentes de portugueses, e de Irène dos Santos (2010), *Les brumes de la mémoire: expérience migratoire et quête identitaire de descendentes de Portugais de France*. Entre os muitos estudos e notícias que o Observatório da Emigração²¹⁶ disponibiliza, destaco os artigos sobre o associativismo na comunidade luso-francesa (Muñoz 1999; Pereira 2012; Tiesler 2012). A academia e as associações de luso-franceses têm promovido encontros científicos específicos sobre o tema. É o caso da conferência “Filhos(as) da emigração/imigração portuguesa” (realizada em 2011 no Instituto Francês de Portugal) com estudos de caso alusivos a filhos de imigrantes em França que permitiram debater a negociação de processos de sociabilização, sentidos de pertença e estratégias de representação identitária dos luso-franceses nos quotidianos e na atuação em espaços públicos. Os próprios luso-franceses dinamizam coletividades (a Cap Magellan e outras estruturas) que

²¹⁶ <http://www.observatorioemigracao.pt>, consultado em 19/12/2014.

alimentam plataformas digitais²¹⁷ através das quais manifestam os seus posicionamentos identitários.

Assinala-se alguma falta de consenso na terminologia para referir este grupo e com que os membros se autointitulam. O uso de designações como “lusodescendentes” e “luso-franceses” varia em função de interpretações feitas por investigadores, atores sociais e pelos próprios, que divergem consoante os posicionamentos e contextos de vida individuais. Manuel Antunes da Cunha procurou demonstrar essas diferenças ao propor três macrotendências nas classificações de jovens de origem portuguesa, ressaltando a sua subjetividade: “segunda geração”, “lusodescendentes” e “portugueses”. Para o autor, os indivíduos que se denominam de “segunda geração” reivindicam uma dupla pertença, mas sentem-se mais próximos do país onde nasceram e ali constroem o seu projeto de vida. Os “lusodescendentes” identificam-se mais com práticas de cultura popular transmitidas no âmbito familiar, numa associação étnica a Portugal. Por fim, os “portugueses” apropriam-se de uma versão erudita da portugalidade que os demarca do estatuto de “emigrantes”, embora os demais grupos também o rejeitem (Cunha 2009). No seguimento, e para efeitos desta pesquisa, utilizo preferencialmente o termo “luso-francês” porque traduz a identidade dupla que estes indivíduos constroem, privilegiando a sua autoidentificação como europeus, num mecanismo de pluralização identitária e afirmação transversal a ambos os países. Agem como cidadãos franceses e, ao mesmo tempo, alimentam relações com descendentes de outros portugueses e imigrantes de diferentes nacionalidades.

A literatura (Cardoso 2008: 38-39) e os dados etnográficos recolhidos confirmam o investimento dos portugueses que emigraram entre 1960 e 1990 na formação académica dos luso-franceses. Mesmo com o aumento de licenciados nos últimos anos, é recorrente a frequência de cursos técnicos que lhes têm valido a entrada precoce no universo profissional (média de idades entre 18 e 23 anos) e subsequente autonomia financeira. Esta inclinação explica a constituição de famílias em idades igualmente jovens, o que, num certo sentido, os aproxima do padrão das gerações antecessoras (avós trabalhadores agrícolas e pais emigrantes). A maioria dos luso-franceses originários de Ourém alimenta alguns laços com Portugal que os pais

²¹⁷ [http:// www. luso- descendentes.blogs.sapo.pt;](http://www.luso-descendentes.blogs.sapo.pt;)
<http://www.capmagellan.sapo.pt;> <http://www.memoria-viva.fr.>, consultados em 20/12/2014.

lhes inculcaram desde pequenos, matriculando-os em escolas com ensino da língua portuguesa, envolvendo-os em coletividades, na missa e no mercado português, e fazendo-os crescer em círculos de familiares e amigos portugueses e com gozo de férias em Portugal, onde podiam expandir brincadeiras de rua:

Eu exigi que os meus filhos frequentassem uma escola portuguesa também para que eles soubessem um bocadinho da história de Portugal, da cultura portuguesa, que não fossem daqueles que não sabem falar português. Consegui dar o amor de Portugal aos meus filhos e eles escolheram ter dupla nacionalidade [Fátima Vieira, emigrante, natural de Espite].

Hoje, muitos luso-franceses expressam o gosto por Portugal, mas, segundo estatísticas disponibilizadas em 2010 pela Fundação Vox Populi, nos últimos anos os indivíduos entre os 18 e os 44 anos de idade têm visitado menos o país. Esta redução indicia algum enfraquecimento da ligação a Portugal e a ausência da promoção de laços dos descendentes com o país de origem familiar. Segundo o “Estudo das comunidades portuguesas em França” realizado pela referida fundação, 45% dos portugueses e lusodescendentes residentes em França, motivados pelas condições de vida mais favoráveis naquele país, não tencionam regressar a Portugal. Mas continuam a frequentar o país de origem em agosto, onde se casam, agora com franceses ou com luso-franceses, que tanto podem descender de portugueses do Minho como da Estremadura. Isso demonstra a tendência para iniciarem o namoro em França e não nas férias em Portugal, como sucedia com os pais.

Escolhem frequentemente a localidade de origem dos pais para celebrarem o matrimónio, porque ali reúnem mais facilmente família e amigos e realizam a boda a preços mais acessíveis que os praticados em França, repetindo a lógica dos ascendentes. No trajeto entre a cerimónia religiosa e o local da boda, os organizadores do casamento fixam setas de cartolina fluorescente com os nomes dos noivos nos postes de rotundas e cortes de estrada, para sinalizarem o acesso a convidados estrangeiros e emigrantes naturais de outras regiões.

Durante as férias, limitam o relacionamento ao círculo familiar e de amigos luso-franceses, reflexo da influência que o convívio entre famílias portuguesas imigrantes em França (em coletividades, almoços, no mercado, na missa...) tem na criação de redes de socialização entre luso-franceses. A transferência dessas

sociabilidades resulta num circuito tendencialmente fechado e prejudicial ao contacto com os habitantes locais, que alguns interpretam como desinteresse pelo país:

Os filhos destes emigrantes não ligam nada a Portugal. Vêm cá porque têm cá a casa dos pais, mas quando os pais morrerem deixam de vir e põem tudo à venda. Eles pertencem a França, têm lá o trabalho deles, a vida deles [António Marques, ex-emigrante, residente em Urqueira].

Independentemente das motivações que levaram os emigrantes a estimular a ligação dos descendentes com Portugal, estes reivindicam o reconhecimento social e um lugar justo em ambos os países e combatem o estigma da invisibilidade a que os pais se sujeitaram. A festa portuguesa patrocinada pela Rádio Alfa²¹⁸ em França é um evento anual agregador e prestigiante para a comunidade portuguesa e lusodescendente porque simboliza e reconhece o seu sucesso económico e social.

Organizações como a Cap Magellan e o Observatório dos Luso-descendentes promovem debates, espetáculos, projetos de investigação e viagens sob o mote da história antiga e recente de Portugal. São exemplos a pintura *Do Mundo para Macau* (de dois artistas plásticos luso-franceses), a exposição “Os Portugueses esquecidos do Oriente” (fotografia e vídeo) e o filme *A Gaiola Dourada* (2013), do luso-francês Ruben Alves. A comunidade lusodescendente, especialmente a mais letrada, alimenta a narrativa heroica de Portugal e assume, sem pudor, o passado de pobreza dos seus ascendentes, num fenómeno que traduz a exposição pública das suas origens e a capacidade crítica para as discutirem sem reservas, suscitando reflexões sobre processos identitários dos luso-franceses. Por exemplo, *A Gaiola Dourada* foi mote do colóquio realizado no Porto em outubro de 2013 e organizado pelo Observatório dos Luso-descendentes com o título “Imagem da (e)migração vs. (e)migração em imagens: da gaiola dourada à geração Europa. Os (e)migrantes: (f)actores de mudança?”. Os seus casos de sucesso nas artes, na política, no desporto e no meio empresarial são igualmente difundidos na imprensa portuguesa, como forma de autovalorização identitária por via da conquista de lugares “visíveis” na sociedade francesa e com eco para a sociedade portuguesa.

Para os luso-franceses, o espaço e símbolos de Portugal sobrepõem-se à casa e à aldeia. Preferem destinos turísticos portugueses, como as praias algarvias e a cidade

²¹⁸ A Rádio Alfa, com programação dedicada à comunidade portuguesa em França, é gerida por Armando Lopes, um natural de Urqueira que emigrou ainda jovem.

de Lisboa, onde buscam referências de cosmopolitismo e ícones legitimados (como o fado após a classificação como Património Imaterial da Humanidade). Reclamam uma identidade também portuguesa, mas de um Portugal de vanguarda que reabilita a representação cristalizada de um país rural e subdesenvolvido (Tiesler 2012: 79), nomeadamente junto dos franceses, e demarcam-se da imagem tradicionalista e de suburbanidade da residência dos pais.

Marie-Claude Muñoz (1999) lembrava que os sinais de progresso em Portugal após o 25 de Abril e os subsequentes acontecimentos nacionais com projeção mundial reabilitaram a imagem do país. Incentivaram os jovens lusodescendentes a reforçarem discursos de criação e redefinição identitária na ligação com Portugal, com recurso a ícones de portugalidade (o futebol, o fado, o hino e a bandeira nacional), signos que hoje permanecem fortemente valorizados pelos emigrantes e descendentes: “No hino português toda a gente se cala. Os jovens até choram. Só quem lá está é que sabe” [Manuel Araújo, emigrante, natural de Espite].

A casa na aldeia portuguesa é um entreposto entre França e os destinos de lazer em Portugal e um alojamento turístico gratuito no país. Os pais reconhecem a relação débil dos filhos com a povoação, o que lhes aumenta o arrependimento pela construção da moradia, e esforçam-se por se ajustar às escolhas dos descendentes, convencidos do futuro fim dos laços com a aldeia: “[...] Enquanto formos vivos vimos cá, mas depois as minhas filhas vão deixar de vir” [Fernando, emigrante em Champigny, natural de Urqueira]. O distanciamento da aldeia de origem dos pais aumenta com a perda dos avós ou o casamento com franceses, mas continuam a valorizar as “raízes” familiares e a localidade como palco das suas narrativas identitárias.

2. Casas de emigrantes em Ourém entre 2000 e 2015

2.1. Construir casa na aldeia natal: desaceleração e mudança

Aqui no concelho os processos de licenciamento reduziram muito nos últimos anos. Não tem comparação ao número de pedidos que davam entrada há anos atrás. Agora existem sobretudo pedidos de legalizações e pequenas alterações a edifícios existentes [...]. O meu filho, por exemplo, diz que não quer ter casa própria. Prefere arrendar porque assim tem mais facilidade de gerir a vida se surgirem oportunidades ou se decidir mudar de cidade ou de país. É um investimento que não se justifica. Ficam amarrados à despesa e depois, se

quiserem vender a casa, têm mais trabalho e despesas [Olímpia, arquiteta do Município de Ourém].

Na última década, a construção em geral e a construção de moradias em particular tem vindo a diminuir no concelho de Ourém. Por sua vez, a aquisição de apartamentos nas cidades de Fátima e Ourém aumentou, associada nomeadamente a perspectivas de arrendamento. O desinvestimento na construção de moradia na aldeia resultou de vários fatores, alguns já sugeridos e que agora retomo. Em 2001, o PDM (Plano Diretor Municipal) entrou em vigor e a regulação do uso urbanístico dos solos desencorajou os interessados confrontados com os condicionamentos e o aumento de burocracias nos processos de licenciamento de construção. Os custos com a obra subiram continuamente, inflacionados pelo preço do projeto, da mão-de-obra e dos materiais de construção, contrastando em muitos casos com o congelamento de salários e encargos bancários difíceis de gerir. Verifica-se ainda a tendência para jovens casais se fixarem em meios urbanos onde frequentaram o ensino superior ou se empregaram. Alternativamente, procuram outras soluções de residência (em casa dos pais, ou arrendamento) que não os comprometam financeiramente e não lhes condicionem a possibilidade de mobilidade.

O abrandamento da construção de casas de emigrantes é todavia mais antigo, com um início ténue em meados da década de 1990²¹⁹. Muitos emigrantes decidem não construir porque optaram por não regressar definitivamente a Portugal, pelo que a moradia na aldeia seria habitada apenas durante um mês no ano, sem retorno do investimento realizado. São cada vez mais os portugueses que constroem moradia em França durante a adolescência dos filhos para que possam usufruir dela. A reabilitação ou construção de casas por portugueses em França era já mencionada nos anos 70 e 80 (Villanova, Leite e Raposo 1995; Cardoso 2008) e nos últimos anos revelou-se uma prioridade para os oureenses, em detrimento da construção de casa na aldeia portuguesa. Alguns emigrantes que já haviam construído as casas na aldeia adquiriram moradia em França após o nascimento dos netos.

A contratualização crescente de empresas francesas para serviços de limpeza e segurança no país de imigração refletiu-se na redução de profissionais porteiros, com

²¹⁹ Constatação apurada pelo número de pedidos de licenciamento de habitação particular com entrada nos serviços municipais entre 1990 e 2015 (consulta de alguns anos, por amostragem) e pela informação facultada por técnicos municipais com funções de encaminhamento ou análise de pedidos de licenciamento de obras particulares.

subsequente diminuição da habitação gratuita para estes imigrantes, o que, acrescido ao preço elevado das rendas da habitação, incentivou a aquisição de moradia. Noutros casos, os imigrantes adquirem casa e continuam a residir em apartamentos arrendados com vista ao lucro pelo arrendamento ou a venda: “[...] o arrendamento não os atrai, porque não ficam com nada [...]” [Sérgio, emigrante, natural de Urqueira]; “[...] as rendas de casas em França são caras. Por isso as pessoas preferem contrair um empréstimo e comprar casa” [Glória, lusodescendente].

Contrariando o princípio adotado pelos portugueses radicados em França desde os anos 60 e 70, os imigrantes mais recentes contraem empréstimos bancários para a construção de moradia no bairro francês de residência, ainda que nos últimos anos a obtenção de crédito tenha diminuído. Em 2006, dois irmãos emigrantes adquiriram em conjunto uma casa antiga²²⁰ com recurso a crédito bancário. Em 2011, Sérgio, o irmão mais velho, referia: “Se fosse hoje, não teria hipótese [...]”.

A imprensa em Portugal difunde a ideia da construção pelos emigrantes portugueses nos países de acolhimento como uma recorrência atual, motivada por razões económicas e pela conjuntura instável do país, que transforma a construção de casa na aldeia num investimento inseguro. Em 2012, Luís Manuel Cabral referia²²¹: “Regressar e construir casa já não é um sonho dos novos emigrantes do norte, mais intensamente na construção civil, ressentido-se, porque a ligação à terra tem hoje outro ‘cimento’”. O seu artigo realça a preferência pela construção no país de imigração e a perda da garantia de trabalho para os empreiteiros locais, que antes era muito assegurada pelos emigrantes.

A construção de casas de emigrantes em Portugal decaiu nos últimos anos, mas não deixou de existir²²². Nas aldeias de Ourém, emigrantes com idades entre os 40 e os 60 anos continuam a “fazer” casa na aldeia natal e os pedidos de licenciamento no Município aumentam ciclicamente em agosto. Como raramente assumem o regresso definitivo à aldeia portuguesa, optam pela dupla residência, numa diluição de fronteiras entre ambos os países. Mesmo informados da desvalorização do mercado imobiliário atual, investem na posse de casa como capital de herança para os filhos e garante perante um eventual regresso a Portugal.

²²⁰ A casa fora adquirida numa agência imobiliária de Champigny, gerida por um português de Ourém.

²²¹ *Diário de Notícias*, 20/08/2012.

²²² Consultar Anexo V. Casas emigrantes e casas emblematizadas 1990 – 2015, 2. Casas emigrantes em Ourém.

Justificam ainda a construção de casa na aldeia com o anseio de privacidade familiar durante as férias, pois só assim deixam de ser sujeitos aos ritmos dos pais ou outros proprietários das casas que os alojam, e com a expectativa de ali passarem períodos mais longos na reforma, como sucedeu com Alberto (tem 45 anos, é emigrante há 20 anos e casado com Célia, luso-francesa), que iniciou a construção da moradia em 2011 numa aldeia de Ourém.

Não pode ser também descurado o desejo que os emigrantes têm de manterem viva uma cultura rural que sentem desaparecer e de acautelarem o vínculo dos filhos à sua memória identitária; a casa materializa simbolicamente esse laço. Lowenthal (1993 [1985]: 339) considerou os edifícios como um importante catalisador da identidade histórica coletiva, porque parecem intrínsecos ao que os rodeia e duram mais do que a maioria das outras relíquias. Se entre 1970 e 1990 a principal razão para ter casa na aldeia assentava na intenção de regresso definitivo, hoje somam-se novos motivos e reforçam-se outros, associados ao desejo de conforto, privacidade e perpetuação da história familiar.

2.2. (Re)aportuguesamento na casa emigrante: tendências e contextos

Por volta de 1990, as tendências arquitetónicas em Ourém começavam a ser reconfiguradas. Surgia uma nova etapa estética e formal nas casas locais de emigrantes em França, quer por via da construção, especialmente nos últimos quinze anos, quer por via de obras de alteração em moradias erguidas nas décadas de 70 e 80, desde a substituição de madeiramentos e de caixilharias de madeira por alumínio, até alterações profundas no aspeto exterior dos edifícios. Emigrantes e ex-emigrantes modificaram a aparência das suas moradias removendo-lhes a mansarda, o telhado preto e outras características associadas ao *cliché* da “*maison*”. Pintaram as paredes exteriores com uma só cor (bege, branco, ou salmão), eliminando combinações de verdes com amarelos e rosas que perduravam desde 1970. Suavizaram a inclinação das coberturas e prolongaram-nas com telheiros, alpendres e outros cobertos escorados por colunas, que representam mudanças no panorama arquitetónico das aldeias em Ourém e em outras localidades portuguesas. A intervenção estendeu-se aos interiores. A paleta de cores vivas deu lugar a tons neutros, as alcatifas foram substituídas por soalho ou pavimento cerâmico e o papel de parede por tinta.

Nas décadas de 1970 e 1980, o facto de muitos habitantes de Ourém adotarem tendências arquitetónicas idênticas às dos emigrantes induziu alguma autoridade dos segundos sobre os primeiros. Mas também se encontram reminiscências das antigas casas rurais, como o alpendre, em algumas casas erguidas no mesmo período. Os processos de licenciamento de habitação com entrada no Município de Ourém²²³ e as moradias implantadas no terreno demonstram que a construção do alpendre e do beirado “à portuguesa” se intensificou nas duas últimas décadas, por parte dos residentes, mas também dos emigrantes.

Na segunda metade dos anos 90 houve uma transição de um discurso emigrante de afirmação do sucesso por via da grandeza e exuberância da casa para um discurso mais voltado para a (re)integração na comunidade residente. Em 2000, a construção de habitações por emigrantes²²⁴ segundo o estereótipo da “casa do emigrante” tinha uma expressão bem mais reduzida do que em 1990. As casas-bloco com telhados pretos e inclinados, mansardas e grandes portadas de madeira davam lugar a moradias com coberturas pouco inclinadas e mais complexas (águas assimétricas e subáguas, cornijas e beirados “à portuguesa”), alçados rematados e avançados, telheiros, alpendres e colunas, criando volumes dinâmicos. Foram assumidas linguagens de estilo que remetiam para a imagem propalada da “arquitetura portuguesa” e projetavam discursos de uma arquitetura mais sóbria. Os alçados exteriores, pintados em cores suaves, eram agora conjugados com caixilharias exteriores de alumínio lacado em branco, bege, verde ou, mais raramente, *bordeaux* e outras tonalidades, harmonizadas com uma única cor usada nas paredes.

Esta nova tendência é ilustrada por várias casas erguidas entre 2000 e 2013 na freguesia de Urqueira. A moradia de Manuel e Fernanda²²⁵ tem três pisos (com cave subterránea), cobertura de quatro águas em telha cerâmica e frisos nos beirados. Os alçados principal e lateral têm alpendres avançados no rés-do-chão e no piso superior, um dos quais se estende num varandim com pérgula na cobertura. As paredes exteriores são rebocadas com areia fina e pintadas de bege, que é a cor das molduras

²²³ A implementação do livro de obra pelo Município de Ourém, desde 1993, permitiu-me acompanhar em detalhe a transformação local ocorrida neste domínio.

²²⁴ Constatação apurada pela consulta dos processos de licenciamento no Município de Ourém.

²²⁵ Casal emigrante com 50 anos, instalado em França desde a década de 1980. Depois de terem adquirido um apartamento em Ourém, nos anos 90, ambos concluíram que a opção não lhes permitia uma permanência regular junto dos familiares e amigos nos períodos de férias, uma vez que o apartamento distava cerca de 20 km da aldeia. No início de 2000, optaram por construir moradia num terreno próximo da casa dos pais de Manuel, disponibilizando o apartamento para arrendamento.

dos vãos, fazendo realçar o *bordeaux* dos frisos das caixilharias, das persianas, dos algerozes e dos gradeamentos da casa e da vedação.

Na mesma povoação, a casa de Helena, também emigrante, tem dois pisos, cobertura de duas águas revestida com telha cerâmica e rematada com cornija. No alçado principal há um alpendre avançado e no alçado a tardoz um alpendre recuado com colunas de calcário. As paredes em bege são ao tom das guarnições dos vãos (de calcário sem ornamentos) e das persianas. O perímetro da casa, ajardinado com lavandas, roseiras e outras plantas compradas em viveiros locais, é vedado com muro e rede metálica branca. Produto de uma construção mais recente (2010-2013), a casa de Alberto e Célia reúne características idênticas (telha cerâmica, alpendre com colunas e guarnições dos vãos em calcário, paredes pintadas de bege, caixilharia de alumínio e persianas), embora apresente um volume arquitetónico em L, também comum na região.

Identifico ainda outro tipo de casas que combinam algumas recorrências acima elencadas com tentativas mais ou menos evidentes de reabilitação do “tradicional” por via da introdução de ícones da antiga casa rural. Integram portadas de madeira (branca ou em tons claros), reproduções contemporâneas da telha de meia cana, paredes exteriores pintadas de branco com barras amarelas, ocre ou em azul claro nos socos, forras da chaminé, colunas e outros elementos arquitetónicos com pedra calcária. As duas casas que apresento de seguida pertencem a casais em que um dos cônjuges é luso-francês, o que reforça a ideia da recetividade dos luso-franceses a referenciais da identidade portuguesa. Este é um fenómeno abrangente, que merece ser estudado.

Em início de 2000, Carlos e a esposa (com idades entre 45 e 50 anos) construíram moradia na freguesia de Urqueira, a poucos metros da casa dos pais de Carlos. A moradia tem um jogo de volumes (dois pisos ao centro e piso único nas extremidades), cobertura de duas águas com telha cerâmica clara de meia cana, duplo beirado, portadas de madeira nos vãos, paredes exteriores brancas com barras amarelas, alpendre apoiado sobre colunas forradas com pedra. Na vizinha Espite, Humberto e Jaqueline (50 anos de idade) seguiram tendências arquitetónicas semelhantes. A casa, com dois pisos, tem cobertura pouco inclinada de duas águas e telhas de meia cana, paredes exteriores pintadas de branco, alçado principal alpendrado com colunas de calcário e vãos com portadas brancas. No interior, o rés-

-do-chão acolhe *hall*, cozinha, sala, dois quartos e duas casas de banho, numa organização de usos distinta da que prevalecia nas primeiras casas de emigrante: “[...] nós temos uma só cozinha e sala de jantar e de estar tudo junto [...]” [Jaqueline]. No piso superior ficam dois quartos, casa de banho e escritório. As paredes são pintadas de branco, as áreas com funções de consumo e lavagens estão pavimentadas com ladrilho cerâmico e os quartos estão revestidos com soalho.

A par da reconfiguração exterior da habitação, decorreram alterações na orgânica funcional em relação às disposições comuns nas casas de emigrantes erguidas entre 1970 e 1990. A maioria das casas que visitei ou consultei em projeto mantém a entrada funcional pela cozinha e a entrada social pela sala ou pelo *hall*, que distribui os acessos para as divisões no primeiro e segundo pisos. Apoiada pela dispensa, a cozinha comunica com a sala que, por sua vez, dá acesso aos quartos e casas de banho. No segundo piso ficam instalados um a dois quartos, casa de banho e escritório ou sala de estudo dos filhos. As paredes são pintadas em tons claros, os espaços estão equipados com mobília funcional adquirida nos mercados regionais e apresentam um reforço do investimento em condições de conforto, comparativamente às que existiam nas anteriores casas de emigrantes.

A reorganização interior da casa aplica-se às novas construções emigrantes, mas também a casas erguidas nos anos 70 e 80. Carlos instalou-se na aldeia como empreiteiro da construção civil, o que explica as sucessivas intervenções a que a casa foi sujeita nos últimos trinta anos. Iniciou a construção de moradia na aldeia natal em 1974, ainda emigrante e recém-casado. Regressou à aldeia em 1980. Em 1990 construiu uma churrasqueira e introduziu alterações na habitação visando melhor conforto e funcionalidade. Em 2000 fez obras mais profundas na casa, que lhe removeram elementos conotados com a imagem de “casa de emigrante”. Pintou o exterior de salmão, quando as paredes originais eram em tons de amarelo e verde seco e tinham revestimento de azulejo no alçado principal; substituiu a telha preta por telha cerâmica lusa e inseriu beirado “à portuguesa”; eliminou a mansarda e acrescentou um alpendre sustentado por colunas de calcário; trocou a caixilharia de madeira por alumínio lacado e aplicou persianas e guarnições de calcário nos vãos.

As paredes exteriores claras, as barras nas sancas, a telha cerâmica ao tom natural, o beirado “à portuguesa” e o alpendre remetem para a estética da antiga casa rural. A chaminé, peça arquitetónica importante na casa do trabalhador agrícola e em

certo sentido desvalorizada na casa do emigrante entre 1970 e 1990, foi reajustada ao volume e à forma da atual casa, mas sem assumir o protagonismo que tinha na antiga casa rural. Na envolvente, as construções agropecuárias perderam expressão a favor de áreas ocupadas por edifícios de apoio à gestão direta da casa, como a garagem para o automóvel e a churrasqueira. A deslocação da sujidade provocada pelos grelhados ao lume para o exterior da habitação está em certa medida associada à preocupação feminina com a higiene, sedimentada na emigração.

Fazem casas muito mais pequenas e mais aceitáveis. Antes eram casas monstruosas, era para se afirmarem. Então no norte do concelho, isso era muito visível. Quando fazíamos vistoria reparávamos que tinham tudo na cave, faziam ali a vida e iam dormir ao segundo piso. Não usavam o piso principal, que estava como novo. Mais tarde começaram a pedir para anular a cave nos processos de licenciamento. Percebiam que não precisavam de tanto espaço e que iam pagar mais IMI [Olímpia, arquiteta do Município de Ourém].

Os volumes das moradias foram redimensionados com a redução do número de pisos, de três para dois, e da área útil de habitação. A sala de jantar tornou-se menor em relação à das casas de emigrantes erguidas nos anos 70 e 80, ainda que se mantenha de dimensão muito superior à das antigas casas dos trabalhadores agrícolas. Esta mudança é justificada pelos custos de construção e de manutenção, pelas despesas com o IMI e pelo índice de construção definido em PDM, mas também pela consciência de que as áreas construídas excediam as necessidades de ocupação, tornando-se supérfluas e refletindo um desperísio que contrariava os princípios de conduta destes emigrantes. Finalmente, para estes emigrantes, era ponto assente que as anteriores tendências de construção, que passavam nomeadamente pelo sobredimensionamento dos volumes, não tinham produzido a projeção social ambicionada.

Na orgânica funcional dos interiores verifica-se a tendência para o corredor ser dispensado, para existir uma única cozinha (bem equipada com eletrodomésticos) e uma sala (para refeições e descanso), ambas as divisões destinadas ao uso efetivo no quotidiano. Invertia-se assim, simultaneamente, a tendência da casa do trabalhador agrícola e da casa do emigrante. Mantêm-se os quartos espaçosos e preferencialmente individuais para os filhos, adotados na década de 1970. Por sua vez, o escritório e a sala de estudo, já contemplados em algumas casas de emigrantes antecessoras, tornaram-se peças habituais em sinal de progresso e urbanidade.

A nova “casa do emigrante” resulta de negociações sucessivas que combinam referências trazidas da casa do emigrante de 1970 a 1990 com características específicas das antigas casas dos trabalhadores agrícolas, que refletem a difusão mais geral de versões atualizadas da “casa portuguesa”. Ao mesmo tempo, cumpre as disposições regulamentadas por instrumentos urbanísticos como o PDM. Mas para se perceber a mudança das tendências arquitetônicas adotadas pelos emigrantes na aldeia natal é necessário entendê-los para além dos contextos de mobilidade, no seio das dinâmicas próprias da comunidade residente. A propensão dos habitantes locais para se inspirarem em tendências arquitetônicas importadas por emigrantes (como a mansarda) inverteu-se. Agora, são os segundos que reproduzem as tendências conotadas com a tradição da aldeia (o beirado “à portuguesa” e o alpendre), em processos de mimetização assentes em “iconografias” portuguesas. Como se constatou em trabalho de campo, habitantes e emigrantes tendem a convergir em escolhas arquitetônicas dominantes no mercado, sem que isso anule a heterogeneidade derivada de variantes e desvios de estilo.

Os processos de licenciamento de habitações que deram entrada no Município de Ourém nos últimos quinze anos demonstram que o alpendre e o beirado “à portuguesa” foram reassumidos ou reforçados pelos residentes e subsequentemente apropriados por emigrantes. O fim do alpendre que Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1994) anunciaram nas casas erguidas nas aldeias portuguesas entre os anos 70 e 80 esteve próximo, mas não se efetivou no panorama da arquitetura local. De 1990 em diante, este elemento foi gradualmente reanimado, com formatos, materiais e usos renovados em relação aos que vigoravam na antiga casa do trabalhador agrícola. Deixou no entanto de ser um espaço de transição entre o interior e o exterior da habitação e de funcionar como antecâmara entre o núcleo íntimo familiar e o seu núcleo económico (os campos); perdeu as funções de depósito de sujidades trazidas dos caminhos de terra e mato, de arrumo de utensílios agrícolas, de descanso e sociabilidade entre vizinhos. Passou a assumir um estatuto mais decorativo e simbólico como referente da identidade nacional e simultaneamente regional, tendo em conta a conotação já mencionada deste elemento arquitetónico com a Estremadura.

Vários fatores terão contribuído para a transformação do panorama arquitetónico em Ourém e em outros territórios portugueses nos últimos anos, como

confirmam as moradias no terreno e alguma bibliografia (Dias 2008). Sublinho um fator de ordem funcional e material e um fator de ordem simbólica e imaterial.

O fator relacionado com razões de materialidade são as opções práticas que visam a redução de custos de construção e a melhoria da funcionalidade, conforto, segurança e manutenção da moradia. A construção de uma só cozinha e sala evita espaços acessórios, porque nem todas as áreas funcionais tinham uso efetivo. Reduz ainda a área construída, com poupança de custos na construção e manutenção, e melhora a climatização dos interiores. Nesta ordem de razões também há a referir a atualização das necessidades reais de espaço, que se adequam a agregados familiares mais reduzidos que no passado, tendo em conta que a incapacidade das antigas casas de trabalhadores agrícolas para alojarem toda a família terá concorrido para a idealização de espaços amplos nas casas das décadas de 70 e 80.

Paralelamente, um maior afastamento interpessoal entre amigos e família alargada e o recurso a restaurantes para a comensalidade deixam de justificar grandes salas de refeições e outras áreas sociais tão amplas como as das anteriores casas de emigrantes. Em termos de conforto, a caixilharia de alumínio prevê maior durabilidade e isolamento térmico que uma casa com caixilharia de madeira, e as persianas tornam-se mais práticas que as portadas. O alpendre sombreia e resguarda da entrada de chuva na casa e as coberturas muito inclinadas não são necessárias para responder ao clima do país, como os emigrantes hoje reconhecem: “aqueles telhados inclinados não têm utilidade nenhuma cá, não neva sequer. Dão mais trabalho, ficam mais caros e deixam espaço que não serve para nada” [António, construtor civil].

A adaptação da procura às tendências de mercado, com a introdução de novos materiais e modelos e a reformatação de outros (paletas de cores para as tintas, caixilharias, telhas, ladrilhos, colunas de pedra e de imitação), é outro fator a considerar, ressaltando o facto de o mercado se moldar simultaneamente aos desejos da procura, numa reciprocidade entre procura e oferta. A adesão do cliente à oferta dominante poupa-lhe tempo na consulta do mercado e custos associados. A expansão crescente do mercado dos calcários na região e de outras pedras no país providencia cantarias mecanicamente talhadas e faceadas que são pouco trabalhosas para os construtores. Os alpendres, as chaminés, os beirados, as cornijas, os cunhais e as molduras dos vãos são executados com grande rapidez e ausência de trabalho artesanal, embora com perdas de detalhe e diversidade de ornamentos.

Mais complexo é o fator relacionado com questões de ordem simbólica, que remeto para a valorização do sentido de identidade nacional. Este argumento baseia-se na apreciação de opções arquitetónicas (alpendre, “beirado à portuguesa”, guarnições de pedra) assíduas nos discursos dos personagens intervenientes (proprietários, projetistas e construtores), designadamente nas memórias descritivas de projetos de arquitetura, e materializadas nas casas de construção/alteração recente, como tentarei analisar.

Paulo Raposo comentou a apropriação e os usos do “popular” por instituições, associações e outros agentes culturais a partir de levantamentos e estudos empreendidos por especialistas debruçados sobre domínios regionais/locais, com contributo para processos de folclorização e objetificação da cultura popular (Raposo 2004: 138). A ruralidade ganhou um novo figurino como testemunho de um passado que as sociedades contemporâneas passaram a encarar como fornecedor de marcas identitárias da nação (Lowenthal 1996), que era necessário reconstituir em termos interpretativos, por via do registo, da salvaguarda e possivelmente da “purificação”, como visão extraordinária do passado para muitos, ainda que seja rejeitada por outros (Leal 2000: 39).

Na arquitetura, o alpendre, a cobertura saqueada e rematada pelo “beirado português” e ainda o guarnecimento de pedra nos vãos exteriores são referências da identidade nacional construídas por processos de objetificação e atores que procuram legitimar imagens da nação como estratégia de (re)afirmação do país. Através da literatura clássica (Barros *et al.* 1947; Oliveira e Galhano 1994; AAP 2004 [1961]) percebe-se que os alpendres e outros elementos iconográficos têm uma disseminação e expressão desigual no país. A conversão dos seus regionalismos em iconografias nacionais traduz assim a indiferença dos promotores da imagem da “casa portuguesa” perante a efetiva diversidade regional da arquitetura popular (Leal 2009a: 20).

Na reflexão sobre o movimento da “casa portuguesa”, João Leal tratou matérias que considero importantes para a presente discussão. Em vários estudos, sublinhou o uso da cultura popular de matriz rural como terreno estratégico para a afirmação da identidade nacional portuguesa. Concordando que a apropriação “monumentalizadora” dos bens da cultura popular foi especialmente intensa durante o Estado Novo, elucidou-nos sobre a conceção do campo como repositório da identidade nacional, que remonta, pelo menos, à segunda metade do século XIX (Leal

2000). No livro *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional* abordou a trajetória da etnografia em Portugal através de leituras de contextos e de posicionamentos de diferentes protagonistas sobre a definição de cultura popular em vários períodos ao longo de um século.

Regressando ao presente estudo de caso, os intervenientes nas iniciativas atuais de “reaportuguesamento” da casa rejeitam o discurso autoritário e isolacionista do Estado Novo. Preferem promover um discurso sustentado na conjugação entre a valorização da tradição, a liberdade de escolha (conquistada com o 25 de Abril), a multiculturalidade (com a adesão à União Europeia e a globalização) e a modernidade (em afirmação de vanguarda). Sem pretensão de estabelecer paralelismos, estas dinâmicas contemporâneas apresentam similitudes – pese embora a diversidade de contextos – com o programa de nacionalização da arquitetura portuguesa em início do século XX. Cito João Leal a propósito da formulação da “casa portuguesa” por Raul Lino em *A Nossa Casa* (1918):

Raul Lino afirmará o conteúdo nacionalista das suas propostas sobretudo por contraposição à influência que correntes vindas do estrangeiro possuiriam em Portugal. No mesmo livro, por exemplo, a casa portuguesa é apresentada como uma reacção salutar à descaracterização desnacionalizadora da arquitetura portuguesa: sob a influência das “revistas francesas” generalizou-se o “barbarismo de construções que deslustram a maioria das localidades portuguesas e que amplamente atestam a corrupção absoluta do gosto nacional” (1918: 16-17). Entre essas construções encontrar-se-ia o *chalet* (Leal 2000: 126).

Na análise do programa nacionalista de Raul Lino, o antropólogo realçou-lhe a equação entre a arquitetura popular e a identidade nacional e registou o seu desenvolvimento histórico em dois momentos distintos: a viragem do século XIX para o século XX e o advento da nova vaga modernista nos anos de 1920, após um período pouco produtivo nessa matéria (Leal 2009a: 20-26). Encontram-se aspetos coincidentes entre o teor da publicação *A Nossa Casa* (já a entrar na segunda vaga) e a (re)valorização da arquitetura tradicional portuguesa no final do século XX, após um curto período de alguma latência entre 1970 e 1990. Todavia, há que insistir nas diferenças profundas a vários níveis entre os dois períodos expostos que inviabilizam uma leitura comparativa, sob pena de resultar em anacronismos.

Feita esta ressalva, o reaportuguesamento das casas de residentes e emigrantes nos últimos anos subentende algumas nuances do discurso pastoral da “casa

portuguesa” difundido por Raul Lino no início do século XX, numa conjugação de materiais locais com a proporção nos volumes (Leal 2000: 120). Quer no início, quer no final do século XX, o “beirado à portuguesa”, a cornija e o alpendre foram apropriados como alusões à “portugalidade”, em reação a arquiteturas de influência estrangeira, como o “*chalet*” em 1920 e a “*maison*” de França nos anos 70 e 80. Isso indicia os referentes estrangeiros como ameaças para a identidade nacional, embora no que respeita à “casa do emigrante” das décadas de 1970 e 1980 a crítica incida também em escolhas estéticas e funcionais pouco consensuais. Em ambos os contextos, o (re)aportuguesamento da arquitetura serviu a afirmação de uma representação de Portugal através de ícones diferenciadores de autenticidade e tradição por referência ao exterior. Num e noutro momento, a reivindicação de uma “arquitetura portuguesa” teve suporte académico (que lhe conferiu legitimidade) e impulso político (que lhe atribuiu autoridade). Por conseguinte, a sua intensidade aumentou no decurso de mudanças políticas com repercussões profundas nas construções identitárias, como se verificou com a implantação da República no início do século XX e com a adesão à União Europeia no fim desse século.

García Canclini considerou o tradicionalismo um recurso muito adotado perante contradições em contextos de instabilidade e indefinição do futuro. Explicou que a tradição sugeria a retoma de um passado já conhecido e supostamente mais tolerável do que os desafios contemporâneos, ainda que a utilização de tal recurso fosse frequentemente prejudicada pelo desconhecimento desse passado (Canclini 1998 [1989]: 166-168). Por seu lado, Eriksen (2000, 2001 [1995]) argumentou que todas as tradições são em certo sentido inventadas, mas também recomendou a distinção entre as tradições conscientemente inventadas para propósitos políticos (como a construção de nações ou impérios) e as tradições criadas sob outras circunstâncias. Criticou todas as formas de essencialismo e alertou para o facto de a cultura reificada ser uma ferramenta perigosa nas mãos de não especialistas, hesitando em falar de “verdadeiras diferenças culturais” e preferindo discutir relações de poder, ideologias, construções da cultura em si mesma.

A extensão do debate da “casa portuguesa” (da proposição à contestação) e o modo como foi tão presente na produção da arquitetura durante todo o século XX (por reprodução ou escolhas alternativas) contribuiu para “nacionalizar” um

entendimento dos seus signos, ao ponto de se tornarem parte de um certo gosto nacional.

Recentrando a discussão nas casas de emigrantes erguidas depois de 1990 em Portugal, realço a sua complexidade, resultante de múltiplas combinações e variáveis, em transformação contínua, o que dificulta uma leitura rigorosa, completa, clara e concisa. Ainda assim, procuro sintetizar alguns aspetos da mudança de paradigma dos discursos e práticas de apropriação em relação aos que vingaram na casa do emigrante de 1970-1990. Durante esse tempo, as aldeias de Ourém foram parcialmente sujeitas a uma desterritorialização expressa pelo protagonismo de casas com estéticas associadas à diáspora. As construções artesanais dos trabalhadores agrícolas estavam postas de parte, mas as habitações dos novos rurais, com uma orientação arquitetónica indefinida na relação com o sentido de identidade do país, não competiam com o mediatismo das “casas de emigrantes”, o que se traduzia num sentimento coletivo de perda de território.

Oportunamente, foi-se consolidando uma imagem da arquitetura neovernacular baseada em valores de autenticidade por via da naturalização do antigo, da “casa portuguesa” e do “português suave” através da aplicação de elementos arquitetónicos que remetiam para as antigas casas rurais. Considerando as diferenças profundas em relação às pequenas casas rurais do passado nas quais foram inspiradas (em volumetria, comodidade, funcionalidade e apetrechamento dos espaços, bem como materiais, técnicas, custos, duração e atores envolvidos na construção), as novas moradias tornaram-se expressões de reterritorialização ao contribuírem para renovar as espacialidades e recuperar alguma segurança ontológica dos cidadãos residentes ou ligados afetivamente ao país, mas também à aldeia. Este fenómeno reenvia à dimensão simbólica da reterritorialização, em que a paisagem atua em favor da (re)afirmação dos poderes de populações mais frágeis e desterritorializadas e da dimensão funcional, enquanto fator de progresso económico (Fernandes 2013: 278), ao revelar cidadãos alinhados com aspetos de contemporaneidade instituídos como elementos de valorização da “tradição”. E, nessa perspetiva, suscita o sentido de retoma mais geral da “casa portuguesa”, embora com reconfigurações funcionais e com mudanças nos discursos que a tematizam.

2.3. Atores locais de mudança na casa de emigrante

Os protagonistas da anterior “casa de emigrante” (proprietários, projetistas, construtores), mesmo os (ex-)emigrantes, estão realinhados no discurso arquitetónico restaurador da estabilidade e harmonia da paisagem:

Estas casas sim, são típicas, ficam melhor cá na terra. Agora [os emigrantes] já não pedem casas como aquelas que se fizeram há anos atrás. Passou de moda. Eu também gosto mais de fazer estas casas. Dão trabalho, mas é diferente [António, ex-emigrante, construtor civil].

Habitantes locais e emigrantes contratam os mesmos projetistas e empreiteiros, associam-se a tendências enquadradas nas atuais representações da “arquitetura portuguesa”. Empenhados em sanar a “casa do emigrante” e a “estrangeirização” de Portugal, estes executantes anónimos envolvem-se com entusiasmo no que consideram ser um “projeto de recuperar a tradição”. Reproduzem alpendres e beirados nas novas casas, mas investem em novos formatos sob argumentos de funcionalidade e sentidos de estética. Sucede, por exemplo, com o alpendre com colunas de alguma inspiração romana e linha clássica, que perde a utilidade que tinha no passado e se torna ornamento, pois “dá graça à casa” e reforça a função simbólica de ícone de identidade nacional em espaço de aldeia, mas também em meios mais urbanos. Tentam concertar a reinvenção da antiga casa do trabalhador rural com a modernidade que consubstanciam na complexidade e sofisticação construtiva (multiplicação de telhados e pormenores arquitetónicos). A quantidade de detalhes também pode ser uma forma de individualizar cada casa no interior de uma mesma linguagem. Essa negociação ilustra a história da democratização do popular no final do século XX como um projeto criativo em que recursos tradicionais se misturam com novos formatos (Leal 2009b: 475).

O aumento significativo do número de arquitetos recém-formados nos últimos anos refletiu-se em maior disponibilidade de mão-de-obra para a conceção de projetos de arquitetura a custos mais acessíveis, afastando a contratação de engenheiros pelos orçamentos inferiores praticados. Os arquitetos passaram a assinar mais projetos para moradias de clientes de vários perfis profissionais e económicos. O concelho de Ourém conta com cerca de uma dezena de gabinetes de arquitetura, na sua maioria instalados nos últimos quinze anos, embora com registos de rescisões de contratos recentes e quebra de trabalho, em consequência da crise no setor imobiliário.

Do que apurei em entrevistas e na consulta de processos de licenciamento, os projetistas que ali trabalham reveem-se na fusão de expressões arquitetônicas modernas e tradicionais e sentem-se responsáveis pela afirmação e difusão destas arquiteturas de valorização da “tradição” e da harmonização da paisagem, beneficiando da receptividade dos proprietários, empenhados em participar na concretização do objetivo. Helena, arquiteta municipal, comenta a utilização frequente dos termos “tradicional”, “típico” e “rústico” pelos projetistas nas memórias descritivas dos projetos de moradias, por considerarem que favorece a sua aprovação. A arquiteta considera que os projetistas tentam conciliar os princípios aplicados pelo Município com as expectativas dos clientes. Os próprios arquitetos reconhecem que a paisagem arquitetônica das aldeias está a melhorar, contribuindo para isso a mudança de atitude dos emigrantes, que deixam de lado as referências “estrangeiras” para aderirem a arquiteturas “tradicionais”.

Agora são já eles [os emigrantes] que pedem beiral à portuguesa, cornijas, telheiros com colunas de pedra. Dizem que querem uma casa tradicional portuguesa, com colunas e beirais. Já não vêm com aquelas ideias que antes traziam de França. Para o bem de todos e do país [arquiteto local que projeta para emigrantes].

A moda das casas também é influenciada pelos arquitetos. Por exemplo, essas casas tradicionais foram muito coisa de arquitetos. Diziam aos clientes que o que se usava era como aquelas e as pessoas também não querem estar fora de moda. É um concelho onde todos se conhecem, ligam às aparências e ninguém quer ficar mal [arquiteta no Município de Ourém].

Os comentários dos dois arquitetos refletem posicionamentos ajustados com os papéis que cada um desempenha. O arquiteto executante assume um protagonismo que evidencia o compromisso com o propósito de intervir em prol da reposição da tradição e da paisagem. Já o discurso da arquiteta que avalia os pedidos de licenciamento de construção revela um papel de observador que acompanha as tendências sem se comprometer, mas através da regulação adquire um certo poder sobre o arquiteto proponente.

À semelhança dos desenhadores e engenheiros técnicos do passado, os arquitetos projetistas disponibilizam-se para repetirem o projeto-base com vários clientes, com ganhos de tempo e dinheiro, sobretudo se estes também estão interessados em projetos com custos acessíveis, o que persiste como preocupação recorrente dos emigrantes. Os donos de obra acompanham e interferem na evolução

do projeto à distância pela Internet, o que é complementado com algumas vindas a Portugal, e com os processos de decisão a terem a participação do casal e dos filhos jovens e adultos.

Voltando aos portugueses que vivem hoje em França, morar na periferia de Paris deixou de corresponder a uma espécie de subcultura suburbana isolada, como no período dos bairros clandestinos, embora não possa ser descurada a situação de precariedade em que se encontram muitos novos emigrantes. Nas últimas décadas, os emigrantes de longa data adquiriram outros lugares na sociedade, conquistaram o acesso a bens de consumo, incorporaram outras representações culturais e criaram um outro entendimento do que é a modernidade e do que é o passado, reconfigurando as suas construções identitárias. Atualmente, desejam reaproximar-se dos campos, buscam tranquilidade, valorizam a natureza e o acesso a uma alimentação saudável, conscientes de que estas qualidades são referências contemporâneas de modernidade. Afirmam-se modernos e urbanos através do consumo de ícones de tradição. Mas uma coisa é “imitar algumas partes do antigamente” com representações reformatadas do passado a que se juntam valores contemporâneos de abundância, conforto ou estética, outra coisa é “voltar ao antigo”, que rejeitam porque contraria a qualidade de vida a que aspiram e a imagem de progresso que desejam projetar. Em 2000, Armando e Jaqueline escolheram um sítio pouco urbanizado e com terreno na envolvente para construírem a sua casa em Espite. Iniciaram o projeto de arquitetura em 2002 e a construção em 2004:

Estávamos cansados de viver no meio da confusão em França. Queríamos um sítio calmo. E depois, em 15 minutos [de carro] chegamos a Leiria. Veem-se muitas casas cá daquele tipo “à francesa”, típicas do centro e norte, com mansardas e telha de ardósia. Não queríamos isso, não fazia sentido para nós fazer uma casa como no norte [de França]. Preferimos uma casa inspirada na arquitetura do sul de França, uma casa baixinha como as casas tradicionais de cá [Jaqueline].

A representação dos campos como espaços de qualidade de vida e redutos de identidade cultural passa pela procura de sítios que, embora mais isolados, são de fácil acesso aos centros urbanos, mas também pelas escolhas que fazem para a habitação. A construção de uma casa destinada a projetar a mobilidade social do emigrante através de referentes estrangeiros, sinónimo de estatuto social para a vizinhança, foi substituída pela de uma casa apta a veicular o passado e a tradição,

que entretanto adquiriam popularidade e o valor positivo de uma identidade cultural a preservar. O exemplo acima citado, a par de outros registados em Urqueira, é curioso, porque, à semelhança das casas de emigrantes de 1970-1990, revela a importação de uma inspiração, mas também demonstra que essa inspiração não foi orientada pela diferenciação e sim pela similitude com referências da arquitetura tradicional em Portugal.

Os (ex-)emigrantes reclamam para si um papel pró-ativo na reposição da arquitetura harmonizada com referências da tradição e identidade no país, mesmo os que ergueram casa nas décadas de 1970 e 1980. Conscientes do juízo estético e social negativo do estereótipo da “casa do emigrante”, procuram melhorar a heterorrepresentação, combinando as suas casas com as casas dos residentes e com tendências dominantes na região e no país. Tentam aderir a um projeto conciliador, que não seja rotulado como desenquadrado, e seguem estratégias de (re)integração na aldeia por via da recomposição da casa com a paisagem e em consonância com a casa disseminada e socialmente aceite pela vizinhança. Enquanto me guiava na visita à sua casa, uma emigrante relatou: “Quero tirar isto [papel de parede], que já não se usa. Era assim que se usava, era comum antigamente. Mas por cá ninguém tem paredes forradas com papel. É tudo pintado”. Meses depois da minha visita, a casa entrou em obras. As caixilharias de madeira foram trocadas por alumínio e as paredes exteriores, em tons de rosa e amarelo, foram pintadas de branco com barras nos socos.

Manuel, pintor local de construção civil, a propósito da intervenção noutra casa de emigrantes, mencionou que os filhos aconselharam o casal a pintar as paredes com cores claras e com barras amarelas nos socos. Estes dados, entre outros que recolhi no terreno e as observações anteriormente tecidas sobre a relação dos luso-franceses com Portugal, sugerem que estes se reveem na aproximação das casas dos pais às tendências arquitetónicas conotadas como tradicionais, o que associo, em especial, à necessidade de integração na comunidade residente e à valorização de referentes identitários portugueses e, consequentemente, das suas origens.

A maioria dos emigrantes adere a tendências arquitetónicas que vigoram no país natal. Mas verificam-se desvios e a transposição de recorrências em França, como me contou um arquiteto local a quem os emigrantes solicitam frequentemente a introdução de marquises e espaços fechados, em detrimento de terraços e outras áreas descobertas. Em 2010, um emigrante encomendou-lhe o projeto para uma casa na

aldeia. Pediu uma casa “tradicional”, mas com a cave à cota do solo para evitar a entrada de águas pluviais no interior, baseando-se em experiências conhecidas em França. Para o arquiteto, este pedido não fazia sentido, porque “em Portugal o clima é diferente”. O projetista propôs-lhe depois um terraço descoberto para lazer e fruição do sol, mas o cliente preferiu que o espaço fosse coberto para arrumos, numa lógica de otimizar as áreas cobertas, transpondo novamente as representações comuns em França, em virtude da escassa área de construção disponível. A este argumento associam-se preocupações materiais com a manutenção e a segurança da casa, fechada e desabitada durante muitos meses no ano.

Os emigrantes continuam a alimentar empréstimos de práticas padronizadas em França, nem sempre consonantes com o parecer dos projetistas, acentuando a dinâmica de negociação entre uns e outros. Os projetistas assumem o acompanhamento do licenciamento do projeto nos serviços municipais e a execução da obra. Os clientes, por seu lado, reconhecem-lhes competência para lidarem com a burocracia do processo no Município, desde a aprovação do projeto até à obtenção da licença de habitabilidade, e para coordenarem a obra:

Estão muito mais preparados que no passado e as coisas agora são muito mais exigentes. É papéis para tudo, projetos disto e daquilo, termos de responsabilidade. É preciso estar dentro das coisas para se perceber e resolver, por isso o melhor é contratar quem o faça [Manuel, emigrante, natural de Urqueira].

Os emigrantes estão ainda conscientes de que, contrariamente ao passado, é difícil alterar o projeto em obra, obrigando à revisão e nova submissão aos serviços municipais, com despesas associadas, o que lhes limita ainda mais a interferência.

Em Ourém, a duração média da obra é de dois anos. Quando excede o tempo aprovado pelo Município, o processo obriga ao pagamento de taxas para a prorrogação de prazos. Os donos deslocam-se duas a três vezes por ano à obra e continuam a beneficiar de algum apoio familiar. Porém, é inferior ao que tinham no passado, tendo em conta os pais envelhecidos, irmãos menos disponíveis, e o facto de a intervenção ser condicionada durante a obra. Os familiares participam especialmente como mediadores entre o emigrante e os fornecedores dos materiais de construção. Do mesmo modo, comparativamente ao passado, os empreiteiros

desempenham funções mais executantes e menos decisoras, condicionando-as às orientações definidas em projeto e às opções dos proprietários.

A escolha dos acabamentos para a casa é influenciada pelas tendências do mercado nacional que, segundo os proprietários emigrantes, congrega uma gama de oferta “tão boa ou ainda melhor” do que a que encontram em França: “Quando se fazia uma novidade lá, trazia-se para cá. Agora já existem outras novidades por cá. Está-se sempre a mudar” [Armando Malho, emigrante, natural de Espite]. O mobiliário, os eletrodomésticos e outros objetos utilitários e decorativos são comprados na região, em grandes superfícies comerciais que têm um papel importante no alargamento da oferta. Mas também são adquiridos em empresas locais de mobiliário e eletrodomésticos pela proximidade com o cliente e facilidade de reparação ou substituição. Excecionalmente, alguns emigrantes transportam alguns bens das suas casas em França porque preferem renovar o mobiliário nas habitações que ocupam durante a maior parte do ano: “Este sofá veio de França, comprámos um novo para lá. Não fazia sentido servirmo-nos lá de coisas velhas e termos cá coisas novas sem estarem a uso e a estragarem-se” [Fátima, emigrante, natural de Espite].

Esta opção é mais uma expressão da mudança de atitude na apropriação da casa relativamente ao período 1970-1990, com o conforto e a fruição material dos espaços a ganharem terreno à valorização social na aldeia. Preenchem os espaços vazios das casas portuguesas com ornamentos que já não querem em França, com fotografias de família e objetos adquiridos em mercados locais, contanto que estes remetam para a “tradição rural” ou tenham sido herdados dos pais, invocando a história de família: “Há muita coisa que não se enquadra bem, mas faz parte da nossa vida. Tem que ter vida. Faz parte do álbum familiar. E também não faz sentido nos desfazermos das coisas, porque elas têm história” [Jaqueline, ex-emigrante, residente em Espite].

Tendo em conta a consulta de projetos de arquitetura e informações facultadas por projetistas e proprietários, não se apuram atualmente discrepâncias significativas nos orçamentos de projetos de moradias para residentes e para emigrantes. Nuns e noutros casos, os custos médios de construção variam entre 150 mil e 250 mil euros²²⁶, sendo que nos últimos quatro anos, em parte por influência da recessão económica e redução do trabalho na construção civil, os orçamentos não foram

²²⁶ Verificam-se exceções, há custos inferiores e superiores a estes valores de referência.

inflacionados ao ritmo das décadas anteriores. Não podem ser descuradas as facilidades no acesso ao crédito bancário em Portugal nas décadas de 1990 e 2000. O recurso facilitado a empréstimos promoveu a diluição de diferenças entre casas de indivíduos em situações económicas desiguais, prejudicando a leitura das casas como indicadores da capacidade financeira dos proprietários. Incluem-se aqui habitantes residentes, mas também emigrantes. Como foi já sugerido, muitos emigrantes que constroem atualmente em Portugal não conseguem poupar como no passado. Contraem empréstimos para construírem casa na aldeia, rompendo com o princípio de conduta dos emigrantes construtores entre 1970 e 1990.

2.4. O hibridismo em destaque na arquitetura

A realidade contemporânea das casas de habitantes locais e emigrantes, complexa e difícil de classificar, remete de novo para a discussão do hibridismo na arquitetura. Em “Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal”, João Leal (2011a) salientou o paralelismo que existiu nas formas como a arquitetura e a antropologia se organizaram ao longo do século XX, demonstrando-o com exemplos:

A arquitectura moderna afirmou-se contra o ornamento. A antropologia moderna distanciou-se da profusão barroca de dados etnográficos retirados dos seus contextos praticada pelos antropólogos evolucionistas (...). A arquitectura moderna era funcional, a antropologia moderna era funcionalista (...). Tendo convergido, sem que disso se dessem conta, no modernismo, a arquitectura e a antropologia foram também duas das disciplinas onde a ruptura pós-moderna teve maior impacto e assumiu expressões mais similares. Em ambas é óbvia e radical a recusa das grandes narrativas que organizavam o modernismo (...) (Leal 2011a: 69).

O antropólogo acompanhou o diálogo mantido entre ambas as disciplinas, sublinhando-lhes desenvolvimentos independentes e paralelos, mas também interesses comuns e influências mútuas, comprovadas nomeadamente pelo Inquérito à Arquitetura Popular, como é expresso nos livros *Arquitectura Popular em Portugal* (AAP 2004 [1961]) e *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira e Galhano 1994). Recordando o carácter pouco preciso do popular usado pelos arquitetos, João Leal realçou o papel dos autores do Inquérito à Arquitetura Popular na ampliação do “catálogo de formas que já tinham sido previamente estudadas ou que estavam

simultaneamente a ser identificadas pelos antropólogos, com particular destaque para Veiga de Oliveira e para a sua equipa do Museu de Etnologia” (Leal 2011a: 72).

Apesar do alargamento do popular, várias expressões arquitetónicas continuavam a não caber ali, mas também não cabiam no erudito, como lembrou João Leal a partir da análise dos levantamentos e estudos sobre a arquitetura popular. Esta constatação remetia para a hibridez, demonstrando novamente um paralelo entre a antropologia e a arquitetura no desconforto sentido em relação a “soluções híbridas (...) com mistura de soluções provenientes de universos culturalmente heterogéneos (...), numa altura em que ambas as disciplinas não gostavam das coisas fora do lugar (...)” (Leal 2011a: 73-74). De acordo com o autor, e como se constatou no capítulo anterior, a “desarrumação” das arquiteturas acentuou-se nos anos 80, também por influência das casas dos emigrantes e das formas de “inspiração citadina”, que o próprio classificou como expressões de mudanças objetivas decorrentes do processo de pós-ruralização,

(...) que se reflectiram também em processos de reciclagem da casa rural em que o popular – sem aspas – passou a “popular” – com aspas – isto é, se tornou num símbolo nostálgico, com um valor sobretudo decorativo, de um *disappearing world* (Leal 2011a: 74).

Esta reflexão aplica-se à “casa emblematizada”, de que me ocuparei adiante, mas pode servir também a casa “reaportuguesada” do habitante local e do emigrante através da remasterização do alpendre, da cornija e do beirado.

Ao falar de cultura popular e processos de hibridização, Néstor García Canclini (1998 [1989]) refutou a ideia de uma oposição abrupta entre o tradicional, o moderno, o popular e o massivo, assim como entre a origem da tradição e a originalidade da inovação, sublinhando o carácter construído e artificial/teatral da tradição. Defendeu a coabitação do itinerário impuro das tradições com a heterodoxia da modernidade, sem antagonismos, e que a preservação pura das tradições não seria necessariamente a melhor solução num processo de reprodução social, revelando-se mais coerente uma postura flexível e ajustada à complexidade do presente. Este raciocínio conduz de novo a João Leal, ao propor que:

Se o popular – visto a partir de baixo – foi sempre um popular em diálogo com o erudito, talvez seja justo começarmos a ver a arquitectura erudita que dialoga com o popular – a partir de cima – como uma espécie de arquitectura popular

(embora com assinatura erudita) (...). Se trabalharmos a partir de ideias sobre hibridez – ou sincretismo, ou criouliização – não há razões para que retenhamos apenas as soluções híbridas a partir de baixo (Leal 2011a: 82).

Os argumentos de ambos os autores conduzem a uma leitura do tradicional-popular em que o desenvolvimento moderno não suprime as culturas populares tradicionais e o popular não é exclusivo dos grupos rurais, mas também apropriado por grupos (sub)urbanos. Casas de residentes e de emigrantes erguidas nos últimos quinze anos em Ourém acentuam a fluidez de fronteiras entre o vernáculo e o erudito, entre o rural e o urbano. E reforçam a tese de alguma indefinição entre quintas e casas saloias defendida por João Vieira Caldas a partir do estudo de caso sobre a casa rural nos arredores de Lisboa (Caldas 1999). Com as ressalvas já feitas sobre a necessidade de aprofundamento da pesquisa documental, do que se pode observar nas aldeias e nos bairros suburbanos do país, encontramos moradias com características idênticas (alpendres, colunas, beirados, cornijas, pintura em tons claros...) que acentuam a inconsistência da dicotomia rural/urbano.

Hoje, num tempo em que já não há lugar para criações sem autor, em última instância por imposição legal, os arquitetos projetam para clientes heterogêneos (em diferentes estratos económicos e sociais, residentes na cidade e na aldeia). Concebem moradias para a cidade e para a aldeia, a gosto próprio e do cliente, no cumprimento das orientações municipais, sem o espartilho de estilos arquitetónicos conotados com meios rurais ou urbanos. Por conseguinte, o facto de os mesmos arquitetos projetarem para indivíduos em situações financeiras desiguais dilui as diferenças ao nível das tendências estéticas e funcionais nas respetivas habitações. Em muitos casos, o que as distingue é sobretudo a volumetria, os materiais usados nos acabamentos e pormenores arquitetónicos com impacto no custo final da obra, o que contribui para que haja algumas similitudes com as distinções entre as casas agrícolas do passado rural, ou melhor, entre as casas dos trabalhadores e as casas dos proprietários. Por sua vez, a coexistência de moradias com características comuns em aldeias e em bairros suburbanos, numa transposição para a cidade de ícones da portugalidade, tradição e ruralidade (alpendre, beirado “à portuguesa”) esbate ainda mais a ideia de um dualismo rural/urbano e de outras ordens classificatórias assentes em binómios de oposição e frisa o sincretismo nas práticas culturais entre contextos territoriais distintos.

No artigo “Formas arquitectónicas populares e urbanas (vernáculos?) em Portugal”, Manuel Graça Dias comentava a capacidade de nos distanciarmos gradualmente de modelos vigentes, pela criação de modelos novos, simulações e articulações de modelos distantes (Dias 2008: 321). Cabe aqui a afirmação da “casa do emigrante”, bem como alguma retoma das antigas casas rurais por via da emblematização. Salientando a dificuldade da caracterização de um “vernáculo” moderno, o arquiteto selecionou 49 imagens díspares e contemporâneas da arquitetura, às quais aplicou um exercício hipotético de “*descodificação* do que seria um ‘*corte*’ (incompleto e sincrónico) de um levantamento (de novo popular) de alguns dos variados modos de expressão que atravessam o Portugal de hoje” (2008: 323). Da amostragem, que o próprio considerou incompleta e inclusiva de construções geralmente omissas nos discursos de arquitetura, realço a construção n.º 7 (Almada: Charneca da Caparica (11), 2006). Na imagem revejo características das casas “reaportuguesadas” de que trato, o que acentua a sua disseminação (sub)urbana, e a legenda insinua a utilização que o proprietário faz desse tipo de moradia para se projetar socialmente:

casinha “portuguesa” (...) lajes gordas revestidas a telha, janelas profusamente quadriculadas à custa de baguetes de pvc branco, recatadamente encerráveis com “tabuinhas” do mesmo plástico. Cor indefinida: salmão? Rosa? Creme? (...) “Bruta vivenda”! Sem dúvida (Dias 2008: 326).

Curiosamente, a consulta de projetos de arquitetura e a observação de moradias construídas muito recentemente (entre 2009 e 2015) no concelho de Ourém e, em particular, na freguesia de Urqueira lembra-nos uma nova tendência arquitetónica, ainda embrionária e incerta, marcada por moradias de linhas geométricas, coberturas sem telhado, vãos amplos e cores neutras (branco e cinza). São casas concebidas, em especial, por jovens arquitetos que utilizam os territórios da sua esfera de ação como laboratórios de “arquiteturas contemporâneas” assimiladas nas universidades, alimentadas nos *ateliers* de arquitetura e consolidadas individualmente, com propósitos de deixarem a sua marca de vanguarda na paisagem. A receptividade dos novos casais das aldeias a estas propostas reflete o alinhamento destes projetistas com o progresso e a urbanidade. Reforça ainda a ideia de que no ambiente pós-moderno, impelido pela globalização, não há lugar para a noção de culturas imobilizadas, mas sim para uma compleição cultural dinâmica, vetorizada por sincretismos expressos numa síntese espacial de múltiplas escalas geográficas. A

paisagem torna-se um lugar onde antigas casas rurais, cristalizadas e/ou recicladas, se alternam com casas de emigrantes, com casas “reaportuguesadas” e com casas “de linhas direitas”, como alguns habitantes locais, sobretudo mais velhos, se referem às novas arquiteturas emergentes nas aldeias. As mudanças locais expressas na arquitetura e extensivas à paisagem cultural portuguesa consubstanciam a geodiversidade e o mosaico cultural do país, bem como as mudanças políticas, económicas, sociais e culturais marcadas por localismos e ruturas próprias da contemporaneidade, corroborando as palavras do geógrafo João Fernandes:

A este Portugal de heterogeneidades histórico-geográficas de longa duração acrescenta-se a geodiversidade espacial que resulta de um país assimétrico nas intervenções paisagísticas mais recentes, não apenas porque as polarizações demográficas são hoje mais acentuadas mas também porque as políticas públicas e privadas de construção de paisagem nestes novos ciclos pós adesão europeia criaram novos antagonismos, entre fronteiras e heterogeneidades, numa matriz territorial híbrida que confunde o urbano e o rural, num contínuo nem sempre bem articulado (Fernandes 2013: 273).

3. Casas de imigrantes oureenses em França

3.1. Contextos e tendências arquitetónicas

Em 2011, durante a visita aos bairros de Champigny-sur-Marne, Villiers-sur-Marne, Saint-Maur, Chennevières, Bonneuil e Ormesson, atravessei zonas com prédios multi-habitações e vários bairros residenciais com moradias²²⁷, algumas de portuguesas e inclusivamente de oureenses, sobre as quais me demorei mais. Identifiquei as casas de imigrantes portugueses com o apoio de um operário de construção civil que participou na construção de algumas casas que registei²²⁸. Nas caixas postais das moradias os apelidos portugueses (Pereira, Cunha, Costa, Sousa e Silva) também sugeriam propriedade ou ocupação por portugueses.

A posse de casa em França por portugueses não é um fenómeno recente (Cardoso 2008), mas nos últimos anos as circunstâncias em que o investimento se opera alteraram-se. Até por volta de 1990, os imigrantes investiam numa casa em França sem recurso a crédito, preferencialmente depois de construírem na aldeia natal. Quando o nível financeiro lhes permitia garantir os objetivos a que se tinham

²²⁷ Os percursos pedonais mais demorados decorreram em Champigny-sur-Marne e Saint-Maur.

²²⁸ Consultar Anexo V. Casas emigrantes e casas emblematizadas 1990 – 2015, 3.Casas em Vale de Marne (construção pós-2000).

proposto ou adiavam o regresso definitivo a Portugal, compravam casa no bairro de residência ou nas proximidades. Reforçavam assim o sentido de propriedade herdado da sociedade rural onde cresceram, com a diferença de que canalizavam para o setor do imobiliário urbano o investimento que os seus antecessores fizeram na propriedade fundiária.

Como já sugeri, de acordo com o que apurei em entrevistas e na bibliografia consultada (Cardoso 2008), as suas prioridades na aquisição de casa têm vindo a mudar nos últimos anos. Cada vez mais, os imigrantes optam por construir em França, secundarizando o investimento na aldeia natal. Preferem moradias a apartamentos: “Aqui as pessoas preferem casas, não gostam de estar presas nos apartamentos” [Sofia, luso-francesa, residente em Saint-Maur]. Além de terem mais espaço habitado, as moradias proporcionam-lhes área exterior onde eles podem ter um jardim e uma pequena horta de apoio à subsistência onde cultivam vegetais da região de origem, num prolongamento de hábitos da culinária portuguesa. A casa e o espaço exterior privado ainda lhes permitem reaver alguma ligação ao campo, num sentido de posse.

Muitos portugueses compram casas devolutas que recuperam ou reconstroem faseadamente com base em conhecimentos adquiridos profissionalmente na construção civil (Villanova, Leite e Raposo 1995; Leite 1998: 374). Justificam esta preferência com os custos mais acessíveis comparativamente à nova construção, com a possibilidade de intervirem na obra faseadamente, aos fins de semana e nas férias, recorrendo à mão-de-obra familiar, e com a minimização da burocracia administrativa do processo de construção. Em Salvador (ex-emigrante, natural de Espite e ali residente) transpareceu uma visão comparativa entre os processos construtivos nos territórios de origem e de imigração:

Acabei a casa cá [em Portugal] em 1983. A casa em França comprei-a em 1985. Era uma casa velha. Alaguei-a [demoli-a] toda e só deixei um bocadinho para não perder o direito de construção e também demorei quatro anos para a construir. Lá é mais fácil construir. Também é diferente, porque o PDM lá já existe há muito tempo. A gente já sabe mais ou menos o que pode fazer, quantos metros. Apresentei o projeto e pudemos fazer nós. Hoje, já é um pouco mais complicado. Aqui, em 1979 foi mais difícil, porque este tipo de arquitetura não devia ser assim, era uma casa diferente das que se faziam por cá. [...] Para mim foi bom, construí cá, construí lá, na altura ganhava bem e dava para tudo, porque o câmbio também era bom. E não me arrependo de nada do que fiz.

Também se regista construção portuguesa em lotes de terreno urbanizado. Alguns bairros tendem para a uniformidade arquitetónica, com modelos pré-definidos regulados por planos de urbanização. Na visita a um loteamento em Bonneuil, Sérgio (imigrante operário) comentava: “Em Champigny, a Câmara não é muito exigente com o tipo de construção que ali se faz. Mas noutras vilas sei que são mais exigentes. Não se pode fazer qualquer coisa, mas o que a Câmara define em regulamento”. Não obstante, a maioria dos bairros que visitei integra moradias com projetos individuais, produzindo aglomerados heterogêneos que representam mais hipóteses de trabalho para os arquitetos, mas também maior liberdade de escolha para os proprietários.

Segundo Carolina Leite (1998: 373), a probabilidade de encontrarmos moradias amplas aumenta à medida que estas se afastam de Paris, com ganhos de espaço envolvente e concretamente de horta e jardim. É o que se verifica nos bairros periféricos com ocupação portuguesa, como Champigny. As moradias situadas nos bairros visitados, independentemente da nacionalidade dos proprietários, são maioritariamente compostas por dois pisos, com eventual aproveitamento do sótão, e estão recuadas em relação à via pública, integrando pátio ajardinado, em alguns casos com horta, e vedação com muro e gradeamento.

As características gerais das casas observadas em vários bairros satélite de Paris e construídas antes de 2000²²⁹ permitem-me perceber similitudes com casas erguidas por emigrantes portugueses nas suas aldeias de origem. Recentro a análise nas casas de portugueses projetadas nos últimos cinco anos “ao gosto” dos proprietários, com uma observação mais demorada sobre a configuração exterior de 10 moradias²³⁰. Nos bairros ocupados por portugueses sobressaem três tendências arquitetónicas organizadas a partir da associação das características estético-formais aos países de referência dos proprietários (França e Portugal). Reconhece-se a subjetividade nos critérios que as determinam e, portanto, alguma artificialidade na categorização proposta, a ter em conta na seguinte ordenação.

²²⁹ Na avaliação do período de construção antes/após 2000 das casas observadas foram tidos em conta sinais exteriores (como o estado de conservação das tintas, caixilharias e outros revestimentos, os arranjos exteriores e paisagísticos, o estado de crescimento de árvores e arbustos...), ainda que sejam indicadores pouco precisos. Subsistiu ainda a dificuldade em situar a data de fundação de algumas casas, uma vez que não tive acesso aos processos administrativos de construção.

²³⁰ A identificação das moradias baseou-se em informações prestadas pelo operário de construção civil Sérgio, em projetos de arquitetura da (co)autoria de Norberto Santos e nos indicadores já apontados.

Encontro um primeiro grupo de moradias com coberturas muito inclinadas, telhados pretos, mirantes ou mansardas e imagens representativas das arquiteturas francesas da região. Uma das casas que analisei, projetada por dois arquitetos luso-franceses, um residente na periferia de Paris e um residente em Ourém, apresentava cobertura com grande inclinação e telhado revestido a preto, mirantes e vãos sem molduras, revelando afinidades com muitas moradias situadas na envolvente.

Um segundo grupo de casas apresenta coberturas pouco inclinadas, telhas cerâmicas em tons laranja, cornijas, alpendres sustentados por colunas, molduras dos vãos em cantaria de pedra e persianas. Estas moradias têm características estéticas e materiais que remetem para as novas casas “portuguesas” que encontramos com frequência em Portugal, funcionando como indicadores de bairros portugueses. Carolina Villanova, referindo-se a portugueses emigrantes em França que duplicaram a habitação suburbana na região de Paris, mencionava que eles lhe introduziam traços da habitação do Minho rural, embora sem os aprofundar (Villanova 2006: 256). Exemplifico com duas moradias de portugueses que visitei em Bonneuil. A primeira apresenta vários volumes, cobertura pouco inclinada, telha cerâmica de tipo lusa, chaminé com ornamentos cerâmicos, cornija, cunhais e molduras dos vãos com forra de calcário e alpendre sustentado pelo mesmo material. A segunda²³¹ tem nos vãos molduras de granito que foram importadas da região portuguesa de origem dos proprietários.

Um terceiro grupo de casas combina referenciais materiais e estéticos de ambos os países, como coberturas muito inclinadas e alpendre sustentado por colunas de calcário. Outra casa de portugueses, ainda em Bonneuil, apresenta cobertura com grande inclinação, telhado preto, vãos emoldurados com calcário e um pequeno alpendre com colunas desse material. À semelhança do que verifico em Ourém, regista-se ainda, com alguma frequência, a conciliação entre expressões de reaportuguesamento já mencionadas e linhas geométricas conotadas com representações da arquitetura contemporânea, particularmente adotadas e disseminadas por jovens projetistas.

O pátio ajardinado e as cores claras dos edifícios (branco, bege, salmão, tons suaves de amarelo) são recorrências transversais às diferentes tendências assinaladas.

²³¹ Sérgio, operário de construção civil que me acompanhou na visita aos bairros da periferia de Paris, participou na sua construção.

Embora a maioria das observações tenha sido circunscrita ao exterior das habitações, visitei o interior de três casas e consultei cinco projetos de arquitetura, o que não permite fazer uma leitura consistente dos programas arquitetónicos e das orgânicas funcionais dos interiores respetivos. Ainda assim, as visitas aos interiores das casas a que tive acesso e os diálogos com os emigrantes permitem realçar dois aspetos. Em primeiro lugar, sobressai uma relação entre as opções de acabamentos, mobiliário e decoração e o escalão etário dos proprietários, num ajustamento estereotipado entre idade e tendências de moda, sob o argumento social de que “fica bem aos novos, fica mal aos velhos”. A casa da família Cunha (casal com idades superiores a 50 anos) tem papel de parede e cores suaves (branco e bege) nas paredes interiores e móveis de madeira envernizada. Já a casa de Sérgio e Alexandre (ambos têm menos de 40 anos de idade e partilham casa) tem cores fortes (amarelo-torrado, rosa e azul) nas paredes e móveis lacados de vermelho, ao encontro do que é propalado como vanguarda: “[...] O papel de parede agora já não se usa, o que fica bem são as cores fortes. Por exemplo, uma parede roxa ou vermelha na sala é o que se está a usar mais” [Alexandre, emigrante]. De resto, esta disposição é também identificada em casas de jovens residentes em Portugal.

Em segundo lugar, da decoração dos espaços fazem parte imagens de família e ícones de Portugal, como as fotografias de rituais familiares e a imagem de Nossa Senhora de Fátima na casa da família Cunha, ou as bandeiras de Portugal e do Benfica penduradas nos quartos de Sérgio e Alexandre. As fotografias de família são mais numerosas no primeiro caso, porque traduzem narrativas de vida mais longas e projetam a memória e a coesão do agregado familiar. A memória tem um papel no reforço de laços de pertença entre os membros de um grupo pelo recurso ao seu passado coletivo, conferindo-lhe uma imagem de imutabilidade e congelando valores e ações predominantes e fundamentais para a ancoragem da identidade de grupo (Halbwachs 1994 [1925]).

3.2. Casas em França: referentes de portugalidade

No passado, assistiu-se a uma certa influência de expressões da arquitetura francesa nas aldeias; atualmente, os bairros franceses habitados por portugueses acolhem referências arquitetónicas identificadas como portuguesas. Os modos difusos e complexos de apropriação das tendências arquitetónicas por portugueses em França

materializam sincretismos derivados da globalização e do transnacionalismo, com trocas de remessas sociais consubstanciadas em estruturas normativas, sistemas de práticas e capital social (Levitt 1998: 933) que ocorrem reciprocamente entre dois espaços com fronteiras localizadas: Ourém, em Portugal, e Vale do Marne, em França.

O fenómeno de importação e/ou exportação de bens de/para os países de origem dos imigrantes é para Alejandro Portes (2004: 77) uma das formas de transnacionalismo com maior aplicação no contexto atual, com as empresas de bens alimentares e materiais de construção a assumirem a dianteira nesses processos. Também este estudo de caso suscita uma reflexão sobre contextos e fatores que induzem ao aumento de expressões arquitetónicas e materiais de construção conotados com Portugal ou de proveniência portuguesa na periferia de Paris, envolvendo diferentes atores no processo, onde se incluem proprietários, projetistas e construtores. No essencial, estes são os mesmos atores que participaram no anterior transporte da “casa do emigrante” de França para Portugal, a que acresce uma participação mais vincada dos arquitetos.

A presença de referências arquitetónicas a Portugal em casas de imigrantes portugueses em França fundamenta-se preponderantemente em razões materiais, circunstanciadas pela realidade económica atual de Portugal, e em motivações simbólicas, enquadradas numa reconfiguração cultural que subjaz à mudança da relação do emigrante com o país natal.

3.2.1. Motivações materiais

As motivações materiais e objetivas prendem-se nomeadamente com a estagnação da construção civil em Portugal, que tem repercussões na intensificação da emigração operária, designadamente para França, que continua a absorver mão-de-obra operária naquele setor. Por sua vez, a procura interna de projetos de arquitetura e de materiais de construção é claramente insuficiente perante a oferta disponível, promovendo a procura de novos mercados no estrangeiro. Nesta geografia de migrações, as exportações passam pela circulação de bens (materiais de construção), mas também de pessoas e informações, incluindo-se aqui os projetos de arquitetura e a mão-de-obra operária.

Neste contexto, Portugal transaciona para França capital intelectual, humano e material, o que consubstancia a dinâmica transnacional entre os dois países ao nível

da construção das casas de portugueses. Este processo explica porque os vocábulos fluxos, fronteiras e híbrido estão inclusos na antropologia dos fenómenos transnacionais; mostra que os fluxos têm direções; e que nos fluxos de cultura – referências de continuidade e passagem –, o que se ganha num novo lugar não se perde necessariamente no lugar de origem, mas existe, isso sim, uma reorganização da cultura no espaço (Hannerz 1997: 7-39). Tentarei demonstrá-lo articulando os capitais intervenientes com aspetos dos processos construtivos protagonizados por emigrantes.

Capital intelectual: exportação de projetos de arquitetura

Ao conceberem projetos para moradias em França, os arquitetos residentes em Portugal exportam capital intelectual, que resulta de uma comunicação essencialmente virtual, nomeadamente via *e-mail*, entre o proprietário emigrante e o projetista não emigrante. Trata-se de um processo de desterritorialização em que a dimensão espacial da vida em sociedade se enfraquece e as relações virtuais são fortalecidas. A reciprocidade entre os dois grupos de atores tem sido exponenciada graças ao aumento do número de arquitetos e à redução do trabalho de projeto nos últimos anos em Portugal, acentuando a oferta profissional a valores mais acessíveis. Os arquitetos procuram corresponder aos ideais dos clientes, na expectativa de se expandirem neste setor de mercado, mesmo que para isso condicionem alguma criatividade e conceção própria de gosto. Tanto quanto possível, buscam equilíbrios entre os desejos dos proprietários e o que defendem, produzindo soluções que misturam tendências arquitetónicas daquela região francesa com expressões conotadas com Portugal e sinais da arquitetura “de linhas direitas”.

Nos últimos cinco anos, Norberto, arquiteto residente em Ourém, tem concebido projetos para emigrantes em parceria com um arquiteto luso-francês residente em França que, sozinho, não tem capacidade de resposta para o número elevado de encomendas que recebe. O grau de responsabilidade, envolvimento e complexidade em cada projeto determina o número de deslocações de Norberto a França, que compreendem, no essencial, três etapas do processo. A primeira viagem corresponde à etapa pré-conceptual, durante a qual ele reúne com o cliente e o coprojetista para acertarem orientações de base do projeto e visitarem o local de implantação da moradia. A segunda viagem decorre do fecho do projeto, após uma conceção negociada por *e-mail* com o cliente e intermediada pelo arquiteto residente.

Sucede-lhe o acompanhamento da obra, que pode dispensar deslocações de Norberto, caso o arquiteto residente assuma a responsabilidade pela sua coordenação. Norberto reconhece que muitos projetos poderiam ser concebidos apenas em gabinete, sem envolver a deslocação a França, sobretudo quando trabalha sobre locais com modelos predefinidos pelos municípios intendentos. Mas considera a viagem necessária para “manter o contacto” com o cliente. O argumento sustenta o jogo de equilíbrios que os atores envolvidos procuram fazer entre a comunicação tecnológica, rápida e acessível, mas virtual e impessoal, e a comunicação presencial, dispendiosa e burocrática, mas interpessoal e impulsora de confiança.

Capital humano: exportação de mão-de-obra

A mão-de-obra portuguesa em França, personalizada em operários da construção civil (pedreiros, ladrilhadores, carpinteiros, estucadores, pintores), revela a exportação de capital humano. Os executantes podem deslocar-se por períodos prolongados, inscrevendo-se na figura da emigração e no conceito de diáspora, ou por períodos mais curtos para realizar empreitadas específicas (execução de rebocos, aplicação de azulejo, caixilharia...), o que os insere na figura da emigração pendular. A deslocação por períodos reduzidos é comum em empreiteiros que mantêm a sede da empresa em Portugal, o que seria uma estratégia vantajosa, porque, segundo eles, lhes permite concorrer com orçamentos mais baixos que a média das empresas sediadas em França, uma vez que as contribuições fiscais em Portugal são inferiores, ainda que isso gere tensões com os empresários nativos:

As empresas portuguesas que estão a trabalhar em França praticam preços mais baixos que os franceses. Há dias, uma empresa francesa fez um orçamento de 400.000 euros para a construção de uma moradia. Venceu a proposta de uma empresa portuguesa com um orçamento de 300.000 euros. Estragam o negócio aos construtores lá instalados, porque têm as empresas sediadas em Portugal e pagam menos impostos [Arlindo, emigrante].

As exportações de mão-de-obra incluem ainda a mobilidade de algum capital de informação, na medida em que os trabalhadores transferem saberes especializados que adquiriram durante o seu exercício profissional em Portugal. Reproduzem facilmente cornijas e beirados com um domínio técnico que se converte em mais-valia na construção de moradias de França projetadas com referências de “portugalidade”. Em Ourém, esta exportação é um reflexo da conjuntura económica debilitada que o concelho atravessa. Revela similaridades com a realidade vivida há

meio século, ao demonstrar alguma continuidade da solidariedade vicinal (“sempre ajudamos os de cá [da aldeia natal]”) e valorizando a contratação com base em relações de confiança. Os novos imigrantes precários continuam a trabalhar aos sábados nas empresas com as quais mantêm contratos, mas também em empreitadas pontuais e autónomas relativamente a essas empresas. A um sábado, num percurso pedonal em Champigny, registei seis obras de construção civil dinamizadas por portugueses e várias carrinhas com matrícula portuguesa a transportarem material de construção.

Embora menos que antes, a autoconstrução persiste entre os imigrantes portugueses, especialmente na recuperação de moradias. Sérgio, Alexandre e muitos dos que fazem melhoramentos nas próprias habitações aos domingos de manhã abastecem-se em espaços comerciais da região com material necessário para pequenas obras, como me contava Sérgio numa visita a um espaço comercial em Saint-Maur: “[...] É aqui que se compram ripas, madeiras e outros materiais para as obras que se fazem em casa, mesmo para as *bricolages*”. Nesse mesmo bairro visitei uma empresa de fabrico e comércio de materiais de construção²³² à qual também recorrem portugueses para realizarem intervenções mais profundas nas habitações, como o levantamento de paredes e a substituição de telhados.

A autoconstrução decorre a um ritmo lento, em fins de semana e férias. A colaboração voluntária de parentes e vizinhos portugueses é bem inferior à que existia no passado recente, com o subsequente aumento da adjudicação de empreitadas para a (re)construção das suas moradias. Esta situação, de resto, verifica-se noutras manifestações de trabalho e convívio, como já assinalei e sublinho com a observação de uma imigrante portuguesa: “[...] Agora cada um se dedica à família e quase não nos vemos. Não é como antes” [Fernanda, natural de Urqueira, emigrante].

Capital material: exportação de materiais de construção e mobiliário

A exportação de materiais de construção de Ourém para a região parisiense, que concretiza a transação de capital material, é particularmente ativa. Imigrantes portugueses adquirem materiais de construção/mobiliário no mercado português, em especial na respetiva região de origem. Nas férias de verão ou de Natal consultam

²³² Betão, vigas e blocos de cimento.

fornecedores, escolhem e encomendam os materiais de que necessitam e ajustam depois o transporte com transportadoras locais:

Eu hoje já atendi cinco clientes emigrantes e vou-lhes fazer orçamento [...] o emigrante que saiu daqui vai mandar um camião com azulejo, a caixilharia, cola para as juntas e madeiras para uma casa que está a fazer em França [Paula, residente em Urqueira, gerente de empresa de caixilharias].

Alguns emigrantes rumam a Portugal num feriado ou fim de semana para escolher e encomendar materiais para as suas casas em França, porque, na sua ótica, a relação diversidade/qualidade/preço compensa a viagem e o transporte dos materiais comprados. Em 2012, Patrício, jovem empresário de uma transportadora internacional com circuito entre França e Portugal, referia o fluxo expressivo de material de construção que transportava para portugueses residentes em França, justificando-o com os mesmos motivos apontados pela fornecedora Paula e pelos imigrantes. Em entrevista, realçava a facilidade dos dias de hoje e os custos de transporte mais acessíveis para justificar esta opção e acrescentava que a quantidade de material transportado de Portugal para França era muito superior à que era transportada em sentido inverso. Essa assimetria indicia a valorização da produção portuguesa e, eventualmente, a tendência para o reforço do investimento imobiliário no país de acolhimento em detrimento do país natal, contrariamente ao que se passava entre 1970 e 1990.

Forneço muito material para as casas dos emigrantes para França, vão daqui camiões carregados. A maior parte do que transporto é material de construção, mobiliário e alimentação. Os empreiteiros levam a maior parte dos materiais de construção de cá, é quase 50% do que escoo. Eles dizem que têm cá uma panóplia de produtos muito maior que a que encontram lá. Lá é só branco ou preto e se querem alguma coisa diferente é muito caro [...] Hoje é mais fácil fazer transportes entre os dois países [...]. Não tenho falta de trabalho de Portugal para França, mas transporto pouco de França para Portugal, para lá levamos os camiões cheios, mas não mandam nada para cá [Patrício, empresário de transportadora com escritórios na região de Paris e em Ourém].

De acordo com portugueses operários da construção civil em França, os processos de construção das casas recentes são mais rápidos que no passado, graças a opções de materiais e de técnicas de construção que os agilizam. Todavia, os mesmos suscitam reservas e críticas nos imigrantes portugueses familiarizados com a construção no país de origem. Comentam que a estrutura das habitações em blocos de

cimento prevalece em relação aos tijolos de cerâmica por ser mais barato. A poupança de tempo e de custos explica ainda o revestimento das paredes exteriores com *ravalement*, uma pasta que reboca e pinta simultaneamente as paredes, porque contém um corante. Existem diferentes opções de cores em tons de argila e de acabamentos (liso, frisado, britado). Como relatava Sérgio: “[...] é usado em quase tudo, aplica-se primeiro uma resina para agarrar e depois o *ravalement*. É uma espécie de tapamisérias, nem é preciso rebocar, é um mau acabamento”. O operário apontava a curta durabilidade e a fraca capacidade impermeabilizadora e qualidade estética dos interiores comparativamente à pedra e à cerâmica, manifestando pesar pela perda de profissionalismo a que assistia e para a qual se sentia empurrado:

Agora querem fazer tudo à pressa e não fica nada em condições. O problema é que na empresa onde trabalho, agora querem tudo com urgência, não dão tempo para as coisas ficarem bem feitas. Pensam agora e daqui a um ano tem que estar tudo pronto. Em vez de deixarem secar alguns dias passam logo a seguir com outra camada e fica tudo mal feito. E depois, é cada qual por si. Antes trabalhavam todos em equipa, o *maçon*, o pintor, agora é cada um por si. O pintor não se preocupa se o *maçon* já acabou, o que importa é fazer o trabalho dele no prazo. O empreiteiro não se preocupa com as coisas bem feitas, quer é cumprir os prazos [...]. Mas as casas em Portugal têm uma estrutura mais sólida e agora o importante aqui é acabar dentro dos prazos. Dão-nos um ano para acabarmos uma obra e temos que o fazer.

Este depoimento põe a tónica sobre o papel que a qualidade dos materiais e do trabalho tem para os portugueses imigrantes, como mais um fator de preferência pelos materiais e mão-de-obra de origem portuguesa. Mas, como já foi lembrado, persiste ainda alguma relação de interdependência entre portugueses, que é expressa na primazia da contratação de conterrâneos sob o argumento da rede vicinal de apoio.

3.2.2. Motivações imateriais

As motivações mais subjetivas para a construção de moradias em França com semelhanças relativamente às que encontramos em Portugal estão ancoradas na correlação entre o (re)aportuguesamento da habitação e a opção de cada vez mais imigrantes portugueses por não regressarem ao país de origem. Perante a incerteza do futuro em Portugal, substituem o regresso definitivo pela realidade da construção de casa em França. Adaptam o sonho ao país que habitam realmente e transportam para ali fragmentos de imagens da “portugalidade” de um país que deu o salto para o progresso, mas que se encontra em “saldos”. A dupla residência impõe-lhes condutas

de acordo com a oportunidade, transpondo para ali dinâmicas de mobilidade que beneficiam de experiências assimiladas em Portugal (Villanova 2006: 261).

Convicta de que dificilmente regressará ao país natal, a comunidade imigrante recorre mais à sua nacionalidade como estratégia de poder. As casas são conceções que os imigrantes criam para si e para os outros, através das quais projetam discursos de vitória, de sucesso e imagens de poder perante os naturais do país de residência: “[...] os franceses ficam com inveja dos portugueses quando veem que eles têm grandes casas” [Sérgio]. Alteram então as estratégias identitárias que antes adotavam nos países de origem e de acolhimento. Nos últimos anos, na relação com a aldeia natal, tendem a substituir performances hegemónicas por atitudes de (re)integração; na relação com França, tentam reagir a condutas de invisibilidade que alimentaram durante décadas perante os naturais.

O passado de assimetrias – performances expressivas de inferioridade no país de residência e de superioridade no país natal – vai sendo parcialmente superado com o reforço de mecanismos de nivelamento das condutas pessoais e sociais nos dois territórios que compõem o universo identitário dos portugueses residentes em França, e as suas casas materializaram essa mudança. A apropriação simultânea de elementos nacionais e transfronteiriços forma-os como cidadãos multiculturais. A reciprocidade entre dois espaços com fronteiras localizadas – Ourém e Vale do Marne – permite-lhes uma posição mais afirmativa, porque promove um maior equilíbrio nas formas como se movimentam e relacionam em ambos os territórios. Efetivamente, a circulação entre dois países e dois espaços distintos – o campo e a cidade – produz efeitos que reconheço na observação de Manuel Graça Dias:

E são esses viajantes, esses espíritos que sempre transportaram consigo uma qualquer vontade mais firmada de mudar de vida, de “arriscar”, de alterar o “determinismo” a que geralmente são votados, os que mais afirmativamente conseguem, por vezes, fazer plasmar na cidade a expressão da sua vontade, a força do seu querer (Dias 2008: 349-350).

Este argumento ganha maior consistência quando confrontado com o artigo “Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society”, onde Peggy Levitt e Nina Glick Schiller defendiam que os migrantes ganhavam maior poder quando associados à terra natal e quando tinham um passado anterior à emigração. Segundo as autoras, os movimentos nacionalistas a longa distância têm

influências na construção da nação e na transformação nacional e existe uma espécie de cidadania dual, na qual os emigrantes e descendentes estão ancorados e mantêm direitos assegurados na terra natal, como sucede com Portugal (Levitt e Schiller 2004: 23, 15).

Além de permutas económicas, sociais e culturais, a utilização de tendências estéticas associadas a Portugal em França corporiza o transnacionalismo entre os dois países numa espécie de continuidade do mercado local, ajustado a uma escala global, e de desterritorialização e reterritorialização da casa “reaportuguesada”. Cabe aqui a noção de que as tradições que os emigrantes transportam são desterritorializadas do local de origem e reterritorializadas no local de acolhimento, como práticas e discursos pós-modernos (Levitt e Jaworsky 2007).

Segundo Alejandro Portes (2004), e como se confere com os protagonistas do presente estudo, as tecnologias agilizam a comunicação e a circulação de bens e serviços, aumentando o espectro dos intervenientes, onde se inscrevem entidades não governamentais, empresários e cidadãos em geral. As tecnologias são pois importantes aliados do transnacionalismo (Portes 2004: 75). Peggy Levitt e Nadya Jaworsky (2007) acrescentaram-lhes fatores de desenvolvimento como a globalização dos meios, a intensificação da economia internacional e a abertura dos mercados. Os luso-franceses intervêm nestes processos, porque incentivam os pais a aderirem à era digital e a adotarem posturas de autovalorização pela conciliação de referências dos países onde se movimentam, com repercussões positivas na permuta de influências.

Estas manifestações levam-me a partilhar a opinião de Levitt e Jaworsky (2007), na sua defesa de que o transnacionalismo não declina necessariamente na segunda geração. As investigadoras alertavam inclusivamente para os perigos decorrentes da conceptualização de uma geração como um processo linear, com separação rígida e nem sempre adequada entre migrantes e não migrantes. Na opinião de Levitt e Jaworsky, a segunda e a terceira gerações podem não participar em atividades transnacionais com a mesma intensidade ou regularidade que os pais, mas alimentam-nas em suas casas e outros palcos de ação onde pessoas, valores, crenças e relações de outro lugar estão presentes (Levitt e Jaworsky 2007: 133-134). As gerações mais jovens têm desempenhos ativos nessa construção através da produção de referências identitárias por via da seleção de aspetos simbólicos associados às gerações antecessoras (Löfgren 1989: 21).

Quando desenvolvidas regularmente, as ações transnacionais de pequena escala podem ter impactos económicos e sociais significativos nas comunidades e nas nações envolvidas, porque sustentam a indústria de construção nessas nações e novas práticas culturais que promovem a alteração de valores e do quotidiano das regiões onde operam estas medidas (Portes 2004: 77). Isso verifica-se na aldeia de Espite, que há meio século vivia praticamente fechada sobre si e hoje é um local transnacional que interage com espaços urbanos transnacionais. É um espaço social fluído, constantemente trabalhado pelos emigrantes que se deslocam de um lado para outro, envolvidos com mais do que uma sociedade (Levitt e Jaworsky 2007: 131). Mas é também um espaço trabalhado pelos residentes que filtram e adaptam influências de vários territórios, continuamente absorvidas num processo identitário em permanente construção e reconfiguração. Do outro lado, os bairros franceses povoados por portugueses desde a construção do bidonville de Champigny têm-se desenvolvido à imagem de uma “portugalidade” que lhes atribui uma identidade própria. As casas deslocalizadas de Portugal são partes visíveis dessa construção identitária, em cujo processo não ocorre uma transposição de cópias fiéis, mas adaptadas aos locais de chegada (Fernandes 2013: 279), como tentei demonstrar a partir da descrição de várias casas acima.

Trata-se de um fenómeno de construção identitária com contornos de transculturação, na aceção proposta por Fernando Ortiz (1983) com base num estudo de caso em Cuba. Realçando a densa malha de migrantes (espanhóis, africanos, franceses, anglo-saxões) e a fixação ancestral de índios, o autor identificou nos vários processos de instalação movimentos sucessivos de desajustes e reajustes, desculturação e aculturação, em suma, de transculturação, com alteração simultânea das várias partes envolvidas. Propôs depois a substituição, pelo menos parcial, do termo aculturação, enquanto processo de trânsito de uma cultura para a outra, pelo de transculturação, associado a complexas transmutações nas expressões culturais que passam pela aquisição de uma cultura diferente, mas também por algumas perdas resultantes do desenraizamento de uma cultura anterior. Logicamente, a transculturação tem implícitas conexões complexas entre diferentes realidades locais e um ritmo marcado por processos globais. Refuta a interculturalidade enquanto representação de harmonia idílica entre comunidades, que não tem em conta a tensão inerente a estas relações “multinacionais”, “multiculturais” e “transnacionais”.

A partir da análise dos trabalhos desenvolvidos por Melville Herskovits e Roger Bastide sobre a teoria da aculturação, também João Leal defendeu o recurso a outros predicados para além desse. No artigo “The past is a foreign country?”, João Leal (2011b) referiu a crioulandização, a hibridização e o sincretismo como conceitos a afetar à globalização, lembrando que o termo híbrido e afins eram já usados no passado por teóricos da aculturação. O antropólogo fundamentou a necessidade de se estabelecer um diálogo complexo com os mesmos, aprendendo com eles e produzindo novos conhecimentos com base nas reflexões contemporâneas. Ajudou-nos ainda a perceber que a globalização contemporânea não se confina ao fluxo intenso e múltiplo de pessoas, culturas e valores, ligando-se também a novos tipos de fluxos sem precedentes, e recomendou uma postura crítica e cautelosa em interpretações associadas à globalização (Leal 2011b: 318-330).

Dois fenómenos recentes impulsionam a produção de formas híbridas que se refletem nas que são objeto desta tese: a desburocratização na passagem de fronteiras entre dois países da Zona Euro, facilitadora do trânsito de trabalhadores, mercadorias, conhecimento e influências; e o recurso tecnológico da comunicação virtual, promotor de negociações e trocas entre arquitetos em Portugal e clientes emigrantes em França e veículo para o transporte de tendências arquitetónicas dominantes. Mesmo nos casos em que as fronteiras entre países são mais rígidas, elas não garantem pureza, real ou imaginária. Antes fomentam a mistura, própria da ligação da globalização a novos modos de produção cultural que transcendem a aculturação (Leal 2011b: 330).

A globalização perpassa fronteiras ao envolver o fluxo e o refluxo de forças mais homogêneas e mais heterogêneas, o contacto e a mistura entre o “local” e o “global”. Contribui para tornar o mundo mais pequeno e gerar formas culturais híbridas que, por vezes, induzem a conflitos entre diferentes conceções do mundo, pois enquanto uns preferem rotas globais, outros resistem-lhes numa preferência pelos movimentos locais. A globalização é, por isso, um processo complexo, que produz efeitos contraditórios na transformação de relações entre a cultura e o poder (Storey 2009 [1993]: 208-209). Perceciono essa transformação nas representações culturais dos emigrantes expressas nas suas casas, em Portugal – utilizadas como ferramentas de poder perante os habitantes locais – e em França – utilizadas como ferramentas de poder perante as outras nacionalidades residentes.

Em “‘Double residence’: a space for intergenerational relations. Portuguese immigrants in France in the twentieth and twenty first centuries”, Roselyne de Villanova (2006) destacava a hibridização nas formas de funcionamento dos espaços domésticos emergida dos contactos entre as sociedades portuguesa e francesa. Para a investigadora, a continuidade entre as duas residências dos imigrantes (em Portugal e em França) ocorre sob formas concretas e através de operações cognitivas, num espaço expandido entre alternâncias e bilocalização arquitetónica e social, e as fronteiras perderam a importância que tinham em 1960. Em suma, os vários aspetos das identidades de e/imigrantes contemporâneos são negociados dentro dos mundos sociais em que se movem, bem mais extensos e flexíveis que no passado, e a vida multilocal apresenta uma amplitude complexa de condições que afetam a construção, a negociação e a reprodução de identidades sociais (Vertovec 2001: 573, 578).

4. Emblematização de antigas casas rurais

Casa no campo com a porta sempre aberta,
Deixar entrar amigos,
Partir à descoberta,
Ter a minha cama grande,
A colcha predileta,
E um cão desobediente,
Em cima da coberta.
Quero uma casa completa
Com um pedaço de terra,
E com o espaço quero o tempo (...)
Fazer pão,
Estender a roupa,
Faço pouco das bocas que me dizem para crescer,
Eu quero rasgar janelas nas paredes cujas pedras
Carregar com as mãos que uso para escrever.
Casa no campo com lareira e fogo brando (...).

Capicua – *Casa no Campo*

4.1. Contexto nacional

O reaportuguesamento das novas construções a partir de 1990 remete para uma retoma do “autêntico” concretizada com a recuperação da antiga casa rural. O fenómeno correlaciona-se com vários conceitos, como a “objetificação da cultura”, segundo Richard Handler (1988), ou a “segunda vida” do passado popular, proposta

em Kirshenblatt-Gimblett (1998). Depois de enquadrar as casas de construção atual sob o argumento da tradição, proponho-me contextualizar discursos e práticas contemporâneas de emblematização da antiga casa rural. Destaco a sua ancoragem na valorização patrimonial da arquitetura popular/vernacular/rural ocorrida em Portugal nas últimas décadas, com efeitos na reconfiguração das casas dos antigos trabalhadores agrícolas, que deixaram de ser olhadas como expressões de pobreza, conservadorismo e estagnação, para serem convertidas em ícones patrimoniais.

A tese de Llorenç Prats sustenta que o património é uma construção social, pelo seu carácter simbólico, pela capacidade de representar simbolicamente uma identidade, mas sublinha que depende simultaneamente de proposições de quem detém o poder e o interesse (Prats 1997). Nesse contexto, a patrimonialização das antigas arquiteturas rurais é um fenómeno de ampla escala, implementado e alimentado por organismos políticos, *corpus* académicos, estruturas associativas, entre outras entidades públicas e privadas, coletivas e individuais. Muitos processos de seleção e reinterpretação de aspetos da vida social rural tentam captar o significado e a essência do lugar, por via da musealização e de outras formas de objetificação influenciadas por recomendações e convenções internacionais e mecanismos jurídicos nacionais, passadas em revista por Flávio Lopes e Miguel Brito Correia (2004).

Enuncio alguns instrumentos que me parecem particularmente relevantes nestes processos. No plano internacional, a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e dos Sítios* (UNESCO, Paris, 11 de dezembro de 1962) abriu um importante caminho para a valorização do espaço rural. Em 26 de setembro de 1975, a *Carta Europeia do Património Arquitetónico* reconheceu patrimonialmente as construções “modestas das cidades antigas e aldeias tradicionais”, a par dos monumentos emblemáticos. Dois anos depois, o *Apelo de Granada* foi ainda mais incisivo ao promover medidas de inventário e de valorização da arquitetura rural extensivas ao poder local. Duas décadas mais tarde, sob o argumento de enfrentar ameaças decorrentes da globalização, o ICOMOS publicou a *Carta sobre o Património Construído Vernáculo* (1999), em complemento da *Carta de Veneza* (1964). Em Portugal, a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, revogou a Lei n.º 13/85 e acionou novos progressos na legislação ao serviço da proteção e da valorização do património cultural, reforçando o reconhecimento patrimonial da cultura popular, onde se inscreve o programa arquitetónico.

Política e socialmente, Portugal aderiu a iniciativas já consolidadas por outros países, entre os quais a França, como recordam o texto *Vives campagnes: le patrimoine rural, projet de société* (Chevallier 2000), a tese de doutoramento de Isabel Cardoso (2008) e casos empíricos de recuperação de moradias que apurei em trabalho de campo.

O livro dirigido por Denis Chevallier (2000), brevemente citado no capítulo teórico introdutório, propõe o espaço rural como espaço gerador de novos modos de produção e consumo – também da arquitetura – e de uma nova sociabilidade. Apresenta depois três objetivos principais para a recuperação de casas nos campos: a vontade contemporânea de salvaguarda, favorecendo o seu restauro segundo condições próprias de cada região; a promoção de uma arquitetura contemporânea de qualidade em harmonia com os sítios; e a proteção do quadro natural e humano das casas de campo, dos seus aglomerados e das paisagens rurais. Destaca ainda o envolvimento de vários atores nesse processo (camponeses, residentes permanentes e secundários, políticos, ambientalistas, professores, técnicos de património e turistas) e lança a discussão sobre alguns excessos e desvios na patrimonialização do rural, que se enuncia como força motriz do desenvolvimento contemporâneo. Através de uma leitura retrospectiva, o texto lembra que após a segunda guerra mundial emergiu uma nova visão do mundo rural, que deixava de ser visto unicamente como espaço de produção de matérias-primas para ser também apropriado como espaço cultural, como património nacional e coletivo. De uma conceção estritamente utilitária passava-se para uma conceção paisagística e simbólica, não isenta de divergências entre camponeses e cidadãos, com os primeiros a defender a sua função agrícola e os segundos a sua função paisagística. A partir de 1980 as economias locais apoiaram-se numa orientação turística, promovendo a ideia do consumo do património.

Foi neste contexto que os autores da obra criticaram alguns aspetos ideológicos no ato de patrimonialização do rural: a visão da imutabilidade destes espaços, principalmente para os urbanos, com apropriação coletiva do campo como símbolo de liberdade e beleza, atribuindo aos agricultores o papel de guardiões da referência identitária do país. Evidenciaram ainda a relação profundamente política que se gerou com o património, com os responsáveis a tirarem partido da diversidade de recursos e da mobilidade da sociedade para instalar as forças do passado, reinventando-o e instrumentalizando-o, inclusivamente por meio de medidas de

proteccionismo. A publicação correlaciona o rural local e a globalização e propõe, por fim, uma forma de pensar o meio rural como um entre outros no seio de uma sociedade plural, sob uma perspectiva otimista, realista, não conformista e não fatalista (Chevallier 2000).

Na objetificação da arquitetura em espaço rural está patente a reciprocidade entre património e economia, com a valorização patrimonial a potenciar economicamente os edifícios a partir da “mercantilização” da paisagem, da memória e do simbólico. Supõe-se que a economia investe no património (Ferrão 2000). A *Carta Internacional do Turismo Cultural: Gestão de Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial* (ICOMOS 1999) apresenta-se como um instrumento regulador neste domínio. Defende as potencialidades económicas do património cultural, particularmente através da conciliação entre a indústria de turismo sustentável e a proteção dos recursos patrimoniais. As comunidades residentes são encorajadas a participarem na valorização das expressões culturais dos seus territórios, com vista a delas retirarem dividendos económicos, sociais e culturais. Por seu lado, os turistas contactam mais com produções culturais (artes, festivais, festividades) e com o património cultural, categoria a que foram convertidos sítios históricos, paisagens e arquiteturas vernaculares.

Um ano antes de este instrumento ser lançado, Néstor García Canclini (1998 [1989]: 22) lembrava que se multiplicavam as performances que reproduziam o “tradicional” para atraírem turistas e consumidores modernos que buscavam nos bens folclóricos signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não ofereciam. E argumentava:

O popular não se define por uma essência *a priori*, mas pelas estratégias instáveis diversas com que os próprios sectores subalternos constroem as suas posições, e também pelo modo como o folclorista e o antropólogo levam à cena a cultura popular para o museu ou para a academia, os sociólogos e os políticos para os partidos [...] (Canclini 1998 [1989]: 23, tradução minha).

O investigador antecipou-se ainda à publicação de *Vives campagnes: le patrimoine rural, projet de société* na confirmação do património enquanto força política (Canclini 1998 [1989]: 162). Evidenciou o papel da difusão maciça dos bens simbólicos tradicionais pelos canais eletrónicos de comunicação na formação de interações mais fluídas entre o popular e o culto e entre o tradicional e o moderno

(1998 [1989]: 197). Criticou ainda a ideia da imutabilidade do património, sustentando que a modernidade não é necessariamente antagónica às tradições, pois a modernização não determina o fim inevitável da cultura tradicional. E alertou para o facto de a associação restritiva do popular ao passado rural nos tornar cegos às mudanças que o redefiniram nas sociedades industriais e urbanas, sendo por isso fundamental refletir sobre o seu processo de transformação e interação com as dinâmicas da modernidade (1998 [1989]: 210, 218).

Em finais da década de 1980 e sobretudo nas seguintes, a patrimonialização das aldeias portuguesas ganhava expressão, numa instrumentalização da paisagem como metáfora da nação. O fenómeno decorreu enquadrado pelas reformas de descentralização e pelos movimentos de ação cultural após o 25 de Abril de 1974, pela urbanização e abertura do país ao exterior, acentuada com a adesão à União Europeia, e pela desruralização materializada em mudanças profundas nas relações que as populações rurais mantinham com os campos, dos quais deixavam de depender para viver, alterando consequentemente práticas e discursos (Silva 2006, 2007; Prista 2014: 63). Nas duas últimas décadas, os organismos públicos centrais e vários municípios têm investido em políticas de patrimonialização de edifícios e objetos utilitários ligados ao universo rural. Perante o desaparecimento e a transformação de saberes, objetos e práticas, e por impulso de autarquias e associações de defesa do património, propagaram-se museus etnográficos locais, a partir de coleções de peças ligadas a trabalhos e a construções rurais, reproduzindo casas e ambientes rurais com propósitos de ativação da memória coletiva. A criação destes espaços tem sido concertada com estudiosos locais, escolas, mediadores culturais e sociais, numa urgência de cristalizar “o que se está a perder”, equiparando a importância da representatividade à de valores consagrados como a autenticidade, a genialidade e a raridade (Anico 2005: 79-80). Na Alta Estremadura são várias as estruturas expositivas que refletem esta tendência. No concelho de Ourém existem a Casa-Museu de Aljustrel²³³ (Fátima) e o Eco-Museu de Olival²³⁴; no concelho de Batalha,

²³³ Casa-Museu de Aljustrel, tutelada pelo Santuário de Fátima: “Os utensílios de cozinha e de trabalho, as roupas, as mobílias e alfaia da época revelam a simplicidade do povo serrano que em inícios do século XX vivia do seu trabalho diário no campo. Esta Casa-Museu que pretende retratar o quotidiano familiar no tempo das Aparições situa-se ao lado da casa onde nasceu a vidente Lúcia e a cerca de 200 metros das casas dos Pastorinhos Beatos Francisco e Jacinta” (<http://www.santuario-fatima.pt/>, consultado em 16/12/2014).

²³⁴ Ecomuseu de Olival, tutelado pelo Rancho folclórico Moleiros da Ribeira: espaço expositivo sobre expressões do quotidiano rural (habitação, ofícios, moinho).

a Casa-Museu da Madalena²³⁵; no concelho de Leiria, o Museu Etnográfico do Freixial²³⁶, o Museu do Casal de Monte Redondo²³⁷ e o Agromuseu Municipal Dona Julinha²³⁸. Paralelamente, as câmaras municipais viriam a consagrar a valorização patrimonial da arquitetura rural nos respetivos PDM, introduzindo nestes o mapeamento de moinhos, quintas, ermidas e conjuntos arquitetónicos rurais.

Nos anos 90 e seguintes, foram criados fundos comunitários de apoio que viabilizaram iniciativas como o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas (Quadro Comunitário de Apoio II) e outros instrumentos de incentivo a unidades de turismo rural enquadrados nas políticas europeias (Silva 2006: 45-49). Alguns municípios aplicaram a redução ou isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis como incentivo à recuperação de casas antigas e/ou degradadas, justificado como a promoção do desenvolvimento rural. As memórias têm vindo a ser construídas politicamente para darem “vida” às aldeias e atraírem os visitantes, patenteando a relação entre a ordem hegemónica e as memórias vernáculas dos grupos sociais (Peralta 2007: 9).

Estudantes universitários e recém-licenciados trazem para a cena local saberes e tendências veiculados pelos meios académicos e tentam pô-los em prática através de estruturas associativas. Ilustrativa foi a extensão regional da Quercus (núcleo de Ourém) que, na década de 1990, constituiu um grupo de trabalho para registar e estudar o património rural. Além de políticas e movimentos associativos de desenvolvimento local sob a égide do património, da ecologia e da sustentabilidade,

²³⁵ Casa-Museu da Madalena, tutelada pelo Rancho Folclórico Rosas do Lena: “Neste Museu pode ver-se a reconstituição da casa rural estremenha com casa de fora, quarto, quarto do tear, cozinha, sótão e pátio com poço, picota e forno. Tem mobiliário próprio. Apresenta, também, a reconstituição de uma sala de aula da primeira metade do século XX. Há, ainda, uma exposição permanente de miniaturas etnográficas, brinquedos, louças, instrumentos musicais, aquarelas, fotografias e gravuras” (<http://roteiromuseus.ccdrc.pt>, consultado em 18/12/2014; ver também <http://www.fatima.pt>).

²³⁶ Museu Etnográfico do Freixial, tutelado pelo Rancho Folclórico do Freixial: “Este espaço museológico é a reconstituição de uma habitação rural do final do século XIX, que oferece ao visitante um contacto com o mundo ligado à agricultura e às atividades tradicionais da região” (<http://roteiromuseus.ccdrc.pt>, consultado em 18/12/2014).

²³⁷ Museu do Casal de Monte Redondo, tutelado pela Associação de Defesa do Património de Monte Redondo: “Coleção de objetos etnográficos representativos das atividades rurais da região. Está muito próximo de uma comunidade rural ainda ativa e que conserva uma memória muito presente daquele quotidiano” (<http://roteiromuseus.ccdrc.pt>, consultado em 19/12/2014).

²³⁸ Agromuseu Municipal Dona Julinha, tutelado pela Câmara Municipal de Leiria: “As coleções deste Museu provêm, na sua maioria, do acervo existente na antiga Casa Agrícola Pereira Alves de Matos Carreira, destacando-se as seguintes categorias: alfaías agrícolas, os transportes, a vitivinicultura, utensílios e equipamentos. A exposição permanente integra, ainda, bens vivos, como os animais de capoeira, espécies hortícolas nas antigas hortas da casa, e arborícolas, como um carvalho cerquinho centenário, e outras espécies” (<http://roteiromuseus.ccdrc.pt>, consultado em 19/12/2014).

sucedem-se iniciativas informais e comerciais de recuperação da arquitetura popular, alimentadas por modas e movimentos individuais (Ribeiro, Aguiar e Costa 2013: 8). “Casa típica de campo”, “casa rústica” e “casa tradicional” são *clichés* usados atualmente por agências de turismo e imobiliárias de casas rurais em *websites* e outros meios de comunicação, expressando intenções de reciclagem e hibridização semierudita afins aos propósitos do “Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal” (Leal 2011a: 81).

O abrandamento ou a estagnação da construção civil também tem reorientado o investimento dos profissionais locais para a recuperação de casas antigas, em alternativa à emigração ou à falência das empresas, reforçando a razão económica para o desenvolvimento da recuperação. Arquitetos, engenheiros e empresas de recuperação/reabilitação investem numa área antes secundarizada por muitos profissionais do ramo. Mas defrontam-se com lacunas na capacidade de resposta técnica, decorrente da interrupção de quase meio século na transmissão de saberes relativos aos métodos construtivos artesanais, associados à pobreza e estagnação.

Estes profissionais tentam reativar parcialmente referências desse passado como mais-valia económica, atualizam o léxico comercial e exploram termos que consideram apelativos para o segmento de mercado para o qual trabalham. Numa rápida pesquisa a *sites* de empresas de reabilitação de casas identifiquei *slogans* publicitários como “recuperar casas velhas, tornando-as antigas”, e “compramos velharias, vendemos antiguidades”. São exemplos da conversão do “ordinário” em património, por via de uma ação mecânica que legitima a valorização, numa relação que envolve profissionais da construção, agências de turismo e imobiliárias na disponibilização destes bens de consumo e, reciprocamente, a adesão dos potenciais consumidores.

O entusiasmo pela “objetificação” da arquitetura popular tem estimulado a produção científica sobre problemáticas e conceitos relacionados com a cultura popular, o património e o turismo, incontornáveis para percebermos os modos como os cidadãos encaram as antigas casas rurais nos últimos anos. Relembro alguns trabalhos, com a noção de que, perante a vasta produção recente, muitos ficam de fora. Em 1997, João Vasconcelos lançava o artigo “Tempos remotos: a presença do passado na objetificação da cultura local”, onde se propunha tratar várias “etnografias” sobre a serra de Argã, no noroeste português. Realço a alusão à compra

e construção de casas desabitadas nas Argas por famílias residentes em centros urbanos da região, para as utilizarem como habitação de férias e fins de semana. E acrescentava:

Vêm à procura de repouso, de um ambiente não poluído, de espaço de silêncio. Refazem as casas que compram, pelo menos no interior, mas conservam as paredes exteriores por rebocar. Seguindo o exemplo destes forasteiros, quase todos os residentes e naturais da serra que actualmente estão a reconstruir casas velhas que herdaram, deixam-nas com a pedra à vista. E alguns daqueles que construíram casa há dez ou vinte anos lamentam não “terem sabido” naquele tempo o valor que a pedra tinha – valor que é hoje simultaneamente “cultural” e “material” (Vasconcelos 1997: 227).

Uma década depois, Luís Silva (2006) aprofundou o conhecimento sobre as dinâmicas neorrurais da sociedade contemporânea com a tese de doutoramento *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*. Em livro resultante desse estudo, *Casas no Campo: Etnografia do Turismo Rural em Portugal* (2009), o mesmo investigador analisou detalhadamente vários tipos de alojamento turístico na relação com a tradição, atento a elementos de decoração e à sua combinação com aspetos de modernidade como formas de captação de utentes. Luís Silva (2009: 70, 78, 133) considerou que, na perspetiva dos turistas, estas unidades de turismo rural continham valores de autenticidade, de coleção de experiências e de distinção social. Por seu lado, nas aldeias de calcário, situadas no centro do país, os investimentos de recuperação e de apropriação turística têm sido muito inferiores. Numa investigação consistente nas áreas do património e do turismo em espaço rural, o antropólogo registou a tendência para a terciarização do mundo rural, em Portugal e em outros países europeus, através da patrimonialização e reconversão turística do mundo rural, onde se inscreve a arquitetura. Realçou a inserção do projeto turístico num programa político, a adesão massiva dos promotores de unidades de turismo em espaço rural aos incentivos criados, registando três perfis de proprietários, e abordou as representações que os seus clientes criavam do espaço rural a partir da ocupação dessas unidades. Desde então, na sua extensa produção científica, com mais de duas dezenas de textos publicados, sobressaem problemáticas que relacionam o espaço (pós-)rural, o património, o turismo e as energias renováveis. Por exemplo, no artigo “A procura do turismo em espaço rural” (2007), o antropólogo lembrava que os cidadãos buscavam tranquilidade, natureza, tradição e autenticidade, num desejo de “imersão no idílio rural”. E acrescentava:

Este fascínio renovado pelas formas tradicionais de construir e de habitar em meios rurais, com destaque para as casas rústicas, está estreitamente associado ao processo de emblematização das formas de arquitectura popular de matriz rural que presentemente ocorre em Portugal e no estrangeiro (Silva 2007: 147).

Em 2007, Sandra Xavier publicava “Usos da ruralidade na arquitectura paisagista” na revista *Etnográfica*. Apoiada em Handler (1988), comentava os processos de descontextualização, objetificação e ressemantização de tipologias rurais e construções populares, que as reificaram como traços típicos e distintivos de um dado lugar. Destacava a transformação e apropriação desses elementos por uma cultura urbana e um olhar erudito, sintetizados na noção de *ready-made*, em que o sentido dos objetos depende do contexto no qual são inseridos, bem como da participação dos mesmos nos processos sociais e políticos de construção da identidade dos lugares (cf. Peralta 2007: 165-188). Dois anos depois, Maura Lina Gonçalves da Silva (2009) defendia a sua dissertação de mestrado em arquitectura paisagista sobre a turistificação das aldeias de xisto na região de Coimbra²³⁹.

João Leal (2000, 2007b, 2009a, 2011a, 2011b) também tem vindo a dedicar atenção aos novos usos da ruralidade, contextualizando-os inclusivamente na relação com o passado da “casa portuguesa”, segundo Raul Lino, e em conceitos importantes na pós-modernidade. Em 2011, Marta Prista (2011) concluía o doutoramento com a tese *Discursos sobre o Passado: Investimentos Patrimoniais nas Pousadas de Portugal*. Prosseguiu a investigação sobre a patrimonialização e usos turísticos do passado na produção e consumo das Pousadas, nomeadamente com “Entendimentos e usos de lugar na produção social e na construção social das Pousadas de Portugal” (Prista 2013a). Neste artigo sobre as representações e experiências do passado nas Pousadas, a antropóloga conduziu uma leitura crítica sobre conflitos e negociações dos processos de emblematização desses espaços, entendendo-as como realizações de processos que constroem sentidos de lugar em espaço rural.

Numa outra perspetiva, o livro *Vida no Campo*, de Álvaro Domingues (2011), promoveu a discussão do fenómeno de patrimonialização da arquitectura das aldeias, problematizando aspetos muito presentes nos seus quotidianos, num estudo que enfatizou as questões do gosto na compreensão dos processos de mudança da habitação popular. Não descuro a estética dos emigrantes, nem mesmo o papel da

²³⁹ Algumas dessas aldeias fizeram parte de um dos casos de estudo que trato no presente capítulo.

moda, da oferta dos materiais e das normas que regulamentam a construção enquanto variáveis nesses processos sujeitos a condicionalismos exógenos das práticas e a julgamentos estéticos (Domingues 2011: 18, 53).

Atentos à mudança de paradigma na recuperação da arquitetura popular, os especialistas do património cultural imóvel (universidades, organismos públicos de gestão, associações de defesa do património) têm vindo a promover publicações, seminários e iniciativas de sensibilização, recomendações e informações úteis para profissionais da área. Algumas dessas publicações reclamam mais investigação e análise de soluções prévias à recuperação arquitetónica, ponderando a relação do imóvel com a envolvente e a valorização de materiais e técnicas artesanais de restauro, apelando à ética na substituição de elementos e materiais antigos por contemporâneos (Quintino 2002; Lopes e Correia 2004). Outras publicações voltam-se para preocupações de eficiência funcional (versatilidade das formas), material (integração *in situ*) e energética (resposta aos desafios do ambiente), realçando o ajustamento do valor patrimonial destas arquiteturas de pequena escala à contemporaneidade (Paulo e Calado 2008: 16-19). Outras publicações ainda exploram a reativação de materiais e técnicas tradicionais de construção, onde constam as pedras, as taipas, os adobes e a cal, com orientações de utilização mais ou menos práticas (Mateus, Veiga e Brito 2008). Finalmente, muitos investigadores defendem uma reativação de materiais artesanais com base em recomendações contemporâneas de ecologia e de sustentabilidade (Diogo 1994; Quintino 2002; Casella 2003; Correia 2005).

Em 1994, Manuel Maria Diogo defendia a tese de doutoramento *Arquitectura Vernácula em Terras de Miranda*. O estudo privilegia a análise tipológica e construtiva (materiais e técnicas) das casas rurais e estruturas de apoio, na relação com a geomorfologia e fatores históricos e socioeconómicos, sugerindo alguma inspiração em Orlando Ribeiro e na equipa de Ernesto Veiga de Oliveira. Singulariza-o a atenção que o investigador dispensou aos antecedentes da arquitetura da região nortenha, delineando o seu processo evolutivo (da construção circular para a construção retangular) com recurso à arqueologia, o que lhe permitiu defender que “a arquitectura não deu um único passo em frente, até praticamente aos finais do século XVII” (Diogo 1994: 58). Oito anos depois, num ensaio centrado no território algarvio, Guilherme Quintino (2002) examinou a arquitetura popular ou vernácula no

sudoeste de Portugal em diálogo com a envolvente territorial e climática. Teceu um olhar teórico sobre os contributos da arquitetura vernácula para a arquitetura contemporânea e argumentou a necessidade de uma alteração profunda do território no plano da arquitetura (devido à densidade urbanística relacionada com o turismo, com o abandono da casa rural motivado pela busca de melhor qualidade de vida nas cidades e com a emergência das casas de emigrantes). Fundamentou a escolha dos métodos e materiais de construção tradicionais nesse contexto territorial e analisou várias características envolventes e climáticas em edifícios agrupados em tipologias urbanas e rurais, numa leitura cruzada entre o que considerava velho vernáculo, novo vernáculo e nova construção. Por fim, reiterou a potencialidade da arquitetura vernacular pela aplicação de materiais e técnicas artesanais nas construções contemporâneas, contemplando a reintrodução das tecnologias tradicionais nas arquiteturas atuais sustentadas pelos paradigmas do desenvolvimento, da sustentabilidade e da ecologia.

No domínio dos materiais e técnicas de construção artesanal, a *Arquitectura de Terra em Portugal* (AAVV 2005) é uma das publicações mais completas sobre a construção em terra no país. Reúne diferentes especialistas e perspetivas disciplinares sobre os usos da taipa e do adobe, com alusão a estudos de caso, em dois dos quais é referida a sua coexistência em Ourém. A presença destes materiais no concelho é também mencionada na obra *Técnicas Tradicionais de Construção*, dirigida por Gabriela Teixeira e Margarida Belém (1998) e que retoma a análise de materiais, técnicas de construção e acabamentos artesanais. Após uma abordagem descritiva e técnica às pedras naturais e artificiais, à taipa e ao adobe, passando pela cal, pelas tintas tradicionais, pelas madeiras e materiais de cobertura, a publicação encerra com vários contributos disciplinares. Estes e outros textos técnicos coincidem com a já referenciada obra francesa coordenada por Denis Chevallier (2000), que assinala problemas também detetados em Portugal nos últimos anos, como, por exemplo, a necessidade de uma melhor articulação entre profissionais da construção para uma melhor resposta ao relançamento de técnicas tradicionais de construção aplicadas ao restauro.

Paralelamente, editores e colaboradores de periódicos sobre arquitetura e património reforçaram o interesse pelo assunto. A revista *Pedra & Cal* (GECORPA, Grémio do Património) tem dedicado alguns números ao tema (revistas n.º 24, de

2004, e n.º 37, de 2008). No plano associativo, o Centro da Terra²⁴⁰ promove seminários, *workshops*, exposições, edição e divulgação de publicações temáticas alusivas à reativação da construção em terra (AAVV 2005, 2006, 2007; Correia 2007). Na produção audiovisual, *Casas Adormecidas: Um Passado com Futuro* (realização de Ana Pissarra e José Cunha – Fundação Lapa do Lobo, 2011, com textos de Ana Tostões) intitulou-se como documentário de sensibilização para a mais-valia cultural e económica da “reconstrução e recuperação da arquitetura tradicional”, privilegiando a recuperação à construção de raiz. O tema também tem cobertura em revistas generalistas. Refira-se a revista *Casas de Portugal*, que tem vindo a promover um discurso de portugalidade na construção e recuperação como marca de prestígio e incentivo para a economia nacional ou, parcialmente, a revista *Casa Cláudia*, e até mesmo a revista espanhola *Casa & Campo*, também comercializada em Portugal.

O assunto é ainda objeto de publicações municipais e da imprensa. Em 2011, Madalena Galamba publicou “Terra firme” na revista *Única* (12/02/2011), defendendo que a arquitetura milenar de terra se justificava para além das tendências impulsionadas pela moda da sustentabilidade. O artigo expôs várias perspetivas sobre o uso da arquitetura de terra, contrapondo as visões dos “puristas” às dos adeptos da sua adaptação às tecnologias e ao paradigma da construção contemporânea. Emitiu ainda uma visão ponderada sobre os custos relativamente elevados de construção com esta técnica, não pelo material, mas pela mão-de-obra. Ainda na imprensa, “A nova tendência é recuperar casas antigas”, um artigo de Luís Manuel Cabral sobre uma aldeia de Vila do Conde (*Lusa*, 12/08/2012), divulgava a tendência para a “reconstrução” de casas antigas de granito, designadamente por emigrantes e migrantes de cidades portuguesas que preferiam recuperar as casas dos pais ou avós a “construir de raiz”. Segundo o presidente da Junta de Freguesia local, a recuperação de casas antigas teve início por volta de 2005, com o granito a ser mantido nas paredes despidas de reboco.

A recuperação física da antiga casa rural, mas também a sua recuperação conceptual – por via da reprodução das técnicas de construção artesanal – suscita o interesse de grupos heterogéneos, entre investigadores (arquitetos, engenheiros,

²⁴⁰ Fundada em 2003 e sediada em Santiago do Cacém, a associação apresenta-se como um fórum de discussão das técnicas, materiais, construção e arquitetura em terra, perspetivando a preservação do património e a promoção da nova arquitetura em terra.

antropólogos, arqueólogos...), profissionais da construção, do património, do turismo e da imprensa e envolve-os no debate sobre a sua função como via de modernidade, sustentabilidade e distinção social.

Percebe-se que nos últimos dez anos houve uma forte aposta na difusão da (re)construção em terra, apoiada por estudos de caso em regiões onde estas técnicas estiveram muito presentes no passado, despertando interesse em investigadores e patrimonialistas, em especial nos territórios mais a sul do país. Conhecem-se vários contributos, com destaque para os de Mariana Correia na área da reabilitação (Correia 2005, 2007) e o estudo recente de Pedro Prista (2014) sobre novas funcionalidades da arquitetura em terra, a partir de trabalho de campo realizado no sudoeste alentejano e no Alto Barrocal algarvio. Em *Terra, Palha, Cal*, Pedro Prista abordou a construção em taipa, as coberturas vegetais e a caiação aplicada à arquitetura vernacular em Portugal nas décadas centrais do século XX. Esta análise permitiu-lhe salientar factos sociais contemporâneos e encarar o seu uso como objetos e práticas culturais e, consequentemente, como fatores de património. O antropólogo considerou que a preservação da construção tradicional apenas pelas formas fazia pouco sentido, sendo pois de privilegiar a reinterpretação das formas em função das realidades atuais de uma cultura do território que é nova e mais responsável.

4.2. Antigas casas rurais em Ourém: novos formatos e usos

Até inícios de 2000, várias aldeias da zona centro-interior do país, a sul e principalmente a norte do Tejo, foram alvo de projetos de turistificação e estudadas nesse contexto. É o caso do estudo de Luís Silva (2009) sobre o turismo rural em Portugal, que salientou a agricultura, o património e o turismo como frentes de investimento político para o desenvolvimento rural. Por seu lado, nas aldeias de calcário, situadas no centro do país, os investimentos de recuperação e de apropriação turística têm sido muito inferiores. A aldeia de Pia do Urso (concelho da Batalha) é uma exceção com o projeto de adaptação de circuitos a pessoas invisuais, sob o lema “aldeia acessível a todos”.

Em Ourém, a prioridade da ação política tem incidido em outros segmentos turísticos, com destaque para o turismo religioso. A projeção mundial do santuário mariano de Fátima, que se vê reforçada pela celebração do centenário das aparições de Fátima em 2017, promove a concentração de projetos de estudo e de valorização

na cidade, esvaziando a atenção sobre o restante município. Gradualmente, perante a sobreposição de Fátima ao denso conteúdo patrimonial oureense no seu todo, as restantes localidades foram-se tornando “peças-satélite”. As forças políticas locais e as entidades com vocação turística também têm canalizado opções e estratégias para este núcleo de turismo religioso, mantendo-se necessidades de estudo, salvaguarda e intercessão patrimonial no concelho global, refletidas designadamente ao nível da arquitetura monumental (como o castelo de Ourém) e da arquitetura vernacular.

Não se conhece um programa político de valorização patrimonial de conjuntos arquitetónicos em espaço de aldeia no concelho de Ourém. São conhecidas intenções a esse nível, enquadradas no projeto de revisão do PDM, e sustentadas por uma estratégia delineada com o Museu Municipal²⁴¹, que prevê ações descentralizadas de estudo, recuperação, interpretação e difusão desses aglomerados, valorizando o território no seu todo. Registam-se alguns progressos ilustrados pela delimitação e pelo inventário de conjuntos arquitetónicos de interesse, onde se inscrevem as aldeias de Aljustrel, Ramila e Vale de Cavalos, núcleos de intervenção mais apetecível devido à relação simbólica e/ou proximidade geográfica com os locais das aparições de Fátima. Está ainda em curso uma proposta de valorização da aldeia de Aljustrel, onde nasceram os videntes das aparições de Fátima.

A emblematização da arquitetura vernacular nas aldeias decorre espontaneamente por iniciativas individuais e “informais”. A recuperação de antigas habitações rurais tem aumentado um pouco por todo o concelho, embora com maior incidência nas freguesias mais a sul, devido à proximidade com Fátima e com a autoestrada A1 e à preferência pelas casas de pedra relativamente às casas de terra disseminadas mais a norte do concelho. Tendo em conta a classificação das casas rurais proposta no capítulo II, os processos de emblematização incidem preferencialmente nas antigas quintas rurais, seguindo-se as casas agrícolas abastadas e, finalmente, as habitações de antigos trabalhadores agrícolas. Esta preferência

²⁴¹ Vocacionado para participar, com os oureenses, nos seus processos de reflexão e representação identitária em conexão com os processos identitários de outras comunidades, o museu procura dar resposta a três objetivos centrais, designadamente: uma investigação consistente e sustentada num diálogo com a população residente, envolvendo-a nos processos de pesquisa (no terreno e no museu), bem como na conceção e dinamização de programas científicos, expositivos e educativos, enquadrados no espetro funcional e temático do museu; uma intervenção inclusiva nos patrimónios (material e intangível), valorizando-os, tanto na sua diversidade, independentemente da tipologia, propriedade ou tutela, como no âmbito de uma gestão patrimonial e cultural integrada do território; uma atuação voltada para a manifestação e fruição cultural descentralizada e para a captação, em reciprocidade, das sinergias turísticas de Fátima para o restante concelho.

sugere que as questões de estética, de monumentalidade e de projeção social presidem às opções. Mas esta hierarquia torna-se relativa e variável em função do maior custo financeiro e tempo superior despendido na valorização e na manutenção das quintas, comparativamente ao investimento necessário para casas mais pequenas. É por isso difícil definir uma ordenação rigorosa e precisa das preferências da emblematização na relação com as categorias arquitetónicas.

A salvaguarda e a transmissão geracional das quintas rurais é uma prática antiga e consolidada sob o peso do seu capital material e simbólico (Lowenthal 1998; Sobral 1999a), como o demonstram várias quintas centenárias locais que permanecem habitadas²⁴². A emblematização e ocupação das casas dos patrões agrícolas também é frequente, por familiares e não familiares, chegando a estar habitadas um a dois séculos – menos tempo, ainda assim, que o tempo de ocupação das quintas. A novidade está na emblematização e (re)ocupação crescente de casas de antigos trabalhadores agrícolas. Se até há poucas décadas o fim de vida dos seus proprietários construtores ou, quando muito, dos descendentes diretos ditava o seu prazo de ocupação, nos últimos anos o paradigma tem vindo a mudar. As casas “pobres” são valorizadas por novos atores, onde se incluem habitantes locais, cidadãos (ex-)emigrantes e luso-franceses que descendem dos antigos proprietários.

Nesta apreciação ressaltam quatro notas. A primeira nota é a de que, para além das quintas e das casas agrícolas abastadas, as antigas casas dos trabalhadores rurais são hoje apropriadas, valorizadas e emblematizadas, o que confirma a subjetividade da categoria arquitetónica como fator de escolha e a representatividade da cultura popular como critério de valorização patrimonial. A segunda nota é a de que a antiga casa rural é retomada por descendentes de antigas famílias agrícolas em diferentes estratos socioeconómicos, desde herdeiros dos senhores das quintas (que permaneceram na casa ou que migraram e retornaram), descendentes dos patrões agrícolas (migrantes em áreas metropolitanas e com profissões bem remuneradas) e descendentes de segunda ou terceira geração de trabalhadores agrícolas ((e)migrantes e lusodescendentes que herdaram a casa dos antepassados). A terceira nota é a de que a apropriação por herança excede a apropriação por compra, que acontece sobretudo por parte de indivíduos sem ligações familiares à casa ou à aldeia. Uma última nota

²⁴² São exemplos as quintas da Alcaidaria, de Seiça, da Mota e de S. Gens, construídas no século XVII, e as quintas da Parreira, da Olaia e do Montalto, construídas no século XVIII.

vai para o esbatimento da correspondência que prevalecia no passado rural entre categorias arquitetónicas (quinta, casa agrícola abastada e casa de trabalhador agrícola) e grupos socioeconómicos, expressando bem a alteração da estrutura social das aldeias. É o exemplo de quintas compradas por filhos de trabalhadores agrícolas que ascenderam economicamente.

Nos processos de emblematização do mundo rural e de experiência do campo através do consumo das expressões arquitetónicas, destaca-se a participação de indivíduos que residiram ou residem em meio urbano, tendência notada por vários autores (Vasconcelos 1997; Canclini 1998 [1989]; Chevallier 2000; Silva 2006, 2007, 2014; Peralta 2007; Xavier 2007; Prista 2011, 2013a, 2013b). Os cidadãos iniciam ou reforçam a relação com o campo, buscando uma experiência revigorante ancorada numa sensibilidade pastoral, nos termos de Leo Marx (Marx 1967 [1964], ob. cit. em Silva 2007). Para os que partiram da aldeia muito novos e para os que sempre viveram na cidade, o contacto com meios cosmopolitas ajudou-os a (re)valorizar estas casas. Projetam um recomeço de vida, geralmente com a entrada na reforma, idealizando uma ruralidade esteticizada e simbólica assente na autenticidade e em outros valores de património. Ao mesmo tempo, contribuem para que muito do futuro nos campos seja decidido nas cidades, o que manifesta a articulação, ora simbiótica ora conflituosa, entre os espaços urbanos e pós-rurais (Ferrão 2000).

Sempre que podem, estes novos habitantes do campo continuam a alimentar a ligação com o espaço urbano. Frequentam com alguma regularidade a cidade onde residiram para confraternizarem com antigos amigos e vizinhos, fazerem compras nos locais habituais e atualizarem as modas que ditam a vanguarda. Muitos casais mantêm casa na cidade e intercalam a residência entre os dois sítios, sobretudo quando os filhos residem na cidade, podendo desse modo apoiá-los na gestão doméstica e acompanhar o crescimento dos netos. Procuram retirar o melhor de dois mundos: o descanso, a relação com a natureza e a gastronomia, conotados com o campo; e a atualidade informativa e cultural associada à vida cosmopolita. Há um certo paralelismo com o tempo repartido pelos emigrantes reformados entre a casa na aldeia e a casa em França.

De acordo com o que apurei no terreno, são sobretudo dois os tipos de uso que determinam a emblematização da antiga casa rural: o uso económico e o uso residencial. Ao uso económico estão associadas dimensões turísticas e de consumo da

relação com o campo através de unidades de alojamento turístico, de restauração e de comercialização de produtos agrícolas de eleição. São várias as idades dos proprietários destas casas, mas preferencialmente trata-se de indivíduos em idade ativa que decidiram mudar de vida, rompendo com os compromissos profissionais e ritmos da cidade, para instalarem empreendimentos que consideram mais favoráveis a vários níveis. Pelo seu lado, o uso residencial traduz-se em habitação permanente ou secundária (de férias ou fins de semana), especialmente em fases próximas da reforma ou já durante a mesma, podendo acumular-se o uso económico se for instalado algum negócio.

A emblematização da casa adquirida por herança tem as mesmas e outras motivações. Nomeadamente, a ligação afetiva e a valorização da história familiar e do passado leva os herdeiros a argumentarem que a casa transporta a memória da família, cuja continuidade geracional é valorizada. A busca de repouso e contacto com a natureza persistem no entanto como discurso explicativo. Tais qualidades são desfrutadas em registo de habitação permanente ou como segunda residência. A situação é comum a indivíduos que migraram para Lisboa e outras áreas urbanas e que, possivelmente na idade de reforma, resolveram regressar, definitivamente ou a tempo parcial, à aldeia de origem. As intenções de rentabilização económica da casa, por via da sua conversão em unidade turística ou comercial, verificam-se especialmente nos casos de solares e casas abastadas, beneficiando por vezes de programas de apoios financeiros para a valorização do espaço rural (PRODER²⁴³).

Já a emblematização a partir da compra é comumente motivada pela beleza do lugar e/ou a inscrição da casa numa zona preservada ou protegida na sua vertente natural e/ou cultural; pela partilha de referências identitárias com outros indivíduos que também tomaram a iniciativa de recuperar casa na aldeia; pela monumentalidade arquitetónica da casa e potencialidades da recuperação; pela potencialidade turística, em casos de rentabilização económica; pela conjugação do isolamento do lugar com a proximidade de acesso a vias rápidas, o que se aplica às aldeias periféricas de Fátima.

A interpelação de discursos e práticas de emblematização das casas dos antigos trabalhadores agrícolas é tónica no texto que se segue, porque, dando

²⁴³ Programa de fundos comunitários gerido por associações de desenvolvimento regional, com as freguesias mais a norte de Ourém a serem apoiadas pela associação ADAE (área de influência de Leiria) e as freguesias a sul pela ADIRN (correspondendo ao Ribatejo).

sequência aos capítulos anteriores, ajuda a problematizar a reconfiguração da construção identitária dos descendentes dos trabalhadores rurais a partir de representações do passado veiculadas pela casa. Antes, porém, sumário os processos recentes de recuperação e ocupação de quintas e de casas agrícolas abastadas, que possibilitam uma leitura geral do panorama da emblematização das antigas casas rurais elencadas no capítulo II.

4.2.1. Quintas e casas agrícolas abastadas²⁴⁴

No universo oureense das quintas, são vários os casos de emblematização, com diferentes modos de aquisição (herança/compra) e uso (residencial/económico), como se verifica pela relação de quintas selecionadas por amostragem (quadro 12)²⁴⁵. Uma quinta mantém ocupação ininterrupta desde a sua fundação, outras foram reocupadas depois de terem estado devolutas, outras ainda permanecem vazias, sem uso definido e em processos de degradação acelerados. Muitas intermitências e até desistências de ocupação devem-se aos encargos elevados com a recuperação e/ou manutenção, a problemas de conforto próprios destas construções antigas e amplas, e a conflitos entre co-herdeiros, bloqueando as intervenções. Este último caso relembra que existem diferentes concepções e atitudes familiares face ao passado das quintas.

Quadro 12 – Quintas rurais intervencionadas entre 2000 e 2015

| Quintas | Modo de aquisição ²⁴⁶ | Tipo de uso |
|--------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Quinta da Alcaldaria-Mor | Herança familiar | Turismo de habitação, residência |
| Quinta da Casa Velha | Herança familiar | Agroturismo |
| Quinta da Parreira | Compra | Residência |
| Quinta de São Gens | Compra | Agroturismo, restauração |
| Quinta do Montalto | Herança familiar | Agro-indústria, residência |
| Quinta dos Namorados | Herança familiar | Residência |
| Quinta da Olaia | Herança familiar | Residência |
| Quinta de Seixa | Herança familiar | Residência |

²⁴⁴ Consultar Anexo V. Casas emigrantes e casas emblematizadas 1990 – 2015, 2. Casas emigrantes em Ourém, 4. Emblematização de casas rurais, 4.1. Quintas.

²⁴⁵ A amostra elencada não esgota a lista de quintas atualmente a uso, sobre as quais não reúno elementos que me permitam fazer uma classificação precisa quanto ao modo de aquisição e tipo de uso.

²⁴⁶ O facto de a aquisição de algumas quintas pressupor herança familiar não significa isenção de pagamento pelos atuais proprietários aos co-herdeiros.

A rentabilização económica, especialmente nas áreas do turismo e da agricultura biológica, constitui um dos usos das quintas, como revelam dois herdeiros de duas antigas quintas fundiárias. Nuno, um dos sucessores dos proprietários da Quinta da Alcaidaria-Mor (Seiça), residiu desde a infância em Cascais. Em finais dos anos 90, início da década de 2000, com idade adulta, transferiu a residência para Seiça e instalou-se na quinta com o objetivo de a converter em unidade de Turismo de Habitação. Num registo de valorização da terra pela agricultura biológica, encontramos André, herdeiro da Quinta do Montalto (Olival), que se mantém na família há cinco gerações, com uma vocação para a produção vitivinícola. André licenciou-se em engenharia silvícola e hoje administra a quinta, afirmando a marca “vinho medieval de Ourém” na região e tendo já conquistado vários prémios no país e em concursos internacionais.

Os dois investidores traduzem perspetivas de continuidade genealógica das quintas como espaços habitados, mas também como instrumentos de produção reativados ou renovados por via da sobreposição da qualidade à massificação, sob a trilogia património/história/natureza enquanto marca diferenciadora e valorativa do concelho:

Somos um dos pioneiros, em Portugal, na produção do vinho ecológico. Não usamos qualquer tipo de químicos na vinha. Só usamos moléculas que existem na natureza [...] é um vinho produzido segundo métodos ancestrais e, embora tenham passado mais de 800 anos, a tradição mantém-se [André].

No estudo de caso em Óbidos, Marta Prista salientava que o consumo das elites constituiu a vila num objeto de gosto, uma marca de classe, ao ser-lhes reconhecido o gosto legítimo e confirmarem e atualizarem a sua distinção social em práticas locais. Além do gosto das elites pela história, identificou-lhes a participação na produção do “destino” local, adquirindo e restaurando propriedades, investindo como consumidores e promotores da atividade turística local, o que lhes realça o duplo papel na construção do lugar (Prista 2013b: 387). Observo-lhes afinidades com os proprietários das quintas de Ourém, reconhecendo-lhes o interesse pelas áreas da história, em que cada pessoa ou família cria uma história encenada (Miller 1987: 159), e também pelo ambiente e a ecologia. Ainda sobre as Pousadas estudadas pela antropóloga, encontro-lhes paralelos com as quintas aqui analisadas, porque também estes edifícios tiveram um passado importante nos modos de produção e subsistência

locais, reativado pela sua emblematização como expressão e manifestação de realizações de poder em diferentes tempos (Prista 2013a, 2013b).

Na relação que os proprietários estabelecem com as respetivas quintas ressaltam duas contradições. A primeira prende-se com a incoerência entre a idealização e a concretização. Preocupam-se em manter a integridade e autenticidade destes espaços e tratam-nos como sagrados, em compromisso com os ascendentes²⁴⁷, enfatizando a herança cultural enquanto processo construtivo assente numa cadeia reflexiva com transmissão diacrónica expressa pela materialidade (bem imóvel e móvel) e pela imaterialidade (tradição oral). Mas depois contratam empresas, nem sempre especializadas em conservação e restauro, para acentuarem a imponência de elementos arquitetónicos e artísticos, resultando frequentemente em danos irreversíveis, criticados por técnicos legitimados do património. Por exemplo, uma capela de uma quinta no concelho foi intervencionada com revestimentos de tintas plásticas, cores exuberantes e azulejos muito ornamentados, que apagaram irremediavelmente pinturas primitivas que eram discretas e pouco atrativas ao olhar.

A segunda contradição está no equilíbrio entre o desejo do reconhecimento público e o desejo do livre arbítrio, que não é isento de conflito. Aos proprietários agrada a ideia de terem as suas casas valorizadas publicamente, nomeadamente por via da classificação patrimonial. A medida confere prestígio à família, potencia economicamente a quinta e é uma mais-valia em candidaturas a programas de financiamento. Curiosamente, quando confrontados com a instrução do processo de classificação (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro), muitos proprietários retraem-se, cientes de que a medida condicionará a autonomia de intervenção, oscilantes entre o empenho na valorização da quinta e a perda da autoridade de decisão num edifício de sua posse.

Menos formalizadas como património cultural pela autarquia e populações locais, as casas dos patrões agrícolas conferem aos proprietários maior liberdade na intervenção e menor sentido de responsabilidade social por comparação às quintas, pelo que são mais facilmente intervencionadas sem juízos de valor.

²⁴⁷ Numa leitura pela antropologia do simbólico, a conservação pode ser utilizada pelas sociedades para agradecerem e perpetuarem a experiência vivida dos seus antepassados. Apoiado nas teorias de Freud, Jean-Pierre Mohen (1999: 18-24) revia na fragilidade das obras a incerteza do seu destino em termos de herança cultural, pelo que, através da sua conservação e restauro, as gerações atuais procuravam obter o perdão dos seus antecessores.

É o que se passa com um casal residente na região de Lisboa e com idades entre 60 e 70 anos. Filomena integra “famílias de quintas em Ourém”, onde o casal passou férias e fins de semana durante anos. Em 2003, decidiram adquirir casa “num sítio calmo e que fosse próximo das casas dos familiares”, que pudessem decorar a gosto e onde permanecessem temporadas mais longas após a reforma com a privacidade e a gestão desejadas. Adquiriram uma antiga habitação de patrões agrícolas parcialmente recuperada, porque a acharam “bonita, com história, razoavelmente ampla e confortável”. Concluíram as obras, introduzindo-lhe algumas modificações a seu gosto, decoraram-na e ocuparam-na, ao mesmo tempo que recolhiam informações sobre a história familiar da casa junto da parentela dos antigos donos.

A casa manteve as paredes-mestras do piso duplo, a cobertura de duas águas, a configuração exterior dos vãos, o alpendre no piso superior e a escadaria de pedra de acesso e foram pintadas barras em tons ocre nas paredes exteriores, que não existiam nas paredes primitivas (eram totalmente brancas). Foi aplicado um catavento na chaminé, uma sineta junto da porta principal da sala, sob o alpendre, e a escultura de um santo popular, elementos remissivos a uma imagem pastoral dos campos. Já os interiores tiveram alterações profundas, com o alargamento e a realocação de divisões a ter repercussões na orgânica funcional. Há assim uma revalorização da casa que é feita por ênfase simbólica no exterior e modernização funcional no interior.

Ao nível do recheio, nas quintas, as peças artísticas e decorativas herdadas dos familiares (que ajudam a reconstituir o tempo familiar, a fazer a história de um parentesco e a mostrar qual o seu espaço) são combinadas com utensílios domésticos e agrícolas recuperados e contextualizados, ganhando novos significados (Miller 1987; Segalen e Le Wita 1993). Nas casas dos patrões agrícolas (menos guarnecidas com objetos decorativos) prevalece a objetificação de bens utilitários da casa e dos campos. Ao mobiliário e utensílios pré-existentes juntam-se objetos comprados em lojas de antiguidades e artesanato, alguns submetidos a uma reconfiguração funcional e/ou formal, como a enxerga de estopa transformada em toalha de mesa, a pia convertida em floreira, a charrua a ornamentar o jardim ou o prato esteticizado na parede. Presentes as diferenças entre as duas categorias domésticas, é comum a

intenção de aliança entre o prolongamento da memória familiar e a conceção plástica renovada da casa.

4.2.2. Emblematização de casas de antigos trabalhadores agrícolas²⁴⁸

4.2.2.1. *Sujeitos e contextos*

Sérgio (75 anos de idade) nasceu e viveu em Lisboa, onde se formou e fez o percurso profissional, sem se desligar da aldeia onde o pai nasceu e na qual hoje habita. Em finais da década de 1990, antes de se aposentar da carreira de docente, recuperou a casa que herdara dos pais – uma casa de dimensão intermédia entre as quintas e as casas dos trabalhadores agrícolas – e ali fixou residência. Atualmente, Sérgio frequenta Lisboa, onde residem os filhos e os netos, e percorre outros destinos. Mais recentemente, um casal amigo de Sérgio que também residia na região de Lisboa instalou-se numa casa que comprara e recuperara na mesma freguesia de Ourém, mesmo sem ter nenhuma relação familiar com a povoação ou com a região, motivado pelo desejo de mudar residência, saindo da cidade:

[Era um] local calmo e que se prestava a esta nova etapa de vida. Não tinha nada que me levasse a vir para cá. Foi uma coincidência. Conheço o Sérgio há uns bons anos e um dia, em 2002, ele convidou-me para ser sócio fundador de um projeto cultural interessante. Mais tarde estava cansado de viver no meio da confusão e comecei a pensar em mudar para um sítio mais calmo. Foi então que encontrámos este sítio com vista para o castelo [...] Eu nasci numa aldeia em Moçambique e gostava de regressar à aldeia, e cá estamos [Roberto, residente numa aldeia de Ourém].

O casal também visita regularmente Lisboa, por motivos de trabalho, família e amigos, e participa na dinamização de alguns projetos culturais no concelho, com o objetivo de contribuir para a valorização e fruição da comunidade local. Os dois casos têm similitudes – o tipo de uso da casa (residência principal), a ligação ao meio urbano e situação profissional, social e intelectual privilegiada e a motivação (contacto com a natureza, beleza da paisagem) –, com a diferença de que em Sérgio acresce a relação de genealogia familiar e a aquisição por herança, com reforço de laços afetivos ao espaço.

²⁴⁸ Consultar Anexo V. Casas emigrantes e casas emblematizadas 1990 – 2015, 2. Casas emigrantes em Ourém, 4. Emblematização de casas rurais, 4.2. Casas de proprietários agrícolas e trabalhadores agrícolas recuperadas; 4.3. Projetos de recuperação de antigas casas rurais.

Lurdes (55 anos de idade), natural de Urqueira e migrante na região de Lisboa, herdou com o irmão a pequena casa onde crescera numa família numerosa (nove filhos). Resolvidos a manterem a casa em família, os dois irmãos intervencionaram-na para arrendamento, mantendo Lurdes uma área reservada para quando passa algum tempo na aldeia. A configuração exterior foi mantida no essencial, com a substituição das caixilharias de madeira por alumínio. O anexo adossado à habitação, que antes servia de palheiro, foi fechado, rebocado, pavimentado e pintado, e hoje funciona como uma extensão habitada. O interior da habitação foi todo reformulado, com o alargamento de áreas e introdução de casas de banho. Segundo uma vizinha:

Quem viu a casa antigamente e quem a vê agora, não tem nada a ver. Partiram paredes, a sala ficou maior e a casa de banho é muito boa. Não falta nada. Mantiveram a lareira na cozinha e puseram uma salamandra na sala” [Maria, vizinha e amiga da família proprietária].

Também com casa recuperada, Manuel é um luso-francês (50 anos de idade) que frequenta regularmente a aldeia nas férias de verão. Há cerca de dez anos resolveu recuperar a casa dos avós para ter “onde ficar”, manter a ligação afetiva à “terra” e homenagear o seu passado familiar. No seu caso, o contacto com a recuperação de casas antigas em França foi um incentivo a esta apropriação de certos aspetos de uma cultura rural em vias de desaparecimento. Pintou o exterior em branco com barras em tons de azul claro e substituiu a cobertura com a versão atual da telha de meia cana. Rebocou e substituiu os revestimentos dos interiores e introduziu uma casa de banho. Decidiu-se pela intervenção para que a casa servisse como residência secundária, destinada sobretudo às férias de verão, até porque não tenciona residir em Portugal.

João, com formação universitária, fez melhoramentos na casa do avô, com a perspectiva de a ocupar temporariamente, mas também para estancar a sua degradação. No exterior, a cal acumulada nas molduras de pedra dos vãos foi removida e, com base na informação de que a casa primitiva era em tons de almagra, foi-lhe devolvida a cor original. No interior, as paredes de adobe foram rebocadas e pintadas, o pavimento substituído, os tetos de madeira foram desinfestados; a casa de banho e a cozinha tiveram obras mais profundas, resultando na introdução de uma cabine de duche e de um fogão de sala no lugar da lareira, respetivamente.

Os distintos perfis dos proprietários traduzem a complexidade na caracterização social dos indivíduos que recuperam e valorizam a antiga casa do trabalhador agrícola. As próprias casas, estando niveladas nesta categoria arquitetónica – não sendo casas agrícolas abastadas ou quintas –, revelam diferenças na volumetria, no número de divisões e nos espaços de apoio e pormenores construtivos, sugestivos de diferentes situações económicas dos proprietários primitivos. Aos (e)migrantes e luso-franceses juntam-se jovens casais com formação universitária. Confrontados com situações profissionais e financeiras instáveis, não investem na habitação construída “de raiz”, preferindo “restaurar” a casa dos avós, pelo menos até alcançarem maior estabilidade.

Além das razões associadas a contextos mais ou menos particulares de vida, os proprietários, em geral, convergem na ideia de que “recuperar uma casa antiga” é uma opção socialmente distintiva. Não obstante as variações, os diferentes casos demonstram que a casa emblematizada pode provir de classes baixas e ser retomada por grupos sociais da classe média e média alta, numa apropriação que, não sendo massiva (Turner 1996), se alarga a grupos sociais e económicos heterogéneos.

4.2.2.2. Idiossincrasias nos processos de valorização

Prevalecem dois conceitos alternativos de intervenção: a preservação integral da fisionomia primitiva do edifício e a manutenção parcial do edifício pré-existente conjugada com a criação de novos volumes. Em muitos casos as intervenções são circunscritas ao interior da habitação, pouco programadas e realizadas faseadamente, suscitando comentários como “Estamos sempre em obras, parece que nunca mais vai acabar” [Gisela, proprietária de uma habitação recuperada]. O segundo conceito de intervenção pressupõe um projeto de arquitetura e licenciamento municipal. Ainda assim, é um procedimento mais simplificado do que o necessário para novas construções, o que promove situações contraditórias de instrumentalização da figura da recuperação como forma de agilizar o licenciamento de uma nova construção, principalmente em espaços com índices de construção reduzidos em sede de PDM. Nesses casos, depois de aprovado o projeto, a estrutura do edifício é demolida, com exceção do alçado principal. Concluída a obra, o alçado pré-existente é demolido, alegadamente por ruína natural, registando-se portanto uma recuperação virtual, utilizada como pretexto para garantir a área construída permitida.

Uma arquiteta do Município de Ourém referia-me que os projetistas submetem estes processos ao Município como pedidos de “alteração” de construções pré-existentes, mais do que de “recuperação”, o que se explica pelo facto de serem uma das opções mais imediatas nas modalidades de intervenção definidas no RJUE²⁴⁹. Estas opções reportam algumas contradições entre as condutas de valorização da “tradição” projetadas pelos arquitetos (visíveis nas expressões “à traça”, “tradicional”, “típica” que adotam) e a colagem à modalidade “obras de alteração”, em vez de “recuperação”, que remete para outros procedimentos subjacentes à instrução e condução dos processos de licenciamento. O desconhecimento e complexidade administrativa poderão ajudar a explicar essa incoerência aparente.

Se existem motivações, também existem fatores dissuasores da emblematização de antigas casas rurais, que na maioria dos casos se prendem com questões de aquisição, recuperação, manutenção e conforto. O primeiro entrave reside na dificuldade da compra de habitação, quando essa não é adquirida por herança. Os interessados deparam-se com obstáculos, ou porque os proprietários apresentam propostas de venda a preços inflacionados, sob o pretexto da valorização deste tipo de construção, ou porque eles se recusam a vender a casa, por razões afetivas, “é uma herança de família... não nos queremos desfazer... um dia ainda a vamos recuperar...”. António teve um longo processo de negociação com o proprietário da casa que viria a adquirir para ali residir com a mulher e os dois filhos:

[...] Andei anos a convencer o dono da casa para a conseguir comprar. Ia para o café que o senhor frequentava e era conversa atrás de conversa, primeiro que ele se decidisse [António, 50 anos].

Um segundo entrave à recuperação e emblematização deriva de discursos desmobilizadores dos construtores civis junto dos proprietários, alegando que “fica mais caro recuperar do que construir de raiz” ou que “a casa vai dar problemas no futuro”, numa reação enquadrada pela ausência de contacto com materiais e técnicas de construção artesanais com os quais não se sentem habilitados para lidar. Outro fator de resistência parte de arquitetos, que preferem projetar habitações novas do que alterações a pré-existências, sentindo-se menos condicionados em termos criativos e

²⁴⁹ O RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) em vigor (Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro) procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro. As opções consagradas no regime para os edifícios não abrangidos por operações de loteamento ou plano de pormenor são a construção, a alteração e a ampliação, ao passo que encontramos a referência a obras de conservação em imóveis classificados ou em vias de classificação.

mais confiantes, porque na maioria dos casos, tal como os construtores, não dominam as técnicas e os materiais dos edifícios pré-existentes. São motivos que influem nas decisões dos proprietários, a que acresce a área de espaço disponível, opções arquitetónicas e algumas comodidades que possam estar condicionadas, contrariando o que poderão ter idealizado.

Superados os obstáculos, a recuperação é concretizada. Em trabalho de campo e com base em projetos de arquitetura observei um conjunto de intervenções mais recorrentes nos processos de recuperação de antigas casas rurais: picagem, reboco e pintura de paredes (o aparelho de pedra fica sem reboco quando está bem conservado); substituição do pavimento e da cobertura (melhorando o isolamento do interior); abertura e ampliação de vãos (para maior exposição solar) e substituição de guarnições; remodelação ou instalação de casas de banho; introdução de sistema de aquecimento; (re)instalação de infraestruturas elétricas e de canalização de água e esgotos; remodelação dos espaços interiores (demolição de paredes para ampliação de áreas); supressão da lareira ou sua adaptação a circuito fechado (minimizando a saída de fumo e fuligens); requalificação de anexos agropecuários (convertendo-os em áreas habitadas). O mobiliário é frequentemente remodelado, com a instalação de roupeiros embutidos (para aproveitamento de espaço) e a conciliação de mobiliário antigo de família ou adquirido em antiquários com mobiliário contemporâneo.

Durante a obra persistem frequentemente conflitos entre os atores envolvidos, nomeadamente entre o dono da obra, o projetista e o construtor, por diferendos relacionados com preferências arquitetónicas e construtivas. Observa-se alguma resistência na articulação entre os diferentes profissionais em áreas de competência comum, contrariamente ao que deveria ser a interação pró-ativa entre arquiteto, mestre de obra e dono da obra (Chevallier 2000). Os entraves estendem-se aos técnicos de conservação e restauro, pouco efusivos nestas áreas da construção civil, embora a sua participação, em equipa com os operários da construção civil, pudesse beneficiar a prática da conservação. Do outro lado, os construtores tendem a resistir ao estudo conjunto de soluções e adotam posturas mecanizadas, reproduzindo nas recuperações os mesmos materiais e métodos que usam em construções novas, como

se constata pela recusa frequente de argamassas artesanais²⁵⁰, com insistência no uso estrito de betão.

Tais resistências sugerem que os construtores civis estão pouco alinhados com a filosofia da retoma dos materiais e das técnicas artesanais adotada por arquitetos e proprietários sintonizados com a visão citadina de valorização dos campos, e também que não dominam os saberes necessários à recuperação das antigas casas. O fenómeno pode ser explicado pela perceção de vida das gerações anteriores de que os materiais industriais são mais resistentes, duradouros e modernos que as construções de terra ou de pedra. Deriva também do tempo e custos associados a obras de recuperação, que são geralmente mais morosas e onerosas do que as construções novas, assim como da falta de domínio técnico. Afinal, compete aos profissionais da construção a materialização da obra e, em última instância, depende de si a viabilidade da recuperação:

Não consigo encontrar construtores para recuperarem a casa que adquiri. Os arquitetos até podem dizer como querem que a casa seja recuperada, mas não são eles que dizem como se faz, que materiais se utilizam. Pedi ao construtor para recuperar um vão e ele apresentou como solução uma viga de cimento. Não sei qual é a solução, mas penso que essa não será” [Marta, arquiteta, 39 anos, proprietária de uma casa antiga em recuperação].

Depreende-se alguma discrepância entre as tendências manifestadas por profissionais técnicos ou mesmo proprietários e por trabalhadores da construção civil, responsáveis pela obra. A transmissão das técnicas de construção artesanal e as recomendações são fácil e rapidamente veiculadas aos técnicos do património, “os teóricos”, que depois não operacionalizam os conhecimentos. A dificuldade está na transmissão do saber aos profissionais operários, justificada pela sua resistência à prática da recuperação, por razões já apontadas, porque não têm acesso fácil à oferta formativa, mas também porque a linguagem utilizada nos conteúdos formativos é muitas vezes complexa e desajustada dos seus contextos profissionais, manuais e empíricos. Aos “pedreiros” são exigidas competências de execução, mas as ações de sensibilização e formação profissional são insuficientes e pouco vocacionadas para as suas expectativas de aprendizagem, essencialmente pela via do ensino prático.

²⁵⁰ Também são conhecidas por argamassas pobres, à base de cal e saibros.

Um *workshop* sobre técnicas de construção em taipa realizado em Ourém, em 2013, reuniu construtores civis e outros grupos profissionais ligados à reabilitação de construções antigas. A generalidade dos construtores considerou a sessão “teórica”, justificando-o com a linguagem pouco acessível utilizada e com os conteúdos pouco aplicáveis às funções executivas. Preferiram a sessão prática, com a demonstração e participação coletiva na construção de uma parede de taipa e intervenção num edifício antigo. Este *workshop* foi exceção no contexto formativo da região, quando na realidade encontramos outras bolsas pouco estudadas e desprovidas de recursos habilitados para a construção/recuperação nestas técnicas artesanais, como sucede em Ourém. Contrariamente ao que se poderia supor, comparativamente às arquiteturas de pedra calcária, objeto de maior interesse por razões já apontadas, esta técnica de construção e recuperação está igualmente desprotegida pela ausência de operários especializados (Ribeiro e Félix 2008: 21). Percebe-se algum desfasamento entre as qualidades deste material que o meio académico transmite e a preparação técnica dos executantes da construção em terra, especialmente a norte do Tejo. Em *Terra, Palha, Cal*, Pedro Prista escreveu: “Nenhum outro material de obra atinge a riqueza, a complexidade, a longevidade histórica e uma rede tão labiríntica de remissões simbólicas como a terra. Ela não tem a rispidez da pedra nem a perturbadora vida oculta da madeira” (Prista 2014: 37). Mas também fica claro que a reativação atual da construção em terra não assenta num discurso evocativo e de continuidade do passado, em que, por exemplo, o conforto e a climatização eram difíceis de conciliar. Esta apropriação organiza-se sobretudo em torno da “patrimonialização da natureza, da esteticização do campo e da figuração da habitação rústica no centro do espaço rural” (Prista 2014: 49).

Tanto para a terra, como para a pedra e outros materiais de construção artesanal, subsiste alguma inconsequência nas campanhas políticas de incentivo à recuperação destas técnicas artesanais, através de legislação, ações de sensibilização e programas financeiros e outros de valorização das arquiteturas vernaculares, na medida em que não são acompanhadas por um programa de formação profissional consistente e integrado no panorama contemporâneo da construção em Portugal. Efetivamente, o decréscimo da construção civil e de obras públicas nos últimos anos abriu um vazio na esfera de ação dos pequenos construtores civis, que poderia ser preenchido com a implementação de cursos técnicos nestas áreas materiais. Mas isso

não se verifica na região estudada, determinando lacunas nos processos de recuperação e resultados pouco conseguidos, o que contraria a apregoada política de reabilitação destas construções sob o lema da ecologia, do património, do turismo e da sustentabilidade.

4.2.2.3. Elitização do popular

A pós-modernidade (Bauman 1991) critica certezas, abraça a pluralidade da experiência e situa o conhecimento em contextos, e isso reflete-se na produção e consumo de cultura à escala global, com perda de referenciais de estabilidade da identidade de grupo. A consciência deste fenómeno conduziu à instalação de tendências de nostalgia retrospectiva através da procura de um passado romantizado, do “autêntico”, do “tradicional”, do “típico”, da busca do património cultural enquanto representação simbólica da cultura (Urry 1990). Simultaneamente, promoveu a valorização de localismos e identidades coletivas locais por meio de ações de interpretação e recriação do passado, na tentativa de o resgatar para legitimar o presente (Anico 2005; Canclini 1998 [1989]: 219), criando por essa via lugares de memória (Nora 2001).

Nos últimos anos, aumentou o interesse dos especialistas do património e das comunidades pelos quotidianos e pelo vernacular e o valor patrimonial da representatividade da cultura passou a partilhar importância com os valores patrimoniais de autenticidade, genialidade e raridade (Anico 2005: 79-80). Cabe aqui a apropriação das antigas casas do campo pelas elites, com o subsequente esbatimento dessa separação entre a cultura popular e a cultura erudita, derivando numa cultura de convergência que não emerge espontaneamente a partir de baixo, mas da negociação complexa e contraditória entre ambas as forças. Mais do que perceber as casas dos antigos trabalhadores agrícolas apropriadas e emblematizadas por grupos cosmopolitas enquanto objetos, é importante entender a transformação da relação complexa que os proprietários mantêm com elas, usando-as para se posicionarem social e culturalmente.

De acordo com Canclini, fica reforçada a ideia do popular constituído por processos híbridos e complexos, usado como fonte de signos de identificação de diversas classes e nações (Canclini 1998 [1989]: 221). Os vários contributos confluem para a legitimação da cultura popular que, não se confinando aos contextos

(pós-)rurais, os inclui. Verifica-se um fenómeno complexo de estetização do popular. As elites que recuperam e reocupam a antiga casa rural apropriam-se do popular transformando-o. Demarcam-se dos grupos populares pelas opções do consumo: pelo recurso a arquitetos conceituados, a opções arquitetónicas contemporâneas, a peças de arte e a combinações entre mobiliário e utensílios tradicionais e de vanguarda. Especialmente entre os grupos mais jovens ou atentos a tendências arquitetónicas contemporâneas, observam-se cruzamentos culturais com a reestruturação dos vínculos entre o tradicional e o moderno, o popular e o culto, o local e o estrangeiro (Canclini 1998 [1989]: 241).

A casa rural no passado e a casa rural emblemática no presente são distantes nas opções de acabamentos e apetrechamento e nos modos de apropriação, traduzindo profundas diferenças económicas, sociais e culturais entre os atores envolvidos. O critério de individualidade deu lugar à valorização do saber prático do popular, que se mercantilizou, potenciando vendas de casas a preços elevados. A antiga casa de grupos sociais subalternos, com privações financeiras, escolaridade baixa ou nula, circuito de mobilidade reduzida, é agora reapropriada, não só, mas também, por grupos socialmente dominantes, bem remunerados, com habilitações académicas e um circuito de mobilidade alargado. Estas diferenças correlacionam-se com a influência transversal dos fenómenos nacionais, europeus e globais, mais ou menos recentes (desruralização, adesão do país à União Europeia, globalização...) e refletem-se em novos modos de apropriação da antiga casa rural com intercâmbio entre formatos eruditos e formatos populares, mediado por proprietários com ligações simultâneas (concretizadas ou aspiradas) à cidade e ao campo.

No passado, as casas tiveram uma organização e utilização subordinadas ao uso agrícola dos campos (a casa como instrumento agrícola), com prioridade para as dependências agropecuárias, relegando-se o conforto e a estética para segundo plano. No presente, as mesmas casas são estruturadas por valores de conforto, beleza e harmonia, reajustando a relação com os campos aos pressupostos de lazer e ecologia – recorrendo, por exemplo, à agricultura biológica, não para obtenção de rendimentos financeiros (como sucede em algumas quintas), mas para apoio ao consumo familiar.

A aposta no conforto das antigas casas rurais, durante a recuperação, é conciliada com a valorização estética e simbólica de referenciais materiais do passado, que remetem para o ideal da casa de campo inspirada nos quotidianos do

trabalhador agrícola. É o caso da lareira (ícone de aconchego, sociabilização e reprodução do passado, mas também de criação porque é inspiradora) e das paredes (o aparelho de pedra visível é expressão de genuinidade e manufatura). São opções que transmitem tentativas dos indivíduos para desfrutarem do melhor dos dois mundos: natureza e tranquilidade do campo e comodidades e vanguarda da cidade. Em síntese, nessas casas subsiste a imagem idílica (Silva 2006) e não a imagem real do passado vivido.

Se antes apenas perdurava a memória associada a famílias de prestígio, restrita a quintas e outras grandes casas agrícolas, atualmente valoriza-se conjuntamente a memória familiar da pequena casa rural sob o argumento de que “esta casa tem uma história”, invertendo a tendência do passado em que a memória da família proprietária enfraquecia ao compasso da ruína natural do edifício. Esta objetificação da casa e dos seus objetos é consensual e encontra adeptos entre intelectuais, representantes políticos, imprensa e cidadãos, ressaltando as dificuldades com que construtores civis se debatem nos trabalhos de recuperação. Mas, curiosamente, gera sentimentos confusos nos sucessores diretos dos antigos proprietários das pequenas habitações. Alguns fizeram um percurso de superação e esquecimento de imagens de pobreza projetadas por estas casas do passado, nomeadamente aqueles que ergueram as exuberantes “casas de emigrantes”, e agora, paradoxalmente, veem as elites a valorizar essas mesmas casas, recontextualizadas como referências de identidade.

Subsidiariamente aos aspetos anteriores, a dimensão plástica da casa afirma-se como indicador de progresso social e cultural nos cerca de 50 anos que separam a sua ocupação pelos trabalhadores agrícolas e a sua reapropriação recente por grupos heterogêneos, preponderantemente bem-sucedidos. Os usos atuais reacendem a discussão promovida por Pierre Bourdieu (2007 [1979]) sobre o gosto como critério de classificação social, na medida em que serve como instrumento de distinção entre grupos sociais. Aponto como exemplos no seu estudo de caso em França os consumos associados à habitação, à decoração da casa, ao vestuário, à música e às artes. Transfiro esta conceção para os proprietários da antiga casa rural em Ourém com ligação a meios cosmopolitas, detentores de habilitações académicas, profissões prestigiadas, hábitos refinados de consumo cultural e de objetos que transcendem o consumo objetivo.

Os fatores materiais também influem nestas apropriações, como sucede com alguns emigrantes jovens e lusodescendentes que converteram as casas herdadas dos antepassados em residência secundária, motivados por ligações afetivas, mas também por razões económicas, pois é mais barato do que construir de raiz.

A antiga casa rural é atualmente reapropriada e consumida por indivíduos em diferentes contextos profissionais e intelectuais. O mote da recuperação do edifício e da objetificação dos antigos instrumentos rurais é comum a todos, mas os modos de reapropriação e opções de consumo diferem, sugerindo uma hierarquia social expressa na valorização da antiga casa rural. Com os seus consumos, os proprietários elevam o capital social e simbólico da casa que ocupam, sugerindo que as escolhas não são naturais, mas naturalizadas (Bourdieu 1979). Esta reflexão reproduz em certo sentido o exemplo citado por Pierre Bourdieu do acesso das classes sociais dominantes ao caviar – produto associado à elite como parte do efeito socialmente hierarquizante produzido pelo gosto. A partir do momento em que este produto passava a ser consumido por outros grupos sociais, eram fabricadas novas escolhas que asseguravam a diferenciação social, que podiam passar pela mudança de produto, mas também pelo local ou pelo modo como era consumido. Também a casa recuperada pelos grupos com supremacia social se demarca da casa recuperada pelos demais, não tanto pela reapropriação em si, mas pelas escolhas de consumo que a conduzem, reforçando a ideia do consumo como um sítio onde os conflitos entre classes, originados pela participação desigual na estrutura produtiva, se prolongam a propósito da distribuição e apropriação dos bens (Castells 1974: 44).

CONCLUSÃO

O último século registou mudanças significativas nas aldeias portuguesas, concretizadas em investimentos financeiros, laborais e emocionais com reflexos nas performances envolvidas na construção e usos da habitação. As casas (pós-)rurais transmitem a passagem de um discurso da identidade, como característica genuína e estável, para um discurso da representação, desconstrução e reconfiguração que vem sendo alimentado por um debate constante e tenso (Handler 1994: 29).

Efemeridade, descontinuidade, caos, são termos da pós-modernidade, que refuta o sentido uno e imutável e se assume na pluralidade e fragmentação, em mudanças e retomas reconfiguradas das redes culturais, não obstante a complexidade e os diferendos de perspectivas que têm circulado em torno do conceito. Susan Sontag, Alan White e Nicolas Zurbrugg defendiam que o pós-modernismo se impõe pela rutura, ao passo que David Lodge e Dowe Fokkema o defenderam como resultado do empenho na inovação e da crítica à tradição (Pires 1999: 82). Em 2009, Arjun Appadurai concedeu uma entrevista a Teresa Ferreira, onde apresentava a localidade como apropriação de elementos circulantes e globalizados de pessoas produtoras das suas próprias subjetividades e localidades. O antropólogo recomendou o estudo das práticas quotidianas de preservação de memória (por comunidades migratórias, móveis, deslocalizadas) e a utilização de diários de vidas comuns e biografias dos espaços domésticos. Justificava-os como recursos de possibilidades perante a insegurança face ao futuro (Ferreira 2009: 136-140).

As etnografias dos quotidianos da casa em Ourém (Portugal) e Vale do Marne (França) e a literatura consultada sobre a pós-ruralidade no país (Dias 2008; Domingues 2009, 2011; Fernandes 2013; Leal 2000, 2007b, 2009a, 2001a, 2011b; Prista 2011, 2013a; Silva 2006, 2007) confirmam a célere transformação nas aldeias, que prossegue com contornos difusos e direções imprevisíveis. Sustentado neste facto, o argumento central da dissertação assinala a complexidade das relações que os cidadãos mantêm com as casas em espaço de aldeia e a ambivalência das representações dos campos.

As biografias das coisas – das casas (Appadurai 2008 [1986]: 171) –, das pessoas – construtores e utilizadores – e dos processos – dinâmicas de produção e

consumo associadas à casa (Canclini 1998 [1989]: 211) – ajudam a identificar e representar fenómenos de mudança social e cultural em Portugal ao longo do último século. Sintetizam expressões e produtos de industrialização, urbanização, migração, transnacionalismo e valorização patrimonial das aldeias (Godinho 2012: 229), concretamente pela via da emblematização de edifícios vernaculares. Ao serem apropriadas, as casas (pós-)rurais atuam como metáforas de tensões e negociações dinâmicas entre diferentes modos de produção dos lugares; ajustam os recursos financeiros e afetivos a novas necessidades, performances e mensagens de consumo; reativam e reconfiguram formatos antigos de consumo; transmitem mobilidade, transnacionalismo e globalização; participam na construção de novos sentidos de localidade; e reproduzem a fusão sincrética da modernidade com a reinvenção da tradição (Giddens 1998 [1995]).

Para simplificar a leitura de mudanças, ruturas, continuidades lineares e continuidades reconfiguradas a partir de representações e usos da casa (pós-)rural em Portugal, e especificamente da região estudada, convoco a noção de “geração”. A noção é complexa, vaga, equívoca, apressada e insuficiente (Cabral 2013: 82-93), mas tem utilidade porque o ciclo de vida se exprime num sentido de renovação, uma vez que cada geração redescobre e revive modos de vida das sociedades predecessoras (Giddens 1991). Esta conceção possibilita a identificação, conquanto artificial e construída, de três grupos geracionais no contexto em estudo.

Um primeiro grupo é composto por trabalhadores rurais e é o mais antigo. Com uma vida de dependência dos campos, manteve-se na continuidade por desconhecimento e/ou dificuldade de acesso a alternativas. Um segundo grupo, de emigrantes e residentes entre 1960 e 1990, viveu na segunda metade do século XX a projetar o futuro. Simbolizou a transição da casa como expressão de localidade para a casa como expressão de translocalidade. Um terceiro grupo, de atuais proprietários das casas neorrurais e emblematizadas, vive o presente com novas prioridades e os condicionalismos das inseguranças do futuro, circunstâncias que se refletem na (re)configuração em curso da relação com os campos. Do argumento central acima exposto sobressaem quatro discussões.

1. Alterações e retomas na casa pós-rural

A primeira discussão sublinha os processos de negociação entre continuidades, mudanças e retomas reconfiguradas conduzidos nas aldeias nos últimos 50 anos e argumenta o papel mediador dos portugueses emigrantes nesses processos, bem como a sua reflexividade na casa (pós-)rural. Os capítulos de desenvolvimento apontaram mudanças nas relações dos indivíduos com os espaços habitados.

A forma de os cidadãos encararem e gerirem os solos e outros recursos naturais aos níveis da construção e dos usos da casa registou alterações significativas. Durante a primeira geração, a prioridade agrícola dos solos e a fragmentação sucessiva das propriedades (partilhas por herança) limitavam a área disponível para a construção de habitação, atuando como mecanismos informais de regulação do uso das terras. A segunda geração marcou o início do desinvestimento agrícola, a valorização urbanística dos solos e o investimento em moradias espaçosas. Os emigrantes, que ambicionavam casas socialmente afirmativas, foram grandes responsáveis pelo protagonismo desta nova atitude.

Nas décadas recentes, a aprovação de PDM e outros instrumentos de ordenamento do território fez prevalecer o poder institucional e administrativo sobre o poder civil e facultativo na gestão dos solos, não obstante a permissividade dos poderes públicos perante o ordenamento do território (Matos 2003: 195). Políticas de aumento do IMI também têm tido efeitos de contenção e reajustamento da volumetria dos edifícios para dimensões intermédias entre a “casa rural” e a “casa do emigrante” do passado. Além disso, a composição reduzida dos agregados familiares (Wall, Cunha e Atalaia 2013) deixou de justificar a preferência por casas espaçosas. Estas e outras opções tomadas durante a conceção da casa – a escolha do local de implantação (Matos 2003: 197), a definição do volume, da orgânica funcional e de jogos arquitetónicos – passaram a envolver processos de decisão cada vez mais negociados entre proprietário, projetista e Município, que confirmam a casa como um produto coletivo.

Se antes os formatos arquitetónicos eram ajustados à morfologia dos solos, a mecanização dos processos construtivos facilitou a modelação dos terrenos às formas idealizadas. Curiosamente, a valorização patrimonial, estética e ecológica recente da geologia e orografia dos solos tem incentivado os arquitetos a moldar os projetos à

natureza dos solos, de novo, e a praticar discursos de arquitetura integrada na paisagem que apreendem durante a formação. O conceito de arquitetura integrada estende-se aos materiais de construção. Por volta das décadas de 1950 e 1960, as matérias-primas locais (como o calcário e a terra em Ourém) e, associadamente, as técnicas de construção artesanal (a taipa, o adobe, a pedra) eram preteridas em favor de soluções industriais. Hoje, discursos apologistas da reativação da tradição na arquitetura popular recomendam que se recuperem estes materiais e técnicas que se julgou não terem futuro.

A organização funcional e formal da casa transporta a reconfiguração da trilogia família-casa-campo. Mas também reflete aspetos de continuidade reconfigurada. O período entre 1960 e 1980 foi marcado pelo desinvestimento na casa rural como instrumento produtivo e abrigo (Oliveira e Galhano 1994) e pela sua valorização como núcleo de segurança, conforto e lazer, numa dimensão de vida mais individualista (Matos 2003: 198). O espaço doméstico perdia funções agrícolas e transformadoras associadas aos campos para ser encarado mais como contentor de consumo familiar, refletindo a passagem da “sociedade de produtores” para a “sociedade de consumidores” (Bauman 2008: 210). As populações locais assumiram profissões desligadas da agropecuária e em instalações frequentemente afastadas da habitação, com a mobilidade facilitada pelo acesso ao transporte rodoviário.

O fim da casa rural ao serviço da produção agrícola não pode ser lido separadamente do fim do trabalho artesanal nos campos, que teve repercussões profundas na organização dos agregados domésticos e na conceção de família. A mudança de ramos profissionais (da agricultura para a fábrica), a remuneração salarial regular e ligeiramente superior, o contacto com outras expressões culturais (por via da migração, televisão e outros canais) e a instrução escolar fomentaram hábitos domésticos nos cidadãos rurais, muitos dos quais tinham a conotação de hábitos urbanos. O descanso, o conforto e a fruição ocuparam um lugar mais presente nas vidas familiares, criando novos contextos de coesão familiar. A projeção social pela casa tornou-se apelativa e a higiene ganhou novos contornos de exigência. Os usos das casas (pós-)rurais e urbanas ficaram mais próximos, as diferenças entre as condições e as práticas domésticas dos dois tipos de espaços diluíram-se e foram suplantados cenários de miséria descritos no *Inquérito à Habitação Rural* (Barros *et al.* 1947).

O vínculo entre a casa e os campos perdura mas com formatos novos e renovados. E isso reflete-se, na arquitetura, na orgânica e nas concepções de uso dos espaços domésticos. Os operários fabris e outros trabalhadores com remunerações baixas mantêm alguma agricultura como apoio à economia familiar. Outros indivíduos, entre os quais ex-(e)migrantes, cultivam hortas para consumo próprio e com benefícios para a saúde (pela agricultura biológica) e o bem-estar (pelo contacto com a natureza e a tranquilidade idealizada dos campos). Outros ainda empreendem projetos de reanimação de antigas quintas rurais, na agropecuária e no turismo, alguns deles apoiados financeiramente por programas comunitários.

O primado do conforto e da estética da casa é conjugado com vantagens das “casas de campo” entretanto valorizadas, como a alimentação que lhes está associada, a lareira e o jardim. A passagem das antigas casas rurais para as atuais casas pós-rurais compreendeu processos de mudança, inclusivamente ao nível da disposição e gestão doméstica. Os espaços tornaram-se mais limpos, arrumados, amplos, iluminados e apetrechados com objetos utilitários e decorativos. A instalação dominante de duas cozinhas (uma social e outra funcional) não foi bem-sucedida. Após uma a duas décadas de insistência nesta duplicação, foi reassumida uma só cozinha, mas com reforço do investimento na funcionalidade (bancadas amplas e pias adequadas para a preparação de alimentos). Ocasionalmente é instalado um anexo exterior à habitação para a limpeza de alimentos de produção caseira. A reposição de uma única cozinha projeta a valorização de atitudes de otimização, manutenção e minimização de encargos com a gestão doméstica. A cozinha perdeu alguma importância social para a sala, mas continua a manter a centralidade na casa.

Preocupações com a higiene, a instalação de fogões a gás e orientações estéticas e de conforto contribuíram para que as lareiras fossem menos presentes nas casas rurais em projetos dos anos 1980 e 90. O fim das lareiras nas casas rurais chegou mesmo a ser renunciado (Oliveira e Galhano 1994), mas não se efetivou. Hoje, são signos dos campos e acumulam funções sociais e de conforto. A inovação tecnológica e de *design* permite reinterpretá-las, reativá-las e solucionar problemas que as lareiras suscitavam perante os padrões de higiene emergentes. As lareiras amplas e abertas na cozinha foram substituídas por lareiras encastradas na sala e fechadas com vidros temperados, que mantêm a imagem do fogo, a dimensão social e a função de aquecimento da casa, conduzido por tubagens de água aquecida. O

alpendre também se manteve latente no panorama arquitetónico português: após um período com expansão de mansardas, coberturas inclinadas e marquises, foi (re)ativado com novas perspetivas de uso. O descanso, os arrumos e a preparação de alimentos são agora assegurados por outros espaços. O alpendre assume uma dimensão estética e continua a sombrear o interior da casa.

Estes exemplos mostram que a negociação entre movimentos de rutura e continuidades com o passado tende a envolver etapas de transição. São momentos confusos porque decorrem de contextos de fragilidade, mas são também momentos indispensáveis para a estabilização desejada dos próprios processos de mudança. Anthony Giddens (1991: 20) defendeu que cada fase de transição tendia a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade e que a construção do curso de vida decorria da necessidade de resolução antecipada dessas fases de crise. As representações atuais das casas de Ourém e Champigny reforçam esta teoria e confirmam a importância dos papéis desempenhados pelos emigrantes no processamento da mudança arquitetónica, social e cultural em Portugal nos últimos 50 anos.

Destacam-se três momentos que marcaram a reconfiguração do panorama arquitetónico das casas (pós-)rurais, a qual continua a decorrer. O primeiro momento teve início por volta de 1950, com iniciativas de industrialização e (e)migração, as quais, participadas conjuntamente por homens e mulheres, produziram melhorias na habitação. Os homens, ao emigrarem, arriscaram a mudança e acumularam receitas para investirem na casa. As mulheres, ao ficarem com a gestão dos campos e da casa, asseguraram a continuidade perante a indefinição da mudança, mas também introduziam pequenas mudanças à medida que as condições o permitiam.

Após esta fase preparatória, o período entre 1970 e 1990 marcou a transição das casas rurais como “instrumentos de produção” para as casas (pós-)rurais como “contentores e objetos de consumo”. Os cidadãos rurais e concretamente os emigrantes descendentes de trabalhadores agrícolas tentaram viabilizar um novo rumo para as aldeias de origem. Introduziram referências estrangeiras, poder de consumo (casas de sonho) e apostas na construção de futuro (negócios próprios); realizaram obras nas habitações dos pais (casas de banho, cozinhas equipadas, interiores isolados); investiram no sucesso dos filhos (formação universitária e bons empregos) e no progresso da aldeia (apoio financeiro a projetos sociais).

Nos anos imediatos ao 25 de Abril de 1974, a “autenticidade” foi conotada com as políticas do Estado Novo. Essa carga negativa contribuiu para fragilizar a sua defesa – pelo Estado e pela sociedade – e facilitou a expansão das “casas de emigrantes” enquanto signos de progresso e rutura com o passado. Não as isentou contudo da polémica que se instalava à sua volta, até porque o país atravessava tensões e convulsões que se refletiam em atitudes contraditórias. Estas arquiteturas significavam despesismo para alguns residentes, sucesso e vanguarda para outros, mau gosto e atentado à paisagem para outros ainda. Muitos emigrantes começaram a lamentá-las, a pensar inclusivamente nos gastos elevados e sem retorno que tinham assumido. Identificavam-lhes excessos na volumetria, número elevado de divisões, opções arquitetónicas e decorativas desajustadas. Reconheciam ainda o corte radical e impulsivo que quiseram fazer com o próprio passado através da sua construção. Por esta divergência de posições percebe-se que as casas dos emigrantes erguidas entre 1970 e 1990 foram veículos e produtos de uma mudança que trouxe maior conforto às habitações rurais, mas foram também veículos e reflexos de novos problemas e preocupações.

O segundo momento de transição teve início com a adesão de Portugal à União Europeia. O país assumia maior abertura ao exterior e os portugueses afirmavam-se europeus e cosmopolitas, com valor acrescido para os referenciais identitários em Portugal (Klimt 2000: 515). A nova circunstância de Portugal estimulou a construção de discursos de identidade nacional com recurso à invenção da tradição (Hobsbawm e Ranger 1983; Löfgren 1989: 10-12). O reaportuguesamento da arquitetura, pela construção de casas com iconografias portuguesas (alpendre, cornija, barras ocre nas sancas...) e pela emblematização de antigas casas rurais, tornou-se expressão pós-moderna do caráter construído e artificial da tradição (Canclini 1998 [1989]: 204, 242-243).

O conceito de nação não gera consenso (Hastings 1997: 3; Gellner 1983; Hobsbawm 1994 [1990]). Perante as discrepâncias de perspetivas, tomo a nação como uma forma de identificação no contexto da globalização que passa pela reprodução de um passado comum por parte de uma comunidade mnemónica específica, ainda que a nação seja sempre uma “zona de conflito” (Castells 1997; Sobral 2006: 2, 8, 12). A produção de uma identidade nacional obedece em grande medida à atuação do poder estatal (Sobral 2006: 23). Nesse contexto, o Estado

português tem apelado à tradição como estratégia diferenciadora de identificações e posicionamentos num mundo interconectado que se propõe imaginar um futuro coerente para o país. Entidades políticas e económicas promovem discursos de vínculo entre o passado e o presente (tradições) e académicos desenvolvem estudos e produzem o *corpus* que é sequentemente definido como literatura nacional e identifica os elementos “autênticos” da cultura nacional (Sobral 2006: 11-12).

As arquiteturas populares em espaço (pós-)rural ilustram a transformação do território no referente da recordação e demonstram que a relação com o espaço possibilita a “territorialização da memória” (Smith 2004: 75). O Estado valoriza-as como ícones da identidade nacional. As elites intelectuais estudam-nas e legitimam o seu valor patrimonial. Os cidadãos, sobretudo mais jovens e/ou mais instruídos, experimentam cruzamentos culturais entre a valorização patrimonial dos campos e referências de cosmopolitismo. Emblematizam antigas casas rurais e atribuem-lhes potencialidade económica por via do turismo, através de uma mercantilização da memória. Eles próprios se apresentam como signos da pós-modernidade pela via do consumo. Sucedem-se as iniciativas estatais, municipais e privadas de requalificação e valorização de aldeias “históricas” e aldeias “típicas”. Os investimentos partilham propósitos de congelar imagens de um passado rural indeterminado (tanto pode remontar a um período arqueológico como ao século XX), desde que reporte uma economia agrícola e uma cultura ancestral, pouco erudita e minimalista. Ao mesmo tempo, traduzem o corte com um tempo longo (Domingues 2011: 204-205). Inspirado em Dibia Pascal, Álvaro Domingues referia:

O que fazer então com o *vernáculo*? O que mais vezes se faz é *patrimonializá-lo*, metamorfose que, retirando-lhe a maior parte dos seus significados e funções originais, lhe garante uma outra vida (quase de ressurreição). A casa camponesa tradicional é uma categoria de vernacular que, frequentemente, se presta a essa transformação, o mesmo se passa com as aldeias. Alguns dizem que assim se mata o vernáculo por excesso de exposição à luz e que isso não é assim tão distinto como certas operações de, quase, disneyficação (Domingues 2011: 245).

2. Centralidade do pedreiro na biografia da casa

A segunda discussão desenvolvida nesta tese distingue o pedreiro como personagem contínua e central na biografia da casa (pós-)rural. Durante a primeira metade do século XX, o artífice desempenhou um papel determinante nas escolhas arquitetónicas e de funcionalidade das casas agrícolas, ao conceber e construir modelos que interiorizava e replicava empiricamente. A constância e o modo de atuação conferiram-lhe poder e influência na configuração do panorama arquitetónico rural à época, mas contribuíram também para operar uma certa estagnação nas tendências construtivas.

Com a (e)migração e a industrialização, este personagem adaptou-se a orientações arquitetónicas emergentes e a metodologias construtivas mecanizadas. O *maçon* que se radicou em França reciclou o conhecimento a um ritmo rápido e exigente que se lhe impunha e manteve algumas condutas profissionais artesanais do passado, que lhe valeram bons desempenhos na recuperação de casas francesas e como *bricoleur*. Por seu lado, o pedreiro que permaneceu na aldeia adequou-se a novas técnicas e materiais (o betão) e aos diferentes atores intervenientes na conceção e construção de moradias (projetistas, técnicos municipais). A partir da segunda metade do século XX, o pedreiro, não sendo o principal motor da mudança do panorama da arquitetura popular rural em Portugal, foi o seu principal veículo. Entre 1970 e 1990, a importação de influências arquitetónicas francesas para casas nas aldeias portuguesas deveu-se ao proprietário emigrante, ao projetista e ao pedreiro ex-emigrante. A experiência profissional que este adquirira em França habilitou-o a executar mansardas, grandes vãos e coberturas inclinadas.

Nos últimos anos, as iniciativas de reaportuguesamento das moradias exigiram-lhe novo reajustamento profissional. Foi necessário recuperar alpendres, cornijas e “beirados à portuguesa” parcialmente descontinuados há mais de 20 anos. Uma vez mais, o executante empenhou esforços para concretizar projetos a que não estava habituado. Procurou reproduzi-los por tentativas de imitação de exemplares primitivos, mais do que pelo recurso à memória ou à formação. O novo aumento de profissionais envolvidos na construção civil e de mecanismos reguladores condicionou-lhe, uma vez mais, a autonomia de decisão, mas não a anulou. Continua a exercer o ofício com bases empíricas de saber e respostas imediatas aos problemas e

imprevistos em obra. Tal como no passado da emigração operária para França, hoje assume funções relevantes nas dinâmicas transnacionais entre os dois países. O proprietário emigrante transporta o sonho da “casa portuguesa” para França. O pedreiro emigrante concretiza-o. Nas décadas de 1990 e 2000 ensaiou a construção de alpendres, cornijas e “beirados à portuguesa” em Portugal. Agora, transfere-os para outro país como signos de uma tradição que, aparentemente, não chegou a esmorecer.

O maior obstáculo que o pedreiro enfrenta reside na emblematização da arquitetura vernacular em Portugal. A estagnação da construção civil no país, a fragilidade financeira que afeta os jovens casais e a valorização patrimonial de referentes associados ao passado dos campos são incentivos para a recuperação de arquiteturas artesanais. Vive-se porém um contrassenso. No passado, a industrialização, a emigração e o desejo de modernidade e urbanidade dos novos rurais ditaram a interrupção do método construtivo manual. A circulação do saber por reprodução na região estudada e na maioria dos terrenos portugueses foi suspensa durante cerca de 30 anos (1960-1990), com prejuízos para a reativação atual. Os pedreiros artesanais não transmitiram o saber aos sucessores, que preferiram especializar-se em sistemas de construção industrial.

Verifica-se insuficiência na oferta formativa em recuperação e/ou construção artesanal para estes grupos profissionais, seja por via de cursos técnicos em escolas profissionais e institutos politécnicos²⁵¹, seja por via do ensino informal. O interesse académico recente pela arquitetura popular originou reconstituições mais ou menos exaustivas e rigorosas de técnicas construtivas artesanais. Mas o conhecimento produzido pelos investigadores dificilmente alcança os construtores civis. Uns pedreiros mudam de profissão, outros emigram e repetem destinos e experiências do passado, como a instalação em bairros franceses com ocupação portuguesa e a entrada em mercados de trabalho de outrora. Os que permanecem na aldeia e que tentam progredir no ramo da recuperação/construção baseada em técnicas tradicionais confrontam-se com obstáculos na comunicação com outros profissionais envolvidos na obra. Os próprios donos da obra sentem dificuldades em tomar opções e em expor o que pretendem, porque raramente estão familiarizados com este tipo de construção. A propósito da construção em taipa, e com uma preocupação que vai para além do

²⁵¹ Oportunamente, em junho de 2015, o Instituto Politécnico de Tomar divulgou uma formação em arquitetura popular, indiciando perspectivas de investimento nesta área profissional.

domínio das técnicas construtivas, Pedro Prista lembrou que “o diálogo entre todos, arquitetos, mestres taapeiros, residentes e vizinhos torna-se não só o registo contínuo que a casa vai materializando enquanto é habitada como o garante duma presença inteira e articulada de cada casa ao meio onde está” (Prista 2014: 53).

Não obstante a minúcia e o rigor exigidos na recuperação de edifícios antigos, o número reduzido de profissionais habilitados inflaciona os orçamentos praticados. A falta de domínio técnico na reabilitação ou mesmo na construção artesanal compromete a (re)ocupação de antigas casas rurais, pelo que a posse de uma casa recuperada com rigor fica circunscrita a indivíduos com maior poder de compra, o que produz efeitos de elitização. Promove ainda a sua valorização patrimonial pelo critério da raridade, não do bem em si, mas do bem enquanto objeto de uma intervenção que lhe prolonga a vida e o transforma em emblema de recordação, numa espécie de “autenticidade encenada” (MacCannell 1976).

3. Da casa como espaço de produção à casa como espaço de consumo

A terceira discussão realizada neste trabalho reflete a transformação profunda verificada nos consumos associados à casa (pós-)rural em Portugal no último meio século. Objetos portadores de uma vida social (Appadurai 2008 [1986]), as casas (pós-)rurais atuam como signos de afirmação, confirmação e construção identitária nas aldeias portuguesas e, mais amplamente, como signos de identidade nacional (Gell 1998, cit. em Ribeiro 2013: 342; Campbell 2006: 48, 51). Logo, o consumo é um marcador das trajetórias identitárias dos habitantes das casas estudadas e da complexificação da sociedade.

Nas últimas quatro décadas, as contribuições de Marshall Sahlins (1976), Pierre Bourdieu (2007 [1979]), Arjun Appadurai (2004 [1996], 2008 [1986]), Daniel Miller (1987, 1998a, 1998b), G. McCracken (1988), entre outras, promoveram avanços significativos na antropologia do consumo. No livro *Culture and Practical Reason*, M. Sahlins (1976) discutia as propriedades culturais dos bens de consumo da sociedade norte-americana, a partir da observação dos bens alimentares e do vestuário. Em *The World of Goods*, Douglas e Isherwood (1978, cit. em Duarte 2010: 372) propunham os bens de consumo como sistemas de categorias, passíveis de serem analisados na sua função expressiva e simbólica. Em 1986, Arjun Appadurai

classificava o consumo como ato de comunicação, social, relacional e ativo. Lembrava ainda que o capitalismo na Europa não poderia considerar as inovações tecnológicas, a produção e o consumo descontextualizados das complexidades culturais e políticas também presentes (Appadurai 2008 [1986]). Um ano depois, Daniel Miller reconhecia o consumo como categoria chave da modernidade (Miller 1987). Sintonizado com os argumentos anteriores, G. McCracken defendeu que a grande gênese da modernidade, que marcou a transformação do Ocidente, não se podia dissociar da revolução industrial e da revolução do consumo. Apologista de uma relação de dependência mútua entre cultura e consumo, expôs o consumo como prática cultural com interferência na estruturação e funcionamento da sociedade e realçou a qualidade móvel e dinâmica do significado dos bens de consumo (McCracken 1988: 71, cit. em Duarte 378-379).

O debate em torno do consumo remete para a noção de mercadoria, que tem sido teorizada (por Marx, Engels, Simmel, Baudrillard e Chapman, cit. por Duarte 2010), com perspectivas nem sempre consensuais. Arjun Appadurai definiu a mercadoria como resultado de um processo de atribuição de valor às coisas e explicou que a conversão das coisas em mercadorias não podia confinar-se à esfera económica, por representar formas de conhecimento do produtor e do consumidor. O antropólogo considerava necessário observar os bens nos contextos culturais, históricos, sociais e políticos próprios para se perceber a sua afirmação como mercadorias, perante a influência do contexto no tipo de vínculo produzido entre o ambiente social da mercadoria e o seu estado social e simbólico (Appadurai 2008 [1986]: 22-30, 60). Igualmente interessado pelo tema, Daniel Miller (1987) classificou os bens como mercadorias até ao momento da sua aquisição. Registou o ato da compra, o momento da sua aquisição, como o início de um longo e complexo processo de trabalho e recontextualização do objeto. Fica explicada a relação entre a mercadoria e o consumo, com o investigador a definir o consumo como um trabalho de recontextualização que transfere um bem da sua situação alienável para uma situação inalienável, pressupondo um processo de construção cultural (Miller 1987).

A conexão entre os conceitos de consumo e mercadoria aplicados às casas rurais e pós-rurais põe em evidência a complexificação das dinâmicas identitárias em Portugal nas últimas décadas, vertidas no cruzamento de manifestações com escalas locais e globais. Na casa rural do passado dos campos, o indivíduo mantinha uma

relação com a casa e os bens domésticos que era baseada na utilidade e durabilidade e em condutas regidas pelo acesso limitado ao consumo (por razões económicas, por se tratar de bens pouco disponíveis nos mercados locais, pela mobilidade condicionada). O enxoval era um empreendimento pessoal com perspectivas de uso a longo prazo e cada um dos elementos que o compunham tornava-se parte imobilizada da casa. A partir do momento em que os objetos eram adquiridos, passavam a ter uma vida social compassada com o tempo de vida dos seus proprietários. A própria casa era pensada como instrumento de apoio à produção agrícola, com influências sobre a funcionalidade e o recheio dos espaços domésticos.

No século XX, a industrialização, a proliferação e diversificação dos bens de consumo e a facilidade no acesso aos mesmos revolucionaram a relação dos sujeitos com o consumo doméstico no Ocidente. À medida que beneficiavam das remessas dos emigrantes, da reestruturação e expansão da construção civil e da liberalização do crédito à habitação, as aldeias portuguesas acompanhavam as inovações. O significado do consumo, que antes já excedia a função utilitária e o valor comercial, foi acentuado, e a exibição e afirmação social de *status* por essa via foram reforçadas, revelando que “(...) o significado dos bens de consumo é performativo, variando de acordo com as situações, os tempos e os espaços (...)” (Duarte 2010: 382).

Apoiados em mecanismos de imaginação, experimentação e reflexão, os consumidores começavam a interagir mais com os locais de consumo e com as mercadorias (Duarte 2010: 387), que ganhavam valor como partes visíveis de uma cultura e como estratégias de afirmação de identidade (Friedman 1990). Mais mercadorizadas que as anteriores, as novas casas consubstanciaram representações culturais complexas. Há alguma correspondência entre a diversidade da sociedade, a complexidade das interações com outras sociedades e a fragmentação das práticas de consumo, ainda que seja possível distinguir estilos, tendências e padrões alargados (Appadurai 2004 [1996]: 106). A posse de objetos domésticos em número reduzido e com cariz essencialmente funcional e duradouro era alterada pela aquisição de muitos objetos, com vidas fugazes e substituíveis, dando corpo à lógica do consumo moderno, que procura substituir a estética da duração pela estética do efémero (Appadurai 2004 [1996]: 119). Foram valorizadas as potencialidades dos bens como expressões de moda, lazer e progresso e a sua aquisição tornou-se mais motivada pelo

despoletar de sensações de excitação ou surpresa e pelo desejo de quebra da monotonia.

Os portugueses imigrantes em França mediam e fomentaram esta transformação (Matos 2003: 195). Importaram bens indisponíveis nos mercados locais portugueses, introduziram novas condutas de consumo e enviaram remessas que aumentaram o poder de compra dos residentes em Portugal. Curiosamente, mantiveram nas suas casas, em ambos os países, alguns objetos do passado, que transmitiam uma dimensão mais pessoal e afetiva à casa e reforçavam a imagem da identidade pessoal e familiar. Reconhece-se alguma similitude com as condutas dos habitantes das casas sociais do norte de Londres que Daniel Miller estudou. Instituições públicas atribuíram-lhes casas impessoais que eles transformaram em lares privados e pessoais pelo recurso a objetos e métodos individualizados de organização dos espaços (Miller 1988).

A reativação da memória está muito presente nas habitações em aldeias portuguesas que resultam da emblematização de antigas casas rurais, em que objetos associados ao passado dos campos cumprem sentidos de uma segunda vida (Kirshenblatt-Gimblett 1998). O valor de pratos antigos, pias de pedra, bilhas de azeite ou alfaias agrícolas é descontextualizado e recontextualizado na casa, assumindo novas funções estéticas e mnemónicas. Assiste-se a uma mercantilização por desvio, com o valor dos objetos a ser catalisado e intensificado pela deslocação do seu contexto formal para um contexto improvável. Arjun Appadurai explicou que o desvio pode ser um instrumento de mercantilização pelo aumento do valor resultante desse desvio, que pode ser convertido numa nova rota de consumo (Appadurai 2008 [1986]: 45-46). O argumento serve as antigas casas rurais que têm sido (re)ocupadas como espaços de memória, conforto, lazer, prazer (Appadurai 2004 [1996]: 126) e afirmação social, com repercussões no aumento dos custos de aquisição e instalação das novas funções.

A valorização do produto (antiga casa rural emblematizada) aproxima-o das elites. É submetido a convenções económicas, sociais e culturais que passam, por exemplo, pela promoção em revistas que ditam tendências de moda. A metamorfose da antiga casa popular até chegar a espaço de elite demonstra que os processos são reflexivos, na medida em que aquilo que é simbolizado produz efeito sobre o que simboliza. A emblematização da antiga casa popular inverteu a sua imagem de

pobreza e conservadorismo e converteu-a em signo de distinção social, vanguarda e identidade nacional. A emblematização estende-se a condutas e hábitos primitivos dos campos (por exemplo, na gastronomia e nos têxteis), que são reinterpretados com base na conjugação da convenção com a invenção: o pão de milho, que no passado do trabalhador rural era consumido como alimento de recurso, foi valorizado, tornando-se mais dispendioso que o pão de trigo, contrariamente ao passado rural, sendo servido como complemento de chicharos e outros produtos da terra, que também foram entretanto reativados e reinterpretados, num registo de fusão entre “gastronomia tradicional” e “gastronomia *gourmet*”; as estopas, outrora usadas como forras de enxergas, são agora transformadas em toalhas bordadas, com funções ornamentais e simbólicas.

A desconstrução da ideia de oposição entre a mercadoria e a dádiva adquire prioridade em trabalhos recentes na antropologia do consumo (Appadurai 2008 [1986]; Duarte 2010). Arjun Appadurai alertou para os riscos decorrentes de visões simplistas que fazem contrastar a dádiva solidária, espontânea e recíproca de Marcel Mauss (2001 [1923-1924]) com o espírito egocêntrico e calculista da circulação da mercadoria em Marx (Appadurai 2008 [1986]: 25). Alice Duarte também problematizou a ideia da incompatibilidade entre a dádiva e a economia de mercado sugerida por Mauss, que afastava a possibilidade de os indivíduos ocidentais envolverem relações interpessoais na troca de bens. Para a antropóloga, essa interpretação imprimia um cariz estritamente impessoal e comercial ao ato da troca e configurava uma leitura de reificação e exacerbação da oposição entre sociedades pré-industriais e industriais, baseada numa visão dual e antagónica da dádiva e da mercadoria (Duarte 2010: 366).

As dinâmicas de consumo representadas pelas casas de Ourém e Champigny confirmam que a dádiva e a troca de mercadoria têm pontos confluentes, na medida em que ambos os gestos são permeados por relações sociais, pressões morais e simbólicas. No passado, o trabalho voluntário de familiares e vizinhos na construção da antiga casa rural envolvia o pagamento com o mesmo tipo de trabalho, num compromisso de troca familiar e vicinal. Essa conduta de reciprocidade socialmente convencionada facilitava a autoconstrução com propósitos de poupança (Matos 2003: 199). No presente, a construção de casas por emigrantes em França revela uma preferência pela contratação de empresários e operários portugueses, justificada pela

qualidade dos seus trabalhos, mas também com argumentos de solidariedade e coesão interpessoal. Portanto, nem a troca é necessariamente um mero ato económico, nem a reciprocidade é necessariamente desprovida de interesses individualistas. Inclusivamente, esta tende a ser potenciada em contextos de maior fragilidade económica dos participantes, os quais beneficiam deste compromisso informal e voluntário entre indivíduos unidos por vínculos sociais e afetivos.

4. A casa, referente de lugares disjuntivos

A quarta discussão ensaiada confirma a transformação relativamente recente de aldeias portuguesas relativamente fechadas e cristalizadas em lugares disjuntivos. Mas também alerta para a inconstância do seu presente e para a incerteza do seu futuro. Contextualizadas por fenómenos de industrialização, (e)migração, transnacionalismo e globalização, as casas de Ourém atravessam um processo de reconfiguração célere e ininterrupto, refletido em formas culturais híbridas. Em meio século, estas aldeias e tantas outras povoações portuguesas tornaram-se povoações sincréticas e difusas, agregando as cinco dimensões dos fluxos globais que geram etnopaisagens, mediapaisagens, tecnopaisagens, financiopaisagens e ideopaisagens (Appadurai 2004 [1996]: 50-59).

As relações dos cidadãos locais com o espaço, o tempo e “os outros” alteraram-se profundamente, e isso manifesta-se a vários níveis. O valor atribuído aos solos e a forma como são geridos diferem muito do passado. Do valor produtivo associado ao passado dos campos, passou-se para uma fase de desvalorização produtiva e valorização urbanística e hoje assiste-se a um impasse no seu valor produtivo e urbanístico. A gestão tendencialmente cíclica e rotinizada do tempo pelos trabalhadores agrícolas já não corresponde à gestão do tempo no presente, mais contínua e menos rotinizada. As relações de vizinhança são mais impessoais, prevalecendo o sentido de individualidade, ligação familiar e conexões com indivíduos, não necessariamente residentes na aldeia, que partilham áreas e postos de trabalho, ligações a escolas, *hobbies* e outras ocupações que alimentam redes sociais. Reflexos destas dinâmicas que perpassam a fronteira da aldeia, do concelho, da região e do país, as arquiteturas locais desenham paisagens difusas que se prolongam no

território. Pautam-se pela diversidade de versões com variantes de norte a sul do país, mas também por pontos de contacto entre territórios distantes.

A heterogeneidade de estilos na microescala da aldeia coabita com a similitude entre estilos na macroescala do país e até em destinos que compõem a trajetória da emigração portuguesa (como França)²⁵². Ourém reúne casas térreas de taipa e pedra (umas a ruir, outras recuperadas e ampliadas) e palheiros com estruturas de madeira; casas com três pisos, mansarda e cobertura inclinada; moradias recentes com alpendre, cornija e “beirado à portuguesa”; e arquiteturas geométricas. Este articulado de volumes, formas, traços, cores e materiais concretiza uma das expressões mais visíveis da paisagem fluida, irregular e desterritorializada. As antigas casas rurais de Ourém distinguem-se das de Bragança pelos materiais de construção (de natureza local) e pelo programa arquitetónico (concebido em função da economia agrícola). O mesmo não sucede com as recentes “casas de emigrantes”, “novas casas portuguesas” e “casas de arquitetura contemporânea”. Moradias com características idênticas podem ser encontradas em Ourém, Nazaré, Caminha, Sesimbra, Loulé, Águeda, Bragança e, do lado de lá da fronteira nacional, em Champigny.

No passado relativamente recente (1960-1990), as imagens globais circulavam nas aldeias de Ourém sobretudo através da mobilidade física dos (e)migrantes, com efeitos impressos nas aldeias de origem. A mobilidade física perdura como elemento estruturante da reconfiguração identitária das comunidades residentes. Os emigrantes e demais viajantes continuam a transportar mercadorias e informação e a dinamizar fluxos transnacionais nos quais progridem, competem e se alimentam (Appadurai 2004 [1996]: 72). Mas as imagens e os sentidos globais migram cada vez mais por uma mobilidade virtual, por meio da comunicação eletrónica, sem que haja deslocação física. Os edifícios das aldeias absorvem influências arquitetónicas de outros territórios (trans)nacionais durante a fase de conceção em gabinetes de projeto. É uma mudança radical mediada por um trabalho de imaginação, em que “os elementos circulantes são capturados, não apenas porque nos movemos fisicamente, mas simplesmente porque captamos o que nos move” (Appadurai em Ferreira 2009: 135). Como referiu Manuel Castells,

²⁵² Consultar Anexo V. Casas emigrantes e casas emblematizadas 1990 – 2015, 5. Paisagens disjuntivas.

Deste modo, a arquitetura escapa à história de cada sociedade e torna-se refém do novo e admirável mundo imaginário das possibilidades, ilimitadas, que sublinham a lógica transmitida pelo multimídia, a cultura de navegação eletrônica, como se pudéssemos reinventar todas as formas em qualquer lugar, apenas sob a condição de mergulhar na indefinição cultural dos fluxos do poder. O encerramento da arquitetura numa abstração histórica é a fronteira formal do espaço de fluxos (Castells 2002: 543).

As similitudes entre casas em Ourém e Champigny sublinham a relativização das fronteiras e declinam eventuais teses de uma identidade rígida e singular para a “casa estremenha”, a “casa ribatejana” e, mais amplamente, para a “casa portuguesa”.

A “arquitetura contemporânea”, diáfana e imaginária do futuro – que projeta inovação e conexões globais –, e a casa inspirada no “espírito do lugar” – mais próxima de uma arquitetura ecológica e de “memória” – progridem lado a lado. A “arquitetura contemporânea” passa uma mensagem ligada aos espaços de fluxos (Castells 2002: 546-547) e ao “não lugar” (Augé 2005 [1992]), que emite imagens de comunicação, circulação e consumo global a penetrar no local. Já a “arquitetura ecológica e evocativa”, de reequilíbrio do indivíduo com o ambiente e o passado, aproxima-se mais do “lugar antropológico”, identitário, relacional e histórico, onde a experiência dos indivíduos está vinculada aos espaços por eles percorridos e habitados (Augé 2005 [1992]).

A convivência entre estas duas expressões de construção, afirmação e representação cultural não é totalmente pacífica. Pelo contrário, gera conflito e tensão entre os personagens envolvidos (projetistas, proprietários, atores políticos e técnicos municipais...). Habitantes mais velhos encaram as casas de arquitetura contemporânea como “casas caixote” ou “casas fábrica”, assistindo-se a alguma transferência das críticas sobre as “casas de emigrantes” para as “casas sem telhado”; construtores civis entendem que as casas emblemáticas são “mau investimento”, com custos e problemas superiores aos de uma casa nova; alguns arquitetos refutam a casa “reaportuguesada”, associando-a a uma inflexão no percurso de modernidade e vanguarda que pretendem imprimir nas aldeias.

Os atuais emigrantes residentes em França, deslocados e desterritorializados, sabem que as suas vidas prosseguem no país de destino e investem na família como microcosmos de cultura. Refazem ali as suas vidas, reproduzem novos locais, reconstróem as suas histórias e reconfiguram os seus projetos étnicos (Appadurai

2004 [1996]: 67, 71). As casas (re)aportuguesadas que constroem nos bairros de destino sincretizam disposições arquitetónicas, materiais de construção e mão-de-obra de proveniência portuguesa com elementos arquitetónicos, materiais e metodologias de propagação francesa. O fenómeno tem algum paralelo com as cabanas de troncos norte-americanas estudadas por Alejandro Bahamón e Anna Vicens Soler (2008). Importadas no passado por escandinavos e alemães, estas construções têm vindo a ressurgir em novas versões sujeitas a sucessivas reinterpretações, que as afastaram do espírito de refúgio que as caracterizava primitivamente (Bahamón e Soler 2008: 19). As casas “reaportuguesadas” em França incorporam referências de modelos de antigas casas rurais portuguesas, já interpretadas e transpostas para as novas casas rurais no país de origem, e reinterpreta-nas com recurso a inspirações e metodologias aplicadas em arquiteturas francesas. Os resultados reproduzem o carácter polimorfo dos fluxos culturais produzidos entre longas distâncias.

As aldeias de Ourém continuam a acolher bens e imagens dos bairros franceses, como sucedia em 1970 e 1980. Mas também os exportam (materiais de construção, mão-de-obra e projetos de casas (re)aportuguesadas). Esta circulação materializa a permuta de influências entre pequenas povoações (pós-)rurais e espaços urbanos e estrangeiros e rejeita a conotação exclusiva da arquitetura popular com a ruralidade. Explica ainda que a localidade é hoje mais relacional e contextual do que escalar e espacial. Atravessa-a uma dinâmica permanente de mudanças que despoletam ansiedade e instabilidade da vida social, mergulham no carácter fragmentado da mudança (Lyotard 1985) e confirmam a fragilidade da localidade (Appadurai 2004 [1996]: 238-239). As freguesias de Espite e Urqueira e muitas outras aldeias portuguesas são hoje arenas globais. Através delas pode ler-se que os fluxos globais promovem integração e aproximação das sociedades. Mas também fomentam no seu interior diferenças e desigualdades entre elas (Castells 1998, cit. em Guerreiro e Abrantes 2007: 18).

As casas das aldeias estão hoje equipadas para garantir conforto, comodidade, lazer e tecnologias, o que aparentemente as torna residências tão ou mais atrativas do que as casas nas cidades. Nas povoações (pós-)rurais de Ourém foram instaladas e reforçadas infraestruturas – rede pública viária, elétrica, de água, esgotos e saneamento (parcialmente), recolha de resíduos, escolas, postos de saúde – visando a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. A construção de casas, a criação de

empresas e a idealização de um futuro promissor para as aldeias entre 1970 e 1990 incentivaram o investimento público e privado nestas povoações. A vida no campo conquistou o dístico de bem-estar, acesso à informação e contacto virtual com o resto do mundo. Congregou ainda referentes de saúde, serenidade e fruição da natureza, apelativos para a fixação de jovens migrantes saturados da agitação urbana. Hoje, as aldeias de Ourém têm um elevado número de casas disponíveis e em boas condições de habitabilidade.

Contrariamente às expectativas de (ex-)migrantes e residentes, o progresso das aldeias não se efetivou em pleno. A densidade demográfica do concelho decresceu comparativamente a 1950, antes da intensificação da vaga de (e)migração. E se nos detivermos nas freguesias compostas apenas por aldeias, a variação aumenta, como se confirma em Espite e Urqueira²⁵³. Nos últimos anos as aldeias têm vindo a ficar vazias de gente por motivos comuns à maioria dos territórios (pós-)rurais (terciarização, quebra de natalidade, falência de empresas, desemprego e precariedade laboral, emigração sem retorno ou com retorno que depois é revertido com o regresso ao país de destino).

É importante refletir sobre as preocupações que este esvaziamento em curso traz para os habitantes e para os proprietários que não ocupam permanentemente as casas locais. O investimento autárquico realizado na qualificação de infraestruturas públicas nas localidades mais despovoadas desacelera e essas infraestruturas deterioram-se e exigem manutenção. As casas dos emigrantes e todos os edifícios construídos com materiais industriais levantam reservas quanto ao impacto ambiental num futuro mais ou menos próximo. Enquanto as casas erguidas com materiais naturais locais (pedra e terra) são absorvidas naturalmente pelo meio, as construções industriais, como as casas de emigrantes, devolvem resíduos estranhos e prejudiciais aos solos.

Algumas propriedades outrora geridas para consumo familiar são parcialmente cultivadas por casais e indivíduos reformados. A maioria, contudo, permanece desocupada ou povoada por espécies arbustivas e arbóreas que são perigosos combustíveis para os incêndios. A construção civil, tão exponenciada nas

²⁵³ Concelho de Ourém: 46.326 habitantes em 1950, 45.932 habitantes em 2011; freguesia de Espite: 4249 habitantes em 1950, 1104 habitantes em 2011; freguesia de Urqueira: 3036 habitantes em 1950, 1682 habitantes em 2011. Fonte: INE, Recenseamento Geral da População.

décadas de 1980 e 1990, é o espelho da falência de muitas famílias. As taxas de natalidade são baixas e as populações estão envelhecidas, com os idosos a repartir vidas entre a casa e o lar social, que os obriga a prestações avultadas e, em muitos casos, asseguradas com as pensões “de França”.

Cidadãos, mais e menos qualificados, continuam a (e)migrar. As casas da aldeia ficam vazias, mesmo as que foram remodeladas ao gosto da “casa tradicional portuguesa”. A casa com mansarda e cobertura inclinada deixou de ser polémica para se tornar um elemento passivo na paisagem e, paradoxalmente, praticamente invisível para os locais e entidades com responsabilidades na gestão do território. O problema da “casa do emigrante” deixou de ser estético para se tornar financeiro, sobretudo para os proprietários. Representa um sonho falhado, com despesas e preocupações (o IMI e a manutenção) que selam compromissos com o município e a aldeia. Os emigrantes dificilmente conseguem vender ou arrendar as suas casas porque as aldeias não captam habitantes, os próprios reconhecem que “não há vida na aldeia como dantes”.

Há muitas casas para poucos habitantes. E esses interrogam-se sobre o destino da aldeia: “Por este andar, um dia isto acaba.” Espite e Urqueira são lugares paradoxalmente transnacionais e desabitados. O estudo que Luís Silva tem vindo a desenvolver sobre as Aldeias Históricas de Portugal permitiu-lhe constatar que os investimentos turísticos não as tornaram mais habitadas (Silva 2008: 21). Nas aldeias de Ourém, especialmente nas que são mais distantes de Fátima e menos atrativas turisticamente, é possível estabelecer um paralelo, mas no setor da transformação (indústria, construção civil e obras públicas). Nas últimas décadas, as famílias ganharam poder de compra, investiram no setor imobiliário e na formação universitária dos jovens.

A recente crise económica no país, muito acentuada no setor da construção civil e obras públicas, teve um impacto forte nas populações locais. Empresas familiares fecharam, o desemprego subiu e o poder de compra regrediu. A (e)migração voltou a atingir valores elevados, com os operários a retomar os destinos dos seus antecessores (França) e a experimentar rotas de outros países da Europa e demais continentes. O fenómeno contém alguma repetição dos movimentos migratórios intensos dos anos de 1960, mas não lhe pode ser equiparado, na medida em que os atuais (e)migrantes gerem diferentemente o processo. Retraem-se mais

quanto às perspectivas de regresso e investimento financeiro nas aldeias de origem e isso reflete-se no envio de remessas para o país. No primeiro semestre de 2015, a entrada de remessas de emigrantes em Portugal registou um aumento de 8,6%, sendo a França o país que mais contribuiu para esse crescimento, em cerca de um terço²⁵⁴. Todavia, o carácter recente e dinâmico dos dados não permite avançar com observações mais conclusivas sobre a evolução deste processo e eventual impacto nas aldeias portuguesas de origem dos emigrantes. Os luso-franceses seguem trajetos de vida que dificilmente passam pela residência na aldeia dos pais.

Feita a revista de discursos e práticas de conceção e apropriação da casa rural e pós-rural ao longo de um século, sobressaem mudanças profundas na relação dos cidadãos com os campos e na produção das aldeias como arenas culturais interativas e complexas. Conclui-se que a mobilidade virtual não substitui a mobilidade física e que a globalização conduz à cidadania multicultural (Castles 2005: 274), mas não impede o despovoamento dos territórios. O presente de Espite e Urqueira, como o de tantas outras aldeias portuguesas, permanece ambíguo, em metamorfose e com futuro incógnito.

²⁵⁴Fonte: <http://www.idealista.pt/news/financas-pessoais/financas/2015/08/21>, consulta em 24/08/2015.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Bibliografia

- AAP [ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES], 2004 [1961], *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.
- AAVV, 2005, *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa, Argumentum.
- AAVV, 2006, *Terra: Forma de Construir. Arquitectura-Antropologia-Arqueologia*. Lisboa, Argumentum.
- AAVV, 2007, *Terra em Seminário: 2007 – V Seminário de Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa, Argumentum.
- ABRANTES, Joaquim Roque, *et al.*, 1993, *Aljustrel, Uma Aldeia de Fátima, o Passado e o Presente*. Fátima, Santuário de Fátima.
- ABU-LUGHOD, Lila, 1991, “Writing against culture”, em R. G. Fox (org.). *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe, NM, School of American Research Press: 137-162.
- ALMEIDA, Aníbal, 2008, *Os Portugueses em França na Hora da Reforma*. Paris, Editions Lusophone.
- ALMEIDA, Carlos, 1973, “Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar”, *Análise Social*, 40: 778-789.
- ALMEIDA, Carlos, 1978, *Portugal: Arquitectura e Sociedade*. Lisboa, Terra Livre.
- ALMEIDA, J. C. Ferreira de, 1964, “A emigração portuguesa para França em 1953-65: alguns aspectos quantitativos”, *Análise Social*, II (7-8): 599-622.
- ALVES, J., 2004, “Sobre o ‘património rural’: contributos para a clarificação de um conceito”, *Cidades: Comunidades e Territórios*, 8: 35-52.
- ANDERSON, Benedict, 1991 [1983], *Imagined Communities: Reflections in the Origin and Spread of Nacionalism*. Londres e Nova Iorque, Verso.
- ANICO, Marta, 2005, “A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade”, *Horizontes Antropológicos*, 11 (23): 71-86.
- ANIDO, Nayade, Rubens FREIRE, 1976, “A existência de ciclos emigratórios na emigração portuguesa”, *Análise Social*, XII (45): 179-186.
- APPADURAI, Arjun, 2004 [1996], *Dimensões Culturais da Globalização: A Modernidade sem Peias*. Lisboa, Teorema.
- APPADURAI, Arjun, 2008 [1986], *A Vida Social das Coisas: As Mercadorias sob Uma Perspectiva Cultural*. Niterói, Eduff (Editora da Universidade Fulminense).
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1981, “Portugal e a emigração”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 1-2. Lisboa, Sá da Costa Editora: 8-30.
- ARROTEIA, Jorge, 1983, *A Emigração Portuguesa, Suas Origens e Distribuição*. Lisboa, ICALP, col. Biblioteca Breve (série História).
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985, *Atlas da Emigração Portuguesa*. Porto, Secretaria de Estado da Emigração/Centro de Estudos.

- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2001, “Aspectos da emigração portuguesa”, em III Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio), *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 94 (30).
- AUGÉ, Marc, 1989, *Domaines et Chateaux*. Paris, Editions du Seuil.
- AUGÉ, Marc, 2005 [1992], *Não Lugares: Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa, 90 Graus.
- AUGÉ, Marc, 2007, *El Oficio de Antropólogo: Sentido y Libertad*. Barcelona, Gesida Editorial.
- BAGANHA, José, 2006, *Casas com Tradição*. Lisboa, Editora Caleidoscópio.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1996, “Emigração”, *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa, Bertrand Editora, vol. I: 294-297.
- BAHAMÓN, Alejandro, Anna Vicens SOLER, 2008, *Cabana: Da Arquitectura Vernácula à Contemporânea*. Lisboa, Argumentum.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, 1996, “Declínio de um tempo longo”, J. Pais de Brito *et al.* (orgs.), *O Voo do Arado*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia: 35-75.
- BARRE, Jorge de La, 2006, *Identités multiples en Europe: Le cas des Lusodescendants en France*. Paris, L'Harmattan.
- BARREIRA, João, 1908, “A habitação em Portugal”, AAVV, *Notas sobre Portugal*, vol. II. Lisboa, Imprensa Nacional: 147-178.
- BARRETO, António (org.), 1996, *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARROS, Henrique, *et al.*, 1947, *Inquérito à Habitação Rural, II Vol. A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- BASCH, Linda, Nina Glick SCHILLER, Cristina Szanton BLANC, 1994 [1993], *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*. Amsterdam, Gordon & Breach.
- BAUDRILLARD, Jean, 1995, *A Sociedade de Consumo*. Lisboa, Edições 70.
- BAUMAN, Zigmund, 1991, *Modernity and Ambivalence*. Cambridge, Polity.
- BAUMAN, Zigmund, 2008, *Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BAYTELMAN, David, 1979, “The agricultural sector in Portugal”, *Vijf Jaar Landhervorming*. Wageningen, Landbouw Hogeschool, 20-28.
- BERNARDES, João Pedro, *et al.* (orgs.), 2000, *Fátima: Ambiente 2000*. Fátima, Santuário de Fátima.
- BLONCOURT, Gérald, José VIEIRA, Isabel Lopes CARDOSO, Bernardette CAILLE, 2008, *Gérald Bloncourt: Por uma Vida Melhor*. Lisboa, Museu Colecção Berardo e Fage Éditions.
- BOURDIEU, Pierre, 2007 [1979], *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Editora Zouk.
- BRANCO, Jorge Portugal, 1999, “L’émigration et son contexte: quelques éléments de réflexion sur le Portugal”, *Latitudes*, 5: 29-33.
- BRANCO, Jorge Portugal, 2001, “A comunidade portuguesa em França (I)”, *Janus*: 148-149.

- BRIGGS, Charles L., 1996, "The politics of discursive authority in research on the 'invention of tradition'", *Cultural Anthropology*, 11 (4): 435-469.
- CABRAL, Manuel Villaverde, 2013, "Gerações", em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 82-93.
- CALDAS, Eugénio de Castro, Manuel dos Santos LOUREIRO, 1963, *Níveis de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- CALDAS, João Vieira, 1999, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto, FAUP Publicações.
- CALDAS, João Rosa Vieira, 2007, *A Arquitetura Rural do Antigo Regime no Algarve*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico (tese de doutoramento).
- CALDAS, João Vieira (org.), 2000, *Arquitectura Popular nos Açores*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.
- CAMPBELL, Colin, 2006, "Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno", em Lívia Barbosa (org.), *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 47-64.
- CANCLINI, Néstor García, 1995, *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CANCLINI, Néstor García, 1998 [1989], *Culturas Híbridas*. São Paulo, Edusp.
- CARDOSO, Isabel L., 2008, *Imaginário e História das Casas dos "Portugueses de França"*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento).
- CASELLA, Gabriella, 2003, *Gramáticas de Pedra: Levantamento de Tipologias de Construção Muraria*. Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais.
- CASTELLS, Manuel, 1974, *La Cuestión Urbana*. México, Siglo XXI.
- CASTELLS, Manuel, 1997, *The Information Age: Economy, Society and Culture, vol. II, The Power of Identity*, Oxford, Blackwell.
- CASTELLS, Manuel, 1998, *End of Millenium, vol III: Information Age: Economy, Society and Culture*, Londres, Blackwell.
- CASTELLS, Manuel, 2002, *A Sociedade em Rede*, vol. 1. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTLES, Stephen, 2005, *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*. Lisboa, Fim de Século.
- CASTRO, Alexandra, 1998, *O Gosto na Arquitectura Popular: As Casas dos Emigrantes de Dupla Residência França-Portugal*. Lisboa, ISCTE (tese de mestrado).
- CASTRO, Armando, 1945, *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*. Coimbra, Coimbra Editora.
- CÉSAR, Ana Cristina Borges Pereira, 1996, *A Casa do Emigrante Português: Caracterização Arquitectónica e Sua Contextualização*. Porto, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto (tese de mestrado).
- CHEVALLIER, Denis (org.), 2000, *Vives campagnes: le patrimoine rural, projet de société*. Paris, Autrement, col. Mutations, n.º 194.
- CHOAY, Françoise, 1999, *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70.
- CONNERTON, Paul, 1999, *Como as Sociedades Recordam*. Lisboa, Celta Editora.

- CORDEIRO, Albano, 1990, “La communauté portugaise protégée par le paratonnerre maghrébin”, *Im'média: Plein Droit*, número especial “L'Europe multicommunautaire”: 115-119.
- CORDEIRO, Albano, 1999, “Dans quinze ans, qu'adivendra-t-il de l'identité des Portugais de France?”, *Latitudes*, 5: 3-6.
- CORREIA, Mariana, 2005, “Taipa na construção tradicional”, em AAVV, *Arquitectura de Terra em Portugal*. Lisboa, Argumentum: 27-34.
- CORREIA, Mariana, 2007, *Taipa no Alentejo*. Lisboa, Argumentum.
- CUNHA, Manuel Antunes da, 2009, “A (re)apresentação de si nos blogues dos luso-descendentes de França”, em *Actas do 8.º Lusocom: Comunicação, Espaço Global e Lusofonia*, Lisboa, Lusocom: 182-198.
- CUTILEIRO, José, 1977, *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- CZECHOWSKI, Nicole (org.), 1990, *Habiter, Habité: L'Alchimie de nos maisons*. Paris, Autrement, col. Mutations, n.º 116.
- DALAKOGLU, Dimitris, 2010, “Migrating-remitting-‘building’-dwelling: house-making as ‘proxy’ presence in postsocialist Albania”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n.s., 16: 761-777.
- DIAS, Manuel Graça, 2008, “Formas arquitetónicas populares e urbanas (vernáculos?) em Portugal”, em Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos (org.), *Portugal, Percursos de Interculturalidades, Raízes e Estruturas*, vol. I. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: 314-352.
- DIAS, Tomás Oliveira, 2005, “O que é a região de Leiria”, em Ricardo Vieira (org.), *Pensar Leiria*. Porto, Edições Afrontamento e Projeto Identidades e Diversidades: 329-338.
- DIOGO, Hélder, 2013, “Imigração portuguesa em França (1999-2012): que mudanças?”, Atas do 1st International Meeting – Geography & Politics, Policies and Planning. Porto: FLUP-CEGOT: 721-734.
- DIOGO, Manuel Maria, 1994, *Arquitectura Vernácula em Terras de Miranda*. Universidad de Valladolid, Escuela Técnica Superior de Arquitectura (tese de doutoramento).
- DOMINGUES, Álvaro, 2009, *A Rua da Estrada*. Porto, Dafne Editora, col. Equações de Arquitetura.
- DOMINGUES, Álvaro, 2011, *Vida no Campo*. Porto, Dafne Editora, col. Equações de Arquitetura.
- DOUGLAS, Mary, Baron ISHERWOOD, 1978, *The World of Goods*. Londres, Allen Lane.
- DUARTE, Alice, 2010, “A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades”, *Etnográfica*, 14 (2): 363-393.
- ELISEU Neves, Joaquim FLORES, 1994 [1868], *Ourém: Três Contributos para a Sua História*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém, col. Estudos e documentos, vol. III, 2.ª edição.
- ERIKSEN, Thomas, 2000, “Ethnicity and culture: a second look”, em R. Bendix, H. Roodenburg (orgs.), *Managing Ethnicity: Perspectives from Folklore Studies, History and Anthropology*. Amsterdão, Het Spinhuis: 185-205.
- ERIKSEN, Thomas, 2001 [1995], *Small Places, Large Issues: An Introduction to Social and Cultural Anthropology*. Londres, Pluto Press.
- ESTEVÃO, João Antunes, 1983, “A florestação dos baldios”, *Análise Social*, XIX (77-79): 1157-1260.

- FENTRESS, J., C. WICKHAM, 1992, *Memória Social*. Lisboa, Teorema.
- FERNANDES, João Luís, 2013, “Paisagem cultural: de um espaço de reterritorialização a um recurso turístico”, *The Overarching Issues of European Space*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 269-285.
- FERRÃO, João, 2000, “Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33: 45-54.
- FERRÃO, João, 2013, “Território”, em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 244-257.
- FERRAZ, José Manuel, 1975, “O desenvolvimento sócio-económico durante a Primeira República (1910-16), *Análise Social*, XI (42-43): 454-471.
- FERREIRA, Sónia, 2012, “Memória, identidade e género no seio de uma comunidade operária”, em Paula Godinho (org.), *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Edições Colibri: 119-131.
- FERREIRA, Teresa, 2009, “Entrevista a Arjun Appadurai”, *Comunicação e Cultura*, 7: 133-140.
- FLORÊNCIO, Fernando, 2012, “Diálogos entre textos e contextos etnográficos”, *Etnográfica*, 16 (3): 619-624.
- FOUCAULT, Michel, 1979, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- FRADA, João, 2005, *A Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918, Estudo Socioeconómico e Epistemológico*. Lisboa, Setecaminhos.
- FREIRE, Dulce, Nuno Estevão FERREIRA, Ana Margarida RODRIGUES, 2014, *Corporativismo e Estado Novo: Contributo para um Roteiro de Arquivos das Instituições Corporativas (1933-1974)*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, col. Estudos e Relatórios, n.º 1.
- FRIEDMAN, J., 1990, “Being in the world: globalization and localization”, em M. Feartherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres, Sage Publications: 322-328.
- GAUTHIER, Joseph-Stany, 1944, *Les Maisons paysannes des vieilles provinces de France*. Paris, Editions Charles Massin et Cie.
- GELL, Alfred, 1998, *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford, Oxford University Press.
- GELLNER, Ernest, 1983, *Nations and Nationalism*. Oxford, Backwell.
- GIDDENS, Anthony, 1987, *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, Anthony, 1991, *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge, Polity.
- GIDDENS, Anthony, 1998 [1995], *As Consequências da Modernidade*. Oeiras, Celta Editora.
- GILLIS, John R., 1994, “Memory and identity: the history of a relationship”, em John R. Gillis (org.), *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press: 3-24.
- GODINHO, Paula, 2006, *O Leito e as Margens: Estratégias Familiares de Renovação e Situações Liminares no Alto Trás-os-Montes Raiano (1880-1988)*. Lisboa, Colibri.
- GODINHO, Paula, 2007, “Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo”, *Arquivos da Memória*, 2: 66-83.

- GODINHO, Paula, 2012, “Usos da memória e práticas do património”, em Paula Godinho (org.), *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa, Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Edições Colibri: 13-23.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1980 [1971], *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Arcádia.
- GOFFMAN, Erving, 1974, *Les Rites d'interaction*. Paris, Editions le minuit.
- GOLDEY, Patrícia, 1982, “Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica”, *Análise Social*, XVIII (71): 533-553.
- GONÇALVES, Albertino, 1996, *Imagens e Clivagens: Os Emigrantes face aos Residentes*. Porto, Afrontamento.
- GOODY, Jack, 1994, *Production and Reproduction*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GUERREIRO, Maria das Dores, Pedro ABRANTES, 2007, *Transições Incertas: Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Coleção Estudos, n.º 2.
- GUILLAUME, Marc, 2001, “Les fonctions sociales du patrimoine”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XLI (3-4): 9-16.
- GUILLAUME, Marc, 2003, *A Política do Património*. Porto, Campo das Letras.
- HALBWACHS, Maurice, 1968 [1950], *La Memoire Colletive*. Paris, PUF.
- HALBWACHS, Maurice, 1994 [1925], *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France.
- HALL, Stuart, 2003, *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- HANDLER, Richard, 1988, *Nacionalism and the Politics of Culture in Québec*. Madison, The University of Wisconsin Press.
- HANDLER, Richard, 1994, “Is ‘identity’ a useful cross-cultural concept?”, em John R. Gillis (org.), *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press: 27-40.
- HANNERZ, Ulf, 1997, “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional”, *Mana*, 3 (1): 7-39.
- HASTINGS, Adrian, 1997, *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HOBBSBAWM, Eric J., 1994 [1990], *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HOBBSBAWM, Eric, Terence RANGER (orgs.), 1983, *The Invention of Tradition*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HOGGART, Richard, 1975 [1957], *As Utilizações da Cultura*. Porto, Editorial Presença.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 1998, *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley, University of California Press.
- KLIMT, Andrea, 2000, “Enacting national selves: authenticity, adventure, and disaffection in the Portuguese diaspora”, *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 6 (4): 513-550.
- LAINS, Pedro, 2103, “Zona euro”, em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 319-327.

- LAMAS, Maria, 1950, *As Mulheres do Meu País*. Lisboa, Actúalis.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEAL, João, 2007a, *Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade*. S.l., Direcção Regional das Comunidades.
- LEAL, João, 2007b, “Usos da ruralidade: apresentação”, *Etnográfica*, 11 (1): 57-62.
- LEAL, João, 2009a, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto, Fundação Marques da Silva.
- LEAL, João, 2009b, “Da arte popular às culturas populares híbridas”, *Etnográfica*, 13 (2): 472-476.
- LEAL, João, 2009c, “Associativismo e transnacionalismo: organizações açoriano-americanas na Nova Inglaterra”, em Daniel Melo e Eduardo Caetano da Silva (orgs.), *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 71-96.
- LEAL, João, 2011a, “Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal”, em Paulo Providência, Luís Quintais e Sandra Xavier (orgs.), “Intersecções: Antropologia e Arquitectura”, *Joelho: Revista do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra*, 2: 68-83.
- LEAL, João, 2011b “The past is a foreign country? Acculturation theory and the anthropology of globalisation”, *Etnográfica*, 15 (2): 313-336.
- LEAL, João, 2011c, “O povo no museu”, *Museologia.Pt*, 5: 90-107.
- LEAL, João, 2013, “Agitar antes de usar: a antropologia e o património cultural imaterial”, *Revista Memória em Rede*, 5 (9): 1-16.
- LEANDRO, Maria-Engracia, 1995, *Au-delà des apparences: Les portugais face à l’insertion sociale*. Paris, Ciemi-L’Harmattan.
- LEEDS, Anthony, 1983, “Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal”, *Análise Social*, XIX (77-79): 1023-1043.
- LEITE, Carolina, 1993, “A casa em construção: actores e decisores”, em Miriam Halpern Pereira et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa, Fragmentos: 193-205.
- LEITE, Carolina, 1998, *Eva, depois do Paraíso: Modos de Habitar e Identidade no Percurso Migratório*. Braga, Universidade do Minho (tese de doutoramento).
- LEITE, Carolina, 2006, “Quem tem medo dos emigrantes? Produção, percepção e utilização do espaço doméstico: as lógicas inconciliáveis dos actores”, *Noites de Sociologia do Porto* – VI, <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>.
- LEROI-GOURHAN, André, 1984, *Evolução e Técnicas, II: O Meio e as Técnicas*. Lisboa, Edições 70.
- LEVITT, Peggy, 1998, “Social remittances: migration driven local-level forms of cultural diffusion”, *International Migration Review*, 32 (4): 926-948.
- LEVITT, Peggy, 2001a, *The Transnational Villagers*. Berkeley, University of California Press.
- LEVITT, Peggy, 2001b, “Transnational migration: taking stock and future directions”, *Global Networks*, 1 (3): 195-216.
- LEVITT, Peggy, Nadya JAWORSKY, 2007, “Transnational migrations studies: past developments and future trends”, *Annual Review of Sociology*, 33: 129-156.

- LEVITT Peggy, Nina Glick SCHILLER, 2004, “Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society”, *International Migration Review*, 38 (145): 595-629.
- LINO, Raul, 1992 [1933], *Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*. Lisboa, Edições Cotovia.
- LÖFGREN, Orvar, 1989, “The nationalization of culture”, *Ethnologia Europaea*, XIX (1): 5-24.
- LOPES, Flávio, Miguel Brito CORREIA, 2004, *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa, Livros Horizonte.
- LOURTIE, Pedro, 2011, “Portugal no contexto da crise do euro”, *Relações Internacionais* [online], 32: 61-105.
- LOWENTHAL, David, 1993 [1985], *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LOWENTHAL, David, 1996, *Possessed by the Past: The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Nova Iorque, The Free History.
- LOWENTHAL, David, 1998, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LYOTARD, Jean-François, 1985, *The Post-Modern Condition*. Minneapolis, University of Minnesota.
- MAGALHÃES, Fernando, 2012, *À Procura de um Lugar na Europa: O Território e o Património nos Discursos sobre Leiria e Suas Regiões*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.
- MARCUS, George E., 1995, “Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24: 95 -117.
- MARGARIDO, Alfredo, 1999, “Elogio do ‘bidonville’”, *Latitudes*, 5: 14-20.
- MARQUES, A. H. de Oliveira Portugal (org.), 1991, *Da Monarquia para a República*, vol. XI de *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa, Editorial Presença: 91-107.
- MARQUES, José Carlos, 2009, “‘E continuam a partir’: as migrações portuguesas contemporâneas”, *Ler História*, 56: 9-26.
- MARTINS, Alfredo Fernandes, 1999 [1949], *Maciço Calcário Estremenho: Contribuição para um Estudo de Geografia Física*. Coimbra, Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
- MARTINS, Fernando Ribeiro, 2003, *Pinhal Interior Sul e o Regresso de Emigrantes (1975-2001)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento).
- MARTINS, José A. Neves, 2001, *Fátima Profunda: Esboço Etnográfico*. Fátima, Casa do Povo de Fátima.
- MARX, Leo, 1967 [1964], *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America*. Oxford, Oxford University Press.
- MASCARENHAS, Jorge, 2015, *Sistemas de Construção*, vol. XV: *Arquitetura Popular Portuguesa. Descrição Ilustrada e Detalhada de Processos Construtivos Utilizados Correntemente em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, col. Técnicas de Construção.
- MATEUS, Luís Pedro, Maria do Rosário VEIGA, Jorge de BRITO, 2008, “Revestimentos exteriores de construções antigas em taipa: traços de misturas determinados em laboratório”, *Pedra & Cal*, 37: 22-24.

- MATOS, Fátima Loureiro de, 2003, “A habitação no espaço rural na Região Norte: algumas mudanças”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, XIX: 195-210.
- MATTOSO, José, Suzanne DAVEAU, Duarte BELLO, 1997, *Portugal, o Sabor da Terra: Estremadura*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- MAUSS, Marcel, 2001 [1923-1924], *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa, Edições 70.
- MacCANNELL, Dean, 1976, *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. Nova Iorque, Schocken.
- McCRACKEN, Grant, 1988, *Culture and Consumption*. Bloomington, Indiana University Press.
- MEDEIROS, Fernando da C., 1976, “Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal no período entre as duas guerras”, *Análise Social*, XII (46): 288-314.
- MENDRAS, Henri, 1976, *Sociétés Paysannes: Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris, Armand Colin.
- MESTRE, Victor, 2002, *Arquitectura Popular da Madeira*. Lisboa, Argumentum.
- MEYER, Brigit, Peter GESCHIRE, 2003, “Introduction”, em Brigit Meyer e Peter Geschire (orgs.), *Globalization and Identity: Dialectics of Flow and Closure*. Londres, Blackwell, 2.^a ed.: 1-17.
- MICOUD, André, 1995, “Le bien commun des patrimoines”, *Patrimoine culturel, patrimoine naturel*, Colloque 12 et 13 Décembre 1994, Paris, École Nationale du Patrimoine, col. La documentation française.
- MILLER, Daniel, 1987, *Material Culture and Mass Consumption*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MILLER, Daniel, 1988, “Appropriating the State on the council estate”, *Man*, 23: 353-372.
- MILLER, Daniel, 1998a, “Coca-Cola: a black sweet drink from Trinidad”, *Material Cultures: Why Some Things Matter*. Londres, The University of Chicago Press: 167-187.
- MILLER, Daniel, 1998b, *A Theory of Shopping*. Nova Iorque, Cornell University Press.
- MOHEN, Jean-Pierre, 1999, *Les Sciences du Patrimoine: Identifier, Conserver, Restaurer*. Paris, Ed. Odile Jacob.
- MONTEIRO, Joaquim 1916, “Casa portuguesa: inquérito etnográfico, freguesia de Lavos (Figueira da Foz)”, *Revista Lusitana*, XIX: 142-155.
- MOURA, Francisco Pereira de, 1974, *Para Onde Vai a Economia Portuguesa?*. Lisboa, Seara Nova, 4.^a ed.
- MOUTINHO Mário, 1989, “A arquitectura das casas dos emigrantes na área de influência do Museu Etnológico de Monte Redondo de Leiria. Informação preliminar”, *Sociedade e Território*, 8: 79.
- MOUTINHO, Mário, 1995, *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa, Estampa.
- MUÑOZ, Marie-Claude, 1999, “Des ‘Tos’ aux ‘Luso-descendants’: l’identité des enfants d’immigrés portugais revisitée”, *Latitudes*, 5: 7-8.
- NEVES, Ana Saraiva, 2001, *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém.
- NEVES, Ana Saraiva, 2002, *Evolução do Abastecimento de Água no Concelho de Ourém*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém.
- NEVES, Ana Saraiva, 2008, *O que Há Está na Mesa! A Gastronomia em Ourém como Património Cultural*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém.

- NORA, Pierre, 2001, *Rethinking France: Les Lieux de Mémoire, vol. 1: The State*. Chicago: University of Chicago Press.
- O'NEILL, Brian Juan, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*. Lisboa, Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO, 1994, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, col. Portugal de Perto, 3.^a ed.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO, Benjamim PEREIRA, 1988 [1969], *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, col. Portugal de Perto.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Jorge DIAS, Fernando GALHANO, 1963, *Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenamento de Produtos Agrícolas: Os Espigueiros Portugueses*. Porto, Instituto de Alta Cultura.
- OLIVEIRA, Francisco Pereira, 1990, *Fátima, como Nasceu e Cresceu*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém.
- ORTIZ, Fernando, 1983, *El Contrapunto del Azúcar y del Tabaco: De Fenómeno de la "Transculturación" y de su Importancia en Cuba*. Cuba, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- PAINE, Stanley, 1973, *Spain and Portugal*. Wisconsin, University of Wisconsin Press.
- PAULO, Luísa Reis, Maria CALADO, 2008, "Laboratório de valorização do Património da FAUTL – a pequena escala na arquitetura tradicional: considerações para a prática contemporânea", *Pedra & Cal*, 37: 16-19.
- PEIXOTO, João, 2004, "País de emigração ou país de imigração? Mudanças e continuidade no regime migratório em Portugal". Lisboa, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, ISEG/UTL, SOCIUS Working Papers, n.º 2.
- PEIXOTO, João, 2013, "Migrações", em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 154-165.
- PEIXOTO, Rocha, 1967 [1904-1905], *A Casa Portuguesa, Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*. Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 153-165.
- PEIXOTO, Rocha, 1990, *Etnografia Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, col. Portugal de Perto.
- PERALTA, Elsa, 2007, "Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica", *Arquivos da Memória*, n.s., 2: 4-23.
- PEREIRA, José de Campos, 1915, *A Propriedade Rústica em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PEREIRA, Victor, 2002, "L'État portugais et les Portugais en France de 1958 à 1974", *Lusotopie*, 2002: 9-27.
- PEREIRA, Victor, 2004, "La politique d'émigration de l'Estado Novo entre 1958 et 1974", *Cahiers de l'Urmis* [online], 9.
- PEREIRA, Victor, 2012, "Os futebolistas invisíveis: os portugueses em França e o futebol", *Etnográfica*, 16 (1): 97-115.
- PEREIRA, Victor, 2014, *A Ditadura de Salazar e a Emigração, o Estado Português e os Seus Emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa, Temas e Debates.
- PETONNET, Colette, 1968, *Ces gens-là*. Paris, Maspero.

- PIEIDADE, Ana Felisbela, 1996, “No trilho dos pequenos deuses: aprendizagens da memória”, *Arquivos da Memória*, n.s., 1: 41-56.
- PINA-CABRAL, João de, 1989, *Filhos de Adão, Filhas de Eva: a Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, col. Portugal de Perto.
- PINTO, Américo, *et al.*, 1936, *Leiria e a Reforma Administrativa* (representação do Governo do Estado Novo). Leiria, Imprensa Comercial (A Sé).
- PIRES, M. João, 1999, “Descontinuidades do tempo e da história na pós-modernidade: Breve abordagem”, *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, XVI: 81-90.
- POINARD, Michel, 1983, “Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa”, *Análise Social*, XIX (76): 261-296.
- PORTAS, Nuno, 1995, “Prefácio”, em Roselyne Villanova, Carolina Leite, Isabel Raposo, 1995, *Casas de Sonhos: Emigrantes Construtores no Norte de Portugal*. Lisboa, Edições Salamandra: 7-12.
- PORTES, Alejandro, 2004, “Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69: 63-93.
- PORTES, Alejandro, 2006, “Os debates e o significado do transnacionalismo migrante”, em Alejandro Portes (org.), *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*. Lisboa, Fim de Século: 201-244.
- PORTES, Alejandro, Luis GARNIZO, Patricia LANDOLDT, 1999, “The study of transnationalism: pitfalls and promises of an emergent research field”, *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2): 217-237.
- PRATS, Llorenç, 1997, *Antropología y Patrimonio*. Barcelona, Editorial Ariel.
- PRISTA, Marta, 2011, *Discursos sobre o Passado: Investimentos Patrimoniais nas Pousadas de Portugal*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento).
- PRISTA, Marta, 2013a, “Entendimentos e usos de lugar na produção social e na construção social das Pousadas de Portugal”, *Sociedade e Cultura*, 16 (1):47-58.
- PRISTA, Marta Lalandá, 2013b, “Turismo e sentido de lugar em Óbidos: uma pousada como metáfora”, *Etnográfica*, 17 (2): 369-392.
- PRISTA, Pedro, 2005, “Taipa e adobe na etnografia portuguesa”, em AAVV, *Arquitetura de Terra em Portugal*. Lisboa, Argumentum: 108-113.
- PRISTA, Pedro, 2014, *Terra, Palha, Cal*. Lisboa, Argumentum.
- QUINTINO, Guilherme, 2002, *Vernacular Architecture in South-Western Portugal: A Contribution towards Sustainable Architecture and Conservation*, Londres, Architectural Association (tese de doutoramento).
- RAPOSO, Paulo, 2004, “Do ritual aos espectáculos: caretos, intelectuais e media”, em Maria Cardeira da Silva (org.), *Outros Trópicos: Novos Destinos Turísticos, Novos Terrenos da Antropologia*. Lisboa, Livros Horizonte: 137-153.
- RIBEIRO, Fernando, Vítor FÉLIX, 2008, “Revitalização das aldeias do Algarve: entre a conservação da memória e a construção de um futuro”, *Pedra & Cal*, 37: 20-21.
- RIBEIRO, Magda Santos, 2013, “Por uma biografia das coisas: a vida social da marca *Havaianas* e a invenção da brasilidade”, *Etnográfica*, 17 (2): 341-367.
- RIBEIRO, Orlando, 1970, *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

- RIBEIRO, Orlando, 1986 [1945], *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, col. Coleção Nova Universidade.
- RIBEIRO, Orlando, 1987, “Entre-Douro-e-Minho”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, III: 5-11.
- RIBEIRO, Orlando, 1992 [1961], *Geografia e Civilização: Temas Portugueses*. Lisboa, Livros Horizonte.
- RIBEIRO, Vítor, José AGUIAR, Manuel Reimão COSTA, 2013, “Do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa à investigação local aplicada: a experiência do GTAA Sotavento nos domínios da investigação sobre o património vernacular construído”, comunicação apresentada na International Conference Surveys on Vernacular Architecture: Their Significance in 20th Century Architectural Culture, Porto, ESAP, 17 a 19 de maio de 2012.
- ROCHA, Miguel, 2005 “Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva”, em AAVV, *Arquitetura de Terra em Portugal*. Lisboa, Argumentum: 22-26.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1973, *Immigrés Portugais: Observation Psycho-Sociologique d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1983, “O regresso imaginado”, *Nação e Defesa*, 28: 87-97.
- RODRIGUES, Carlos Farinha, 2013, “Pobreza”, em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 191-213.
- RODRIGUES, David Simões, 2007a, *Olival, a Terra e o Povo*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém.
- RODRIGUES, David Simões, 2007b, *Seiça, a Terra e o Povo*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém.
- RODRIGUES, Fernando Matos, 2011, *Antropologia do Espaço Doméstico: Estudo de Caso*. Porto, Edições Afrontamento, col. Biblioteca das Ciências Sociais.
- ROLO, Joaquim, 1996, “Imagens de meio século da agricultura portuguesa”, em Joaquim Pais de Brito *et al.* (orgs.), *O Voo do Arado*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 77-157.
- ROSALES, Marta Vilar, 2007, “Casas de África: consumos domésticos no contexto colonial moçambicano”, *Arquivos da Memória*, n.s., 2: 24-47.
- ROSAS, Fernando, 1991, “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)”, *Análise Social*, XXVI (112-113): 771-790.
- ROSAS, Fernando, 1994a, *O Estado Novo: 1926-1974*, vol. VII de *História de Portugal* (dir. José Mattoso). Lisboa: Círculo de Leitores e Estampa.
- ROSAS, Fernando, 1994b, “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária”, *Análise Social*, XXIX (128): 871-887.
- ROSAS, Fernando, 1996, “Salazar, António de Oliveira”, em *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores: 861-876.
- RÜSEN, Jörn, 2007, *Reconstrução do Passado: Teoria da História II, os Princípios da Pesquisa Histórica*. Brasília, Ed. UnB.
- RÜSEN, Jörn, 2009, “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história”, *História da Historiografia*, 2: 163-209.

- SAHLINS, M., 1976, *Culture and Practical Reason*. Chicago, University of Chicago Press.
- SAMOUCO, André, 1993, “O Estado-providência e a sociedade rural. Revalorização de recursos e reordenamento de estratégias num novo contexto: a agricultura de pluriatividade”, *Análise Social*, XXVIII (121): 391-408.
- SAMPAIO, Jorge Pereira, Cândida Arruda BOTELHO, 2000, *Casas Portuguesas e Brasileiras: Duas Visões, Dois Testemunhos*. Lisboa, Edições Inapa.
- SANTOS, Boaventura Sousa, 2001, “Os processos de globalização”, em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*. Porto, Afrontamento: 31-106.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2012, *Portugal, Ensaio contra a Autoflagelação*. Coimbra, Almedina.
- SANTOS, Irène Strijdhorst dos, 2010, *Les brumes de la mémoire : expérience migratoire et quête identitaire de descendants de migrants portugais de France*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (tese de doutoramento).
- SANTOS, Irène dos, 2012, “Avoir deux maisons et se sentir de ‘nulle part’: appropriation du ‘chez-soi’ et appartenance sociale en contexte migratoire”, em Annabelle Morel-Brochet e Nathalie Ortar (orgs.), *La Fabrique des Modes d’Habiter: Homme, Mieux et Milieux de Vie*. Paris, L’Harmattan, col. Habitat et société: 251-265.
- SANTOS, Maria da Graça Mouga, 2006, *Espiritualidade, Turismo e Território, Estudo Geográfico de Fátima*. Estoril, Principia.
- SANTOS, Vanda, 2004, *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos Anos 60 a 80 e Emigração dos Anos 90 à Actualidade*. Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- SARAIVA, Ana, 2008, *Palhas ao Palheiro: Construções Agrícolas em Ourém*. Leiria, CEPAE/Folheto.
- SARAIVA, Ana, Joana SOARES, João RODA, 2012, *Casas Rurais na Alta Estremadura*. Leiria, CEPAE/Folheto.
- SARAMAGO, José, 1999, *Viagem a Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SEGALEN, Martine, Béatrix LE WITA, 1993, *Chez soi. Objets et décors: Des créations familiales?*. Paris, Autrement.
- SEITINGER, Susanne, 2003, “No place like home: transnational Dominican migrants and their housing choices”, *Housing Problems and Policy in Developing Countries*, 16: 1-31.
- SERRÃO, Joel, 1972, *Emigração Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRE, Philippe, 1966, “Ces bidonvilles qui sont notre honte”, *TC*, 10 de março: p. 11.
- SILVA, Luís, 2006, *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (tese de doutoramento).
- SILVA, Luís, 2007, “A procura do turismo em espaço rural”, *Etnográfica*, 11 (1): 141-163.
- SILVA, Luís, 2008, “Contributos para o estudo da pós-ruralidade em Portugal”, *Arquivos da Memória*, n.s., 4: 6-25.
- SILVA, Luís, 2009, *Casas no Campo: Etnografia do Turismo Rural em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, col. Breve.
- SILVA, Luís, 2014, *Património, Ruralidade e Turismo: Etnografias de Portugal Continental e dos Açores*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Manuel Carlos, 2000, “A agricultura portuguesa, o Estado e a PAC Europeia”, *Cadernos do Noroeste – Série Sociologia*, 13 (1): 51-80.

- SILVA, Marta Nunes, 2011, *Os Trilhos da Emigração: Redes Clandestinas de Penedono a França (1960-1974)*. Lisboa, Edições Colibri.
- SILVA, Maura Lina Gonçalves, 2009, *Aldeias de Xisto*. Coimbra, Universidade de Coimbra (tese de mestrado).
- SILVA, Vasco Jorge Rosa da, 2012, “Baldios em Ourém: 1790”, *Nova Augusta: Revista de Cultura*, 24: 73-86.
- SILVANO, Filomena, 1990, “L’émigration en tant que processus de déplacement et de recomposition de l’habitat”, *Sociedade e Território*, número especial “Enjeux sociaux et transformations du territoire: 53-56.
- SILVANO, Filomena, 1994, “Gerir as distâncias: mobilidade e recomposição identitária”, *Antropologia Portuguesa*, 12: 19-27.
- SILVANO, Filomena, 1997, “Vidas em trânsito”, *Ethnologia*, 6-8: 163-174.
- SILVANO, Filomena, Tereza COELHO, 1993, “Sobre a construção de uma casa”, *Antropologia Portuguesa*, 11: 59-66.
- SLATER, Don, 1997, *Consumer Culture & Modernity*. Cambridge, Polity Press.
- SMITH, Anthony D., 2004, *The Antiquity of Nations*. Cambridge, Polity Press.
- SOBRAL, José Manuel, 1995, “Memória e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural”, *Análise Social*, XXX (131-132): 289-313.
- SOBRAL, José Manuel, 1999a, *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SOBRAL, José Manuel, 1999b, “Da casa à nação”, *Etnográfica*, III (1): 71-86.
- SOBRAL, José Manuel, 2004, “O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural”, *Etnográfica*, VIII (2): 243-271.
- SOBRAL, José Manuel, 2006, “Memória e identidade nacional: considerações entre o local e o global”. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Working Papers, 4.
- SOUSA, A. Teixeira de, 1972, “Os trabalhadores portugueses na região de Paris: condições de habitação e de trabalho”, *Análise Social*, IX (33): 11-63.
- SOUSA, Alfredo de, 1995, “Os anos 60 da nossa economia”, *Análise Social*, XXX (133): 613-630.
- SOUSA, Filomena, 2012, “Memória – entre a realidade e a ficção – o caso de Mariana Monteiro e os folhetos de cordel”, em Paula Godinho (org.), *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa, Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri: 291-300.
- STOREY, John, 2009 [1993], *Cultural Theory and Popular Culture: An Introduction*. Londres, Pearson Longman, 5.^a ed.
- TAVARES, Domingos, 2008, *Francisco Farinhas: Realismo Moderno*. Porto, Dafne Editora, col. Equações de Arquitectura.
- TEIXEIRA, Gabriela Barbosa, Margarida da Cunha BELÉM, 1998, *Diálogos de Edificação: Técnicas Tradicionais de Construção*. Porto, Crat.
- TIESLER, Nina Clara, 2012, “Diasbola: futebol e emigração portuguesa”, *Etnográfica*, 16 (1): 77-96.
- TSING, Anna L, 2005, *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton, Princeton University Press.

- TURNER, Graeme, 1996, *British Cultural Studies*. Londres, Routledge, 2.^a ed.
- URRY, J., 1990, *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. Londres, Sage.
- VAN GENNEP, Arnold, 1987, *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, Editora Vozes.
- VASCONCELOS, João, 1997, “Tempos remotos: a presença do passado na objetificação da cultura local”, *Etnográfica*, I (2): 213-235.
- VENTURI, Robert, Denise Scott BROWN, Steven IZENOUR, 1972, *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*. Londres e Cambridge, MA, The MIT Press.
- VERTOVEC, Steven, 2001, “Transnationalism and identity”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27 (4): 573-582.
- VIEGAS, Susana Matos, José MAPRIL, 2012, “Mutualidade e conhecimento etnográfico”, *Etnográfica*, 16 (3): 513-524.
- VIEIRA, Clara, Raul VERÍSSIMO, 1989, “Formalismo e valores simbólicos nas casas dos emigrantes da região da Ria de Aveiro”, *Sociedade e Território*, 8: 48-54.
- VIEIRA, Ricardo, 2005, “Leiria: identificação de uma região”, em Ricardo Vieira (org.), *Pensar Leiria*. Porto, Edições Afrontamento e projeto Identidades e Diversidades: 25-30.
- VILLANOVA, Roselyne, 2006, “Double residence: a space for intergenerational relations. Portuguese immigrants in France in the twentieth and twenty-first centuries”, *Portuguese Studies Review*, 14 (2): 241-261.
- VILLANOVA, Roselyne, Carolina LEITE, Isabel RAPOSO, 1995, *Casas de Sonhos: Emigrantes Construtores no Norte de Portugal*, Lisboa, Edições Salamandra.
- VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine, 1995, *Portugais à Champigny: Le temps des barbares*. Paris, Autrement, col. Monde/Français d’ailleurs, Peuple d’ici, n.º 86.
- VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine, 2001, “Les phases de l’immigration portugaise, des années vingt aux années soixante-dix”, *Actes de l’histoire de l’immigration* [online], 1.
- WACQUANT, Loic, 2006, “Seguindo Pierre Bourdieu no campo”, *Revista de Sociologia Política*, 26: 13-29.
- WALL, Karin, Vanessa CUNHA, Susana ATALAIA, 2013, “Família”, em José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, Expresso: 70-78.
- WEBER, Max, 1982 [1946], *Ensaio de Sociologia*, org. H. H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora.
- XAVIER, Sandra, 2007, “Usos da ruralidade na arquitetura paisagista”, *Etnográfica*, 11 (1): 165-188.
- ZONABEND, Françoise, 1980, *La Mémoire Longue*. Paris, Presses Universitaires de France.

Ficção, documentários e reportagens

- O salto*, 1967, realização de Christian Chalonge, ficção, França.
- Chegada de Emigrantes a Vilar Formoso*, 1971, 4’, Série Noticiário Nacional, <http://www.rtp.pt/arquivo>, consultado em 24/05/2015.

Emigrante Não É Profissão, 1971, 25', reportagem de Manuel Varela, Série "Em Foco", <http://www.rtp.pt/arquivo>, consultado em 24/05/2015.

Crónica de Emigrados, 1979, 135', realização de Manuel Madeira, documentário, França.

A Influência da Emigração na Língua Portuguesa, 1983, 22', série "Bem Dizer, Bem Escrever", <http://www.rtp.pt/arquivo>, consultado em 29/05/2015.

Les Cousins d'Amérique, 1985, realização de Philippe Costantini, documentário, França.

L' Horloge du Village – Pedras da Saudade, 1989, 75', realização de Philippe Costantini, documentário, França.

O Sonho do Emigrante, 1988, realização de Dórdio Guimarães, autoria de Helena Roseta e Maria Beatriz Rocha-Trindade, produção Universidade Aberta, RTP, série documental de quatro episódios, <http://www.rtp.pt/arquivo>, consultado em 26/05/2015.

Ganhar a Vida, 2001, realização de João Canijo, Portugal.

A Fotografia Rasgada, 2002, 52', realização de José Vieira, documentário, França.

Reportagem em Queiriga, 2002, 2', Telejornal, <http://www.rtp.pt/arquivo>, consultado em 29/05/2015.

Aquele Querido Mês de Agosto, 2008, realização de Miguel Gomes, Portugal.

A Casa que Eu Quero, 2009, 65', realização de Joana Frazão e Raquel Marques, Portugal.

Os Emigrantes, 2009, 74', realização de José Vieira, França/Portugal.

A Gaiola Dourada, 2013, 87', realização de Ruben Alves, França.

Emigração Portuguesa em França: Memória dos Lugares Ontem, coord. José da Silva Ribeiro e Ana Paula Beja Horta, <http://ism.itacaproject.com>, consultado em 29/06/2015.

Manuscritos documentais

ACISO, s.d. Determinação das políticas e estratégias a adoptar para o desenvolvimento do mercado de emprego da região de Ourém: 61, 62 (estudo não publicado).

Arquivo Municipal de Ourém (Arquivo Histórico e Secção de Obras Particulares).

Arquivo da Sereníssima Casa de Bragança – Paço Ducal de Vila Viçosa, Aforamentos (ng. 1 a 223 e ng. 248 a 270) – NNG 815-1084; 832 – 18 N.G.; 833. 19 N.G. 19; 834 – n.g.20; 835, 21 N.G 21.

GER, 1999, *Quem são, o que fazem e onde estão as maiores empresas do distrito de Santarém*, Governo Civil de Santarém (estudo não publicado).

Imprensa e sítios eletrónicos

Ana Grácia Pinto, "A emigração continua", *Mundo Português*, 16/4/1999.

Carlos Guerra, "Com azulejos berrantes, telhados de xadrez, portas de alumínio... em cocktail construtivo: as maisons", *Jornal Arquitectos*, n.º 67, p. 9.

José-Augusto França, "Folhetim artístico: casa de franceses", *Diário de Lisboa*, 24/6/1971.

José-Augusto França, "Folhetim artístico: casa e 'maisons'", *Diário de Lisboa*, 9/7/1977.

Lusojornal n.º 001//II de 08/09/2010 "Exposição dos anos 50 e 60 em exposição em Braga (com fotos de Gérard Bloncourt do Bidonville de Champigny).

<http://expresso.sapo.pt/internacional/a-nova-batalha-dos-portugueses-em-champigny>, edição de 25/03/2014, consultado em 29/06/2014.

<http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/-portugueses-em-franca-ainda-vistos-como-comunidade-invisivel-e-bons-trabalhadores>, edição de 18/09/2014, consultado em 01/10/2014.

<http://www.sapo.pt/noticias/>, Gerald Bloncourt, o fotógrafo dos bairros de lata portugueses em França, CAYB // EL Lusa/fim, edição de 23/04/2015, consultado em 01/05/2015.

<http://www.observatorioemigracao.pt>, consultado regularmente entre 2010 e 2015

<http://www.embaixada-portugal-fr.org/pt>, consultado em 01/06/2014 e 29/06/2015.

<http://www.matierevolution.fr/spip.php?article3329>, consultado em 10/08/2014.

<http://www.lusojornal.com>, consultado em 29/06/2015.

<http://auren.blogs.sapo.pt/tag/emigracao>, consultado regularmente entre 2010 e 2015.

<http://bloncourtblog.net/2014/07/1-immigration-portugaise.html>, consultado em 2014 e 2015.

<http://pedacosdealcongosta.blogspot.pt>, consultado em 15/05/2015.

<http://lusitanie.info/2014/09>, consultado em 15/05/2015.

<http://restosdecoleccion.blogspot.pt>, consultado em 29/06/2015.

<http://imigrantes.no.sapo.pt>, consultado em 29/06/2015.

<http://www.portugalvivo.com>, consultado em 29/06/2015.

<http://www.luso.fr/>, consultado em 29/06/2015.

<http://bidonvilleportugais.wordpress.com>, consultado em 29/06/2015.

<http://c.geneal.over-blog.com>, consultado em 29/06/2015.

<http://www.map-france.com/departement-Val-de-Marne>, consultado em 23/06/2015.

www.turismodocentro.pt, consultado em 15/10/2015.

Censos, relatórios e legislação

Apelo de Granada sobre a arquitectura rural e o ordenamento do território Conselho da Europa, Granada, 2 de novembro de 1977.

Carta Europeia do Património Arquitectónico – Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de setembro de 1975.

Carta sobre o Património Construído Vernáculo – ICOMOS, Cidade do México, 17 de outubro de 1999.

Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho de 2009, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Direcção Geral de Estatística, Censo da população no Reino de Portugal no 1.º de Dezembro, 1911 (5.º recenseamento), Lisboa.

European Credit Research Institute, 2010, *Lending to Households in Europe (1995-2009): ECRI statistical Package*.

- Eurostat, 2011, EU Statistics in Income and living conditions (EU-SILC). Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Living_conditions_statistics, consultado em 10/08/2011.
- GER 1999, “Quem são, o que fazem e onde estão as maiores empresas de Santarém”, Governo Civil de Santarém, Santarém (estudo não publicado).
- INCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), 2014, Relatório: O Sector da construção em Portugal – 2013, <http://www.base.gov.pt>, consultado em 09/07/2015.
- INE, 1952, Anexo ao IX Recenseamento Geral da População, Lisboa, Tipografia Portuguesa.
- INE, 1952, IX Recenseamento Geral da População, Tomo 1, 1950 – 15 de dezembro, Lisboa, Tipografia Portuguesa.
- INE, 1953, IX Recenseamento Geral da População, População Agrícola, Tomo 3, volume 2, 1950 – 15 de dezembro, Lisboa, Bertrand (Irmãos).
- INE, 1970, Portugal Social, Recenseamento da Habitação.
- INE, 1981, Portugal Social, Recenseamento da Habitação.
- INE, 1988, Inquérito às condições de conforto das famílias em Portugal em 1987, Gráfica Maiadouro, Maia.
- INE, 1991, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa.
- INE, 1993, Estudo do poder de compra concelhio, Gabinete de estudos Regionais da Direção Regional do Centro, Coimbra, dir. de Henrique Soares Albergaria.
- INE, 2001, XIV, Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa.
- INE, 2003, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002), Lisboa.
- INE, 2011, XIV, Recenseamento Geral da População, V Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa.
- INE, Recenseamento Industrial 1957-1959, Vila Nova de Ourém.
- INE, s.d., Portugal 1935-1985: 50 anos, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, dir. de Juvenal de Carvalho Machado.
- Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.
- Lei n.º 33/2013 de 16 de maio. Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo.
- Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios – UNESCO, Paris, 11 de dezembro de 1962.